

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Vol. 35 (3)

# de ARQUEOLOGIA

1º CONGRESSO

PENINSULAR

ACTAS VII

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1995

**SPA.E.**  
SOCIÉDADÉ  
PORTUGUESA-DE  
ANTROPOLOGIA  
E-ETNOLOGIA



**SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. n.º 89, 2.ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Cons. do Registo C. do Porto sob o n.º 49. Contribuinte n.º 501663614.

**Sede:** Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4000 Porto (Portugal)




**Órgãos sociais**

**Mesa da Assembleia Geral:** *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge; *Secretários* — João Pedro Paiva Gomes Cunha Ribeiro e Mário Jorge Lopes Neto Barroca.

**Direcção:** *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — Alexandra Cerveira Pinto Lima; *Secretário* — António Manuel dos Santos Pinto da Silva; *Tesoureira* — Paula Júlia da Mota Santos; *Vogais* — Maria de Jesus Sanches; Ana Maria Cameirão Leite da Cunha; Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva; Iva João Teles Morais Botelho; Sérgio Emanuel Monteiro Rodrigues.

**Conselho Fiscal:** *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Secretários* — Carla Cristina Stokler Nunes; José Manuel Pinto Varela.

## **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**



**Capa:** Pintura de um dos esteios da câmara da Anta da Arquinha da Moura (Tondela) (escavações A. L. Cunha; levantamento Fernando Barbosa).

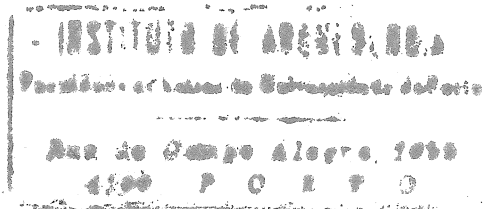
# 1.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

## A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VII



## TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da  
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)  
Ano 77<sup>o</sup>      vol. XXXV      fasc. 3      1995

*Coordenação deste volume*  
Vitor Oliveira Jorge

*Redacção*  
Direcção da S.P.A.E.

*Edição e Propriedade*  
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4000 PORTO (Portugal)  
(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

*Composição, Impressão e Acabamento*  
Litografia A.C.  
R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA  
Telefone 72967 — Fax 612008

*Logotipo do Congresso:*  
Carol Omalyev

Março de 1995.

*Tiragem:* 1.500 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 - 243 X

Edição subsidiada pela  
Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Eng.<sup>o</sup> António de Almeida  
e Governo Civil do Porto.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.  
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.  
We wish to establish exchange with other publications.  
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

## **Comissão de Honra**

**Presidente da República**

**Ministro do Planeamento e da Administração do Território**

**Ministro da Educação**

**Secretário de Estado da Cultura**

**Governador Civil do Porto**

**Presidente da Câmara Municipal do Porto**

**Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte**

**Reitor da Universidade do Porto**

**Vice-Reitor da Universidade do Porto para a Área Cultural**

**Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica**

**Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico**

**Directora do Instituto Português de Museus**

**Presidente do Instituto Camões**

**Presidente da Fundação Eng.º António de Almeida**

**Presidente do Instituto da Juventude**

**Presidente da Fundação da Casa da Cultura de Língua Portuguesa**

**Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian**

**Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian**

**Delegado Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura**

**Vereadora do Pelouro de Animação da Cidade da Câmara Municipal do Porto**

**Delegado no Porto do Instituto da Juventude**

**Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto**

**Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto**

## Entidades apoiantes

### *Subsídios:*

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO  
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN  
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA  
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA  
GOVERNO CIVIL DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
INSTITUTO CAMÕES  
FUNDAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE LÍNGUA PORTUGUESA  
INSTITUTO DA JUVENTUDE

### *Apoio logístico:*

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO  
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
INSTITUTO DA JUVENTUDE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA  
CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. FOZ CÔA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA  
ADRIANO RAMOS-PINTO (Vinhos)  
MONTEPIO GERAL  
CAFÉS MONTARROIO  
UNICER  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE  
RN TOURS-TRAVEL AGENCY  
LIVRARIA LEITURA  
LIBRERIA TIPO  
GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO  
INFOR  
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS  
MUSEU D. DIOGO DE SOUSA (Braga)  
ADEGA COOPERATIVA DE FREIXO DE NUMÃO (V.ª N.ª Foz Cõa)  
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA  
MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA  
ÁREA ARQUEOLÓGICA DO FREIXO  
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO  
MUSEU MONOGRÁFICO DA CITÂNIA DE SANFINS  
MUSEU DE ETNOLOGIA DO PORTO  
INSTITUTO DO VINHO DO PORTO  
PROLÓGICA

Como o 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular só se considera concluído com a publicação integral das Actas, em 8 volumes, esta lista poderá ainda ser acrescida até finais de 1995.



## Secretários Gerais

*Para Portugal:* Vítor Oliveira Jorge, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

*Para Espanha:* Rodrigo de Balbín Behrmann, Professor Catedrático da Universidade de Alcalá de Henares

Primitiva Bueno Ramirez, Professora Titular da Universidade de Alcalá de Henares

## Comissão Científica Portuguesa

J. M. Peixoto Cabral, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa) (Arqueometria)

Rui Sobral Centeno, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Arqueologia Clássica)

José d'Encarnação, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Arqueologia Clássica)

Susana Oliveira Jorge, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Pré-história)

Maria Manuela Martins, Professora Associada da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Braga) (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Armando Coelho F. Silva, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Cláudio Torres, Director do Campo Arqueológico de Mértola (Arqueologia Medieval)

## Comissão Científica Espanhola

Manuel Acien, Professor Titular da Universidade de Málaga (História Medieval)

Carmen Aranegui, Professora Catedrática da Universidade de Valência (Arqueologia Clássica)

M.<sup>a</sup> Eugénia Aubet Semmler, Professora Catedrática da Universidade Autónoma de Barcelona (Pré-história)

Ignacio Barandiarán Maestu, Professor Catedrático da Universidade do País Basco (Pré-história)

Miquel Barceló, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona (História Medieval)

Manuel Bendala Galán, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid (Arqueologia Clássica)

Germán Delibes de Castro, Professor Catedrático da Universidade de Valladolid (Pré-história)

Manuel Fernandez Miranda, Professor Catedrático da Universidade Complutense de Madrid (Pré-história)

Manuel Martín Bueno, Professor Catedrático da Universidade de Saragoça (Arqueologia Clássica)

Isabel Martinez Navarrete, Colaboradora científica do Departamento de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Pré-história)

**Bernat Martí Oliver**, Director do Servei d' Investigació Prehistòrica (València) (Pré-história)  
**Fernando Molina Gonzalez**, Professor Catedrático da Universidade de Granada (Pré-história)  
**Alfonso Moure Romanillo**, Professor Catedrático da Universidade de Santander (Pré-história)  
**Mercedes Roca**, Professora Catedrática da Universidade Central de Barcelona (Arqueologia Clássica)  
**Javier Sanchez Palencia**, Colaborador científico do Departamento de Arqueologia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Arqueologia Clássica)  
**Manuel Santonja Gomez**, Director do Museu de Salamanca (Pré-história)  
**José Manuel Vazquez Varela**, Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela (Pré-história)

## Presidentes das Secções

- I – *Pré-história*: **Antonio Arribas Palau**, Professor Catedrático Emérito da Universidade de Granada
- II – *Pré- e Proto-história*: **Hermanfrid Schubart**, Director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid
- III – *Arqueologia Romana*: **Jorge de Alarcão**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- IV – *Arqueologia Medieval e Pós-Medieval*: **Carlos Alberto F. Almeida**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- V (Sessão plenária dia 16-Manhã) – *Contribuições das ciências naturais e “exactas” à Arqueologia*: **Adília Moutinho Alarcão**, Directora do Museu Monográfico de Conímbriga
- VI (Sessão plenária dia 16-Tarde) – *Metodologia e teoria arqueológicas*: **Juan M. Vicent García**, Investigador do Departamento de Prehistoria do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid)
- VII – *Workshop sobre Datação pelo Radiocarbono*: **João M. Peixoto Cabral**, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa)

## SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i> .....	13
<i>Manuel Fernández-Miranda – Curriculum Vitæ</i> .....	17
<i>Contextualización cultural del conjunto industrial achelense del embalse de Urrúnaga (Alava) en el marco del País Vasco Peninsular</i> , por Javier Fernandez Eraso, Andoni Saenz de Buruaga y Tomás Urigoitia .....	29
<i>Silex y lustre térmico en el Paleolítico medio. ¿Alteración o técnica de talla? El ejemplo de Mediona I (Alt Penedès, Barcelona)</i> , por Ignacio Clemente Conte .....	37
<i>Las placas decoradas de la cueva de La Hoz (Sta. María del Espino, Guadalajara): un ejemplo de arte mobiliario paleolítico en la Meseta Castellana</i> , por Rodrigo de Balbín Behrmann, Jose Javier Alcolea Gonzalez y Luis Alfonso Cruz Naimi .....	49
<i>El yacimiento rupestre paleolítico al aire libre de Siega Verde (Salamanca, España): una visión de conjunto</i> , por Rodrigo de Balbín Behrmann, Jose Javier Alcolea Gonzalez y Manuel Santonja Gomez .....	73
<i>Propuesta metodológica para el estudio analítico de los útiles pulimentados</i> , por Blanca Pastor y Aitor Ormazabal .....	103
<i>A Pré-história recente da Serra de Sicó</i> , por Maria Helena Moura e Thierry Aubry .....	113
<i>Anta da Arquinha da Moura (Tondela)</i> , por Ana Leite da Cunha .....	133
<i>Aportaciones del monumento de Dombate al megalitismo noroccidental: dataciones de carbono 14 y su contexto arqueológico</i> , por Fernán Alonso Mathías y José Maria Bello Diéguez .....	153
<i>Mamoã V de Chã de Arcas - Baião. Primeira notícia</i> , por Margarida Moreira e Lourenço Carneiro .....	183

<i>Escavação da Mamoa 1 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço) – 1992</i> , por Vítor Oliveira Jorge, Eduardo Jorge Lopes da Silva, António Martinho Baptista e Susana Oliveira Jorge .....	191
<i>Mamoas 1 e 2 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço): resultados preliminares do estudo antracológico</i> , por Isabel Figueiral .....	227
<i>Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no IV e III milénios a. C.</i> , por Rui Parreira e Francisco Serpa .....	233
<i>A cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão, V.ª N.ª de Foz Côa)</i> , por Maria das Dores Cruz .....	257
<i>Petroglifos: aproximación a la interpretación. El modelo Riscal</i> , por José María Chacón Cano, Luis Iglesias García y Gonzalo Queipo de Llano Martínez .....	269
<i>Imagen y sociedad en la Edad del Bronce de Galicia</i> , por J. M. Vázquez Varela .....	287
<i>El poblamiento durante la Edad del Bronce en la Mancha Oriental (Prov. Albacete). Hipotesis de estudio y primeros resultados</i> , por Manuel Fernández Miranda, Mª Dolores Fernández Posse, Antonio Gilman y Concepción Martín .....	303
<i>Sobre las coordenadas culturales del horizonte «tartessico»</i> , por Juan Pedro Garrido Roiz .....	323
<i>Ânforas do Vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete)</i> , por Jorge Manuel Cordeiro Raposo, Armando José Gonçalves Sabrosa e Ana Luísa Castanheira Duarte .....	331
<i>Contexto, procedencia y contenido a partir de nuevas técnicas de análisis: un conjunto de ánforas de Puente Tablas (Jaén)</i> , por C. Rísquez, A. Sánchez y M. L. Cañabate .....	353
<i>BCP – Uma unidade de salga de peixe na Rua Augusta, Lisboa</i> , por Jacinta Bugalhão e Armando Sabrosa .....	379

<i>Durátón, município romano. A propósito de un fragmento inédito de ley municipal</i> , por Javier del Hoyo .....	407
<i>La ciudad tardía en Hispania: problemas metodológicos</i> , por Adela Cepas Palanca .....	415
<i>Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território</i> , por Cláudio Torres .....	425
<i>O povoamento da área de Aljustrel</i> , por Artur Martins, João Muralha, Alexandra Estorninho e Carlos Ramos .....	435
<i>Análisis de un elemento del vestuário militar altomedieval peninsular</i> , por Juan Antonio Millán Crespo .....	455
<i>Pautas de poblamiento, definición del espacio y adaptación al medio. La Cuenca del Alagón (Salamanca) hasta el siglo XIII</i> , por Luis Serrano-Piedecabras Fernández .....	471
<i>Elementos para o estudo do povoamento medieval do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, distrito da Guarda</i> , por Michael Mathias .....	495
<i>Intervenção arqueológica na Casa do Infante (Porto). Avaliação do projecto em Dezembro de 1994</i> , por Manuel Luís Real, Paulo Dordio Gomes, Ricardo Jorge Teixeira e Maria do Rosário Melo .....	503
<i>Caracterização química de cerâmicas calcolíticas da Anta 1 de Val da Lage e do povoado do Maxial (Alto Ribatejo)</i> , por João P. P. Freitas Coroado e João M. Peixoto Cabral .....	531

## PREÂMBULO

### Manuel Fernandez-Miranda Fernandez, in memoriam

Manolo Fernandez Miranda nació en Gijón en Octubre de 1946, de una familia de clase media que pasó estrecheces para que la generación de su padre estudiara. La temprana muerte del abuelo dejó a la familia sin recursos, y el padre, químico de profesión, ayudó expresamente a sus hermanos. Alguno de los ellos, Torcuato, el que fué Vicepresidente del Gobierno, lo comentaba y agradecía siempre. D. Manuel padre era el mayor de los hermanos, y Manolo el mayor de los sobrinos.

D. Manuel era químico en Gijón, profesor de la Escuela de Peritos, del Instituto Jovellanos y del Colegio de la Inmaculada. Era un ilustrado gijonés, que llamava a los de Oviedo «nuestros hermanos del sur», y ejercía de costero. Sólido, afable y serio guasón, imaginativo y cariñoso, D. Manuel. Manolo le debía bastantes de sus condiciones de carácter, más explosivas en su caso y más calladas y suaves en el de su padre y amigo.

Manolo vino a Madrid temprano, para jugar al balonmano en los campeonatos escolares del año 60 o 61, no lo recuerdo bien, pero yo también estuve en esa convocatoria. El año 63 vino definitivamente a estudiar la carrera de Filosofía y Letras y aquí permaneció siempre, muy arraigado en la vida capitalina, muy necesitado de bullicio y relaciones públicas, siempre activo y metido en cien cosas.

En Madrid, Manolo hizo, entre otros, una serie de amigos en la Universidad, que continuaron siéndolo al cabo de los años, a pesar de dedicarse a lo mismo y de proponer una posible competencia, a la que él era muy sensible. Entre aquellos de entonces y de los de después, me cuento. Desde el segundo curso de la carrera hasta la actualidad nuestras vidas han estado relacionadas de cerca, con las alternancias de cualquier relación profunda que es capaz de sobrevivir tanto tiempo y bien.

Aquella fué la generación del 68. La del momento de la gran eclosión universitaria, la de la respuesta contra la dictadura franquista, la de los sueños y las enormes esperanzas, la de la neurosis y la contestación en todas las actividades. La realidad se nos ofrecía a raudales y creíamos que podíamos dominarla. Toda entera había que revisarla, Dios, familia y Patria incluidos. La amistad era

un valor incontestable, la relación de pareja variable, la sexual casi milagrosa, el dinero despreciable, la renovación de la sociedad urgente y necesaria, la solidaridad imprescindible, la verdad inevitable y valiosa, la ciencia histórica una ilusión inmediata, una pasión, un modo de ver la vida. Manolo tradujo, con la ayuda de algunos más, las pintadas del Mayo francés. En Gijón teníamos un grupo libertario en el que aprendimos vivencias y solidaridad. En la Universidad colaboramos con las organizaciones de la época, más o menos clandestinas, corrimos delante de los grises y nos deprimimos entre copas por la situación del país.

Poco queda de lo que entonces creíamos. Poco se consiguió. Los ilusionados jóvenes de antaño son hoy calvos y gordos señores que tienen mucho que conservar. Su solidaridad se ha convertido en individualismo salvaje y el dinero ha ocupado el puesto de la transformación de la sociedad. Son nuestros compañeros, nuestros coetáneos, los causantes de la situación actual, los que hoy son capaces de justificar lo injustificable, lo que nos convirtieron en una sociedad mercantilista y no respetan la hacienda del vecino. Con Manolo y otros buenos amigos creíamos que esto no debía ocurrir. El ya no puede ayudarnos.

Manolo era volcánico, apasionado, expansivo, terriblemente reservado, caprichoso, imaginativo, travieso y trabajador. Siempre mantenía abiertas varias actividades al mismo tiempo. Probablemente cada una la permitía huir de las demás. En la Universidad estudió bien, de modo irregular, como la mayor parte de nosotros, pero bien. Tenía una gran capacidad de síntesis y hacía unas pequeñas fichas, consecuencia de las largas noches de estudio primaveral centrado, que no había cristiano que entendiera. Juan Pablo, Ricardo, él y yo nos presentamos a la mayor parte de los catedráticos, solicitando trabajar con ellos. El y yo nos decantamos hacia la Prehistoria, por interés hacia la materia, y por lo que tenía de vital y campestre, no especialmente por la enseñanza que recibimos.

Al terminar la carrera en el 68 seguimos con la corbata y comenzamos a dar clase en la Complutense. Manolo siguió casi siempre en la casa madre. Era el más almagrista de los discípulos de Almagro. Preparó un curriculum abundante y fué Profesor Agregado de su Universidad, la Complutense, diez años después. Su carrera fué fulgurante. Su hacer brillante y exitoso, sus relaciones cada día mejores.

La Universidad, sin embargo, pronto quedó pequeña para Manolo. Deseaba un ámbito mayor. Comenzó como Subdirector General de Arqueología con la UCD, nombrado por nuestro amigo y compañero de un año superior Javier Tusell, y continuó como Director General de Bellas Artes con el primer gobierno Socialista, haciendo cosas de evidente interés, como la Ley del Patrimonio, de la cual fué el auténtico responsable.

En los últimos años, siempre citaba aquella actividad como: «... el mal momento en el que se me ocurrió meterme en política...». Manolo era un profesional de la Prehistoria que en un mal momento decidió meterse en política,

de la que salió con la misma rapidez y violencia con la que había entrado, tras una dimisión tajante y sonada que le malquistó para siempre con muchos mandos del partido del gobierno. Sin embargo había mucho del ruido y de la agitación de la política, administración, o vida pública, que Manolo necesitaba para sobrevivir.

Al volver a la vida universitaria, y al peculiar Departamento de Prehistoria de la Universidad Complutense, consiguió mantener aún una atadura con la vida pública, a través de la Fundación Ortega y Gasset, comandada por otro de nuestros amigos de la carrera, Pepe Varela. Allí siguió excediéndose en trabajo, trato, montajes, relaciones y vida poco organizada. Entregó mucha vida y mucha ilusión en esa actividad y la puso por delante de las demás. Espero que sepan agradecerse.

Llevaba ya diez años mal del corazón, tenía hipertensión crónica, no podía estar al sol en las excavaciones. Encontró en esos años un equipo de trabajo, bueno, capaz y trabajador, al que aportaba su colaboración, pero que además lo mimaba y protegía. Con él produjo excelentes trabajos científicos. Fué su mejor momento. Estaba más tranquilo, había aceptado gran parte de esa realidad de la que tanto había huido, y lo que hacía era importante, menos triunfal que en su brillante principio, pero sólido y posado.

Manolo colaboró en la formación de abundantes equipos de investigación. Cuando murió le quedaban Concha, Pachula, Germán, Javier, María, Alicia, y en ocasiones, y para temas canarios yo mismo, pues, a pesar del transcurso del tiempo, seguimos colaborando. Nos habíamos acostumbrado a hacerlo y respetábamos muy mucho nuestras diferentes posiciones.

Dirigió muchas tesis doctorales, algunas de profesionales que hoy son de importancia. Tuvo muchos alumnos, algún discípulo. Tuvo muchos amigos, algunos muy buenos. Tuvo amores, variables, hasta la tranquilidad final. Vivió muy intensamente, deprisa, de modo excesivo, poco previsor. Era fuerte. Parecía que lo iba a aguantar todo.

No ha sido así, Manolo, también muere la gente como tú. Te llevas una parte fundamental de nuestra vida. Te vamos a echar de menos, Manolo, amigo.

Madrid, 5 de Septiembre de 1994.

*Rodrigo de Balbín Behrmann*

Universidad de Alcalá de Henares

Secretário-Geral do Congresso para Espanha





Manuel Fernandez-Miranda.

# MANUEL FERNÁNDEZ-MIRANDA

## CURRICULUM VITÆ

1. TITULACIONES Y CURRICULUM DOCENTE; 2. NOMBRAMIENTOS Y HONORES; 3. FORMACION INVESTIGADORA Y PROYECTOS CIENTIFICOS; 4. EXCAVACIONES ARQUEOLOGICAS; 5. PUBLICACIONES; 6. TESIS DOCTORALES DIRIGIDAS; 7. PONENCIAS EN CONGRESOS Y REUNIONES INTERNACIONALES; 8. ORGANIZACION DE CONGRESOS, CURSOS E SEMINARIOS; 9. EXPOSICIONES, ESTUDIOS APLICADOS Y OTRAS ACTIVIDADES.

### I. TITULACIONES Y CURRICULUM DOCENTE

Licenciado en Filosofía y Letras, sección Historia, por la Universidad Complutense de Madrid. Junio 1968.

Doctor en Filosofía y Letras por la Universidad Complutense de Madrid en 1 de Junio de 1973. Tesis doctoral: *Secuencia cultural de la prehistoria mallorquina*. Calificación: Sobresaliente "cum laude". Director de la tesis: Martín Almagro Basch.

Diplomado en Geomorfología Aplicada (Cuaternario) por la Escuela Superior de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Universidad Politécnica de Madrid. Curso 1973-74.

Profesor Ayudante de clases prácticas en el Departamento de Prehistoria de la Universidad Complutense de Madrid. Curso 1970-71.

Profesor contratado de Prehistoria en el Departamento de Prehistoria de la Universidad Complutense de Madrid. Cursos 1971-72 y 1972-73.

Profesor Adjunto contratado de Prehistoria en el Departamento de Prehistoria de la Universidad Complutense de Madrid durante los cursos 1973-74, 1974-75 y 1975-76 (marzo).

Profesor Agregado interino de Prehistoria en el Departamento de Prehistoria de la Universidad Complutense de Madrid durante los cursos 1975-76 (marzo-septiembre), 1976-77 y 1977-78 (febrero).

Profesor de Prehistoria en el Centro de Estudios Universitarios durante los cursos 1973-74 a 1977-78.

Profesor-tutor de Prehistoria en la Universidad Nacional de Educación a Distancia, centro Madrid-CEU, durante los años 1975 y 1976.

Profesor Agregado de Prehistoria en la Universidad Complutense de Madrid durante los cursos 1977-78 (marzo-septiembre), 1978-79, 1979-80 y 1980-81.

Catedrático de Prehistoria en la Universidad de León. Curso 1981-82.

Catedrático de Prehistoria en la Universidad Complutense de Madrid desde el curso 1982-83.

Profesor en la Universidad Internacional Menéndez y Pelayo, años 1978, 1979, 1987 y 1992.

Profesor en los Cursos de Verano de la Universidad de Oviedo, años 1981, 1982, 1990.

Profesor del Instituto Universitario Ortega y Gasset desde el curso 1982-83.

Director Académico de la Fundación José Ortega y Gasset, 1987-1892.

Director del Instituto Universitario Ortega y Gasset, 1988-1993.

Profesor en los Cursos de Verano de la Universidad de Cantabria, en los años 1989, 1990, 1991.

Profesor en los Cursos de verano de la Universidad Complutense, año 1991.

Profesor en los Cursos de Verano de la Universidad de Castilla-La Mancha, año 1991.

Director del Programa de Estudios "Joan Maragall" (Fundació La Caixa-Fundación José Ortega y Gasset) durante los años 1992 y 1993.

### 2. NOMBRAMIENTOS Y HONORES

Miembro de la Fundación Educational Expeditions Internacional (E.E.I.) durante el quinquenio 1975-1979.

Vocal de Arqueología de la Institución cultural Marqués de Santillana de la Excma. Diputación Provincial de Guadalajara. 1976-1981.

Miembro desde su fundación (1976) del Grupo Español de Trabajo del Cuaternario.

Subdirector General de Arqueología (Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas) desde septiembre 1979 a octubre de 1982.

Miembro del Instituto Arqueológico Alemán desde 1980.

Patrono de la Fundación José Ortega y Gasset desde 1980.

Miembro de los Consejos de Dirección y Redacción de la Revista *Aula Orientalis* (Instituto de Estudios Orientales de la Universidad de Barcelona) desde su fundación (1982).

Director General de Bellas Artes y Archivos (Ministerio de Cultura) desde diciembre de 1982 a septiembre de 1984.

Representante de España en el Comité Permanente *Forma Maris Antiqui* desde el VI Congreso Internacional de Arqueología submarina (Cartagena, 1982).

Consejero de Patrimonio Nacional (Casa Real) desde julio de 1983 a octubre de 1984.

Miembro del Instituto de Estudios Sorianos desde 1983.

Miembro del Comité científico del Centro Universitario Europeo para los Bienes Culturales (Ravello, Italia) del Consejo de Europa y del Comité de Redacción de publicaciones del Centro para los trienios 1983-85 y 1986-88.

Representante de España en el Grupo PACT/Métodos en Arqueología del Consejo de Europa y del Comité de Redacción de la Revista PACT/News para el trienio 1983-1985.

Gran Oficial de la Orden del Mérito del Gran Ducado de Luxemburgo. 1984.

Gran Oficial de la Orden de San Olav de Noruega. 1984.

Miembro del Instituto de Arqueología y Prehistoria de la Universidad de Barcelona desde 1984.

Académico correspondiente de la Real Academia de Belles Artes de Sant Jordi de Barcelona desde 1984.

Miembro de la Comisión española de UNESCO para los bienios 1983-84 y 1985-86.

Miembro del GMPCA (Groupe des Méthodes Phisiques et Chimiques de l'Archéologie), Universidad de Rennes, desde 1985.

Miembro de la Union International de Sciences Préhistoriques et Protohistoriques (Comisión 17 "Les civilisations de l'Âge du Fer") desde 1986.

Patrono del Instituto Universitario Ortega y Gasset desde 1986.

Miembro del Comité de Coordinación Científica para la Protección del Patrimonio Cultural contra los grandes riesgos del Centro Universitario Europeo para los Bienes Culturales/Consejo de Europa para el trienio 1986-1988.

Vicedecano de Investigación y Actividades Culturales de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense (Curso 1986-1987).

Miembro del Comité de Redacción de *Revista de Occidente*. 1987-1992.

Vicepresidente de la Fundación José Ortega y Gasset desde diciembre de 1987.

Miembro del Comité Científico Internacional para los estudios fenicios y púnicos (Roma, Accademia dei Lincei) desde su creación en junio de 1992.

Presidente de la Junta de Calificación, Valoración y Exportación de Bienes del Patrimonio Histórico Español del Ministerio de Cultura desde julio de 1992.

Miembro del Consejo de Cultura de la Comunidad de Madrid desde noviembre de 1992.

Miembro de la Junta Superior de Museos del Ministerio de Cultura desde febrero de 1993.

Miembro del Consejo Asesor de *Revista de Occidente* desde 1993.

Miembro de la Association of European Archaeologists desde su fundación en 1993.

Miembro del Consejo Científico de Investigación de la Comunidad de Madrid desde diciembre de 1993.

### 3. FORMACION INVESTIGADORA Y PROYECTOS CIENTIFICOS

Becario de la William L. Bryant Found. en Alcudia (Mallorca) en 1966, 1968 y 1974.

Becario del Plan Nacional de Formación de Personal Investigador en el Instituto Español de

Prehistoria (C.S.I.C.) durante los cursos 1968-69 a 1971-72.

Becario del Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales, en Túnez (1973) y Argelia (1974).

Inspector de la Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas. Dirección General de Bellas Artes, en los proyectos Toscanos (1971), con los profesores Niemayer (Universidad de Colonia) y Schubart (Instituto Arqueológico Alemán), e Illa del Sec (1970), con el profesor Lamboglia (Istituto Internazionale di Studi Liguri).

Director del programa Arqueología Submarina en Menorca. Fundación Juan March. Operación Especial 1975.

Codirector del proyecto Reccópolis (1976-1979). Diputación Provincial de Guadalajara.

Miembro del proyecto Prehistoria de Menorca (1979-1981). Instituto Español de Prehistoria (C.S.I.C.).

Codirector del proyecto *Depósitos metalúrgicos de la Edad del Bronce de las Islas Baleares*. Fundación Juan March, Operación Especial 1982.

Codirector del proyecto de investigación *Arqueometalurgia de la Península Ibérica* (1983-1988). Dirección General de Bellas Artes y Archivos del Ministerio de Cultura, Universidad de Valladolid, e Instituto Universitario Ortega y Gasset.

Director del programa de Cooperación Cultural Hispano-Marroquí en Patrimonio Histórico y Arqueología, Ministerio de Cultura desde 1986.

Codirector del proyecto *La Edad del Bronce en La Mancha oriental: Albacete*. The National Geographic Society. Programa Fullbright y Diputación Provincial de Albacete. 1987-1992.

Codirector del proyecto *Indigenismo y romanización en el valle medio del río Tajo*. Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha y Diputación Provincial de Toledo (1987-1990).

Miembro del proyecto *Desarrollo cultural y aprovechamiento de recursos durante la Edad del Cobre en la cuenca baja del río Almanzora (Almería)*. CICYT 1988-1990. PB-86/0333.

Miembro del proyecto *Documentación arqueológica, histórica y etnográfica procedente del Protectorado español en Marruecos conservada en la Biblioteca Nacional y otros centros*. CICYT 1988-1990.

Investigador principal del proyecto *Catalogación y estudio de los fondos de la necrópolis fenicio-púnica de Villaricos en el Museo Arqueológico Nacional*. Comunidad de Madrid. Plan Regional de Investigación, 1990-1992.

Miembro del proyecto *Understanding Natural and Anthropogenic Causes of Desertification in the Mediterranean Basin*. Comisión de las Comunidades Europeas, Programa de Investigación sobre medio natural y desarrollo tecnológico, 1992-1993. PL 910067/DGXII-E2.

Investigador principal del proyecto *Arqueometalurgia de la península ibérica: Tecnología y cambio cultural durante la edad del bronce*. DGICYT. 1993-1995. PB-92/0315.

#### 4. EXCAVACIONES ARQUEOLÓGICAS

*La Loma de Chiclana (Vallecas, Madrid)*. Director. 1970. Ministerio de Educación, Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.

*Adra (Almería)*. Director. 1970 y 1971. Ministerio de Educación, Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.

*Almallux (Mallorca)*. Director. 1970 y 1971. Comisaría de Aguas de Baleares.

*Cabezo de San Pedro (Huelva)*. Director. 1971 a 1975. Ministerio de Educación, Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.

*Verdelpino (Cuenca)*. Codirector. 1973 y 1976. Ministerio de Educación, Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas.

*Torralba d'en Salort (Alaior, Menorca)*. Director. 1973 a 1988. Ministerio de Educación, Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas/Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes/Instituto de Prehistoria del CSIC/National Geographic Society/Education Expeditions Int. Found.

Arqueología Submarina en Menorca. Director. 1975 y 1976. Fundación Juan March.

*Reccópolis (Guadalajara)*. Codirector. 1976 a 1978. Diputación Provincial de Guadalajara.

*Cabezo de La Tiñosa (Lepe, Huelva)*. Codirector. 1976 y 1977. Ministerio de Educación. Comisaría

General de Excavaciones Arqueológicas.

*Castilviejo de Guijosa. (Sigüenza, Guadalajara).* Codirector. 1977. Diputación Provincial de Guadalajara.

*Niebla. (Huelva).* Codirector. 1978 y 1979. Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes/Diputación Provincial de Huelva.

*Almizaraque. (Almería).* Codirector. 1980 a 1985. Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes.

*El Acequión (Albacete)* Codirector. 1985 a 1989. Ministerio de Cultura. ICRBC/Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha/Diputación de Albacete/Ayuntamiento de Albacete.

*Cabezo de Cuartillas (Almería)* Codirector. 1986. Junta de Andalucía.

## 5. PUBLICACIONES

Recensión: Veny, Cristóbal: Las cuevas sepulcrales del Bronce Antiguo de Mallorca. B.P.H. IX, Madrid, 1968. *Trabajos de Prehistoria*, 26 (1969), págs. 386 a 388.

Recensión: Castaldi, Editta: Tombe di giganti nel Sassarese. Origini III (1969). *Trabajos de Prehistoria*, 26 (1969), págs. 388 y 389.

Contribución al estudio de la cerámica sigillata hispánica en Mérida. *Trabajos de Prehistoria*, 27 (1970), págs. 290 a 299.

Productos de cerámica sigillata en Ibiza. *Trabajos de Prehistoria*, 27 (1970), págs. 287 a 289.

Recensión: Castaldi, Editta: Nuove osservazione sulle tombe di giganti. B.P.I. XIX (1968). *Trabajos de Prehistoria*, 27 (1970), págs. 343 y 344.

Recensión: La minería hispana e iberoamericana. Contribución a su investigación histórica. Vol I. León. 1970. *Trabajos de Prehistoria* 28, (1971), págs. 415 a 417.

Cerámica sigillata hispánica en Mérida: marcas de alfarero. *XI Congreso Nacional de Arqueología*. (Mérida 1969), Zaragoza, 1971. Págs. 811 a 814.

El poblado de La Loma de Chiclana (Madrid). *Noticario Arqueológico Hispánico*, XIII-XIV (1971), págs. 272 a 299.

Piezas de la Edad del Bronce en el Museo Arqueológico Provincial de Soria (en col. con R. de Balbín). *Trabajos de Prehistoria*, 28 (1971). Págs. 289 a 299.

Tres interesantes trabajos sobre nuevos métodos en Arqueología prehistorica. *Trabajos de Prehistoria*, 28 (1971), págs. 265 a 268.

Estado actual de la Arqueología submarina en España: el pecio de la Illa del Sec en la bahía de Palma de Mallorca. *Trabajos de Prehistoria*. 28 (1971), págs. 273 a 276.

*El poblado de Almallutx (Escorca, Baleares)*, (en col. con C. Enseñat y B. Enseñat). E.A.E. 73. Madrid, 1971. 133 págs. + 12 láminas.

Recensión: Garrido Roiz, J.P.: Excavaciones en la necrópolis de La Joya (Huelva). E.A.E. 71 Madrid, 1970. *Trabajos de Prehistoria*, 28 (1971), págs 417 y 418.

Los castros de la cultura de los campos de urnas en la provincia de Soria. *Celliberia*. 43 (1972), págs. 29 a 60.

Sobre unos materiales arqueológicos de la colección Aguiló-Covas-Vidal de Santanyí. *Boletín de la Sociedad Arqueológica Luliana*. 33 (1972), págs. 611 a 616.

El yacimiento medieval de Almallutx (Escorca, Baleares), (en col. con J. Zozaya y A. Moure). *Noticario Arqueológico Hispánico. Arqueología*. I (1972), págs. 197 a 220.

Recensión: Evans, J. D.: The Prehistoric Antiquities of the Maltese Islands: a survey. Londres. 1971. *Trabajos de Prehistoria*. 29 (1972). págs. 341 a 343.

Recensión: Cantarella Camps. C.: Cerámicas incisas en Mallorca. Palma de Mallorca. 1972. *Trabajos de Prehistoria*. 29 (1972). págs. 343 y 344.

Recensión: Roudil. Jean Louis: L'Age du Bronze en Languedoc Oriental. M.S.P.F. París. 1972. *Trabajos de Prehistoria*. 29 (1972). págs. 346 a 348.

Avance sobre los trabajos realizados en el conjunto de Almallutx (Escorca, Baleares). *XII Congreso Nacional de Arqueología*. (Jaén. 1971). Zaragoza. 1973. págs. 311 a 314.

La Cueva del Asno (Los Rábanos. Soria). (en col. con R. de Balbín). *Noticario Arqueológico*

*Hispánico*. Prehistoria. 2 (1973).

*Secuencia cultural de la Prehistoria mallorquina* (publicación en extracto de la Tesis doctoral). Universidad Complutense de Madrid. 1973. 34 págs.

El abrigo de Son Matge (Valldemossa) y la periodización de la prehistoria mallorquina mediante análisis de C-14, (en col. con W.H. Waldren). *Trabajos de Prehistoria*, 31 (1974), págs. 297 a 304.

Verdelpino (Cuenca): Nuevas fechas de C-14 para el Neolítico peninsular (en col. con A. Moure). *Trabajos de Prehistoria*. 31 (1974), págs. 311 a 316.

Abdera. *Excavaciones en el Cerro de Montecristo (Adra, Almería)*. (en col. con L. Caballero). E.A.E. 84. Madrid, 1975.

El Cabezo de El Castillo o San Pedro y los problemas del poblamiento de la actual ciudad de Huelva durante el primer milenio. Avance de su estudio. *Huelva, Prehistoria y Antigüedad*. Madrid, 1975, págs. 221 a 234.

El abrigo de Verdelpino (Cuenca). Nuevo yacimiento neolítico en el interior de la Península Ibérica (en col. con A. Moure). *Noticiero Arqueológico Hispánico. Prehistoria*. 3 (1975), págs. 189 a 236.

La inscripción púnica procedente del Cabezo de La Esperanza en Huelva (en col. con J. Ferron y J. P. Garrido). *Trabajos de Prehistoria*. 32 (1975), págs. 199 a 211.

Avance sobre los trabajos realizados en el Cabezo de San Pedro. *XIII Congreso Nacional de Arqueología*. (Huelva, 1973) Zaragoza, 1975, págs. 587 a 592.

Jarritas ibéricas de tipo ampuritano en las Islas Baleares: Cronología arqueológica y tipología analítica. *Trabajos de Prehistoria*, 33 (1976), págs. 255 a 290.

La fase final de la prehistoria de Menorca y los primeros contactos de la isla con el mundo clásico. *Revista de Menorca* (1976. segundo semestre). págs. 5 a 34.

*Arqueología submarina en Menorca*. (en col. con M. Belén). Madrid. Fundación Juan March. 1977. 102 págs + VIII láms.

La Historia que se hundió en el mar: Arqueología submarina en la isla de Menorca. (en col. con M. Belén) *Historia* 16. Agosto 1977. págs. 41 a 53.

Los orígenes de Huelva. Excavaciones en los Cabezos de San Pedro y La Esperanza. (en col. con M. Belén y J.P. Garrido). *Huelva Arqueológica*. III (1977). 401 págs. + 13 láms.

Arqueología submarina en la isla de Menorca. *XIV Congreso Nacional de Arqueología*. (Vitoria. 1975) Zaragoza. 1977. págs. 811 a 826.

Cuestiones sobre la neolitización de la Península Ibérica. *Revista de Occidente*. Mayo 1977. págs 2 a 7.

Un nuevo yacimiento con pinturas rupestres esquemáticas en Navalvillar de Pela (Badajoz). (En col. con R. de Balbín y A. Moure). *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de Valladolid*, 1977, págs. 5 a 24.

El abrigo de Verdelpino (Cuenca). Noticia de los trabajos de 1976 (en col. con A. Moure, A. Morales y P. López). *Trabajos de Prehistoria*, 34 (1977), págs 31 a 83.

Castilviejo de Guijosa (en col. con M. Belén y R. de Balbín). *Wad-Al-Hayara*, 1977, págs. 68 a 87.

Nuevas estampillas e incisiones púnicas halladas en Menorca (en col. con F. Díaz Esteban). *Anuario de Filología*, 3 (1977), 195 a 213.

Recensión: *Archaeologia Corsa. Etudes et Mémoires*. Vol. I. Ajaccio, 1976. *Trabajos de Prehistoria*, 34 (1977), págs 444 y 445.

*Secuencia cultural de la Prehistoria de Mallorca*. B.P.H. XV. Madrid, 1978, 346 págs. + XLVIII láms.

The Cave of Verdelpino (Cuenca, Spain), (en col. con A. Moure). *Current Anthropology*. 19,1 (1978), págs. 149-150.

La Prehistoria balear y sus dataciones mediante C-14, en Fernández-Miranda, M. y Almagro-Gorbea, M. (eds.), C-14 y *Prehistoria de la península Ibérica*. Symposium Fundación Juan March. Madrid, 1978, págs. 125 a 145.

La Tiñosa (Lepe, Huelva), (en col. con M. Belén). *Huelva Arqueológica*, IV (1978), págs. 197 a 297.

Contribución al estudio de las poblaciones prehistóricas de la isla de Mallorca, (en col. con M.D. Garralda). *I Symposium de Antropología Biológica de España*. Madrid, 1978, págs. 87.

*El fondeadero de Cales Coves (Alayor, Menorca)*. (en col. con M. Belén). E.A.E. 101. Madrid, 1979, 208 págs. + XVI láms.

Torralba d'en Salord, Alayor (Menorca). *XV Congreso Nacional de Arqueología*. (Lugo, 1977)

Zaragoza, 1979, págs. 559 a 572.

Periodificación cultural y cronología absoluta en la Prehistoria de Mallorca (en col. con W.H. Waldren). *Trabajos de Prehistoria*, 36 (1979), págs. 349 a 377.

Horizonte cultural tartésico y hallazgos griegos en el sur de la Península. *Archivo Español de Arqueología*, 52 (1979), págs. 49 a 66.

La Arqueología en la provincia de Madrid. *I Jornadas de Estudios sobre la provincia de Madrid*. 1979. págs. 23 a 32.

Recensión: Moscati, Sabattino: *Il Mondo dei Fenici*. Roma, 1979. *Trabajos de Prehistoria*, 36 (1979), págs. 533 a 535.

Recensión: Aspetti Archeologici dell'Occidente Mediterraneo. Centro di Studi per la Archeologia etrusco-italica, 2 (1978). *Trabajos de Prehistoria*, 36 (1979), págs. 535 a 537.

Recensión: Guido, Margaret: Guida Archaeologica della Sicilia. Palermo, 1978. *Trabajos de Prehistoria*, 36 (1979), págs. 538 a 539.

Torralba d'en Salord (Alayor, Menorca). La Sala Hipóstila (en col. con P. Bueno, F. Piñon y A. Roderó). *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 10 (1980), págs. 137 a 182.

Altamira, cien años después. *Revista de Occidente*, 3 (1980), págs. 115 a 121.

El depósito de la Ría de Huelva y su contexto cultural (en col. con M. Ruíz-Gálvez). *Oskitania*, I (1980), págs. 65 a 80.

El Peñatu de Vidiago (Llanes, Asturias), (en col. con P. Bueno). *Altamira Symposium*. Madrid, 1981, págs. 451 a 467.

Arqueología y Legislación. *Caesaraugusta*, 53-54 (1981), págs. 39 a 58.

La tumba de Celada de Roblecedo (Palencia) y los inicios del Bronce antiguo en el valle medio y alto del Pisuerga (en col. con G. Delibes de Castro). *Trabajos de Prehistoria*, 38 (1981), págs. 153 a 192.

Recensión: Clark, Grahame: Arqueología y Sociedad. Madrid, 1980. *Revista de Occidente*, 5 (1981), págs. 135 a 138.

México prehispánico. *El Templo Mayor de México*. Madrid, 1982, págs. 11 a 28.

Tres siglos buscando a Adán. «Charles R. Darwin: la evolución y el origen del hombre». *Revista de Occidente*, nº 18-19 (1982), págs. 7 a 19.

Recensión: Blanco Freijeiro, Antonio y Rothemberg, Beno: Exploración arqueometalúrgica de Huelva (EAH). Barcelona, 1981. *Archivo Español de Arqueología*, 55 (1982).

Yacimientos talayóticos para el estudio de la romanización en la isla de Mallorca. *Pollentia y la romanización de las Baleares*, Mallorca, 1983, págs. 93 a 121.

Gijón en época romana. *Indigenismo y romanización en el conventus asturum*. Madrid, 1983, págs. 45 a 66.

Los Iberos. *Revista de Occidente*. nº 23 (1983), págs. 123 a 130.

Pollentia (Mallorca). Las Cerámicas talayóticas procedentes de la Calle Porticada. *Pollentia, Estudios de los materiales*, I. The William L. Bryant Found. Palma de Mallorca, 1983. págs. 11 a 45.

Excavaciones en Niebla (Huelva), (en col. con M. Belén Deamos y otros). *XVI Congreso Nacional de Arqueología (Murcia, 1982)* Zaragoza, 1983, págs. 971 a 993.

Resef en Ibiza. *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*, tomo II. Madrid, 1983, págs. 359 a 368.

Cántabros, Astures y Romanos en el actual territorio leonés. *Lancia*, 1 (1983), págs. 11 a 17.

Extremadura y Andalucía occidental en época tartésica. Elementos de comparación. *VI Congreso de Estudios Extremeños. Arqueología* (Mérida, 1979). Madrid, 1983, págs. 33 a 47.

Ambiente tartésico y colonización fenicia en el suroeste peninsular ibérico. *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, vol. III, Roma, 1983, págs. 847 a 856.

Los Iberos (en col. con M. Almagro Gorbea, T. Chapa, P. Cabrera y E. de Alvaro). Catálogo de la exposición, Ministerio de Cultura. Madrid, 1983, 200 págs.

D. Juan Cabré y la arqueología visigótica. *Juan Cabré Aguiló (1882-1992) Encuentro de homenaje*. Zaragoza, 1984, págs. 93 a 99.

Arqueología prehistórica y estructura científica. *Primeras Jornadas de Metodología de Investigación prehistórica*. Madrid, 1984, págs. 11 a 20.

Los Romanos en Gijón. *Gijón romano*. Madrid, 1984, págs. 9 a 18.

La larga historia del hombre. *Origen y evolución del hombre*, Madrid, 1984, págs. 7 a 14.

Metalurgia Balear de la edad del bronce: hachas de cubo, de talón y de apéndices laterales (en col.

con G. Delibes de Castro). *Early Settlement in the Western Mediterranean and the Peripheral Areas*. BAR International Series, 229. Oxford, 1984, págs 998 a 1.025.

La Habana, ciudad de América. *La Habana Vieja*. Madrid, 1984 págs. 13 a 15.

Recensión: Lilliu, Giovanni: La civiltà nuragica. Sassari, 1982. *Trabajos de Prehistoria*, 41 (1984).

Almizaraque (Cuevas de Almanzora, Almería). *XVII Congreso Nacional de Arqueología* (en col. con G. Delibes, M.D. Fernandez-Posse y C. Martín). Zaragoza, 1985, págs. 221 a 232.

Modelo arqueológico y patrimonio histórico. *Análisis e investigaciones culturales*, 24 (1985), págs 25 a 33.

El yacimiento submarino de Favaritx. (Menorca, España). *VI Congreso Internacional de Arqueología submarina* (en col. con A. Rodero Riaza). Madrid, 1985, págs 175 a 188.

*Relaciones mediterráneas entre el cuarto y el segundo milenio*. Ponencia al XVIII Congreso Nacional de Arqueología. Las Palmas-Stª Cruz de Tenerife, 1985. 23 págs.

La inscripción púnica de Cales Coves (Menorca, España), (en col. con M.L. Uberti). *Rivista di Studi Fenici*, XIII, 2 (1985), págs 233 a 245.

Elementos de filiación campaniforme en las Islas Baleares: valoración y significado cultural. «Homenaje al Prof. Gratiniano Nieto». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*, 11-12 (1984-85), págs. 25 a 36.

*Las ruedas de Toya y el origen del carro en la Península Ibérica* (en col. con R. Olmos). Museo Arqueológico Nacional, Catálogos y Monografías, 9. Madrid, 1986, 173 págs.

Huelva, ciudad de los tartessos. *Aula Orientalis*, 4 (1986), págs. 227 a 261.

La estela de Las Herencias (Toledo). *Estudios en Homenaje al Dr. Antonio Beltrán Martínez*. Zaragoza, 1986, págs. 463 a 476.

El poblado de Almizaraque (en col. con G. Delibes, M.D. Fernández-Posse y C. Martín Morales). *Homenaje a Luis Siret*. Sevilla, 1986, págs. 167 a 177.

Método empírico y análisis funcional: en torno a Colin Renfrew y su modelo arqueológico. Introducción a la versión española de C. Renfrew: *El alba de la civilización*. Madrid, 1986, págs. XVII a XXII.

Relaciones entre la Península Ibérica, Islas Baleares y Cerdeña durante el Bronce medio y final. *Un millennio di relazioni fra la Sardegna e i Paesi del Mediterraneo*. Selargius-Cagliari, 1986, págs. 479 a 492.

Die Kupferzeitliche Siedlung von Almizaraque (Cuevas de Almanzora, prov. Almería), (en col. con G. Delibes, M.D. Fernández-Posse y C. Martín). *Madrider Mitteilungen*, 27 (1986), págs. 11 a 26.

Obermaier reeditado: a propósito de la Escuela de Viena en España. (Obermaier, Hugo: El hombre fósil. Madrid, 1985). *Revista de Occidente*, 59 (1986), págs 132 a 135.

Aproximación a la cronología del grupo Cogotas I (en colaboración con G. Delibes de Castro). *Zephyrus XXXIX-XL* (1986-87), págs. 17 a 30.

«Alio Itinere ab Emerita Caesaraugusta». La vía romana entre Talavera de la Reina y Toledo y la implantación humana en el valle medio del río Tajo. (En col. con J. Mangas, J. Pereira y D. Plácido). *La red viaria en la Hispania Romana*, avance ponencia: 1987, (s/p); edición definitiva, Zaragoza, 1990, págs 155 a 163.

El timiaterio de Albacete (en col. con R. Olmos). *Archivo Español de Arqueología*, 60, nº 155-156 (1987), págs. 211 a 219.

Lanzarote prehistórico. Notas para su estudio (en colaboración con R. de Balbín y A. Tejera). *XVIII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza, 1987, págs. 19 a 53.

Los litófonos prehistóricos de Lanzarote y Tenerife. Estudio arqueológico (en colaboración con A. Tejera y R. de Balbín). *Tabona*, VI (1985-1987), págs. 279 a 284.

Entre la Antropología y la Historia. «La Arqueología hoy». *Revista de Occidente*, 81, (1988), págs. 5 a 14.

La navegación fenicia hacia el lejano occidente y el estrecho de Gibraltar. *I. Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*. Madrid, 1988, págs. 459 a 472.

*Armas y utensilios de bronce en la Prehistoria de las Islas Baleares*, (en col. con G. Delibes de Castro). *Studia Archaeologica*, 78. Valladolid, 1988, 188 págs. + XVI láms.

El Calcolítico en la Península Ibérica, (en col. con G. Delibes de Castro, A. Martín Colliga y F. Molina). «L'età del Rame in Europa». *Rasegna di Archeologia*, 7 (1988), págs. 255 a 282.



Recensión: Studi di Egitologia e di antichità puniche (editados bajo da dirección de E. Acquaro y S. Pernigotti). Universidad de Bolonia. Vol. I (1987). *Archivo Español de Arqueología*, 61 (1988), págs. 351.

Caracterización de la edad del bronce en La Mancha. Algunas proposiciones para su estudio (en colaboración con M.D. Fernández-Posse y C. Martín). «Homenaje al Prof. Eduardo Ripoll Perelló». *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie I, I (1988), págs. 293 a 310.

Recensión: Ponsich, M: Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir. III. Bujalance, Montoro, Andújar. Publications de la Casa de Valázquez, serie Archéologie, VII. Madrid, 1987. *Gerión*, 6 (1988), págs. 314-316.

Bisontes de infortunio. *Cien años después de Sautuola*. Estudios de Cantabria, 1. Santander, 1989, págs. 173 a 186.

Le village de Cuartillas (Mojacar) et la transition Néolithique-Chalcolithique dans le bassin de Vera (Almería, Espagne). (En col. con M.D. Fernández-Posse, A. Gilman y C. Martín). *Enceintes, habitats ceinturés, sites perchés du Néolithique au Bronze ancien*. Montpellier, 1989, págs. 85 a 92.

Baleares (en col. con J. del Hoyo). *España. Autonomías* (J.P. Fusi, ed.). Madrid, 1989, págs. 167 a 203.

*El origen de la metalurgia en la península ibérica* (editor e introducción). Papeles de Trabajo del Instituto Universitario Ortega y Gasset, Arqueología 0001 y 0002. 83 y 100 págs. respectivamente. Madrid, 1989.

Recensión: Camps, Gabriel: Terrina et le Terrinien. Recherches sur le chalcolithique de la Corse. Colletion de l'Ecole française de Rome, 109. Roma, 1988. *Trabajos de Prehistoria*, 46 (1989), págs. 329 y 330.

El poblado neolítico de Cuartillas, en Mojácar (Almería) (en colaboración con M.D. Fernández-Posse, A. Gilman y C. Martín). *Anuario Arqueológico de Andalucía, 1986*. (1989). Tomo III, págs. 31 a 35.

Almizaraque (Almería): Minería y metalurgia calcolíticas en el sureste de la Península Ibérica (en colaboración con G. Delibes y otros). *Minería y metalurgia en las antiguas civilizaciones europeas*. Coloquio Internacional. Tomo I, Madrid, 1989, págs 81 a 96.

Situación actual y perspectivas en docencia e investigación para el área de Prehistoria (en colaboración con I. Barandiarán y G. Delibes). *Tendencias en Historia UIMP/ANEP/CSIC*. Madrid, 1990, págs. 9 a 17.

Indigenismo y romanización en la cuenca media del Tajo. Planteamiento de un programa de trabajo y primeros resultados (en colaboración con J. Mangas, J. Pereira y D. Plácido). *Actas del Primer Congreso de Arqueología de la provincia de Toledo*. Toledo, 1990, págs. 13 a 65.

Recensión: Studia Punica, Volúmenes 1 a 5. Università degli Studi, Roma II. Departamento de Historia. 1987-1989. *Archivo Español de Arqueología*, 63 (1990), págs 382 y 383.

Recensión: Acquaro, Enrico: Scavi al tofet di Tharros. Le ume dello scano Pesce-I, Istituto per la Civiltà Fenicia e Punica. Roma, 1989. *Archivo Español de Arqueología*. 63 (1990), págs. 384 y 385.

Un área doméstica de la edad del bronce en el poblado de «El Acequión» (Albacete) (en colaboración con M.D. Fernández-Posse y C. Martín). *Archivo de Prehistoria Levantina*, XX (1990), «Homenaje a D. Enrique Plá», págs. 351 a 362.

La edad del bronce (en colaboración con M.D. Fernández-Posse y C. Martín). *Albacete en su Historia*. Albacete, 1991, págs. 17 a 26.

Tartessos: indígenas, fenicios y griegos en Huelva. *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, vol. I. Roma, 1991, págs. 87 a 96.

Recensión: La intrincada heterogeneidad de las historias generales de nuestro tiempo. VVAA: Historia General de España y América. I-I: Los orígenes de España, Rialp, 1989; VVAA: Historia de España I. Desde la prehistoria a la conquista romana. Planeta, 1989. *Arqcritica*, 1 (1991), págs. 8 y 9.

Arqueología subacuática en Baleares (en colaboración con A. Roderó). *Jornadas de Arqueología Subacuática en Asturias*. Oviedo, 1991, págs. 133 a 145.

Almizaraque (Almería, Spain). Archeometallurgy during the chalcolithic in the southeast of the Iberian Peninsula (en colaboración con G. Delibes y otros). *Découverte du Métal*. Paris, 1991, págs. 303 a 315.

Application des méthodes archéométriques pour l'analyse du chalcolithique du bassin de Vera (Almería, Espagne), (en colaboración con P. Castaño y otros). *Revue d'Archéométrie*, 15 (1991), págs. 47 a 53.

La transición hacia la cultura talayótica en Menorca. *Trabajos de Prehistoria*, 48 (1991), págs 37 a 50.

Cuevas sepulcrales pretalayóticas de Mallorca: un ensayo de clasificación y análisis (en colaboración con M. Díaz-Andreu). *Recent Developments in Western Mediterranean Prehistory*. Vol. II. BAR Int. Series, 574. Oxford, 1991, págs. 79 a 114.

Indigenismo y orientalización en la tierra de Talavera (en colaboración con J. Pereira). *Actas de las primeras jornadas de Arqueología de Talavera de la Reina y sus tierras*. Toledo, 1992, págs. 57 a 94.

*Arte Prehistórico en las Baleares*, Cuadernos de Arte Español, 50. Madrid, 1992, 31 págs.

Los orígenes de Gijón, en Fernáandez-Miranda, M. (ed.): *Los orígenes de Gijón*. Gijón. 1992, págs. 11 a 13 (introducción) y 15 a 36.

Almizaraque et le Bassin de Vera (Almería, Espagne). Les origines du Chalcolithique dans le sud-est de la péninsule Ibérique. (en colaboración con G. Delibes y otros). *Le Chalcolithique en Languedoc. Ses relations extra-regionales* «Hommage à Jean Arnal», Fédération Archéologique de L'Hérault. Lattes, 1992, págs. 291 a 297.

Recursos naturales y desarrollo cultural durante el Calcolítico en la Cuenca de Vera (Almería). *Elefantes, Ciervos y Ovicaprios. Economía y aprovechamiento del medio en la Prehistoria de España y Portugal*. Santander, 1992, págs. 243 a 251.

Toletum (en colaboración con D. Plácido y J. Mangas). «Conquista romana y modos de intervención en la organización urbana y territorial». (I Congreso histórico-arqueológico hispano-italiano). *Dialoghi di Archeologia* 10, 1-2 (1992), págs. 263 a 274.

La recherche archéologique espagnole à Lixus: bilan et perspectives (en colaboración con C. Aranegui, M. Belén y E. Hernández). *Lixus*. Coloquio de Larache, 1989. Roma, 1992, págs. 7 a 15.

Incógnitas y controversias en la investigación sobre Tarteso, en Alvar, J. y Blázquez, J.M. (eds.): *Los enigmas de Tarteso*. Madrid, 1993, págs. 91 a 102.

The Bronze Age of La Mancha (en colaboración con C. Martín, M.D. Fernández-Posse y A. Gilman). *Antiquity*, 67, 254 (1993), págs. 23 a 45.

*Los orígenes de la civilización. El Calcolítico en el Viejo Mundo*, (en colaboración con G. Delibes). Madrid, 1993, 218 págs.

Conservar para disfrutar. El Patrimonio Histórico como política cultural, en «Cultura y Metrópoli». *Alfoz*, 98-99 (1993), págs. 63 a 67.

La Edad del Bronce en el sureste de la Mancha: el poblado de El Acequión (Albacete) (en colaboración con M.D. Fernández-Posse y C. Martín Morales). *Homenatge a Miquel Tarradell*. Barcelona, 1993, págs. 229 a 238.

*Menorca*. Gijón, 1993. 192 págs.

## 6. TESIS DOCTORALES DIRIGIDAS

ISABEL MARTINEZ-NAVARRETE: *La edad del Bronce en la submeseta suoriental: Una revisión crítica*. Universidad Complutense de Madrid, 1985.

CARMEN ORTIZ: *Historia del pensamiento antropológico en España: Luis de Hoyos Sáinz*. Universidad Complutense de Madrid, 1986.

JUAN PEREIRA: *La cerámica a torno pintada en Andalucía. Siglos VI a III. Cuenca del Guadalquivir*. Universidad Complutense de Madrid, 1987.

ALMUDENA HERNANDO: *Evolución interna y factores ambientales en la interpretación del calcolítico del suroeste de la península ibérica. Una revisión crítica*. Universidad Complutense de Madrid, 1987.

MATILDE FERNANDEZ MONTES: *Cultura tradicional en la comarca de Buitrago*. Universidad Complutense de Madrid, 1987.

MARCO DE LA RASILLA: *El Solutrense en Asturias y Santander dentro del contexto del Paleolítico Superior Peninsular* (codirigida con el prof. Javier Fortea, Catedrático de Prehistoria de la Universidad de Oviedo). Universidad de Oviedo, 1987.

MATILDE MUZQUIZ: *Análisis de las pinturas rupestres del techo de la cueva de Altamira. Materiales y técnicas*. Universidad Complutense de Madrid, 1988.

ROSARIO GARCIA HUERTA: *La edad del bronce en la Meseta oriental: el Alto Jalón y el Alto*

Tajo. Universidad Complutense de Madrid, 1989.

ALICIA RODERO RIAZA: *Las ánforas prerromanas en Andalucía*. Universidad Complutense de Madrid, 1990.

ANDRES CARRETERO PEREZ: *Antropología de las técnicas*. (Codirigida con el Dr. Antonio Limón, Museo de Artes y Costumbres Populares de Sevilla). Universidad Complutense de Madrid, 1990.

MARGARITA DIAZ-ANDREU GARCIA: *La edad del bronce en el noreste de la submeseta sur. Un análisis sobre el inicio de la complejidad social*. Universidad Complutense de Madrid, 1990.

IGNACIO MONTERO RUIZ: *Estudio arqueometalúrgico en el sudeste de la península ibérica*. Universidad Complutense de Madrid, 1991.

MARIA ASUNCION LIZARAZU: *Música popular tradicional en la provincia de Guadalajara*. (codirigida con el Dr. Antonio Limón, Museo de Artes y Costumbres Populares de Sevilla). Universidad Complutense de Madrid, 1991.

ANTONIO GARCIA BENITEZ: *Cambio Cultural en Cantillana*. Universidad Complutense de Madrid, 1991.

AMPARO SEBASTIAN: *Estudio sobre la composición en el arte levantino*. (Codirigida con el Dr. Valentín Villaverde, Catedrático de la Universidad de Valencia). Universidad de Valencia, 1992.

## 7. PONENCIAS EN CONGRESOS Y REUNIONES INTERNACIONALES

*Pollentia y la romanización de las Baleares. XXI Centenario de la fundación de Pollentia*. William L. Bryant Found. Alcudia, 1977.

*I Symposium de Antropología Biológica de España*, Madrid, Universidad Complutense, 1978 (en colaboración con M.D. Garralda).

*I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma, CNR, 1979.

*Early Settlement in the Western Mediterranean Islands and their Peripheral Areas*. Deia, 1982 (en colaboración con G. Delibes).

*Un millenio di relazioni fra la Sardegna e i paesi del Mediterraneo*. Selargius-Cagliari, 1986.

*Minería y Metalurgia en las antiguas civilizaciones europeas*. Madrid, 1986 (en colaboración con G. Delibes y otros).

*II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma, CNR, 1987.

*Enceintes, habitats ceinturés et sites perchés du Néolithique au Bronze ancien*. Aix-en-Provence, Ministère de la Culture et de la Communication, 1987 (en colaboración con M.D. Fernández-Posse, A. Gilman y C. Martín).

*L'Età del Rame in Europa*. Viareggio, 1987 (en colaboración con G. Delibes).

*Recent Developments in Western Mediterranean Prehistory*. Deia, 1988 (en colaboración con M. Díaz-Andreu).

*I Encuentro hispano-italiano de historiadores y arqueólogos*. Elche, Universidad de Alicante, 1989 (en colaboración con J. Mangas, D. Plácido y J. Pereira).

*Hommage au Dr. Jean Arnal*. Montpellier, 1990 (en colaboración con G. Delibes, M.D. Fernández-Posse y C. Martín).

*II. Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*. Ceuta, 1990 (en colaboración con A. Rodero).

*Reunión del Groupe des Méthodes Physiques et Chimiques de l'Archéologie*. Valence, 1991 (en colaboración con G. Delibes y otros).

*II Encuentro hispano-italiano de historiadores y arqueólogos*. S. Giustino, Università di Perugia, 1991 (en colaboración con D. Plácido).

*III Congrès International d'études phéniciennes et puniques*. Túnez, INAA, 1991 (en colaboración con A. Rodero).

*New Perspectives in Western Mediterranean Archaeology*. Tufts University, Medford, MA, 1991.

*Ritual, Mytes and Rites*, Deia, 1993. (en colaboración con W.H. Waldren y E. Sanders).

*Primeiro Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto, 1993. (en colaboración con M.D. Fernández-Posse, A. Gilman y C. Martín).



Manuel Fernández-Miranda (3º a contar da direita) na primeira fila do auditório da Reitoria da U.P., aquando da sessão inaugural do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (12.X.1993).

## 8. ORGANIZACION DE CONGRESOS, CURSOS Y SEMINARIOS

*C-14 y Prehistoria de la Península Ibérica.* Madrid. Fundación Juan March. 1978. Director.

*Altamira Symposium.* Madrid-Asturias-Cantabria. Ministerio de Cultura/Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Universidad Complutense de Madrid, 1980. Secretario General.

*Primeras Jornadas de Metodología en Investigación Prehistórica.* Soria. Ministerio de Cultura. 1981. Director.

*Indigenismo y Romanización entre los Astures.* León. Universidad de León. 1982. Director.

*Homenaje al profesor Martín Almagro Basch.* Madrid. Ministerio de Cultura. 1983. Miembro del Comité.

*El origen de la metalurgia en la Península Ibérica.* Oviedo. Instituto Universitario Ortega y Gasset. 1987. Director.

*Los Origenes de Gijón.* Gijón. Ayuntamiento de Gijón. 1989. Director.

*La edad del Bronce en Castilla-La Mancha.* Toledo. Diputación Provincial de Toledo/Fundación José Ortega y Gasset. 1990. Director.

*Curso Superior de Arqueología práctica.* Madrid. Ayuntamiento de Madrid/Instituto Universitario Ortega y Gasset. 1991. Director.

*Orfebrería prerromana en la Península Ibérica.* Madrid. Comunidad de Madrid/Instituto Universitario Ortega y Gasset. 1991. Director.

*Arqueología en Cataluña. Homenaje a Pere Bosch Gimpera en el centenario de su nacimiento.* Madrid. Cátedra Joan Maragall, Fundación José Ortega y Gasset/Fundació La Caixa/Residencia de Estudiantes. 1991. Director.

*Repensar Altamira.* Santander, Universidad Internacional Menéndez Pelayo. 1992. Director

*Las primeras sociedades complejas en el sudeste de la Península Ibérica.* Madrid. Museo Arqueológico Nacional/Instituto Universitario Ortega y Gasset. 1993. Director.

*Ritual, Mytes and Rites.* Deià Conference, 1993. Miembro del Comité Científico.

*I Congresso de Arqueologia Peninsular.* Porto, 1993. Membro del Comité Científico.

## 9. EXPOSICIONES, ESTUDIOS APLICADOS Y OTRAS ACTIVIDADES

Exposición *Arqueología Submarina en Menorca*. Fundación Juan March, 1977. Comisario.

Exposición *Los Iberos*. Ministerio de Cultura. México (octubre-diciembre, 1982), Madrid (febrero-marzo, 1983) y Barcelona (abril-mayo, 1983). Comisario.

Exposición *Homenaje a Luis Siret*. Madrid, Museo Arqueológico Nacional, 1985. Comisario.

Película *Altamira*. Documental 20 m. Efe/Ministerio de Cultura, 1985. Guionista.

Serie para televisión, *Melanesia, otro planeta habitado*. Serie documental de 11 episodios de 30 m. de duración. Rorcuál, 1986. Guionista (en colaboración con R. de Balbín).

Proyecto museológico *Parque Arqueológico y Minero de Río Tinto (Huelva)*, (en colaboración con P. Acuña). Fundación Río Tinto Minera, 1990. Codirector.

*Proyecto museológico y propuesta museográfica para el Museo de Menorca*. Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos. Madrid, 1993. Director.

*El Patrimonio Histórico en la Comunidad de Madrid*. Libro Blanco de la Cultura. Consejería de Educación y Cultura. Madrid, 1993. Director.

*Madrid, Diciembre 1993.*

# CONTEXTUALIZACION CULTURAL DEL CONJUNTO INDUSTRIAL ACHELENSE DEL EMBALSE DE URRÚNAGA (ALAVA) EN EL MARCO DEL PAIS VASCO PENINSULAR

por

Javier Fernandez Eraso\*, Andoni Saenz de Buruaga\*  
y Tomás Urigoitia

**Resumen:** Vertebración general de las industrias del Paleolítico inferior en el País Vasco tras los últimos descubrimientos de Urrúnaga (Alava).

**Palabras-clave:** Achelense superior. Paleolítico inferior vasco. Industrias.

El embalse de Urrúnaga o Santa Engracia se encuentra situado en una de las partes septentrionales del territorio histórico de Alava, próximo en determinados puntos al de Vizcaya. De manera inmediata se hallan ubicadas en su entorno más próximo las localidades alavesas de Elosu, Goiain, Legutio (Villarreal de Alava), Nafarrate, Urbina y Urrúnaga, y, algo más distante, la vizcaina de Otxandio, ocupando terrenos adscritos administrativamente a los ayuntamientos de Legutio y Zigoitia.

La zona, de clara influencia oceánica, forma parte de las estribaciones más orientales del macizo de Gorbea, divisoria de aguas cantábrico-mediterráneas: se trata de un espacio de tránsito, con suaves elevaciones y abiertos valles, entre la depresión meridional de la Llanada alavesa y los valles cantábricos septentrionales (Galdos, R; Ruiz Urrestarazu, E. 1983, pp. 43-44).

Los materiales prehistóricos se recogieron en diecisiete sitios localizados a las orillas del embalse. Su afloramiento se debe a la erosión producida por el lavado de las aguas en los márgenes del mismo; fenómeno no totalmente regular pues su incidencia se encuentra vinculada a factores geomorfológicos (relieve), climatológicos (períodos lluviosos o secos) y, consecuentemente, temporales (en

---

\* Departamento de Geografía, Prehistoria y Arqueología. Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea. 01006 Vitoria-Gasteiz.

términos generales, las épocas post-estivales ofrecen mejores condiciones de recogida).

En todos los casos se trata de materiales de superficie, es decir, carentes de registro estratigráfico. Si bien el número de lugares es amplio, el número de evidencias recuperados suponen sólo 146, siendo el conjunto más notable el correspondiente a Belaustegi (44), mientras que, por ejemplo, 10 lugares ofrecen lotes inferiores a 5 elementos.

Su distribución es la siguiente (Fig. 1):

- 1 – EU-21 Zabalain: 13 efectivos (un disco, un denticulado, cinco núcleos y seis productos brutos de talla).
- 2 – EU-40 Ibarra: 8 efectivos (un bifaz, un hendedor, cinco núcleos y un producto bruto de talla).
- 3 – EU-1 Mugarri: 13 efectivos (un canto bifacial elemental, dos raederas sobre canto, tres bifaces, una raedera y un denticulado sobre lasca, cuatro núcleos y un producto bruto de talla).
- 4 – EU-3 Belaustegi: 44 efectivos (un canto bifacial elemental, dos bifaces sobre canto, un bifaz sobre lasca, una raedera y tres denticulados sobre lasca, once núcleos y veinticinco productos brutos de talla).
- 5 – EU-6 Ubera: 2 efectivos (un disco y un triedro).
- 6 – EU-8 Kargaleku Norte: 4 efectivos (un núcleo y tres productos brutos de talla).
- 7 – EU-10 Kargaleku Sur: 2 efectivos (dos núcleos).
- 8 – EU-13 Urduleta: 3 efectivos (dos bifaces y un núcleo).
- 9 – EU-15 Antzerikueta: 3 efectivos (dos bifaces y un núcleo).
- 10 – EU-18 Zioltatz: 2 efectivos (dos productos brutos de talla).
- 11 – EU-23 Etxebarri: 15 efectivos (un canto bifacial elemental, dos raederas sobre lasca, seis núcleos y seis productos brutos de talla).
- 12 – EU-30 Zalzagain: 13 efectivos (una raedera sobre canto, cinco núcleos y siete productos brutos de talla).
- 13 – EU-31 Tribitu: 16 efectivos (dos cantos bifaciales elementales, dos bifaces, dos denticulados sobre canto, tres núcleos y siete productos brutos de talla).
- 14 – EU-32 Joxenpozu: 1 efectivo (un núcleo).
- 15 – EU-33 San Prudencio: 2 efectivos (un denticulado sobre canto y un núcleo).
- 16 – EU-34 Barrillegan: 1 efectivo (un núcleo).
- 17 – EU-38 Zaratzén: 4 efectivos (un canto bifacial elemental, una raedera sobre canto y dos núcleos).

A esta relación habría que añadir los artefactos recuperados con anterioridad en los lugares de Kargaleku Norte (un bifaz y una raedera sobre canto) y Belaustegui (un canto bifacial elemental) (SAENZ DE BURUAGA, J. A.: URIGOITIA, T. 1986).

Sin embargo, además del marco espacial en el que se ubican y de las circunstancias a las que están ligadas los hallazgos, los caracteres morfotécnicos del conjunto (técnicas de talla y retoque de los utensilios, carácter centrípeta de los núcleos, etc...), así como la materia prima empleada (con la excepción de un ejemplar en sílex y otro en cuarcita, el resto de la serie se soporta sobre caliza), propician su tratamiento como un sólo conjunto. De esta manera la evaluación cultural del conjunto Achelense Superior de Urrúnaga, expuesta sumariamente en el Coloquio Internacional que con el título "The Late Quaternary in the Western Pyrenean Region" se celebró en Vitoria-Gasteiz en mayo de 1990 (SAENZ DE BURUAGA, A.; FERNANDEZ ERASO, J.: URIGOITIA, T. 1992), quedaría definitivamente establecida en un trabajo publicado por nosotros mismos en la revista *Zephyrus* (SAENZ DE BURUAGA, A.; FERNANDEZ ERASO, J.: URIGOITIA, T. 1988-89, editado en 1991).

A modo de conclusión, en este último trabajo, se llegaba a afirmar que "la serie industrial prehistórica paleolítica procedente de diversos lugares de las márgenes del embalse de Urrúnaga –definida, básicamente, por utillaje sobre canto (cantos bifaciales elementales, bifaces, discos, triedros, hendedores, raederas y denticulados), núcleos vinculados tecnológicamente "*lato sensu*" a la talla centrípeta (centrípetos, de tendencia centrípeta y Levallois) y en la cual los utensilios sobre lasca poseen un papel secundario– puede quedar adscrita culturalmente al Achelense Superior".

Del mismo modo hacíamos hincapié en que "además de la selección de la materia prima –con la excepción de un bifaz en sílex y de un núcleo en cuarcita, la serie disponible se encuentra elaborada sobre cantos de caliza mineralizada, rica en componentes férricos, con una elevada densidad y ofreciendo sus cortezas coloraciones que, fruto de los procesos de oxidación adquieren apariencias hematíticas (rojizo) o limoníticas (amarillento)–, desde el punto de vista tecnológico el carácter centrípeta de las series –lógicamente con especial relevancia en núcleos y útiles sobre canto– viene a ser, en términos generales, uno de los atributos característicos del conjunto industrial. En consecuencia se muestra como un "*continuum*" morfotécnico especializado en diversos temas más o menos elementales, más o menos complejos, y cuyo generador o motor ("*dinámico*") es el desarrollo de la talla centrípeta".



## SITUACIÓN DE URRÚNAGA EN EL PALEOLÍTICO INFERIOR DEL PAÍS VASCO PENINSULAR

En el País Vasco Peninsular se han citado una serie de hallazgos relacionados con momentos inferopaleolíticos o de forma más imprecisa a lo "achelomusteroide" (cf. BARANDIARAN, I. 1988. pp. 273-295): (Fig. 2).

Vizcaya \* Arlampe (Lemona).

Guipúzcoa \* Leibar (cueva inferior de Lezetxiki en Mondragón).

\* Lezetxiki (Mondragón) (BALDEON, A. 1993).

\* Aitzbitarte III (Rentería).

Alava \* Aitzabal (Vitoria- Gasteiz).

\* Múrua.

\* Peñacerrada.

\* Conjunto del embalse de Urrúnaga (*Zabalain, Ibarra, Mugarri, Belaustegui, Ubera, Kargaleku Norte y Sur, Urduleta, Antzerikue-ta, Zioltatz, Etxebarri, Zalzagain, Tribitu, Joxenpozu, San Prudencio, Barrillegan y Zaratzen*).

Navarra \* Zúñiga.

\* Coscobilo (Olazagutía).

\* Venta de Judas (Lumbier).

\* Ordoiz (Estella).

\* Cabeza redonda (Viana) (BEGUIRISTAIN, M. A.; LABEAGA, J. C. 1993).

\* Matamala (Viana) (IRIGARAY, S. 1992).

\* Las Parcelas (Lezaun) (BEGUIRISTAIN, M. A. 1989).

\* Conjunto de la Sierra de Urbasa (*Balsa de Aranzaduya, Bioiza, Fuente de Aciarri, Regajo de los yesos, Osaportillo y Pozo Laberri*).

\* Conjunto de la Cuenca de Pamplona (*Gazólaz, Ibero, Paternain, Arazuri, Orcoyen y Cordovilla*) (GARCIA GAZOLAZ, J. 1994).

Sin embargo, pese a que el número de localizaciones supera la cuarentena, la mayor parte de ellas corresponden a piezas sueltas sin contexto arqueológico alguno. Otros, los que se identifican con las citas más antiguas, realizadas por Breuil, Obermaier, Barandiarán, Nolte, etc..., hoy se han perdido y, sólo en el mejor de los casos, se conserva algún dibujo de tosca factura.

Por ello tan sólo tres zonas nos ofrecerían condiciones, en principio, suficientes como para esbozar, siquiera someramente, esta antigua etapa de nuestra Prehistoria. En efecto sólomente los conjuntos de Urbasa y Cuenca de Pamplona, en Navarra, y el conjunto de Urrúnaga, en Alava, ofrecerían datos suficientes. Sin

embargo el conjunto de Urbasa presenta una serie de problemas inherentes a su condición de taller al aire libre, empleado durante diferentes etapas de la Prehistoria, a la hora de su adscripción cultural, como ha sido expuesto en varias ocasiones (BARANDIARAN, I.; VALLESPI, E.: 1980. BARANDIARAN, I.: 1988. BARANDIARAN, I.; MONTES, L.: 1991-92. BARANDIARAN, I. 1992). En un trabajo reciente (BARANDIARAN, I. 1988) se señala únicamente como pertenecientes con mayor probabilidad a periodos inferopaleolíticos los lugares de la Balsa de Aranzaduya y Bioiza.

A la vista de estos datos, y basándonos tan sólo en criterios morfo-técnicos procedentes del análisis de las industrias, podemos señalar que la fase más antigua del periodo inferopaleolítico no estaría, hoy por hoy, representada en el País. Los artefactos más antiguos parecen remontarse al Achelense Medio como los que han sido localizados en la Cuenca de Pamplona. Se trata de un conjunto fabricado sobre cantos rodados, con alto componente férrico, formado, según el estudio preliminar avanzado (GARCIA GAZOLAZ, J.: 1994), por un total de 527 evidencias líticas repartidas en 269 restos de talla (lascas enteras y fragmentadas y núcleos), 195 utensilios sobre canto (entre los que predominan los bifaces, los cantos tallados monofaciales, los cantos tallados bifaciales y los triedros) y, por último, 63 ejemplares sobre lasca (hedidores y, en menor medida, raederas). En cuanto a la técnica de fabricación, el conjunto destaca por no presentar ni carácter centrípeto ni levallois y por el empleo de percutor duro exclusivamente.

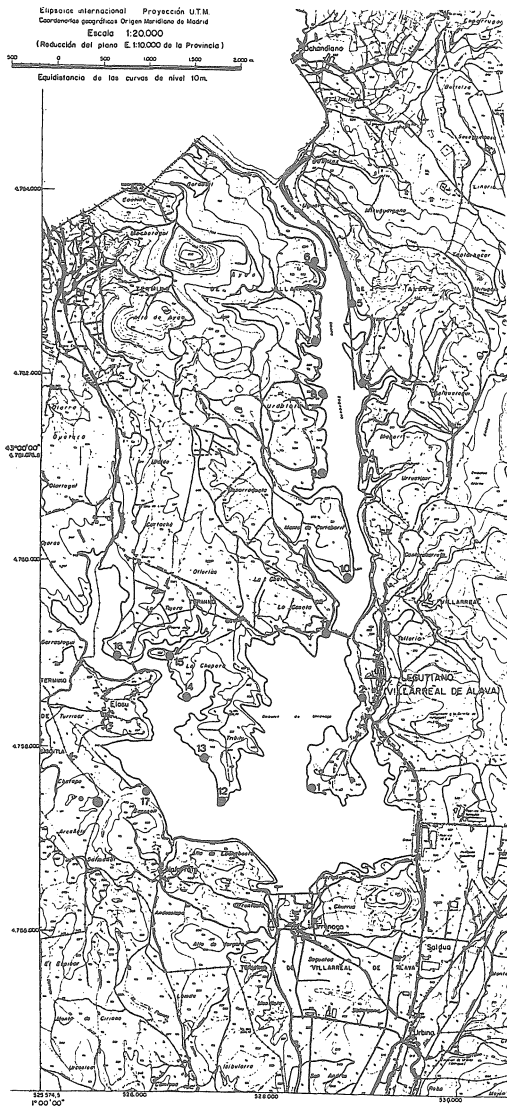
A las etapas más recientes del Paleolítico Inferior pudieran adscribirse, como se ha sugerido, algunas de las localizaciones de la Sierra de Urbasa: en especial los casos de la Balsa de Aranzaduya y de Bioiza. En similares parámetros habría que incluir el repertorio industrial del embalse de Urrúnaga, anteriormente descrito.

De esta manera, comparando las características morfotécnicas de los conjuntos disponibles de Urrúnaga y Cuenca de Pamplona, podemos observar como durante las etapa Superior del periodo Achelense, la talla levallois está claramente representada y lo centrípeto está presente en el proceso de fabricación de la mayor parte de los instrumentos sobre canto. De la misma manera el percutor blando o elástico comienza a ser empleado de manera notoria, alternando y complementando, en algunos casos, al percutor duro. En cuanto a los tipos industriales los cantos uni y bifaciales y los bifaces plenamente desarrollados serán los dominantes.

Situaciones similares a las aquí expuestas parecen advertirse en conjuntos localizados a lo largo del valle medio del Ebro en la comunidad de La Rioja y en la de Castilla-León, en la provincia de Soria.

## BIBLIOGRAFIA

- BALDEON, A. (1993). El yacimiento de Lezetxiki (Gipuzkoa, País Vasco). Los niveles musterienses. *Munibe*, 45, pp. 3-97.
- BARANDIARAN, I. (1988). *Historia General de Euskal Herria. Prehistoria: Paleolítico*. Enciclopedia General Ilustrada del País Vasco. San Sebastián.
- (1992) Notas sobre relaciones de los yacimientos navarros de la Prehistoria antigua. *Príncipe de Viana*, anejo 14, pp. 25-46.
- BARANDIARAN, I.; MONTES, L. (1992). Ocupaciones del Paleolítico en Urbasa (Navarra). El sitio de Mugarduia Norte. *Trabajos de Arqueología Navarra*, 10, pp. 21-67.
- BARANDIARAN, I.; VALLESPI, E. (1980). Prehistoria de Navarra. *Trabajos de Arqueología Navarra*, 2.
- BEGUIRISTAIN, M. A. (1989). Dos nuevos bifaces de tipología achelense en Tierra Estella (Navarra). *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. pp. 36-48.
- BEGUIRISTAIN, M. A.; LABEAGA, J. C. (1993). Pieza de tipología abbevillense procedente del término de Viana (Navarra). *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, pp. 9-16.
- GALDOS, R; RUIZ URRESTARAZU, E. (1983). Montes y valles. In: *Alava en sus manos*. Ed. Caja Provincial de Alava. Vitoria, pp. 41-72.
- GARCIA GAZOLAZ, J. (1994). Los primeros depredadores en Navarra: Estado de la cuestión y nuevas aportaciones. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 2, pp. 7-47.
- IRIGARAY SOTO, S. (1992). Estudio del yacimiento de Matamala (Viana): los materiales paleolíticos y la industria holocena. *Príncipe de Viana*, anejo 14, pp. 75-86.
- SAENZ DE BURUAGA, J. A; URIGOITIA, T. (1986). Evidencias aisladas de cantos tallados en las márgenes del embalse de Urrúnaga (Alava). *Estudios de Arqueología Alavesa*, 13, pp. 28-45.
- SAENZ DE BURUAGA, A; FERNANDEZ ERASO, J.; URIGOITIA, T. (1991). El conjunto industrial achelense del embalse de Urrúnaga (Alava). *Zephyrus*, XLI-XLII, pp. 27-53.
- (1992). Datos preliminares sobre el conjunto de cantos tallados descubierto en el embalse de Urrúnaga (Alava). *The Late Quaternary in the Western Pyrenean Region* (Vitoria-Gasteiz, mayo de 1990), pp. 405-413.



- 1.- EU 21: Zabalain; 2.- EU 40: Ibarra; 3.- EU 1: Mugarrí; 4.- EU 3: Belaustegi; 5.- EU 6: Ubera;
- 6.- EU 8: Kargaleku Norte; 7.- EU 10: Kargaleku Sur; 8.- EU 13: Urduleta; 9.- EU 15: Antzerikueta; 10.- EU 18: Zirolatz; 11.- EU 23: Etxebarri; 12.- EU 30: Zalzagain; 13.- EU 31: Tribitu; 14.- EU 32: Joxenpozu; 15.- EU 33: San Prudencio; 16.- EU 34: Barrillegan; 17.- EU 38: Zaratzen

Fig. 1 — Mapa de localización de lugares.

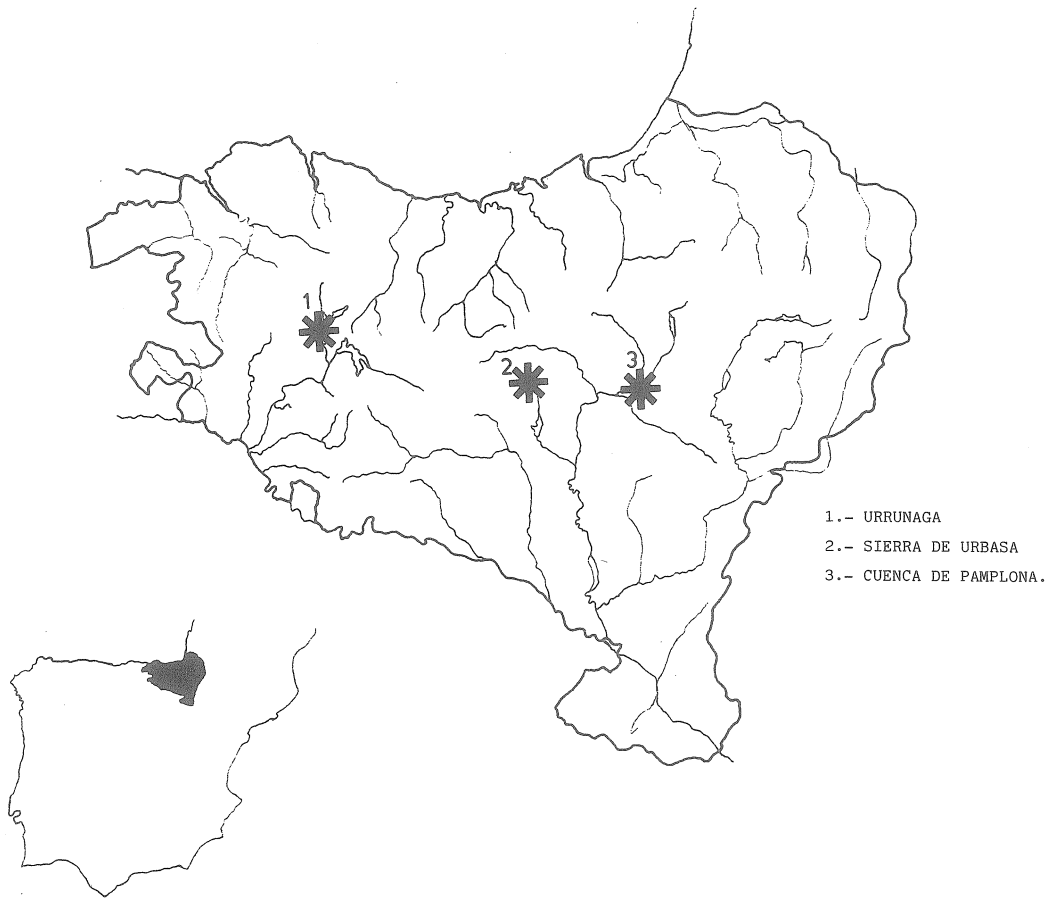


Fig. 2 — Situación de los conjuntos más numerosos.

# SILEX Y LUSTRE TERMICO EN EL PALEOLÍTICO MEDIO. ¿ALTERACIÓN O TÉCNICA DE TALLA? EL EJEMPLO DE MEDIONA I (ALT PENEDES, BARCELONA)

por

Ignacio Clemente Conte\*

**Resumen:** En este trabajo se analizan las piezas retocadas de uno de los niveles del yacimiento del paleolítico medio Mediona I (Alt Penedès, Barcelona). Hay un cierto número de ellas que presentan lustre térmico en los negativos del retoque. El objetivo es averiguar si esto es debido a un procedimiento tecnológico o si es un reaprovechamiento de piezas que han sufrido una alteración térmica. Para ello hemos realizado un programa experimental que nos ha permitido caracterizar como se refleja la alteración térmica en la superficie de los artefactos elaborados en sílex.

**Palabras-clave:** Tratamiento térmico. Alteración térmica. Paleolítico medio.

En Mediona I, yacimiento al aire libre del paleolítico medio con seis niveles arqueológicos, son muy abundantes los restos líticos que presentan alteraciones térmicas (Estévez *et alii*, 1993). Entre estas piezas con alteraciones térmicas hay un número considerable que presentan un trabajo secundario de configuración o retoque, de éstas últimas hemos seleccionado las pertenecientes al nivel arqueológico denominado RO para observar cuantas de ellas presentan lustre térmico en la zona retocada, objeto de estudio de este trabajo.

Existe una amplia bibliografía para el reconocimiento de las alteraciones térmicas en el sílex y otras materias primas (Ahler, 1983; Griffiths *et alii.*, 1987; Rick, 1978, 1983; Joyce, 1985; Schindler *et alii.* 1982 etc.), o el tratamiento térmico como una técnica para la talla (Bordes, 1969; Inizan *et alii.* 1976-77; Wemelle, 1991, etc.). También existen trabajos como el de Binder y Gassin (1988) que tratan sobre la formación y reconocimiento de los rastros de uso en piezas talladas tras un tratamiento térmico, e incluso sobre la conservación de los microrrastros de uso tras una alteración térmica post-depositacional (Clemente, en prensa).

---

\* Inst. Milà i Fontanals- CSIC. Laboratori d'Arqueologia. c/ Egipcíques 15, 08001- Barcelona.

Para el reconocimiento de las distintas alteraciones térmicas nos hemos basado, además de en la bibliografía anteriormente citada, en una experimentación que se llevó a cabo para otro trabajo anterior (op. cit. Clemente, en prensa). Esta experimentación fue doble y complementaria: al aire libre, con varios fogones y en el laboratorio; para esta última hemos utilizado un horno Nabertherm que registra temperaturas de hasta 1200°C.

A grosso modo las alteraciones observadas en las piezas de sílex que han sufrido una alteración térmica son las siguientes:

**Cambios de coloración:** Los cambios de coloración no se presentan siempre de forma sistemática. Algunas piezas presentan cambios de coloración notables y otras mucho menos, sin que por el momento hayamos podido relacionarlo con la ubicación de las piezas en los hogares. El color gris del sílex de S. Quintf suele convertirse en blanco, mientras que las zonas rojas de este mismo sílex se vuelven más claras, presentando tonalidades más rosadas y en algunos casos tiende al morado. Hay que remarcar que no todas las piezas han sufrido cambio de coloración y que en muchos casos es poco significativa.

En varias piezas se ha observado un “manchón negro” que ocupa, sobre todo, una de las dos caras, concretamente la que ha sido depositada hacia arriba, osea la que no está en contacto con la superficie de la tierra (para realizar esta experimentación las piezas siempre se han colocado con la cara dorsal hacia arriba, apoyando la cara ventral en la tierra). Observando al microscopio este “manchón” se ve de aspecto muy brillante, ocupa toda la superficie, es espeso, rugoso y donde está más concentrado se forman una especie de “cráteres” y “nervaduras”. Da la sensación de que se trata de algo adherido a la superficie (podría ser quizás una mezcla de resinas con otros componentes. /Visto al microscopio tiene un aspecto semejante al de la resina negra obtenida al calentar (quemar) teas de pino y que nosotros la hemos utilizado para realizar enmangues/).

**Fracturas:** Otra de las alteraciones comunes en las piezas que han estado en contacto con un fuego son las fracturas. Son diversas las fracturas observadas en las lascas que hemos colocado en los hogares (Foto nº 1). Las fracturas más comunes cortan verticalmente u oblicuamente la pieza y son de superficie lisa o rugosa, otras forman una lengüeta y suelen ser de superficies rugosas.

En el horno, las fracturas que se producen son también muy diversas, y no tiene nada que ver para ello el tamaño de la pieza. Un factor observado muy importante es la manera de aumentar la temperatura: por calentamiento brusco o por aumento lento. Una pieza de sílex de tamaño considerable (15x12x10) se introdujo en el horno cuando éste estaba a 400°C y a los 10 minutos habían saltado múltiples fragmentos de distintos tamaños y formas; sin embargo una lasca de pequeño tamaño (4x3x0,7) del mismo sílex que se introduce en el horno al encenderlo puede llegar a altas temperaturas (600-700°C) sin fracturarse o

habiendo sufrido sólo algún que otro levantamiento térmico, escamaciones o agrietamientos.

**Levantamientos térmicos:** Es un fenómeno que se observa con frecuencia en piezas que han sufrido una alteración térmica. Son los negativos de unos levantamientos que tienen una forma oval o semiesférica (conocidos comúnmente como cúpulas térmicas), superficies lisas o rugosas y, generalmente, brillantes (lustre térmico) (Foto nº 2). A veces estos levantamientos son superficiales (menos profundos o más planos), de tamaño bastante considerable y de formas distintas, de superficie rugosa y brillante. La mayoría de estos levantamientos se dan en la cara que apoya sobre la superficie de la tierra, en este caso, como ya hemos mencionado anteriormente, se trata de la cara ventral.

**Escamaciones y agrietamientos:** Otras de las alteraciones térmicas que hemos observado son las “escamaciones” y agrietamientos de la superficie. Las escamaciones son alteraciones macroscópicas por lo que se pueden ver a simple vista en las superficies rubefactadas de las piezas (Foto nº 3). Pueden ser de tamaños y formas diversas, aunque predominan las líneas curvas; también pueden ser más o menos superficiales. Si estas escamaciones son muy fuertes pueden desprenderse de la lasca pasando, entonces, a ser un levantamiento térmico.

Los agrietamientos, como la propia palabra indica, son grietas, normalmente microscópicas, que se observan en la superficie del sílex (Foto nº 4). Estas grietas pueden ser finas (o delgadas) y superficiales (no profundas) o anchas y profundas. Pueden observarse aisladas o bien, cuando la alteración es más fuerte, son múltiples y cuartejan la superficie, formando un reticulado que recuerda el tipo de superficie que presentan los suelos tras un prolongado período de sequía.

**Lustre térmico:** Este lustre fué descrito por F. Bordes en 1969 en base al observado en piezas solutrenses. Esta alteración (característica de los objetos transformados tras un calentamiento) se caracteriza por tener un aspecto brillante, algo vidrioso y ligeramente graso; los levantamientos (retoques o fracturas), contrastan con el aspecto mate del resto de la superficie del sílex. Este tipo de lustre, o brillo graso, lo hemos observado normalmente en los levantamientos térmicos, tanto en el interior de los negativos como en una de las caras de las esquirlas que han saltado, así como en las fracturas.

En las lascas que hemos colocado en el horno sólo hemos observado este tipo de alteración en el interior de los negativos de los levantamientos térmicos o en las superficies fracturadas. Hemos retocado varias piezas que han sufrido un calentamiento previo, y este brillo térmico se observa en aquellas que han alcanzado una temperatura de 300°C. (para el sílex de S. Quintí).

En varias piezas que han estado en un hogar experimental hemos observado otro tipo de lustre que cubre prácticamente toda la superficie. El “lustre” es muy brillante y da la impresión de que estuviera mojado (sumamente graso). Visto al



microscopio metalográfico parece que hubiese habido una disolución de la sílice (un cambio estructural). Es extremadamente brillante, liso, con microdepresiones (huecos) y estrías, tiene el aspecto de un espejo picoteado.

**Patinación:** Por el momento, a efectos descriptivos, hemos llamado pátina a alteraciones que presentan, en microscopía óptica, un aspecto similar al de las que se producen por fenómenos químicos. En dos o tres de las piezas, que hemos recogido de la zona central de los fogones experimentales, hemos observado que habían sufrido una patinación bastante significativa. La pátina tiene una coloración parda (marronosa) o blanca. Vista al microscopio metalográfico es blanca lechosa cuando está muy desarrollada y blanca traslúcida cuando está menos desarrollada (Foto nº 5).

En algunas piezas que se han colocado en el horno se observa una formación de pátina semejante a la observada en piezas ubicadas en los fogones experimentales. Una lasca de sílex de S. Quintí de color rojo se colocó sólo encender el horno y se fué sacando cada cierto tiempo, según la temperatura, para observar si había variaciones y hacer registros microfotográficos. La pátina empezó a afectar a la superficie del sílex al alcanzar temperaturas entre 500 y 550°C. A esta temperatura había afectado entre un 5 y 10% de la superficie, en ambas caras, sobre todo en los bordes y aristas de la cara dorsal. A los 670°C la pátina ha aumentado y llega a cubrir hasta un 40% de la superficie.

Una vez reconocidas las alteraciones que se observan en las superficies líticas (del sílex) que han sufrido alteraciones térmicas, y siguiendo los escasos trabajos anteriores que han tratado el mismo tema para una cronología similar (ver Meignen, 1982), hemos analizado los artefactos retocados del nivel RO de Mediona I, para ver si se trata de un tratamiento térmico intencionado para la realización del retoque, o si por el contrario se trata de un reaprovechamiento de piezas talladas anteriormente y que han sufrido una alteración térmica involuntaria.

En la parte excavada del nivel denominado RO de Mediona I se documentan 308 piezas que presentan negativos de un proceso de configuración (o retoque); de éstas solamente 54 (17, 53%) presentan un brillo o lustre térmico en el interior de los negativos del retoque, de las 254 restantes hay que destacar que 90 de ellas aunque el retoque haya sido elaborado antes de la alteración térmica presentan otros síntomas (coloración, escamaciones, agrietamientos, etc.) de haber sufrido este tipo de alteración. La mayoría de las piezas retocadas de este nivel, 164 (53, 25%), no presentan ningún tipo de rastro que nos haga suponer que han sufrido alteración térmica.

Si observamos las 54 piezas que presentan lustre térmico en los retoques, vemos que la gran mayoría de ellas presentan algún otro tipo de alteración térmica, y de las diez que presentan tan solo el lustre térmico (Foto nº 6) hay dos o tres en las que las extracciones son tan marginales que no deberíamos clasificarlas

como retocadas ya que el origen de estos negativos podría ser el uso u otro tipo de alteración post-depositacional (pisoteo o "trampling"). En un par de casos observamos que las piezas presentan algunas extracciones que no tienen lustre térmico juntamente con otras que sí lo tienen. Esto quiere decir que se trata de piezas retocadas que luego han sufrido un calentamiento (alteración térmica) y han sido retocadas de nuevo. Pues, como ya hemos nombrado anteriormente, el lustre térmico se observa solamente en los negativos de las extracciones y en la cara ventral del positivo extraído.

Los negativos de los retoques de estas piezas que presentan lustre térmico en el interior de los mismos suelen tener las mismas medidas y ángulos que las piezas retocadas que no han sufrido alteración térmica; tan sólo en algunos casos se consigue una longitud algo mayor (hasta 12-15 mm.). Creemos que los retoques tanto en unas como en otras se consiguen por percusión.

En nuestra experimentación hemos comprobado que en lascas cuyos filos tienen más o menos el mismo ángulo (unos 40 grados) si realizamos un retoque presionando con un hueso, el resultado es significativamente distinto, ya que en las piezas que han sido tratadas térmicamente se consigue un retoque mucho más profundo y laminar (405 mm. cuando no hay tratamiento térmico y 10-15 mm. cuando sí lo hay), incluso aplicando una fuerza menor. En el sílex de S. Quintí el lustre térmico aparece en los negativos de los retoques cuando la lasca ha alcanzado prácticamente los 300 grados centígrados (Foto nº 7).

En épocas posteriores a la que estamos tratando, en distintas zonas y continentes, e incluso observado etnográficamente (Schindler *et alii*, 1977), se constata, con toda seguridad, el tratamiento térmico como procedimiento para la talla. En estos casos, por ejemplo en la talla de puntas con retoque plano o en láminas neolíticas obtenidas por presión, observamos que existe un control de la temperatura a la que se expone el sílex, ya que solamente es el lustre térmico el que nos verifica la existencia del tratamiento térmico no observándose ningún otro tipo de alteración (según Wemmelle, 1991, la temperatura óptima se sitúa entre 250 y 350°C. Por debajo de los 250° el tratamiento térmico es inoperante, y por encima de los 370° se produce una destrucción de los materiales). De ahí que en estos casos podamos hablar de tratamiento térmico y en los otros, como es el caso de Mediona I, debamos hablar de alteración térmica. El tratamiento térmico ofrece ventajas a la hora de realizar la talla (Inizan *et alii*, 1977; Binder y Gassin, 1988) ya que la fuerza que hay que aplicar es mucho menor, aunque el producto final pueda conseguirse igualmente sin él. Este procedimiento técnico para la talla está siempre relacionado con la presión.

Por todo lo visto anteriormente estamos convencidos de que en Mediona I no existe un tratamiento térmico sistemático, estandarizado y regular en estas piezas retocadas, sino que son piezas que han sufrido una alteración térmica

posterior a la talla y anterior al retoque. Desconocemos si la alteración fué postdeposicional (producto de un incendio o de hogares reinstalados sobre lugares de ocupación anteriores con piezas todavía en superficie; o bien fue una utilización esporádica y voluntaria del fuego para mejorar en algunos casos la calidad de la talla en el proceso de configuración). Es muy probable que se trate de reaprovechamiento de piezas de ocupaciones anteriores puesto que en Mediona I observamos ciertas piezas que presentan patinación en casi la totalidad de su superficie excepto en los negativos de los retoques. Creemos que si se tratara de un tratamiento térmico voluntario el porcentaje de piezas que presentarían estos rasgos sería mayor (no sólo el 17, 53%) ya que casi toda la talla se realiza sobre un mismo tipo de sílex. Además, como hemos señalado más arriba, no se observa esta técnica para la extracción de las lascas del núcleo; sí se observa lustre térmico y distintas fracturas térmicas en muchos fragmentos que constituyen la mayoría de los remontajes que se han podido realizar. El reaprovechamiento de artefactos líticos de ocupaciones anteriores puede ser algo común en yacimientos prehistóricos de distintas cronologías. Así, por ejemplo, en el yacimiento de Reclau Viver (Pla de L'Estany, Girona) (Estévez, 1975) hay también una pieza que se talló y retocó en un nivel inferior, se fracturó en dos y uno de los fragmentos (que presenta una pátina distinta) fue posteriormente reaprovechado y retocado, quedando depositado en un nivel posterior. Así, pues, llegamos a la misma conclusión que L. Meignen (1982) al analizar el yacimiento de *l'abri de Brugas* (aunque en este yacimiento sólo tiene 9 piezas que presentan lustre térmico en el negativo de los retoques): que se trata de algo casual; sin embargo, puede que sea ya en esta época cuando los grupos humanos empiezan a percatarse de que los sílex quemados presentan una estructura menos resistente (más frágil) que facilita la talla, técnica que, como hemos visto, se aplicará regularmente y controladamente con posterioridad.

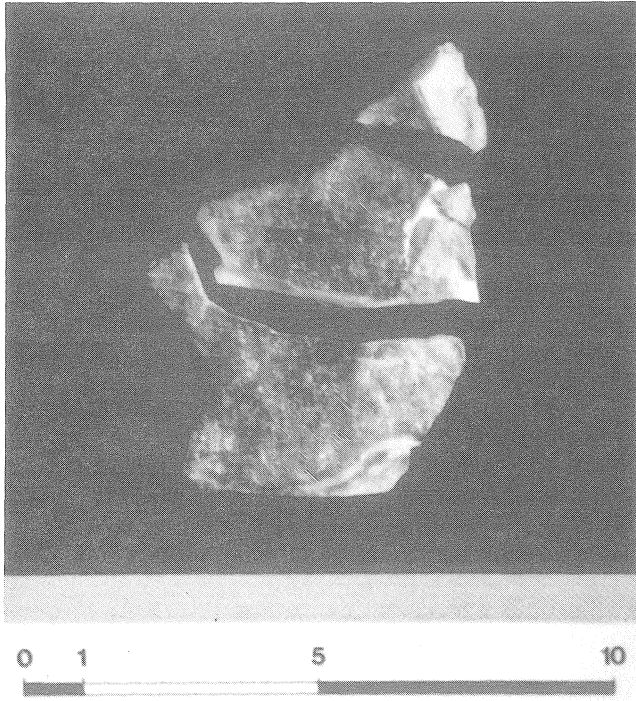
## BIBLIOGRAFIA

- AHLER, S. A. - 1983. Heat Treatment of Knife River Flint. *Lithic Technology*. Vol. 12 nº 1 April, pp. 1-8.
- BINDER, D. et GASSIN, B. - 1988. Le débitage laminaire chasséen après chauffe: technologie et traces d'utilisation. *Industries lithiques. Tracéologie et Technologie*, Vol 1, CNRS. *BAR International Series* 411 (i), pp. 93-125.
- BORDES, F. - 1969. Traitement thermique du silex au solutréen. *B. S. P. F., C. R. S. M.* nº 7, p. 147.
- CLEMENTE, I. - en prensa. Thermal alterations of flint implements and the conservation of microwear polish: preliminary experimental observations. En *VI Simposium Internacional del Sílex*, Madrid, Bilbao, Granada, 1991.
- ESTEVEZ, J. -1975. *Análisis de los niveles inferiores de la cueva "Reclau Viver" (Serinyà)*.

Tesis de licenciatura (inédita). Universidad de Barcelona.

- ESTEVEZ, J.; PIQUE, R.; VILA, A.; TAULE, M.; WENIGER, G.; BONET, A. y CLEMENTE, I. - 1993. El poblamiento prehistórico en la cuenca del Mediona (Alt Penedès, Barcelona). En: 1º Congreso de Arqueología Peninsular. Actas II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 33 (3-4), pp. 119-136.
- GRIFFITHS, D. R.; BERGMAN, C. A.; CLAYTON, C. J.; OHNUMA, K.; ROBINS, G. V. and SEELEY, N. J. - 1987. Experimental investigation of the heat treatment of flint. The human uses of flint and chert. *Proceedings of the fourth international flint symposium held at Brighton Polytechnic 10-15 April 1983*. Cambridge University Press, pp. 43-52.
- INIZAN, M. L.; ROCHE, H.; TIXIER, J. - 1977. Avantages d'un traitement thermique pour la taille des roches siliceuses. *Quaternaria* T. XIX pp 1-18.
- JOYCE, D. J. - 1985. Heat Treatment of Alibates Chalcedony. *Lithic Technology*, vol 14 nº 1, April, pp. 36-40.
- MEIGNEN, L. - 1982. Supports d'outils chauffés au Paleolithique moyen. *Studia Praehistorica Belgica* 2, pp. 111-117.
- RICK, J. W. - 1978. *Heat-Altered cherts of the Lower Illinois Valley. An Experimental Study in Prehistoric Technology*. Northwestern Archeological Program Prehistoric Records Nº 2.
- RICK, J. W. and CHAPPELL, S. - 1983. Thermal Alteration of Silica Materials in Technological and Functional Perspective. *Lithic Technology*, Vol. 12 nº 3 December, pp. 69-80.
- SCHINDLER, D. L.; HATCH, J. W.; HAY, C. A. and BRADT, R. C. - 1982. Aboriginal thermal alteration of a central Pennsylvania jasper: analytical and behavioral implications. *American Antiquity*, Vol. 47 nº 3, pp. 526-544.
- WEMELLE, R. - 1991. Traitement thermique des roches siliceuses. Etude sur éclats. En: *La Pierre Préhistorique*. Actes du séminaire des 13 et 14 décembre 1990. Laboratoire de Recherche des Musées de France, pp. 115-125.

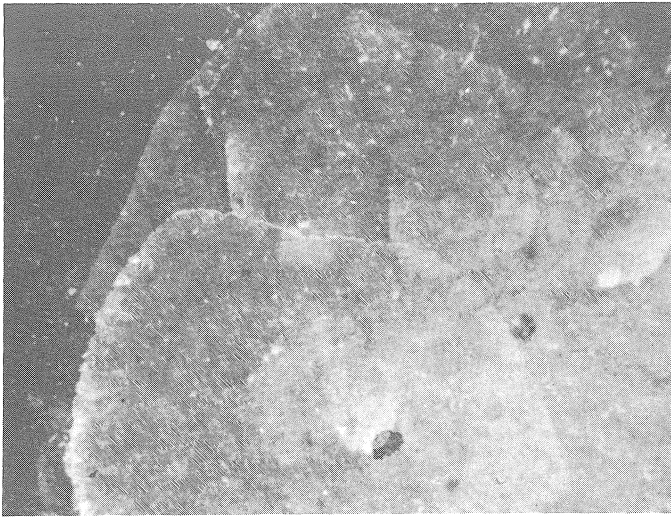
Est. I



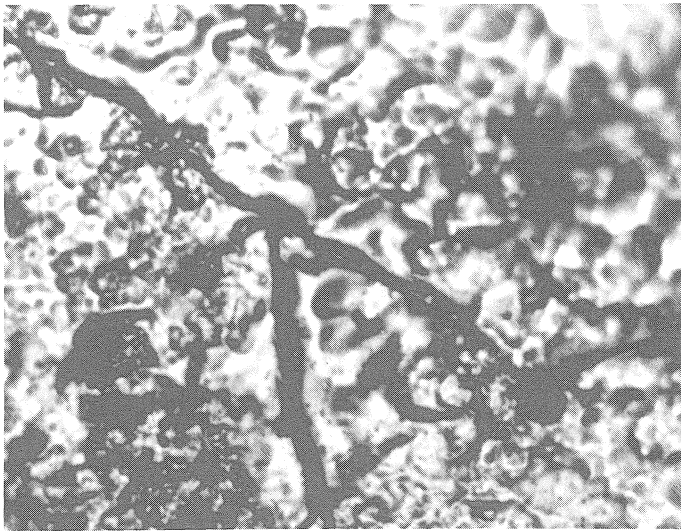
1 — Fracturas producidas por una alteración térmica. Sílex experimental de S. Quintí de Mediona.



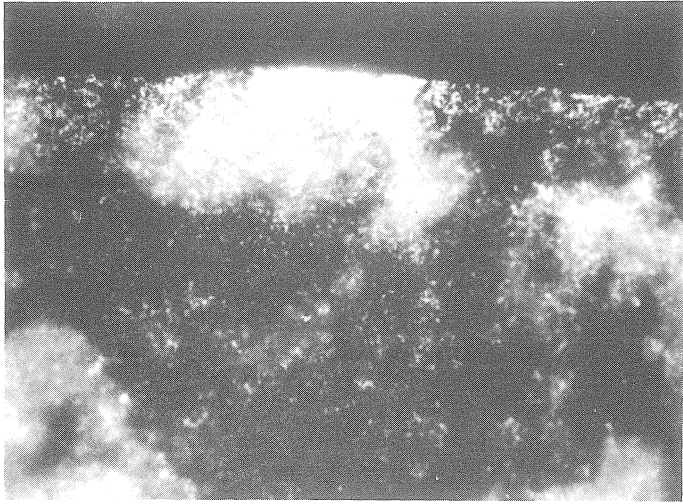
2 — Levantamiento térmico (o cúpula térmica) visto a través de lupa binocular, sílex experimental (20X).



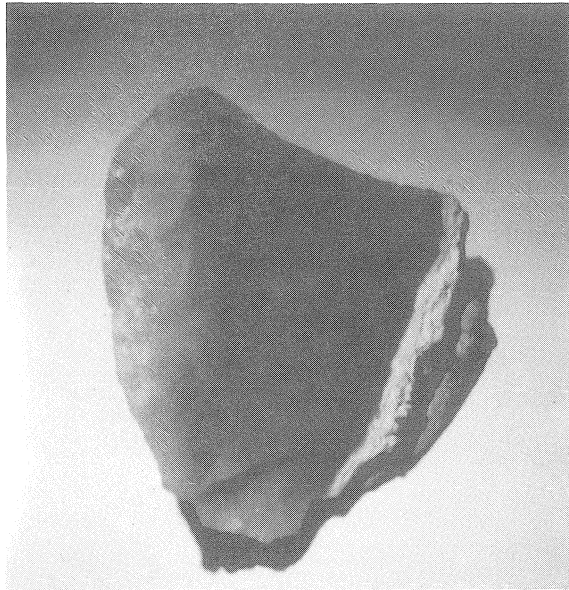
3 — Escamaciones producidas por alteración térmica. Sílex experimental (20X).



4 — Agrietamiento en una superficie de sílex termoalterada (experimental) 200X.



5 — Areas con patinación debido a una alteración térmica, sílex experimental, 100X.



6 — Brillo o lustre térmico en el interior del retoque, pieza arqueológica de Mediona I (nivel RO).



7 — Detalle del brillo o lustre térmico en el interior del retoque, pieza experimental.



# LAS PLACAS DECORADAS DE LA CUEVA DE LA HOZ (STA. MARÍA DEL ESPINO, GUADALAJARA): UN EJEMPLO DE ARTE MOBILIAR PALEOLÍTICO EN LA MESETA CASTELLANA

por

Rodrigo de Balbín Behrmann\*, Jose Javier Alcolea Gonzalez\*  
y Luis Alfonso Cruz Naimi\*

**Resumen:** En la presente comunicación pretendemos dar a conocer un aspecto importante del arte Paleolítico de la Meseta Castellana, como son las placas decoradas encontradas en la cueva de La Hoz, Santa María del Espino, Guadalajara.

La cueva de la Hoz fué dada a conocer por A. Beltrán, y parecía poseer un número escaso de representaciones rupestres. Los trabajos que venimos realizando en ella el Area de Prehistoria de la Universidad de Alcalá de Henares desde el año 1989, nos permiten afirmar la presencia de abundantes figuraciones rupestres, desconocidas hasta ahora, además de otras muebles de las que ahora tratamos, encontradas en sondeos realizados en el exterior y en el interior de la cueva, y que presentan formas animales grabadas, en todo relacionables con la última fase de desarrollo rupestre.

**Palabras-clave:** Arte Paleolítico. Arte Mueble Paleolítico. Arte Paleolítico de la Meseta.

## INTRODUCCION

Es nuestra intención en la presente comunicación dar a conocer una parte de la colección de las placas decoradas de la Cueva de la Hoz, sita en Sta. María del Espino (Guadalajara), material desconocido hasta ahora y descubierto en últimos años en el curso de los trabajos llevados a cabo por el equipo del Area de Prehistoria de la Universidad de Alcalá de Henares para revisar la realidad arqueológica de la cueva castellana, frecuentemente maltratada en lo que se refiere a documentación y conservación.

El interés de esta colección es, sin lugar a dudas, sobresaliente, tanto por su volumen (hasta la fecha se han documentado más de treinta placas decoradas)

---

\* Departamento de Historia I y Filosofía, Universidad de Alcalá de Henares.

como por su significación dentro del marco geográfico en el que se inscribe. Los ejemplos de arte mueble paleolítico conocidos en la meseta son, si los comparamos con las áreas clásicas en este tipo de manifestaciones, la Cornisa Cantábrica y el litoral mediterráneo, extremadamente escasos y fragmentarios. Tan sólo podemos mencionar el desaparecido bastón perforado de la cueva del Caballón de Oña, en Burgos (BARANDIARAN, I. 1973)<sup>1</sup>, la placa de pizarra de Villalba de Almazán, en Soria (JIMENO, A. y FERNANDEZ, J. J. 1988. JIMENO, A.; FERNANDEZ, J. J.; GOMEZ BARRERA, J. A. y GALINDO, M. L. 1990) y la figura de bulto redondo en marfil de un mustélido del yacimiento de Jarama II en Valdesotos, Guadalajara (JORDA, J. F., GARCIA, M. A., ADAN, G., y SANCHEZ, B. 1988-89, ADAN, G., GARCIA, M. A., JORDA, J. F., y SANCHEZ, B. 1989 JORDA, J. F., GARCIA, M. A., 1989).

Ante la importancia del descubrimiento, excepcional tanto por su valor intrínseco como por la novedad científica que significa, presentamos en estas líneas un avance de los trabajos de documentación y estudio actualmente en curso, aun cuando somos conscientes de la provisionalidad de los datos ahora presentados, que como suele ocurrir en el campo de los estudios dedicados al Arte Rupestre, necesitan de un prolongado trabajo de revisión hasta alcanzar resultados razonablemente definitivos.

## MARCO GEOGRAFICO Y ANTECEDENTES A NUESTRA INVESTIGACION

La cueva de La Hoz fué descubierta por J. Cabré mientras realizaba sus trabajos sobre Los Casares, y publicada en principio con ésta en su trabajo clásico de 1934 (CABRE, J. 1934). Obermaier publicaría una nota para la Real Academia de la Historia un año después (OBERMAIER, H. 1935), quedando interrumpidos los estudios hasta el año 1968, en que A. Beltrán e I. Barandiarán publicarían su monografía sobre La Hoz y Los Casares, donde el primero de ellos presenta los únicos calcos conocidos de las figuras rupestres que alberga la cavidad. Una bibliografía tan escasa solamente revela nuestro mal conocimiento de la cueva, eclipsada por su ilustre vecina, la cueva de Los Casares, más espectacular, vistosa y accesible.

Del mismo año 1966 en el que el equipo de la Universidad de Zaragoza realizó los trabajos de excavación en Los Casares datan las presuntas catas del pórtico de la cueva de La Hoz, de las que se publican estratos correspondientes al nivel de la terraza fluvial del riachuelo que aún sale por su boca, pero nada arqueológicamente válido.

---

<sup>1</sup> Además, hay otras notas sueltas en trabajos de Obermaier 1925, donde habla de "un bastón perforado con grabado de una cabeza estilizada de rumiante", Pericot 1942 y Almagro 1963.

Su proximidad a la cueva de Los Casares, con la que forma el núcleo más importante de Arte Paleolítico meseteño al sur del Sistema Central, nos afirmó en la necesidad de estudiarla conjuntamente con la anteriormente citada. Este proyecto está siendo financiado por la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, y comenzó ya en 1990. La relativa modestia del yacimiento rupestre, así como el hecho de que éste poseía una publicación de conjunto moderna (BELTRAN, A. y BARANDIARAN, I. 1968) debida al Dr. A. Beltrán, nos impulsó a comenzar nuestro proyecto por ella, en la esperanza, vana como después se demostraría, de acometer con relativa comodidad su estudio.

La cueva de La Hoz, se sitúa en la orilla derecha del río Linares, afluente del Ablanquejo, a escasos 3 Km. de la localidad de Sta. María del Espino, perteneciente al partido judicial de Cifuentes (Guadalajara) (Fig. 1), desde donde se accede por un camino de tierra en muy mal estado, hasta prácticamente la boca de la cueva, cuya cota se sitúa a 1050 m. s. n. m.

El valle del río Linares, pertenece geológicamente a la mitad septentrional de la rama Castellana de la Cordillera Ibérica. La morfología de la zona se define por una moderada ondulación del terreno, jalonado éste por picos que llegan a sobrepasar ligeramente los 1300 metros, como el pico de Rata, situado justo encima de la cueva, y con fuertes pendientes junto al curso del río.

La oquedad se asienta sobre una zona de pizarras negras (material utilizado como soporte para realizar las decoraciones que estamos analizando) de unos 10 Km<sup>2</sup> con intercalaciones de cuarcita de época ordovícica y calizas triásicas, y rodeada por areniscas. Posée un marcado carácter lineal, dos pisos superpuestos, y una galería terminal inundada que en sentido estricto es un laminador, llamada galería del Lago. Su altura sobre el nivel del mar es grande como ocurre en todas las cuevas castellanas, y su boca se abre al norte sobre el valle del río, encajado y dotado de un microclima notablemente más dulce que los páramos circundantes.

La climatología actual de la zona en cuestión es bastante extrema con un importante componente de continentalidad, una estación seca de 3 meses, unas temperaturas medias de las máximas del mes más cálido de 31, 5° C. (Agosto) y unas medias de las mínimas del mes más frío de - 4, 6° C. (Diciembre). Esto ocasiona una tremenda amplitud térmica y un comportamiento invernal muy frío en la actualidad, lo que se puede traducir en extremadamente frío en épocas glaciares, a las que se remontan los materiales que hoy presentamos.

## TRABAJOS ACTUALES EN LA CUEVA DE LA HOZ

Como ya indicamos anteriormente, el Area de Prehistoria de la Universidad de Alcalá de Henares lleva a cabo en la actualidad un estudio del importante

conjunto paleolítico del valle del Linares, trabajo que forma parte a su vez de un proyecto más ambicioso en el que se incluyen los estudios integrales de otros yacimientos mesetefíos de la época, como el salmantino de Siega Verde o la recientemente descubierta cueva del Turismo (Tamajón, Guadalajara), que alberga un interesante conjunto de grabados y pinturas superopaleolíticas.

En lo que respecta a la cueva La Hoz, son ya cuatro las campañas realizadas dentro del estudio integral de su realidad arqueológica, tanto artística como material. Las dos últimas incluyeron una excavación arqueológica sistemática del pórtico y de una de las salas de la cavidad (Fig. 2). La topografía de la cueva la está realizando el Grupo de Actividades Espeleológicas de Madrid, GAEM.

En cuanto a la realidad artística parietal, aun cuando no forma parte directamente de este trabajo, podemos desmentir la idea de simplicidad y arcaísmo que se desprendía de la publicación de A. Beltrán, afirmando una realidad rica y compleja aunque siempre siguiendo normas bien conocidas en los más clásicos lugares de arte paleolítico de la Península.

El número de figuraciones documentadas se ha multiplicado por 10, conociendo hoy en día más de un centenar que se concentran en cinco áreas concretas de la cueva, algunas de ellas, como la Galería Alta o el Lago, relativamente investigadas anteriormente. Estas figuraciones incorporan junto al yacimiento salmantino de Siega Verde el bestiario más complejo de los conocidos en la Meseta, sumando a los habituales ciervos y caballos un importante elenco de bisontes y algún reno, animal completamente desconocido hasta el momento al sur del área cantábrica.

Aparte de la complejidad numérica y compositiva del arte de la cavidad, en el estado actual de nuestros trabajos podemos afirmar la existencia de dos momentos sucesivos de realización de figuras, uno primero en el que dominan toros, caballos y ciervos de gran tamaño realizados en grabados anchos y profundos, estilísticamente próximos a lo que conocemos del Estilo III avanzado de Leroi Gourhan, mientras que el segundo se acerca a la más clásica fase del arte paleolítico occidental (Estilo IV antiguo) y posee un bestiario diferente (bisontes, renos, etc) que parece apuntar a momentos particularmente fríos dentro del desarrollo de las últimas fases glaciares. En todo caso, todos estos problemas interpretativos encontrarán respuesta y definición más completas en sucesivas fases del trabajo, cuando conozcamos mejor la totalidad de la cueva. De momento sólo podemos presentar avances de nuestro trabajo, que, sin embargo, son suficientemente innovadores e ilustrativos.

Por lo que respecta a la realidad arqueológica de la cueva, ésta, después de nuestros trabajos de los dos últimos años, difiere de manera radical de la existente tras las excavaciones de 1966. Lo que hoy conocemos nos pone de manifiesto la existencia de un complejo yacimiento en la entrada, profundamente alterado pero

que mantiene algunos restos fragmentarios de ocupación superopaleolítica (escasa industria lítica con algún útil típico como microgravettes, pero sin poder realizar por el momento análisis más concretos), y demuestra una intensa frecuentación del pórtico de la cueva en épocas postpaleolíticas, así como la utilización de alguna de sus salas, como por ejemplo la Galería Alta, por grupos humanos calcolíticos o de la Edad del Bronce. Asimismo, la prospección de la cavidad ha producido el interesante hallazgo del conjunto de placas de pizarra decoradas con temas animalísticos de estilo paleolítico que ahora nos ocupa, conjunto presente parcialmente en la Galería Alta en estrecha asociación con el más importante núcleo parietal de la cavidad, y también en los diversos niveles del yacimiento de la entrada. Sobre estas placas trataremos de ahora en adelante.

## **EL CONJUNTO MOBILIARIO DE LA CUEVA DE LA HOZ. SITUACION Y CARACTERISTICAS**

Gran parte de los objetos muebles descubiertos en la cueva de La Hoz por nosotros, se localizaron en la Galería Alta, una galería baja y estrecha colgada sobre el eje principal de la cavidad y localizada a 70 mts. de la entrada actual de la cueva. Las placas se encontraban sobre el mismo suelo de la sala, siendo evidente, por su tamaño y naturaleza geológica que eran exógenas a la formación de la cavidad. La falta de sedimentación interna, así como la de neofORMACIONES o costras estalagmíticas en dicho lugar, justificaban esta situación superficial y casi evidente, que no obstante había pasado inadvertida a los anteriores estudiosos de la cavidad.

Nuestra función en el año 1992, consistió en el establecimiento de un área excavable de cuatro metros cuadrados, en la zona de máxima concentración de figuras rupestres, y allí donde habíamos observado la presencia de esquirlas de pizarra, evidentemente extrañas al sitio. Las dos cuadrículas del sur tenían un suelo situado a mayor altura originaria, por lo que su profundidad fértil era muy escasa, con algunos fragmentos de carbón de tamaño mínimo y prácticamente nada más antes de la base de roca natural de la cueva. Los dos cuadros del Norte, con una profundidad fértil de 6 cm., ofrecieron material entre una capa de arcilla de 3 cms. de grosor y una capa de decalcificación de otros 3 cms, antes de la misma base de la roca, entre el que se encontraban diversas falanges de ovicáprido, varias placas grabadas y algún fragmento cerámico perteneciente a un cuenco de paredes rectas, probablemente calcolítico. Solamente se puede afirmar, por tanto, la presencia de estos elementos en el espacio citado, sin que exista cronología suficientemente indicativa para aislar placas o cerámica, que deben pertenecer a momentos bien distintos.

Aparte de estas características morfológicas, podemos señalar la relación de las placas con las figuras parietales de determinados lugares de la cavidad, aunque no nos es posible concretar más sobre distribución, relación inmediata o colocación exacta de aquéllas, dado el estado general de arrasamiento de la superficie de paso en la que se encontraban. Nuestro hallazgo se remitió a una zona conservada casualmente, de muy escasa potencia, y a la recogida de fragmentos presentes en el suelo de la zona, fuera de niveles estratigráficos, bastante abundantes en número.

En la zona exterior, vestíbulo de la cueva, realizamos el año 1993 una cuadrícula del espacio, como consta en la figura 2, seleccionando algunos cuadros como sondeos muestra de la situación estratigráfica de la zona. Estos demostraron un muy elevado grado de calcificación del suelo, casi transformado en roca en la zona oriental del área, y muy alterado en su composición general, removido, aunque dotado de materiales antiguos, de aspecto paleolítico, aparte de las placas decoradas que son objeto de este trabajo, y de otras que estamos ahora mismo estudiando. Nuevamente nos encontramos ante una situación desfavorable, cronológicamente hablando, pues no hemos podido encontrar una estratigrafía intacta, aunque no perdemos todavía la esperanza de hacerlo.

Lo que hoy conocemos es una amplia colección, con más de 30 objetos decorados realizados en su totalidad sobre pizarra, material existente de manera abundante en la zona como ya expusimos anteriormente. Las placas, desde el punto de vista morfológico, son bastante dispares tanto por tamaño como por forma, predominando soportes planos ligeramente irregulares y de tamaño reducido, siendo escasas, pero no inexistentes, las de gran tamaño y peso y predominando en el otro extremo pequeñas plaquitas de pocos centímetros de tamaño que imponen, como más tarde analizaremos, una de las características más acusadas de la colección mobiliaria, la miniaturización de los temas.

Aparte de estas características morfológicas, podemos señalar la ausencia de cualquier tipo de preparación previa de los soportes grabados, probablemente innecesaria, habida cuenta de las características propias de la pizarra, que proporciona planos regulares muy aptos para grabar.

Por lo que respecta a las características técnicas de las representaciones muebles, existen tanto el grabado, generalmente en trazo único muy fino, a veces repetido pero ni profundo, ni estriado ni raspado, como la pintura, hasta ahora exclusivamente roja, tanto aplicada como base sobre superficies después grabadas como en trazos lineales, aunque todavía no conocemos ninguna representación explícita de animal o signo que utilice esta técnica.

## DESCRIPCION DE LAS REPRESENTACIONES

Pasamos ahora a comentar varios ejemplos extraídos de la colección mobiliario, no sin antes referirnos, aunque sea de modo breve, a la metodología que venimos utilizando en el estudio de los objetos artísticos. Esta sigue un proceso que podríamos definir como progresivo, dividido en varias etapas:

1) Observación escrupulosa con lupa binocular, paso obligado por lo sutil de algunos grabados y la difícil diferenciación entre de colorantes y oxidaciones naturales.

2) Repetición de tandas fotográficas diversas, con distintas iluminaciones y emulsiones, como pasos previos a la realización de calcos.

3) Realización de calcos definitivos y de las correspondientes descripciones de placas y figuras contenidas en ellas. Para ello, elaboramos unas fichas modelo que reflejan los datos morfométricos y tecnostilísticos más relevantes, y donde se elaboran esbozos o croquis a mano alzada unidos a las primeras descripciones que luego se cotejarán una vez realizados los calcos definitivos.

Las placas que aquí presentamos son 9, en su mayoría pertenecientes a los niveles de la excavación del yacimiento exterior, 5, mientras que de las localizadas en la Galería Alta de la cavidad sólo exponemos 4. Comenzaremos por éstas últimas, que son las más de mayores dimensiones y las más complejas.

En primer lugar describiremos aquellas que se recogieron en el suelo de la sala antes de acometer el sondeo en la campaña de 1992. Estas serían 3, la primera (Fig. 3) es la de mayor tamaño que hoy describimos. Se trata de una placa en forma de triángulo isósceles de 11,7 cms. de altura por 6,3 cms. de anchura máxima en la base. La placa, cuya superficie es lisa aunque irregular en determinadas zonas, se encuentra decorada por las dos caras, si bien el reverso se encuentra exfoliado en su parte superior por lo que no conocemos las representaciones que allí pudieran existir.

El anverso se encuentra decorado por 8 équidos, uno de los cuales se encuentra completo mientras que los demás se limitan al prótomo, y un bóvido, una vaca, al que se superpone un signo en retícula romboidal. Las características técnicas de las figuras son homogéneas, con grabados finos simples cortos y únicos, excepto en el lomo del bóvido, donde el surco grabado es más ancho. Las figuras son de muy pequeño tamaño, característica general a toda la colección, siendo la más grande el bóvido, con una longitud máxima del hocico al final del lomo de 2,5 cms., mientras que las más pequeñas alcanzan el grado de verdaderas miniaturas, en este caso los équidos 2 y 3, cuya longitud máxima es de 1 cm.

Por lo que respecta a sus características estilísticas, a pesar de su pequeño tamaño las figuras poseen un incipiente nivel de detallismo, con mandíbulas bien marcadas, ojos señalados en varios équidos (1, 5, 6 y 8), crineras enhiestas rea-

lizadas mediante trazos "hachures" en los équidos 1, 4 y 5 y representación del pelaje de la testuz en la vaca nº 9. No obstante, las representaciones no poseén, salvo en una ocasión, el cuerpo, y todo el énfasis representativo se concentra en las cabezas.

El reverso de la placa (Fig. 3B) posee representaciones tan sólo en la base, donde podemos apreciar dos trazos simples repetidos y más profundos (aprox. 1 mm. ) que la media del resto de la colección, cruzados a modo de aspa. El trazo inferior podría corresponder al lomo de un herbívoro, cuya cabeza, posiblemente de cierva, se realizó en trazo muy fino. Las medidas de esta posible representación son notablemente superiores a las demás, con 3, 4 cms. de longitud máxima.

La siguiente placa (Fig. 4) proviene del mismo lugar. Se trata de un soporte de pizarra de forma subrectangular y 7,8 cms. de altura por 5,8 de anchura máxima, con una superficie bastante lisa y uniforme, aunque con concreciones calcáreas que dificultan el seguimiento de los trazos. Se encuentra decorada por ambas caras, si bien el reverso, muy exfoliado, tan sólo presenta trazos cortos aislados.

En esta placa, y siguiendo el teórico orden de realización de las figuras analizado a través de las superposiciones, encontramos en la parte superior un prótomos de équido de 2,42 cms. de longitud, realizado en trazo simple único y repetido. Es de destacar que la representación posee una crinera realizada en trazos paralelos rellenos por líneas perpendiculares. En la parte inferior derecha se grabó en trazo simple único una cabeza de cierva de 1,64 cms. de longitud máxima, en la que se detallan dos orejas levantadas y un ojo. En la parte media izquierda se encuentra la representación grabada en trazo simple único de un prótomos de équido de 2,24 cms. de longitud máxima, en el que se detalla la curva del maxilar, un ojo y una crinera con cierre angular en doble línea.

Sobre la cierva nº 1, se grabó mediante la misma técnica otra de similares características, si bien en ésta no se detalla el ojo. Por último en la parte central y superior de la placa se observan trazos simples únicos y repetidos superpuestos a la figura nº 2, que parecen corresponder a un cérvido, del que estarían representados la frente, parte del lomo y el pecho y una gran cuerna ramificada y dispersa. Esta figura, con una altura de la frente a la cuerna de 3,4 cms. sería la más grande de la placa.

La siguiente placa (Fig. 5) es la última de las localizadas en el suelo de la Galería Alta. Se trata de una pequeña plaquita de forma subcuadrangular de 3,4 cms. de anchura por 3,7 de altura, grabada tan sólo por una cara. En ella podemos observar dos pequeños prótomos de cierva imbricados y realizados en trazo simple único y repetido. Junto a estas figuras existe otro posible prótomos inacabado de hervívoro situado por encima de los anteriores y realizado en trazo simple único. Las figuras no poseén ningún tipo de detalle, limitándose a la realización del contorno cefálico.



La siguiente placa a comentar también corresponde a la Galería Alta, si bien ésta se obtuvo en la excavación del año 1992, aunque en el nivel superficial lo que tampoco nos proporciona datos muy sólidos en torno a su situación original. Se trata de una pequeña plaquita (Fig. 6) de forma subcircular, con una anchura máxima de 5,7 cms y una altura de 5,8. La placa posee múltiples grabados, sobre todo en su anverso, siendo la única representación discernible una pequeña cabeza de cierva, que mide 2,27 cms. de longitud máxima, realizada en trazo simple repetido, en la que se delinea perfectamente el hocico apuntado y el maxilar, así como un gran ojo de contorno elíptico.

Las siguientes placas pertenecen en su totalidad al yacimiento de la entrada de la cavidad. Teniendo en común su pequeño tamaño, y el hecho, constatado en alguna de ellas, de incorporar colorantes en su superficie.

En el nivel superficial se recogieron 3 de las que ahora presentamos. La primera (Fig. 7, Lam. 1) es una minúscula placa de 2,9 cms. de longitud por 1,8 de anchura con representaciones en sus dos caras. Su anverso presenta restos de colorante rojo en su parte superior, al que se superpone una delicada cabeza de cierva en miniatura realizada en trazo simple único muy fino, excepto en la mandíbula donde éste es más grueso. La figura es de gran calidad, con detalle de boca, ollar, ojo circular y orejas enhiestas en posición de atención. El anverso, sin colorantes, incorpora otra cabeza de cierva, menos detallada y lograda que la anterior, aunque realizada en la misma técnica y concepto.

Otra de las placas del nivel superficial (Fig. 8, Lam. 2) es de forma subrectangular, aprovechando una superficie bastante erosionada, sin los típicos bordes de exfoliación y fractura que poseen las demás. La superficie incorpora figuras en sus dos caras, todas ellas de muy pequeño tamaño y utilizando el trazo simple y único exclusivamente. Su anverso presenta una pequeña cabecita de caballo en su parte superior, en la que se han detallado el arranque de una crinera en escalón y un ojo oval. El reverso tiene en su superficie dos figuras, un bóvido casi completo, del que resaltan sus cuernos filiformes en perspectiva semitorcida, y situado en la zona central de la placa, y un prótomos de caballo sin más detalles que el arranque de una crinera en doble línea con cierre angular en la frente.

La última de las placas del nivel superficial (Fig. 9) es de forma oblonga, con una superficie bastante uniforme en la que se aprovecha sobre todo una de las caras para realizar los grabados. Sus dimensiones son también reducidas, 2,5 por 3,7 cms.

El anverso de la placa, único que presentamos en estas líneas, posee tres representaciones zoomorfas, una curiosa cabeza de cierva en su parte superior izquierda, con una mandíbula muy potente y un típico y alargado desarrollo del hocico, así como detalle del ojo y de las orejas, éstas no excesivamente bien diferenciadas. La representación se encuentra infrapuesta a una serie de profundos

trazos, sobre cuya antigüedad tenemos ciertas reservas. En la parte inferior derecha de la placa existen al menos dos representaciones de caballo imbricadas, sin que hasta el momento hallamos podido discernir su secuencia de realización. La primera se refiere tan sólo al prótomos indiferenciado, en él que únicamente se destaca una potente crinera en escalón, mientras que la segunda incorpora parte del cuerpo, aunque tampoco posee un excesivo detallismo, si exceptuamos un despiece de crinera en doble línea.

La siguiente placa (Fig. 10) proviene ya del nivel I de la excavación de la entrada, y se encuentra decorada por ambas caras. Se trata de una pequeña plaquita de 2,3 cms. de altura por 2,3 de anchura y forma trapezoidal. En el anverso se han grabado dos caballos de similares características, el primero de ellos por orden de realización, nº 1, posee la práctica totalidad de la curva cérvico-dorsal, la cabeza completa incorporando un despiece de crinera en doble línea y dos orejas filiformes por delante de éste; el segundo es muy similar, si bien posee la cabeza levantada y se ha detallado un potente cuello-pecho. Las figuras se sitúan en la parte derecha de la superficie, mientras que el extremo opuesto se encuentra literalmente embadurnado de colorante rojo, colorante que se acumulado de manera especial en las irregularidades naturales del soporte.

El reverso de la placa se encuentra libre de colorante, y posee dos figuraciones incompletas de caballo. Por orden de realización la primera se remitiría a un prótomos con una cabeza incompleta en la que se resalta una fuerte quijada y que se remata con una crinera enhiesta realizada en trazos hachurés. La segunda posee la cabeza completa, con parte de un despiece de crinera en doble línea, y la continuación de la curva dorsal, interrumpida en su parte media, hasta el inicio de la grupa.

## CONSIDERACIONES GENERALES: PARALELOS Y CRONOLOGIA

Las características generales de las representaciones que acabamos de comentar son bastante homogéneas. Figuraciones de muy pequeño tamaño, impuesto a veces por las diminutas proporciones de las placas, si bien no observamos en éstas adecuación a las proporciones y formas de los soportes, como es común en otras colecciones similares (BARANDIARAN, I. 1984). Nuestras formas se reducen habitualmente a la representación del prótomos, con pocos rasgos de detallismo y convencionalismo, aunque los presentes son bastante avanzados (crineras equidianas en trazos "hachures" o rellenas con trazos perpendiculares), y su acabado general es bueno. El elenco figurativo es también repetitivo y poco variado, abundando de manera aplastante los caballos, aunque las ciervas adquieren un valor respetable, bastante por encima de lo conocido en el resto del arte

paleolítico meseteño.

Ante representaciones tan poco diagnósticas poco es lo que se podría decir sobre su cronología si no conociéramos el entorno inmediato en el que se realizaron. En éste, y como ya expusimos antes, existe un gran conjunto rupestre cuya fase más reciente de realización incorpora ejemplos muy cercanos a los conocidos en las placas. Pequeños animales con convencionalismos avanzados similares que podríamos situar en los comienzos del desenvolvimiento del estilo IV antiguo de A. Leroi-Gourhan (1978) cuyo trasunto más próximo encontraríamos en algunos paneles del Seno A de la vecina cueva de Los Casares (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J. J., 1992). En este plano cronológico podríamos situar el arranque del fenómeno mobiliario de La Hoz, ligeramente alejado de lo que hoy conocemos en la Meseta.

Una mayor ambientación del fenómeno pasa por establecer los inevitables paralelos formales, que en este caso deben servir fundamentalmente para establecer cauces generales de relación, dado que el fenómeno observable en la cueva de La Hoz está sometido a unas pautas locales y particulares difícilmente extrapolables a larga distancia. Por esto evitaremos en lo posible referencias a piezas concretas a fin de no forzar artificialmente argumentos de relación.

De entre éstos el más próximo, no sólo por cuestiones geográficas, sino también por el tipo de soporte y representaciones, etc, lo encontramos en la placa soriana de Villalba (JIMENO, A y FERNANDEZ, J. J. 1988; JIMENO, A., FERNANDEZ, J. J., GOMEZ BARRERA, J. A. y GALINDO. M. P. 1990). Esta placa, de mayor tamaño que la media de las de La Hoz, presenta hasta 26 representaciones de équidos y cápridos grabados, alternando trazos profundos, con finos, pudiendo algunos de estos últimos formar posibles encuadres o esbozos previos a la ejecución de las figuras. Su cronología, exclusivamente estilística, correspondería según sus estudiosos al estilo III avanzado, dentro de un espectro cronológico bastante común a las manifestaciones artísticas paleolíticas de la meseta castellana, aunque un poco más antiguo del propuesto por nosotros para la colección de La Hoz.

En la zona mediterránea, encontramos también buenos paralelos genéricos. A pesar de que en esta región hay otros ejemplos que no debemos descartar (CACHO, C. y RIPOLL, S. 1987), es especialmente en la cueva del Parpalló (PERICOT, L. 1942; VILLAVARDE, V. 1992), donde encontramos las similitudes más coherentes, fundamentalmente por el volumen de la colección, referidas a aspectos formales de las representaciones, como su general miniaturización y su asociación a colorantes.

Por una parte, en el Parpalló se documentan figuras que pueden ir desde la miniaturización, característica universal de las figuras documentadas en La Hoz, apenas 3 cm, hasta los 40 cm. (PERICOT, L. 1942). En otras ocasiones, y

atendiendo a la generalidad de la colección sin adentrarnos en condicionantes cronológicos, las representaciones se muestran con escasos detalles y algunas imprecisiones a la hora de ejecutarlas. Por otra parte, y esto es interesante al relacionar estas placas con las de La Hoz, el Parpalló cuenta con buenos ejemplos de placas pintadas, bien formando representaciones, bien apareciendo como manchas informes sin significado aparente.

Es en el llamado Solútreo-Gravetiense de la cueva valenciana (VILLA-VERDE, V. 1992), donde más se manifiesta la técnica pictórica, aportando una colección de placas pintadas única en la Península Ibérica hasta la fecha. Otros autores (LLONGUERAS, M. 1972) sitúan el momento álgido de la utilización de esta técnica, así como el de la unión de pintura y grabado, en el Solutrense final. Este acercamiento cronológico apunta unas fechas tempranas con respecto al fenómeno particular de la Hoz, aunque todavía estamos lejos de ajustar la dinámica estilística paleolítica a la peculiar secuencia industrial del Levante español, en particular en lo que se refiere al tránsito Solutrense-Magdalenense, por lo que dicha diferencia podría ser más nominal que otra cosa.

En la cornisa cantábrica, y como paralelos generales, localizamos también arte mueble en soporte pétreo, sobre todo a partir del Magdalenense medio, fecha de arranque razonable si la comparamos con la posible cronología estilística otorgada por nosotros al fenómeno mobiliario de La Hoz, con claros ejemplos en Tito Bustillo (MOURE J. A. 1979, 1982a, 1982b, 1985) en donde en una de las placas de arenisca, la TB13, se aprecian restos de colorante. Otros ejemplos los hallamos en La Paloma, Bolinkoba, Santimamiñe, Lumentxa (BARANDIARAN, I. 1973), Ekain (ALTUNA, J. y APELLANIZ, J. M. 1978) o Urtiaga (BARANDIARAN, I. 1973; GONZALEZ, C. 1984). Extendernos ahora en casos concretos, habida cuenta de la riqueza de las colecciones cantábricas y su moderado nivel de estudio no parece excesivamente conducente ni propio de esta noticia preliminar.

En Francia, también en fechas avanzadas dentro del Magdalenense, y especialmente en las antiguas colecciones del Magdalenense Medio pirenaico encontramos buenos ejemplos paralelizables con La Hoz, sobre todo en lo referente a la miniaturización de sujetos (CHOLLOT, M. 1964), característica general de las representaciones muebles de la cavidad castellana, y por extensión de las colecciones magdalenenses avanzadas de la Península Ibérica, sobre todo en la Cornisa Cantábrica (BARANDIARAN, I. 1987)

A modo de ejemplo podemos señalar dos piezas de pequeño tamaño de Gourdan (nº 48.545 y 48.140/I) realizadas en esquisto y donde se representan una cabeza de caballo y una parte trasera de un posible pájaro o antropomorfo. Otra de Lortet (nº 48.554), donde en un pequeño guijarro de 5 cm. por 3,5 cm. se realiza una escueta cabeza de cáprido. Por último señalaríamos tres pequeños guijarros de Mas D'Azil, que (nº 47.161, 47.328 y 47.162) con medidas que

oscilan entre los 6,6 cm. y poco más de 1 cm., sirven de soporte para diferentes representaciones; una cabeza de un posible lobo, así como un toro y un bóvido enteros respectivamente. Todo esto sirve para demostrar que la constante miniaturización de las representaciones de las placas de la cueva de La Hoz no es algo extraño en la iconografía mobiliario paleolítica, antes al contrario parece responder a tendencias evolutivas y cronológicas generales al resto de Europa occidental, en el que éstas se inscriben sin ningún tipo de problemas.

## CONCLUSION

A modo de conclusión, podemos afirmar que nos encontramos ante un conjunto mueble excepcional que, con las dudas razonables que se desprenden de su todavía incipiente nivel de estudio, deberíamos situar culturalmente en el contexto de lo conocido en el Arte Parietal paleolítico meseteño, y más concretamente en el núcleo del río Linares, compuesto por las cuevas de La Hoz y Los Casares. Estas, por lo que ahora sabemos (BALBIN, R. de, y ALCOLEA, 1992), deben situarse en momentos propios del desarrollo de los estilos III y IV antiguo de Leroi-Gourhan, generalmente a finales y principios de aquellos respectivamente, aunque ambas cavidades presentan series que parecen adentrarse plenamente en el estilo IV antiguo (Galería Alta de La Hoz y Seno A de Los Casares). Estas serían las más coincidentes con los sujetos grabados de las placas de La Hoz, que además incorporan otras características, como el pequeño tamaño, cuando no la franca miniaturización que a veces desemboca en una esquematización creciente de las figuras, que han sido señalados como factores avanzados en el análisis de las colecciones mobiliarias del Paleolítico Superior europeo.

Es de esperar que futuras investigaciones aporten nuevos argumentos al Arte Mueble paleolítico de la Meseta. En los últimos años se ha venido a demostrar que ésta no está desprovista de este tipo de manifestaciones artísticas. A la placa de Villalba, al perdido bastón perforado del Caballón de Oña y al mustélido en bulto redondo de Valdesotos, se une ahora la colección de placas aquí presentada.

Esta, por todo lo antes apuntado, no sólo supone un dato más en nuestro conocimiento del fenómeno artístico paleolítico en el interior peninsular, sino que acerca éste a los comportamientos observados en otras áreas mejor conocidas. Por otra parte, si aceptamos por todo lo antes dicho la cronología aquí propuesta, nuestra colección supone la existencia de una larga secuencia artística en la Meseta. Dicha secuencia cubriría tanto el pleno estilo III de Leroi-Gourhan (La Griega, fase arcaica de Siega Verde) y su versión más avanzada (La Hoz, Los Casares, El Niño, Domingo García, Villalba de Almazán), como los albores y el pleno

estilo IV antiguo (Los Casares, La Hoz, Siega Verde). La presencia en los yacimientos con fases más modernas de colecciones muebles, coincide con expansión numérica de estas manifestaciones en la práctica totalidad del Paleolítico Superior europeo.

Todos estos datos constatan la existencia de población largamente enraizada en el ámbito meseteño, idea alejada de los esquemas al uso. La implicación de aquella en lo que hoy conocemos como complejos culturales del Paleolítico Superior europeo parece indiscutible a la vista de las similitudes generales observadas con otras zonas. Esto es en último caso la principal aportación del conjunto mueble de la cueva de La Hoz; la comprobación de que en éste ámbito se producen respuestas artísticas similares en tiempo y forma a las conocidas en las áreas clásicas (Cantábrico, litoral mediterráneo, sur de Francia), aunque, eso sí, provistas de una acusada personalidad propia (BALBIN, R. de, y ALCOLEA, J. J. 1992), nacida de una dinámica humana estable y en modo alguno marginal o dependiente de otros lugares.

*Alcalá de Henares, Octubre de 1993.*

## BIBLIOGRAFIA

- ADAN, G., GARCIA, M. A., JORDA, J. F., SANCHEZ, B. (1989): "Jarama II, nouveau gisement Magdalénien avec art mobilier de la "Meseta Castellana" (Guadalajara, Espagne)". *Préhistoire Ariégeoise*, t. XLIV, p. 97-120.
- BALBIN, R. de, ALCOLEA, J. J. (1992): "La grotte de Los Casares et l'Art Paléolithique de la Meseta espagnole". *L'Anthropologie*, Tomo 96, Nº 2-3, p. 397-452.
- BARANDIARAN, I. (1972): "Algunas convenciones de representación en las figuras animales del Arte Paleolítico". *Santander Symposium*, Santander, p. 345-381.
- (1973): *Arte mueble del paleolítico cantábrico*. Monografías arqueológicas XIV Zaragoza.
- (1974): *La cueva de Los Casares*. EAE. Nº 76.
- BELTRAN-A., BARANDIARAN-I. (1968): *Avance al estudio de las cuevas paleolíticas de la Hoz y de los Casares (Guadalajara)*. EAE. Nº 64.
- CABRE-J. (1934): "Las cuevas de los Casares y de la Hoz". *A. E. A. y Arq.* Nº 30, p. 225-254.
- (1935a): "La cueva de los Casares". *Revista de las Ciencias*, T. I, Nº 4, Madrid.
- (1935b): "Cave Art of some 30,000 years ago: A Wonderful Discoverey in Spain". *The Illustrated London News*. Nº 5.014,25 de Mayo de 1935.
- (1940): "Figuras antropomorfas en la cueva de Los Casares (Guadalajara)". *Ar. Esp. Arq.* vol. XIV, p. 81-96.
- CABRE -J., CABRE, -M. E. (1936): "La cueva de los Casares, Riba de Saelices, Guadalajara". *Actes du XVI Congrès International d'Anthropologie*. Bruxelles, 1935, vol. I, p. 402-416.
- CACHO, C., RIPOLL, S. (1987): "Nuevas piezas de arte mueble en el Mediterráneo español". *Trabajos de Prehistoria*. nº 44 p.p. 35-62.
- CHOLLOT, M. (1964): *Musee des Antiquités Nationaux. Collection Piette*. Editions des Musées Nationaux. Ministère d'Etat. Affaires Culturelles.

- GONZALEZ, C. (1984): "Sobre la plaqueta decorada magdaleniense de la cueva de Urriaga (Guipúzcoa)". *Munibe* nº 36 p.p. 11-17.
- JIMENO, A., FERNANDEZ, J. J. (1988): "Una placa de arte mueble paleolítico en la provincia de Soria". *T. P.* 45, p. 235-242.
- JIMENO, A., FERNANDEZ, J. J., GOMEZ BARRERA, J. A., GALINDO, M. P. (1990): "Arte Paleolítico en la Provincia de Soria". *Numantia* III, p. 9-50.
- JORDA, J. F., GARCIA, M. A., ADAN, G. y SANCHEZ, B. (1988-89): "Una pieza de arte mueble magdaleniense: El glotón de la cueva de Jarama II (Valdesoto, Guadalajara)". *Ars Praehistorica* T. VII/VIII. p.p. 107-122.
- JORDA J. F. y GARCIA, M. A. (1989): "Las representaciones de glotón (Gulo Gulo, L.) en el arte paleolítico pirenaico y un nuevo hallazgo de arte mueble en el alto valle del Jarama (Guadalajara)". *Espacio, Tiempo y Forma* S. I Prehistoria y Arqueología. T. 2. p.p. 89-107
- LEROI-GOURHAN-A. (1978): *Préhistoire de l'Art Occidental*. L. Mazenod, Paris.
- LLONGUERAS, M. (1972): "Gráficos estadísticos sobre las placas de la cueva del Parpalló (Gandía, Valencia)". Santander Symposium. *Actas del Symposium Internacional de Arte Prehistórico*. p.p. 393-403.
- LORBLANCHET-M. (1990). "Etude des pigments des grottes ornées Paléolithiques du Quercy". *Bull. de la Soc. des Etudes du Lot*. 2º fasc. Abril-Junio 1990. p. 93-113.
- MOURE, J. A. (1979): "Una plaqueta grabada del Magdaleniense superior de Tito Bustillo". *Caesaraugusta* nº 49-50. p.p. 43-54.
- (1982a): "Placas grabadas de la cueva de Tito Bustillo". *Studia Archaeologica* nº 69 p.p. 5-21.
- (1982b): "Espátula decorada procedente del magdaleniense de la cueva de Tito Bustillo". *Bol. Instituto de Estudios Asturianos*. p.p. 667-681.
- (1985): "Nouveautés dans l'art mobilier figuratif du paleolithique cantabrique". *Préhistoire Ariégeoise* T. XXX p.p. 98-129.
- OBERMAIER-H. (1935): "Las cuevas de Los Casares y La Hoz en Guadalajara". *Bol. de la Real Acad. de la Historia*. CVII, p. 11-13.
- PERICOT, L. (1942): *La cueva del Parpalló (Gandía)*. CSIC, Madrid.
- VILLAVERDE, V. (1992): "Principaux traits évolutifs de la collection d'art mobilier de la grotte du Parpalló". *L'Anthropologie*. Tome 96 nº 2-3. p.p. 375-396.

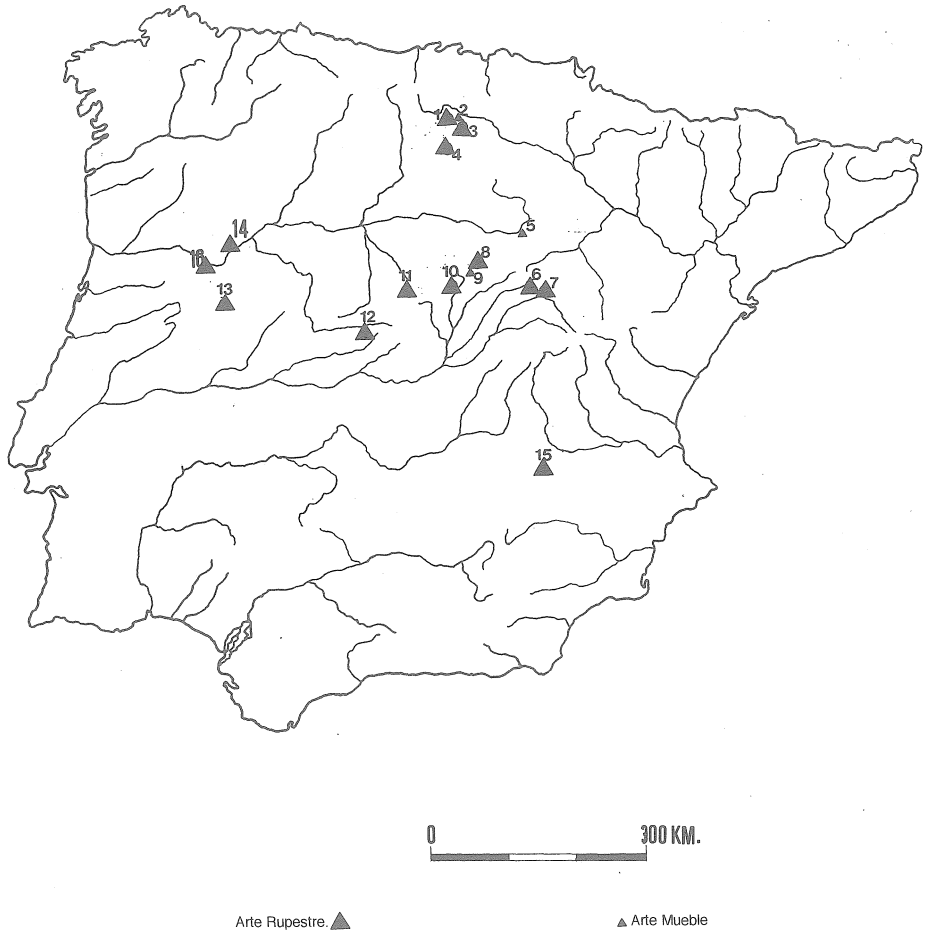


Fig. 1 — Dispersión del Arte Paleolítico en el interior peninsular. 1. Ojo Guareña; 2. Caballón de Oña; 3. Penches; 4. Atapuerca; 5. Villalba de Almazán; 6. La Hoz; 7. Los Casares; 8. El Turismo; 9. Valdesotos; 10. El Reguerillo; 11. La Griega; 12. Domingo García; 13. Siega Verde; 14. Mazouco; 15. El Niño; 16. Cða.



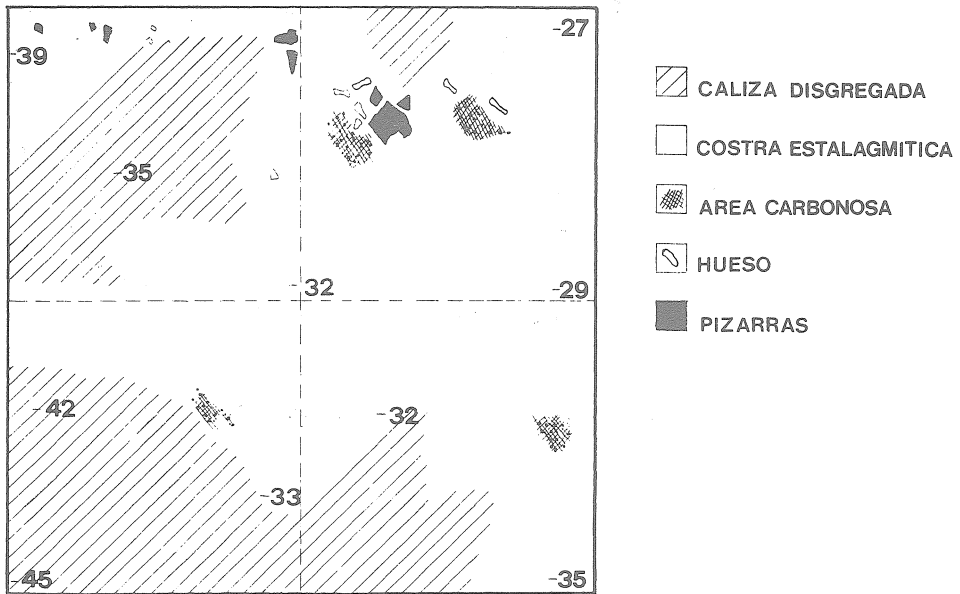
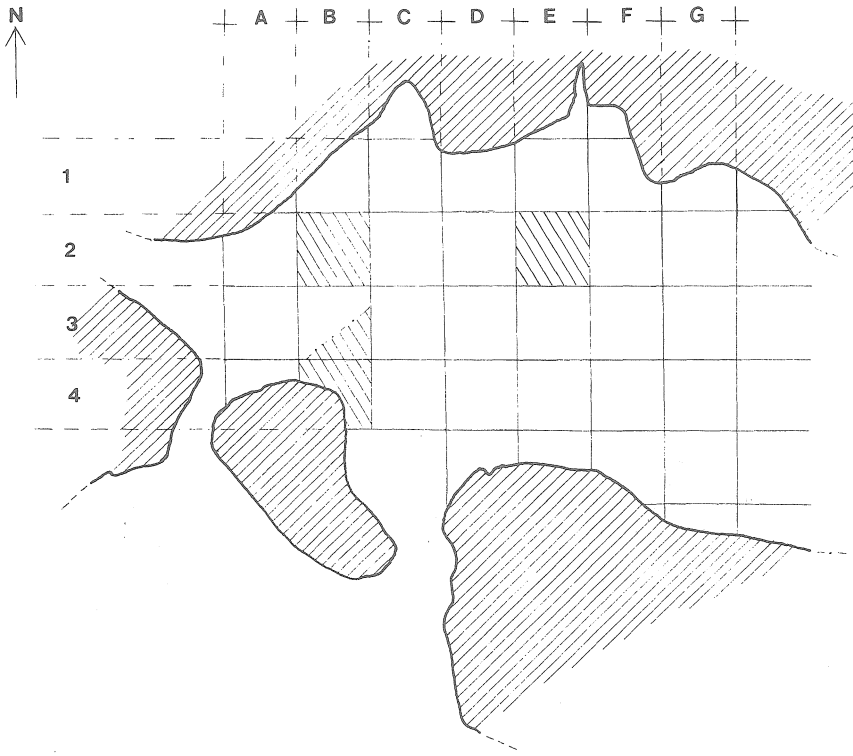


Fig. 2 — Planta de la excavación del vestíbulo de La Hoz y planta del corte de la galería Alta.

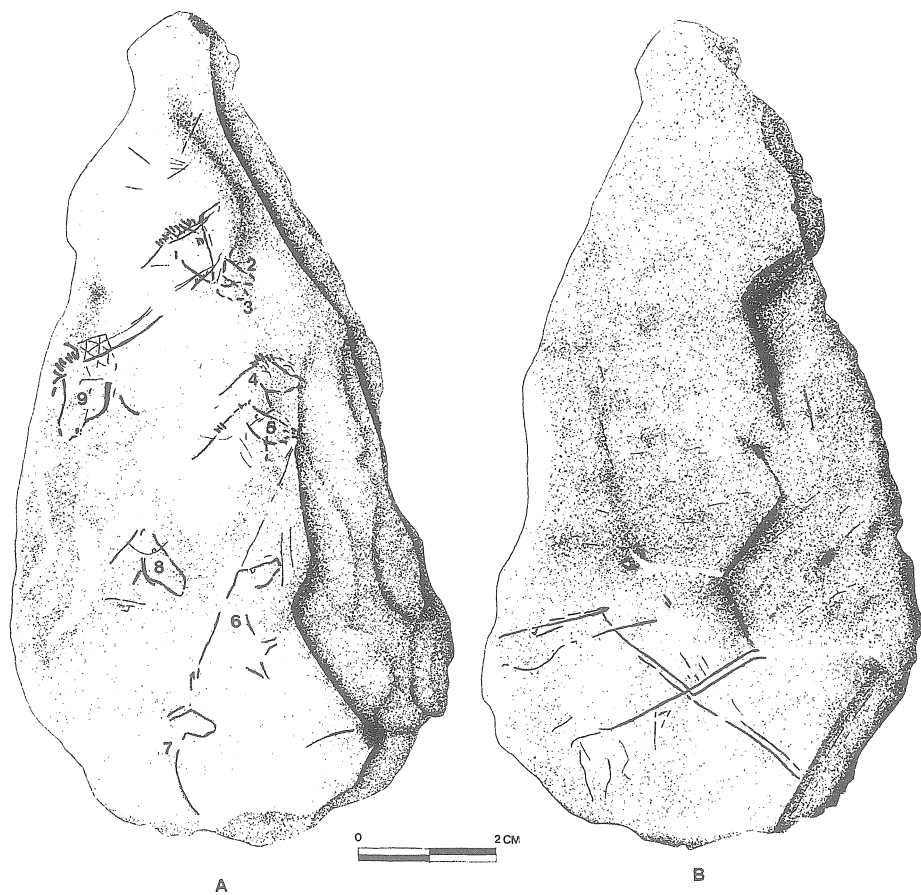


Fig. 3 — Anverso (A) y reverso (B) de la placa LH/4-GA.R.

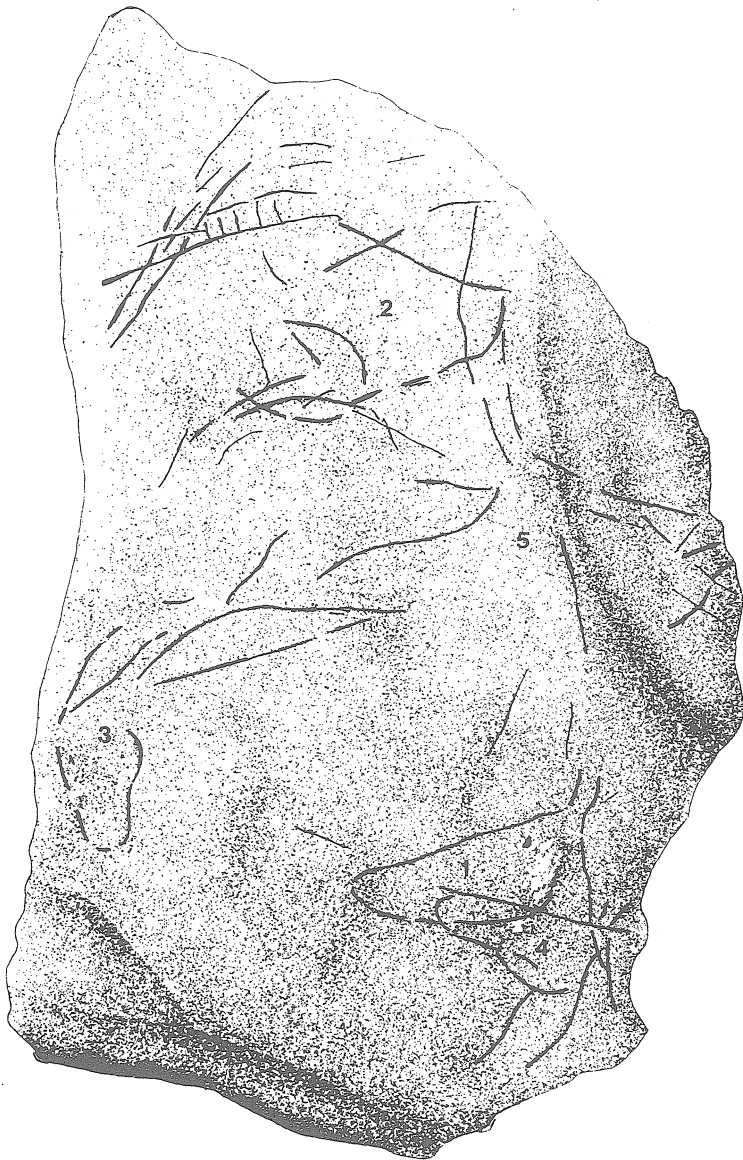


Fig. 4 — Anverso de la placa LH/8-GA.R.

Est. V

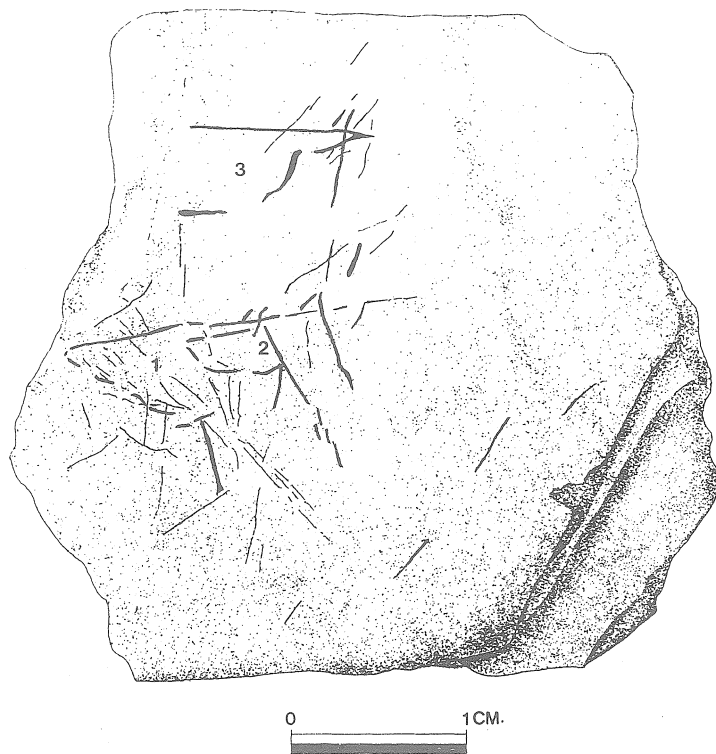


Fig. 5 — Anverso de la placa LH/9-GA.R.

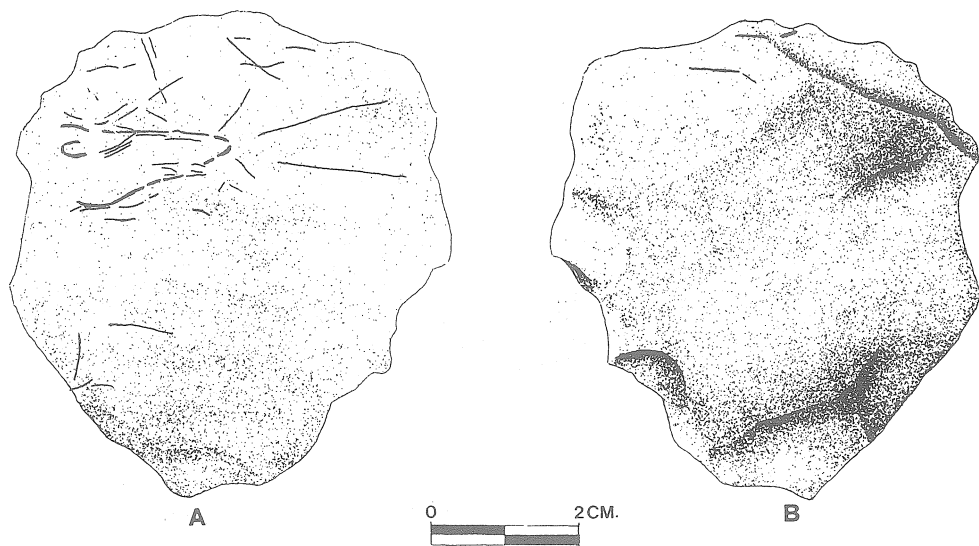


Fig. 6 — Anverso (A) y reverso (B) de la placa LH/92-4-EXC.GA-C.1B.

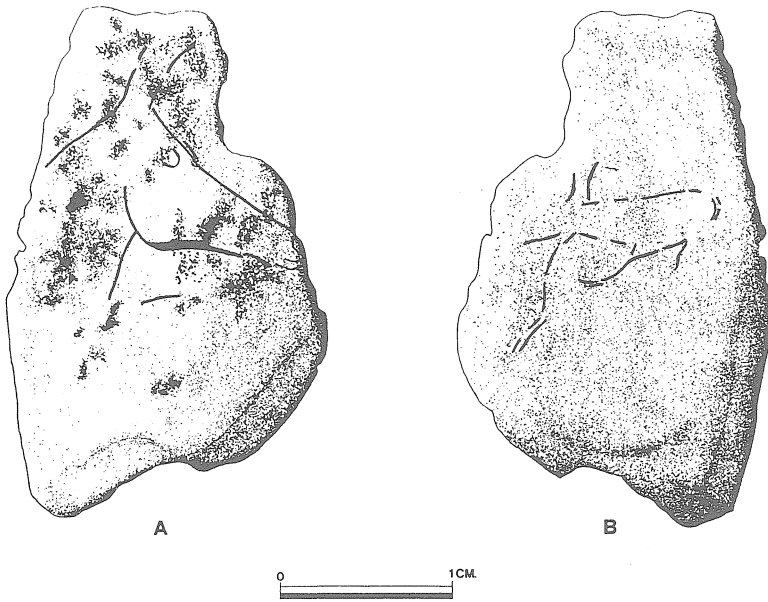


Fig. 7 — Anverso (A) grabado y pintado, y reverso (B) de la placa LH 93/1-C.3B-NS.

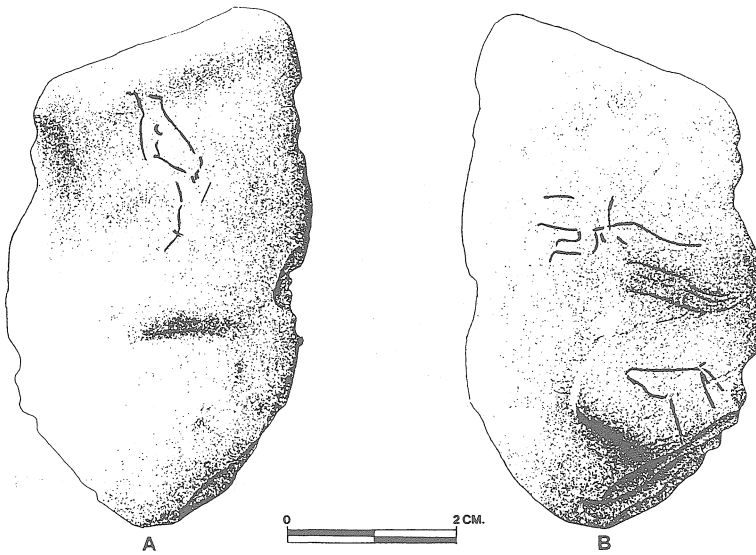


Fig. 8 — Anverso (A) y reverso (B) de la placa LH 93/2-C.3B-NS.

Est. VII

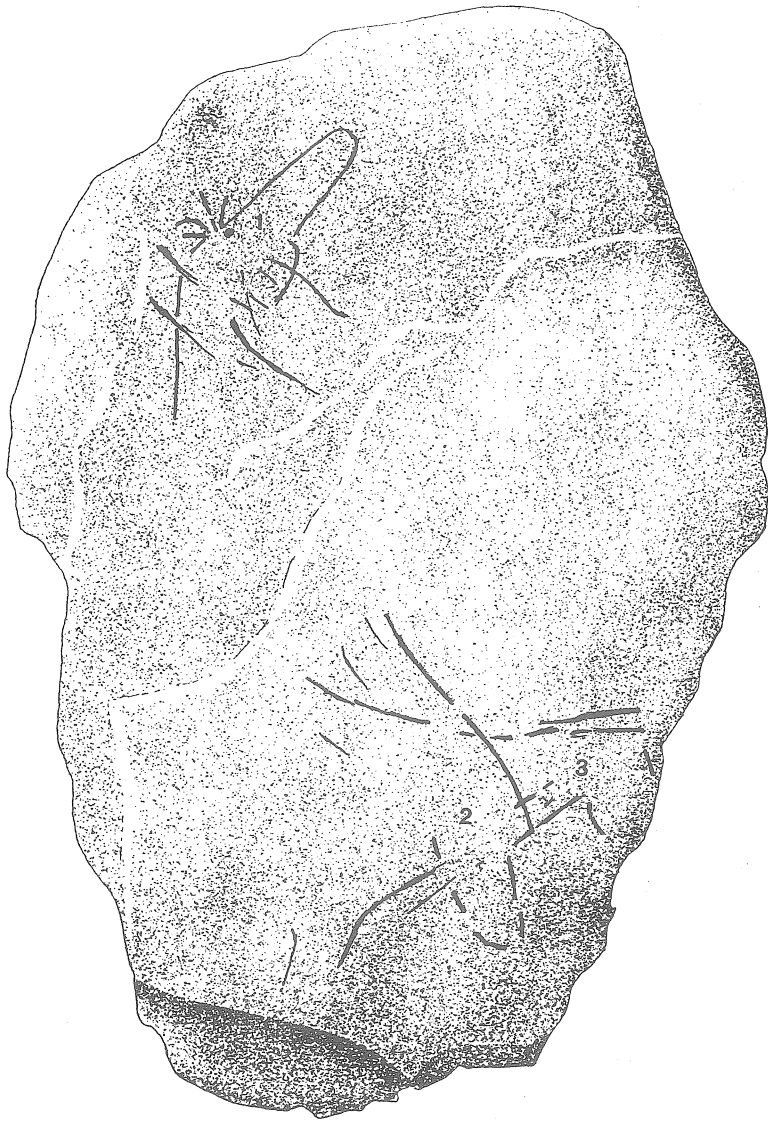
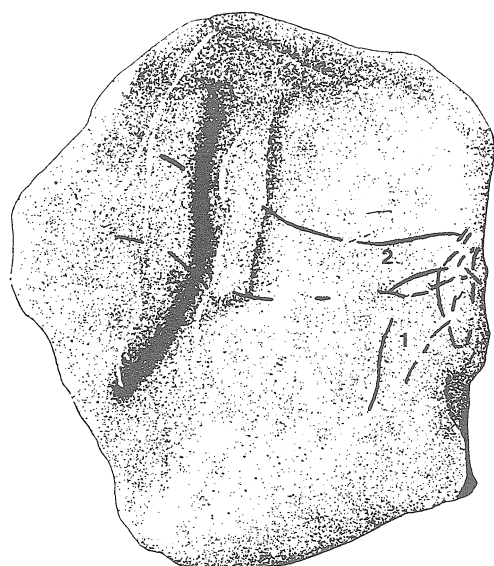
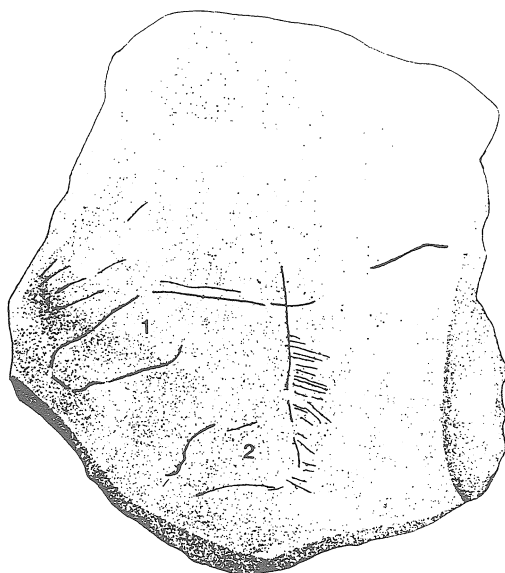
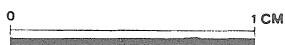


Fig. 9 — Anverso de la placa LH/93-3. N. Sup.



A



B

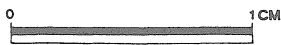
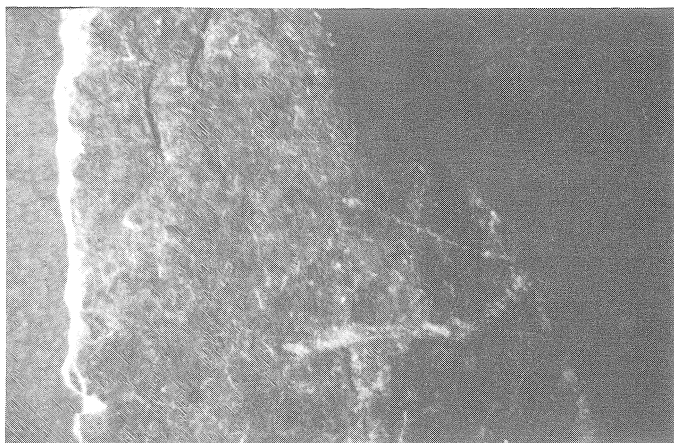
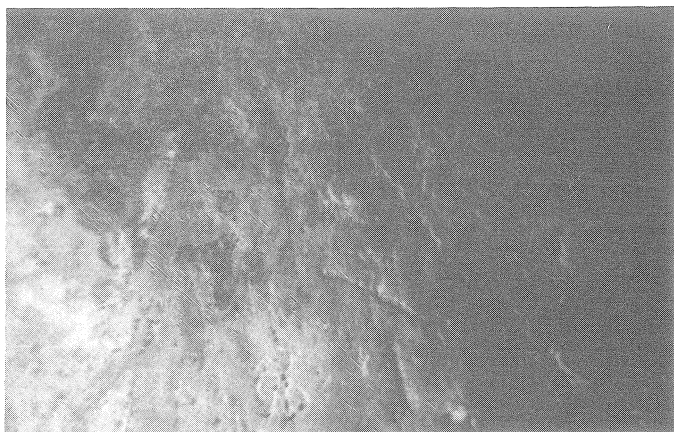


Fig. 10 — Anverso (A) pintado y grabado, y reverso (B) de la placa LH 93/4-C.3E-NI.



Lam. 1 — Anverso grabado y pintado de la placa LH 93/1C.3B-NS.



Lam. 2 — Anverso de la placa LH 93/2C.3B-NS.



# EL YACIMIENTO RUPESTRE PALEOLÍTICO AL AIRE LIBRE DE SIEGA VERDE (SALAMANCA, ESPAÑA): UNA VISION DE CONJUNTO

por

Rodrigo de Balbín Behrmann\*, Jose Javier Alcolea Gonzalez\*  
y Manuel Santonja Gomez\*\*

**Resumen:** El yacimiento de Siega Verde fué descubierto para la ciencia en el año 1988 por el Dr. D. Manuel Santonja Gomez, Director del Museo de Salamanca, en el curso de unas prospecciones realizadas en los alrededores del río Agueda, en Salamanca. Desde aquel momento hasta la actualidad, y como resultado de la colaboración entre el Museo de Salamanca y la Universidad de Alcalá de Henares, llevamos 540 figuras descubiertas y estudiadas de estilo Paleolítico, mas cerca de un centenar de formas postpaleolíticas.

Es un yacimiento con manifestaciones gráficas fundamentalmente paleolíticas, realizadas sobre los esquistos que rodean al río Agueda en parte de su recorrido, y donde aparecen figuras de caballos, toros, ciervos y ciervas, bisontes, cabras, renos y rinocerontes lanudos, realizados en todas las técnicas de grabado posibles, desde el peculiar piqueteado, para las figuras más notables, hasta la fina línea incisa, para los elementos menos notorios, como cérvidos. Posemos una secuencia cronológica larga, que tiene su punto fundamental en el limite de los estilos III y IV de Leroi-Gourhan, aunque parece extenderse hacia los inicios del III y continuar hasta el IV Antiguo.

**Palabras-clave:** Arte Paleolítico. Arte Paleolítico al aire libre. Arte Paleolítico de la Meseta.

## INTRODUCCION

La estación artística paleolítica de Siega Verde, sita en el curso medio del río Agueda, unos 15 kilómetros aguas abajo de la localidad salmantina de Ciudad Rodrigo y en los términos municipales de Villar de la Yegua y de Villar de Argañán (Fig. 1), se conoce ya desde 1988. Su localización se debe al director del Museo de Salamanca, Dr. D. Manuel Santonja, uno de los firmantes de este artículo, quien, en el curso de las prospecciones arqueológicas dedicadas a la realización del inventario patrimonial de la provincia, y avisado por un pastor de

---

\* Universidad de Alcalá de Henares.

\*\* Museo Provincial de Salamanca.

la localidad de Villar de Argañán, comprobó la existencia de un caballo grabado de estilo paleolítico en la margen izquierda del río Agueda, a su paso por el término municipal de dicha localidad, y unos 600 metros aguas arriba del puente de Siega Verde.

El descubrimiento de la figura grabada desencadenó una prospección intensiva del curso medio del río Agueda, iniciada por un equipo del Museo de Salamanca, al que posteriormente se unieron los otros firmantes de este artículo, miembros del grupo de investigación de la Universidad de Alcalá de Henares.

Este equipo realiza desde 1990 las labores encaminadas al estudio integral del yacimiento en el marco de un proyecto más amplio de investigación sobre el Arte Paleolítico de la Meseta Castellana, en el que se contemplan también los estudios de las cavidades alcarreñas de La Hoz y Los Casares, hoy en curso, y el estudio integral de la cueva del Turismo (Tamajón, Guadalajara), estación rupestre paleolítica recientemente descubierta que viene a completar un poco más el panorama artístico del centro de la Península durante la última glaciación.

El presente texto pretende dar una visión general del estado de las investigaciones en el yacimiento de Siega Verde, investigaciones que se prolongan ya por espacio de cinco campañas sobre el terreno, durante las que hemos podido constatar la excepcionalidad del conjunto rupestre salmantino, sin lugar a dudas el más importante de Europa en lo que a representaciones rupestres paleolíticas al aire libre respecta.

## SITUACION Y AMBIENTE GEOMORFOLOGICO

Como ya se ha expresado al comienzo de este artículo y también en otros precedentes (BALBIN, R. de, y ALCOLEA, J.J. 1992. pp. 442) (IDEM, e.p.) (BALBIN, R. de; ALCOLEA, J.J., y SANTONJA, M. e.p.) (BALBIN, R. de; ALCOLEA, J.J.; SANTONJA, M, y PEREZ, R. 1991. pp. 34), el yacimiento se encuentra situado en las márgenes del río Agueda, en el primer tercio de su recorrido desde Ciudad Rodrigo hasta desembocar en el Duero, haciendo frontera con Portugal, poco al sur de los embalses de Aldeadávila y Saucelle, y a unos sesenta km. al sur de la estación artística paleolítica al aire libre de Mazouco (Fig. 1).

El Agueda en ese punto se encuentra profundamente encajado en las pizarras y calcesquistos del zócalo 575 mts. por encima del nivel del mar y 130 mts. por debajo de la penillanura superior, que con una respetable cota media de 660 mts. sobre el nivel de mar conforma un relieve uniforme en el que dominan los espacios abiertos y los paisajes graníticos. La situación del yacimiento en las márgenes de un río hacen que aquél se encuentre profundamente condicionado por el régimen de éste.

El Agueda, que nace 50 kms. al sur, en las estribaciones de la Sierra de

Gata, y recibe en su cabecera las aguas de la vertiente norte del puerto de Valverde y de los Altos de Jálama, presenta un acusado régimen pluvio-nival, con estiajes pronunciados en los veranos largos y caudal máximo irregular en primavera y otoño. Este se ve a veces alterado en dichas épocas por notables crecidas causadas por el gran desarrollo de su cuenca alta y la elevada pluviosidad de la Sierra de Gata (MASACH ALAVEDRA, V. 1948).

Esta irregularidad del caudal se encuentra hoy en día matizada por una presa artificial aguas arriba de la localidad de Ciudad Rodrigo, pero siempre ha tenido una influencia destacada en la conformación del aspecto actual del yacimiento, ya que las lajas sobre las que se asientan los grabados han sido erosionadas y patinadas desde la segunda mitad de la última glaciación cuando, como ya indicamos en otro lugar (BALBIN, R. DE; ALCOLEA, J.J. 1992. pp. 398-399), el clima mesetario era frío y seco, hasta ahora. Las figuras, realizadas en unas márgenes fluviales siempre próximas a un cauce pequeño, se cubren y cubrirían de agua en las épocas de avenidas, presentes siempre dentro de un régimen pluvionival, como es el que caracteriza a nuestro río.

Como antes indicamos el río se encaja en el lugar del yacimiento en pizarras y calcœsquistos, que conforman un vaso extremadamente rígido, en cuya parte inferior junto al río, no existen grandes posibilidades de conservarse sedimentos pertenecientes al Pleistoceno Superior. A pesar de esto, y en la actualidad, el equipo de estudio plantea algunos trabajos cara a intentar datar los depósitos que restan en las márgenes de río mediante termoluminiscencia, a fin de enmarcar de manera relativa la cronología del yacimiento artístico.

De la misma manera las abruptas laderas que conectan el fondo de valle con la penillanura superior están sometidas a una fuerte erosión, que dificulta las posibilidades de conservar restos sedimentarios de la misma época, y además cubiertas de una discreta vegetación arbustiva que dificulta sin duda las posibilidades de localizar dichos restos. En todo caso, los afloramientos de pizarras y esquistos dominan el paisaje, ya sea en las laderas escarpadas, donde afloran las partes superiores de grandes bloques, o bien en las márgenes del cauce, donde el terreno deja al descubierto afloramientos masivos de estos materiales y facilita un mejor tránsito de la zona.

Son estos afloramientos, en su mayoría de esquisto, los que se han utilizado como soporte de las manifestaciones artísticas. Fundamentalmente en sus caras orientales, que por mor del particular buzamiento de estrato de la masa rocosa en que se inscribe el vaso fluvial proporcionan superficies verticales muy aptas para la plasmación de motivos artísticos.

La zona elegida para el yacimiento posee otra característica añadida, pues representa uno de los últimos pasos vadeables del río antes del encajamiento del Agueda en zona de granitos.

## EL YACIMIENTO: EXTENSION, CARACTERISTICAS GENERALES Y TECNICAS

El yacimiento de Siega Verde constituye el ejemplo más desarrollado y espectacular de Arte Cuaternario al aire libre en Europa Occidental. A pesar de esto, y como ya expresamos en otros trabajos (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. e.p.), no se trata del primer ejemplo que conocíamos de yacimiento artístico paleolítico al aire libre. Los casos de Mazouco (JORGE, V.O., 1987) (JORGE, S.O., JORGE, V.O. et alii, 1981 y 1982) y Domingo García (BALBIN, R. de, y MOURE, J.A., 1988) en sus cercanías (Fig. 1), y el más lejano de Piedras Blancas (MARTINEZ GARCIA, J., 1986-87) en Almería, en el caso de la Península Ibérica, y el de Fornols Haut (SACHI, D. et Al. 1988) en Francia, ilustraban ya el incipiente mundo de grabados paleolíticos al aire libre que ahora se nos muestra en todo su esplendor en Siega Verde.

No obstante también llamabamos la atención sobre el interés excepcional del yacimiento, causado sobre todo por sus imponentes dimensiones y su calidad artística, que superan las cotas de lo ordinario, planteando nuevos cauces, bien es cierto que ya anunciados por los yacimientos antes conocidos (BAHN, P.G. y VERTUT, J. 1988. pp. 110-113), en la investigación del Arte Paleolítico Occidental. La aparición en los últimos tiempos de otra estación similar en el río Côa (Portugal) (Fig. 1), en una situación similar y realmente cercana al yacimiento de Siega Verde, nos reafirma en la certeza de encontrarnos ante un grupo de yacimientos homogéneos al aire libre de excepcional importancia que pueden contribuir de manera decisiva a la comprensión del fenómeno artístico durante el Paleolítico Superior, superando incluso algunos conceptos de situación y significado plenamente aceptados hasta ahora por toda la comunidad científica.

Lo que conocemos en la actualidad es un imponente conjunto de lajas de esquisto grabadas que discurre por la margen occidental del río Agueda a lo largo de 1,5 kms. (Lám. 1), si bien existe un panel aislado en el norte de la estación, sobre la margen opuesta. Los afloramientos decorados se sitúan mayoritariamente junto a la ribera actual del Agueda, rarificándose éstos cuando nos alejamos de la corriente, posiblemente, y aparte de las motivaciones de emplazamiento que pudieran influir en los artistas, por la escasez de superficies aptas para grabar en las zonas más altas de la ladera, donde aquellas son de pequeñas dimensiones y difícil acceso y presentan superficies fragmentadas, inadecuadas para el grabado.

Las representaciones artísticas consisten en figuras, mayoritariamente de estilo paleolítico, piqueteadas e incisas sobre los caras verticales y horizontales de los numerosos afloramientos de esquisto de la zona, cuyas superficies ofrecen una base adecuada para la plasmación artística. Los grabados conocidos tras cuatro campañas de trabajo se concentran, como acabamos de expresar, en la misma ribera del río.

El inventario de afloramientos decorados en la actualidad consta de 94 superficies grabadas agrupadas en 17 conjuntos topográficamente significativos. Estos conjuntos no deben tomarse como definitivos, pues han sido numerados siguiendo criterios de acceso y comodidad de documentación en el yacimiento, y es posible que varíen en su seriación actual cuando lleguemos a la redacción definitiva. Como ya dijimos anteriormente, la extensión longitudinal del yacimiento alcanza los 1500 mts., aunque las zonas de mayor concentración de figuraciones son dos, una primera en torno al Puente de Villar del Ciervo, que se desarrollaría durante unos 400 mts. agrupando los conjuntos numerados hoy en día desde el II hasta el X y conteniendo el 58,7% de las figuraciones conocidas hasta el momento, y otra localizada en el extremo norte de la estación, conteniendo a los conjuntos numerados del XI al XVII y acumulando el 38,7% de las representaciones. El resto de las representaciones conocidas se concentran en el Conjunto I, donde se halla el caballo del descubrimiento, y en el llamado 101, que se encuentra en la margen derecha del río y que tan sólo posee un panel decorado (Fig.12).

Las dos técnicas básicas de realización de figuras del yacimiento son el piqueteado y la incisión. La primera de ellas aun siendo bastante novedosa, es conocida en el Arte Paleolítico desde hace largo tiempo. En otro lugar ya relatamos la gran cantidad de paralelos existentes en los yacimientos exteriores del Perigord o en la obra escultórica paleolítica (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. e.p.), y también expusimos la originalidad intrínseca del procedimiento empleado tanto en Siega Verde como en los demás yacimientos similares conocidos hasta entonces, causada por su carácter lineal, definitivo (a diferencia del piqueteado empleado como técnica de preparación de superficies o de comienzo de realización de grabados profundos) y profundamente convencional (empleo del piqueteado como técnica con un valor expresivo autónomo) a imagen y semejanza de su pariente pictórico, el tamponado.

Dentro de la categoría general de los grabados piqueteados podemos hacer no obstante una serie de apartados particulares. Así podemos aludir a dos técnicas básicas para la confección de líneas o áreas grabadas que parten del mismo concepto, la acumulación de pequeños impactos, generalmente de sección circular, sobre la base rocosa de realización. La primera sería la que aprovecha impactos directos, es decir realizados con el percutor, este representado posiblemente por un simple pico realizado en cuarcita, muy abundante en las márgenes del río, la mano propulsora y la roca-soporte en contacto directo e inmediato. Esta técnica proporciona pequeños impactos, poco profundos, habitualmente perpendiculares al plano del soporte y de sección circular, y se utiliza mayoritariamente para realizar líneas discontinuas que suelen constituir esbozos de figuras completas, aunque a veces delimita verdaderas áreas que resaltan crineras, colas u otro tipo de partes animales.

La segunda parte del mismo concepto incorpora un útil entre la mano propulsora y el percutor, siendo por tanto indirecta. Esta técnica incrementa la potencia de los golpes y aumenta su precisión, proporcionando por lo general impactos irregulares en los que se levantan cantidades apreciables de material rocoso, y se utiliza para realizar líneas continuas, aptas para la terminación de figuras completas. Otra diferencia apreciable con respecto a la anterior es que el percutor suele incidir en ángulo agudo con la roca soporte.

Existe otra variedad dentro de las figuras piqueteadas, aunque bastante excepcional en Siega Verde, donde podemos señalar un imponente toro del Conjunto II, plasmada en una posterior abrasión o pulimento del trazo previo piqueteado. Esta técnica es bastante corriente dentro de otros sistemas artísticos prehistóricos, y ha sido descrita minuciosamente en el seno de los conjuntos rupestres saharianos (RAMBEAU, F. 1988. pp. 261-262).

Con estas tres modalidades se puede reconstruir una secuencia completa en la realización de figuras piqueteadas, secuencia que no debió seguirse siempre obligatoriamente, pero que comenzaría con un esbozo, ya sea piqueteado o lineal, como veremos más adelante, o ambos a la vez, seguiría con el trazado de líneas piqueteadas continuas y más marcadas, y concluiría en algunas ocasiones con el pulimento o abrasión de éstas.

Esta variedad dentro de los recursos técnicos que utilizan el piqueteado como base nos habla en último término de su validez como recurso expresivo. Si antes ya señalamos su parentesco aspectual con el tamponado pictórico, ahora también encontramos recursos parecidos que unen conceptualmente ambas técnicas; no en vano, y como se señala en una reciente clasificación del tamponado (MOURE, A.; GLEZ. MORALES, M.R. y GLEZ. SAINZ, C. 1990. pp. 29) éste poseería dos variantes, discontinua y yuxtapuesta, con una gran variedad de posibilidades expresivas en cada una de ellas, que pueden asimilarse directamente a las modalidades discontinua y continua de los trazos piqueteados.

El piqueteado convive con la incisión, ésta generalmente bajo la forma del trazo inciso único, fino y casi inapreciable, siempre infrapuesto a los trazos piqueteados cuando conforma figuras animales; también conocemos el estriado y el trazo repetido, en el sentido de la terminología empleada por uno de nosotros en sus trabajos sobre la cueva de Tito Bustillo (BALBIN, R. de; MOURE, A. 1980. pp. 93). En el caso del estriado, concebido como aquél que presenta un sólo trazo con varias crestas interiores, por contraste con el trazo simple repetido, hemos podido comprobar que puede deberse, en el caso puntual del yacimiento de Siega Verde, a la utilización de un útil grabador extraído de los propios esquistos de la zona, pues al incidir en la roca su filo se deteriora produciendo una impronta múltiple típica.

En algunas figuras, la incisión repasa el piqueteado, mientras que en otras

se puede seguir todavía por debajo de la línea piqueteada definitiva, sirviendo probablemente de esbozo previo, utilidad que conocemos en otros yacimientos cercanos, como Domingo García (RIPOLL, S. y MUNICIO, L. 1992. pp. 113). Como antes vimos en el caso del piqueteado, la incisión se utiliza como recurso expresivo autónomo, desvinculado de teóricas imposiciones tecnológicas. A este respecto, la diferenciación temática en determinadas áreas del yacimiento entre las figuras piqueteadas y las incisas nos ilustrará sobre determinadas opciones técnicas ligadas más a conceptos compositivos y significativos que a otro tipo de cuestiones.

### **LAS REPRESENTACIONES ARTÍSTICAS. ESTILO Y COMPOSICION**

Por lo que respecta al elenco figurativo presente en Siega Verde, se puede confirmar que tanto éste como su reparto porcentual se encuentran muy próximos a lo conocido en el Arte Paleolítico europeo, sin ningún tipo de especialización exótica debida a la situación absolutamente externa del yacimiento.

Podemos, sin embargo realizar una separación entre dos áreas diferenciadas del yacimiento, una primera que englobaría los conjuntos numerados del I al X, donde encontramos una imponente masa de figuras (317), generalmente realizadas sobre las caras verticales de orientación este de los afloramientos, y otra centrada en la zona norte el yacimiento que ocuparía los conjuntos XI a XVII, en la que hemos documentado hasta la fecha 207 representaciones que aprovechan de manera generalizada grandes superficies de esquisto de orientación cenital. Ambas zonas poseen evidentemente un espíritu común, pero como veremos más adelante existen matices diferenciales de importancia entre ellas.

El yacimiento en general posee un gran número de representaciones frustradas, reducidas a líneas sin más o a figuras inidentificables, rasgo común a todo el Arte Paleolítico cuando se consultan estudios modernos, que desprecian el término de "trazos parásitos" con el que los padres de la Prehistoria habían bautizado a estas representaciones. Este hecho queda de manifiesto en la división temática de las figuras, en las que las figurativas (representaciones animales y signos construidos) suponen porcentualmente el 60,55 % del total, mientras que las inidentificables alcanzan un elevado 40,45 %.

En principio, sin atender a diferenciaciones técnicas o topográficas (áreas central y norte), las representaciones figurativas están dominadas por las representaciones de caballos, 25,4 % y bóvidos (toros y bisontes) 10,1 %, aunque este es un porcentaje ligeramente bajo para lo conocido en otros lugares, seguidas por representaciones de herbívoros de menor porte (ciervos, ciervas, cápridos, etc.) que alcanzan en conjunto el 11 %, aunque los ciervos machos se acercan en

solitario, 6,6%, a los bóvidos, hecho éste que parece normal en el campo del Arte Paleolítico meseteño (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. 1992. pp. 446) (Cuadro 1). Es de destacar la presencia de varios animales exóticos, como el imponente megaceros inciso del conjunto III (Fig. 3), los rinocerontes lanudos del conjunto XIII (lám. 4), varios renos del área norte de la estación (Fig. 11, Lám. 5), y los bisontes y felinos del mismo lugar (Lám. 5). En general se puede afirmar que el yacimiento presenta una variedad temática, sobre todo en el área norte como señalaremos más adelante, desconocida (salvo en la cueva de La Hoz en Guadaluajara) en el Arte Paleolítico de la meseta castellana.

Estas formas animales se nos presentan estilísticamente bastante homogéneas en toda la extensión del yacimiento, como ya expresamos en otro trabajo (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. e.p.), con caballos dotados de arcaicos y estereotipados despieces internos, crinera en doble línea, dos o tres orejas lineales, rasgo que no por extraño deja de repetirse en los peculiares équidos de Siega Verde, cabezas de tendencia rectangular con ojos semicirculares adosados a la línea frontal, y extremidades poco cuidadas, generalmente filiformes, incompletas y sin cascos. El caso de los bóvidos es semejante, con un estereotipo general que incluye las cornamentas sinuosas en perspectiva absoluta o semitorcida, las cabezas globulosas rematadas con un despiece lineal en el interior del hocico y el mismo desprecio por la representación de las extremidades que en los équidos. En ambos tipos existe una clara tendencia a resaltar el prótomo, tanto es así que en muchos casos éste es lo único representado de la figura

En ese mismo trabajo (IDEM. e.p.) llamamos la atención sobre determinados conceptos estilísticos relacionados con la técnica empleada en la confección de los équidos y los bóvidos del yacimiento, el piqueteado. Estos se referían a la generalizada distorsión proporcional que presentan aquellos, sobre todo en el caso de figuras grandes y monumentales, con cuerpos largos y bajos, que, aparte de la tendencia natural de la técnica del piqueteado, más válida para representar partes aisladas de animales que figuras completas de éstos (BALBIN, R. de, ALCOLEA, J.J., SANTONJA, M. Y PEREZ, R. 1991. pp. 40), podría estar causada por la característica técnica indirecta que obliga al artista a separarse en exceso de su obra y a variar su posición en figuras grandes, rompiendo en sentido longitudinal el campo manual unitario de realización de la figura. En último caso se trataba de alertar sobre la gran importancia que el análisis de la técnica debe tener en las concepciones estilísticas, máxime cuando éstas son, desgraciadamente, nuestro único elemento de valoración cronológica y, en último término, histórica.

Junto con esta característica tecnoestilística, hay que resaltar la existencia de una serie de pautas convencionales en la construcción de las figuras piqueteadas, pautas que ya se han documentado en otros lugares técnica y temáticamente diferentes, como sería el caso de Rouffignac (BARRIERE, C., 1983), y que hemos



podido analizar a través de la dirección de los trazos grabados. Después de un análisis de un número elevado de figuras del yacimiento hemos podido reconstruir un procedimiento general (que no universal) a partir del cual se realizaron gran cantidad de figuras; éstas se compondrían casi siempre a partir de la zona capital, con un esquema básico formado por dos líneas paralelas realizadas en el mismo sentido para representar la silueta superior y el vientre de la representación, y una serie de líneas perpendiculares a aquellas que conformarían las extremidades, el pecho y la grupa. Lo realmente significativo es que cada una de estas líneas se compone aisladamente, a veces variando el sentido de realización lo que frecuentemente torna inorgánico el aspecto final de las figuras terminadas, hecho que nos reafirma en la primera impresión, expresada en artículos anteriores (BALBIN, R. de; ALCOLEA, J.J.; SANTONJA, M. y PEREZ, R. 1991. pp. 42), de la realización por partes de las figuraciones animales piqueteadas.

En cuanto a cérvidos y cápridos, su base de realización es generalmente la incisión directa, salvo en la zona norte del yacimiento donde la práctica totalidad de las figuras conservadas es piqueteada, aunque también hay ungulados piqueteados que no desmienten las características antes descritas. En general se trata de figuras relativamente bien equilibradas, si bien aun existe una cierta desproporción entre el tren trasero, y la zona capital, con escaso énfasis en la realización de las estremidades. Su detallismo y convencionalismo son grandes, con representación de libreas y delimitaciones mandibulares en elaphus y megaceros, éste con una detallada plasmación de su imponente cuerna palmeada, en perspectiva correcta, y algunos detalles faciales realmente avanzados, como lacrimales y barbas, en algunos cápridos. El acabado de las figuras es, por tanto, mejor, con un mayor equilibrio corporal causado por la incisión directa, más apta para contornear figuras y detallarlas fielmente. Sin embargo el concepto sigue siendo el mismo (extremidades mal terminadas, énfasis artístico en prótomos y zonas capitales, relativo desarrollo de los convencionalismos) que en las figuras piqueteadas.

En general, y por los datos que acabamos de comentar, el aspecto de las figuras incisas es más "avanzado" que el de las piqueteadas, lo que choca frontalmente con su general infraposición, y por tanto, relativa mayor antigüedad. Una vez más hay que señalar la diferencia existente en muchos casos entre el arcaísmo estilístico y la antigüedad cronológica real, que en lo que concierne a Siega Verde se resuelve a través de los condicionamientos impuestos por la elección de una técnica concreta, el piqueteado, para la realización de determinadas figuras, lo que en último término nos refuerza en la unidad cronoestilística de la mayoría el conjunto.

Junto a estas formas animales ya resaltamos en otro lugar (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. e.p.) la existencia en relativa abundancia de signos construidos

característicos del yacimiento. Estas se dividirían, en formas “globulares”, a modo de óvalos o círculos, y “oblongas”, representadas por signos claviformes, ya conocidos en la meseta a través de un ejemplo presente en la cueva del Niño (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. 1992. pp. 431, figs. 40 y 41), todas ellas realizadas mediante piqueteado. Estos últimos presentan un tipo que responde, con la originalidad propia del sistema técnico empleado, a un esquema muy conocido existente en multitud de yacimientos franceses y cantábricos desde momentos tempranos del magdalenense, para generalizarse en el estilo IV antiguo en la zona pirenaica y cantábrica (GONZALEZ MORALES, M.R. y GONZALEZ SAINZ, C., 1986, pp. 221), con elementos incluso un poco más recientes en yacimientos como Cullalvera o Pindal.

Una característica añadida de estos signos es su peculiar forma de asociación, ya comentada en otros trabajos (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. e.p.), ya que óvalos y demás formas “globulares” se agrupan en torno a los bóvidos, frecuentemente en el interior de su cuerpo (Fig. 5), mientras que la práctica totalidad de los claviformes aparece, salvo en un caso en que se asocian claviforme y ciervo en el área norte, en el interior de representaciones de équidos (Figs. 7 y 12).

Otro tipo de formas, como retículas, ziz-zags, o algún peculiar tectiforme similar a los famosos cometas de la sala de los polícromos de Altamira (CARTHAILAC, E. y BREUIL, H., 1906), y con evidentes paralelos en la no lejana caverna portuguesa de Escoural (FARINHA, M., VARELA, M y PINHO, J. 1980), se realizan mediante incisión. Algunos casos, sobre todo en lo que se refiere a las retículas, plantean problemas de adscripción cultural paleolítica, a imagen de lo que sucede en la cueva de La Griega, tema tratado en este y anteriores trabajos (SAUVET, G. y S., 1983. pp. 10) (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. 1992. pp. 408) sin llegar a grandes conclusiones, por lo que aquí también lo aplazamos, no sin constatar la superposición general de estos motivos sobre los otros, francamente paleolíticos por estilo, concepto y construcción.

Como antes indicamos, existe una sutil diferenciación entre los conjuntos numerados del I al X y aquellos situados en el área norte del yacimiento. Si bien las características estilísticas antes comentadas no varían en exceso entre ambos grupos, sí se pueden hacer una serie de salvedades que nos parecen de importancia. Aprovechamos también las líneas siguientes para comentar algunos aspectos sobre los esquemas compositivos presentes en el yacimiento.

En primer lugar, existe un bestiario diferencial entre ambas zonas (Cuadro 2). Así observamos en el área norte la presencia de fauna fría, como el reno o el rinoceronte, en bastantes paneles, también documentamos la presencia de bisontes entre el elenco figurativo (cuya multiplicación se ha considerado un elemento de análisis cronológico importante en bastantes estudios generales sobre el Arte Paleolítico), y, finalmente, documentamos la existencia de animales peligrosos

(como el felino) en alguno de los paneles. Este elenco figurativo completa en cierto modo el conocido en la zona sur y central del yacimiento, compuesto en lo fundamental por toros y caballos, a los que se agregan herbívoros de menor porte (ciervos, ciervas, cápridos) componiendo un panorama bastante poco variado.

Junto a esta diferenciación de origen temático existe otra de tipo estilístico; así, sin variar en exceso la tipología de las figuras conocidas en las áreas central y norte del yacimiento sí podemos afirmar que las figuras representadas en la segunda de éstas poseen por lo general un tamaño más reducido, a la par que se articulan en composiciones no exentas de dinamismo y movimiento, diferentes en cierto modo de los cortejos de figuras estáticas conocidos en el área central del yacimiento.

Además de estas diferencias podemos añadir otras de carácter técnico, como es la práctica inexistencia de incisión en el área norte del yacimiento (lo que como veremos más adelante incide de modo importante en los modos compositivos documentados en el yacimiento), o de emplazamiento, como la general situación de gran parte de las figuras en paneles de orientación cenital. Esta última puede estar condicionada por la peculiar estructura del norte, donde el río se encaja considerablemente y las superficies horizontales abundan sobremanera. Además éstas, al haber sido parte del lecho antiguo del río, presentan una superficie de erosión bastante sugerente, con crestas y depresiones aptas para conformar perfiles de animales al modo de lo conocido en determinadas superficies cavernarias.

La existencia de una fauna ligeramente diferente, y los matices de ubicación de figuras no inciden, sin embargo, en un cambio radical de los modos de asociación de figuras. Predominan en las áreas centrales de los paneles de todo el yacimiento bóvidos (toros en la zona central y bisontes y toros en el área norte) y caballos piqueteados generalmente de gran tamaño (sobre todo en la zona central), complementados en la zona sur-central por un cortejo de cérvidos y cápridos de menor tamaño y generalmente incisos (Fig. 7), y en el norte por los mismos animales piqueteados. Junto a este esquema básico se documentan algunos paneles en los que cérvidos macho (megaceros y ciervos en la zona central y ciervos y renos en el área norte) aparecen en zonas centrales con una importancia expresiva superior a la normal, generalmente sustituyendo o, menos a menudo, complementando a los bóvidos que, en estos casos, suelen aparecer en zonas periféricas del panel representados en menor tamaño y calidad. Esta sustitución de papeles compositivos es bastante común en todos los conjuntos artísticos paleolíticos de la meseta, y sobre ella hemos incidido en varios trabajos anteriores (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. 1992. pp. 426)

La única diferenciación posible entre las dos zonas principales proviene por tanto de la mayor riqueza temática de los conjuntos de la zona norte del yacimiento, que impone una complejidad mayor en las composiciones, en las que vuelven a

dominar los caballos, acompañados por bóvidos o bisontes. Existe sin embargo un ligero matiz diferencial entre ambas zonas, ya que en el norte de la estación abundan más las composiciones en las que los bóvidos son desplazados de las zonas centrales por ciervos y, en este caso, renos. Junto a este incremento en paneles en los que los cérvidos aparecen en áreas centrales de gran concentración figurativa se produce un fenómeno inverso, que consiste en la multiplicación de las representaciones de bóvidos en áreas periféricas. De esta manera no se altera el equilibrio porcentual de representaciones observado en la zona central del yacimiento aunque el sentido de las composiciones varía de manera sutil.

Junto a estas diferencias encontramos, no obstante, rasgos comunes que se repiten constantemente en ambas zonas, como la aparición de los mismos signos asociados a los mismos animales (óvalos-bóvidos, claviformes y barras-équidos) y la repetición estereotipada de recursos convencionales (crineras y despieces corporales de équidos, despieces faciales en bóvidos) que matizan el significado de las diferencias observadas entre los dos grandes núcleos decorativos del yacimiento.

## PARALELOS Y CRONOLOGIA

Ya son varias las ocasiones en que hemos tratado sobre la situación cronológica y el parentesco de las representaciones del yacimiento de Siega Verde (BALBIN, R. de, ALCOLEA, J.J., SANTONJA, M. y PEREZ, R. 1991; BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. 1992 y e.p.), resaltando en todas ellas la dificultad de datar representaciones artísticas al aire libre, dificultad que nos obligaba, como en otros muchos casos, a utilizar métodos indirectos de base estilística. No será diferente en este caso, en él que no variaremos en exceso los resultados obtenidos en otros acercamientos, aunque podremos introducir algunas matizaciones de interés.

En lo que se refiere a la cronología asignable a las figuras, seguimos afirmando que en su mayoría poseen una apariencia formal perfectamente encajable en lo conocido en la Meseta, y situable cronológicamente en el tránsito entre los estilos III y IV Antiguo de Leroi-Gourhan. Los paralelos que se puedan establecer nos llevan de nuevo a formas propias de la Meseta, como aquéllas que encontramos en las estaciones al aire libre de Mazouco y Domingo Garcia, o en las representaciones cavernarias de la alcarreña cueva de Los Casares, todas ellas, con las matizaciones necesarias en cada caso particular, propias de un momento cronológico similar. En cuanto a relaciones a más largo término, nos reafirmamos en lo expresado en otros trabajos (BALBIN, R. de y ALCOLEA, 1992. pp. 444-445) (BALBIN, R. de, ALCOLEA, J.J., SANTONJA, M. y PEREZ, R. 1991) donde afirmábamos las relaciones formales evidentes de algunas representaciones

con los ambientes cantábricos de estilo III avanzado, concretamente con La Pasiega y el grupo de Ramales (BREUIL, H, OBERMAIER, H y ALCALDEL DEL RIO, H., 1913) (ALCALDE DEL RIO, H., BREUIL, H. y SIERRA, L., 1911), admitiendo un cierto avance cronológico para las representaciones mesetefias con respecto a las cantábricas. Relaciones tanto en las formas de representación como en la elección de sistemas técnicos semejantes e igualmente desprovistos de imperativos tecnológicos como son el tamponado y el piqueteado.

Este esquema, cierto en lo fundamental, puede ser matizado y completado a fin de comprender mejor la significación cronológica del yacimiento, si bien somos conscientes de que el estar atados a criterios de estilo supone un freno importante para precisar los criterios temporales de las manifestaciones gráficas. En todo caso existen dos factores de primera importancia que debemos analizar. El primero sería si las diferencias antes observadas entre los núcleos central, para el que las apreciaciones cronológicas antes expresadas son validas en su totalidad, y norte, responden a criterios cronológicos. El segundo se refiere a la aparición en el yacimiento de algunos paneles con figuras de apariencia muy arcaica (fig. 2).

En cuanto al primero de los problemas, ya señalamos antes que las diferencias observadas se concentraban sobre todo en la fauna representada en ambas zonas, más variada en el área norte, donde aparecían especies extintas de clara significación fría (rinoceronte lanudo, reno) y bisontes. Junto a esto se producían algunas variaciones en los ritmos asociativos de los paneles, pero algunas características importantes, como la aparición y asociación de signos o los estereotipos convencionales permanecían invariados en dicha zona. Parece pues claro que las diferencias entre ambos núcleos son sutiles, sin grandes variaciones estilísticas de fondo, y están causadas por el incremento del elenco figurativo en el área norte.

Este incremento puede ser analizado, no obstante, como un rasgo relativamente avanzado, al modo de lo que sucede en otro yacimiento meseteño, la cueva de La Hoz (BALBIN, R. de y ALCOLEA, J.J. e.p.), donde junto a una fase estilísticamente similar a la del área central de Siega Verde (transición estilo III-IV antiguo) convive otra, ya propia del estilo IV antiguo que incorpora como novedad más importante la presencia de bisontes y renos. El paralelismo con la zona norte de Siega Verde es significativo y no queda ahí, pues como en La Hoz, las figuras pierden tamaño, aunque sólo sea de una manera relativa. A este respecto cabe apuntar también el mayor movimiento observado en las figuras del área norte, rasgo analizado frecuentemente como indicador de modernidad relativa enfrentado a figuras estáticas (LEROI-GOURHAN, A. 1974).

Parece posible pues encontrarnos ante un yacimiento ligeramente más complejo de lo que pensábamos en el terreno cronológico, en el que, como en otros casos documentados en la Meseta (La Hoz, Los Casares), a una fase general de transición entre los estilos III y IV Antiguo sucede otra ya propia de este

último, en este caso la representada por las figuraciones del área norte. En todo caso la persistencia de algunos rasgos de importancia como los signos o determinados comportamientos estilísticos nos indica que la diferencia real entre ambas fases no es excesiva, sino más bien propia de la misma existencia del yacimiento en momentos en los que los esquemas artísticos imperantes aceleraban su ritmo de cambio.

El segundo de los aspectos es todavía más espinoso. Se trata de la aparición en dos paneles del yacimiento de figuras, en concreto un toro (fig. 2) y dos équidos, de factura muy arcaica. Estas figuras se separan de todo lo conocido hasta ahora en la estación. El toro, con cuernos en lira y cabeza alargada y fina, semeja ejemplares muy conocidos en lugares como la Rotonda y el Divertículo Axial de Lascaux (LEROI GOURHAN, A. 1971. pp. 258, fig. 317, 321), asociados a signos rectangulares en las primeras fases decorativas de la cavidad, propias de un estilo III más o menos arcaico, y datadas arqueológicamente en torno al 17.000 B.P. Ejemplares más cercanos los conocemos en las Chimeneas (Idem. fig. 393), aunque en general responde a formas arcaicas presentes en bastantes yacimientos (Le Gabillou, Lascaux, Las Chimeneas, etc).

Los caballos arcaicos, dotados de partes delanteras hipertrofiadas, cabezas en pico de pato y curvas dorsales fuertemente incurvadas, responden también a estereotipos muy bien conocidos incluso en las cercanías de Siega Verde, como en el caso de la cueva de la Griega (SAUVET, G. y S. 1983), donde existen bastantes ejemplares similares, aunque ninguno dotado del profundo arcaísmo de los aquí presentados. Como en el caso anterior, las figuras poseen una apariencia estilística encajable en las primeras fases del estilo III de Leroi Gourhan. En todo caso, son pocas las figuras que conocemos en la estación con estas características, y a veces el arcaísmo estilístico, sobre todo cuando aparece de manera episódica, no es índice de antigüedad cronológica real, por lo que no podemos emitir un juicio sólido en estos momentos, si bien dejamos abierta la puerta a la posibilidad de que el yacimiento posea un desarrollo largo, desde los inicios del estilo III hasta bien entrado el IV antiguo.

## CONCLUSION

A pesar de encontrarnos todavía en fase de estudio del yacimiento, y de no poseer la totalidad de la documentación necesaria para acometer reflexiones de talante más perdurable, son varias las conclusiones que podemos extraer de lo que hoy conocemos del yacimiento de Siega Verde.

En primer lugar, debemos confirmar la excepcional importancia del yacimiento, paralelizable por extensión, cantidad y calidad de sus representaciones

con los más importantes yacimientos artísticos paleolíticos de Europa. A esta importancia real se une la relevancia de que le dota su situación absolutamente externa al aire libre, que permite adelantar importantes cambios conceptuales sobre el Arte Paleolítico.

Entre éstas no es la de menor importancia comenzar a comprender, a través de lo que hoy sabemos de Siega Verde, la profunda homogeneidad del discurso artístico paleolítico, a lo que parece sin necesitar de oscuros lugares escondidos para comunicar ciertos contenidos que hoy se nos escapan a través de un repertorio iconográfico que parece articularse de manera similar en cuevas o lugares al aire libre, como parece desprenderse de los cómputos que llevamos a cabo en estos momentos en el yacimiento salmantino.

No es este el lugar para elaborar teorías que implican profundos cambios en nuestro concepto del Arte Rupestre de la última glaciación, por lo que nos limitaremos tan sólo a anunciar una vía de investigación que está todavía en sus inicios.

Por lo que respecta a los demás aspectos contemplados en el texto anterior, podemos concluir que nos encontramos ante un yacimiento profundamente original en lo que a situación y elaboración técnica respecta, pero singularmente común en su contenido. Su organización temática y su elaboración estilística, sin caer en groseras generalizaciones, responden a moldes bien conocidos en el Arte Paleolítico de la Meseta castellana y, por ende, en el de la Península Ibérica. Esta comunidad conceptual es la que nos permite hoy en día, con las precauciones propias de los métodos empleados, situar la vida de la estación rupestre en un momento medio del desarrollo del Arte Paleolítico, posterior al último pleniglaciario (16.000 a.C.) y centrada en los momentos de transición entre el estilo III avanzado de Leroi Gourhan y el IV antiguo. Las representaciones más modernas conocidas hoy en día pertenecerían posiblemente a este último periodo, mientras que podrían existir, sin tener todavía una certeza absoluta, algunas propias del pleno estilo III, que serían, junto a las representaciones de la cueva segoviana de La Griega, las primeras muestras artísticas paleolíticas conocidas actualmente en la Meseta castellana.

## BIBLIOGRAFIA

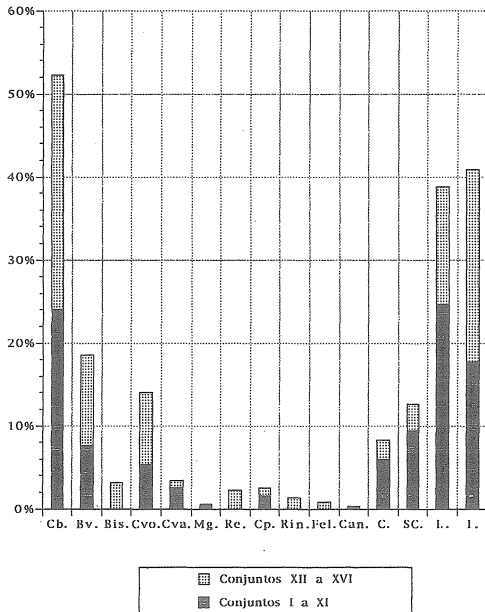
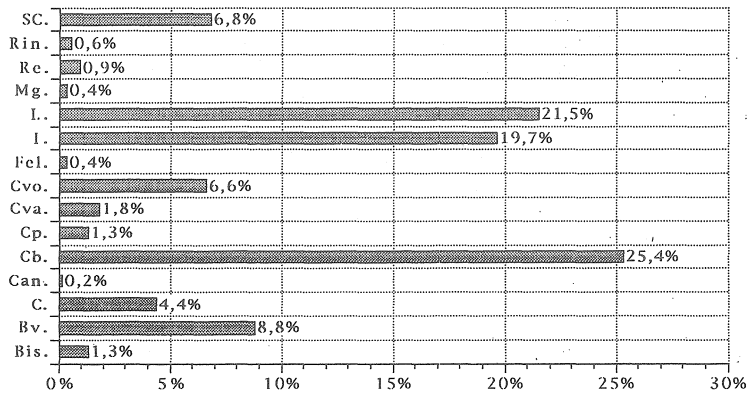
- ALCALDE DEL RIO, H., BREUIL, H., SIERRA, L. 1911. *Les Cavernes de la Région Cantabrique (Espagne)*. Monaco.
- BAHN, P., VERTUT, J. 1988. *Images of the Ice Age*. Windward. London.
- BALBIN BERHMANN, R. de, ALCOLEA, J. J. 1992. La grotte de Los Casares et l'art rupestre paléolithique de la Meseta espagnole. *L'Anthropologie*, t. 96, n° 2-3. pp. Paris. 397-451.
- (e.p.). El Arte Rupestre Paleolítico en la Meseta. *Rev. Complutum*. Univ. Complutense. Madrid.

- BALBIN BERHMANN, R. de, ALCOLEA, J. J., SANTONJA, M., PEREZ MARTIN, R. 1991. Siega Verde (Salamanca). Yacimiento artístico paleolítico al aire libre. en *Del Paleolítico a la Historia*. Museo de Salamanca. Salamanca, pp. 33-48.
- BARRIERE, C. 1983. *L'Art Parietal de Rouffignac*. Fondation Singer Polignac. Paris, Picard.
- BREUIL, H., OBERMAIER, H., ALCALDE DEL RIO, H. 1913. *La Pasiega a Puente Viesgo (Santander)*. Inst.de Paléo. Humaine. Monaco.
- CARTHAILAC, E., BREUIL, H. 1906. *La caverne d'Altamira à Santillana, près Santander (Espagne)*. Vve. Chene. Mónaco.
- DELLUC, G. Y. S. 1978. Les manifestations graphiques aurignaciennes sur support rocheux des environs des Eyzies (Dordogne). *Gallia Préhistoire*, 21, 1 y 2. Paris. pp. 213-438. 96 figs.
1989. La sculpture rupestre avant Lascaux. En "La sculpture rupestre en France (de la Préhistoire à nos jours)." *Actes du Colloque de Brantome*. 1988. N° spécial du BSHAP. pp. 29-43. 3 figs.
1991. *L'art pariétale archaïque en Aquitaine*. XXVII suplément à *Gallia Préhistoire*. Editions du CNRS. Paris. 393 pags. 235 figs.
- FARINHA DOS SANTOS, M., VARELA GOMES, M., PINHO MONTEIRO, J. 1980. Descobertas de arte rupestre na gruta do Escoural, (Evora, Portugal). *Altamira Symposium*, p. 205-242. Madrid-Asturias-Santander, 1979.
- GONZALEZ SAINZ, C., GONZALEZ MORALES, M. 1986. *La Prehistoria en Cantabria*. Historia General de Cantabria, I, Ed. Tantin.
- JORGE, V. O. 1987. Arte Rupestre en Portugal. *Revista de Arqueología*, N° 76, Agosto, p. 10-19.
- JORGE S. O., JORGE V. O., ALMEIDA C. A. F. de., SANCHES M. J., SOEIRO M. T. 1981. Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta). *Arqueologia*, Porto, N° 3, p. 3-12.
1982. Descoberta de gravuras rupestres em Mazouco, Freixo de Espada à Cinta (Portugal). *Zephyrus XXXIV-XXXV*, p. 65-70.
- JORGE, V. O., JORGE-S. O., SANCHES, M. J., RIBEIRO-J. P. 1981-82. Mazouco (Freixo de Espada à Cinta) -Nótula arqueológica. *Portugalia*, nova serie, II/III, 1981-82, p. 143-145.
- LAMING-EMPERAIRE, A. 1962. *La signification de l'Art Rupestre Paléolithique*. Picard. Paris.
- LEROI GOURHAN, A. 1971. *Préhistoire de l'Art Occidental*. L. Mazenod, Paris.
1974. Resumé des cours de Préhistoire 1973-74. Extrait de *l'Annuaire du Collège de France. III. Sciences Historiques, Philologiques et Archéologiques*. Paris. pp. 381-388
- MARTIN, E., MOURE, J. A. 1981. El grabado de estilo paleolítico de Domingo García (Segovia). *T. P.* 38, p. 97-108.
- MASACH ALAVEDRA, V. 1948. *El régimen de los ríos peninsulares*. C.S.I.C. Barcelona.
- MOURE, J. A., GONZALEZ SAINZ, C., GONZALEZ MORALES, M. R. 1987. La cueva de La Haza (Ramales, Cantabria) y sus pinturas rupestres. *Veleia*, 4, Vitoria, p. 67-92.
- MARTINEZ GARCIA, J. 1986-87. Un grabado paleolítico al aire libre en Piedras Blancas (Escullar, Almería). *Ars Praehistorica*, V- VI, p. 49-58.
- RAMBEAU, F. 1988. Technologie de la gravure rupestre. *L'Anthropologie*. 92 n° 1. Paris. pp. 255-270



- RIPOLL, S, MUNICIO, L. 1992. Las representaciones de estilo paleolítico en el conjunto de Domingo García (Segovia). *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie I, Prehíst. y Arqueol., t. V. pp. 107-138.
- SAUVET, G y S. 1983. Los grabados rupestres prehistóricos de la cueva de La Griega (Pedraza, Segovia). *Corpus Artis Rupestris, I, Palaeolithica Ars*, Volumen 2º, Salamanca.
- SACCHI, D. 1987. L'art paléolithique des pyrénées rousillonaises. *Etudes Rousillonaises offertes a Pierre Ponsich*. Perpignan, Le Publicateur, pp. 47-52.
- SACCHI, D., ABELANET, J. L. Y BRULE, J.L. 1988. Un témoin de L'Art Paléolithique de plein air en Rousillon: le rocher de Fornols-Haut. *Preistoria i Arqueologia de la Conca del Segre. Homenatge al Prof. J. Maluquer de Motes. 7 Colòqui Internacional D'Arqueologia de Puigcerdá*, 6-8 de Juny de 1986, pp. 37-42.

Est. I



- CLAVE.**
- Bis. Bisonte.
  - Bv. Bóvido.
  - C. Cuadrúpedo indeterminado.
  - Can. Cánido.
  - Cb. Caballo.
  - Cp. Cáprido.
  - Cva. Cierva.
  - Cvo. Ciervo.
  - Fel. Felino.
  - I. Indeterminado.
  - L. Línea o grupo de líneas.
  - Mg. Megaceros.
  - Re. Reno.
  - Rin. Rinoceronte lanudo.
  - S.C. Signo construido

Cuadros 1 — Porcentaje de los tipos de representaciones documentadas en el yacimiento, y 2 — Diferencias porcentuales entre los tipos de representaciones del área central (Conjuntos I a XI) y del área norte del yacimiento (Conjuntos XII a XVI).

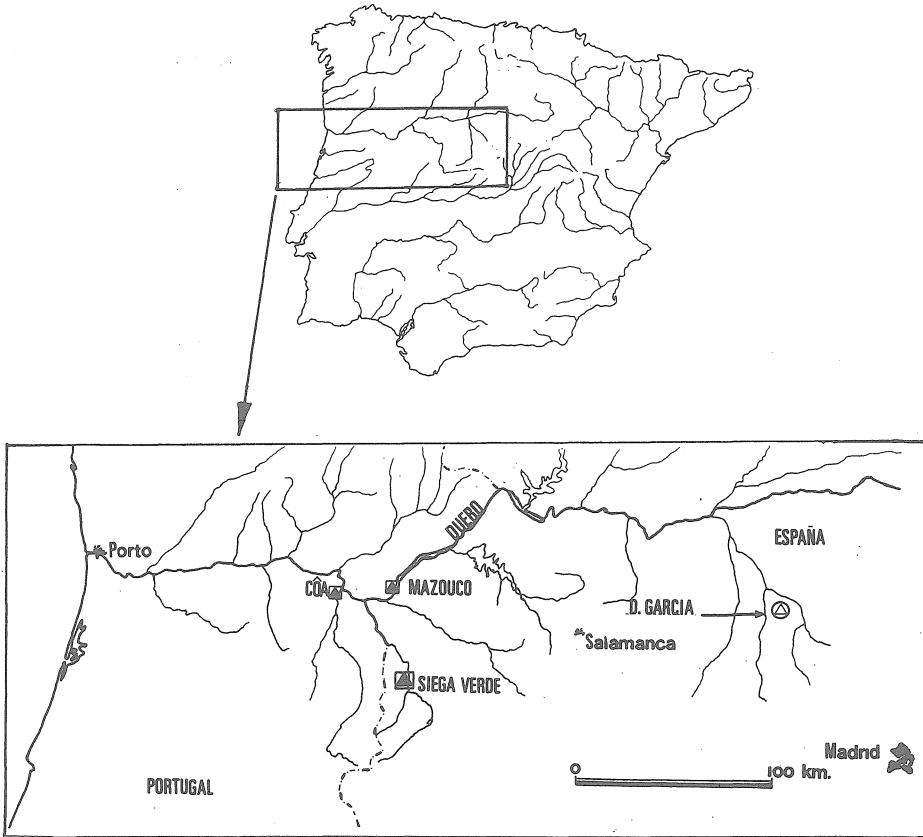
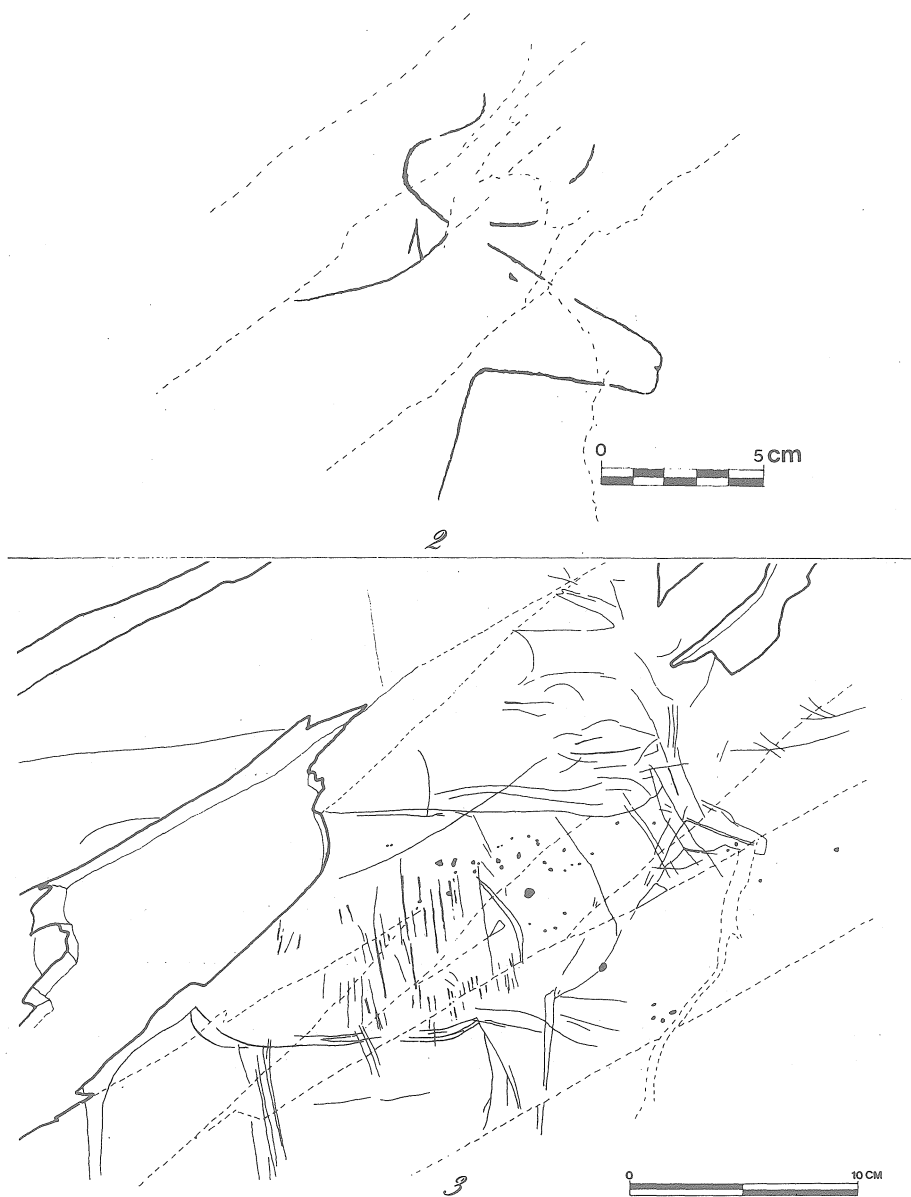
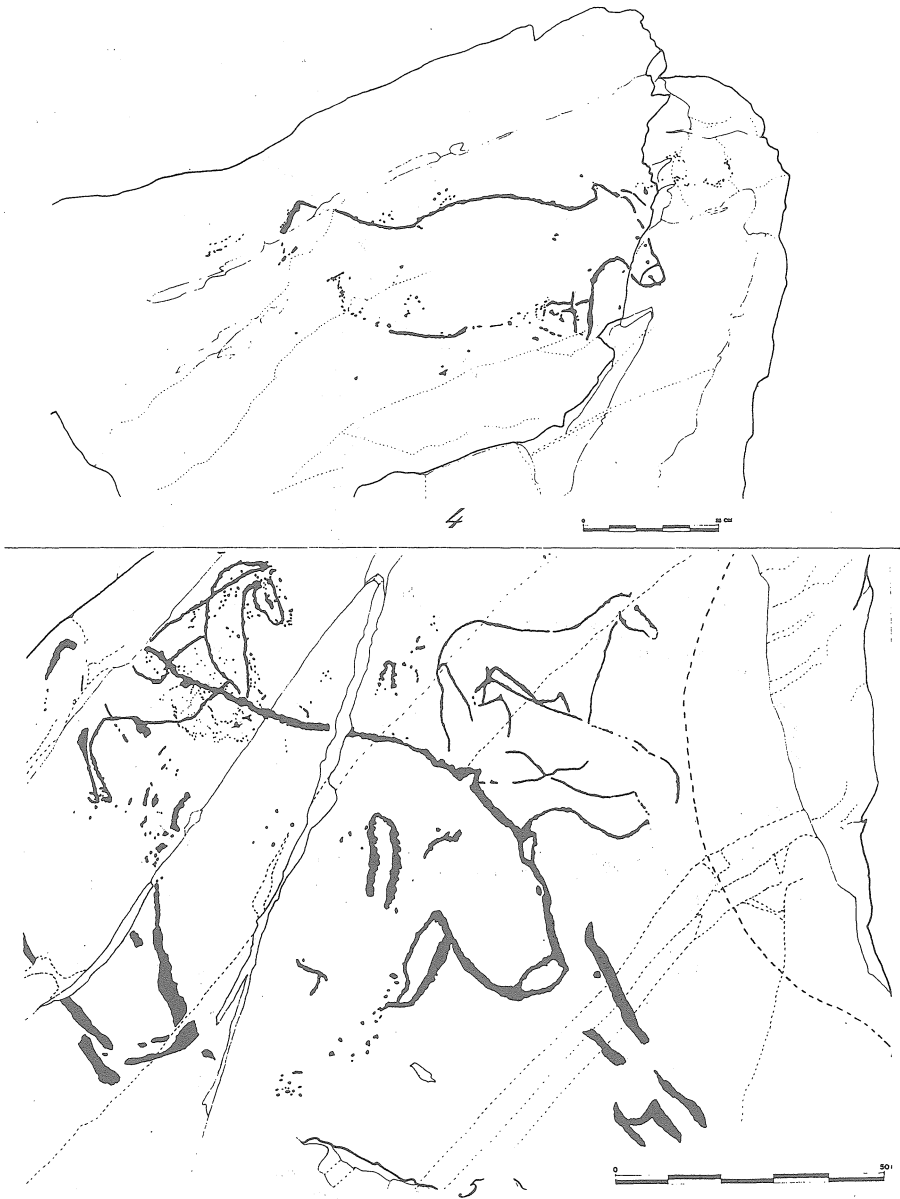


Fig. 1 — Distribución de los yacimientos rupestres paleolíticos en el valle del Duero. Yacimientos junto a ríos. ▲ △ Yacimientos sin relación con corrientes de agua.



Figs. 2 — Detalle de la cabeza de un toro arcáico del Conjunto II,  
y 3 — Megaceros inciso del Conjunto III.



Figs. 4 — Bóvido piqueteado del Conjunto V, y 5 — Gran marmita decorada con toros y caballos del Conjunto VI.

Est. V



Fig. 6 — Ciervo piqueteado mirando hacia atrás del Conjunto VII.

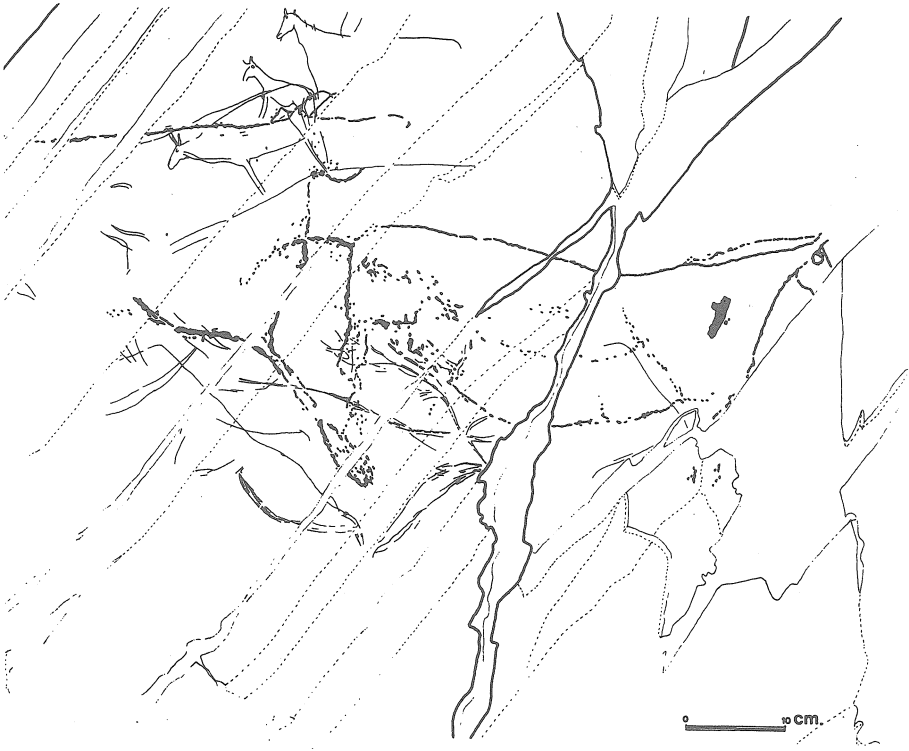
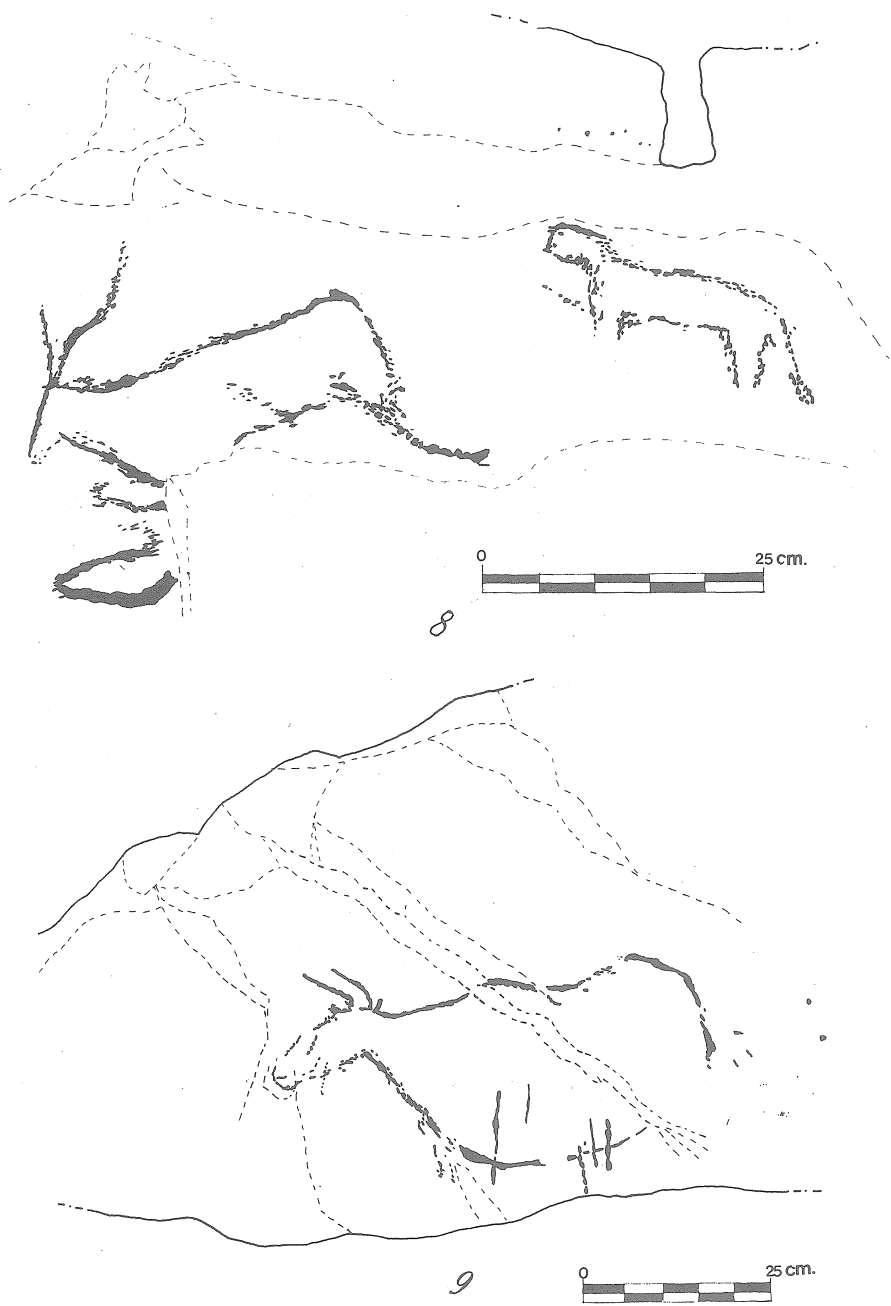


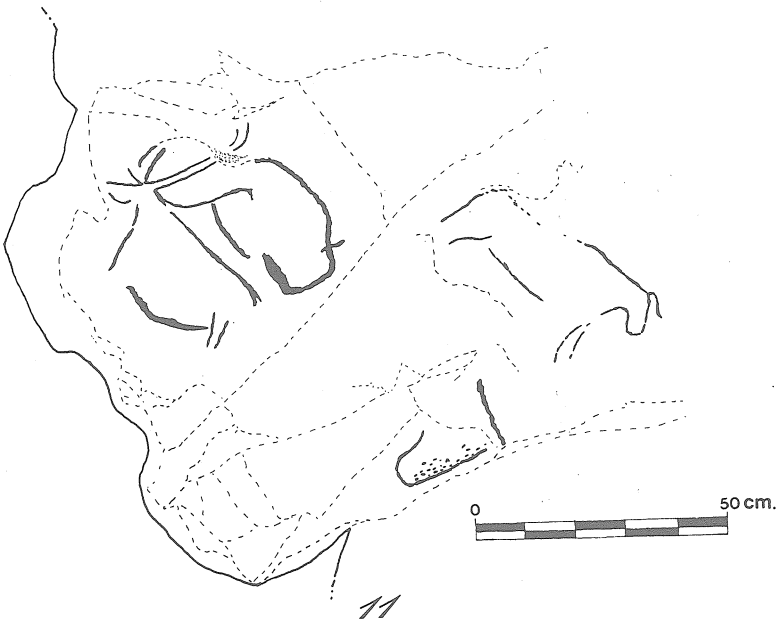
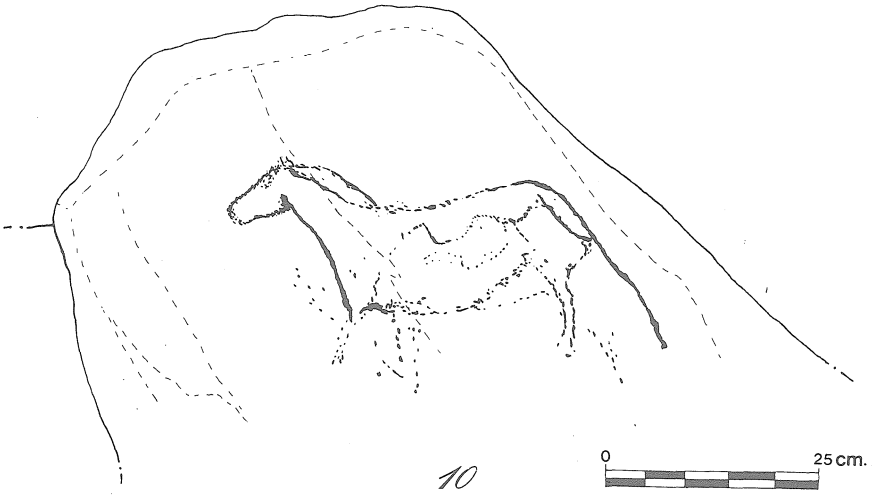
Fig. 7 — Gran panel del Conjunto IX, en él que se mezclan toros y caballos piqueteados con cérvidos y cápridos incisos.

Est. VII



Figs. 8 — Felino y cabra del Conjunto XIV, y 9 — Vaca piqueteada del Conjunto XV.





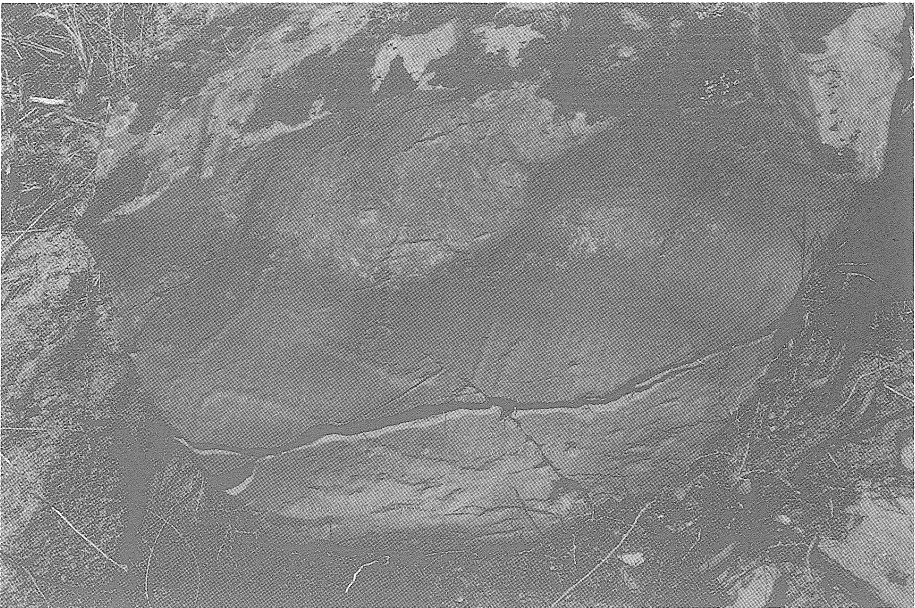
Figs. 10 — Caballo piqueteado del Conjunto XIII, y 11 — Bisonte, reno y bóvido del Conjunto XIV.



Fig. 12 — Caballo con barras y claviforme en su interior situado en la margen derecha del Agueda (Conjunto 101).



Lám. 1 — Vista general del yacimiento.



Lám. 2 — Bóvido piqueteado e invertido (en una laja desplazada) del Conjunto XII.



Lám. 3 — Cierva piqueteada del Conjunto XIII.



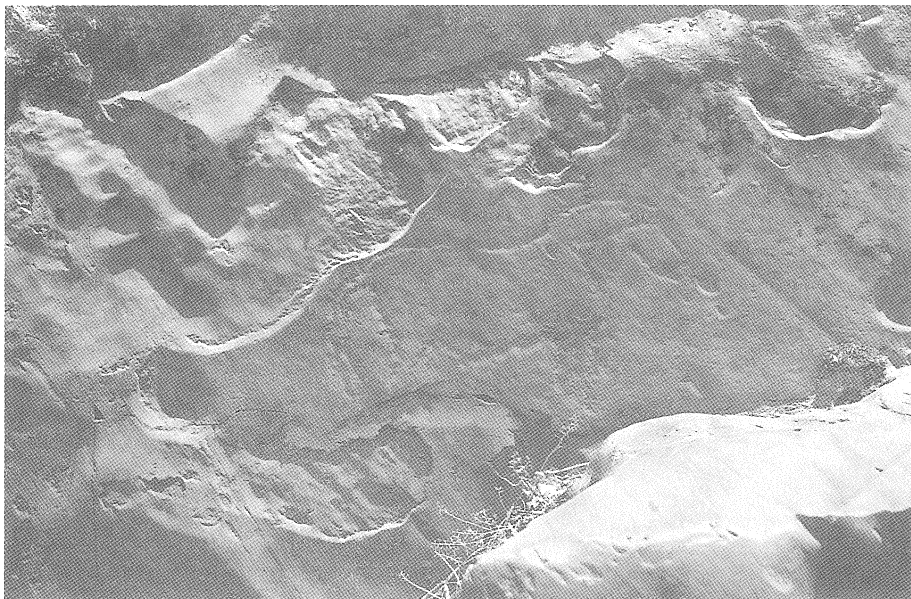
Lám. 4 — Rinoceronte lanudo piqueteado en su contorno e interior. Conjunto XIII.



Lám. 5 — Bisonte y reno, ambos piqueteados y muy erosionados, representados sobre una superficie horizontal del Conjunto XIV.



Lám. 6 — Figura de felino piqueteada del Conjunto XIV.



Lám. 7 — Equido piqueteado el Conjunto XV.



Lám. 8 — Friso de caballos piqueteados al galope del Conjunto XVI.

# PROPUESTA METODOLÓGICA PARA EL ESTUDIO ANALÍTICO DE LOS ÚTILES PULIMENTADOS

por

**Blanca Pastor y Aitor Ormazabal\***

**Resumen:** Partiendo de una revisión crítica de los diferentes métodos aplicados al examen del utillaje lítico pulimentado y su experimentación con series concretas, se ha planteado la elaboración de una sistemática de estudio analítico. El fundamento de la misma radica en la determinación de los caracteres morfológicos y técnicos pertinentes que posibilitan la definición racional de la "realidad" que encierra cada objeto. La jerarquización de los caracteres y su articulación a través de codificaciones permite su síntesis en fórmulas analíticas.

**Palabras-clave:** Pulimento. Tipología. Analítica.

La elaboración de métodos efectivos para el estudio de los pulimentos ha suscitado tradicionalmente un grado de interés no equiparable con el dedicado a otros tipos de útiles más valorados, ya sea por la pobreza de efectivos que normalmente presentan las series recuperadas, o por la descontextualización que en muchas ocasiones les afecta. Es quizás por ello que se aprecia una notoria falta de unificación en los planteamientos metodológicos utilizados, una de cuyas consecuencias es la proliferación de sistemas y métodos cuyas bases teóricas en muchos casos no están apoyadas en un razonamiento crítico suficiente. El análisis de estas piezas ha estado limitado generalmente a meras clasificaciones empíricas en categorías predeterminadas por criterios la más de las veces funcionales, y en una posterior exposición, a veces exhaustiva, de los rasgos morfológicos esenciales.

Por otra parte, la descripción eminentemente morfológica adoptada por una parte sustancial de los autores se establece sin contemplar una evaluación previa de su importancia tipológica, otorgando un valor semejante a caracteres de muy diferente significación (morfológicos, tipométricos, técnicos, funcionales, etc.), sin tener en cuenta el grado de intervención intencional en la realización formal del utensilio. En este sentido, muchas de estas observaciones efectuadas quedan

---

\* Dpto. de Geografía, Prehistoria y Arqueología de la Universidad del País Vasco.

al margen de la clasificación final en tipos, establecidos estos a partir principalmente de referentes morfológicos y funcionales, con lo cual el valor subjetivo adopta un lugar preferente. Además, no hay mecanismos de sistema que permitan establecer una síntesis que compendie la articulación interdependiente de todos los factores que participan en la dinámica de elaboración de las piezas. No existe pues una reconstrucción mental de la dinámica tecnomorfológica de los instrumentos a través de criterios que puedan ser valorados objetivamente, sino una simple sumación de caracteres inconexos que no conduce sino a definiciones imperfectas. De otra parte, a pesar de que las cuestiones tecnológicas son abordadas a otros niveles, tienen una pobre translación en los sistemas clasificatorios y descriptivos<sup>1</sup>.

Intentando soslayar estos inconvenientes hemos ensayado un sistema de examen analítico, apoyándonos en las propuestas de la Tipología Analítica<sup>2</sup>. En este sentido, partimos de la premisa de que el conocimiento exclusivamente empírico es insuficiente, siendo necesaria una descomposición de los elementos que conforman la realidad —presentes en el objeto—, y un examen de todos sus componentes. Hay que valorar la pertinencia de los caracteres teniendo en cuenta la intencionalidad que implican, estableciendo una jerarquía entre ellos y buscando un mecanismo válido que permita una síntesis de conjunto del análisis.

El método de estudio que proponemos parte de la consideración de cuatro estructuras de análisis<sup>3</sup>:

- física: materia prima empleada en la fabricación de los útiles;
- tipométrica: medidas, ángulos y proporciones de las piezas;
- técnica: usos técnicos que intervienen en la elaboración de los objetos;
- morfológica: síntesis formal producto de la conjunción del resto de las estructuras.

<sup>1</sup> No es nuestro objetivo extendernos en la crítica pormenorizada de la metodología aportada por cada autor. No obstante, una muestra amplia de los métodos habitualmente utilizados se encontrará en J.A. FANDOS (1973), C. GONZALEZ (1979), C. MAZO Y J.M. RODANES (1986), R. FABREGAS VALCARCE Y F. DE LA FUENTE (1987), M. RIQ DE BOUARD (1983), J. ROODENBERG (1983) Y J.L. BARRERA (1983).

<sup>2</sup> Método racional de estudio sustentado en el Método Dialéctico creado por G. LAPLACE. Los fundamentos teóricos se pueden consultar en una amplia relación bibliográfica: LAPLACE, G. 1964: *Essai de Typologie systématique*. *Annali dell'Università di Ferrara*. Nuova Serie, Sez. XV, Paleontologia Umana e Paleontologia. Vol. I. Suppl. II, pp. 1-85. LAPLACE, G. 1966: *Recherches sur l'origine et l'évolution des complexes leptolithiques*. École Française de Rome. Paris. LAPLACE, G. 1968: *Recherches de Typologie Analytique*. *Origini*, II, pp. 7-64. LAPLACE, G. 1972: *La Typologie Analytique et structurale: Basse rationnelle d'étude des industries lithiques et osseuses*. *Banques de données archéologiques*. Colloques Nationaux du C.N.R.S., n° 932, pp. 91-143. Marseille.

<sup>3</sup> Se tienen en cuenta únicamente aquellas estructuras cuyos elementos pueden ser analizados objetivamente, y de esa manera ser considerados científicamente. No se consideran por el contrario aquellos criterios o estructuras que no son objetivizables, y por tanto no pueden formar parte de una definición consecuente, caso por ejemplo del criterio sobre funcionalidad. No obstante, estos criterios pueden ser analizados desde otras perspectivas más acordes con planteamientos hipotéticos.



Una vez establecida la base estructural del análisis es preciso, de cara a la definición tipológica, concretar detalladamente los criterios de pertinencia inherentes a cada agrupación, y materializar de esta forma la descomposición analítica como medio de profundización cognoscitiva. De esta manera, no son considerados a un mismo nivel definitorio algunos caracteres tipométricos, físicos o morfológicos (los que son producidos, por ejemplo, por factores naturales, de la materia prima, del azar, por determinados usos del instrumento, o simplemente porque no influyen en la materialización formal y técnica del instrumento). Sí pueden ser empleados por el contrario, en niveles interpretativos diferentes (de contextualización cultural, etc.).

Posteriormente es necesario un proceso de aglutinación de todas las observaciones y análisis efectuados, como medio de alcanzar una definición articulada, que a partir de muestras estadísticamente amplias y fiables debería dar paso de forma natural a la determinación de una serie de tipos morfotécnicos característicos. Esto último posibilitaría la clasificación, estudio y comparación de los conjuntos instrumentales.

## DESARROLLO METODOLÓGICO

Previamente al análisis, la pieza se dispondrá en sentido longitudinal a su eje mayor, insertada imaginariamente en una figura tridimensional en forma de prisma ortogonal. Este prisma consta de seis planos: dos horizontales –cara superior (A) y cara inferior (A')–, dos perpendiculares a estos y en sentido longitudinal llamados normales sagitales –normal dextro (B) y normal senextro (B')– y otros dos también perpendiculares denominados normales transversales –normal distal (C) y normal proximal (C')– (Fig. 1).

Por convención consideramos distal el extremo más trabajado. Igualmente, en el caso de los útiles dobles se establece una jerarquización en función de los elementos morfotécnicos, con preferencia a situar el extremo distal en la zona ocupada por un bisel, en su defecto un extremo apuntado, o en ausencia de los anteriores una superficie piqueteada. Por otra parte, siguiendo a J. Mourre (1979), la cara más convexa es la considerada superior.

El proceso del análisis pasa por el control de una serie de criterios pertinentes, que se examina de acuerdo a un orden:

**I- Modo técnico:** hace alusión a las diferentes operaciones de carácter técnico efectuadas en el proceso de configuración industrial del utensilio. Las técnicas identificadas han sido agrupadas en tres conjuntos: las basadas en la percusión (talla y piqueteado), en el desgaste (pulimento, raspado y abrasión) y en el aserrado:

- *Percusión Simple*. Percusión efectuada en los extremos de la pieza formando un ángulo entre los planos superior o inferior y el plano horizontal teórico con valor no superior a los 45°.
- *Percusión Abrupta*. Percusión efectuada en los extremos de la pieza, creando bordes romos.
- *Percusión Plana*. Acción de talla que desgaja lascas amplias y planas, formando con el plano horizontal teórico un ángulo inferior a 45°.
- *Piqueteado*. Aplicación de suaves percusiones continuadas y uniformes, levantado porciones mínimas de materia. Produce una superficie rugosa.
- *Pulimento*. Fricción continuada que deja una superficie fina y suave, en ocasiones con estrías, pero casi inapreciables y no agrupadas en bandas. Si el trabajo es esmerado, dejando una superficie brillante, hablaremos de lustrado.
- *Raspado*. Desgaste por frotamiento lineal, manifestado por haces generalmente longitudinales de marcadas estrías paralelas entre sí.
- *Abrasión*. Regularización por frotamiento de la superficie del útil.
- *Aserrado*. Surcos de sección en u o en v efectuados sobre un plano por movimientos de vaivén de un instrumento apuntado o con filo.

II- **Intensidad**: indica el grado de profundidad en la aplicación del modo técnico. Puede adoptar valores de profundo, marginal o muy marginal, dependiendo de la intensidad en la transformación causada por la técnica empleada.

III- **Amplitud**: señala la extensión de la transformación efectuada en la superficie de la pieza por el modo técnico. Se considera corta cuando no traspasa el 25% del total del plano, invasora cuando está entre el 25 y el 50%, cubriente cuando supera el 50% y total cuando lo cubre totalmente.

IV- **Delineación**: trazado que dibuja el borde trabajado del útil, visto horizontalmente. Puede ser convexa, cóncava, rectilínea o sinuosa (cuando traza un recorrido mixto entre los anteriores o irregular).

V- **Localización**: se refiere al emplazamiento dentro del plano afectado por el carácter descrito. En la fórmula analítica se cita en primer lugar la posición del carácter siguiendo el eje longitudinal –distal, medial o proximal–. Si es preciso, posteriormente se indicará la localización respecto al eje transversal –senextro, medial o dextro–.

VI- **Forma general**: vista horizontal del objeto apoyado sobre su cara inferior. Se asimila a una figura geométrica plana.

VII- **Semisección**: es el perfil de la sección transversal de la pieza (planos normal, lateral o transversal) cortados en sentido transversal a los mismos. Esta puede ser diédrica –cuando el plano normal se une a las caras superior e inferior formando ángulos próximos a 90°–, biselada –el plano normal queda reducido a una línea, debido a que el plano o planos faciales se inclinan formando uno o dos

biseles– o redondeada. Cada una de estas semisecciones puede aparecer facetada.

Descritos la dinámica del análisis y los caracteres que se deben tener en cuenta, se ha estimado necesario el establecimiento de un lenguaje capaz de sintetizar sus resultados. Para ellos ha sido preciso crear una serie de códigos y signos que alternados con abreviaturas sean capaces de definir la historia morfotécnica de los útiles. Su plasmación son las fórmulas analíticas, en donde se conjugan todos los caracteres descritos y su articulación sobre la pieza, donde todos los datos se anotan de acuerdo a un orden previamente decidido (Fig. 2).

En primer lugar se señala el tipo morfotécnico en que se clasifica la pieza, acompañado de una descripción morfológica primaria (forma general). A continuación, entre corchetes, [ ], se indican los principales caracteres definitorios del tipo, es decir, la semisección, el modo técnico y los criterios que lo delimitan: intensidad, orientación, amplitud, delineación, localización longitudinal y localización transversal –en la exposición de esta serie de caracteres se tiene en cuenta el siguiente orden: plano normal senestro, cara superior, plano normal dextro, cara inferior, extremidad distal y extremidad proximal–. Tras los corchetes una barra oblicua, /, precederá la anotación de los caracteres complementarios – no influyen en la definición del tipo– si los hubiera. Finalmente se indica el grado de integridad de la pieza. Sintetizándolo:

TIPO, forma general [semisección, MODO TECNICO, intensidad, orientación, amplitud, delineación, localización longitudinal, localización transversal] / Caracteres complementarios/ Integridad.

No por desecharlos para el análisis tecnomorfológico hay que abandonar la consideración –aunque a otro nivel de estudio– de ciertas cuestiones que pueden resultar de indudable interés para la contextualización de las series:

a – Morfología. Pueden ser interesantes de señalar caracteres relativos a la simetría en la delineación de las extremidades biseladas, en cuanto a establecer zonas activas desgastadas por uso, simetría en las mismas extremidades respecto al eje sagital, ángulo de convergencia de dichos biseles, agudeza y sinuosidad del filo, aplanamiento de la zona activa en relación al resto de la pieza, etc.

b – Tipometría. Se deben tener en cuenta las medidas máximas –longitud, anchura y espesor–, pudiéndose completar con cualesquiera otras medidas consideradas de interés de cara a análisis estadísticos parciales (longitud de los biseles, ángulo de estos, etc.). A partir de estas medidas se pueden elaborar algunos índices:

- Índice de alargamiento ( $I_a=L/A$ );
- Índice de espesor ( $I_e=A/E$ );
- Índice de agudeza ( $I_{ag}=E/Long.bis.max.$ );
- Índice de biselado ( $I_b=Long.bis. \times 10/L$ );
- Índice de convexidad ( $I_{cvx}=altura \text{ de la cuerda} \times 10/L \text{ de la cuerda}$ ).

Un estudio estadístico amplio del resultado de estos cocientes entre útiles pulimentados podrá establecer agrupaciones con significado propio.

c – Materia prima. Es la determinación del material utilizado en la fabricación de los objetos. Es interesante de cara a establecer preferencias en la elección de los materiales, áreas de aprovisionamiento, difusión geográfica, etc.

Tabla 1 — Abreviaturas utilizadas en la definición de los caracteres y signos de articulación

CRITERIOS	Caracteres	Abreviaturas
TIPO	Bisel Apuntado Aplanado-piqueteado	B P AP
MODO TECNICO	1 – Pulimento Raspado Abrasión 2 – Percusión piqueteada Percusión simple Percusión plana 3 – Aserrado	PU RA AB PI PS PP AS
INTENSIDAD MODO	profunda marginal muy marginal	p m mm
ORIENTACIÓN	facial superior facial inferior bifacial (s • i) normal normal senextra normal distal normal proximal bilateral (dex • sen) bitransversal (dst • prx)	s i bifac n dex n sen n dst n prx bilat bitrans
AMPLITUD	corta invasora cubriente total	cort inv cub tot
DELINEACIÓN	rectilínea convexa cóncava sinuosa angular	rct cvx ccv sin ang

CRITERIOS	Caracteres	Abreviaturas
FORMA GENERAL	rectangular	rtg
	trapezoidal	trap
	triangular	tri
	oval	ov
	circular	cir
LOCALIZACIÓN	distal	dst
	proximal	prx
	medial	med
	bitransversal (dst -- prx)	bitrans
	dextra	dex
	senextra	sen
	medial	med
	bilateral (dex -- sen)	bilat
SEMISECCIÓN	redondeada	r
	diédrica	di
	bisel	b
Integridad <sup>4</sup>	completo	t
	casi completo	t*
	fragmento distal	f°
	fragmento proximal	°f
	fragmento medial	ff
	fragmento medial-distal	ff°
	fragmento medial-proximal	°ff
	fragmento indeterminado	f
Signos	caracteres morfotécnicos esenciales	[ ]
	tendencia	()
	caracteres complementarios	/
	asociación continua dentro de un mismo plano	-
	asociación discontinua dentro de un mismo plano	--
	asociación continua entre dos planos yuxtapuestos	+
	oposición entre dos planos paralelos	°
	cambio progresivo	>
	imposición del modo posterior sobre el anterior	/=
	imposición del modo anterior sobre el posterior	=/
	caracteres relacionados de igual modo con el anterior	{ }

<sup>4</sup> Nomenclatura propuesta por G. LAPLACE con ligeras modificaciones. LAPLACE, G. 1976: Notes de Typologie Analytique: anatomie de l'éclat brut ou façonné. *Dialektikê*, pp. 30-34.

## CONCLUSIONES

La principal conclusión que puede extraerse tras la revisión de los distintos métodos existentes para el estudio de los útiles de piedra pulimentados es la necesidad de una racionalización y unificación de los criterios de estudio. Partiendo de esta necesidad el método propuesto, aplicado ya con éxito a un conjunto industrial relativamente amplio<sup>5</sup>, pretende soslayar este problema ofreciendo un método racional que además de analizar exhaustivamente todos los caracteres que definen una pieza, los unifica de forma jerarquizada en fórmulas analíticas a partir de las cuales se podrá llegar a una síntesis que permita la individualización de tipos.

## BIBLIOGRAFIA

- BARRERA, J. L.; MARTINEZ, M.I.; SAN NICOLAS, M. y VINCENT, J.M.1987: El instrumental lítico pulimentado calcolítico de la comarca noroeste de Murcia: algunas implicaciones socio-económicas de su petrología y morfología. *Trabajos de Prehistoria*, 44, pp. 87-146.
- FABREGAS, R. y DE LA FUENTE, F.: *Aproximaciones a la cultura material del megalitismo gallego: La industria lítica pulimentada y el material cerámico*. 2. Santiago de Compostela.
- FANDOS, A. J. 1973: Nota preliminar para una tipología analítica de las hachas pulimentadas. *Munibe*, 2-4, pp. 203-208.
- GONZALEZ SAINZ, C.1979: Útiles pulimentados prehistóricos en Navarra. *Trabajos de Arqueología Navarra*, 1, pp. 149-203.
- LAPLACE, G. 1976: Notes de Typologie Analytique: anatomie de l'éclat brut ou façonné. *Dialektiké*, pp. 30-34.
- MAZO, C. y RODANES, J. M.1986: *Corpus de útiles pulimentados de la comarca de Monzón (Huesca)*. Col. de Estudios Altoaragoneses, 11. Huesca.
- ORMAZABAL, A.; PASTOR, B. y URIGOITIA, T. (en prensa): Ensayo de estudio analítico del instrumental lítico pulimentado. Su aplicación al conjunto de superficie de Urrunaga (Alava). *Munibe*, 46.
- RICQ DE BOUARD, M. 1983: *Les outils lithiques polis du sud de la France. Formalisation des données archéologiques et analytiques en vue d'un traitement informatique*. C.R.A., Monographies Techniques, 15, Paris.
- ROODENBERG, J.J.1983: Traces d'utilisation sur les haches polies de Bougras (Syrie). *Traces d'utilisation sur les outils néolithiques du Proche Orient. Travaux de la Maison de l'Orient*, 5, pp. 177-188.

---

<sup>5</sup> ORMAZABAL, A.; PASTOR, B. y URIGOITIA, T. (en prensa): Ensayo de estudio analítico del instrumental lítico pulimentado. Su aplicación al conjunto de superficie de Urrunaga (Alava). *Munibe*, 46.

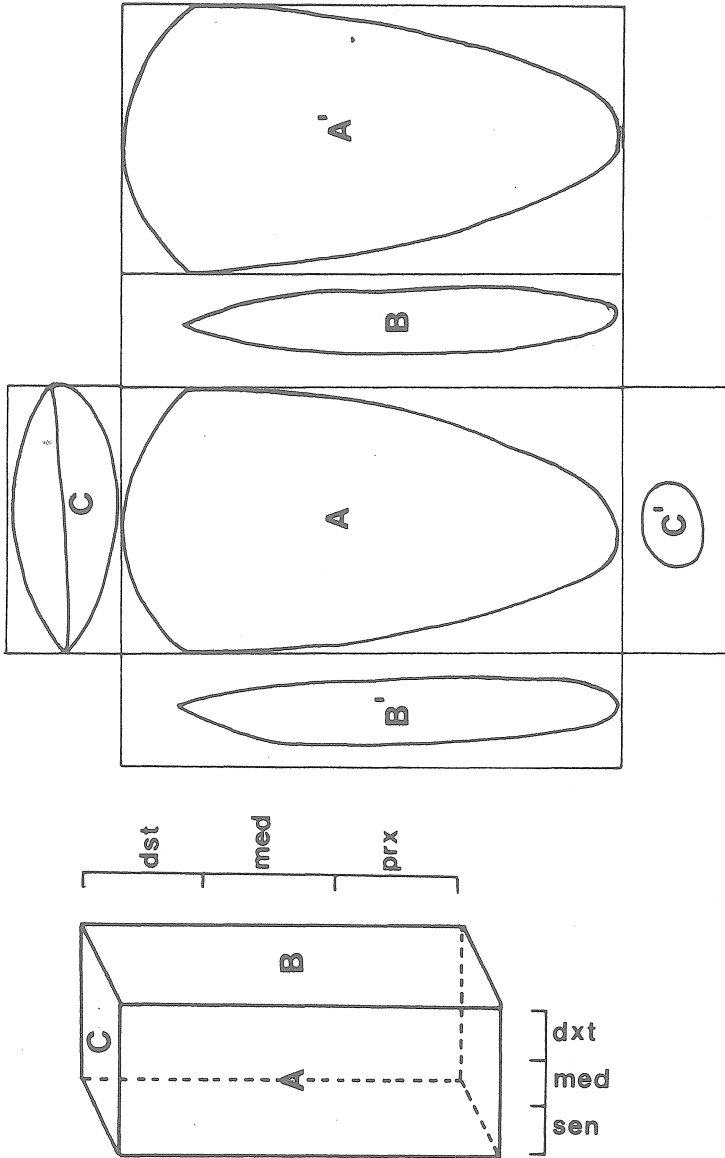
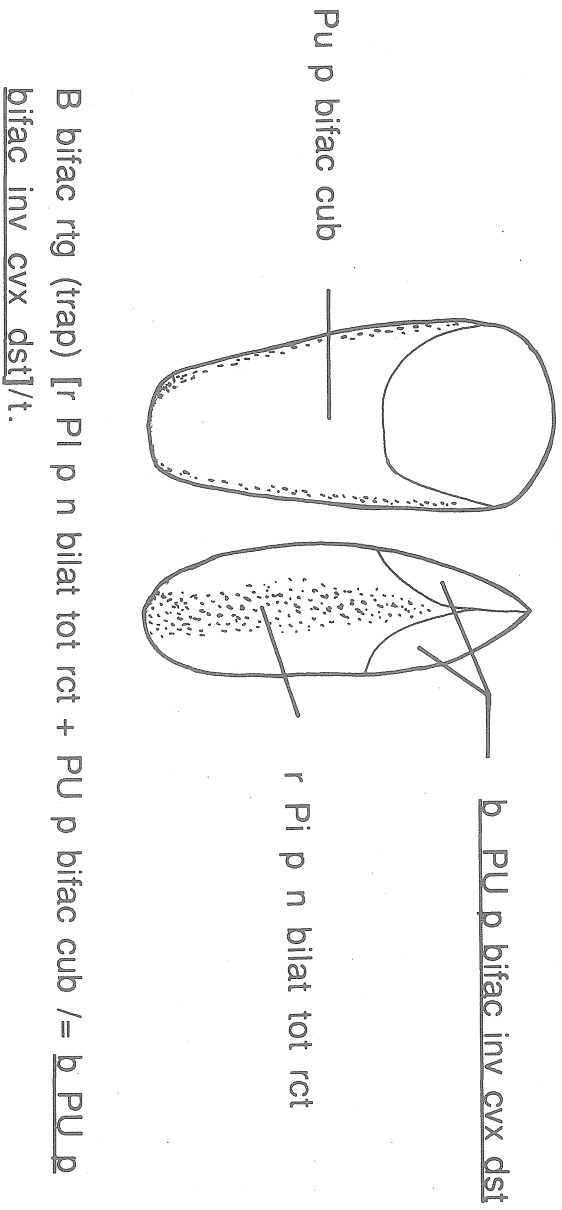


Fig. 1 — Inscrición del objeto en un prisma ortogonal.



B bifac rtg (trap) [r Pi p n bilat tot rct + PU p bifac cub / = b PU p bifac inv cvx dst]/t.

Fig. 2 — Ejemplo de descripción analítica de una pieza imaginaria.



# A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA SERRA DE SICÓ

por

Maria Helena Moura  
e Thierry Aubry

**Resumo:** O vale do Poio Novo, como outros pequenos vales que lhe são paralelos, constitui um meio privilegiado de ligação entre as planícies aluviais e litoral e a Serra de Sicó. Trata-se de um vale rico em grutas. O início das escavações em duas destas cavidades permitiu a identificação de sequências estratigráficas com características sedimentológicas que variam em função da evolução das duas redes cársticas.

A Buraca Escura, exposta a norte, foi ocupada alternadamente pelo homem e por carnívoros. Fornece raros vestígios líticos, e fauna em grande abundância, tanto nos níveis do Paleolítico médio como do superior.

A Buraca Grande, situada na vertente, oferece boas condições de *habitat* e acesso e revelou diferentes níveis de ocupação ao longo do Paleolítico superior. Destes, um nível solutrense é particularmente rico em artefactos líticos e no que diz respeito ao sílex de origem local, estando presentes todas as fases da cadeia tecnológica do Solutrense inicial. Outros níveis não puderam, ainda, ser caracterizados, desconhecendo-se actualmente a proveniência estratigráfica de um fragmento de plaquinha de xisto, gravada com motivos figurativos típicos do Paleolítico, encontrada na camada superficial, remexida.

**Palavras-chave:** Paleolítico. Poio Novo. Redinha.

## I. INTRODUÇÃO

A Serra de Sicó é um relevo calcário que dá origem à rede hidrográfica da margem Sul do Baixo Mondego (Est. I). No território assim definido os AA. desenvolvem, desde 1990, um projecto de Carta Arqueológica que visa a prospecção sistemática e as escavações de emergência que se justifiquem. Sobre os primeiros resultados de prospecções, veja-se AUBRY, T.; MOURA, M.H. 1990. Do ano seguinte data o início de escavações na gruta denominada Buraca Grande. Foi identificada nesta cavidade a sequência estratigráfica mais completa de entre as já conhecidas na margem Sul do Baixo Mondego.

## II. A SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA DA BURACA GRANDE (EST. II)

### II. 1. Apresentação

A Buraca Grande é uma cavidade cársica situada na vertente Norte do Vale do Poio Novo, a cerca de quatro quilómetros a SE da sede da freguesia, a aldeia da Redinha (Est. I, nº 1).

A escavação, em direcção conjunta dos AA e de João Zilhão, decorre desde 1991. Os dados actualmente disponíveis indicam a existência de três sequências estratigráficas distintas, (AUBRY, *et alii* 1992) a mais completa das quais se situa na parte mais recuada da gruta. Após a campanha de 1993, foram definidos 10 conjuntos sedimentológicos e 7 níveis arqueológicos, (AUBRY, MOURA, 1994). A campanha seguinte permitiu a diferenciação de mais níveis arqueológicos e de um outro conjunto no bloco sedimentar pleistocénico, (C7 - C10), mais espesso no fundo da cavidade (Est. II). A transição para os conjuntos sedimentares holocénicos é marcada por uma descontinuidade estratigráfica de erosão.

### II. 2. Descrição estratigráfica do bloco holocénico

#### Conjunto remexido (CR)

Estrato cuja espessura é variável entre os 20 e os 50 centímetros. A potência máxima observa-se junto das paredes da cavidade, facto que para nós revela a existência de tocas. Constituída por blocos calcários embalados em matriz pulverulenta, de cor parda, esta camada contém importante percentagem de matéria orgânica e fornece artefactos de diversas épocas. Recolheram-se objectos atribuíveis ao campaniforme, à Idade do Ferro, à época medieval e a períodos históricos recentes. Outros objectos aqui recolhidos provêm dos conjuntos 2, 8 e 9. A presença dos materiais paleolíticos na camada superficial deve-se, em nosso entender, à topografia do conjunto 11, na zona dos quadrados, 15, 16, 17 e 18, das bandas M, N e O (AUBRY, MOURA, 1994 p. 48). Regista-se, nesta área da gruta, a existência de um depósito de blocos calcários de grande módulo, consolidados por argila plástica, que se apresenta sob a forma de um cone, de perfil assimétrico (conjunto 11). O remeximento vertical explicaria a presença de cerâmicas da Pré-história Recente, provenientes do conjunto 2, no estrato superficial. Foram exumados nesta unidade estratigráfica vestígios de dois vasos com decoração campaniforme, atribuíveis ao Grupo Inciso. (Est. III, Fig. 1). Estes artefactos ocorrem isolados de outros objectos típicos dos contextos calcolíticos recentes. Poderão corresponder a um depósito fúnebre, já que nesta camada se exumaram restos humanos.

### Conjunto 1 (C 1)

Estrato constituído por matriz semelhante à que se identificou no conjunto suprajacente; os clastos são em menor proporção e verifica-se a inexistência de matéria orgânica recente.

Foram aqui recolhidos alguns carvões dispersos e fragmentos de cerâmica não torneada, maioritariamente lisa, em pequeno número, e que não permitem diagnóstico cronológico.

Na base deste conjunto foi exumado um pequeno fragmento do fundo de um copo, que viria a oferecer possibilidades de reconstituição com outros fragmentos provenientes do CR e que permitem identificar um copo canelado (Est. V, nº 1). Não foi possível reconstruir o bordo. A cerâmica é de cor castanha alaranjada na fractura, as superfícies são castanhas escuras, brunidas. A pasta é compacta, os elementos não plásticos são constituídos por mica e quartzo, granulometricamente bem classificados. O canelado é pouco profundo.

### Conjunto 2 (C 2)

Conjunto sedimentar, constituído por uma sobreposição de níveis lenticulares, de tonalidades distintas, cinzentos acastanhados, cinzentos claros e laranja. Os topos de alguns destes níveis de lenticulas apresentam-se compactados, de onde inferimos que foram muito pisados. Distinguimos matéria orgânica de origem animal, cinzas e carvões, bem como nódulos de argila soltos ou agregados em plaquinhas, provenientes do cone supra mencionado.

Os artefactos aqui exumados, são abundantes, sendo o material lítico constituído por seixos brutos e afeiçoados, lascas de sílex e raras lâminas na mesma matéria, um machado polido em estado de esboço, e mós em granito e arenito. Provém deste estrato uma ponta de seta de base côncava.

A indústria em osso está representada por um exemplar de furador.

Os fragmentos de vasos são abundantes, embora não se tenha ainda obtido a reconstituição de perfis completos.

As pastas, para as quais apenas fizemos observações macroscópicas<sup>1</sup>, são friáveis, os elementos não plásticos maioritariamente constituídos por cristais de calcite, de granulometria compreendida entre 1 e 5 mm geralmente mal classificado, excepção feita aos dois cacos decorados. Nestes, o desengordurante é de menores dimensões, e melhor classificado. Uma minoria dos fragmentos pertence a vasos cujos elementos não plásticos são constituídos por grãos de quartzo, muito rolados. Na sua maioria as superfícies das paredes exteriores dos vasos são aliçadas e possuem cores negras. As paredes dos vasos têm espessuras variáveis

---

<sup>1</sup>Nesta fase dos trabalhos apenas fizemos a observação macroscópica das pastas, havendo contudo intenção de dar continuidade a estudos de natureza petrológica das cerâmicas.

entre 6 e 13 mm; a média ronda os 10 mm. De entre os cacos exumados contamos 8 tipos de bordos (Est. IV, C2). Um dos vasos é carenado e apresenta a carena 15 mm abaixo do bordo. Um outro possui uma carena incipiente.

Dois fragmentos com decoração penteada em ziguezague pertencem ao mesmo vaso cujo bordo é aplanado (Est. V, nº 2). A pasta é mais compacta e apresenta cor negra. O outro vaso decorado (Est. V, nº 3) encontra-se representado por cinco fragmentos, dos quais dois não colam, e que apresentam cores diferentes: negra, castanha clara e cinzenta. A constituição da pasta, porosa, indica que se trata de uma só peça, cujo perfil não é possível definir. Parece tratar-se de um grande vaso de paredes direitas. A decoração, feita por intermédio de um sulco pouco profundo, desenha serpentiformes no sentido vertical. Um sulco, menos nítido do que os que descrevem os serpentiformes, corre paralelamente ao bordo. Um único fragmento foi recolhido no topo deste conjunto sedimentar, para o qual ainda não possuímos datação absoluta; os outros na camada remexida.

Foram exumados neste estrato vários exemplares de conchas marinhas. Não apresentam traços de utilização nem de transformação em objectos de carácter utilitário ou de adorno.

Foram encontrados ossos humanos, para os quais não se verifica existência de conexões anatómicas. Os vestígios estão fracturados, o número de indivíduos representados é, no mínimo, de quatro.

A fauna, cujos ossos estão muito fragmentados, é constituída por restos de ovicaprídeos, bovídeos, suídeos, veado e equídeos.

### Conjunto 3 (C 3)

Este conjunto, cuja espessura varia entre trinta e quarenta centímetros, caracteriza-se por conter clastos de arestas rombas, de pequeno módulo, e em percentagem reduzida. A matriz é pulverulenta e de cor castanha-amarelada. Foram aqui exumados carvões que se encontravam dispersos.

Os vestígios arqueológicos são pouco abundantes. A maior concentração encontrou-se associada ao leito de clastos que ocorre a 5 centímetros da base do conjunto. Os vestígios líticos são constituídos por lascas de sílex e de quartzo, e não se regista a ocorrência de objectos que permitam diagnóstico cultural preciso. Os fragmentos de cerâmica representam vasos lisos; em nenhum caso é possível reconstituir integralmente o perfil (Est. IV, C3). As pastas são friáveis, os elementos não plásticos são constituídos maioritariamente por calcite e minoritariamente por grãos de quartzo rolados, coexistindo na mesma massa. Estes desengordurantes, granulometricamente bem classificados, são de dimensões compreendidas entre 2 e 4 mm. Enquanto que as paredes exteriores dos vasos apresentam alisamento, as internas evidenciam um aspecto que lembra a cortiça. As cores variam entre a negra, a castanha clara e a alaranjada.

Verificamos a existência de 3 tipos de bordos, arredondados simples. Um dos cacos ostenta uma carena incipiente.

A fauna exumada nesta camada é sobretudo constituída por restos de carnívoros e por microfauna. Regista-se também a ocorrência de coprólitos. Parece-nos lícito duvidar do carácter antrópico destes vestígios osteológicos.

#### Conjunto 4 (C 4)

Este conjunto é caracterizado pela existência de blocos de calcário embaldados em matriz cinzenta, muito compacta, onde se regista importante quantidade de cinza e carvões. A espessura deste estrato ronda os 5 centímetros.

O material lítico caracteriza-se pela ocorrência de lamelas em sílex, com perfil curvilíneo, pouco ou não retocadas (Est. III, Fig. 2). A técnica de debitação destes artefactos parece ser a da percussão indirecta.

As cerâmicas são constituídas por vasos de formas globulares, (Est. IV, C4) sub-esféricas, não se tendo exumado nenhuma peça com a totalidade do perfil. Em alguns dos recipientes, os que apresentam as paredes mais finas e melhor confecção, as pastas são compactas e incluem como desengordurantes, micas de granulometria bem classificada. Nestes, aparece um engobe de cor vermelha viva. Noutros vasos, mais grosseiros, os elementos não plásticos são semelhantes aos já descritos para as cerâmicas do conjunto 3. Nestes recipientes verifica-se alisamento das paredes. As cores variam entre a castanha clara, a escura e a cinzenta. Os bordos são planos nos vasos de confecção mais grosseira, e arredondados nos mais finos.

Foram aqui exumados alguns vestígios osteológicos humanos, muito fragmentados, sem preservação das conexões anatómicas, e que podem representar um único indivíduo, adulto.

Este nível foi datado pelo método do  $^{14}\text{C}$  de  $5670 \pm 70$  BP (Gif-9497) calibrada a 2 sigma 4358- 4630 BC. A amostra de carvões foi recolhida no quadrado L19, quadrantes NE-NW.

#### Conjunto 5 (C5)

Caracteriza-se por uma sucessão de níveis de cinzas, que formam uma camada de 5 centímetros de espessura.

Os materiais aqui exumados são provenientes em exclusividade de dois quadrantes do quadrado K20, situados junto à parede W. da cavidade. São eles constituídos por cerâmicas e restos de fauna. Estes vestígios podem encontrar-se aqui em posição secundária, dedução que fazemos na sequência da escavação de uma toca, nas camadas superiores deste sector da gruta.

### Conjunto 6 (C6)

O conjunto 6 é caracterizado pela existência de blocos de módulo superior aos do C4, embalados em matriz pulverulenta de cor cinzenta clara e por ocorrerem nódulos de argila. A sua espessura ronda os 10 centímetros. Regista-se abundância de carvões e fragmentos de madeira parcialmente carbonizada. Os restos antracológicos têm módulos que podem atingir os 5 centímetros.

A indústria lítica está representada por artefactos em quartzo, pequenas esquirolas em sílex, bem como por uma lamela com retoque abrupto, também nesta matéria.

As cerâmicas deste conjunto são constituídas por vasos de paredes muito finas e cor negra, não tendo sido possível reconstruir nenhum perfil, integralmente (Est. IV, C6). A pasta inclui, como desengordurante, mica. As paredes dos recipientes foram alisadas, não apresentam decoração, os bordos são simples, convexos ou planos.

A fauna é constituída por restos de coelho, veado, grandes mamíferos ainda indeterminados, bem como por conchas marinhas, estas muito numerosas.

### Conjunto 7 (C7)

Entre o topo deste conjunto e a base do que lhe sobrejaz, regista-se uma descontinuidade que se deve a um episódio erosivo. Este fenómeno materializa-se pela existência, por um lado, de uma acumulação de sedimento brechificado contra a parede, (C7a e C7b) e por outro lado, por um limite nítido entre as colorações dos dois conjuntos, sublinhado pela presença de pequenos fragmentos (cujos módulos são da ordem de alguns milímetros cúbicos) calcários, alterados no topo de C7c.

Nos primeiros centímetros deste conjunto, exumaram-se os fragmentos de cerâmicas que passamos a descrever. O vaso representado na Est. VI, nº 3, de que possuímos mais quatro fragmentos com os quais se não podem fazer colagens, é também decorado. A pasta é friável, os elementos não plásticos são constituídos por grãos de quartzo, e por pequenos fragmentos de cerâmica (?). As superfícies interior e exterior são alisadas, e apresentam cor castanha escura, e fractura negra. A decoração é constituída por um ligeiro cordão plástico, que se encontra a 15 mm do bordo ladeado por duas linhas, paralelas, de impressões circulares. O interior destes círculos, cujos diâmetros são de 4 mm, apresentam-se em relevo. Junto do bordo existia um elemento de prensão, talvez de tipo mamilo, mas encontra-se fracturado.

O recipiente nº 5 da mesma figura está representado por um fragmento que denuncia um grande vaso. A pasta é compacta, os desengordurantes são constituídos por elementos de calcário e hematite. As cores das paredes são a vermelha viva e a castanha, a fractura é vermelha. As superfícies interna e externa foram

alisadas. A decoração combina impressões e elementos plásticos. Os mamilos, em linha vertical, vêm até ao bordo, que é arredondado, convexo. Entre os dois mamilos dispõe-se um cordão plástico, que não recebeu decoração, mas que é ladeado de duas bandas paralelas de incisões em forma de cunha. Três outras bandas, idênticas a estas, seguem paralelas entre si, e situam-se entre o cordão e uma outra impressão que corre ao longo e logo abaixo do bordo. Esta faixa parece ter sido executada por intermédio de *cardium*. Verifica-se ainda decoração, junto do mamilo inferior, onde se distingue uma linha vertical de impressões similares às que ocorrem junto ao bordo.

No CR, foram exumados dois fragmentos de cerâmica cuja pasta é constituída pelos mesmos elementos descritos para o vaso anterior. A decoração faz-se por intermédio de impressões de secção triangular, agrupadas em faixas de quatro linhas. Um outro motivo é realizado por intermédio de uma linha impressa (Est. VI, nº 6). Uma perfuração para suspensão surge sobre as faixas. A forte espessura das paredes deixa supor que se trata de um grande vaso “de provisões”.

O recipiente representado pelo fragmento desenhado na Est. VI nº 2 caracteriza-se por apresentar pasta friável, em que os elementos não plásticos são constituídos por quartzo e fragmentos de calcário, mal classificados granulometricamente. As superfícies são alisadas, apresentam cor castanha, e fractura castanha avermelhada. O fragmento representa um vaso com paredes direitas e bordo arredondado convexo. A decoração impressa é constituída por três faixas (uma, duas e no mínimo quatro linhas) de impressões executadas por intermédio de *cardium*.

O recipiente representado pelo fragmento desenhado na Est. VI nº 1 foi exumado numa toca, junto da parede W da gruta, no quadrado K20. Pelas suas características ele pode considerar-se como contemporâneo dos que vimos descrevendo. A pasta é compacta e os elementos desengordurantes são granulometricamente mal classificados e constituídos por grãos de quartzo e fragmentos de calcário. As cores são a laranja-acastanhada, para as superfícies interna e externa, a cinzenta muito escura, para a fractura. As superfícies denotam alisamento. A decoração é constituída por seis linhas de impressões, paralelas entre si e ao bordo, executadas por intermédio de *cardium* (?). O bordo é convexo e arredondado.

Proveniente do mesmo contexto, é um outro fragmento de cerâmica, cuja pasta é compacta e contém fragmentos de calcário, carvões, fragmentos de cerâmica moída (?). A superfície foi alisada e apresenta cor castanha avermelhada. A decoração faz-se por intermédio de uma linha de unhas, que corre sob um elemento de prensão, em forma de mamilo alongado, que surge apenas ao bordo (Est. VI nº 4).

Neste conjunto foram também exumados restos de fauna, e artefactos líticos. Estes são característicos das indústrias epipaleolíticas, aqueles constituídos por

espécies selvagens (cabra, veado, javali) que tanto podem ocorrer em contextos do Neolítico antigo como do Epipaleolítico.

### III. OS DADOS ACTUAIS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA ÁREA DE SICÓ

Os resultados, ainda parciais, obtidos na Buraca Grande, podem relacionar-se com os dados conhecidos da Pré-História Recente do Baixo Mondego, nomeadamente com os que ocorrem na sua margem Sul, território onde se fazem escavações há cerca de um século.

No conjunto arqueológico remexido desta gruta, cuja acumulação de materiais decorre, em nosso entender, desde a transição Calcolítico/Bronze, até ao presente século, ou até fins do passado, é possível isolar artefactos característicos de diversas épocas, mas não é possível saber a que tipo de utilização da cavidade correspondem.

No conjunto 1, exumaram-se poucos vestígios da Pré-História Recente. São na sua maioria constituídos por fragmentos de cerâmica atípica. No entanto, o fragmento de copo canelado proveniente da base deste conjunto é um indicador cronológico de uma ocupação do Calcolítico inicial estremenho (GONÇALVES, J.L.M. 1991; CARDOSO, J.L. 1995).

No conjunto 2 ocorrem abundantes vestígios arqueológicos e parece possível identificar diversas modalidades de ocupação da cavidade. Vários leitos de matéria orgânica e de sedimento muito pisado podem interpretar-se como resultando de uma ocupação desta área da cavidade pelo gado. A zona recuada é fácil de fechar, o que sugere a sua utilização como estábulo. Este facto não impede que nas zonas central e entrada se não tenham verificado outros tipos de ocupação.

O achado de restos humanos, atribuíveis a pelo menos quatro indivíduos (um bebé, um jovem falecido em idade inferior a quinze anos, dois adultos) torna evidente que também há um carácter funerário neste conjunto. O estado dos restos osteológicos, sem qualquer preservação de conexões anatómicas e fragmentados, torna impossível caracterizar os rituais fúnebres. Estes podem corresponder a manifestações muito diversas, à semelhança do que acontece por exemplo na Gruta dos Alqueves (Est. I, nº 2, VILAÇA, R.; RIBEIRO, J.P.C. 1987), cuja cerâmica nos parece idêntica à deste nível. Tão pouco temos dados que nos informem sobre o período de tempo que corresponde às tumulações, que podem, de facto, ter ocorrido de forma intermitente. Outro problema é o de não podermos, de entre a totalidade dos vestígios aqui exumados, tentar atribuir a parte deles a função de oferendas. Mesmo ao nível dos adornos nada sabemos da correcta proveniência estratigráfica de algumas contas de colar em calcário e uma tubular



em osso, que na campanha de 1993 se exumaram em contexto de toca, no quadrado L19, quadrante NW.

As cerâmicas do Dólmen do Alto da Feteira (Est. I, nº 3, CASTRO, L.A.; FERREIRA, O.V. 1969-1970) são comparáveis às da Buraca Grande; porém, falta-nos todo o cortejo habitual dos objectos de carácter ritual.

Da quantidade de artefactos, relativamente ao número de indivíduos, e da sua tipologia se infere que além de ocupações fúnebres, também a gruta tenha sido ocupada como habitat. Achados líticos, como fragmentos de mós e sobretudo esboços de machados polidos, devem relacionar-se mais com actividades quotidianas da comunidade, do que com oferendas mortuárias.

Outro dado que nos parece corroborar esta afirmação é a relativa abundância de restos de fauna, doméstica e caçada, que se encontravam nesta unidade estratigráfica. Na sua maioria trata-se de animais muito jovens, o que talvez venha a permitir estudos de sazonalidade que melhor nos esclareçam sobre as ocupações da cavidade durante o período que corresponde ao Neolítico Final.

O conjunto 4, estratigraficamente bem definido, forneceu uma datação radiométrica que nos parece coerente com o material encontrado. Actualmente não se dispõe de dados de comparação na região do Baixo Mondego. De facto, a nenhum outro nível foi atribuída uma cronologia comparável a esta, que se situa entre o Neolítico Antigo e o Neolítico Pleno clássico.

A ocupação identificada, reconhecida numa área pequena da cavidade, é ainda difícil de caracterizar, já que ela tem um carácter fúnebre que talvez não seja exclusivo. Os restos humanos identificados, em número diminuto, provavelmente não correspondem a enterramentos, o que explicaria o estado de conservação em que se encontram. Até à data todos os restos exumados neste contexto podem-se atribuir a um adulto. Os artefactos são constituídos por rara indústria lítica com uma componente de lâminas em sílex, brutas ou muito pouco retocadas, obtidas por percussão indirecta, provavelmente não confeccionadas na gruta. Uma lamela revela tratamento térmico do núcleo de sílex (Fig. 6, nº 5).

As cerâmicas vermelhas, que apresentam engobe e cuja pasta contém elementos micáceos, surgem no mesmo contexto de cacos cujas pastas incluem, como desengordurantes, elementos de calcite e quartzo.

A abundância de carvões e de cinzas, sem que se tenha podido evidenciar qualquer tipo de estrutura de combustão, é um facto que não podemos explicar, actualmente.

O conjunto 5 fornece dados interessantes para a compreensão dos fenómenos de constituição dos estratos. A fauna está representada exclusivamente por micro-fauna. Os fragmentos de cerâmica recolhidos encontravam-se acantonados numa superfície de 0,5 metros quadrados, junto da parede W da gruta. Aguardamos um estudo antracológico que nos esclareça sobre o tipo de fogo a que pode correspon-

der a acumulação de cinzas, sendo certo que as comunidades neolíticas praticavam desflorestação por intermédio de queimadas.

O conjunto 6 forneceu cerâmicas negras, muito finas, que parecem representar recipientes de forma globular. Não encontramos referências a cerâmicas parecidas com estas, nos trabalhos mais recentemente realizados sobre o Baixo Mondego. O paralelo mais próximo, ainda que não idêntico, encontra-se nas cerâmicas exumadas na camada NA 1 da Gruta do Caldeirão, em Tomar (ZILHÃO, J. 1992, pp. 90).

Os restos malacológicos abundantes são um dado que encontra similitudes nas ocupações atribuídas ao Neolítico Antigo do Forno da Cal, em Soure, (Est. I, nº 4, ROCHA, A. 1975, pp. 83). Esta jazida situa-se, no entanto, a maior proximidade do mar do que a Buraca Grande. Os restos alimentares são ainda constituídos por ossos de vários mamíferos, que falta determinar, e por vestígios de lagomorfos.

O conjunto 7 forneceu materiais atribuíveis ao Neolítico Antigo, período, relativamente bem representado na área do Baixo Mondego, pelo menos em termos quantitativos, e onde se supõe que se teria centrado um polo importante do processo de neolitização da região centro de Portugal (JORGE, S., 1979 e ZILHÃO, J. 1990). São conhecidos os achados do Forno da Cal e Eira Pedrinha, (Est. I, nº 5, VILAÇA, R. 1990) a Sul do Mondego e a Norte deste rio, os da Várzea do Lírio, Pinhal do Reverendo Margato, Junqueira e Praso (VILAÇA, R. 1988). Eles correspondem a sítios de ar livre ou a ocupações de abrigos ou gruta. Não se encontraram materiais em contextos estratigráficos depois dos trabalhos de Santos Rocha, apesar das recentes pesquisas de Raquel Vilaça.

O fragmento apresentado na Est. VI, nº 3, é comparável a peças provenientes da Junqueira e Eira Pedrinha.

No caso da Buraca Grande, os vestígios arqueológicos foram exumados em contexto estratigráfico definido, embora tenha havido um hiato sedimentar entre os horizontes do nível atribuído ao Paleolítico superior final, e a deposição dos artefactos do horizonte cardial. Fenómeno que se regista também na Gruta do Caldeirão (POVOAS *et alii*, 1992), sincronicamente, e que pode traduzir uma mudança climática nomeadamente um episódio climático húmido, (ZILHÃO, 1992, op. cit. pp. 35-39).

Não temos dados que nos permitam interpretar, com exactidão, o tipo de ocupação que se verificou no início do Neolítico.

#### IV. PERSPECTIVAS

No estado actual do estudo dos materiais ainda não se procedeu à análise tafonómica, cujos resultados são importantes para a melhor compreensão das di-

versas modalidades de ocupação, eventualmente ocorridas durante a formação das diversas unidades estratigráficas. Dar-nos-á também argumentos para explicar os movimentos e as deslocações de parte dos vestígios. Uma discussão sobre estes aspectos só será possível após estudo pluridisciplinar.

A continuação da escavação poderá também trazer à luz novos elementos de interpretação, sendo isto tanto mais provável quanto se tem observado que os estratos são mais espessos à medida que nos aproximamos da parte mais recuada da cavidade.

Uma outra vertente da investigação é a que permita o reestudo de materiais exumados noutras jazidas arqueológicas da região. Em alguns dos casos trata-se de escavações clandestinas que foram realizadas em sepulturas colectivas, como sejam o Dólmen do Alto da Carrasqueira (Est. I, nº 6) e o abrigo do Souto de Vila Cã (Est. I, nº 7) e que não forneceram qualquer registo estratigráfico. Outra jazida, que tem vindo a ser pilhada, é a Gruta II do Ourão (Est. I, nº 8), onde nos anos oitenta se começaram escavações que não foram levadas a cabo. O salvamento do que resta destas jazidas parece-nos ser a única via para se recuperar o mínimo de informações que permitam a sua integração nos trabalhos que vimos a desenvolver.

Uma visão mais abrangente passa também pela escavação de sítios de ar livre, que possam corresponder a povoados. Foi nesta perspectiva que se realizaram sondagens arqueológicas numa das áreas do Outeiro de Já Vou (Est. I, nº 11, a menos de meia hora de marcha da Buraca Grande), que tinha fornecido grande quantidade de cacos e de quartzitos talhados, à superfície, após surribas destinadas ao plantio de pinhal. A potência estratigráfica da jazida era muito fraca (variava entre os 10 e os 30 centímetros), e não correspondia sequer ao nível geológico coevo da ocupação pré-histórica. Todos os artefactos que se conservaram ficaram retidos no lapiás em que assenta a argila e não se preservou qualquer estrutura. Ainda assim temos vestígios de barro cozido, com os negativos dos elementos vegetais que revestiam, o que significa que, apesar da abundância de pedras disponíveis no local, as cabanas eram construídas com ramos e argila. Outro dado interessante diz respeito às cerâmicas e ao facto de termos observado que os desengordurantes das pastas são materiais que abundam no sítio: grãos de quartzo e nódulos de hematite. Alguns dos fragmentos permitem a reconstituição parcial de perfis. Possuímos igualmente fragmentos de bordos: extrovertidos, planos. Pelas características observadas nas cerâmicas parece-nos poder atribuir-se a este *habitat* uma cronologia do Calcolítico que se estenderá até à Idade do Bronze. No mesmo Outeiro as surribas evidenciaram vários outros sítios com vestígios atribuíveis à fase recente da Pré-História e sofreram fenómenos de erosão provavelmente similares ao do local sondado.

Na Serra de Sicó, foram identificados dois locais com arte atribuíveis à Pré-história Recente. Sobre o Abrigo gravado do Vale do Poio, (Est. I, nº 9)

apresentámos uma descrição preliminar em AUBRY, T.; MOURA, M.H. (1990 *op. cit.*). No outro caso, situado na Guístola (Est. I, nº 10), ainda não é possível publicar desenhos, pois não se fez qualquer tipo de intervenção. Trata-se de um bloco de grês, com gravuras em dois estádios diferentes de conservação. Encontra-se partido e integrado num muro de sustentação de terras. Torna-se difícil qualquer interpretação deste monólito.

Os achados da Pré-história Recente da Margem Sul do Baixo Mondego, parecem filiar-se nos da Estremadura, território de excepcional riqueza em vestígios desta época. Supomos, por isso que, dentro da área que constitui o nosso campo de trabalho, muito está ainda por fazer. Um estudo globalizante obriga a que se escavem jazidas arqueológicas de diversas índoles. Nesta óptica, prevenimos, paralelamente ao estudo pluridisciplinar da sequência da Buraca Grande, a escavação de outros tipos de sítios.

#### AGRADECIMENTOS

A campanha de escavação de 1994 da Buraca Grande foi subsidiada pelo IPPAR.

Expressamos a nossa gratidão à Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, que pelo seu apoio, desde 1991, tornou possível este trabalho.

M. Fontugne, do Laboratório de Gif-sur-Yvette, realizou as datações da sequência da Buraca Grande.

O nosso agradecimento vai também para os nossos colaboradores durante as escavações.

#### BIBLIOGRAFIA

- AUBRY, T.; MOURA, M.H. - 1990 - Redinha. (Pombal). Subsídios para a carta arqueológica da freguesia. *Conimbriga*, nº 29, pp. 5-37.
- AUBRY, T.; MOURA, M. H.; ZILHÃO, J. - 1992 - Dados preliminares sobre a organização estratigráfica da Buraca Grande do Vale do Poio Novo (Redinha). *Memórias e Notícias*. Pub. do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, nº 114, pp. 119-132.
- AUBRY, T.; MOURA, M.H. - 1994 - Paleolítico da Serra de Sicó. Iº Congresso de Arqueologia Peninsular, (Porto, Out. 1993), In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 34, (fasc. 3-4), pp. 43-60.
- CARDOSO, J.L. - 1995 - O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). Iº Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, Out. 1993) In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 35, (fasc. 1), pp. 115-129.
- CASTRO, L.A.; FERREIRA, O.V. - 1969-1970 - O monumento megalítico do Alto da Feteira, Pombal. *Caesaraugusta*, nº 33-34, pp. 41-56.
- GONÇALVES, J.L.M. - Cerâmica calcolítica da Estremadura. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa 1990), A. A. P. pp. 215-226.
- JORGE, S.O. - 1979 - Contributo para o estudo de materiais provenientes de estações

- neolíticas dos arredores da Figueira da Foz. *Actas da Primeira Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. (Porto, Abril de 1978), GEAP, pp. 53-82.
- JORGE, S. O. -1990 - A consolidação do sistema agro-pastoril. In: *Nova História de Portugal*, vol. I. Coord. de J. de Alarcão, pp. 102-144.
- POVOAS, L.; ZILHÃO, J.; CHALINE, J.; BRUNET-LECOMTE, P. - 1992 - La faune de rongeurs du pleistocène supérieur de la Grotte de Caldeirão (Tomar, Portugal). *Quaternaire*, nº 3 (1), pp. 40-47.
- ROCHA, A.S. - 1975 - *Memórias e Explorações Arqueológicas*, III, Acta Univ. Con. Coimbra.
- VILAÇA, R.; RIBEIRO, J.P.C. - 1987 - Escavações Arqueológicas na Gruta dos Alqueves. (S. Martinho do Bispo, Coimbra). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol. 27, (fasc. 1-4, pp. 27- 65).
- VILAÇA, R. - 1988 - *Subsídios para o estudo da Pré-história Recente do Baixo Mondego*. "Trabalhos de Arqueologia", nº 5, IPPC.
- VILAÇA, R. - 1990 - Sondagem Arqueológica no Covão de Almeida. *Antropologia Portuguesa*. Vol. 8, pp. 101-133.
- ZILHÃO, J. -1990 - Le processus de Néolithisation dans le Centre du Portugal. In: M. Otte, D. Cahen. *Rubané et Cardial*. Liège, E.R.A.U.L.
- ZILHÃO, J. - 1992 - *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. "Trabalhos de Arqueologia", nº 6 (IPPAR).

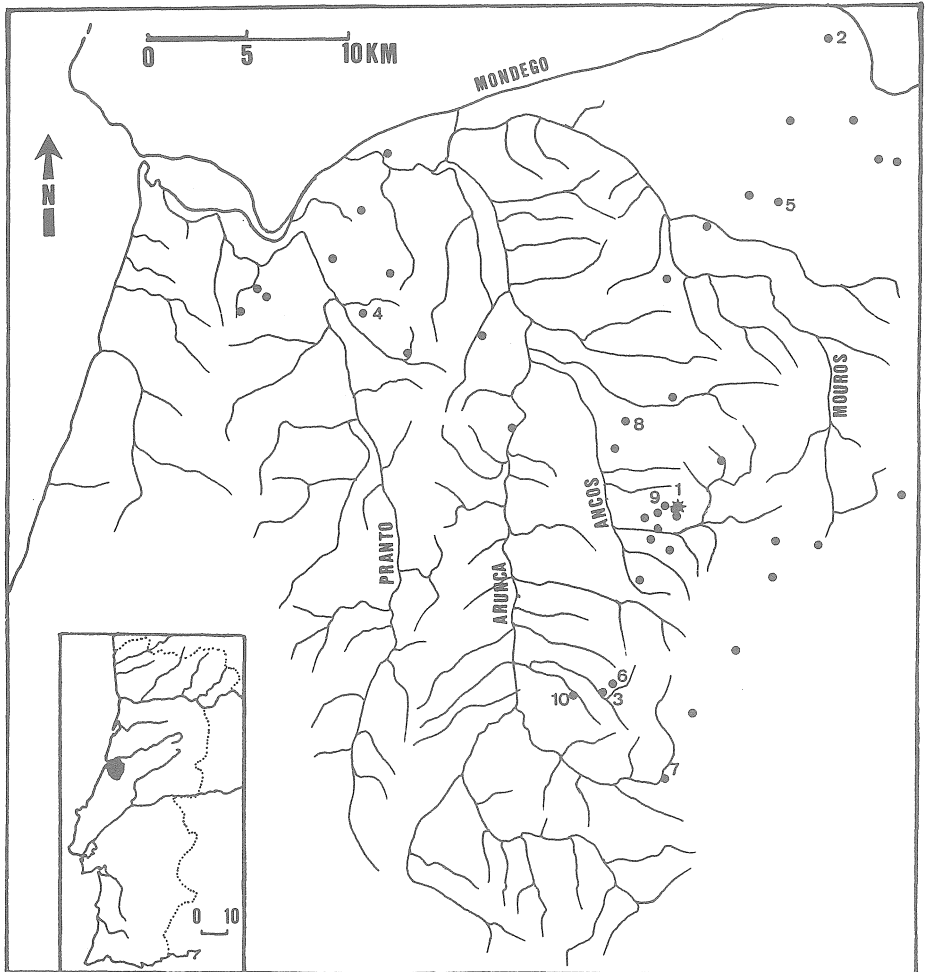


Fig. 1 — Rede hidrográfica da margem Sul do Baixo Mondego. Sítios citados no texto: 1 - Buraca Grande. 2 - Gruta dos Alqueves. 3 - Dólmen do Alto da Feteira. 4 - Forno da Cal. 5 - Eira Pedrinha e Covão d'Almeida. 6 - Dólmen do Alto da Carrasqueira. 7 - Abrigo do Souto de Vila Cã. 8 - Gruta II do Ourão. 9 - Abrigo do Poio. 10 - Guístola. 11 - Outeiro de Já Vou. Todos os outros pontos marcam jazidas arqueológicas com vestígios datáveis da Pré-História Recente. Em (VILAÇA, R. 1988) encontram-se as referências à maioria destes sítios; os restantes são resultantes das prospeccões dos AA e, em parte, encontram-se publicados em (AUBRY, T.; MOURA, M. H. 1990).

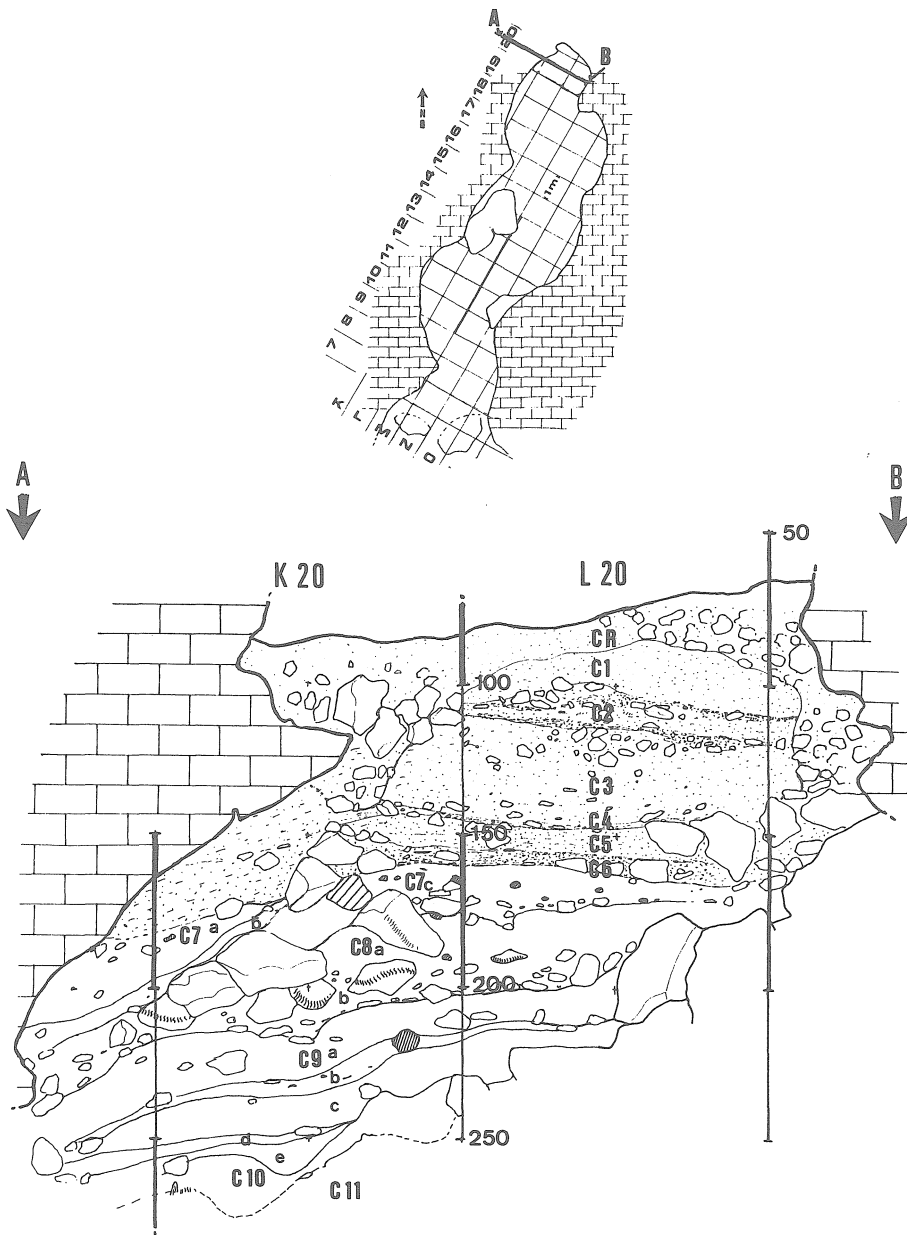


Fig. 1 — Buraca Grande. Corte sagital J20 - M20. Localização na planta da gruta à superfície do enchimento.

Est. III

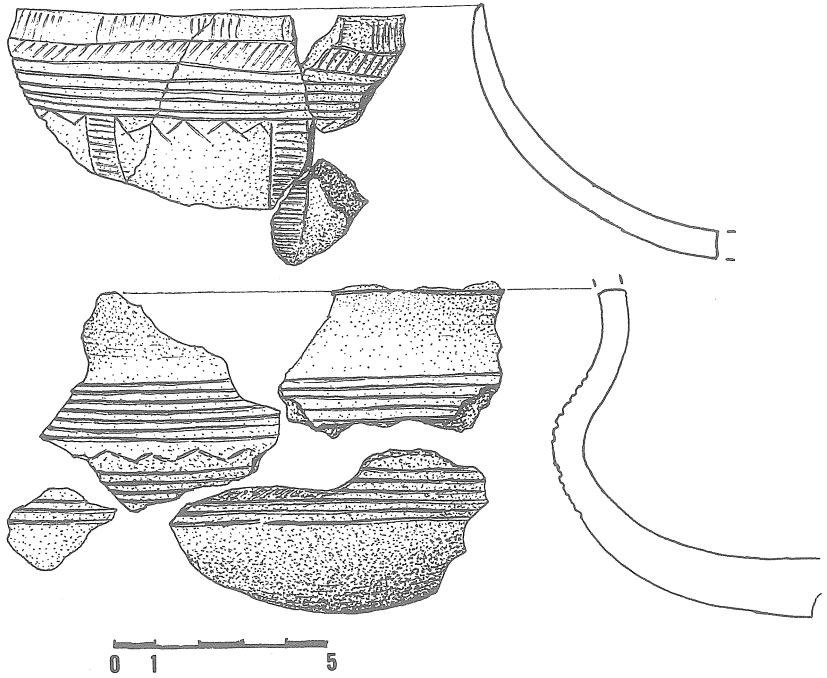


Fig. 1 — Buraca Grande, CR. Recipientes do Campaniforme.

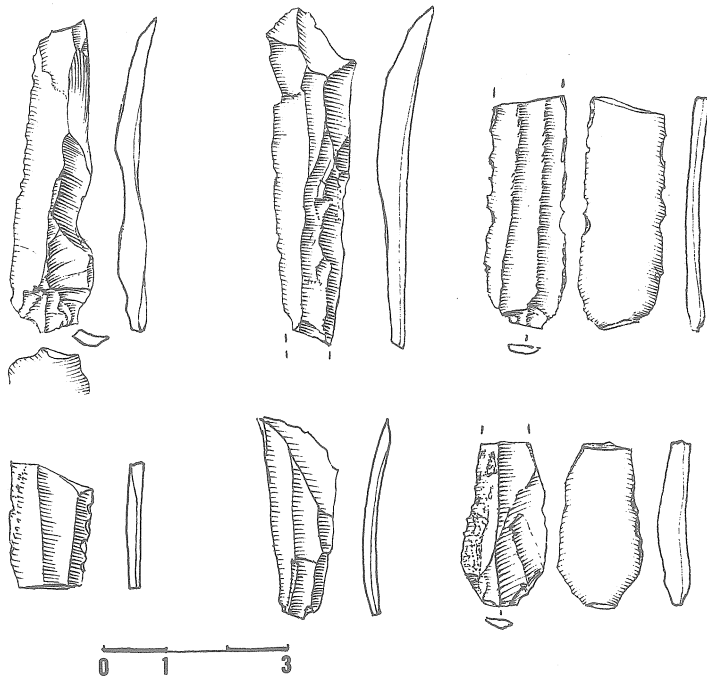


Fig. 2 — Buraca Grande, indústria lítica do conjunto 4.



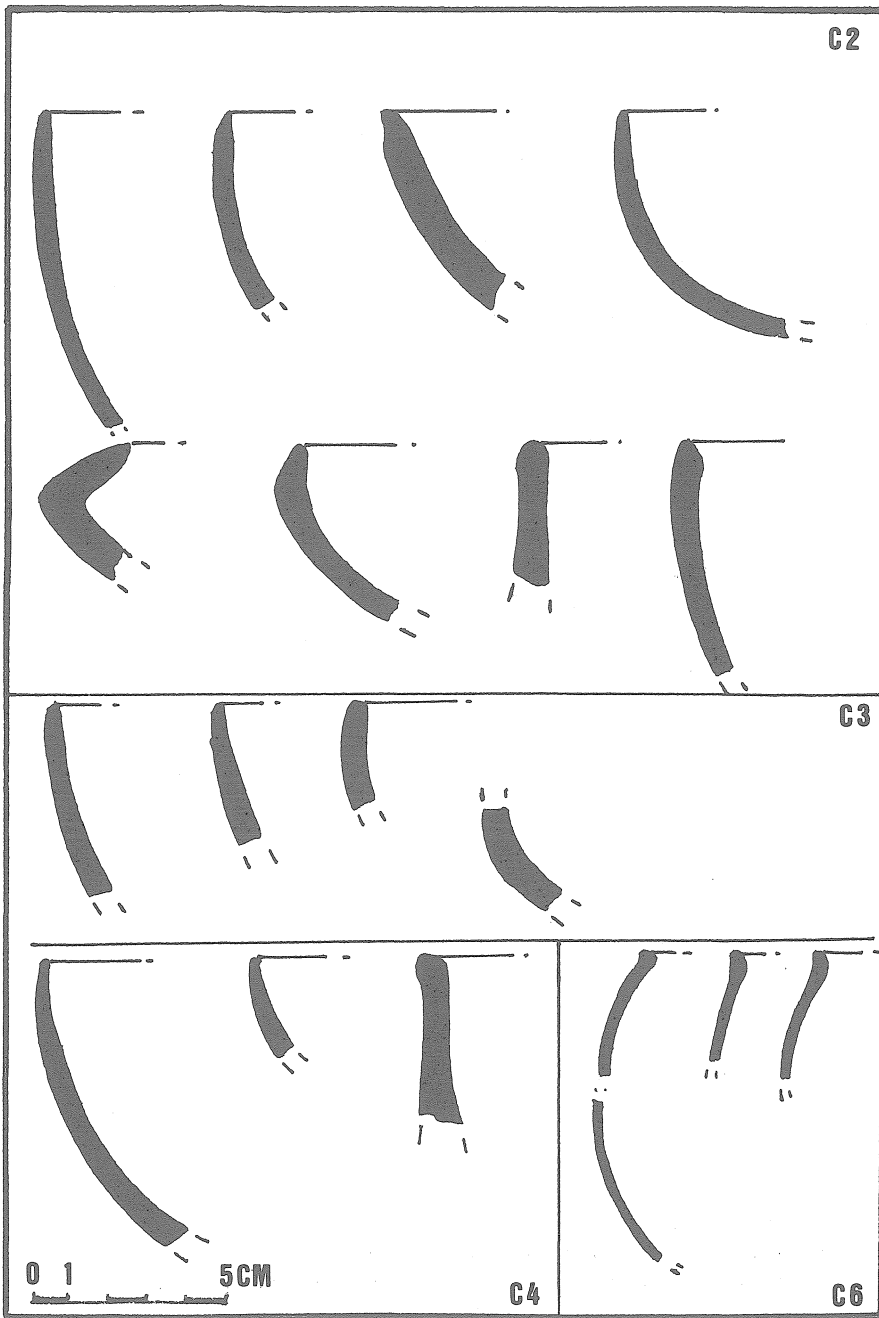


Fig. 1 — Buraca Grande. Morfologia dos recipientes dos C2, C3, C4, C6.

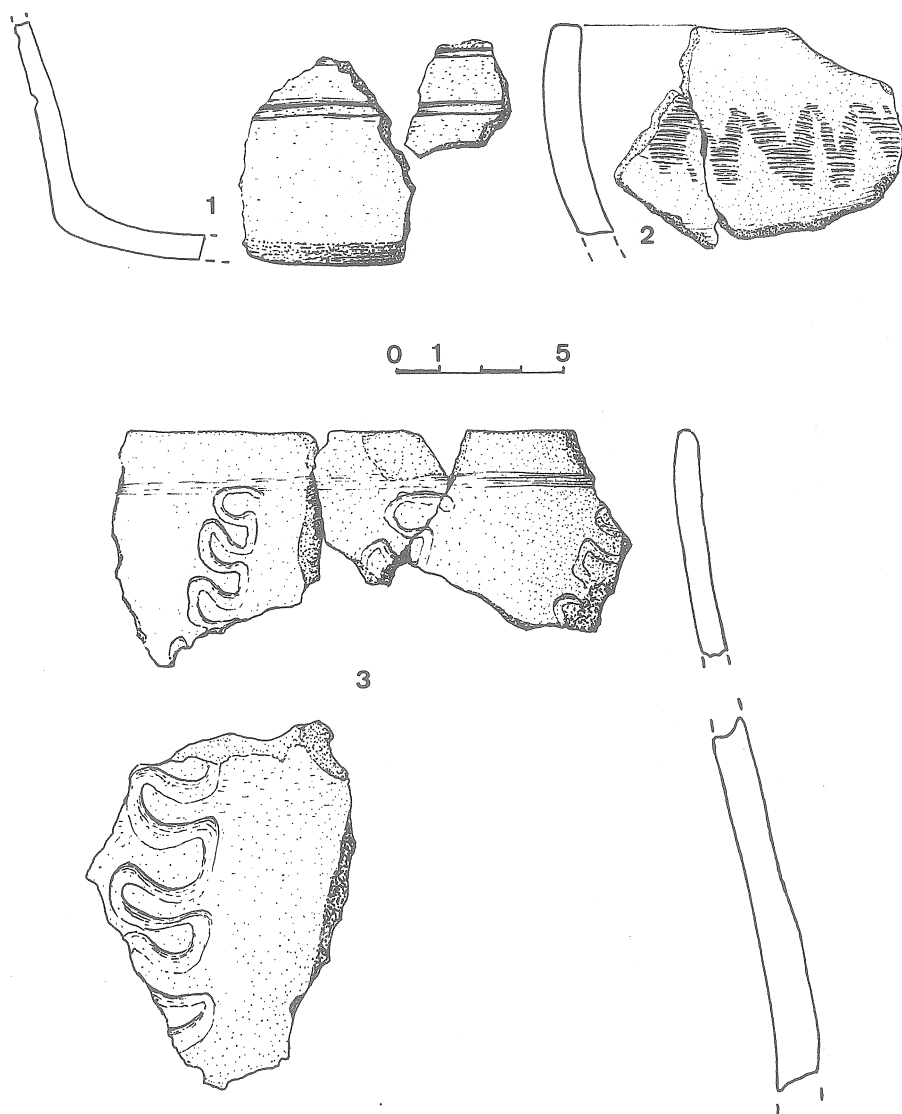


Fig. 1 — Buraca Grande. 1 — Copo canelado; reconstituição, a partir de fragmentos encontrados tanto no CR como na base do C1.2 — Recipiente com colagem de fragmentos provenientes do C2.3 — Recipiente com colagens de fragmentos provenientes do CR e do topo do C2.

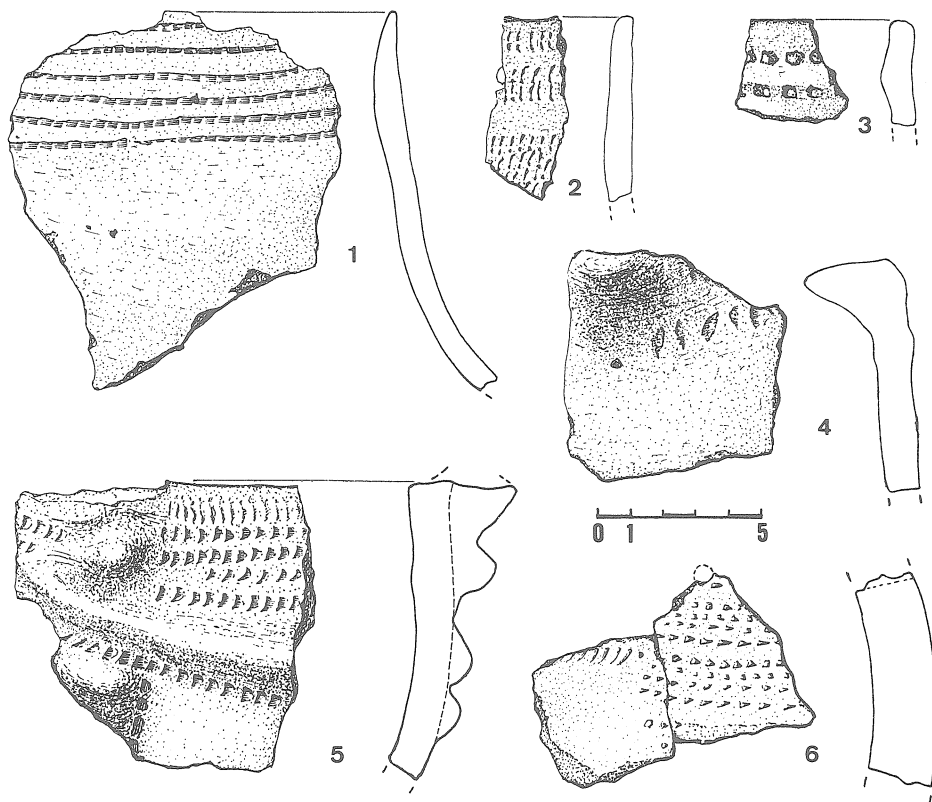


Fig. 1 — Buraca Grande. Recipientes decorados do Neolítico Antigo.

## ANTA DA ARQUINHA DA MOURA (TONDELA)

por

Ana Leite da Cunha\*

**Resumo:** Este monumento manteve-se inédito até princípios de 1990.

As campanhas de escavação efectuadas em 1991 e 1992 permitiram verificar que o monumento se encontrava em muito bom estado de conservação e recolher um importante espólio, quer a nível lítico, quer a nível cerâmico, tanto na câmara como no corredor. A câmara é formada por sete esteios, dois dos quais apresentam pinturas de carácter maioritariamente esquemático, embora algumas evidenciem características tendencialmente naturalistas.

Nos esteios do corredor não existem vestígios de pinturas.

Na câmara recolheram-se abundantes ossadas humanas, agrupadas por partes anatómicas — crânios, ossos longos, etc.

A campanha de 1993 foi dirigida especialmente à compreensão da estrutura do *tumulus*.

**Palavras-chave:** Anta de corredor. Arte megalítica. Restos ósseos.

A Anta da Arquinha da Moura é um monumento megalítico situado no concelho de Tondela, distrito de Viseu, Beira Alta.

O monumento está assente num afloramento granítico de grão grosseiro a médio, com grandes cristais de feldspato que na periferia ENE é visível à superfície.

Este afloramento situa-se numa pequena chã, a uma cota média de 324 m., destacando-se dos terrenos envolventes a W, N e NE, plantados com vinhas e algumas árvores de fruta, a uma cota mais baixa. O monumento fica já no meio de pinheiros e eucaliptos que descem em declive suave para SW e bastante abrupto para SE em direcção ao rio Dão (Foto 1).

É um monumento de arquitectura relativamente simples, formado por câmara e corredor, orientado a ENE.

---

\* Direcção Regional de Coimbra do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

A câmara, de forma poligonal, é constituída por 7 esteios de granito de grão grosseiro a médio e laje de cobertura, fracturada na extremidade E, pela queda de um pinheiro. O corredor, de tamanho médio, é formado por 5 esteios de cada lado, faltando-lhe o 2º do lado N, retirado aquando da violação. Das lajes de cobertura do corredor só uma se encontrava mais ou menos "in situ". Outras duas foram recuperadas durante a escavação.

Durante os trabalhos de escavação verificou-se que deviam existir 2 pilares à entrada da câmara, dos quais ainda se conservava o do lado N.

Tanto a câmara como o corredor, bem diferenciados tanto em planta como alçado, estão rodeados por um potente contraforte de pedras de tamanho médio.

O "tumulus", de forma elíptica, tem cerca de 27 m. no sentido E/W e 20 m. no sentido N/S. Não tem carapaça pétreia. A sua altura total, até ao cimo da laje de cobertura, é de cerca de 3m.

É frequente os monumentos deste tipo apresentarem estruturas internas de contenção entre a periferia do contraforte e o fecho do "tumulus". Na Anta da Arquinha da Moura tal não acontece, pelo menos nas áreas que foram escavadas a E e a W. No entanto, verificou-se que na zona E, em frente ao corredor, esta estrutura foi substituída pelo aproveitamento do afloramento granítico, sobre o qual está construído, com a abertura de valas na rocha, perpendiculares ao eixo do corredor, formando suportes naturais de contenção das terras do "tumulus" (Fot. 2).

O mesmo não acontece a W, onde as terras do "tumulus" são argilosas e muito compactas, não havendo qualquer estrutura de contenção entre o contraforte e o fecho.

O fecho do "tumulus" é assinalado tanto a E como a W por uma fiada de pedras extremamente frágil. É possível que a fragilidade que esta estrutura apresenta seja resultado da erosão, pois passa-lhe ao lado um caminho carreteiro.

A importância deste monumento deve-se ao facto não só das suas características tipológicas o integrarem num grupo de monumentos bem representado na região da Beira Alta, mas principalmente pela existência de pinturas, ainda em razoável estado de conservação, em dois esteios da câmara, e pela abundância do espólio recolhido durante as escavações, incluindo ossadas humanas.

Manteve-se inédito até princípios de 1990, embora alguns elementos da população local, nomeadamente caçadores, o conhecessem, e até o tivessem utilizado como abrigo, pois existiam restos de fogueiras recentes no interior da câmara e abundante fuligem nos esteios, responsável pela destruição de parte das pinturas.

As escavações efectuadas entre 1991/93, com o apoio do então Instituto Português do Património Cultural e da Câmara Municipal de Tondela, tiveram como finalidade o seu estudo e recuperação e posterior aproveitamento como pólo

de interesse turístico /cultural.

Os primeiros trabalhos realizados em 1991 permitiram verificar que o monumento se encontrava em muito bom estado de conservação, tendo apenas sido violado pela zona do corredor, provocando a sua destruição parcial.

Esta violação deve ter ocorrido há muito tempo, uma vez que o corredor se apresentava completamente obstruído pelos sedimentos, não sendo visível, mesmo depois da limpeza da vegetação superficial, a sua localização (Fotos 3-4).

A entrada na câmara era feita através de um buraco à superfície, provocado pela fractura da laje de cobertura, devido à queda de um pinheiro.

A câmara tinha enchimento até cerca de 1,14 m. do tecto.

Pensamos que o monumento foi violado por “caçadores de tesouros”, uma vez que, apesar das camadas arqueológicas se encontrarem remexidas até perto da base, o espólio arqueológico ser muito abundante desde a superfície do “tumulus” (sobre e na área em frente ao corredor - área de violação), havendo inúmeros fragmentos cerâmicos e espólio lítico até à periferia E. Na sondagem efectuada a W e onde não foi detectada qualquer violação, não apareceu uma única peça de espólio.

Este espólio, de que ainda não está feito o estudo, permite no entanto, numa primeira análise global das suas características, pensar que o monumento teve uma longa ocupação. Recolheram-se várias amostras de carvão e ossos para fazer análises de C14.

A escavação da câmara proporcionou a recolha de ossadas, facto que não é muito usual em zonas graníticas, devido ao grau de acidez do solo.

Estas começaram a aparecer a cerca de 2,40m de profundidade, ocupando os espaços em frente dos esteios (menos abundantes em frente ao esteio de cabeceira) sendo raras no centro da câmara.

A forma como se encontravam indica que não se tratava de enterramentos primários, mas de inumações secundárias resultantes quer de um ritual funerário quer da necessidade de arranjar espaço para novas deposições.

Os ossos não se encontravam em conexão anatómica. Estavam agrupados por conjuntos de ossadas; crânios por um lado, ossos longos por outro (Fotos 5, 6 e 7).

Outra particularidade interessante é que os crânios não tinham face. Não havia vestígios de qualquer osso da face. Apenas foram recolhidos alguns dentes dispersos. De momento, não temos conhecimento de qualquer outro achado semelhante para esta região (Beira Alta), mas esperamos que futuras escavações nos possam fornecer dados de análise comparativa.

O espólio recolhido nas proximidades das ossadas não formava conjuntos fechados, relacionáveis com qualquer enterramento em particular, apresentando-se distribuído de forma caótica, com relevância para os vasos cerâmicos de várias

tipologias, sendo a mais frequente a dos vasos globulares, com dimensões variadas, apresentando um deles restos de pintura a almagre.

Havia também fragmentos de taças carenadas, vasos de perfil em S, vasos troncocónicos invertidos com um mamilo, e um vaso ovalado com furos de suspensão à volta do bordo.

Embora cerca de uma dezena destes vasos se encontrasse inteira, na câmara, outros apresentavam-se fracturados estando os fragmentos a cotas diferentes, havendo 2 ou 3 casos em que esses fragmentos continham restos de ossos no seu interior.

O espólio funerário da Anta da Arquinha da Moura é constituído no seu conjunto por grandes lâminas de sílex, cerca de 300 geométricos (na sua maioria trapézios de tipologia variada) cerca de 400 pontas de seta (também de tipologia variada), cerca de 80 utensílios de pedra polida (a maioria dos quais machados), 3 ou 4 foices em sílex, dezena e meia de vasos inteiros, dos quais só um tem decoração, centenas de fragmentos de cerâmica lisa e alguma decorada, numerosas contas de colar, a maioria das quais em pedra verde, havendo no entanto cerca de meia dúzia em azeviche, cerca de duas dúzias em xisto e 1 em osso, 1 pendente triangular com perfuração perto da base menor, 1 peça em pedra verde, de forma ovalada com cerca de 1,5 cm de eixo maior, com uma perfuração em cada extremidade.

Tanto os geométricos como as pontas de seta são na sua maioria em sílex, havendo no entanto uma quantidade razoável de peças em quartzo leitoso e algumas em quartzo hialino e outros materiais. Os utensílios em "pedra polida" são na sua maioria em anfíbolite.

As matérias primas utilizadas no fabrico do espólio estão a ser analisadas com o fim de se identificar os seus locais de origem.

No corredor, foi recolhida a maior parte dos utensílios em pedra polida (cerca de 60 peças).

Na câmara foi encontrada uma folhinha em ouro nativo a cerca de 2,25 m. de profundidade. Tem cerca de 1 cm<sup>2</sup> e encontrava-se completamente amassada como se fosse um bocadinho de papel.

Foram também recolhidos durante a escavação alguns fragmentos de ocre vermelho, de cor semelhante à das pinturas. Vamos proceder à sua análise bem como à das pastas das pinturas para verificar se foi este o material utilizado na sua feitura.

## AS PINTURAS

Outra das características que torna este monumento tão importante é o facto de apresentar pinturas bem visíveis em 2 esteios da câmara e vestígios noutros 2. Nos esteios do corredor não se detectaram quaisquer vestígios de pinturas.

Os esteios com pinturas são o 7 e o 9 (esteio de cabeceira). Os que têm vestígios são o 8 e o 12 (ver planta).

No esteio de cabeceira são visíveis restos de pasta branca utilizada para regularizar a superfície da pedra ou para realçar as pinturas.

As pinturas são quase exclusivamente a vermelho, aparecendo este em duas tonalidades - uma mais escura e que é a mais usada, outra alaranjada que aparece em pinturas periféricas e é menos resistente aos factores de degradação.

Apenas foi detectada uma figura a preto, executada com linhas muito finas, que se sobrepõe ao braço direito da figura central do esteio 7. Esta figura a preto só é totalmente visível quando se faz incidir sobre ela um foco de luz.

Curiosamente, os esteios onde se conservaram as pinturas, o 7 e o 9, são de grão grosseiro, apresentando-se sumariamente afeiçãoados, tendo algumas das pinturas sido executadas sobre as irregularidades da pedra.

A figura central do esteio 7 representa um antropomorfo de grandes dimensões, com os braços flectidos para baixo, em ângulo recto e com as pernas arqueadas. A cabeça e o braço esquerdo estão muito danificados.

Analisando as técnicas, motivos e estilos, verifica-se que as pinturas da Anta da Arquinha da Moura se integram no convencionalmente chamado “grupo de Viseu” (Shee, 1973), embora estejam ausentes as filas de triângulos ou VV, as cercaduras em dentes de serra e os serpentiformes. Os motivos são essencialmente figurativos, com especial relevância para a figura humana, quer no esteio de cabeceira, onde esta se encontra aos pares, quer no esteio 7, onde uma grande figura antropomórfica ocupa a sua parte central, dominando a composição.

Um dos antropomorfos do esteio de cabeceira faz lembrar um “skin skeuomorph” segundo a tipologia de E. Shee Twohig.

Outros motivos representados neste mesmo esteio são animais, de que só conhecemos a sua presença na Orca dos Juncais (Vila Nova de Paiva, Viseu) em dois esteios da câmara, e em Cubillejo de Lara de los Infantes (Sala de los Infantes, Burgos) num esteio do corredor.

Enquanto na Orca dos Juncais os animais estão identificados como cães, veados e corças, e em Cubillejo como equídeos, aqui podemos com segurança distinguir um caprídeo e um cervídeo, sendo de caracterização mais difícil os outros dois quadrúpedes representados.

Os motivos de Cubillejo de Lara de los Infantes são gravados (SHEE TWOHIG, 1981).

As figuras de animais quase não têm paralelo na arte megalítica conhecida, na sua maioria abstracta.

Quanto à figura humana, um dos motivos principais do “grupo de Viseu”, ela aparece em Antelas, Lubagueira 4 (Dólmen do Fojo), Juncais, todos na zona de Viseu, e ainda em Padrão, a norte do rio Douro, e num esteio de proveniência



desconhecida, que se encontra na Universidade do Porto.

Outra figura que integra o grupo de Viseu e que julgamos identificar na Arquinha da Moura é o “skin skeuomorph”, motivo que se encontra em Lubagueira 4 (Fojo), Tanque, Juncais e num monumento a norte do rio Douro, Vilarinho da Castanheira.

Para uma melhor descrição das pinturas, isolámos os motivos e numerámo-los.

#### ESTEIO 9 (laje de cabeceira) (Foto 8)

*Fig. 1* — É a figura central deste esteio. É uma composição complexa, que parece representar 2 antropomorfos, um acima do outro, havendo entre ambos uma figura circular que estabelece a ligação entre eles, por meio de linhas radiais. O antropomorfo inferior faz lembrar um “skin skeuomorph”, segundo a tipologia de E. Shee Twohig. Esta composição transmite uma certa familiaridade com algumas composições gravadas do Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo.

A parte superior da figura está bastante degradada pela fuligem, o que dificulta a sua interpretação. Esta composição tem cerca de 75 cm de comprimento.

*Fig. 2* — Cerca de 3 cm à esquerda da figura circular e sensivelmente à mesma altura, está pintado um quadrúpede com a cauda espetada. As patas dianteiras estão levantadas relativamente às traseiras. Embora de forma esquemática, pretende dar ideia de movimento. É de dimensões reduzidas, aliás como a maioria das figuras. Tem cerca de 12 cm.

*Fig. 3* — Cerca de 7 cm para a esquerda de *fig. 2* e ao mesmo nível das patas dianteiras, há outra pintura que aparenta ser um antropomorfo, sem cabeça e sem braços e com as pernas abertas. Parece deslocar-se para a direita. Tem 13 cm de altura.

*Fig. 4* — Cerca de 3,5 cm para a esquerda de *fig. 3*, há outro antropomorfo, do qual já não é perceptível parte da cabeça e do braço esquerdo. Está de braços e pernas abertos e aparenta movimentar-se para o lado esquerdo. As extremidades das pernas estão mais ou menos ao nível da “cintura” da *fig. 3*. Tem 12,5 cm de altura.

Cerca de 30 cm à direita da *fig. 1* há vestígios de pinturas.

*Figs. 5 e 6* — Cerca de 6 cm para a direita e 1 cm acima da parte superior da *fig. 1* há um par de antropomorfos nitidamente fálicos.

O que está à esquerda (*fig. 5*) é ligeiramente maior e mede 10 cm de altura. O da direita (*Fig. 6*) tem 7 cm de altura. Ambos parecem deslocar-se para a esquerda.

*Fig. 7* — Cerca de 14 cm para a esquerda e 7 cm para cima da parte superior da *fig. 1*, há outro quadrúpede. Mede cerca de 8 cm.

*Fig. 8* — Esta figura representa um caprídeo com o corpo de perfil e a cabeça de frente. Situa-se 5 cm para a esquerda e ligeiramente acima da *fig. 7*. Mede cerca de 7,5 cm.

*Fig. 9* — Esta figura representa um cervídeo em estilo naturalista. Tem o corpo a 3/4 e a cabeça de frente. Apresenta uma bela ramagem. Tem 10 cm de altura.

Mesmo à esquerda deste cervídeo há vestígios de pinturas, bem como a 12 cm acima da *fig. 7*, a 12 cm para a esquerda da *fig. 8* e a cerca de 25 cm para a direita da *fig. 6*.

### ESTEIO 7 (Foto 9)

*Fig. 1* — Ocupa a parte central do esteio e representa um antropomorfo de grandes dimensões, com os braços flectidos para baixo, em ângulo recto. Tem o corpo rectangular e as pernas arqueadas. Tanto a cabeça como o braço esquerdo estão bastante danificados. O contorno exterior do tronco e dos membros é rematado por uma espécie de rendilhado. Este remate é muito semelhante ao que se pode ver na parte inferior da figura de Lubagueira 4 (também conhecido como Dólmen do Fojo, Viseu), C3, identificada como um provável “skin skeuomorph” (Shee Twohig, 1981).

Cerca de 85% desta pintura estava oculta pelo enchimento da câmara. Pode-se observar que foi executada sobre as irregularidades da pedra. Tem cerca de 105 cm de altura.

*Fig. 2* — A cerca de 3 cm da metade superior esquerda da *fig. 1* há um antropomorfo, bastante diferente dos existente no esteio de cabeceira. Parece estar “vestido” com umas calças largas. Já não se distinguem os pés. Mede 22 cm de altura.

*Fig. 3* — Esta figura, que se situa 3 cm à esquerda da *fig. 1*, parece ser uma grade feita a tracejado, que se estende para baixo, cerca de 90 cm. Pertence às pinturas vermelho-alaranjadas, bastante mais frágeis que as a vermelho escuro.

*Fig. 4* — Sobre o braço direito da *fig. 1*, perto do “cotovelo”, encontra-se a única figura pintada a preto. Já atrás nos referimos a ela. Está executada em linhas finas e, excepto na parte central, só é visível sob um foco de luz. Tem cerca de 22 cm de comprimento total.

*Figs. 5 e 6* — Para a direita da parte média da *fig. 1* existem mais 2 antropomorfos, o primeiro dos quais quase que lhe toca. Estão bastante destruídos devido a terem saltado várias lascas de feldspato que levaram consigo a pintura.

Estas figuras têm de altura máxima, respectivamente, 18 cm e 16 cm.

Abaixo de *fig. 1* e com maior densidade para a sua direita, existem “pingos” de pintura numa área de cerca de 34 cm de altura por 42 cm de largura.

Como atrás se disse, nos esteios 8 e 12 há vestígios de pinturas cujo grau de degradação não permite identificá-las.

Observando as pinturas da Arquinha da Moura, verifica-se que tematicamente se diferencia da maior parte da arte megalítica conhecida, quer pintada quer gravada, cujos motivos são abstractos. Integra-se num conjunto de monumentos decorados da região de Viseu, cuja influência se conhece em alguns monumentos a norte do rio Douro, onde juntamente com os motivos abstractos como sejam os serpentiformes (que são comuns a toda a arte megalítica) “grades”, círculos, motivos radiais, motivos em U (simples ou encaixados) e o elemento denominado “the thing” (E. Shee), aparecem os motivos concretos, já acima referidos.

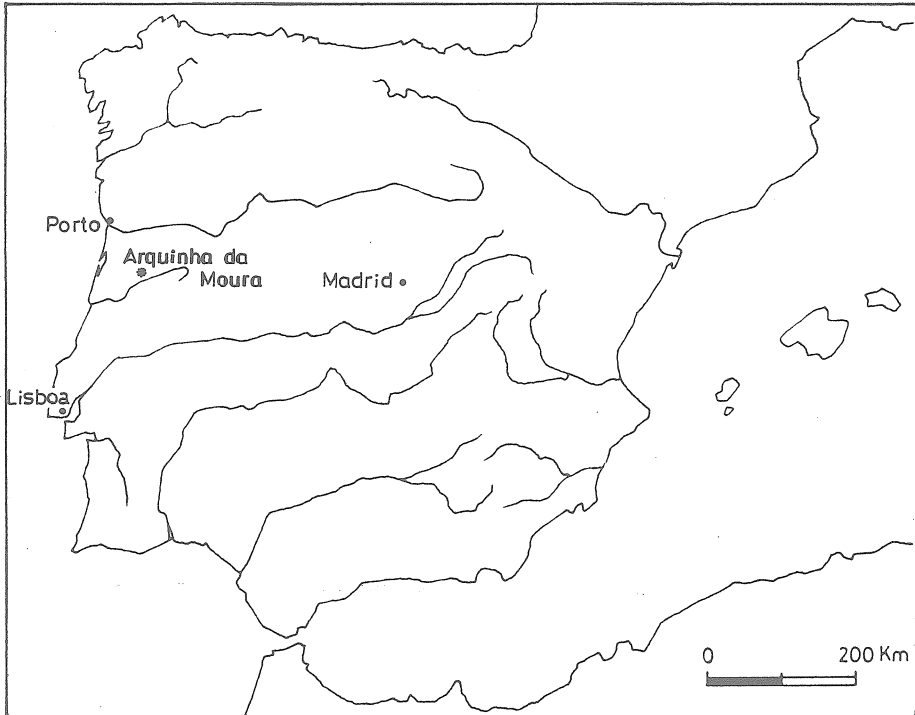
Podemos considerar a Arquinha da Moura como um bom exemplo deste “grupo de Viseu”, pois todos os motivos que se conseguem identificar são concretos, com excepção do motivo circular com apêndices radiais que serve de ligação à figura 1 do esteio de cabeceira. É possível que as pinturas periféricas que se encontram demasiado degradadas para serem identificadas, pertençam ao grupo dos motivos abstractos.

Pensamos que o estudo global do monumento (que esperamos concretizar a médio prazo), dada a região onde se insere - zona de passagem entre o litoral e o interior, entre o SE e o NW - nos permitirá recolher dados que certamente irão contribuir para um melhor conhecimento da ocupação megalítica da região, bem como das suas relações com a arte.

Para finalizar referimos que nos últimos 3 ou 4 anos foram descobertas pinturas e gravuras em 3 dólmens da região de Viseu. Num deles, que era inédito, descobriram-se pinturas abstractas. Nos outros dois, já conhecidos há muito tempo — Lapa do Repilau e Anta das Corgas da Matança —, descobriram-se no primeiro, gravuras e pinturas, e no segundo só gravuras.

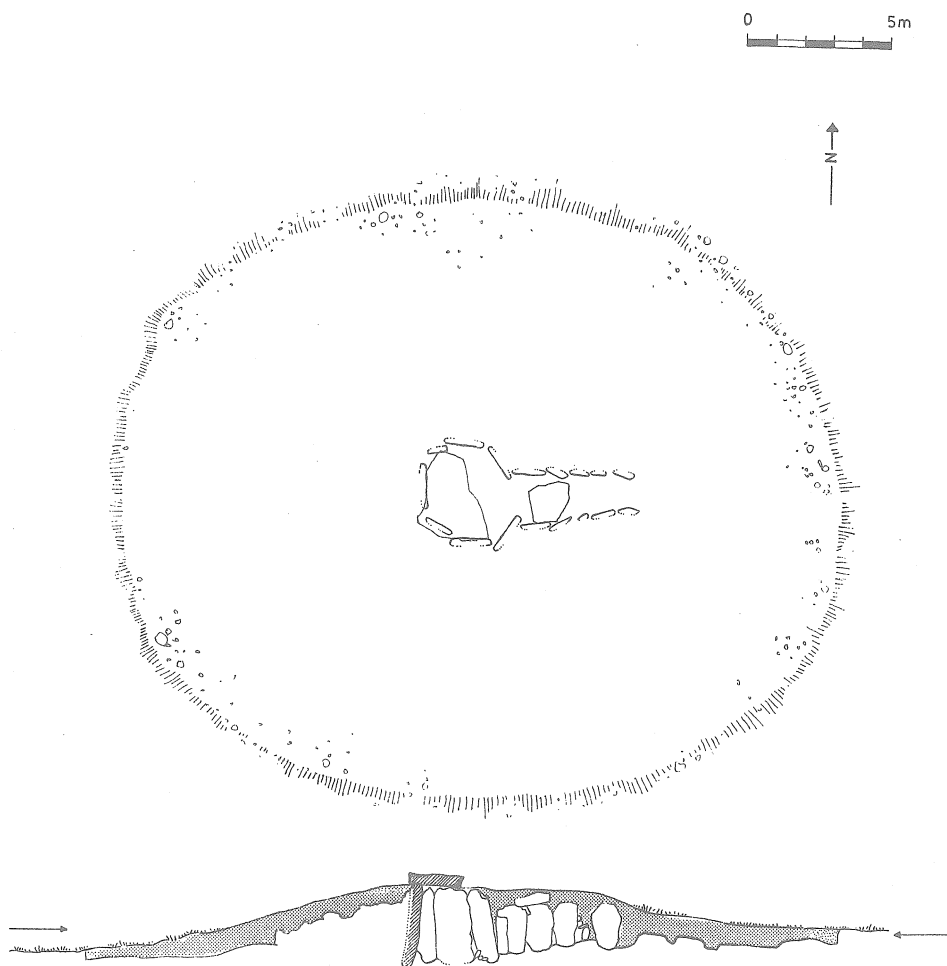
## BIBLIOGRAFIA

- LEISNER, G., Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta, *Jahrb. Präh. Eth. Kunst*, 9, 1934, 23-44.
- SHEE, E., Painted Megalithic Art in Western Iberia, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, 1974, 105-123.
- SHEE TWOHIG, E., *The Megalithic Art of Western Europe*, Clarendon Press, Oxford, 1981.

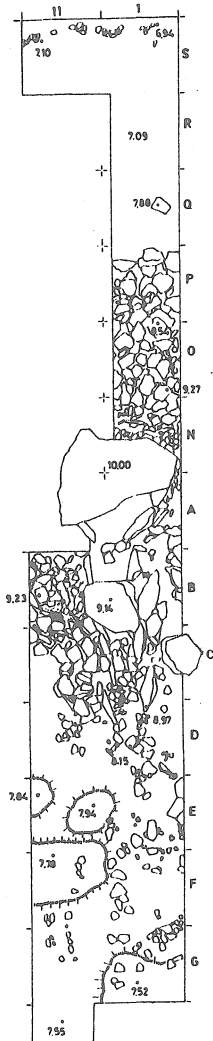


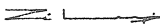
Localização da estação na Península Ibérica.

Est. II



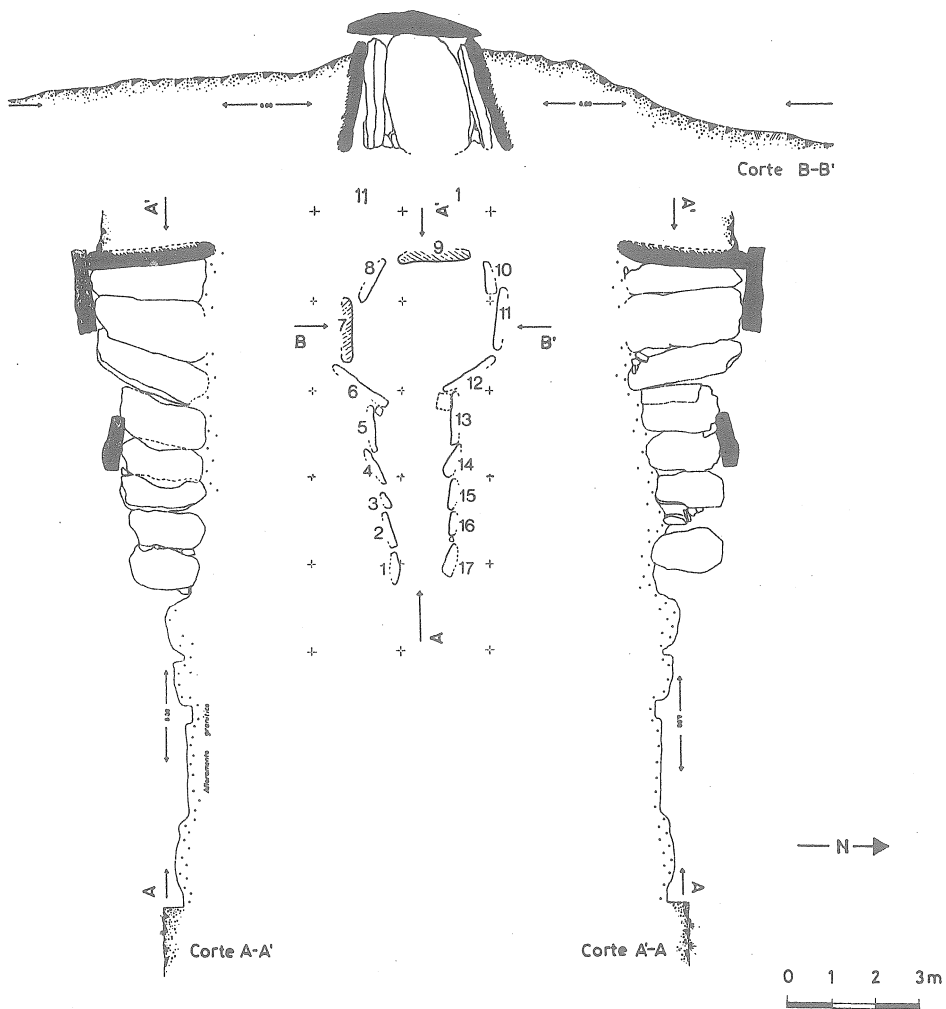
Planta e alçado da mamoa e dólmen que contém.



<p>INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO <i>Direcção Regional de Coimbra</i></p>	<p>ANTA DA ARQUINHA DA NOURA</p>	
<p>LEV: José Augusto A. Dias José Luis Madeira DES: </p>	<p>PLANTA DA ÁREA ESCAVADA</p>	<p>1993</p>

Planta da área escavada.

Est. IV



Planta e alçados da câmara e corredor.

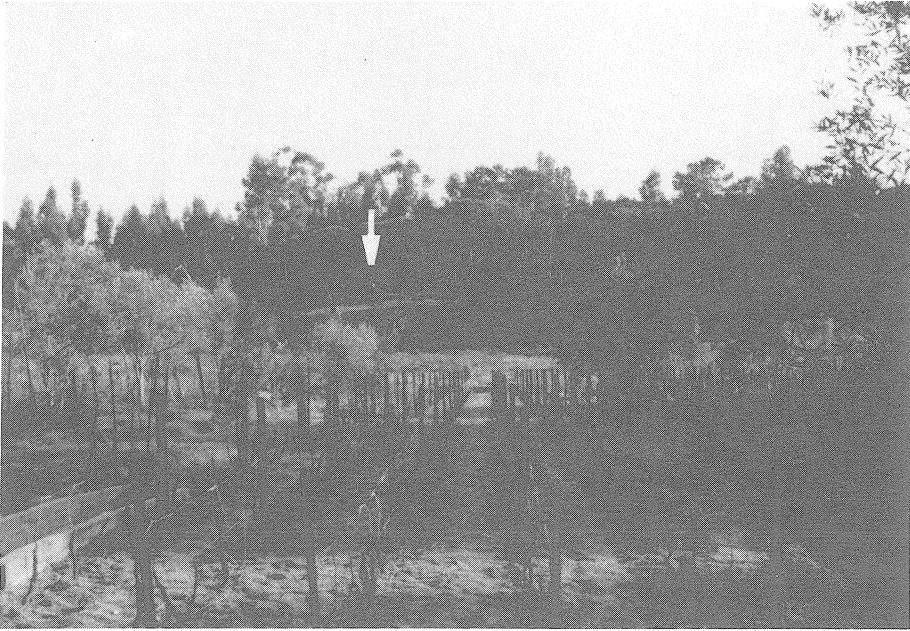


Foto1 — Enquadramento paisagístico da Arquinha da Moura.

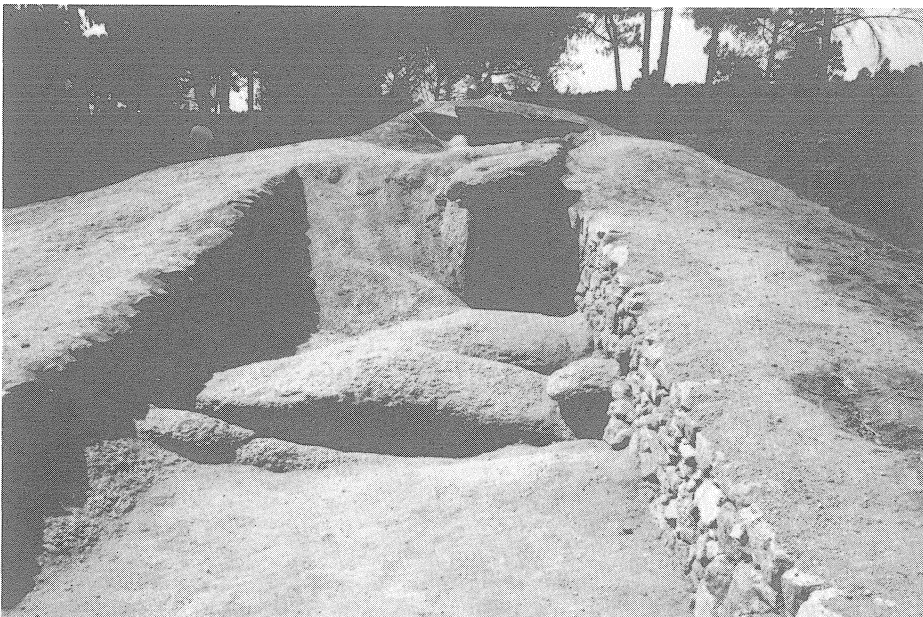


Foto 2 — O monumento no fim das escavações. Em primeiro plano vêem-se aspectos do aproveitamento do afloramento como suportes de contenção.



Est. VI



Foto 3 — Depois da limpeza superficial do “tumulus” não era visível a localização do corredor. As pedras que se vêem à direita pertencem a parte de um muro construído em época moderna. Duas destas pedras julgamos que seriam coberturas do corredor.



Foto 4 — O aparecimento do corredor durante as escavações.

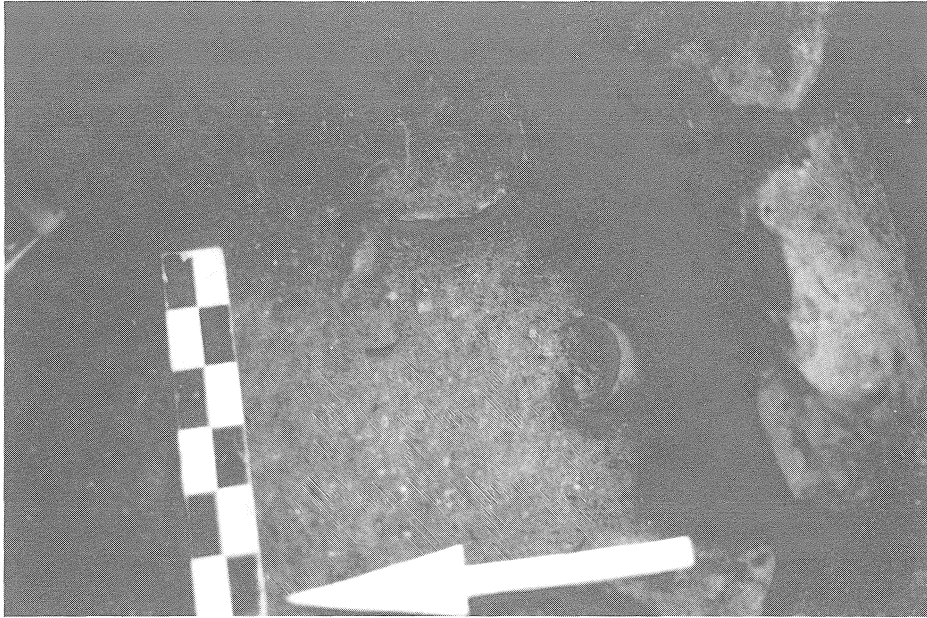


Foto 5 — Crânios sem face.

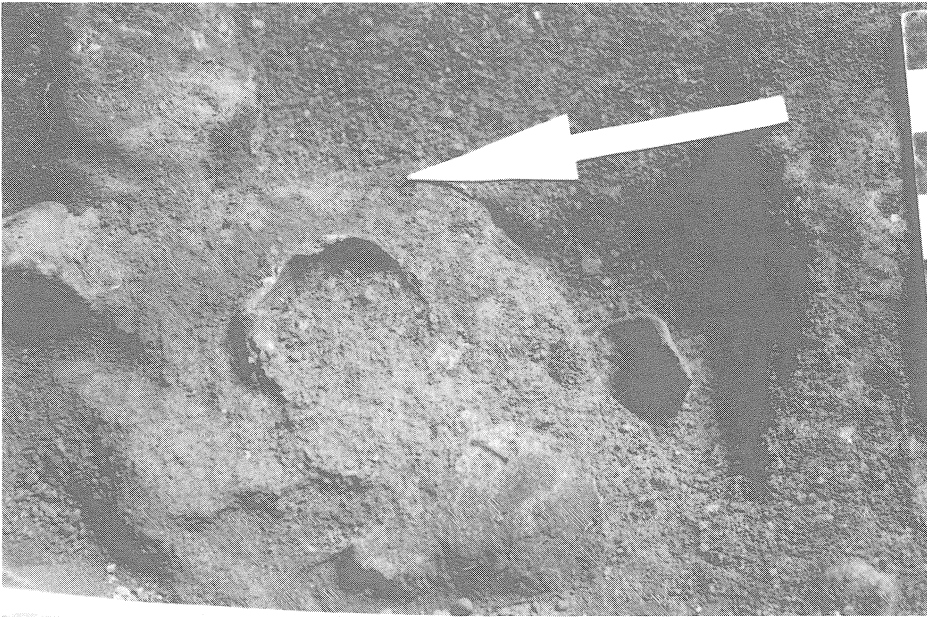


Foto 6 — Crânios sem face.

Est. VIII

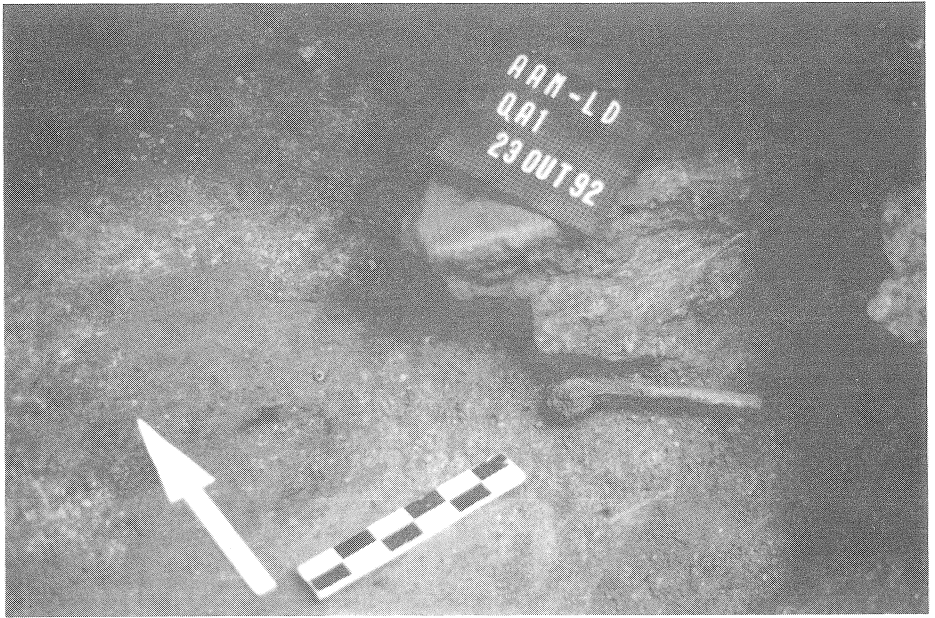


Foto 7 — Um osso longo.

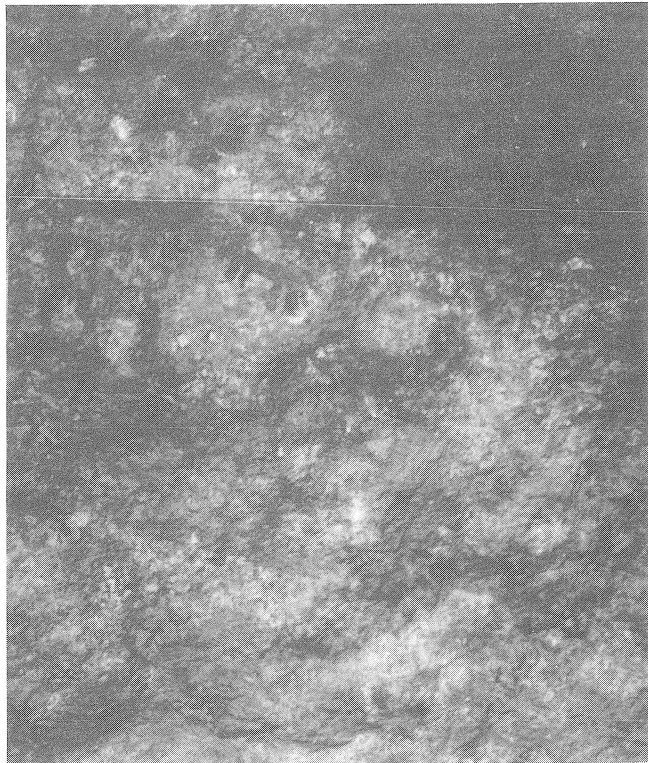


Foto 8 — Pinturas na laje de cabeceira.

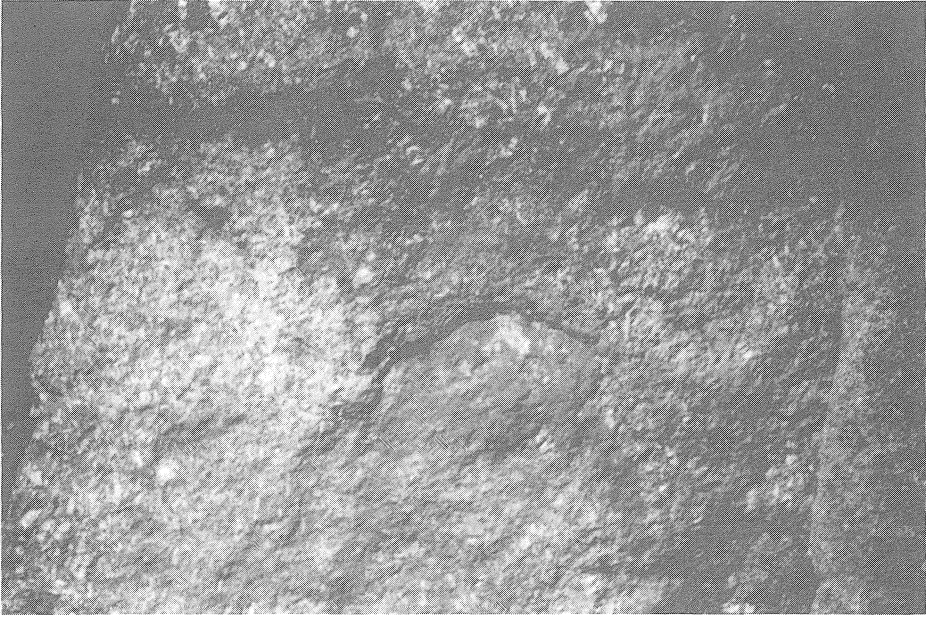
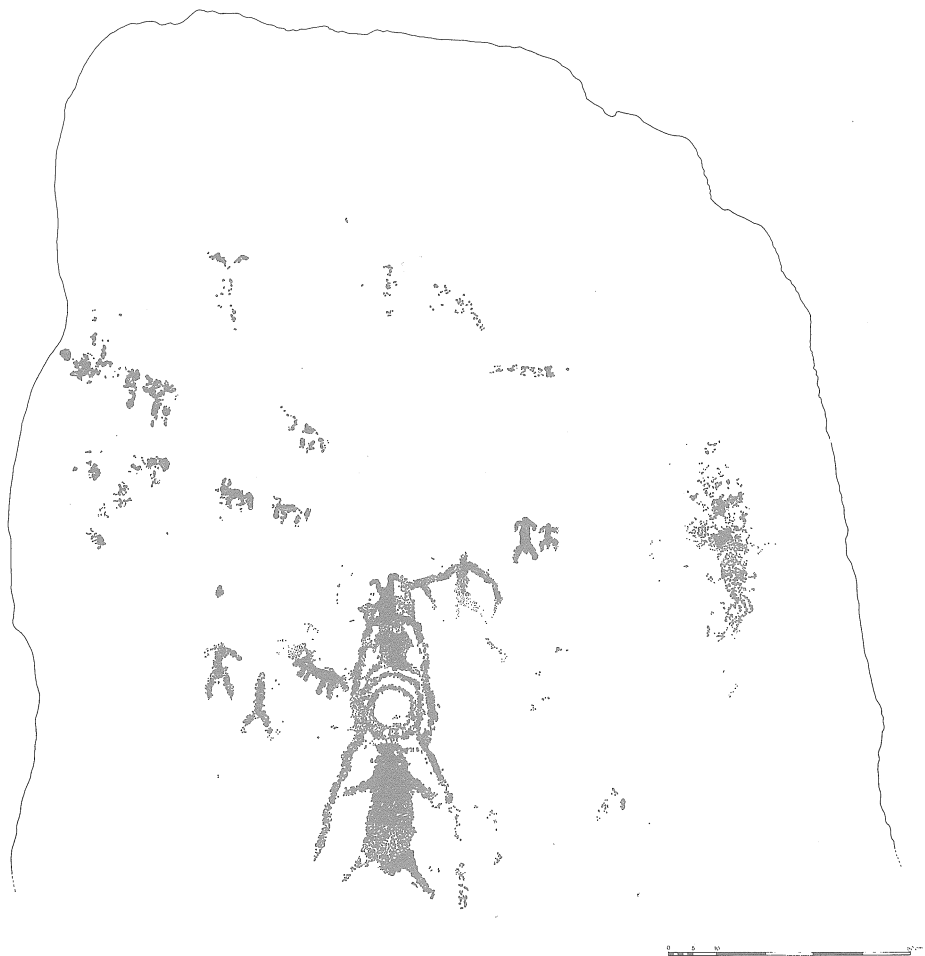
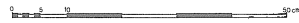


Foto 9 — Pinturas no esteio 7. A figura central domina toda a composição.

Est. X



Pinturas do esteio 9 (laje de cabeceira).



Pinturas do esteio 7 (ver capa deste vol.)



# APORTACIONES DEL MONUMENTO DE DOMBATE AL MEGALITISMO NOROCCIDENTAL: DATACIONES DE CARBONO 14 Y SU CONTEXTO ARQUEOLOGICO

por

Fernán Alonso Mathías<sup>1</sup> y José María Bello Diéguez<sup>2</sup>

**Resumen:** La excavación del monumento de Dombate puso de manifiesto una serie de aspectos novedosos en el marco del megalitismo gallego: superposición de dos megalitos temporalmente sucesivos con diferentes sistemas de acceso, complejidad del área de entrada del megalito reciente con una hilera de ídolos a modo de umbral, existencia de pinturas y grabados en sus losas. El análisis de la distribución de materiales en el Dombate reciente permite aventurar una secuencia histórica para la evolución de este megalito; esta secuencia se ve reforzada por los resultados de las dataciones de Carbono 14, que permiten diferenciar cuatro momentos entre el 5000 BP y el 4000 BP.

**Palabras-clave:** Datación por Carbono 14. Megalitismo. Dombate.

El monumento megalítico de Dombate (Cabana, La Coruña), que recibe su nombre de la aldea de la parroquia de Borneiro próxima a él (fig. 1), es sin duda uno de los yacimientos prehistóricos de Galicia que goza de mayor proyección social, tanto dentro como fuera de su territorio.

Su primera aparición en la literatura científica vino de la mano de Manuel Murguía, quien respetó su denominación popular designándolo como 'Fornela de Vilaseco', aldea próxima a Dombate.

A partir del poema de Eduardo Pondal, sin duda uno de los principales responsables de la popularización del monumento, quedó introducido en la literatura el nombre de 'Dolmen de Dombate' con el que resulta conocido en la actualidad.

---

<sup>1</sup> Instituto de Química Física "Rocasolano". Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Serrano, 119. 28006 MADRID.

<sup>2</sup> Ayuntamiento de La Coruña. Museo Arqueológico e Histórico. Castillo de San Antón. 15001 LA CORUÑA.



Como Dolmen aparece en el artículo publicado en 1925 por Parga Pondal y Pérez Bustamante<sup>3</sup>, primera y hasta ahora única monografía dedicada al monumento, y referencia obligada de todas las citas posteriores. En ella los autores califican a Dombate como un dolmen de cámara simple, sin corredor, y hacen notar sus grabados. Cuevillas seguirá considerándolo como de cámara simple, sin corredor.

Van a ser los Leisner<sup>4</sup> los primeros en llamar la atención sobre la existencia de un corredor, que estiman corto a partir de los restos visibles en superficie. En su estudio lo engloban en el grupo de monumentos con cámara rectangular muy ancha con corredor corto bien diferenciado tanto en planta como en alzado. Hacen también referencia a los grabados existentes en sus losas, que dibujan con estimable corrección.

Estos grabados fueron objeto de un estudio posterior por parte de M. C. García Martínez y E. Shee Thwohig<sup>5</sup>, incluyéndolos esta última investigadora en su tesis doctoral<sup>6</sup>. Los datos que sobre el monumento se encuentran en ella son un resumen de lo conocido hasta aquel momento, centrándose fundamentalmente en la descripción de los Leisner.

El conocimiento del monumento megalítico de Dombate se incrementó notablemente con su excavación<sup>7</sup>, llevada a cabo entre 1987 y 1989, la cual deparó no pocas sorpresas, algunas de las cuales representan aspectos novedosos para el conocimiento del fenómeno megalítico en Galicia. Aunque en esta comunicación nos centraremos fundamentalmente en las cronologías absolutas obtenidas para el monumento y sus relaciones con materiales y estratigrafías, parece conveniente presentar, siquiera brevemente, los principales aspectos revelados por la excavación, a alguno de los cuales se les han dedicado ya estudios más detallados que en estos momentos se encuentran pendientes de publicación.

#### A) La complejidad estructural del monumento visible

El monumento (fig. 2) está compuesto por una estructura megalítica de

<sup>3</sup> Parga Pondal y Pérez Bustamante: 'Los Dólmenes de Dombate y la Gándara', *Boletín de la Academia Menéndez y Pelayo*, Santander, 1924-25.

<sup>4</sup> Leisner, Georg: *Verbreitung und Typologie der Galizische und Nordportugiesische Megalithgräber* (Marburg, 1938); Leisner, Georg y Leisner, Vera: *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Westen* (Berlín, 1956 e 1959).

<sup>5</sup> García Martínez, M.C. e Shee Twohig, E.: 'Tres tumbas megalíticas decoradas en Galicia', *Trabajos de Prehistoria*, 1973.

<sup>6</sup> Shee Twohig, E.: *Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, 1981.

<sup>7</sup> Los trabajos fueron avalados por el Museo Arqueológico e Histórico de La Coruña e incluídos en los planes de investigación de esa institución, y fueron subvencionados parcialmente por la Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental da Xunta de Galicia. En la actualidad se trabaja en la elaboración de un Plan Director para la conservación del megalito, con financiación de la Diputación Provincial de La Coruña, propietaria del monumento.

cámara poligonal ancha de siete ortostatos y corredor de tres tramos bien diferenciado en planta y en sección. La entrada del corredor apareció cerrada por una losa vertical a modo de puerta, sobre la que se apoya un amontonamiento de piedras que contribuye a cegar la entrada.

Los ortostatos, alguno de los cuales alcanza notables dimensiones como la piedra de cabecera con 4,64 x 3 m., ven en ocasiones selladas sus uniones por el exterior mediante losas alargadas verticales, y se introducen en zanjas de sustentación que alcanzan profundidades de 150 cm. en el caso de la cámara y 70 cm. en el corredor.

El xabre procedente de estas zanjas aparece formando una capa compacta y homogénea en el área adyacente exteriormente a la estructura megalítica, sellando un suelo antiguo<sup>8</sup> perfectamente visible en tres áreas de las que destaca un sondeo radial efectuado en la parte trasera del monumento.

La masa tumular está formada por tierra oscura y prácticamente limpia de piedras, en la que se pueden observar diferentes matices de coloración que sugieren bolsadas relacionadas con el proceso de construcción.

El túmulo aparece parcialmente recubierto por una coraza que se conserva particularmente bien en la zona frontal del monumento, con piedras planas depositadas horizontalmente señalando el perímetro tumular y piedras bien trabadas en la zona interior, al menos donde la coraza se conserva en buen estado. La existencia de coraza al lado de las losas de la cámara y corredor permite sugerir que en su momento aquélla pudo recubrir completamente la mámoa, y que ésta no llegaba a ocultar la cámara sino que alcanzaba la altura del corredor, sobresaliendo la cámara del perfil de la masa tumular.

## **B) La superposición de monumentos**

Bajo el túmulo del monumento visible aparecieron los restos de un megalito de menor tamaño y complejidad, cronológicamente anterior, consistentes en una de las losas de la cámara, fragmentada, y el negativo de las restantes, así como abundantes restos de la coraza, cuyo perímetro se conservaba íntegro. Se trata de un monumento de cámara simple alargada y abierta, compuesta por nueve ortostatos, orientada al ESE, con dimensiones de 240 x 190 cm. La mámoa, de planta circular de 10,5 m. de diámetro, estaba cubierta en gran parte por una coraza de una sola capa de piedras no excesivamente imbricadas, cuya sección se conserva bien en uno de los testigos. Como único ajuar se recuperó una cuenta toneliforme alargada de una piedra verde con vetas blanco-amarillentas; el mate-

---

<sup>8</sup> Muestras tomadas de este suelo no contenían ningún tipo de polen, según comunicación personal de la Dra. D<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Jesús Aira Rodríguez, profesora del Departamento de Edafología y Química Agrícola de la Facultad de Farmacia de Santiago de Compostela, a quien agradecemos su colaboración.

rial, según una apreciación meramente visual, podría tratarse de onfacita<sup>9</sup>.

Atendiendo a la necesaria brevedad de la intervención no nos extenderemos en comentarios acerca de la constatación de este fenómeno de superposición de monumentos; señalemos tan sólo que este caso de absorción sustitutiva de la sacralidad funeraria representa el primer ejemplo documentado en Galicia de un proceso de *monumentalización*, empleando los términos acuñados por V.O. Jorge, frente a la *necropolización* habitual en el noroeste, así como que la sucesión cronológica es coherente con la hipótesis tradicional de una evolución de lo simple y menor hacia lo complejo y mayor en lo arquitectónico, tal vez paralela a un proceso de mayor articulación social.

### C) Las estructuras de acceso a los monumentos

Una ausencia habitual en los estudios acerca del megalitismo gallego era la de las referencias a la forma de entrada a los monumentos, cuyas cámaras y corredores aparecían en medio de la mámoa sin conexión estructural alguna con el exterior, lo que era una evidente contradicción dado el carácter de espacio sepulcral colectivo que se postulaba indiferenciadamente para toda manifestación tumular. Los dos monumentos de Dombate presentan soluciones diferentes para este problema:

a) En el monumento primitivo parece accederse a la cámara mediante un pozo o embudo situado frente a la abertura de entrada del pequeño megalito; al menos esto es lo que sugiere la inexistencia de ruptura de la coraza en la zona frontal, así como la aparición de un amontonamiento de piedras acumulado en la entrada a la cámara sobre un plano inclinado de fuerte pendiente.

b) En el monumento reciente la solución es más compleja, dándose una invaginación en planta de la masa tumular que forma un pasillo o *dromos* entre la puerta del corredor y el exterior del túmulo, con los siguientes elementos desde la periferia hacia el interior:

— Una hilera de diecisiete *idolitos* in situ y tres más fuera de su posición original, formando el umbral de la estructura de acceso al monumento.

— Una zona de enlosado de lajas planas, de las que algunas estaban muy descolocadas de su posición original, paralelizables con las *estructuras de fecho* de Chã de Parada 1 o Madorras.

— Una zona de paso formada por grava apisonada, que llegaba hasta el amontonamiento de piedras que cegaba la puerta del corredor.

La comparación de estas dos formas de acceso con la única bien documentada hasta ahora para Galicia, el megalito de Campiños 6, sugiere un proceso de

---

<sup>9</sup> Agradecemos en este sentido la colaboración brindada por el geólogo D. Moisés Iglesias Ponce de León.

evolución temporal en lo constructivo hacia una mayor permeabilidad del monumento, haciendo más evidentes y diáfanos las estructuras de entrada a medida que los monumentos ganan en tamaño y complejidad.

#### **D) Las manifestaciones de arte parietal**

La excavación del espacio funerario del Dombate reciente puso de manifiesto la existencia de manifestaciones artísticas, tanto en grabado (parcialmente ya conocido anteriormente) como en pintura. En lo que se refiere al grabado, existente tan sólo en la cámara, a los motivos levantados en su día por Shee y García Martínez debemos añadir nuevas líneas que los completan, dando lugar a nuevas apariciones del denominado "The Thing", "O Obxecto" o "La Cosa", con un total de siete representaciones frente a las tres conocidas hasta ahora, a la que se suman una serie de ondulados y al menos un círculo.

La pintura está presente en la totalidad de las losas de cámara y corredor, si bien en alguna de ellas tan sólo en forma de pequeñas trazas. Lo conservado ofrece una compleja composición de conjunto, articulada en al menos dos registros horizontales que se definen por una banda roja festoneada de puntos rojos y negros que recorre cámara y corredor. El registro superior, cuyos escasos restos se conservan parcialmente tan sólo en algunas losas del corredor, presenta restos de zig-zags negros inscritos en dos rectas paralelas también en negro. El registro inferior viene caracterizado por nuevas bandas rojas que bajan, en sentido vertical y oblicuo, a partir del cuerpo de la horizontal, bordeados de puntos rojos y negros al igual que en ésta, y en algunos casos en fila doble. En el corredor, en ocasiones discurren, en el espacio interno del panel, zig-zags negros y ondulados rojos paralelos a las bandas rojas oblicuas. En la cámara el registro superior se ha perdido, pero el inferior presenta, bajo la banda horizontal roja, una compleja retícula definida por líneas anchas rojas, procedentes de aquélla y festoneadas de puntos rojos y negros alternos, que se entrecruzan en retícula creando espacios celulares cuadrangulares, romboidales y poligonales, terminando hacia abajo en ocasiones en triángulos.

En conjunto las pinturas se articulan en una completa composición fuertemente geometrizada, asimilable a otros ejemplos del norte de Portugal, Galicia y Asturias permitiendo proponer la existencia de un grupo de arte megalítico noroccidental que amplía el área reservada para el Grupo de Viseu por Elisabeth Shee.

Toda la pintura en rojo y negro fue realizada sobre una previa capa de imprimación blanca que alcanza en ocasiones espesores considerables. La aparición en el suelo de la cámara y corredor, durante la excavación, de masas de arcilla blanca, en algún caso con una cara lisa que presentaba trazos rojos y negros, permite sugerir la posibilidad de que originalmente estuviesen cubiertos también

los intersticios de las uniones de los ortostatos, de forma que el interior del monumento presentase una capa homogénea de enlucido blanco posteriormente pintado con rojo y negro<sup>10</sup>.

#### E) La secuencia de materiales

En el monumento primitivo el escaso material recogido y la ausencia total de elementos estratigráficos no permite constatar más que un único momento de utilización, seguido de una violación (o destrucción voluntaria) que hace desaparecer la mayor parte de los ortostatos de la cámara.

No es éste el caso del monumento reciente, en el que la abundancia de materiales resultó considerable en contraste con la parquedad de evidencias estratigráficas, escasas y fragmentarias aunque significativas (fig. 3).

El análisis de la distribución espacial de los materiales ofrece interesantes observaciones, por lo que nos detendremos en él, fundamentalmente en el área de mayor concentración, que coincide con los espacios de la cámara, el corredor y el dromos. Para ello emplearemos una representación esquematizada de la sección de estas estructuras (fig. 4), incluyendo la superficie que consideramos el primer suelo de utilización del monumento (definido por una superficie horizontal de tierra negra manchada de caolín bajo la que aparecen bolsas de arena limpia), la sección de la losa que actúa como puerta del corredor, el amontonamiento de piedras que se apoya en ella, la sección de la hilera de idolillos y los tres idolillos descolocados de su posición original, ampliando la escala en el eje Y a fin de permitir observar las cotas altimétricas con mayor precisión. Sobre este esquema superpondremos la proyección, sobre un plano vertical que corta al monumento por su mitad en sentido longitudinal, de las piezas aparecidas en cámara, corredor y dromos.

Comenzaremos por los materiales recientes a partir de época medieval (fig. 5), a los que llamaremos genéricamente *modernos*. Sus cotas inferiores nos delimitan un área, que abarca la casi totalidad de la cámara, en la que se mezclan materiales modernos y prehistóricos, como resultado de un buen número de violaciones. A pesar de que en algunas zonas de esa área se mantienen pequeños espacios no contaminados, prescindiremos de ellos en este análisis general considerándola removida en su totalidad.

Dentro de las zonas no afectadas por materiales modernos, un espacio claramente delimitado nos lo ofrece el ocupado por los fragmentos entremezclados de dos recipientes cerámicos bien definidos (fig. 6). Uno de ellos, para el que no

---

<sup>10</sup> La constatación de este hecho no es baladí y, de probarse, representaría una profunda modificación en las concepciones del espacio interior megalítico, que pasaría de ser de piedra decorada a ser un espacio no pétreo, enteramente artificial y humanizado.

hemos encontrado claros paralelos entre los materiales gallegos si bien presenta ciertas analogías de forma, pasta y acabado con las mejores piezas de O Regueiriño, es una pieza grande, de perfil cóncavo-convexo carenado, de fondo redondeado y cuerpo cerrado, decorado en su mitad superior mediante impresiones de un instrumento circular formando bandas horizontales en el cuello y en la carena, y bandas verticales entre éstas dejando paños vacíos de decoración. El otro, de perfil convexo simple y borde en baquetón, aparece decorado en el hombro por una ancha banda horizontal formada por hileras paralelas de impresiones de puntos; para él habíamos supuesto una cronología precampaniforme basándonos en sus analogías con piezas del megalito de A Parxubeira y el yacimiento al aire libre de O Regueiriño, siendo ésta la adscripción cronológica que puede suponerse para el espacio en que aparecen los restos de ambos recipientes.

Este espacio se extiende por el corredor y el dromos. En éste ocupa un nivel de tierra amarillenta y compacta, nítidamente diferenciable del superior y el inferior, ambos de tierra más oscura y más blanda. En el corredor los materiales aparecen en un nivel de tierra oscura, que en algunas áreas aparece intercalado entre dos zonas de tierra compactada que sugieren pisos de utilización, estando el superior parcialmente recubierto por losas planas. Estos niveles compactos presentan dos soluciones de continuidad, a la altura de la mitad del corredor y en el encuentro de éste con la cámara, que se corresponden con las zonas en que desaparecen las cerámicas que caracterizan el espacio que estudiamos, dando la impresión de violaciones; la dispersión de las cerámicas hacia arriba y abajo en los bordes de estas zonas refuerzan esta impresión. Si bien en la unión cámara-corredor la violación puede ser moderna, en la del medio del corredor no aparece material moderno alguno, por lo que puede sospecharse una violación pre o protohistórica.

Si superponemos ahora los fragmentos de cerámica campaniforme (fig. 7), se puede observar cómo éstos ocupan el espacio en el que habíamos supuesto una violación antigua, posibilitando la formulación de la hipótesis de una violación de época campaniforme.

Los materiales líticos, que hemos agrupado para esta somera exposición, ocupan también espacios bien definidos (fig. 8), observándose dos concentraciones en el área que estudiamos: una en el extremo del corredor, con dos hachas-azuelas pulimentadas y un fragmento medial de lámina de sílex, y otra en la unión corredor-cámara y en el comienzo de ésta, con geométricos, puntas de flecha, cuentas de azabache, láminas de sílex y un prisma de cristal de roca, teniendo en cuenta tan sólo las zonas que habíamos considerado no violadas. Debe ser destacado que una parte de los materiales de la segunda concentración, consistentes en geométricos, cuentas de azabache y una lámina de sílex, aparecen a cotas iguales e inferiores a la superficie interpretada como suelo primitivo, mientras que las puntas

de flecha y las hachas del extremo del corredor se ubican por encima del suelo y por debajo del nivel de cerámicas decoradas precampaniformes. Esto permite sugerir que las cuentas de azabache y los geométricos, o al menos parte de ellos, pueden haber sido depositados en el momento o incluso antes de la preparación de la superficie que consideramos como suelo de primera utilización, tratándose quizá de un ajuar fundacional procedente de la cámara primitiva. En cualquier caso, los geométricos, cuentas y una gran hoja de sílex de 18 cm. de largo encontrada intacta, aparecen a mayores profundidades que la cerámica y las puntas de flecha, reforzando las hipótesis tradicionales acerca de su mayor antigüedad.

La superposición por último de los fragmentos de cerámicas de factura manual sin evidencias de utilización de torno (fig. 9), pendientes todavía de un estudio en profundidad, permite constatar su presencia en las zonas consideradas no violadas, acompañando tanto a los campaniformes como a los materiales líticos, con excepción de los aparecidos en el posible nivel subyacente al primitivo suelo de utilización. Se trata de fragmentos muy pequeños de cerámicas de cocción deficiente, con abundancia de desgrasantes gruesos y sin decoración, sin que de momento podamos ofrecer más precisiones.

Resumiendo lo anterior, podemos proponer la siguiente secuencia de utilización del monumento de Dombate reciente:

- a) Tan sólo como hipótesis, se puede sugerir la primera deposición de geométricos, cuentas de azabache y láminas de sílex, tal vez como ajuar fundacional procedente del monumento primitivo.
- b) Un primer período de utilización del monumento vendría dado por los ajuares compuestos por cerámica sin decoración, puntas de flecha y hachas-azuelas.
- c) Un segundo momento, caracterizado por cerámicas decoradas mediante impresiones puntilladas, presentes fundamentalmente en el corredor y/o en el dromos, vendría seguido de una preparación del área del dromos mediante la extensión por ésta de una capa de tierra amarilla, y por la colocación de un pavimento de lajas en el interior del espacio sepulcral, tras lo que se procedería al cierre del monumento.
- d) La presencia del campaniforme puede tipificarse como una intrusión que no sigue las pautas rituales anteriores, tanto por su introducción en la cámara sin proceder a la apertura de la puerta de entrada, como por aparecer en huecos de pequeña extensión en la superficie preexistente, probablemente después de retirar parcialmente el enlosado.
- e) No se han detectado huellas de presencia castrexa, romana ni altomedieval.
- f) Por último, existen intrusiones y violaciones desde la plena edad media hasta los momentos actuales.

**F) Las dataciones de carbono-14**

En el monumento antiguo no se detectó ninguna muestra claramente susceptible de ser medida.

En el monumento reciente, por el contrario, se recogieron abundantes muestras, de las cuales un número significativo ha sido procesado en el Instituto Rocasolano del CSIC. Los resultados son los siguientes:

Nº	GRUPO	CUADR.	Z MAX.	Z MIN.	Nº LABORAT.	BP	±	aC
5	B	D4	336	336	CSIC-891	4910	60	2960
7	id.	id.	334	334	id.	id.	id.	id.
8	id.	id.	336	336	id.	id.	id.	id.
9	id.	id.	336	336	id.	id.	id.	id.
6	B	D4	338	338	CSIC-890	4930	70	2980
10	C	C3	268	273	CSIC-892	4230	70	2280
11	id.	id.	271	271	id.	id.	id.	id.
13	id.	id.	276	276	id.	id.	id.	id.
14	id.	id.	264	264	id.	id.	id.	id.
15	id.	id.	276	276	id.	id.	id.	id.
16	D	C2	329	329	CSIC-939	4410	25	2460
17	D	C2	320	330	CSIC-962	4020	30	2070
18	D	C2	335	335	CSIC-940	4450	25	2500
19	D	C2	360	360	CSIC-941	4430	25	2480
20	D	C2	315	315	CSIC-1066	4090	60	2140
21	D	C2	345	345	CSIC-942	4480	25	2530
21'	D	C2	345	345	CSIC-893	4450	70	2500
22	D	C2	325	325	CSIC-963	4380	35	2430
23	E	E2	326	332	CSIC-948	4200	30	2250
24	E	F2	335	335	CSIC-964	4470	30	2520

En el momento del envío de las muestras al laboratorio, éstas fueron clasificadas en grupos que se definieron de la siguiente forma:



- Grupo B** — Está compuesto por cinco muestras, muy próximas entre sí en cotas absolutas y en situación estratigráfica, por lo que en nuestra opinión pueden ser unidas para el análisis sin riesgo de error. Proceden de una zona en el fondo de la masa tumular, próxima al corredor y a la capa de xabre que procedente probablemente de la excavación de las fosas de implantación de las losas cubre el paleosuelo, en una cota correspondiente a la superficie de éste. Podrían datar, quizá, el momento de construcción del monumento, sin que pueda ser excluida su correspondencia con un momento anterior.
- Grupo C** — Integrado por seis muestras correspondientes al sedimento que cubre el pasillo de entrada, en una zona que subyace al amontonamiento de piedras que ciega la puerta del corredor. El área en que aparecen carbonos se presenta bien delimitada, sugiriendo la existencia de un fuego en un momento inmediatamente anterior al último cierre de la puerta del monumento; de ser así, el análisis nos dataría el momento de última utilización del mismo.
- Grupo D** — Compuesto por siete muestras, todas ellas procedentes de una zona con abundantes carbonos, próxima a la entrada del túmulo y exterior a éste, a considerable profundidad, ya en el paleosuelo, con cotas muy variables. Pueden corresponder al momento de construcción del túmulo o a momentos anteriores a ella. Por la considerable diferencia de cotas se recomienda la realización de análisis independientes en el caso de resultar posible.
- Grupo E** — Compuesto por dos muestras procedentes del exterior del túmulo, próximas a éste, en una profundidad correspondiente a la superficie del paleosuelo.”

La calibración<sup>11</sup> de las dataciones ofrece los siguientes resultados:

Nº	Nº LABORAT.	Cal. BC 1 sigma	Cal. BC 2 sigma	Máxima probabilidad a 2 sigma
6	CSIC-890	3782-3647	3934-3870 3814-3627 3563-3543	3820-3620 (.86)
5s	CSIC-891	3766-3644	3892-3889 3796-3627 3563-3543	3800-3620 (.93)
10s	CSIC-892	2906-2862 2812-2740 2726-2696	2924-2610	2930-2590 (.99)
16	CSIC-939	3083-3062 3042-3016 2994-2926	3097-2920	3047-2923 (.81)
18	CSIC-940	3258-3245 3100-3037	3301-3235 3177-3165 3109-3024 2981-2928	3305-3232 (.26), 3118-3020 (.58)
19	CSIC-941	3094-3051 3049-3029 2973-2934	3264-3242 3103-3011 3007-2924	3102-3014 (.59), 3000-2925 (.36)

<sup>11</sup> Para la calibración se ha empleado el *Radiocarbon Calibration Program* del Quaternary Isotope Lab de la Universidad de Washington, revisión 3.0 (1993), con curva de 20 años. (Stuiver, M. & Reimer, P.J., 1993, *Radiocarbon*, 35, p. 215-230).

Nº	Nº LABORAT.	Cal. BC 1 sigma	Cal. BC 2 sigma	Máxima probabilidad a 2 sigma
21	CSIC-942	3302-3234 3178-3164 3110-3092 3053-3048	3333-3151 3146-3071 3069-3038	3332-3212 (.53), 3141-3074 (.23)
21'	CSIC-893	3309-3226 3186-3158 3127-3014 2999-2925	3353-2911	3330-2920 (1.00)
22	CSIC-963	3035-2918	3093-3053 3048-2910	3045-2912 (.91)
23	CSIC-948	2879-2865 2809-2751 2723-2699	2886-2885 2819-2662 2634-2628	2819-2664 (.83)
24	CSIC-964	3298-3236 3174-3167 3108-3082 3061-3042	3333-3152 3145-3031 2971-2947	3333-3152 (.58), 3145-3031 (.40)
17	CSIC-962	2573-2512 2508-2470	2587-2463	2584-2464 (1.00)
20	CSIC-1066	2859-2815 2693-2562 2524-2500	2875-2793 2785-2793	2780-2470 (.80)

Atendiendo a los grupos en que habían sido distribuidas las muestras tenemos lo siguiente:

**Grupo B (Muestras nº 5s. -CSIC 891- y 6 -CSIC 890-):** La muestra 5s. (5 y siguientes) ha sido obtenida uniendo las muestras 5, 7, 8 y 9; la muestra 6 pudo ser analizada en solitario por su mayor tamaño. Todas ellas proceden de la parte superior del suelo enterrado bajo el área central del túmulo del Dombate reciente, en la cuadrícula D4, siendo sus cotas (entre -334 y -338) correspondientes a la de la capa de xabre que, procedente de los agujeros de implantación de las losas del corredor, fue extendida al lado de éste.

Las dos dataciones resultan significativamente semejantes a .95; su media ponderada de  $4918 \pm 46$  BP, a la que llamaremos *Bloque 1*, ofrece tras su calibración a 2 sigma el intervalo 3789-3637 cal BC en años de calendario (fig. 10).

Esta datación nos proporciona un *terminus post quem* para la construcción del Dombate reciente, pero nada nos garantiza que se corresponda con el momento de su edificación, pudiéndose también suponer su vinculación con la cons-

trucción o utilización del Dombate primitivo.

Es verdad que puede argumentarse que, en el caso de esta última posibilidad, debería existir sobre las muestras una acumulación de tierra, procedente de la sedimentación habida desde el momento de su formación hasta el de la construcción del Dombate reciente; sin embargo es posible también que el proceso de ésta conllevara la retirada de la capa superficial de tierra previamente a la construcción del dolmen.

Así pues, tan sólo tenemos la certeza (con dos  $\sigma$ ) de la edificación del Dombate reciente con posterioridad al periodo 3789-3637 cal BC.

**Grupo C:** Las cinco muestras que integraban este grupo hubieron de ser unidas para su proceso debido a su pequeño tamaño; a la muestra resultante le llamamos 10s. (10 y siguientes). Todas ellas procedían de una mancha bien definida situada en la parte superior del nivel de tierra amarilla compacta que rellena el dromos (fig. 11, C), y que contenía un buen número de fragmentos muy esparcidos de dos recipientes cerámicos decorados a los que hemos supuesto una cronología precampaniforme. La mancha de carbones estaba parcialmente cubierta por el amontonamiento de piedras que se adosa a la losa de cierre del corredor. La datación (CSIC 892), en consecuencia, nos puede proporcionar un *terminus post quem* para el momento de cierre definitivo del corredor conforme al rito habitual, y un *terminus ante quem* para la deposición de la masa de tierra amarilla y por lo tanto también para la datación de los recipientes que contenía. Ahora bien, la amplia dispersión de los fragmentos cerámicos unido a su escaso grado de erosión, parece indicar que la deposición del nivel de tierra amarilla fue realizado voluntaria y artificialmente, no siendo resultado de una sedimentación natural, en medio de un proceso de preparación del monumento para nuevas utilizaciones que incluiría, además de este relleno del dromos, la posible construcción de un enlosado de piedras planas en cámara y corredor, y, quizá, el depósito sobre la pared izquierda del dromos de un recipiente cóncavo-convexo carenado liso aparecido in situ sobre el nivel de tierra amarilla, fuera del área que hemos analizado.

La datación (fig. 12) indica por tanto que la preparación del dromos, el posible enlosado de la cámara y el cierre definitivo del monumento habrían tenido lugar en un momento entre el 2924 y el 2610 cal BC (con dos sigma). La fabricación y depósito de los recipientes decorados debió haber tenido lugar antes de esta fecha, lo que resulta coherente con el carácter precampaniforme que habíamos supuesto a las cerámicas.

**Grupo D:** Compuesto en principio por 7 muestras (nº 16 a 22) suministra 8 dataciones, pues el buen tamaño de la nº 21 permitió dividirla en dos, obteniéndose así la nº 21A, cuya datación resultó plenamente coherente con la 21

(fig. 11, D).

Los resultados aparecen diferenciados en dos grupos, obteniéndose unas dataciones homogéneas (en torno al 2500 aC sin calibrar) para seis de las muestras (nº 16 -CSIC 939-, 18 -CSIC 940-, 19 -CSIC 941-, 21 -CSIC 942-, 21' -CSIC 893- y 22 -CSIC 963-), y dataciones considerablemente más recientes para las otras dos (nº 17 -CSIC 962- y 20 -CSIC 1066-). La aplicación de pruebas de consistencia confirmó con una confianza de .95 la homogeneidad interna de los grupos, así como la significativa diferencia entre ellos con el mismo grado de confianza, por lo que resulta pertinente realizar la calibración de sus medias ponderadas (fig. 13).

La del primero de los grupos (*Bloque 2*) es de  $4435 \pm 13$  BP; su calibración obtiene los intervalos a dos sigma 3254-3248, 3098-3027 y 2978-2929 cal BC, con mayor probabilidad para el 3098-3029 (.82).

El segundo grupo (*Bloque 3*) tiene como media ponderada  $4035 \pm 28$  BP, proporcionando la calibración el intervalo 2613-2467 cal BC, con una mayor probabilidad en 2589-2469 (.97).

Las diferencias entre las dataciones de ambos bloques, obtenidas a partir de muestras procedentes del área próxima a la hilera de idolillos, pueden ser explicadas teniendo en cuenta las cotas en las que las muestras estaban situadas. Así, podemos observar cómo las dataciones más antiguas (*Bloque 2*) provienen de muestras situadas en niveles profundos, todos ellos más abajo de la mitad del idolillo vertical del gráfico (fig. 14). Por el contrario, las muestras que proporcionan dataciones recientes (*Bloque 3*) estaban a mayor altura, en la mitad superior del idolillo vertical, vinculándose a las cotas en que se sitúan los idolillos descolocados (fig. 15). Cabe interpretar que la datación más antigua se corresponde con la preparación del área de idolillos y con las primeras utilizaciones de ésta, mientras que la datación reciente tendría que ver con la violación que remueve los tres idolillos descolocados, quizá por las gentes que depositan los vasos campaniformes. La cota inferior de estos tres idolillos podría estarnos dando en este caso el nivel del suelo en el momento de la violación, de hacia -325, lo que indicaría a su vez que los idolillos debieron haber estado visibles en el umbral del monumento al menos durante buena parte de la vida de éste.

**Grupo E:** Las dos muestras que componían este grupo provienen de zonas diferentes y han dado también dataciones diferentes (fig. 16), por lo que conviene su análisis independiente.

La primera de ellas, nº 23 -CSIC 948-, estaba situada en la cuadrícula E2, en un lateral de la entrada en la periferia del túmulo (fig. 17). En la misma zona y a las mismas cotas existía un hacha pulimentada y un fragmento de cerámica a mano indiferenciada, y a cotas ligeramente superiores aparecieron fragmentos cerámicos de los dos recipientes precampaniformes decorados asociados con las

muestras del grupo C. La datación convencional de esta muestra,  $4200\pm 30$ , resulta significativamente semejante (.95) a la de dicho grupo ( $4230\pm 70$ ), al que la vinculan también los materiales asociados. También resultan coherentes con lo visto hasta ahora las cotas a las que aparece la muestra nº 23 (entre -326 y -332 cm.), ocupando un espacio intermedio entre las cotas profundas de las muestras más antiguas del grupo D (Bloque 2, para el que hemos supuesto su correspondencia con la preparación del área de idolillos) y las más altas de las muestras que ofrecieron dataciones más recientes (Bloque 3, interpretable como una violación tal vez campaniforme), lo que permite suponer que la periferia del túmulo en la zona de la entrada se configuraba como una plataforma más o menos horizontal.

La otra muestra del grupo, nº 24 -CSIC 964-, proviene de una zona más alejada de la entrada (fig. 18), en la cuadrícula F2, y de cotas más profundas (-335). La datación obtenida,  $4470\pm 30$  aC, se corresponde, al igual que la cota, con las muestras más antiguas del grupo D (Bloque 2) con el que resulta significativamente semejante a .95, lo que refuerza las anteriores interpretaciones.

Así pues, las correspondencias existentes entre las cotas de las muestras, los materiales asociados a ellas y las dataciones obtenidas permiten agruparlas para la obtención de nuevas medias ponderadas que proporcionen mayores precisiones, ofreciéndonos su calibración las dataciones de cuatro *momentos* de la vida del monumento:

**Momento 1:** (Fig. 19). Equivalente al Bloque 1, compuesto por las dos muestras del grupo B. Su media ponderada, ya vista, es de  $4918\pm 46$  BP (2968 aC), obteniéndose tras la calibración el intervalo 3789-3637 cal BC en años de calendario.

**Momento 2:** (Fig. 20). Lo configuran las muestras antiguas y profundas del grupo D (Bloque 2) y una del grupo E (nº 24). Su media ponderada es de  $4439\pm 12$  BP (2489 aC), con intervalos de calibración a dos sigma de 3257-3246, 3100-3030 y 2973-2947 cal BC, presentando una mayor probabilidad el 3100-3030 (.91).

**Momento 3:** (Fig. 21). Integrado por las muestras del grupo C y por una del grupo E (nº 23). Su media ponderada es de  $4205\pm 29$  BP (2255 aC), y la calibración proporciona los intervalos 2887-2857, 2817-2691 y 2684-2665 cal BC, con una mayor probabilidad para el 2817-2691 (.78).

**Momento 4:** (Fig. 22). Se compone de las dos muestras más recientes y de cota más alta del grupo D (Bloque 3). La media ponderada es de  $4035\pm 28$  BP (2085 aC), dando la calibración el intervalo 2613-2468 cal BC, con mayor probabilidad para el período 2589-2469 (.97).

La situación estratigráfica de las muestras que configuran el Momento 1 no permite una adscripción clara a ninguno de los momentos de la vida de los monumentos que nos había desvelado el estudio de materiales. En el estado actual del conocimiento del megalitismo gallego, y teniendo en cuenta las últimas síntesis, parece prudente suponer que la datación de la primera mitad del cuarto milenio (principios del tercero, sin calibrar) se corresponde con la construcción o la utilización del monumento antiguo. Sin embargo no debemos olvidar la existencia de dataciones similares e incluso más antiguas en megalitos beirenses (Carapito 1, Castenairos, Seixas) con un notable grado de desarrollo, así como otra procedente del megalito de Chã de Parada 1, más próximo que aquéllos y con mayores analogías (como la presencia del motivo de “La Cosa”), y que no presenta evidencias de su coexistencia en el mismo locus con un monumento anterior, apareciendo por el contrario asociado a otros monumentos alguno de los cuales ha proporcionado cronologías bien antiguas. Y si bien es cierto que en este último caso la muestra proviene, como en Dombate, de un suelo enterrado con toda la incertidumbre que esto conlleva, no lo es menos que esta coincidencia de dataciones en el paso del IV al III milenio (sin calibrar) en monumentos muy desarrollados, puede estar hablándonos de la posibilidad de la construcción de los mismos en Galicia y N de Portugal en esos momentos, anteriores a la cronología que hoy por hoy se les supone, homologando cronológicamente nuestra zona con las vecinas de las Beiras y la Meseta Norte. No son más que indicios, pero consideramos que su recurrencia debe alertarnos para futuras investigaciones.

Para el Momento 2 ya hemos explicitado nuestra interpretación, vinculándolo a la preparación del área de los idolillos y a sus primeras utilizaciones. Su cronología de finales del IV milenio (mediados del tercero sin calibrar) puede parecer excesivamente alta a la luz de los análisis morfotipológicos realizados hasta ahora para los idolillos gallegos. Sin embargo, creemos que una lectura de los mismos tomando como principal o exclusiva referencia el mundo millarensis puede resultar un tanto reducida, mientras existen otros fenómenos que presentan también ciertas analogías con los idolillos gallegos, fundamentalmente con aquéllos (grupo 2 de Fábregas) caracterizados por la existencia de escotaduras o líneas convergentes en el tercio superior de la pieza, tanto en el mundo peninsular (abundantes placas decoradas “alentejanas” presentan elementos similares<sup>12</sup>) como extrapeninsular atlántico (además del ejemplo de Knowth citado por Fábregas, es recurrente la aparición de dos escotaduras en las representaciones del ídolo en escudo de los megalitos bretones), todos ellos de mayor antigüedad que la que hasta ahora se le supone a Los Millares. Por ello consideramos que la cronología absoluta que

---

<sup>12</sup> Vide BUENO RAMIREZ, P. (1992): Les plaques décorées alentejanines. Un approche à son étude et analyse. *L'Anthropologie*, t. 96, n° 2-3, p. 573-604. Paris.

Dombate ofrece para los idolillos resulta aceptable y coherente con un mundo en que cada vez más parece evidenciarse la existencia de un fondo simbólico común a amplias zonas geográficas en tiempos plenamente neolíticos.

El Momento 3 corresponde, como ya se ha visto, a la extensión sobre la superficie del dromos de la capa de tierra amarilla que contiene restos de los recipientes precampaniformes, a la posible colocación de un enlosado en el interior de la estructura megalítica, y al cierre definitivo del monumento mediante una losa vertical a modo de puerta a la que se adosa un amontonamiento de piedras. Simplemente debemos resaltar que la datación para se asemeja estadísticamente a la obtenida para el momento de cierre del monumento de Campiños 6, pudiendo tratarse de una reiteración significativa.

Por último, el Momento 4 parece corresponderse con una violación del monumento, en la que se desplazan de su lugar primitivo tres de los idolillos, que aparecen horizontales y en una disposición que sugiere su colocación en un amontonamiento de tierra. Sólo a modo de hipótesis, pues no hay material asociado a esta remoción, puede apuntarse la correspondencia de esta violación con la que las gentes que depositan los vasos campaniformes parecen haber efectuado en el interior del recinto sepulcral.

Cierto es que lo dicho hasta aquí queda todavía en el campo de las hipótesis que deben ser verificadas en posteriores investigaciones, debido al escaso número de dataciones existentes hasta ahora para megalitos de Galicia. Pero no lo es menos que este número se ve notablemente incrementado con las que ahora presentamos, que tienen además la peculiaridad de ser ordenables en una secuencia coherente (fig. 23) y relacionable con las evidencias obtenidas en la excavación del monumento. Si esta secuencia es cierta además de coherente tan sólo andando el tiempo podrá llegar a saberse.

*La Coruña/Madrid, 11 de Octubre de 1993.*

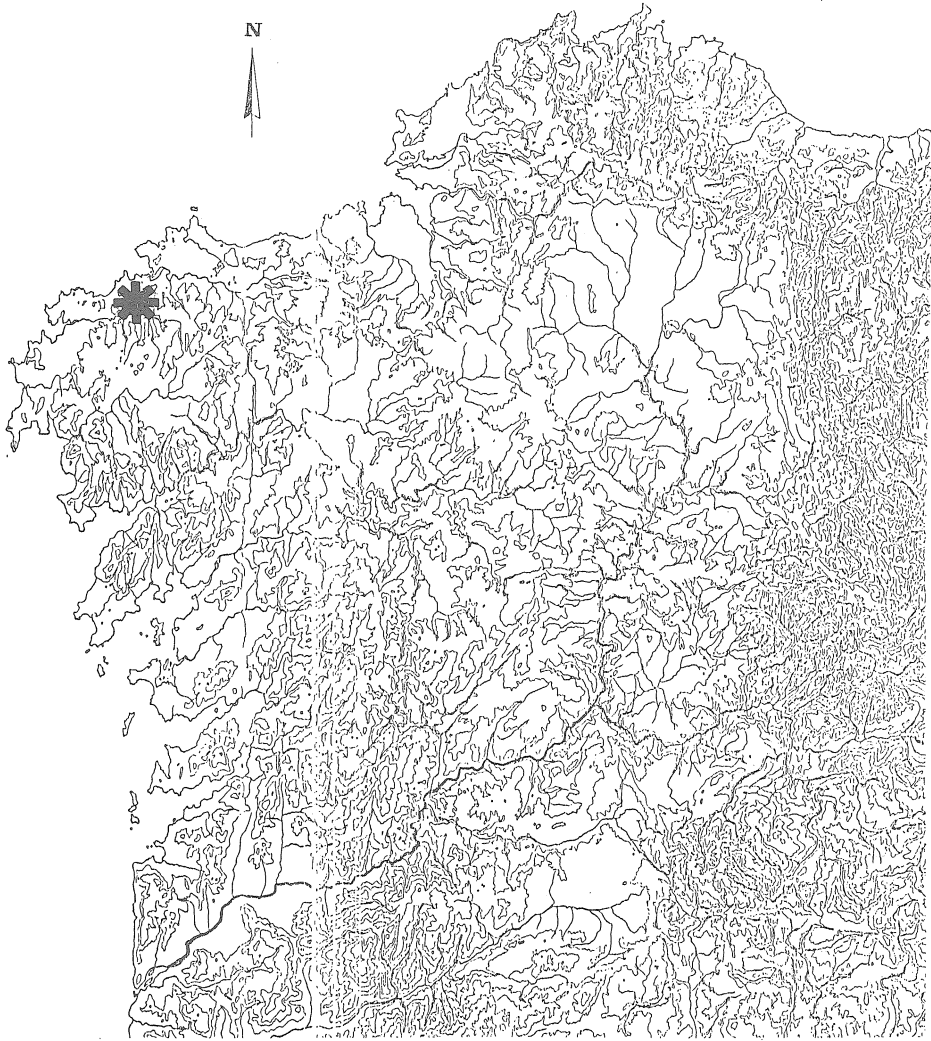


Fig. 1 — Situación de Dombate en el territorio de Galicia.



Est. II

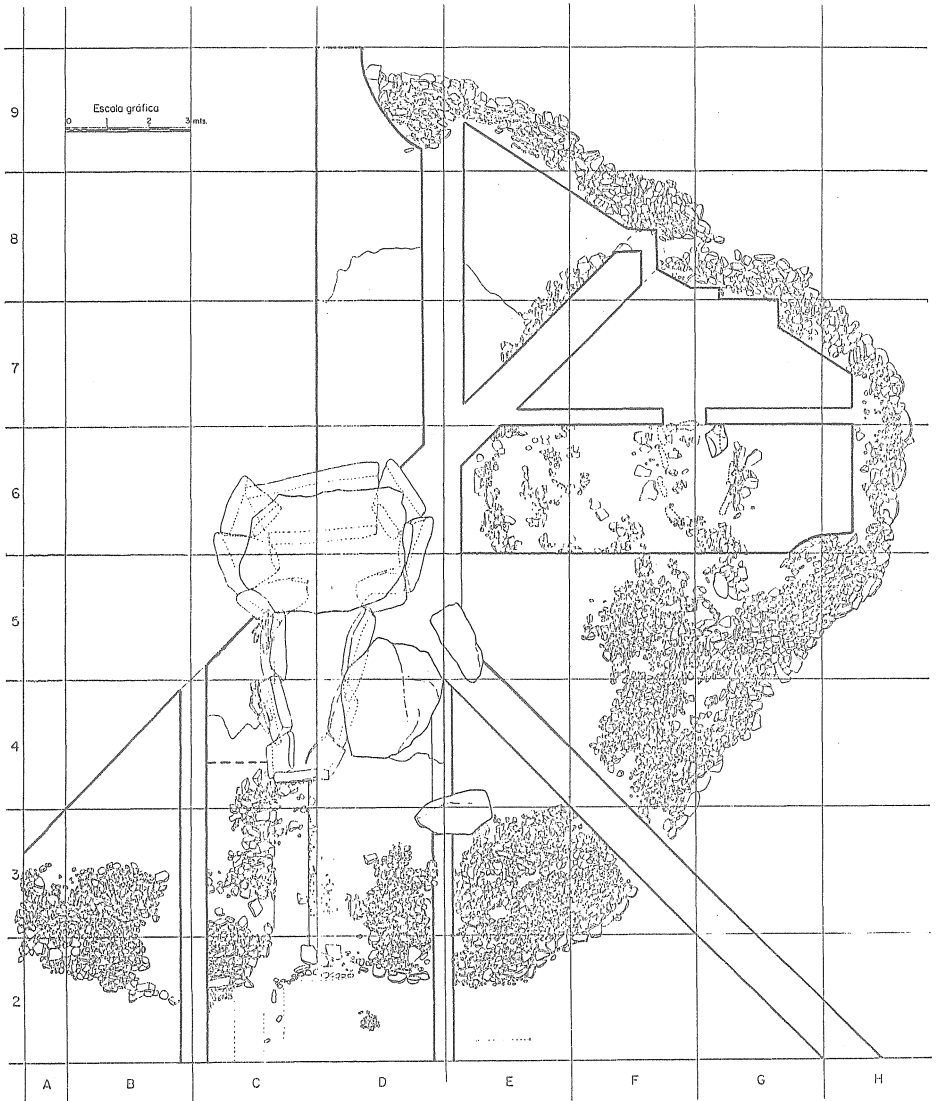


Fig. 2 — Planta de Dombate.

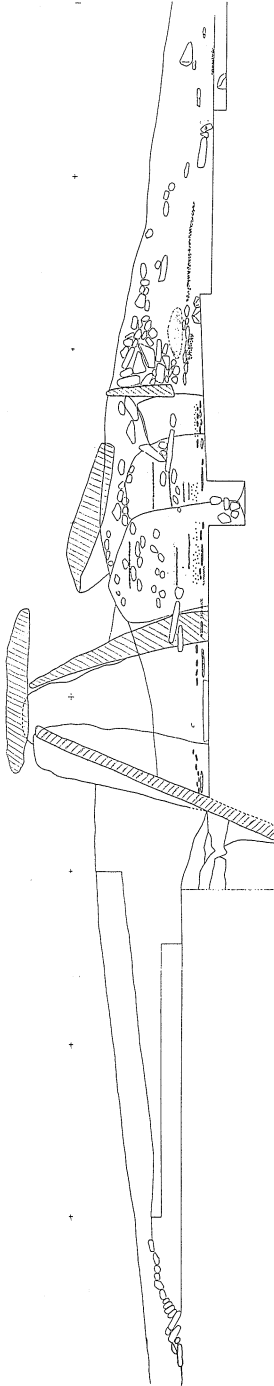


Fig. 3 — Sección del monumento reciente de Dombate.

Est. IV

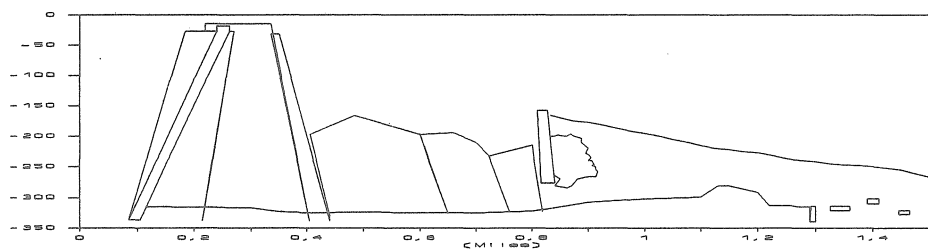


Fig. 4 — Esquema de la sección de cámara, corredor y dromos del Dombate reciente a escala real. A la derecha, ídolos in situ (rectángulo vertical) e ídolos removidos (rectángulos horizontales).

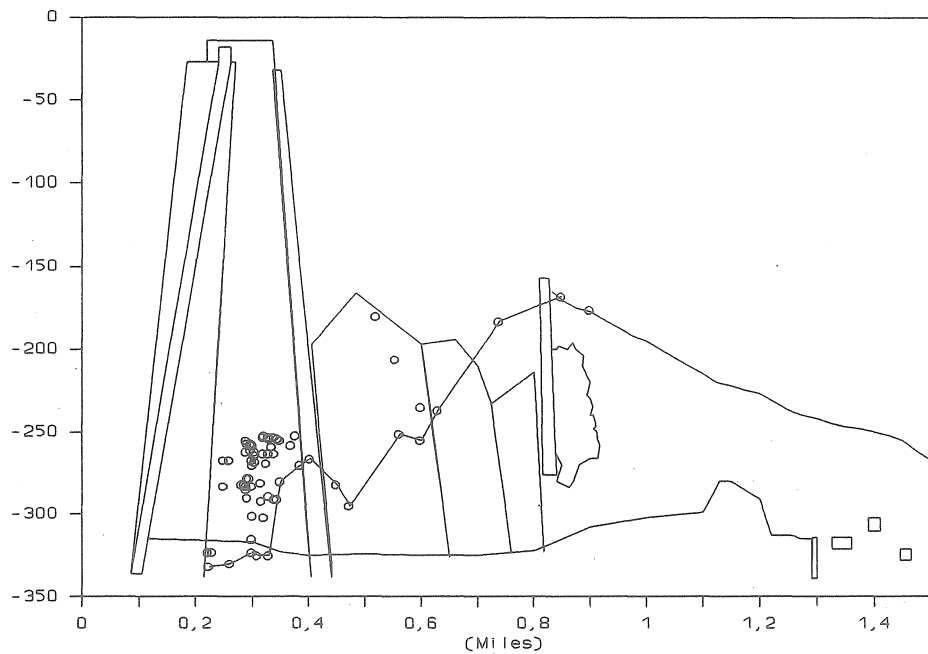


Fig. 5 — Distribución de materiales modernos (o).

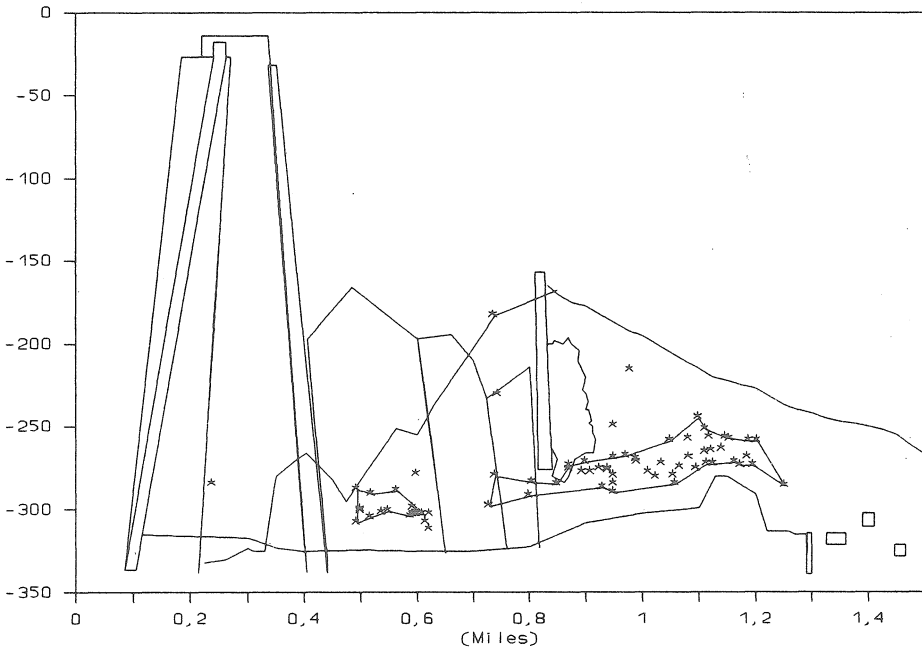


Fig. 6 — Distribución de fragmentos de recipientes decorados precampaniformes (\*).

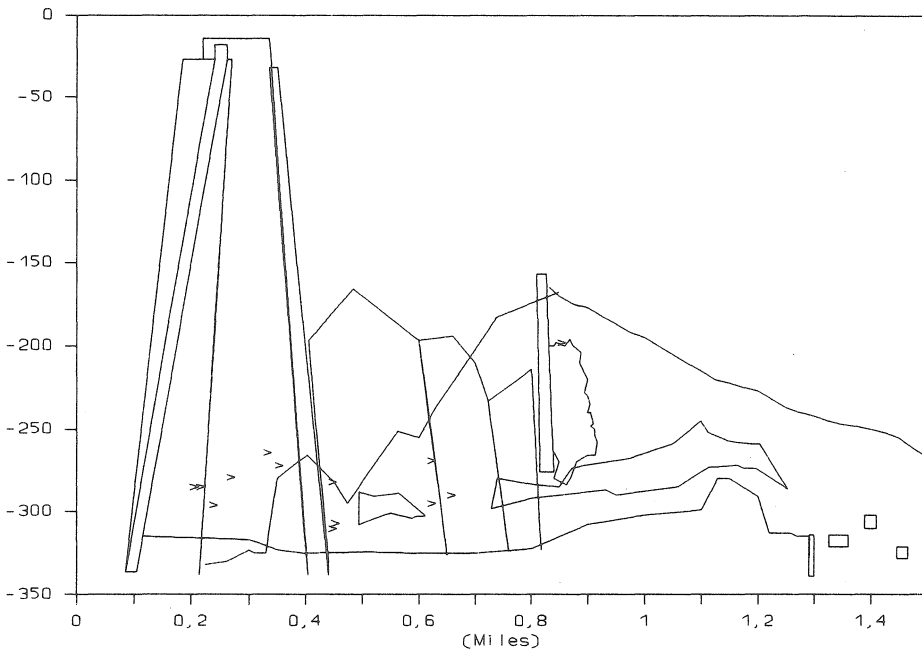


Fig. 7 — Distribución de fragmentos de cerámicas campaniformes (>).

Est. VI

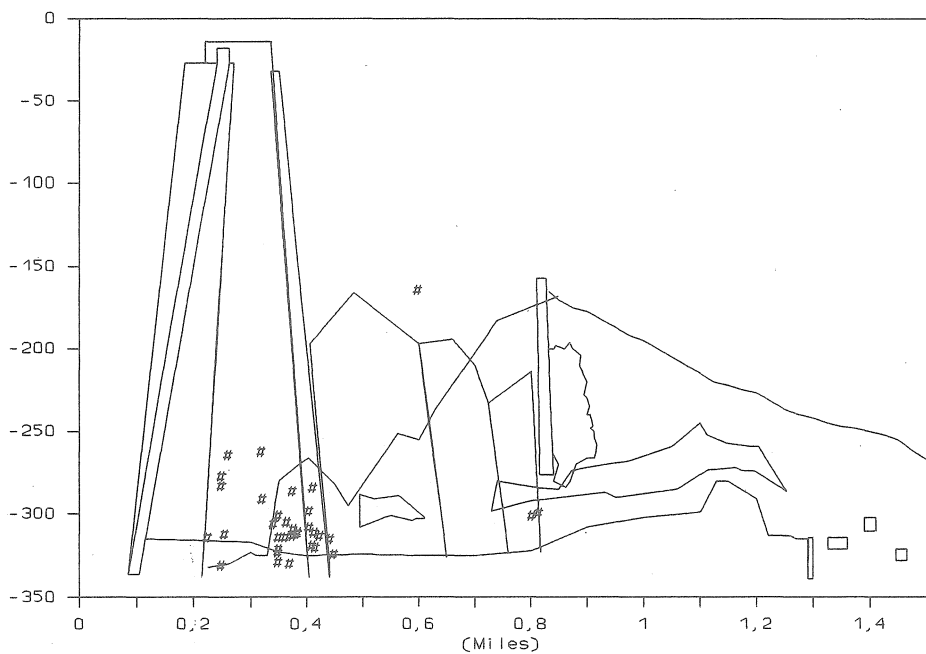


Fig. 8 — Distribución de materiales líticos (#).

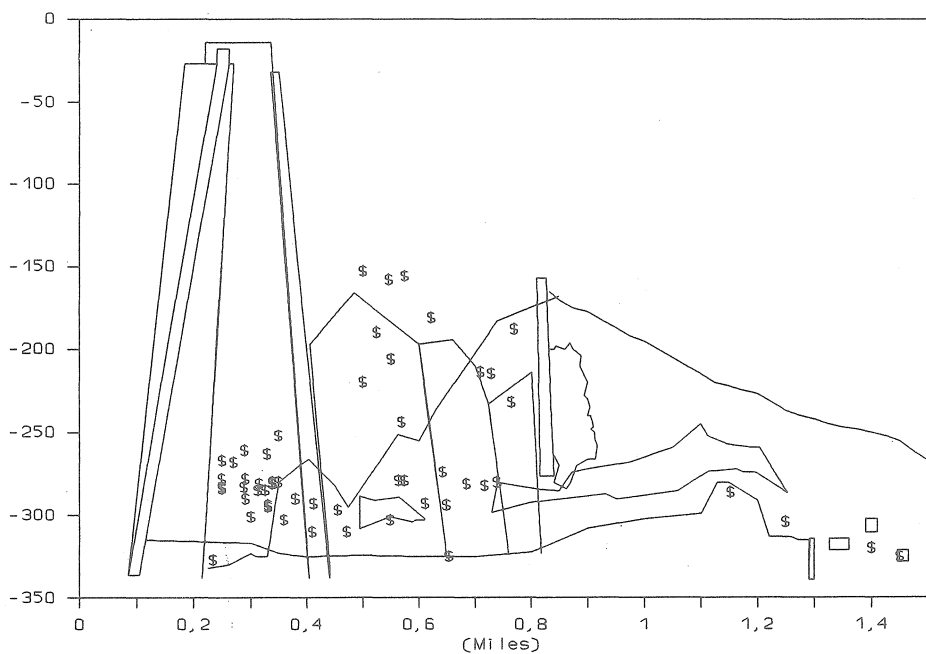


Fig. 9 — Distribución de fragmentos de cerámicas a mano (\$).

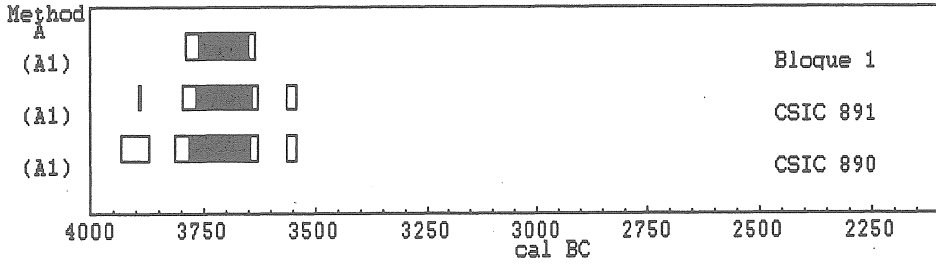


Fig. 10 — Calibración de las muestras del Grupo B, estadísticamente semejante, y de su media ponderada (Bloque 1).

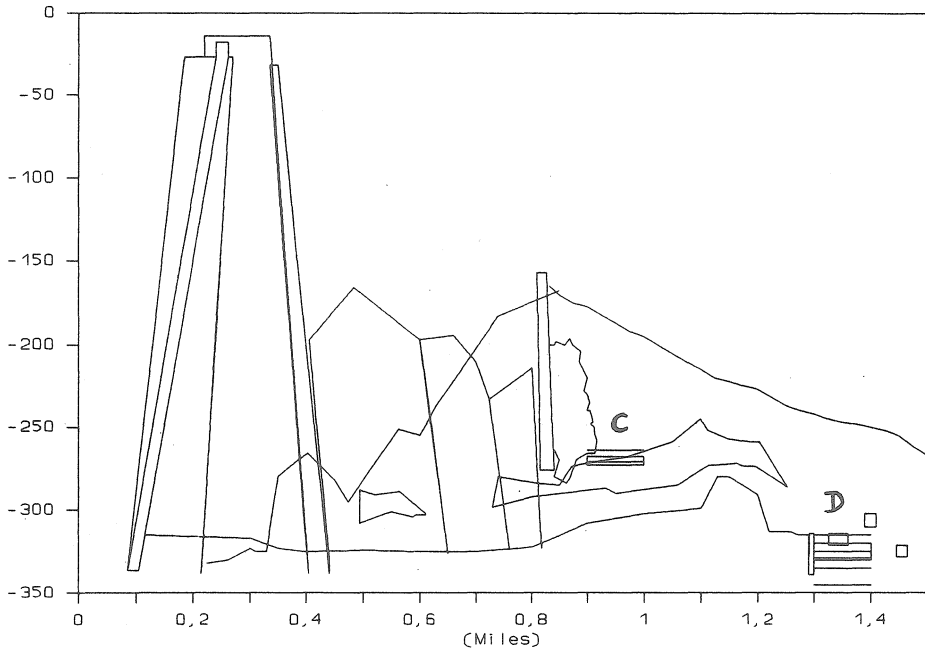


Fig. 11 — Situación de las muestras de los Grupos C y D.

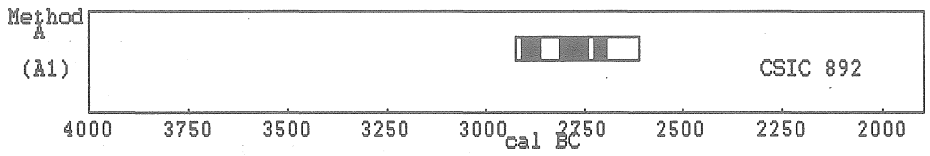


Fig. 12 — Calibración de la muestra compuesta del Grupo C.

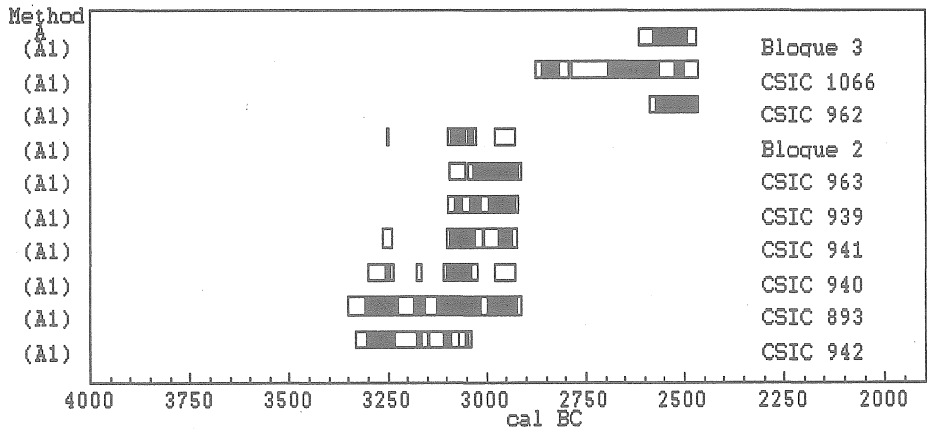


Fig. 13 — Calibración de las muestras del Grupo D y de las medias ponderadas de sus agrupaciones estadísticamente semejantes (Bloque 2 y Bloque 3).

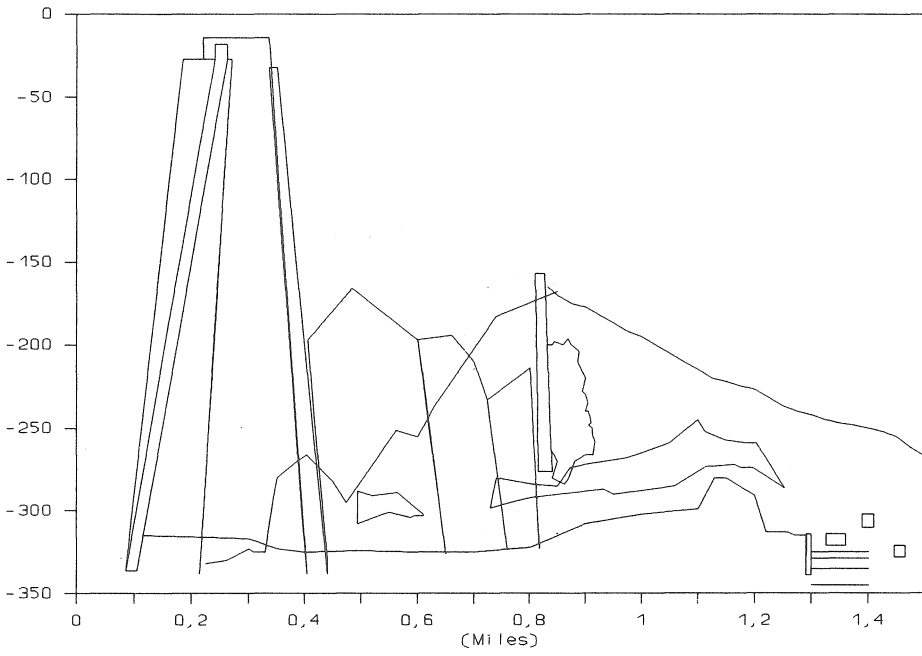


Fig. 14 — Situación de las muestras antiguas (Bloque 2) del Grupo D.

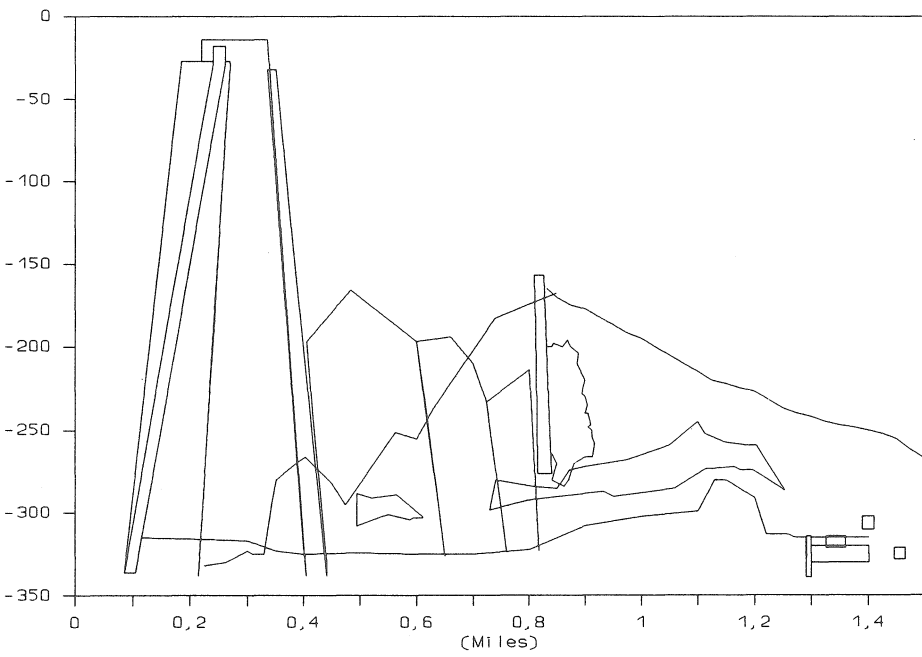


Fig. 15 — Situación de las muestras recientes (Bloque 3) del Grupo D.



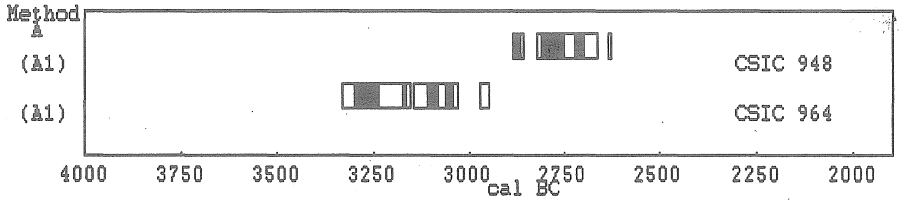


Fig. 16 — Calibración de las muestras del Grupo E, estadísticamente diferentes.

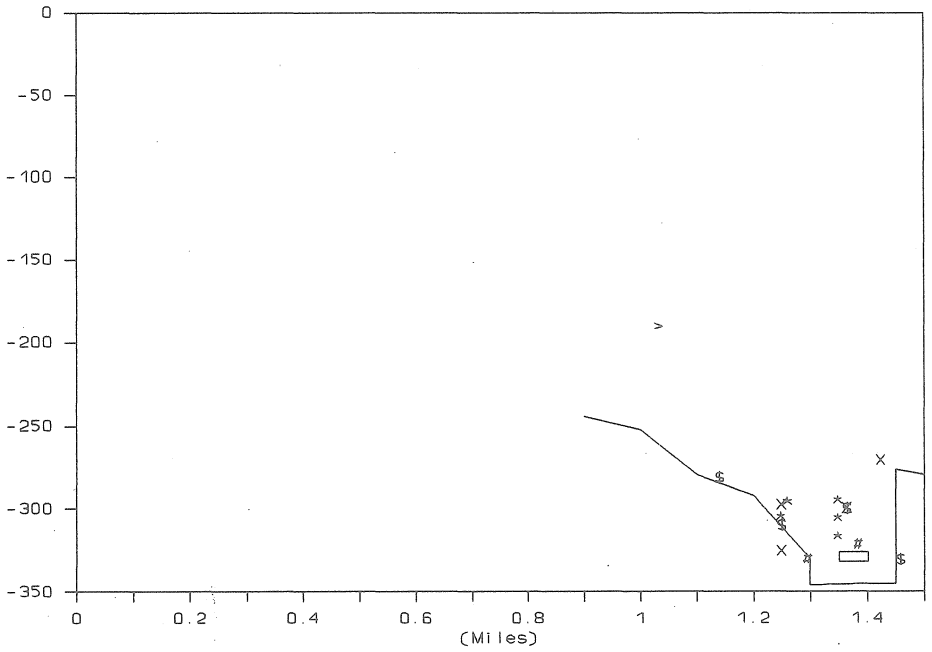


Fig. 17 — Situación de la muestra nº 23 del Grupo E.

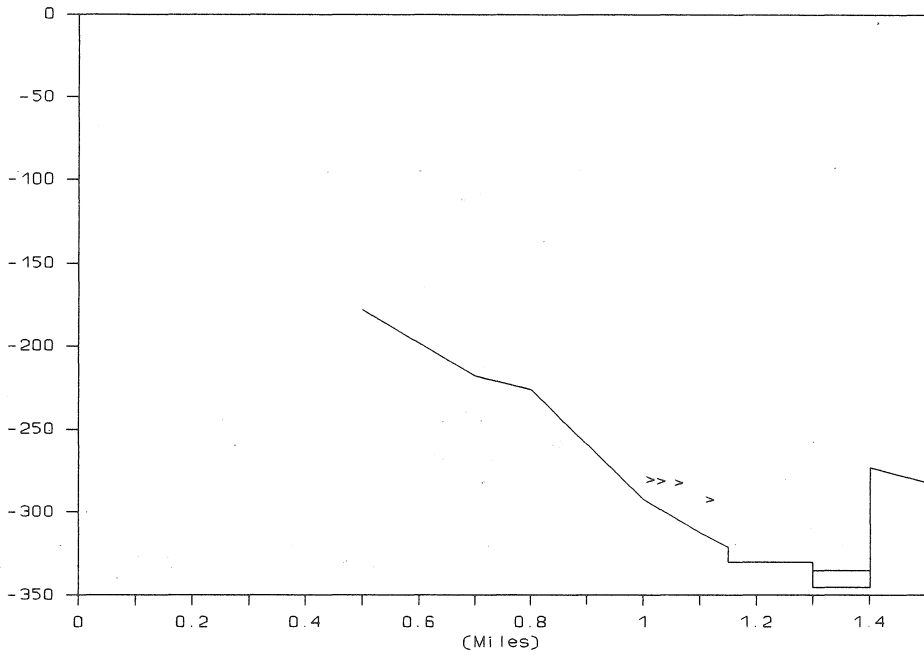


Fig. 18 — Situación de la muestra nº 24 del Grupo E.

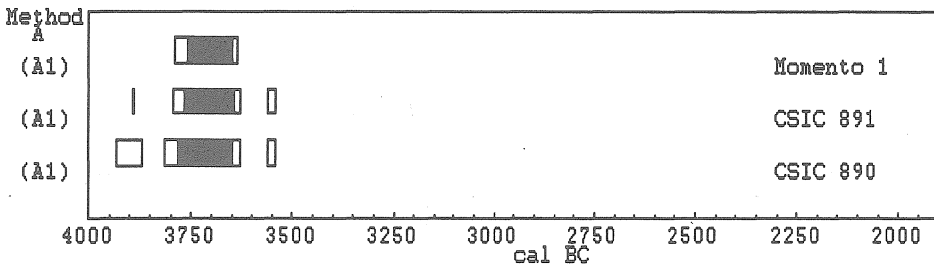


Fig. 19 — Calibración de las muestras del Momento 1 y de su media ponderada.

Est. XII

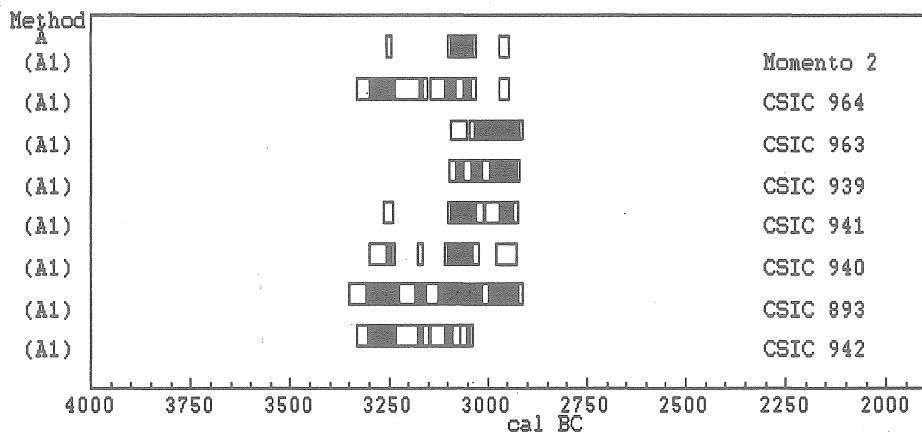


Fig. 20 — Calibración de las muestras del Momento 2 y de su media ponderada.

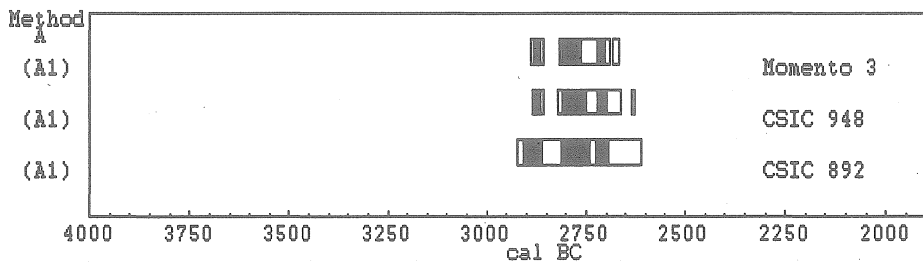


Fig. 21 — Calibración de las muestras del Momento 3 y de su media ponderada.

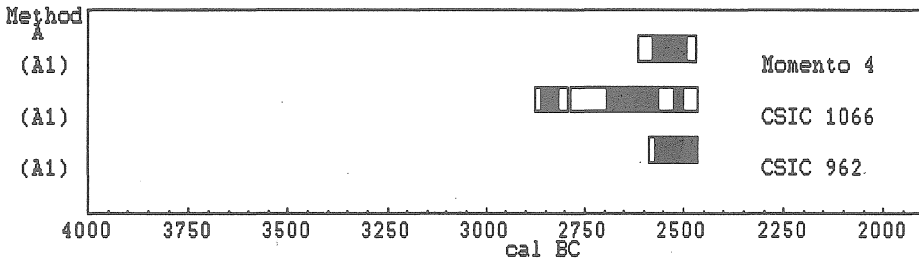


Fig. 22 — Calibración de las muestras del Momento 4 y de su media ponderada.

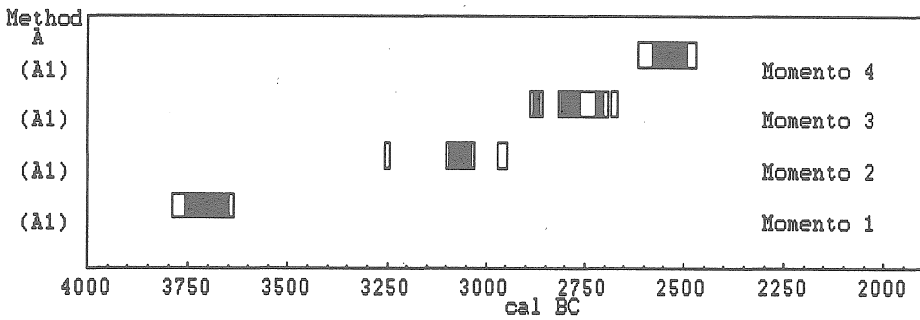


Fig. 23 — Comparación de las calibraciones de las medias ponderadas para los diferentes momentos de la vida del monumento.

# MAMOA V DE CHÃ DE ARCAS – BAIÃO. PRIMEIRA NOTÍCIA

por

Margarida Moreira e Lourenço Carneiro

**Resumo:** Este monumento megalítico está implantado numa pequena chã a cerca de 930 metros de altitude, na margem esquerda do rio Ovil. Os trabalhos de escavação, que ainda decorrem, estão inseridos no projecto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (coordenado pelo Prof. V. O. Jorge).

Estamos perante um dólmen de corredor que, atendendo ao espólio encontrado, provavelmente será do Neolítico Final. Contudo, é ainda prematuro avançar com certezas e conclusões, uma vez que este monumento, como dissemos, ainda se encontra em fase de estudo.

**Palavras-chave:** Megalitismo. Aboboreira. Dólmen de corredor.

## 1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A mamoa V de Chã de Arcas situa-se na freguesia de Loivos do Monte, concelho de Baião, distrito do Porto, e apresenta as seguintes coordenadas geográficas (segundo a Carta Militar de Portugal, escala 1/25000, folha 125 – Baião):

Latitude: 41° 11' 36" N.

Longitude: 01° 10' 37" E. Lx.

Altitude aprox.: 930 metros.

Encontra-se implantada no extremo Este de uma chã, a Norte do marco geodésico de Chã de Arcas e a Este da aldeia de Loivos do Monte, sendo a maior de um núcleo composto por mais quatro monumentos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O monumento designado por Mamoa III de Chã de Arcas foi já objecto de estudo pelos Drs. Joel Cleto e Suzana Faro.

## 2. METODOLOGIA E TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO

Os trabalhos de escavação da Mamoa V de Chã de Arcas decorrem no âmbito do Projecto de Investigação do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, e têm contado com o apoio logístico e financeiro da Câmara Municipal de Baião, Escola C+S de Baião, Instituto Português da Juventude e Governo Civil do Porto<sup>2</sup>.

A metodologia utilizada no início dos trabalhos foi a usual em monumentos deste tipo. Assim, após a remoção da vegetação existente, foi feita a quadriculagem de todo o monumento, abrangendo uma área total de 1020 m<sup>2</sup>, com uma rede de quadrados de 2 m x 2 m orientados pelos pontos cardeais. Posteriormente, procedeu-se ao levantamento de todas as cotas, distanciadas entre si de um metro, tendo sido feita a respectiva planta de curvas de nível.

Após a limpeza superficial de toda a área quadriculada, foi feito o registo de todos os elementos pétreos que afloravam, tendo-se verificado que estes se concentravam junto à câmara do monumento e área de violação (muito possivelmente em resultado desta).

Dada a forma aproximadamente elíptica da mamoa, o facto de os esteios da câmara que afloravam se situarem no seu extremo Norte, e de a área afectada pela violação se situar na parte central e no sentido Norte/Sul, suposemos tratar-se de um monumento de corredor (o que, aliás, se veio a confirmar, embora com uma localização diferente) pelo que foram abertas duas sanjas próximo do extremo Sul da mamoa, com o fim de se confirmar, ou não, a sua existência o que, em caso afirmativo, nos daria a possibilidade de observar e registar um corte estratigráfico no sentido do seu comprimento. Contudo, tal não se veio a verificar, tendo-se apenas conseguido detectar a parte terminal do contraforte da câmara, que foi posteriormente decapado em parte, o que permitiu constatar tratar-se de um contraforte de grandes dimensões e de acentuada inclinação.

Com a continuação dos trabalhos foi posto a descoberto o fragmento de um dos esteios da câmara, assim como os “calços” que o sustentavam pelo exterior, pelo que podemos afirmar que este se encontra *in situ*.

No decorrer da escavação do interior da câmara dolménica, foi detectada uma laje de grandes dimensões, que concluímos ser a de cabeceira, e que por ocupar praticamente todo o interior da câmara, obrigou à interrupção dos trabalhos. Estes só poderão ser concluídos após a recolocação da laje no seu local original, o que implica a escavação de uma zona exterior à câmara (a fim de se detectar a sua base e fossa de assentamento), bem como a utilização de meios técnicos importantes.

---

<sup>2</sup> Queremos também expressar toda a nossa gratidão a quantos, de uma forma directa ou indirecta, participaram nos trabalhos já efectuados.

Relativamente ao corredor de acesso, optámos por escavar primeiro a sua metade Sul (tanto no seu interior como no exterior, tendo por isso sido posto a descoberto o seu contraforte), de modo a permitir uma leitura estratigráfica do seu enchimento ao longo de toda a sua extensão, uma vez que já se havia feito uma outra leitura estratigráfica no sentido da sua largura, junto à entrada da câmara, embora sem resultados significativos, uma vez que toda a área havia alvo de profundos remeximentos.

As leituras estratigráficas, feitas até ao momento, revelaram a existência de apenas três camadas importantes, sendo elas, sucessivamente, de cima abaixo: humosa, terras do *tumulus* e solo antigo. De salientar o facto de ter sido também observado um “piso” de saibro calcado entre o solo antigo e as terras do *tumulus*, o que mostra ter havido uma preparação prévia do solo onde o monumento ia ser edificado.

Gostariamos ainda de referir que, dadas as características do monumento em estudo, se impõe que seja feita uma escavação em área, pelo que não se prevê que a conclusão dos trabalhos seja a curto prazo.

### 3. ESPÓLIO

Se tomarmos como ponto de referência os monumentos já estudados na área do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, podemos afirmar que o espólio exumado até ao momento (com excepção do cerâmico) é rico, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

No que diz respeito ao espólio cerâmico os fragmentos pré-históricos recolhidos até ao momento não são em quantidade suficiente de modo a determinar formas, e não apresentam qualquer tipo de decoração.

Relativamente ao espólio lítico, a situação é bem diferente, uma vez que foram recolhidas onze pontas de seta em sílex e uma em quartzo hialino; sete micrólitos geométricos, dois dos quais em quartzo hialino e os restantes em sílex; uma lâmina sem retoque e três retocadas, além de vários fragmentos de outras, todas em sílex; algumas lamelas e lascas residuais, também em sílex; três machados polidos em anfibolito. Objectos de adorno<sup>3</sup>: cerca de três centenas de pequenas contas discóides em xisto; dois fragmentos de uma conta em variscite, o fragmento de uma segunda e uma outra inteira; uma conta em malaquite (?) e uma de cor preta (em análise). Objectos por determinar: um fragmento semi-cilíndrico (uma

---

<sup>3</sup> Agradecemos toda a colaboração prestada na análise dos materiais à Prof.<sup>a</sup> Maria Ondina Figueiredo, investigadora-coordenadora do Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Cristalografia e Mineralogia, assim como ao Dr. António A. Huet de Bacelar Gonçalves, do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

das suas faces foi aplanada) em actinolite (anfíbolizada); um fragmento de âmbar (conta?) e um fragmento de obsidiana.

O espólio metálico recolhido cinge-se apenas a um fragmento de um possível bracelete, em cobre.

Quanto às áreas do monumento onde todo este espólio foi recolhido, podemos referir que a cerâmica se encontrava no contraforte, câmara e corredor, sempre em camadas extremamente revolvidas como resultado das sucessivas violações que o monumento sofreu. Já no que toca ao espólio lítico e metálico, mais uma vez a situação se nos afigurou diferente, uma vez que foi recolhido nas áreas da câmara e corredor (à excepção de uma ponta de seta recolhida à superfície aquando da decapagem inicial do monumento) com especial incidência neste último, havendo inclusivamente alguns objectos que se encontravam *in situ* e que serão devidamente localizados na planta do monumento após a conclusão dos trabalhos.

#### 4. MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS

Todos os vestígios de pintura detectados até ao momento encontram-se numa fase inicial do seu estudo, sendo, por isso, prematuro fazer qualquer tentativa de interpretação. Contudo, gostaríamos de salientar um motivo representado num dos esteios do corredor. Trata-se de uma pequena área (cerca de 3 cm de largura e 30 cm de comprimento) intencionalmente polida e contornada por uma linha a ocre vermelho, cujo significado e paralelos desconhecemos. De referir ainda que no contraforte do corredor foi encontrado um pequeno fragmento de ocre, cuja cor corresponde à do motivo referido

#### 5. TRABALHOS DE CONSOLIDAÇÃO

Dado que defendemos que os trabalhos de restauro e consolidação dos monumentos devem ser parte integrante do projecto de escavação e que, sobretudo nos monumentos cujo estudo se prolonga por várias campanhas de escavação, estes podem decorrer em simultâneo, procedemos à consolidação da área estudada inicialmente (sanjas A/H 11 e 12) a fim de restituir ao monumento o aspecto que tinha antes das intervenções arqueológicas<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Sob orientação da Dra. Carla Stockler Nunes, a quem agradecemos também toda a colaboração prestada ao longo de várias campanhas de escavação.



Assim, foi feita uma limpeza da área a reconstituir, após o que se procedeu à edificação de um muro em pedra vã<sup>5</sup> para contenção das terras utilizadas na reconstituição da mamoa, uma vez que na área contígua os trabalhos de escavação irão prosseguir. Gostaríamos ainda de salientar que este muro, em caso de necessidade, poderá ser retirado, e que no caso de se optar pela sua permanência, se distinguirá das restantes estruturas edificadas pelos construtores do monumento, devido à diferente técnica utilizada na sua construção.

Os trabalhos de reconstituição do *tumulus* iniciaram-se pela deposição na rocha-mãe de uma camada de cascalho com cerca de 30 cm e em declive, de forma a acompanhar a inclinação da mamoa existente. Seguidamente, foi toda a área preenchida com terras do *tumulus*, que haviam sido crivadas aquando da escavação, para evitar a inserção de materiais arqueológicos e de raízes.

Finalmente, foi colocada uma camada de pedra à mesma cota de couraça e com a mesma inclinação, para uma melhor drenagem das águas pluviais e para evitar a erosão natural, após o que se fez uma nova deposição de terras, de modo a cobrir essa mesma camada de pedras.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o estudo deste monumento não esteja ainda concluído, podemos afirmar tratar-se de um monumento de grande importância para o megalitismo da região, não só pelo espólio recolhido até ao momento, mas também pelas estruturas apresentadas.

Assim, estamos perante um grande dólmen, de corredor médio, que se diferencia da câmara em alçado mas não em planta, e aberto a nascente.

Relativamente à câmara, que actualmente apresenta cinco esteios, pensamos que originalmente seria composta por sete, uma vez que existe um hiato entre o primeiro esteio do corredor e aquele que agora se apresenta como sendo o primeiro a fazer parte da câmara funerária, no seu lado Sul. Por outro lado, junto à laje de cabeceira e também do lado Sul, existe um pilar, não se manifestando o seu congénere no lado Norte. Estamos crenes que esse pilar em falta corresponde a um que se encontra sobre a mamoa, no seu extremo Sudeste. Este problema poderá ser resolvido aquando da escavação da área exterior à câmara, já referida, e que terá como fim detectar a base da laje de cabeceira e respectiva fossa de assentamento. Nesse momento dos nossos trabalhos, poderá ser também detecta-

---

<sup>5</sup> Foram utilizadas pedras do monumento, sendo a consolidação feita com terra e cascalho, não tendo por isso sido utilizado cimento.

da, ou não, a fossa de assentamento do pilar do lado Norte.

Relativamente ao corredor, e dado que apenas uma pequena parte foi escavada, podemos apenas referir que se compõe por três esteios conservados, cuja principal característica é a sua espessura de cerca de 30 cm.

Neste momento, e atendendo ao espólio encontrado, apenas nos é lícito referir que possivelmente estamos perante um monumento do Neolítico Final.

Est. I



Foto 1 — Pormenor do contraforte da câmara.

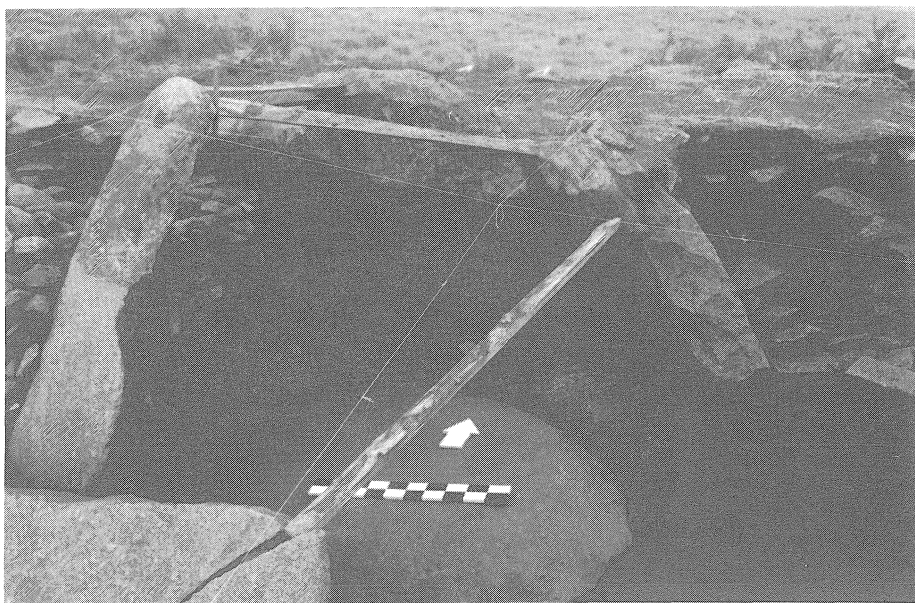


Foto 2 — Câmara, podendo-se observar a laje de cabeceira caída no seu interior.

Est. II



Foto 3 — Câmara e parte do corredor de acesso (em escavação).

# ESCAVAÇÃO DA MAMOA 1 DO ALTO DA PORTELA DO PAU (CASTRO LABOREIRO, MELGAÇO) – 1992

por

Vítor Oliveira Jorge\*, Eduardo Jorge Lopes da Silva\*\*,  
António Martinho Baptista\*\*\* e Susana Oliveira Jorge\*

**Resumo:** Resultados da escavação da Mamoa 1 do núcleo do Alto da Portela do Pau (trabalhos de 1992). Este núcleo está na área de fronteira com a Galiza, em cujo território se encontra em parte, e nele foram já escavadas pelos autores, em 1993 e 1994, também as mamoas 2, 3 e 6. Um dos monumentos que se implantam em território galego é a famosa Mota Grande, alvo de violações recentes, que puseram a descoberto esteios decorados com importantes gravuras, estudadas por um dos autores (A.M.B.). Tem-se procurado implementar um projecto luso-galaico de estudo, salvaguarda e valorização deste importante núcleo megalítico.

**Palavras-chave:** Megalitismo. Castro Laboreiro. Alto da Portela do Pau.

## INTRODUÇÃO

A escavação da Mamoa 1 do Alto da Portela do Pau, o início da escavação da Mamoa 2 do mesmo núcleo, e as prospecções sistemáticas que se efectuaram concomitantemente na área, durante o verão de 1992, deram início a um projecto arqueológico, da autoria dos signatários, intitulado “Estudo do conjunto megalítico do planalto de Castro Laboreiro”, apresentado nesse ano ao IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) e por tal organismo aprovado (Junho de 1992). Tal projecto teve continuidade em 1993 com o prosseguimento do estudo da Mamoa 2 e com o início da escavação da Mamoa 3 (periférica daquela) e, em 1994, com trabalhos efectuados nestes dois últimos monumentos e na Mamoa 6. Paralelamente, as prospecções têm continuado por forma a aperfeiçoar um (sempre provisório) levantamento do conjunto monumental em causa, inserto na paisagem envolvente.

---

\* Faculdade de Letras da U. P. Instituto de Arqueologia.

\*\* Universidade Portucalense (Porto). Instituto de Arqueologia.

\*\*\* Parque Nacional da Peneda-Gerês (Braga).

A ideia de investigar e valorizar patrimonialmente esta grande necrópole megalítica da Serra de Laboreiro — que mais não é do que uma parte, fronteira, da Serra da Peneda — data já de há muitos anos. Esse objectivo é compreensível, pois se trata de um dos maiores conjuntos de mamoaos pré-históricas existentes no nosso país — cerca de uma centena, estendendo-se pelo vizinho território da Galiza —, inserido no nosso único Parque Nacional, havendo inclusivamente interesse de entidades locais na valorização deste património.

Em 1978, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho realizou ali um primeiro levantamento (sumariamente divulgado em 1980), que o (depois extinto) Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, conjuntamente com o Parque Nacional da Peneda-Gerês, sempre tiveram a intenção de aprofundar e desenvolver. A oportunidade de finalmente encetar um trabalho sistemático, com condições logísticas, técnicas e humanas para que possa ser um estudo em continuidade, ocorreu em 1992, fruto da concorrência de diversos factores, esperando ainda hoje os signatários que venha a desembocar num projecto internacional, de maior amplitude do que aquela que já adquiriu. Tal projecto luso-espanhol, a concretizar-se um dia, corresponderia ao espírito de colaboração aberta proposto por este 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, particularmente no que toca a problemas comuns aos dois países, como é o caso do megalitismo, e a áreas de fronteira.

**Localização da estação (C.M.P. nº 5 - Seara; C.C.P. nº 2A - Portos)**

Lugar - Alto da Portela do Pau.

Freguesia - Castro Laboreiro.

Concelho - Melgaço.

Distrito - Viana do Castelo.

Coordenadas geodésicas: 42° 4' 17" Lat. N.; 1° 1' 49" Long. E. Lx.

## **CONDIÇÕES EM QUE DECORRERAM OS TRABALHOS**

Os trabalhos duraram cerca de um mês (13 de Julho a 7 de Agosto de 1992), e foram subsidiados e apoiados logisticamente pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês (através de um protocolo realizado com a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a que pertencem todos os signatários) e pela Câmara Municipal de Melgaço, tendo ainda contado com algum contributo financeiro do Instituto Português do Património Cultural e do Instituto de Ensino Superior Erasmus (Porto).

Participaram, sob a direcção dos signatários, numerosos estudantes da Facul-

dade de Letras do Porto, da Universidade Portucalense e do Instituto de Ensino Superior Erasmus (Porto), num total de umas 70 pessoas (na maioria revezando-se semanalmente). Deram também a sua colaboração aos trabalhos vários licenciados em História e Arqueologia e alguns arqueólogos portugueses e estrangeiros. Entre estes últimos são de destacar os Dr.<sup>os</sup> Christopher Scarre, da Univ. de Cambridge, e Marc Devignes, do Centro Pierre Paris (Bordéus).

## OBJECTIVOS DA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Escavação e consolidação da Mamoa 1 do Alto da Portela do Pau e, ao mesmo tempo, início da escavação da Mamoa 2 (após levantamento topográfico de uma ampla área onde se insere esta última e a sua satélite, a Mamoa 3). As tarefas realizadas, pelo número de estudantes que atingiram, podem considerar-se como tendo funcionado como uma verdadeira escola prática de Arqueologia.

Como dissemos, a pesquisa efectuada constituiu uma primeira etapa do conhecimento exaustivo (através de prospecção e de escavação), e da valorização cultural e turística, de um dos maiores conjuntos megalíticos do território português, cujo estado de conservação, em articulação com a paisagem envolvente (que nunca foi profunda e extensamente agricultada), é de molde a proporcionar dados únicos sobre a relação entre os túmulos e o espaço, elemento-chave para a compreensão do fenómeno “megalítico”.

## DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS TRABALHOS REALIZADOS NA MAMOA 1 E BALANÇO DOS MESMOS

Sucessão esquemática de operações:

- 1) Registo fotográfico do monumento antes das escavações;
- 2) Quadriculagem do terreno (malha de 2x2 m.) e definição das quatro sanjas principais a abrir;
- 3) Obtenção das cotas do mesmo quadriculado (mas numa malha de 1x1 m.), em função de um nível O convencional (topo da laje de cabeceira), para elaboração da planta do local com curvas de nível;
- 4) Decapagem progressiva das quatro sanjas, e do interior da câmara, com registo tridimensional de estruturas e achados (carvões nas sanjas, alguns materiais arqueológicos na câmara);
- 5) Desenho dos cortes proporcionados pelas sanjas e também da estratigrafia da câmara; desenho da estrutura dolménica em planta e alçados;
- 6) Registo fotográfico e em video das várias fases descritas;

7) Consolidação do monumento e reenchimento da maior parte das sanjas abertas.

No caso vertente, a metodologia exposta acima permitiu-nos chegar às seguintes conclusões:

1 – Estamos perante uma mamoa construída com terra, revestida de uma couraça ou carapaça lítica pouco consistente e, certamente também, em parte, destruída pela erosão. Forma sub-circular. Diâmetro: c 14,5-15 m. Altura máxima actual: c. 1,28 m.; provável altura máxima original: c. de 1,80 m. Coroa circular periférica muito bem conservada na sanja leste, e razoavelmente preservada nas sanjas norte e oeste; na sanja sul, onde a mamoa era menos espessa e todas os elementos observados mais difíceis de apartar entre si, a coroa periférica estava reduzida a algumas pedras, uma das quais de grande porte. Na base da mamoa, e em todas as sanjas, encontraram-se bastantes pedras, na maior parte dispostas na horizontal, de tamanho pequeno ou médio. Em certos casos, tratava-se de elementos provenientes do substrato granítico fragmentado, como se observou na extremidade periférica da sanja norte, por ex.; noutros casos, era um lajeado nitidamente intencional, como se verificou na sanja leste (embora, mesmo aqui, na periferia — E1 e parte do E2 —, passasse a disposições de pedras também resultantes de diaclases do substrato); noutros casos ainda, era uma “mistura”, nem sempre fácil de destringir, das duas situações, como ocorria na sanja sul (onde todavia nos parece poder falar-se de lajeado basal, com excepção das pedras existentes praticamente à superfície do A7) e, particularmente, na sanja oeste, onde muitas das pedras aí existentes pareciam de origem natural (o mesmo deveria acontecer na sanja norte, embora a base desta não tenha sido decapada exaustivamente, mas apenas junto ao corte desenhado).

Este dispositivo de “lajeado basal”, para nós inédito, será certamente mais bem compreendido quando tivermos escavado um maior número de mamoas no planalto e conhecermos melhor as condições geológicas do mesmo. Neste sentido, como veremos em próximo trabalho, a Mamoa 2 do mesmo núcleo é muito interessante.

Estratigrafia da Mamoa 1:

- c. 1 – Terras húmosas superficiais, castanho escuras, pulverulentas, com bastantes raízes, contendo em geral a couraça de revestimento.
- c. 2 – Terras do *tumulus*, castanhas, com manchas ora mais claras ora mais escuras, compactas.
- c. 3 – Terras amareladas da base.
- c. 4 – Alterite granítica.

2 – A câmara dolménica é alongada, sem corredor propriamente dito, muito embora tipologicamente híbrida, ou seja, mais “megalítica” na sua parte WNW



(onde era constituída por 7 esteios de dimensões habituais, em altura e espessura, numa câmara de porte médio — marcados com *E* nas plantas) do que na sua “metade” ESE, onde se compunha de lajes mais baixas e relativamente pouco espessas, duas do lado sudeste (assinaladas com *e* nas plantas) e duas do lado ENE (assinaladas com *e* e com *lf* nas plantas; trata-se de uma convenção, pois podíamos, em alternativa, tê-las assinalado de igual maneira). Finalmente, e encostada a estas duas últimas, existia toda uma “estrutura de fecho” *in situ* (é importante sublinhar este aspecto) composta por lajes dispostas obliquamente, de diferentes tamanhos, culminando finalmente, no exterior, por uma enorme laje inclinada (assinalada com *lf* nas plantas), com quase 1,80 m. de largura, que “contrafortava”, por assim dizer, toda esta parte ENE do dólmen.

Esta câmara, com uma planta “barquiforme”, alongada (com c. de 3,20 m. de comprimento por c. de 2 m. de largura máxima — medidas internas tomando como referência uma planta obtida à cota média de - 1,52 m.) podia também ser classificada entre as estruturas de câmara e corredor indiferenciado em planta (que não em alçado — dada a diferença de alturas entre as duas “partes” da estrutura, diferença essa de c. de 0,5 m. a quase 1 m.), considerando como “corredor” o espaço definido pelas lajes mais pequenas da “metade” ESE (marcadas nos desenhos das plantas com *e* ou com *lf*, à excepção da laje maior, que é obviamente um elemento com uma inclinação totalmente diferente dos restantes). Futuros trabalhos no planalto, e um melhor conhecimento de outros monumentos, esclarecer-nos-ão decerto sobre a melhor nomenclatura a adoptar, ou, por outras palavras, sobre qual o “arquétipo” tipológico de que esta singular estrutura se “tentou” aproximar, se é que tal aconteceu.

É de acentuar, ainda, o carácter irregular, dissimétrico, deste megálito (os ortostatos situados de um e outro lado do eixo WNW-ESE têm formas, dimensões e até inclinações que se não correspondem), e em particular o facto do maior grau de inclinação dos seus elementos pétreos só em termos de predominância se poder correlacionar com a menor espessura e altura. De facto, e exceptuando o esteio que se encontrava deslocado, inclinado para sul (e que voltámos a colocar numa posição julgada próxima da original, mas sempre, necessariamente, em termos meramente aproximativos), os restantes não apresentam forte inclinação para o interior da câmara, com uma excepção, bem visível nas plantas, a de um esteio localizado a NNE. Igualmente no que toca às lajes mais pequenas, normalmente bastante inclinadas (culminando na enorme “laje de fecho” já várias vezes mencionada), encontramos uma excepção, a situada a SSE (junto ao esteio deslocado), em posição sub-vertical.

Para que não fiquem quaisquer dúvidas na mente do leitor, reiteramos o inequívoco carácter de estrutura *in situ* de toda a zona ESE descrita, incluindo a “grande laje de fecho”. Estava parcialmente coberta por pedras de contrafortagem

(registadas na planta) e a ela “encostavam-se” terras da camada 2, ou seja, terras intocadas do *tumulus*. Aliás, para melhor o comprovar, e como a extremidade norte da grande laje “entrasse” no corte W-E do E7, abrimos mais uma pequena área do quadrado F7 adjacente, na extensão de 1,60 X 0,40 m., o que nos dissipou quaisquer dúvidas: estávamos perante uma área jamais perturbada por violadores, a não ser na parte mais interna, para terem acesso à câmara, o que levou até à fractura, superficial, da laje situada a E.

Se em algum momento esta câmara funcionou de forma “aberta”, isto é, eventualmente apenas com a mais pequena das lajes “lf” a servir de eventual “porta” (e foi justamente por causa desta hipótese, que teoricamente não podemos descartar, que convencionalmente não a marcámos com *e*), então foi antes da mamoa ser completada nessa zona, por forma a ser possível o acesso horizontal ao interior do espaço sepulcral.

Lembremo-nos agora de que a estrutura de contenção periférica, ou coroa circular, está muito bem preservada nesta área leste do monumento, e que recobre, no E4, pedras situadas ao nível da base do *tumulus*. Seria importante, em breve intervenção futura, desmontar aquela coroa circular na referida zona, para comprovar se o lajeado intencional lhe passa por baixo. Nesse caso, seria viável a hipótese do lajeado estar relacionado com um momento em que só parte da mamoa estaria erguida, e a câmara acessível lateralmente? E só num segundo momento, cronologicamente pouco distante do anterior, e de que não existiriam indícios ao nível da leitura estratigráfica, teria sido decidido “condenar” a câmara e fechar a mamoa por esse lado?

Aliás, situações como esta são frequentes em arqueologia de campo, e não apenas dolménica. Temos muitas vezes a impressão de estar a considerar como coisas simples verdadeiros palimpsestos invisíveis, encarar como resultado de uma intenção única o que no passado teria funcionado como um processo, ou, se quisermos, de “achatarmos” num só plano temporal o que na verdade se desdobraria em mais do que um, ou até em muitos... A realidade material não “fossilizou” todos esses momentos, ou eles são para nós, para já, inextricáveis. Estaremos aqui perante um caso desses? Temos obrigação de nos interrogar sobre isso. Se as coisas se vierem a revelar mais simples do que em certa altura imaginamos, teremos a sensação de ter tentado — sublinhamos tentado — esgotar as hipóteses possíveis. Assim, neste caso, é bem provável que o dólmen, híbrido e atípico, tenha sido concebido desde logo como o encontrámos, e que o lajeado basal, onde ele era inequívoco, tenha sido elaborado apenas com fins simbólicos, como poderia ser o da “separação” da mamoa, objecto arquitectónico “sagrado”, do solo em que se implantava.

A estratigrafia da câmara era muito simples: de 0 a 24/40 cm, terras castanhas muito húmidas, com raízes, relativamente compactas, com algumas pedras. De

24/40 cm a 90 cm/1 m, terras castanho-escuras (muito escuras na base, quase negras), aumentando em compacticidade com a profundidade, mas geralmente muito compactas, com bastantes pedras, sobretudo a partir de 70-80 cm de profundidade.

O hibridismo de que vimos falando relativamente à estrutura ortostática volta a notar-se ao nível do contraforte. No F8 ele revelou-se bem conservado, de grande altura, e com uma largura razoável (c. de 1,40 m.). Já na sanja sul, muito embora descontando o facto de ter sido afectada por violações, o contraforte era muito mais pequeno e baixo, proporcional às lajes ortostáticas aí maioritárias. Na extremidade *E* da câmara (ou, se quisermos, na entrada do “corredor” indiferenciado), ele teria sido praticamente substituído pela grande “laje de fecho”.

### MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS<sup>1</sup>

– Vários fragmentos de *vasos campaniformes*, uns admitindo colagem, outros não. Pertencem a pelo menos três vasos, dois dos quais com decoração do estilo “pontilhado geométrico” e permitindo a reconstituição de uma parte significativa da forma, incluindo o bordo. O terceiro poderia ter tido uma decoração pontilhada linear simples (tipo “marítimo”), mas só existe um pequeno fragmento. Foram encontrados no interior da câmara, entre 30 e 40 cm de profundidade (em relação à sup. do enchimento), no topo da camada 2, castanho-escura, junto e sob o esteio mais inclinado situado a NNE, no quadrado E7. Podem ter correspondido a uma reutilização da câmara, tendo escapado às depredações ulteriores por se encontrarem relativamente “protegidos” pelo mencionado esteio.

– 4 *micrólitos geométricos*, dois trapézios, um crescente atípico e um possível triângulo, em sílex, provenientes da base da câmara (parte inferior da cam. 2), a. c. de 0,90-1 m. de profundidade (em rel. à sup. do enchimento). Foram encontrados na peneiração das últimas terras retiradas da limpeza do fundo da câmara, provindo, com toda a probabilidade, do E8. Pertencem, presumivelmente, à primeira fase de utilização da câmara.

– 1 *seixo rolado*, de cor negra, de forma perfeitamente elíptica, encontrado na camada 1 (superficial) da pequena parte escavada do F7 (prof.º em rel. à superf. do solo: 20 cm.).

Foram também recolhidas numerosas amostras de carvão para análise antracológica (v. trabalho preliminar de I. Figueiral, neste volume) e, algumas, para datação pelo C14<sup>2</sup>, além de possíveis sementes. Também se amostraram alguns sedimentos.

---

<sup>1</sup> Os materiais arqueológicos recolhidos estão provisoriamente na posse dos signatários, aguardando serem guardados nas instalações do PNPG, em Braga, e ulteriormente na “Casa de Cultura de Castro Laboreiro”.

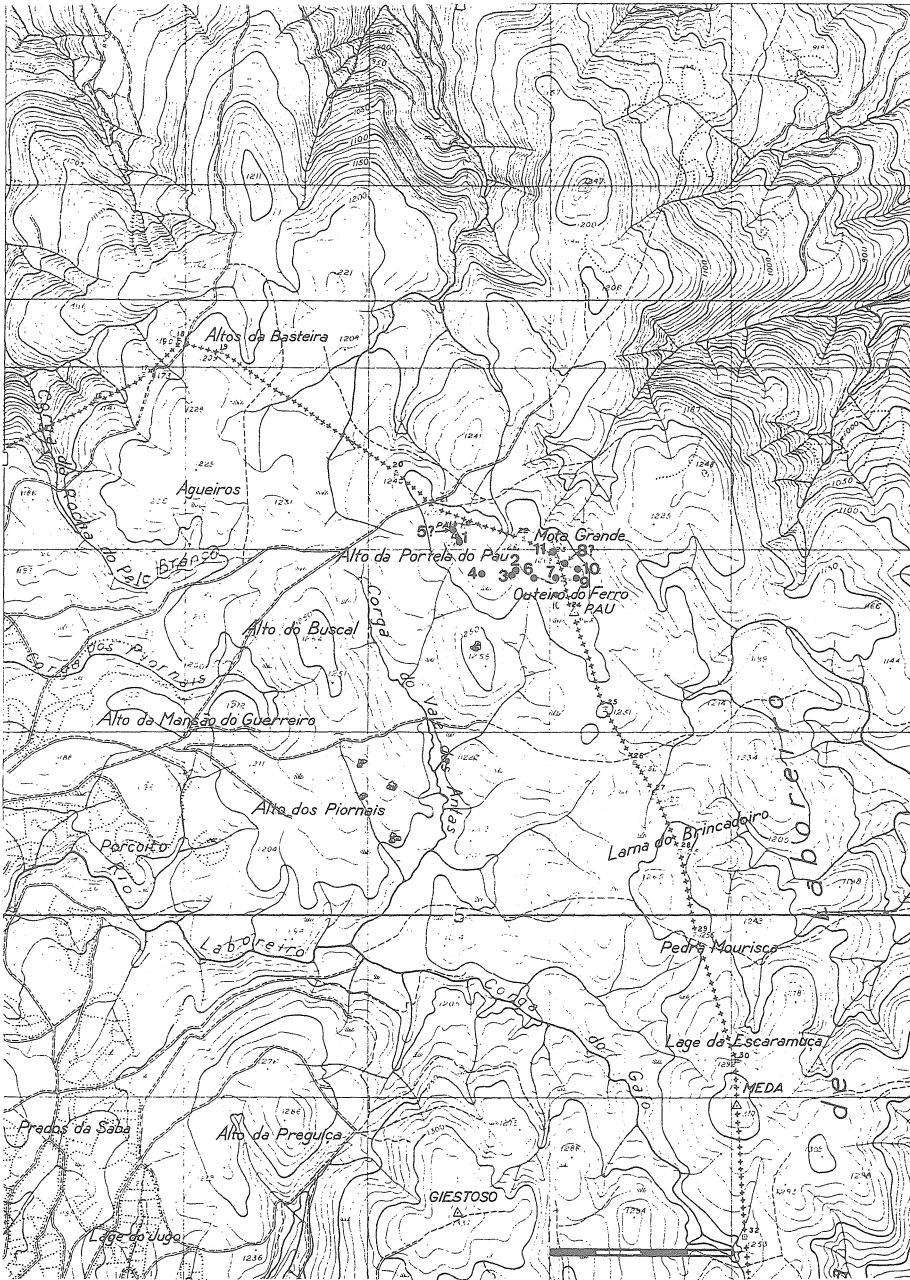
<sup>2</sup> Uma dessas amostras foi datada em Madrid (CSIC – 1003) de  $5440 \pm 35$  anos BP (3490 anos a.C.), em Julho de 1993. Provém do quadrado D7, camada 3 (sob as pedras do lajeado de base),

## CONCLUSÕES GERAIS

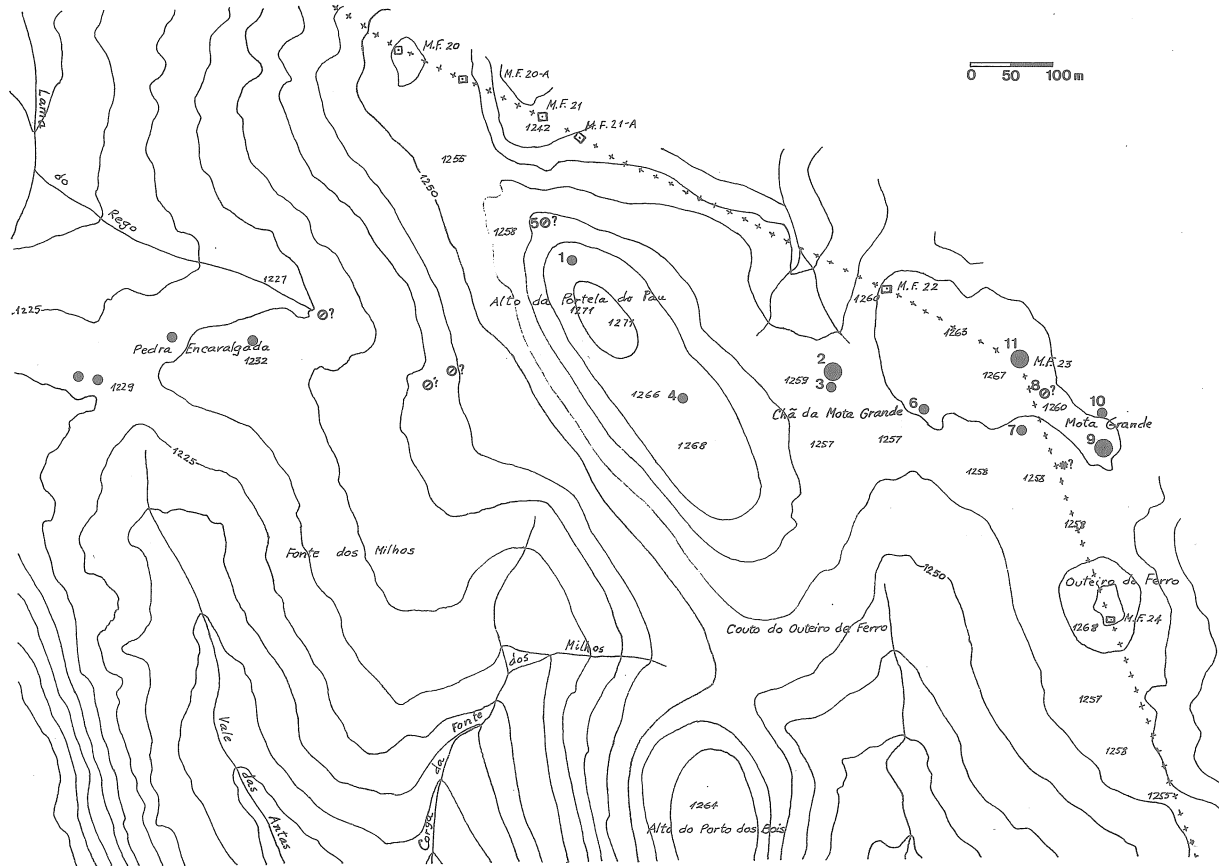
Estamos perante uma das mamoadas periféricas de um núcleo, situada em ponto bem visível, elevado, revestida por uma couraça pouco compacta, mas mostrando, em certos pontos pelo menos, um lajeado basal, e contendo uma câmara alongada, híbrida, ou, se quisermos, de câmara e corredor completamente indiferenciados em planta. Terá conhecido, pelo menos, duas “utilizações” funerárias: uma datável, em princípio, dos finais do IV<sup>o</sup>, inícios do III<sup>o</sup> milénio a. C. (micrólitos geométricos), a outra dos finais do III<sup>o</sup> milénio a. C. (campaniforme).

---

correspondendo, provavelmente, a uma data anterior anterior à da construção do monumento (coordenadas: x-1,90 m; y-0,32 m; z-0,80 m) (x-dist. em rel. ao lado norte da quadrícula; y-idem em rel. ao lado leste; z-profundidade em rel. à sup.<sup>o</sup> do solo). Agradecemos ao Dr. Fernán Alonso, do CSIC, mais esta colaboração.



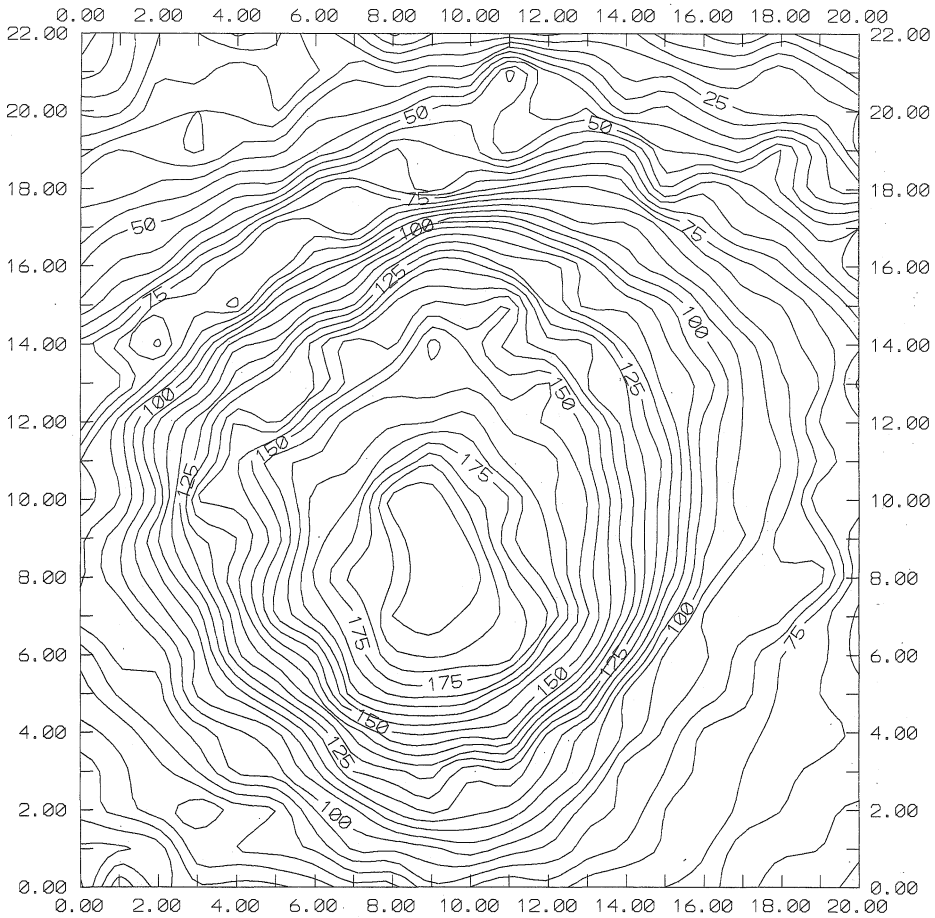
Localização da Mamoa 1 e dos principais monumentos do núcleo do Alto da Portela do Pau no planalto de Castro Laboreiro (extracto da "Carta Militar de Portugal", aqui reduzida — a escala gráfica corresponde a 1 km, dividido em unidades de 250 m.).



A Mamoia 1 no contexto do núcleo do Alto da Portela do Pau. A linha de fronteira com a Galiza está marcada por uma sucessão de pequenas cruces. O monumento nº 9 corresponde à Mota Grande, contendo um dólmen gravado.

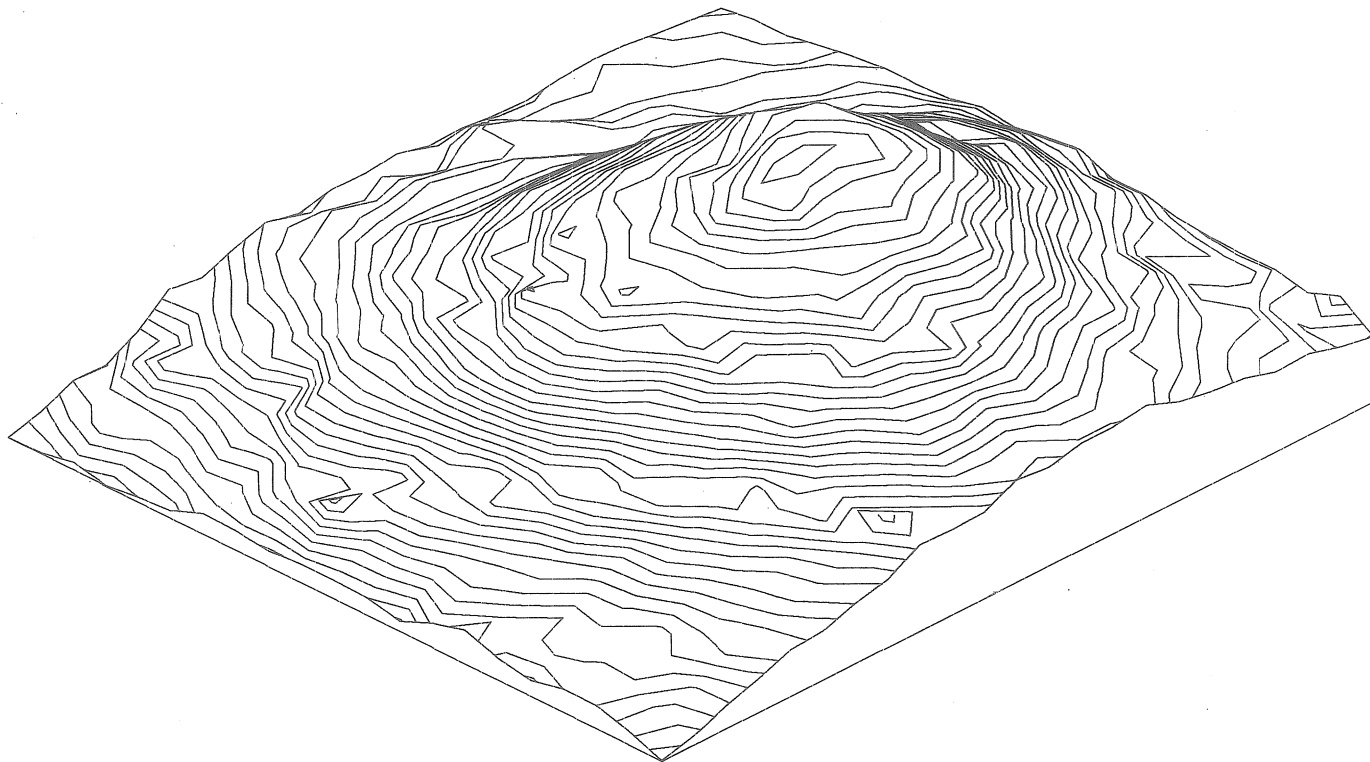
Os monumentos 2, 3 e 6 foram escavados pelos autores ao longo de 1992 a 1994.

\*? menir tombado; ø? possíveis mamoas, ou vestígios delas.



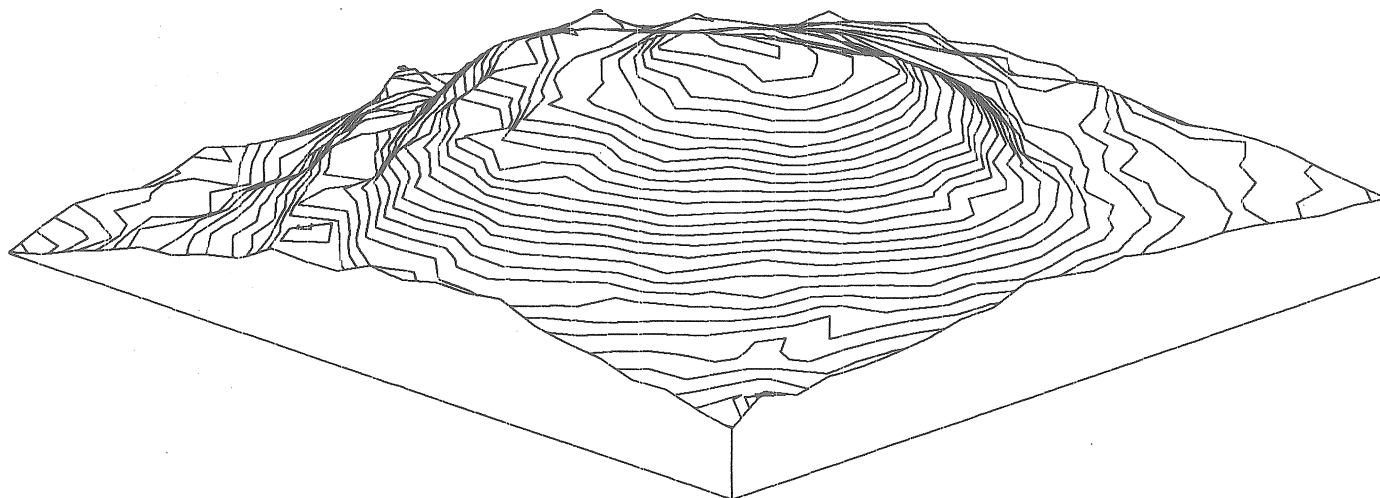
N ←

Planta da mamoa com curvas de nível, antes dos trabalhos, elaborada em computador (programa SURFER). Equidistância das curvas de nível: 5 cm. Todas as cotas são positivas. O norte magnético situa-se para a esquerda do observador. Agradecemos a colaboração do Eng<sup>o</sup> Jorge Carvalho, do Dep<sup>o</sup> de Minas da FEUP.



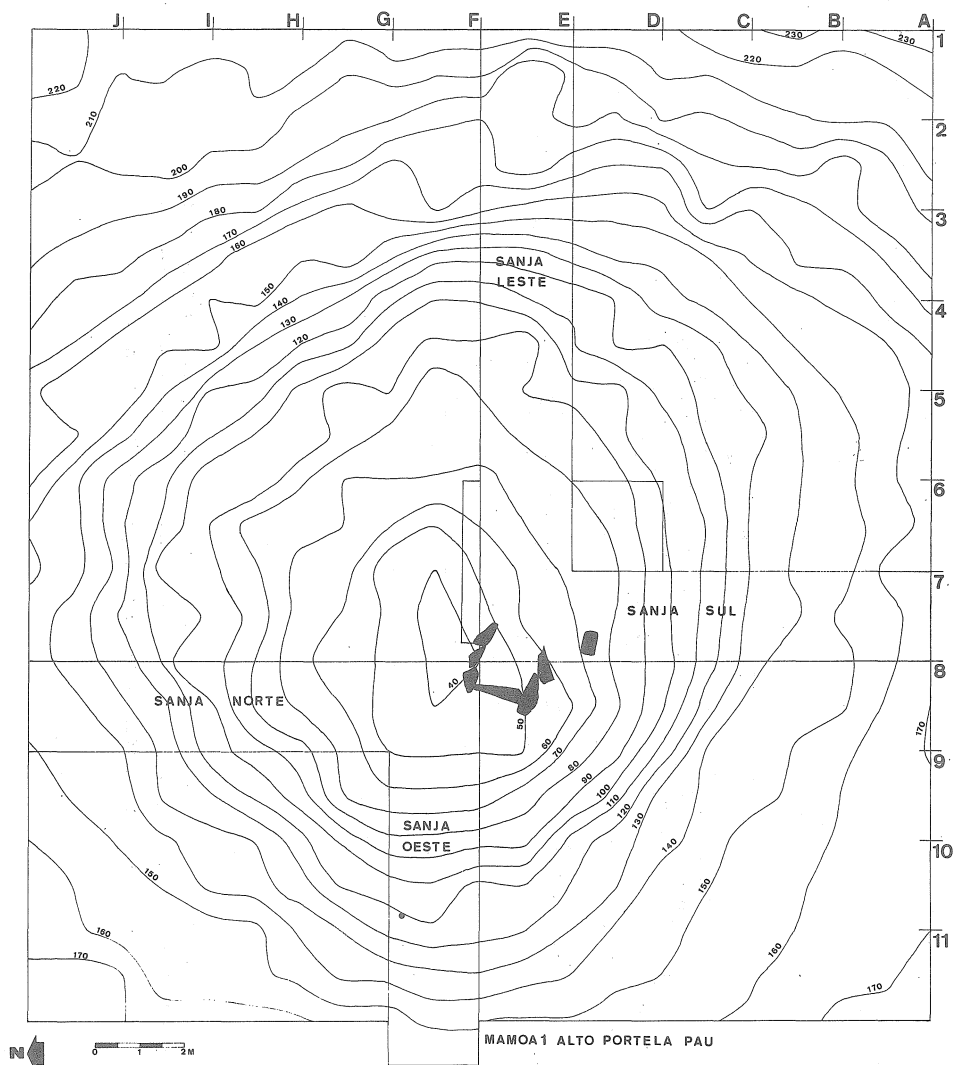
Vista em perspectiva da Mamoa 1, de Nordeste para Sudoeste, gerada pelo programa SURFER. A coordenada que dá o relevo está ampliada 3 vezes em relação às restantes. Agradecemos a colaboração do Eng<sup>o</sup> Jorge Carvalho, da FEUP.



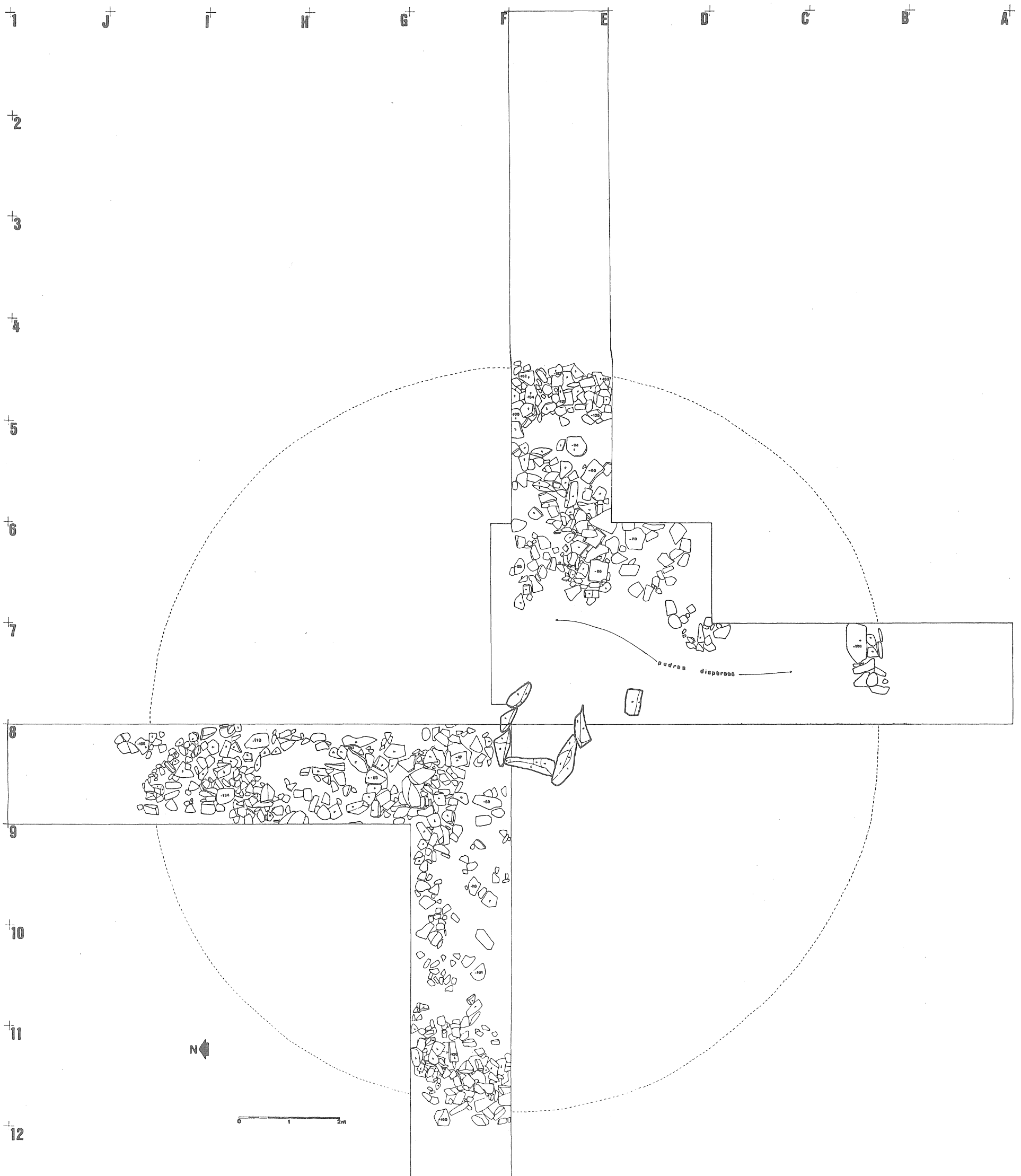


Vista em perspectiva da Mamoa 1, de Noroeste para Sudeste, gerada pelo programa SURFER. A coordenada que dá o relevo está ampliada 3 vezes em relação às restantes.  
Agradecemos a colaboração do Eng<sup>o</sup> Jorge Carvalho, da FEUP.

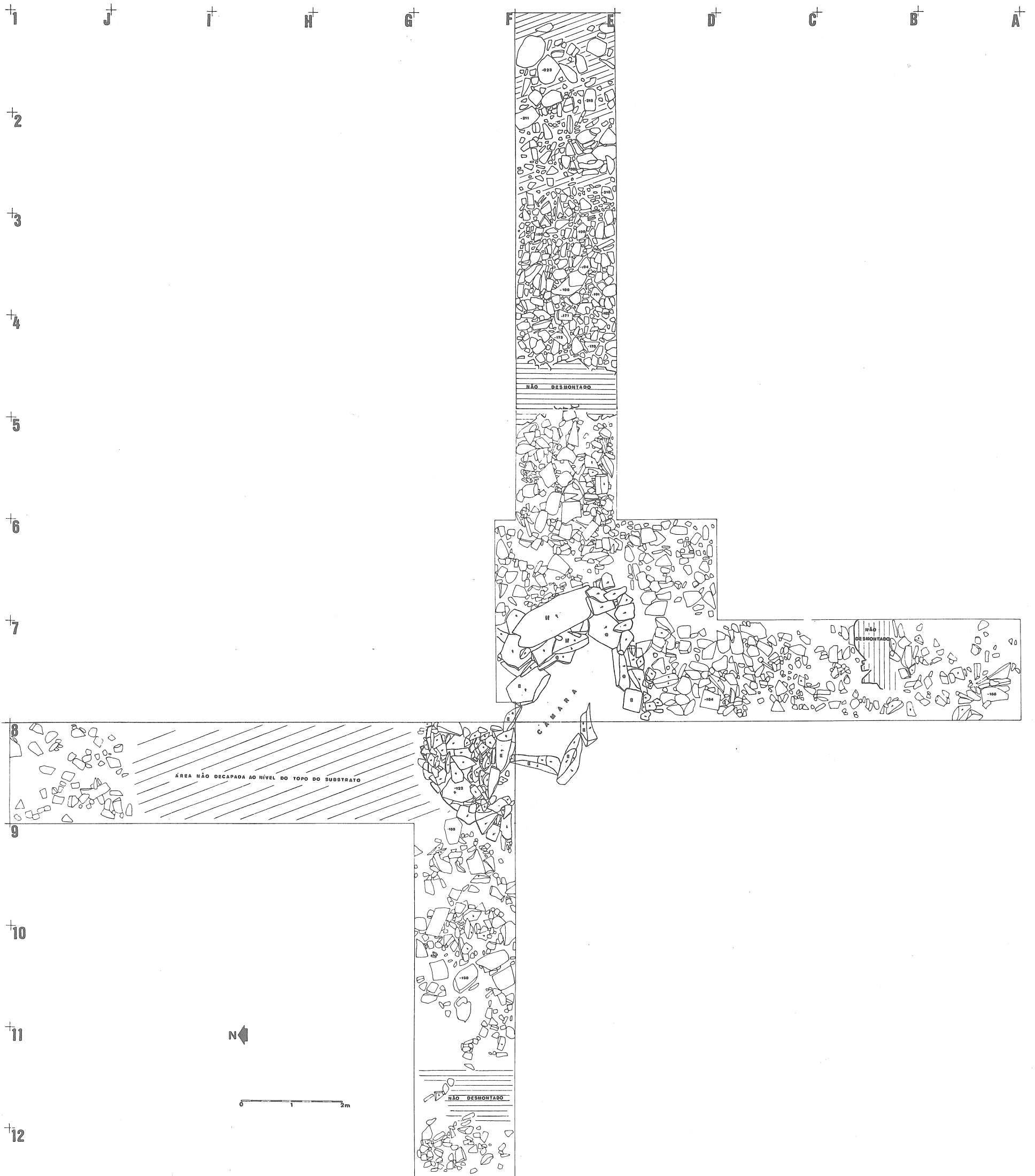
Est. VI



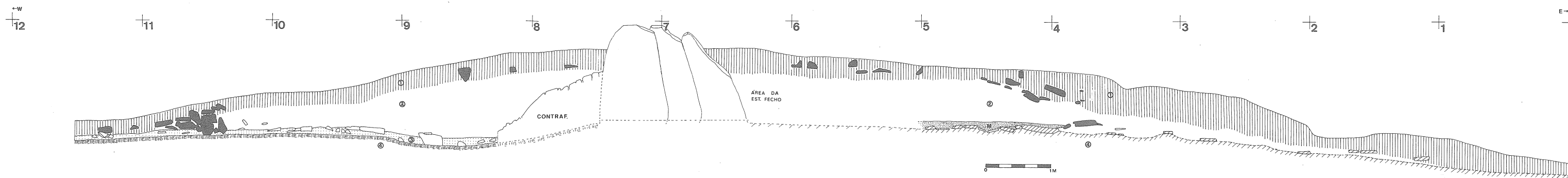
Planta da mamoa antes dos trabalhos, com indicação das áreas abertas. Equidistância das curvas de nível (em cm.): 10 cm. Nível 0 convencional: topo da laje de cabeceira. Pequeno ponto negro na sanja Oeste: fragmento de granito encontrado à superfície, parecendo ter afeição intencional. N = Norte magnético.



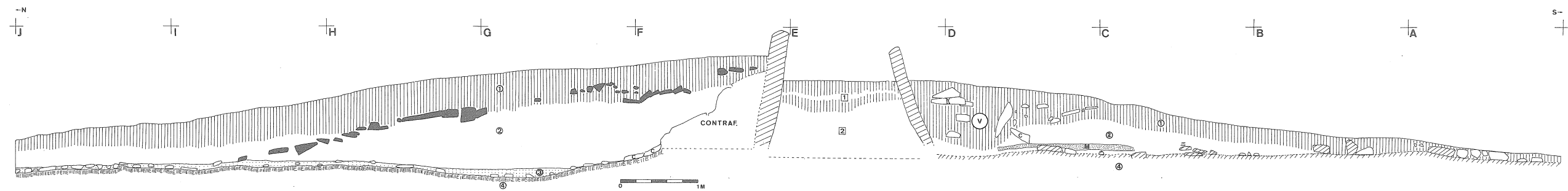
Planta da mamoa ao nível da couraça lítica, e das estruturas de contenção periféricas. O provável perímetro da mamoa vai indicado a tracejado.



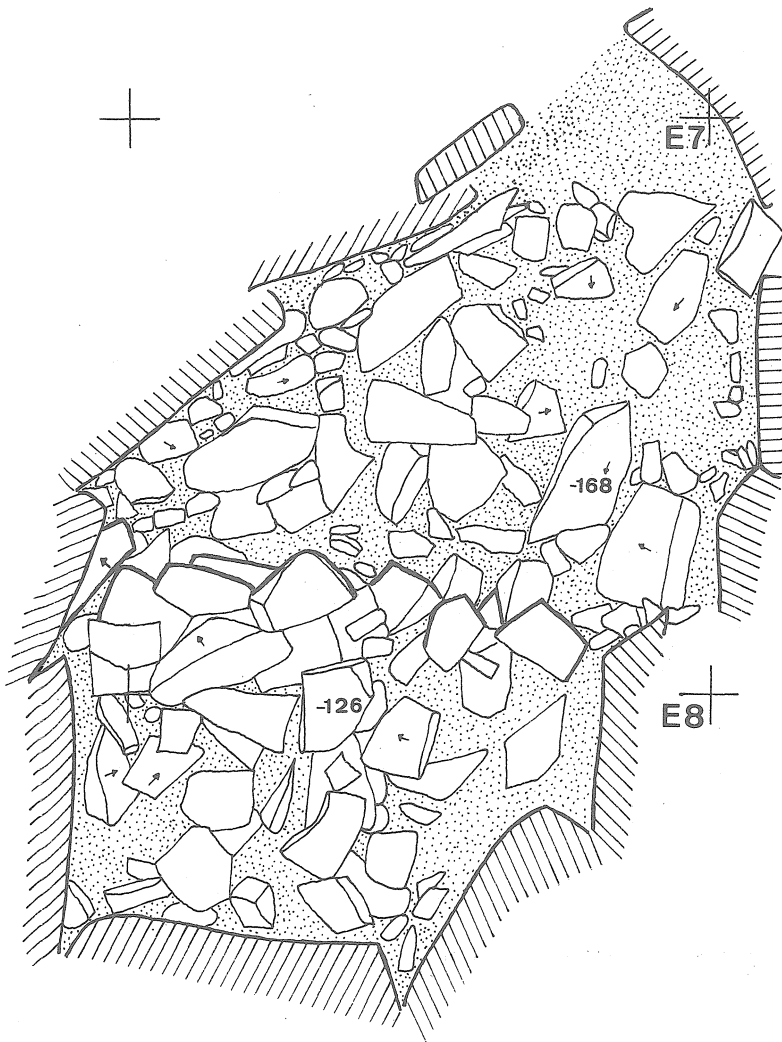
+ Planta da mamoa ao nível da base (lajeado intencional, particularmente bem visível na sanja Este, e pedras do substrato, nem sempre fáceis de distinguir do primeiro).



1. Corte Oeste-Este. A negro: pedras da couraça lítica e das estruturas de contenção periféricas. Pedras a tracejado: colocadas de forma manifestamente intencional (lajeado basal).  
M = mancha de terras mais escuras. Estratigrafia explicada no texto. O perfil dos esteios é apenas esquemático.

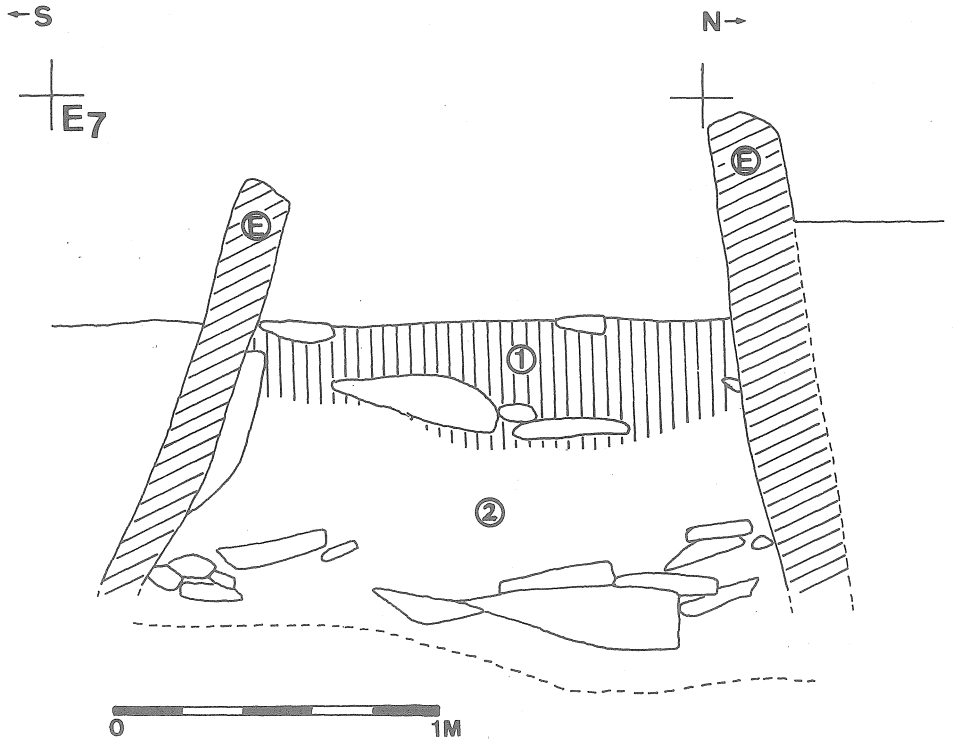


2. Corte Norte-Sul, vendo-se a estratigrafia da câmara reproduzida em detalhe no corte da Est. XI. V = zona alterada por violadores.

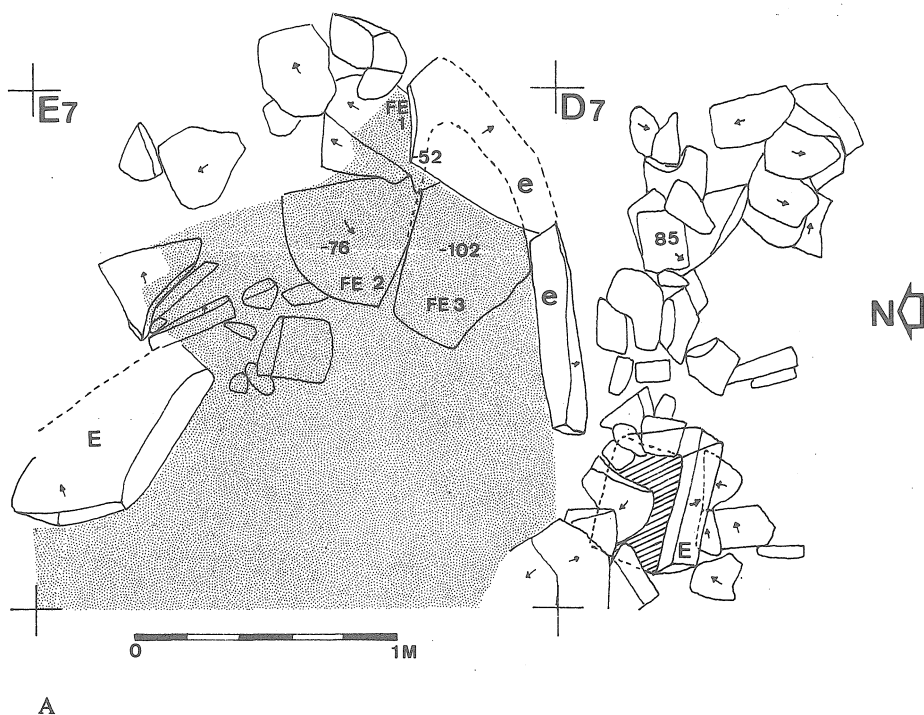


Momento da escavação da câmara, com a sua parte oeste numa etapa menos avançada (os dois planos estão delimitados pelo contorno das pedras), documentando o entulho pétreo que constituía a parte inferior do respectivo enchimento.

Est. XI



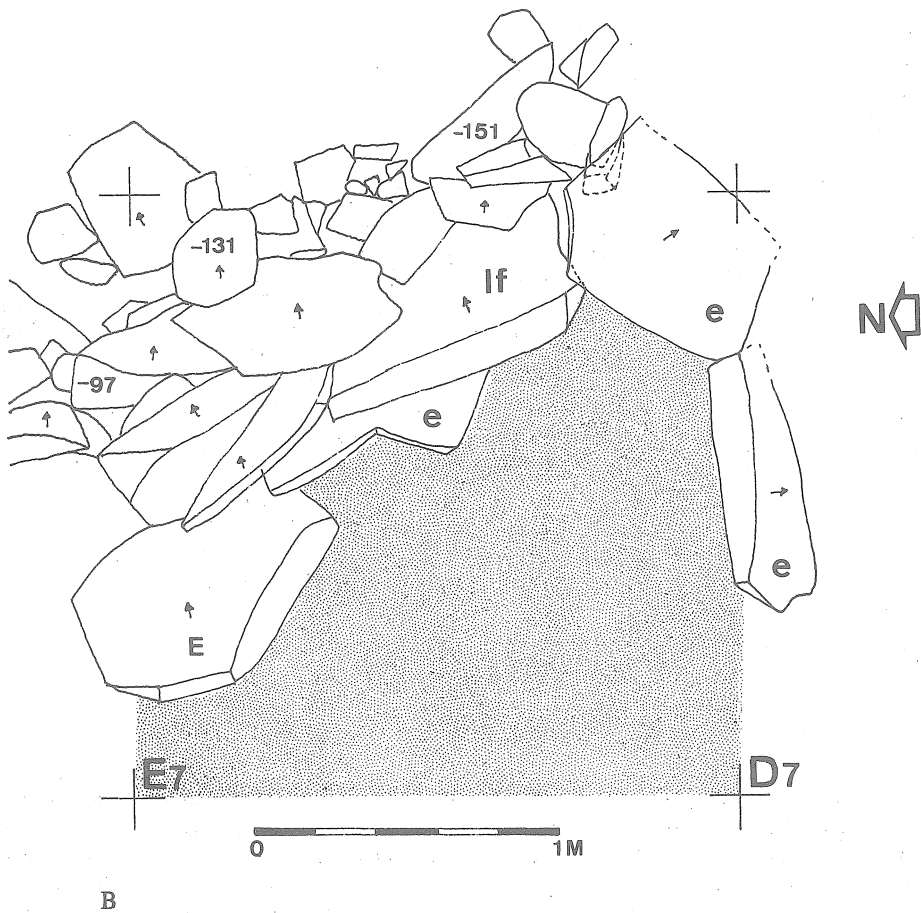
Estratigrafia da câmara, composta basicamente de duas camadas (ver texto).  
Os fragmentos de vasos campaniformes ocorreram no topo da c. 2  
e os micrólitos geométricos na sua base. E = esteios, em perfil.

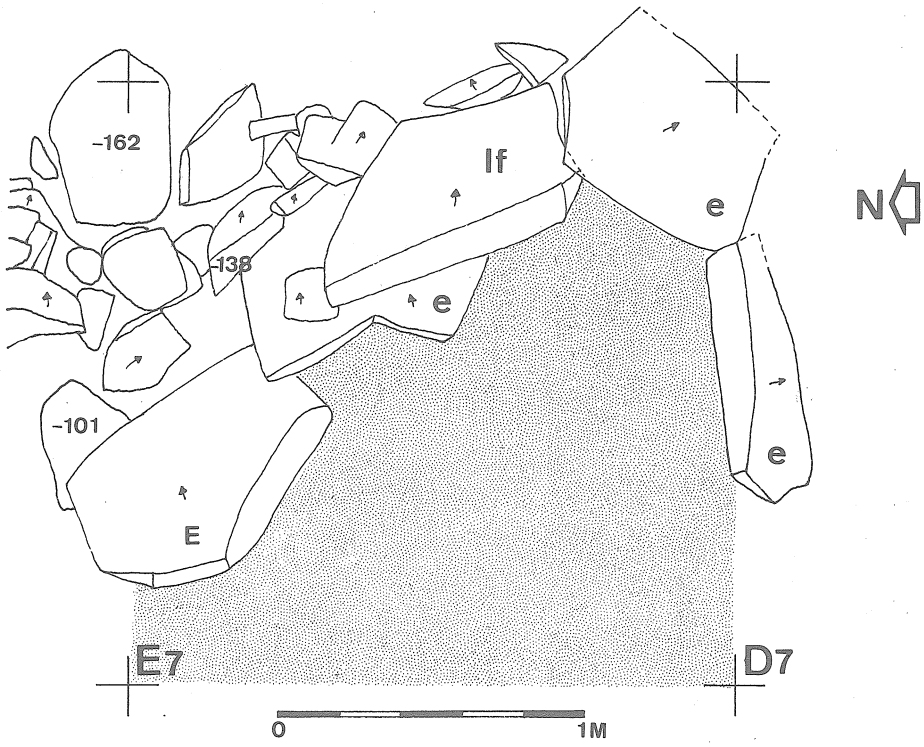


Três momentos (nesta estampa e nas duas seguintes) da escavação da área leste da câmara. Nesta Est. XII-A são visíveis restos do contraforte na sanja Sul. Em XII-B e XII-C (etapas posteriores à da planta da Est. XIII, após ter sido removida a grande laje de fecho situada a leste), duas fases da análise das pedras da «estrutura de fecho» da câmara. E = esteio; e = esteio pequeno (laje menos espessa e mais baixa); FE = fragmento de esteio (V. Est. XIV). lf = laje de fecho. O cinzento foi utilizado para dar maior relevo aos desenhos das estruturas; nesta Est. XII-A, na zona Este da câmara, estendemo-lo até ao limite interior da planta, limite então ainda não visível.



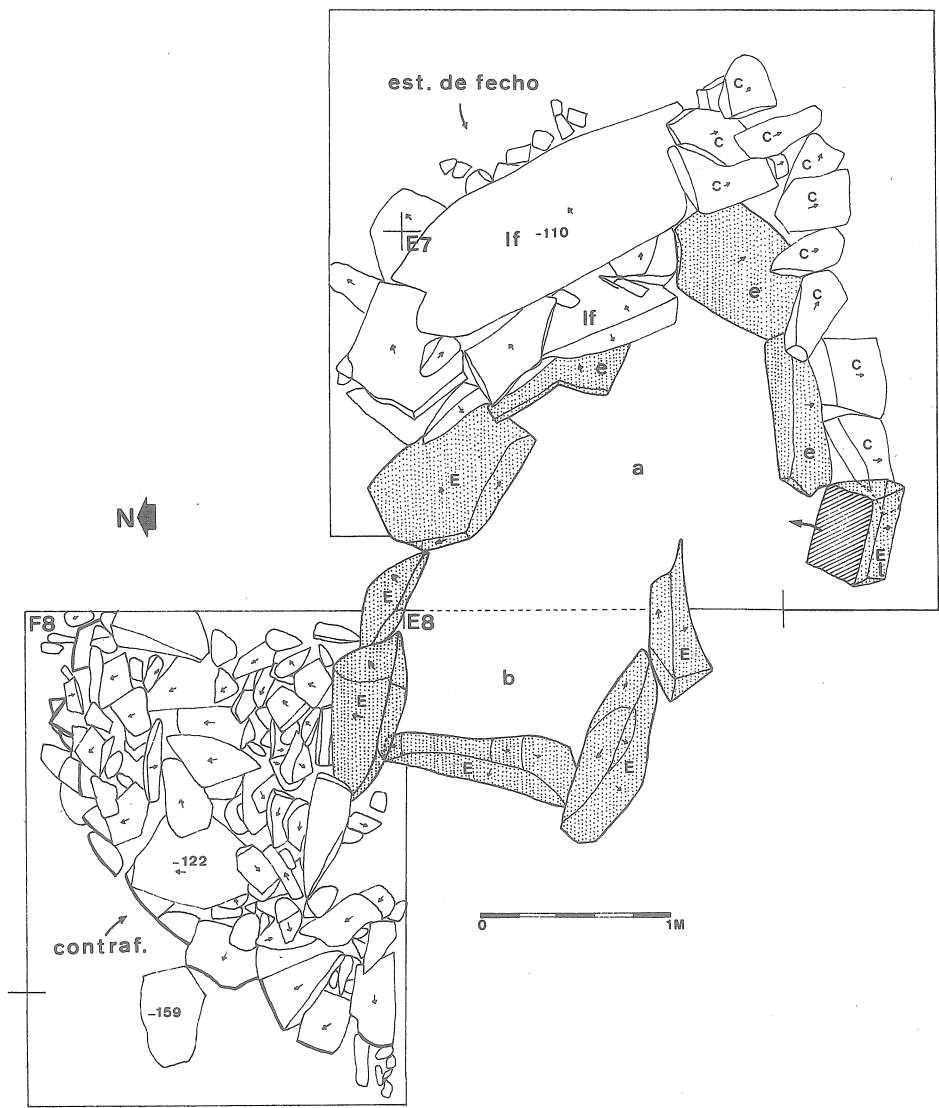
Est. XII-B



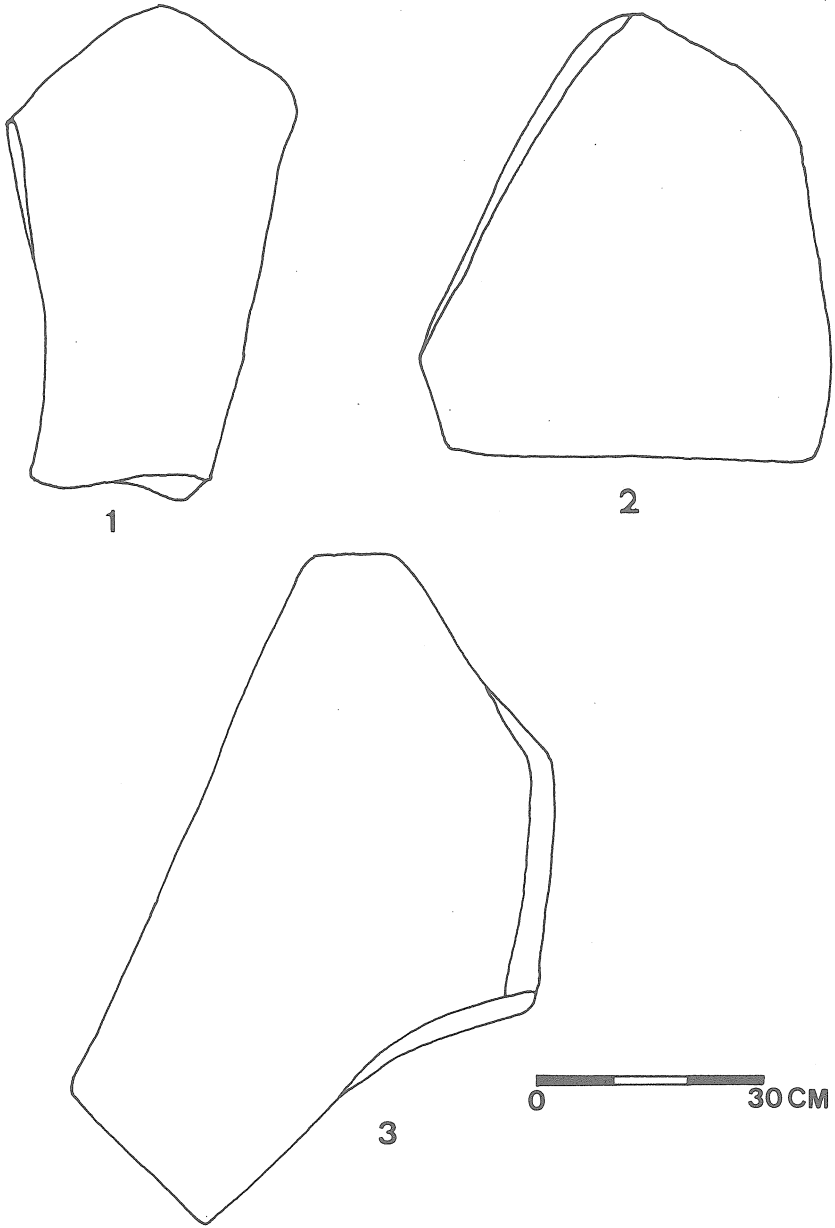


C

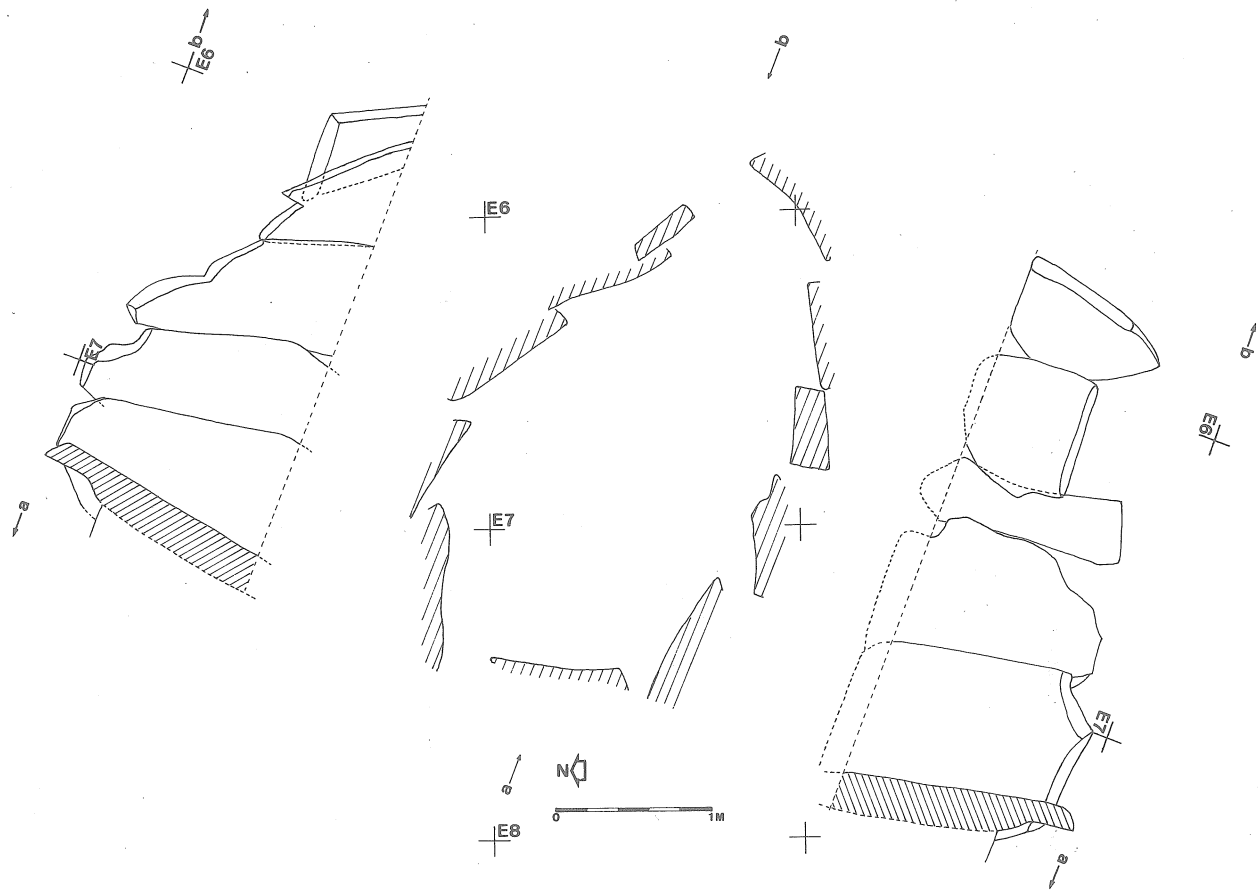
Est. XIII



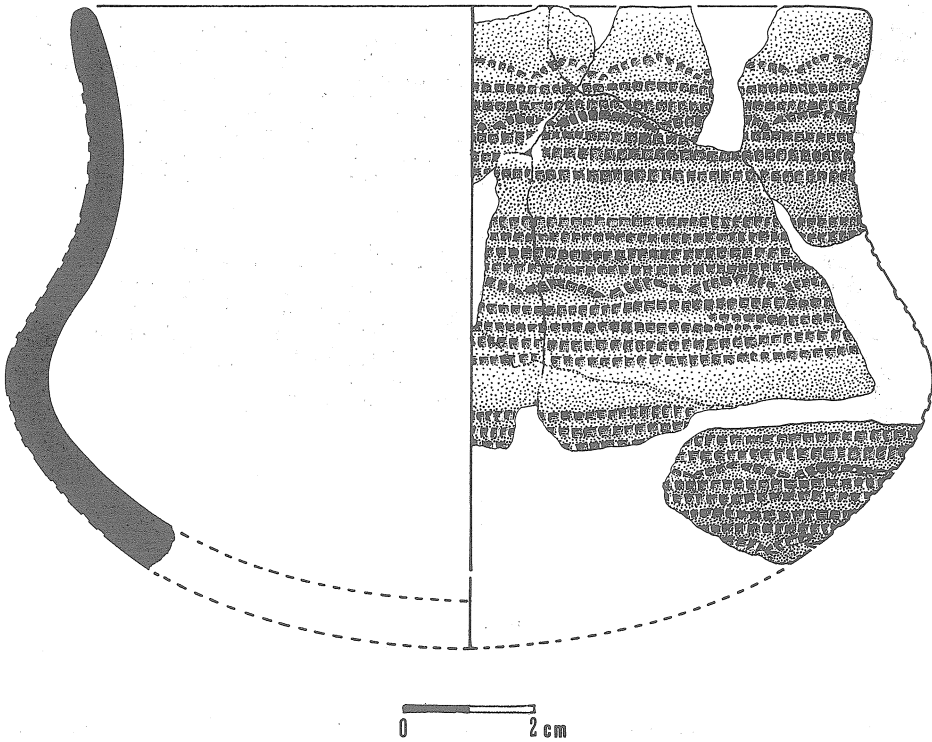
Câmara e estruturas de contrafortagem (c) e de fecho.



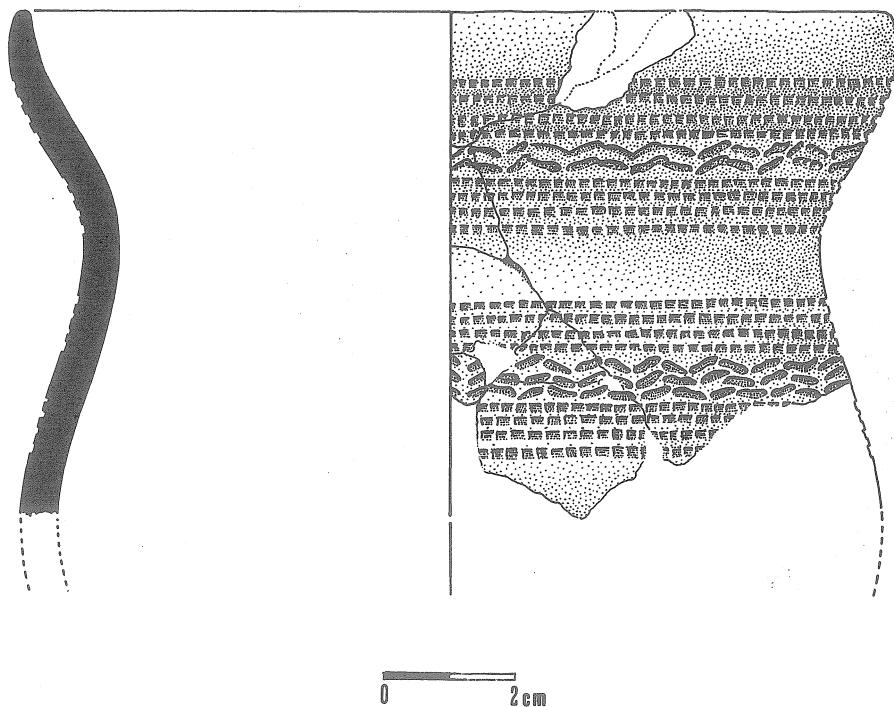
Três fragmentos de esteios (FE) reproduzidos *in situ* (com a mesma numeração) na planta da Est. XII-A.



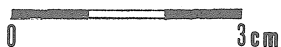
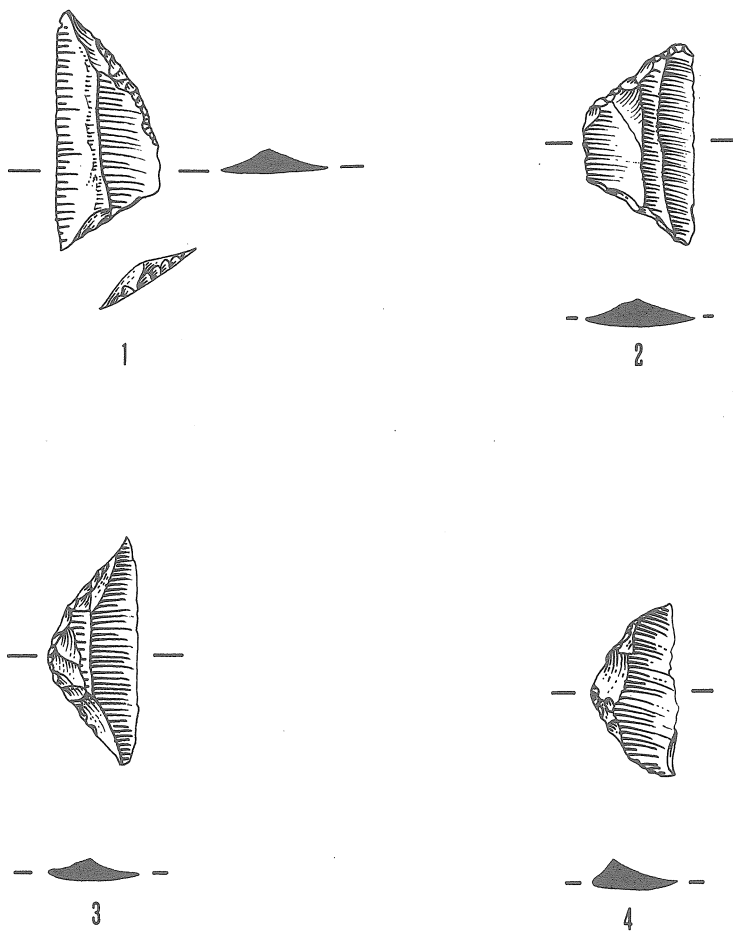
Planta e alçados da câmara. De notar que os alçados foram elaborados na direcção WNW-ESE, que nos pareceu mais expressiva.



Vaso campaniforme fragmentado, com decoração em estilo «pontilhado geométrico», encontrado no topo da C.2 da câmara. Forma nitidamente carenada. Superfície interior e exterior de cor castanho-alaranjada.



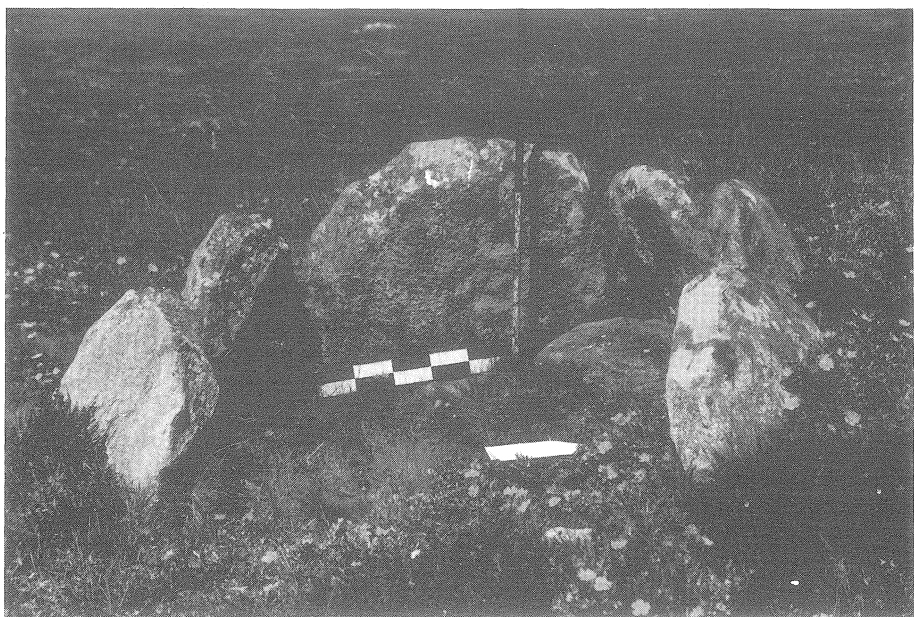
Vaso campaniforme fragmentado, com decoração em estilo «pontilhado geométrico», encontrado no topo da C.2 da câmara. Superfície interior castanho-escura, mostrando, na área reentrante, marcas dos dedos do oleiro; superfície exterior beije, mas castanho-escura também junto ao bordo.



Micrólitos geométricos, em sílex, exumados na base da C.2 da câmara (peneiração).  
1 – Trapézio assimétrico; 2 – Trapézio simétrico; 3 – Crescente atípico (forma intermédia, próxima do trapézio ou, mesmo, do triângulo); 4 – Possível triângulo, fragmentado na área da truncatura superior.



Est. XIX



Fotos 1 e 2 — Dois aspectos do monumento (câmara) antes das escavações.

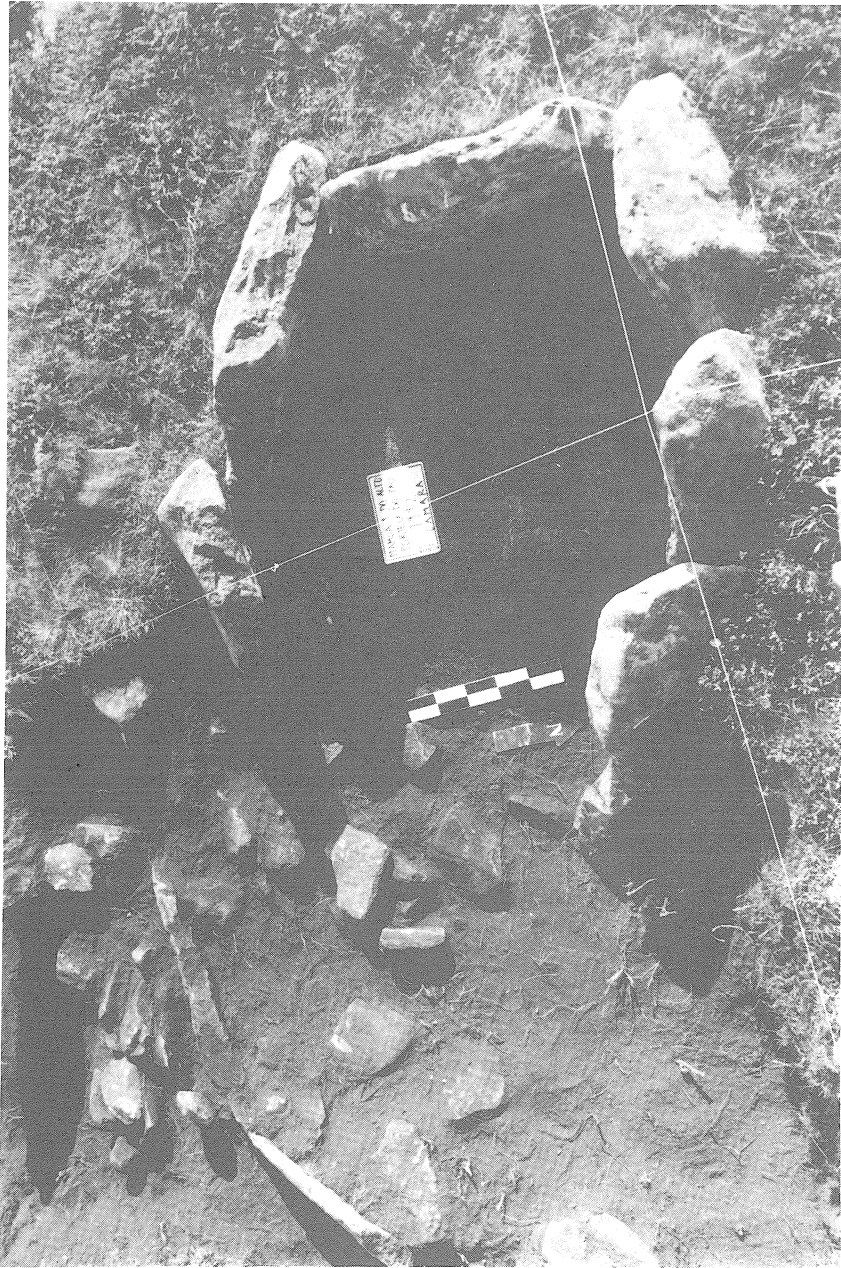


Foto 3 — Vista sub-vertical da câmara numa fase inicial dos trabalhos.

Est. XXI



Fotos 4 e 5 — O megálito em duas fases diferentes e sucessivas da escavação, vendo-se, na foto 5, pequenas lajes de contrafortagem periférica e a grande laje de fecho, à direita.



Fotos 6 e 7 — O dólmen na fase final de escavação (foto 6, acima) após ter sido retirada a grande laje de fecho (encostada junto ao corte, do lado direito), e durante os trabalhos de consolidação (foto 7).



Foto 8 — Aspecto do contraforte da câmara, muito bem conservado, na sanja norte.



Foto 9 — «Lajeado basal» da sanja leste numa fase adiantada dos trabalhos.

# MAMOAS 1 E 2 DO ALTO DA PORTELA DO PAU (CASTRO LABOREIRO, MELGAÇO): RESULTADOS PRELIMINARES DO ESTUDO ANTRACOLÓGICO

por

Isabel Figueiral\*

**Resumo:** Resultados, necessariamente provisórios, da primeira análise antracológica de amostras provenientes das escavações de mamoaas megalíticas do planalto de Castro Laboreiro, no extremo Norte de Portugal, junto à fronteira galega.

**Palavras-chave:** Antracologia. Castro Laboreiro. Alto da Portela do Pau.

Um estudo preliminar de amostras provenientes das mamoaas 1<sup>1</sup> e 2 do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro) (escavações de Vítor O. Jorge, Eduardo J. L. Silva, António M. Baptista e Susana O. Jorge) permitiu-nos obter os primeiros dados antracológicos para esta região do país.

As mamoaas, erigidas provavelmente durante o Neolítico final, estão situadas na freguesia de Castro Laboreiro (concelho de Melgaço) a uma altitude aproximada de 1260/1270 m; estes monumentos inserem-se assim no limite superior do andar Altimontano (1000-1300 m), zona fitoclimática A.SA.OA. (Atlântica. Subatlântica. Oroatlântica.) (Albuquerque 1954).

O número de amostras (e fragmentos de carvão) submetidas a análise é ainda relativamente reduzido — 12 amostras da Mamoa 1 e 13 da Mamoa 2. No total foram observados 721 fragmentos de carvão que nos permitiram descobrir 14 taxa (1 dos quais ainda por identificar). Os resultados quantitativos são apresentados nos quadros 1 e 2.

## TAXA IDENTIFICADOS E SUA SIGNIFICAÇÃO ECOLÓGICA

Da lista de taxa obtida ressalta desde logo a existência de imprecisões quanto à identificação específica dos elementos vegetais. A lista taxinómica é composta

---

\* Laboratoire de Paléobotanique, Environnement et Archéologie. URA 1477, Montpellier, France.

<sup>1</sup> V. trabalho sobre este monumento publicado no presente volume.

por (ordem alfabética):

*Betula* cf. *pubescens* (Vidoeiro), *Calluna vulgaris* (Urze), cf. *Cistaceae*, *Erica arborea* (Torga/Urze branca), *Erica tetralix* (Urze tetralix), *Erica* sp. (Urze), *Ericaceae* indet., *Leguminosae* indet. (Leguminosas), *Leguminosae* tipo *Ulex* sp. (Leguminosa tipo Tojo), Monocotiledonea, *Quercus* folha caduca (Carvalho), *Quercus* sp., *Salix* sp. (Salgueiro), Indeterminada.

As imprecisões específicas patentes nesta lista resultam sobretudo das dificuldades sentidas pela Antracologia em identificar as espécies pertencentes às famílias das Ericáceas e das Leguminosas. Como pode ser observado nos quadros 1 e 2, os elementos pertencentes a estas duas famílias parecem atingir uma importância considerável nos nossos resultados.

As Ericáceas parecem particularmente abundantes na Mamoa 2. No conjunto das amostras os elementos desta família constituem 67,8% do total dos fragmentos de carvão provenientes desta mamoa. Na Mamoa 1 eles atingem os 23%.

Às Ericáceas e Leguminosas pertencem inúmeras espécies vegetais caracterizadas sobretudo pela sua capacidade em colonizar terrenos abertos, por exemplo terrenos de cultivo deixados ao abandono; áreas de floresta recentemente cortada. Numa primeira fase os terrenos são recobertos de Leguminosas, as quais poderão preparar o terreno para uma renovação natural da floresta. Caso este processo seja travado pela acção humana (ex: exploração intensiva do mato quer como adubo, quer como alimento ou cama para o gado) assiste-se à expansão das Ericáceas.

Os resultados obtidos são coerentes com os levantamentos florísticos efectuados na Serra do Gerês por Pinto da Silva e Sobrinho (1950). A variedade de Ericácias assinalada pode desde logo dar-nos uma ideia das dificuldades sentidas durante a identificação anatómica dos fragmentos de carvão. Assim só o género *Erica* está representado (no levantamento referido) por sete espécies distintas (*E. ciliaris*, *E. tetralix*, *E. australis*, *E. cinerea*, *E. arborea*, *E. umbellata*, *E. mediterranea*) caracterizando diferentes nichos ecológicos. Destas, apenas duas foram identificadas seguramente pela análise antracológica - *Erica arborea* e *Erica tetralix*.

No que diz respeito às Ericácias foi-nos possível distinguir uma outra espécie — *Calluna vulgaris*. Parece-nos ser importante assinalar a ausência do Arando (*Vaccinium myrtillus*), espécie que cobre actualmente áreas relativamente importantes.

Segundo o mesmo levantamento florístico a família das Leguminosas está representada actualmente por diversas espécies lenhosas pertencentes sobretudo aos géneros *Genista*, *Ulex*, *Adenocarpus*, *Cytisus*. Destes géneros apenas um pôde ser distinguido seguramente na análise antracológica — *Ulex*. Alguns dos fra-



mentos observados apresentavam características anatómicas próximas do género *Cytisus*.

Para além destas duas famílias particularmente problemáticas para a Antracologia, deveremos igualmente fazer referência aos Carvalhos. Duas espécies poderão estar representadas: *Quercus robur* (Carvalho alvarinho) e *Quercus pyrenaica* (Carvalho negral) pertencente à aliança *Quercion occidentale* (Braun-Blanquet, Pinto da Silva, Rozeira 1956). Estas duas espécies apresentam características ecológicas distintas e aparecem geralmente em andares florísticos diferentes. Com efeito, o Carvalho alvarinho, que necessita de solos profundos e ricos, desenvolve-se habitualmente a altitudes inferiores a 700 m, momento a partir do qual é substituído pelo Carvalho negral, que se adapta aos solos mais pobres e a climas sujeitos a períodos de secura. Na Serra do Gerês a presença do Carvalho negral é assinalada sobretudo nos planaltos de Castro Laboreiro e Mourela, onde o clima apresenta características mais continentais: maior amplitude térmica e menor pluviosidade (Serra e Carvalho 1989).

Parece-nos ser importante assinalar que um número significativo de fragmentos de Carvalho apresenta características anatómicas próximas sobretudo de *Quercus robur*. Atendendo à situação altitudinal das mamoas parece-nos possível que estes fragmentos provenham de lenha recolhida nas zonas mais baixas da Serra.

Outro facto a assinalar, no que diz respeito ao Carvalho, é a discrepância registada entre os dois monumentos. Com efeito, se observarmos os dois quadros de resultados apercebemo-nos de que os Carvalhos aparecem sobretudo nas amostras da Mamoa 1: a sua presença é assinalada em doze das treze amostras analisadas; na Mamoa 2, os Carvalhos estão presentes em apenas quatro das doze amostras estudadas.

Não poderemos deixar de fazer referência igualmente à presença do Videeiro (*Betula cf. pubescens*) na Mamoa 2, espécie raramente assinalada nos estudos antracológicos realizados até ao momento em Portugal. Na Serra do Gerês esta espécie cresce actualmente ao longo dos cursos de água associada sobretudo ao Teixeira (Serra e Carvalho 1989). É assim provável que, durante o Neolítico final (se é que a amostra data dessa época, o que é difícil de comprovar), o Videeiro se desenvolvesse igualmente nas zonas ribeirinhas ao lado do Salgueiro, assinalado também na Mamoa 2.

Os resultados obtidos serão complementados quando da análise das restantes amostras provenientes destes dois monumentos arqueológicos, análise já em curso, a qual inclui os resultados das escavações de 1994, e abarca também a Mamoa 3, periférica da Mamoa 2.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE J.P.M. (1954) - *Carta Ecológica de Portugal*. Dir. Geral dos Serv. Agric., Lisboa, 52 pag., 1 mapa 1/500.000.
- BRAUN BLANQUET J., PINTO DA SILVA A.R. & ROZEIRA A. (1956) - Résultats de deux excursions botaniques à travers le Portugal septentrional et moyen. II - Chenaies à feuilles caduques (*Quercion occidentale*) et chenaies à feuilles persistantes (*Quercion faginea*) au Portugal. *Agronomia Lusitana*, 18: 167-235.
- PINTO DA SILVA A.R. & SOBRINHO L.G. (1950) - Flora Vascular da Serra do Gerês - Esboço fitossociológico. *Agronomia Lusitana* 12: 233-381.
- SERRA M.G.L. e CARVALHO M.L.S. (1989) - *A Flora e a Vegetação do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Contribuição para o Plano de Ordenamento desta Área Protegida*. Col. «Natureza e Paisagem», nº 6, Serv. Nac. de Parques, Reservas e Cons. da Natureza, Lisboa, 78 pag.

Mamoas 1 do Alto da Portela do Pau			
Amostra	Localização	Contexto	Taxa / Nº fragmentos
1	C7	entre pedras do lajeado (Z = 68 cm)	Leguminosae indet. - 5
2	D7	Topo C.3 (Z = 40 cm)	Leguminosae indet. - 1 Quercus folha caduca - 1
3	E7	Câmara (Z = 80 cm)	Calluna vulgaris - 4 cf. Erica sp. - 2 Leguminosae indet. - 3 Quercus folha caduca - 3 Indeterminada - 1
4 e 5	E7	Câmara (C.3) Z = 60 cm	Calluna vulgaris - 1 Erica tetralix - 2 Erica sp. - 3 Ericaceae indet. - 1 Leguminosae indet. - 33 Monocotiledonea - 1 Quercus folha caduca - 16 Indeterminada - 1 Indetermináveis - 2
6	E7	Câmara (C.2) Z = c. 80 cm	Calluna vulgaris - 24 Erica sp. - 3 Ericaceae indet. - 1 Leguminosae indet. - 6 Quercus folha caduca - 15 Indetermináveis - 1
7 e 9	E7	Câmara (C.3) Z = 80 / 90 cm	Calluna vulgaris - 2 Erica arborea - 1 Erica tetralix - 3 Erica sp. - 3 Ericaceae indet. - 1 Leguminosae indet. - 11 Quercus folha caduca - 48 Quercus sp. - 1
8	E7	Câmara (C.2) Z = 80 / 90 cm	Calluna vulgaris - 2 Eric sp. - 1 Leguminosae Indet. - 10 Quercus folha caduca - 10 Quercus sp. - 1 Indetermináveis - 3
10	E8	Câmara (C.2) Z = 60 / 70 cm	Calluna vulgaris - 14 Erica tetralix - 1 Leguminosae indet. - 2 Quercus folha caduca - 5 Indetermináveis - 1
11	E8	Câmara (C.2) Z = 80 cm	Calluna vulgaris - 5 Ericaceae indet. - 1 Leguminosae indet. - 26 Quercus folha caduca - 16 Indetermináveis - 1
12	F8	Terras negras da base da mamoa junto do contraforte Z = 120 cm	Leguminosae indet. - 1 Monocotiledonea - 2 Quercus folha caduca - 5 Indetermináveis - 1

Quadro 1 — Frequências absolutas dos taxa identificados na Mamoa 1. Z = profundidade em relação à superfície do solo; na câmara, em relação ao topo do respectivo enchimento (na amostra 12, o Z é dado em referência ao nível 0 convencional, isto é, o topo do esteio mais alto — laje de cabeceira).

Mamoia 2 do Alto da Portela do Pau			
Amostra	Localização	Contexto	Taxa / frequência absoluta
1	O7	entre pedras, em frente à câmara (Z = 40 cm)	Erica sp. - 29 Indetermináveis - 1
2	O7	entre pedras da couraça (base) (Z = 60 cm)	Calluna vulgaris - 2 cf. Cistaceae - 2 Erica sp. - 39 Leguminosae indet. - 3 Indetermináveis - 4
3	O8	junto à câmara (Z = 60 cm)	Erica arborea - 3 Erica sp. - 7
4	O8	terras "in situ" do tumulus (X = 110 cm; Y = 44 cm; Z = 66 cm)	Calluna vulgaris - 4 Erica arborea - 10 Erica sp. - 25 Ericaceae indet. - 3 Leguminosae indet. - 1 Indetermináveis - 1
5	O8	(X = 100 cm; Y = 55 cm; Z = 60 cm)	Calluna vulgaris - 8 Erica arborea - 15 Erica sp. - 13 Ericaceae indet. - 4 Leguminosae indet. - 3 Salix sp. - 2
6	O8	(Z = 65 cm)	Calluna vulgaris - 11 Erica arborea - 16 Erica sp. - 27 Ericaceae indet. - 2 Leguminosae cf. Ulex sp. - 1 Leguminosae indet. - 4 Indeterminada - 4
7	O8	concentrado entre pedras (lareira?) (Z = c. 60 cm)	Calluna vulgaris - 12 Erica arborea - 6 Erica sp. - 20 Leguminosae indet. - 1 Indetermináveis - 2
8	P7	entre pedras (lareira?)	Calluna vulgaris - 1 Erica arborea - 1 Erica sp. - 22 Indeterminada - 1
9	Q8	Solo antigo	Quercus folha caduca - 4
11	Q8	Terras do tumulus perto e no exterior da câmara	Quercus folha caduca - 36
12	R8	Terras "in situ" do tumulus (X = 144 cm; Y = 44 cm; Z = 45 cm)	Betula sp. - 2 Leguminosae indet. - 5 Quercus folha caduca - 36 Indetermináveis - 1
13	X9	(Z = 40 cm)	Quercus folha caduca - 18 Quercus sp. - 1

Quadro 2 — Frequências absolutas dos taxa identificados na Mamoia 2. X = distância em relação ao lado Norte do quadrado; Y = distância em relação ao lado leste do quadrado; Z = profundidade em relação à superfície do solo. Quadrícula utilizada: 2 m de lado.

# NOVOS DADOS SOBRE O POVOAMENTO DA REGIÃO DE ALCALAR (PORTIMÃO) NO IV E III MILÉNIOS A.C.

por

Rui Parreira e Francisco Serpa

**Resumo:** Entre o Alvor e a Serra de Monchique, no Barlavento do Algarve, os trabalhos de prospecção têm revelado uma intensa ocupação humana entre o IV e os finais do III milénio a.C.

O conjunto habitacional e funerário de Alcalar surge assim, de uma forma mais clara, no seu contexto regional, configurando o centro desse território, em posição de charneira entre a serra e o mar. As pesquisas na necrópole conheceram recentemente um novo incentivo, graças ao projecto de estudo e valorização que ali tem vindo a ser realizado pelo IPPAR. Os trabalhos incidiram principalmente sobre o *tholos* nº 7, motivados pela execução de obras de restauro, permitindo reconhecer a arquitectura e as técnicas construtivas desse monumento, bem como sobre um hipogeu, localizado fortuitamente em Monte Canelas e objecto de um intervenção de salvamento arqueológico.

Avançam-se argumentos que fundamentam uma periodização da necrópole e discutem-se as modalidades de ocupação do espaço e a ritualização da paisagem.

**Palavras-chave:** Algarve. Neolítico final. Calcolítico.

## O QUADRO BIOFÍSICO

O espaço geográfico que se estende para norte da barra do Alvor até às faldas da Serra de Monchique constituiu no IV e III milénios a. C.<sup>1</sup> um território de charneira entre a serra e o mar, propício para a ocupação humana. Desde o século passado que os antigos testemunhos dessa paisagem cultural chamaram a atenção de arqueólogos, como Estácio da Veiga, Santos Rocha ou Leite de Vasconcelos.

Com uma extensão relativamente modesta, este território evidencia unidades de paisagem bem demarcadas, oferecendo assim uma gama ampla de recursos de subsistência — situação comparável a outros territórios da costa meridional e ocidental da Península Ibérica (v. Kunst 1990) mas aqui com a particularidade de uma activa ocupação do litoral, que integrava uma ria propícia à pesca e ao

---

<sup>1</sup> As datas mencionadas neste trabalho referem-se a valores calibrados.

marisqueio. O interior, uma parcela do Barrocal (Beliz 1986), de solos calcários, com nascentes de água potável e sulcado por numerosos cursos de água, possuía solos férteis, apropriados para uma agricultura mista (v. p. ex. Champion *et al.* 1988: 251), baseada nos cereais e na exploração de animais e a que não seria estranho o uso do regadio (v. Schüle 1967; 1980: 32-33). Um revestimento vegetal mais denso que o actual, incluindo bosques, proporcionaria caça abundante. Variadas matérias-primas podiam ser usadas como material de construção (arenitos, calcários, grauvaques, foite, xistos, madeira) e no fabrico de artefactos (sílex, grauvaque rolado e metal, este existente nos pequenos chapéus-de-ferro da faixa xistosa do *hinterland*, minerados para extracção de cobre e prata, e nos leitos das ribeiras, onde terá sido possível a exploração do ouro aluvionar). Os três principais cursos de água — as ribeiras de Arão, Farelo e Torre —, apesar do seu modesto caudal, podem ter servido o transporte de pessoas e mercadorias, em pequenos barcos de fundo chato. Assim, por via marítima e fluvial — incrementando os contactos com o exterior — podiam chegar produtos importados e escoar-se a riqueza extraída do subsolo.

## OS LUGARES OCUPADOS NO NEOLÍTICO EVOLUCIONADO E NO CALCOLÍTICO

Para sul do Moinho da Rocha, Veiga (1886; 1887) reportou numerosos achados ocasionais datando do Neolítico e Calcolítico e referenciou no Monte da Rocha (Quinta da Lameira) um monumento megalítico (Veiga 1886: 241-243; 1887: 454; Leisner 1943: 235; Ferreira 1983: 52). Do mesmo período, exploraram-se duas criptas abertas no subsolo calcário, junto à Quinta do Morgado da Torre (Sá 1904: 173 ss.; Berdichewsky 1964: 60-62; Rivero Galán 1988: 93-94), e uma gruta necrópole, no sítio da Mulher Morta (Serro do Algarve) (Veiga 1886: 62-64; Cruz 1901: 99-103). Coevos serão ainda os menires recentemente localizados junto à Cruzinha e Lameira, e também os pequenos povoados abertos (com restos de talhe de sílex e de grauvaque, artefactos de pedra polida e cerâmica) que têm vindo a localizar-se nas margens da ria de Alvor, junto à Mexilhoeira Grande e ao longo dos cursos das ribeiras, parte deles em locais onde já Veiga assinalara achados ocasionais.

Foi no entanto junto à pequena localidade de Alcalar que os arqueólogos localizaram o mais extraordinário conjunto monumental desse território: uma necrópole «megalítica», hoje mundialmente conhecida, explorada desde 1880, em momentos diferentes, por Nunes da Glória, Estácio da Veiga, Pereira Jardim, Santos Rocha e José Formosinho (v. p. ex. Leisner 1943: 235-243; 1959: 262-263; Gonçalves 1989: 38-62).

Só porém mais recentemente se referenciou a povoação antiga correspondente a essa necrópole (Silva e Soares 1976-77; Arnaud e Gamito 1978; Gonçalves 1989: 42). É um povoado de altura, aparentemente fortificado, que, no IV e III milénios a.C., se perfila como «lugar central» deste território, habitado por agricultores, pescadores, pastores, mineiros e metalurgistas. Situado em pleno Barrocal, o povoado foi instalado no limite mais a montante do troço outrora navegável da Ribeira do Farelo, sobre a vasta plataforma de um cabeço destacado, com aptidões de ocupação e defesa. Quase nada se conhece acerca deste povoado para além da sua topografia e das recolhas efectuadas à superfície (Silva e Soares 1976-77; Arnaud e Gamito 1978), dado que as sondagens ali realizadas por Arnaud e Gamito nos finais dos anos Setenta não foram ainda publicadas. Mas a extensão da área ocupada, cerca de 10 ha, excepcional para um povoado calcolítico (Silva 1993: 219), e a circunstância de ter podido dispor de um porto interior servido por uma via fluvial, sublinham, só por si, o excepcional significado deste sítio, a que acresce a proximidade e óbvia relação directa com a necrópole envolvente.

### **A NECRÓPOLE DE ALCALAR: TOPOGRAFIA E LOCALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS**

Nos campos imediatamente em redor deste povoado foi sendo edificada uma necrópole megalítica concentrada, com cerca de dúzia e meia de sepulcros já conhecidos. Alguns deles foram explorados — por Nunes da Glória (1 e 10), Estácio da Veiga (2-7), Pereira Jardim (8 e 9), Santos Rocha (Monte Velho 1-3) e Formosinho (11 a 13). O agrupamento sistemático dos monumentos funerários nas plataformas elevadas de pequenos cabeços, sobretudo na paisagem virada à Serra de Monchique, parece dever-se a uma estratégia de organização espacial decorrente, em última análise, dos condicionalismos económicos. Ao «ritualizar» o coração do território cujos recursos o povoado centralizava (contra Gonçalves 1989: 38), o «campo mortuário» introduzia uma dicotomia sagrado/profano relativamente a quem se aproximava do povoado, vindo do exterior e, sobretudo, *sendo* do exterior. O espaço adquiria um significado social, funcionando, no plano simbólico, como demarcação e defesa eficaz relativamente a estranhos (v. p. ex. Hodder 1988).

Edificados em vários agrupamentos, conhecem-se já os núcleos sepulcrais de Vidigal Velho (= Alcalar 12 e 16), Alcalar W, Alcalar Centro, Alcalar E, Monte Velho e Poio (= Alcalar 17 e 18).

## CONSTRUÇÃO SEPULCRAL E DINÂMICA DE USO DO ESPAÇO FUNERÁRIO

Se seguirmos uma ideia de Bradley retomada por Vaquero Lastres (1990: 162), constata-se uma tal vinculação dos monumentos aos outeiros que cercam o povoado central, que se infere ter sido esse o factor topográfico decisivo que terá levado a comunidade à edificação de um primeiro monumento, valorizando culturalmente um espaço naturalmente destacado. Dentro de alguns agrupamentos de sepulcros, vislumbra-se uma dimensão temporal, com organização do espaço a partir de um túmulo central, que ocupa o «centro preferencial» da elevação. A existência desse monumento inicial, «inventando a tradição» (v. Vaquero Lastres 1990: 162, nota 14) e estabelecendo uma zona funerária dentro de um espaço com condições «naturais» de implantação, terá actuado como factor importante da localização dos túmulos posteriores.

### A fase antiga - o monumento 1 de Alcalar e o hipogeu de Monte Canelas

É o que sucede com o sepulcro Alcalar 1 — uma anta de corredor longo (só parcialmente escavado, contrariamente ao que sugerem os levantamentos publicados por Veiga), com um espólio funerário que inclui ídolos-placas de ardósia. O monumento ocupa o ponto mais elevado de um cabeço e a sua arquitectura e espólio parecem evidenciar uma fase, datável no Neolítico final, em que a necrópole tinha um carácter mais disperso, talvez correspondendo aos diferentes pequenos povoados já detectados na zona.

Em nossa opinião, terá sido também nessa fase que — a cerca de 700 m para norte — se abriu na rocha, usou e selou o hipogeu de Monte Canelas, um topónimo já conhecido na bibliografia arqueológica (Veiga 1886: 240-241; 1887: 329; Leisner 1943: 243).

Enquanto noutras regiões do Sudoeste peninsular os poucos casos conhecidos de registos satisfatórios para contextos funerários do Neolítico final/Calcolítico nos obrigam a partir da distribuição microespacial dos artefactos e da sua associação relativa para inferir o modo de deposição, no Barrocal algarvio os solos calcários permitiram a conservação dos restos antropológicos em condições de podermos estudar satisfatoriamente a dinâmica de uso das criptas funerárias. Na necrópole de Alcalar, face aos registos antigos pouco minuciosos, era forçoso procurar estudar um sepulcro inviolado, identificando assim o modo de deposição dos corpos, os rituais funerários subseqüentes e os processos pós-deposicionais, detectando a eventual manipulação e redeposição de restos humanos e de artefactos.



As escavações de salvamento efectuadas em Monte Canelas pelo IPPAR e pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, em colaboração com o Museu de Portimão, permitiram registar e documentar um hipogeu aberto no subsolo calcário, com duas criptas sepulcrais possuindo elevação em abóbada. A cripta norte comunica para o exterior — sensivelmente virado a Norte, à serra de Monchique — através de uma passagem em rampa e alarga-se em semicírculo para sueste sob a parede rochosa, apresentando planta subrectangular; imediatamente a sul dessa cripta abre-se uma outra, de menor área, que comunica com a cripta norte através de uma passagem estreita e tem planta aproximadamente em forma de óvulo alargado, achatada do lado da passagem; ambas as criptas se encontravam já destruídas do lado ocidental, devido à abertura de um arruamento, mas a cripta sul conservou, aparentemente, mais de metade da área original — se for tomado como eixo de simetria o seu diâmetro longitudinal. Se bem que em nenhuma das criptas se tenha preservado a totalidade da parte superior, o arranque abobadado atingia na cripta sul cerca de 1,70m de altura e, nos níveis de escombros acumulados no seu interior, registou-se uma grande lage sub-paralelepípedica de grés vermelho, que interpretamos como lage de cobertura de uma clarabóia outrora existente no topo. Em escavação, registou-se uma sequência estratigráfica que incluía dois níveis de ocupação funerária, compreendendo diversos horizontes e contextos, correspondentes à deposição de mais de setenta indivíduos. O estudo antropológico, em curso, a cargo de Ana M<sup>a</sup>. Silva, do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, visa, nomeadamente, a análise métrica dos esqueletos, a determinação da idade à morte, a diagnose sexual, a morfologia e a identificação dos processos patológicos. Parece-nos ainda extemporâneo — e enquanto a valorização dos dados empíricos não for concluída — discutir as recolhas efectuadas em Monte Canelas em termos de uma cronologia relativa fina. A escavação evidenciou, no nível de base, cerca de uma dezena de deposições fúnebres primárias, com os cadáveres deitados lateralmente em posição fetal. Junto a cada uma das deposições conservadas *in situ*, documentou-se sempre um atributo (machado ou enxó, aos pés, lâmina de sílex, junto ao crânio — sugerindo esta a presença de um instrumento cortante com cabo longo), podendo ocorrer também, junto ao crânio, adornos, colares e alfinetes de cabeça postiça (lisa ou estriada), e ídolos-placa de ardósia. Em áreas periféricas do nível sepulcral inferior — junto à parede rochosa das criptas —, nos horizontes superiores desse mesmo nível e no nível sepulcral superior da cripta norte, documentou-se a constituição de ossários, ou seja, deposições secundárias de restos humanos, por vezes acompanhados de depósitos de objectos. Os ossários do nível inferior interpretam-se como resultado da arrumação periódica das ossadas, a fim de ganhar lugar para novas deposições. Para os ossários estratigraficamente mais recentes, não conectáveis com a instalação de novas sepulturas, admitimos que sejam o resul-

tado da manipulação das ossadas de indivíduos, sepultados não necessariamente neste local, testemunhando a última fase de «rituais de antepassados» mais complexos e que teriam um significado social específico (v. p. ex. Guiart, org. 1979; v. Vilaça 1990: 110). O espólio funerário acompanhava, em ambos os casos, a transladação dos restos ósseos, constituindo-se depósitos de artefactos, apartados e reagrupados em áreas periféricas. Ocorrem elementos do traje (alfinetes de osso, contas de colar discoidais e bitroncocónicas), furadores de osso, lâminas com e sem retoque, geométricos (mais abundantes no nível da base da cripta norte) e pontas de seta de base côncava em sflex, machados e enxós de rocha metamórfica exógena (de litologia variada mas com predominância do anfíbolito), ídolos-placa de ardósia. A distribuição dos alfinetes e dos furadores de osso sugerem, por vezes, a presença de mortalhas, quer a envolver os cadáveres (veja-se o exemplo dos Mournouards II: v. Leroi-Gourhan *et al.* 1962), quer a envolver os depósitos de artefactos apartados na periferia das criptas. É significativa a quase total ausência de cerâmica, se exceptuarmos um único vaso hemisférico e escassos fragmentos, evidência que terá, quer um significado ritual, quer um significado prático, rentabilizando o espaço disponível.

Estas formas de sepultamento têm paralelos noutros lugares do Sul e Oeste peninsulares (v. p. ex. Serrão e Marques 1971; Zilhão 1984; Leitão *et al.* 1987; Oosterbeeck 1988; Vilaça 1990; Cardoso 1992; Araújo *et al.* 1993), e o mesmo se dirá da arquitectura das criptas funerárias (v. p. ex. Rivero Galán 1988; Gonçalves 1993: 254-257; 1992-94). Enquanto se aguardam as datas de radiocarbono de amostras de ossos humanos recolhidos em Monte Canelas, correspondentes a deposições primárias e a restos em conexão anatómica, dispomos já de um dado cronométrico  $^{14}\text{C}$  para o topo do nível funerário inferior do hipogeu (unidade de recolha nº 264), obtido sobre uma amostra de madeira carbonizada (restos de uma provável tocha de iluminação dos frequentadores da cripta): ICEN-1149  $4460 \pm 110$  BP, a qual, calibrada usando a curva de Stuiver e Pearson (v. Stuiver *et al.* 1993), fornece 3346-2919 cal BC para 1 sigma e 3499-3454 cal BC, 3379-2881 cal BC para 2 sigma. Datando, em termos relativos, a interrupção do enchimento das criptas, os únicos elementos indubitavelmente calcolíticos recolhidos são os cacos de um recipiente com decoração simbólica e provêm dos níveis de derrube/abandono, podendo corresponder a uma ocupação posterior do cabeço eventualmente relacionável com «rituais de antepassados» (v. Barrett *et al.*: 120-138) que ocorriam no espaço exterior. Situamos, assim, cronologicamente o hipogeu de Monte Canelas, bem como o sepulcro 1 de Alcalá, numa fase terminal do Neolítico, talvez correspondendo aos diferentes pequenos povoados, já detectados nesta área. Só numa fase posterior, plenamente calcolítica, com o desenvolvimento do povoado central, a necrópole se terá adensado, organizada em agrupamentos localizados sobre os pequenos outeiros existentes num raio de cerca de 0,5 km. Ela compre-

ende monumentos de apurada técnica construtiva, com uma complexa segmentação do espaço interno.

Mencionem-se alguns exemplos.

### ○ agrupamento central

No núcleo que designamos por Alcalar Centro, edificado junto ao, mais antigo, túmulo 1, o sepulcro Alcalar 3 (Veiga 1889: 1157-1183) apresenta-se exteriormente como uma mamoa com cerca de 20 m de diâmetro, cujo 'cairn' de pedras calcárias encerra um *tholos* de base ortostática, com átrio, uma longa galeria — subdividida em três secções por jambas com lajes-portas amovíveis — e uma cripta circular provida de nicho lateral. Diferenciado do espaço da cripta, esse nicho lateral continha (v. Id., *ibid.*: 169) um indivíduo inumado, provavelmente do sexo masculino («crânio incompleto» e «ossos em grande parte quebrados» mas «mostrando [...] ter pertencido a um indivíduo de estatura regular e de robusta musculação»), acompanhado por mais de duas dezenas de artefactos: sete facas de sílex (Id., *ibid.*: est. VIII), algumas com remontagem, indício de terem sido propositadamente talhadas para a oferenda funerária, uma banda de cobre forjada, «enfeite» ou «insígnia» seg. Veiga (*ibid.*: 176, est. IX, C" e est. IXa), com 2,6 x 75,0 cm, com espigões terminais para fixação, e toda uma panóplia de artefactos de cobre: duas facas com entalhes laterais para fixação ao cabo (Veiga 1889: est. IX, D), cinco adagas (Id., *ibid.*: est. IX, E), duas placas de uso indeterminado (Id., *ibid.*: est. IX, G), um escopro (Id., *ibid.*: est. IX, H), dois «formões» — provavelmente instrumentos para trabalhar madeira ou couro — (Id., *ibid.*: 180-181, est. IX, J e L), uma enxó (Id., *ibid.*: est. IX, K) e, finalmente, dois punções (Id., *ibid.*: est. IX, M). Parece incontroverso que esta excepcional inumação tenha pertencido a um indivíduo com uma posição de destaque na hierarquia da comunidade, tendo aqui os artefactos de cobre a função de bens de prestígio (Gonçalves 1989: 62).

Integrado no mesmo núcleo, o sepulcro Alcalar 4 é uma mamoa com cerca de 20 m de diâmetro, cujo 'cairn' de pedras calcárias encerra um *tholos* com átrio separado do corredor por um par de menires decorados colocados lateralmente (provável reintegração de pré-existências), corredor ortostático subdividido em duas secções (um tramo alongado e uma antecâmara da cripta), e cripta inteiramente em alvenaria de lajes de xisto e de arenito, encurvando em falsa cúpula e provida de dois nichos laterais. Os restos humanos, os ossos de animais e conchas e o espólio, relativamente escasso, foram encontrados pelo escavador «na mais completa desordem», em consequência das violações de que o monumento fora alvo pelo menos na época romana (Veiga 1889: 187), incursão esta corresponden-

te a uma sepultura, achada já destruída, aberta transversalmente sobre o topo da antecâmara, com fragmentos de urna de vidro incolor, uma pequena conta de vidro azul e uma moeda provavelmente de Cláudio (Veiga 1889: 222. Santos 1972: 15. Alarcão 1988: nº 7/99). Para além dos objectos em que as duas lâminas de revestimento de ouro aqui recolhidas terão sido aplicadas, o aparecimento de artefactos de marfim sugere a deposição no túmulo de indivíduos com um elevado estatuto social. A presença no espólio de uma ponta do tipo Palmela (Veiga 1889: est. IX, B) não permite a atribuição de uma cronologia precisa, autorizando também uma datação destas aplicações áureas numa fase adiantada do Calcolítico.

Pertencem ainda a este núcleo os sepulcros 2, 5, 6 e 10, documentados na bibliografia. O primeiro, de que é actualmente visível a mamoa com as depressões correspondentes à cripta e corredor, localiza-se dentro da área vedada propriedade do Estado Português, não se tendo ainda procedido a sondagens para diagnóstico do seu estado de conservação. Os restantes estão aparentemente destruídos.

### O agrupamento ocidental

O agrupamento Alcalar W compreende um total de cinco sepulcros até agora localizados, cuja dispersão na paisagem pode indiciar mais do que um único núcleo. O sepulcro Alcalar 11, cuja cripta e corredor foram explorados por Formosinho, vem sendo objecto de pesquisas (ainda em curso, efectuadas na sequência de danos parciais motivados pela instalação de uma central de distribuição de águas) que evidenciaram uma mamoa com mais de 15m de diâmetro e que encerrava um *tholos* com base ortostática de lajes de arenito vermelho de Silves, com câmara subcircular, corredor estreito e átrio.

### O agrupamento oriental

Ocupando o «centro preferencial» do outeiro onde se implantou o agrupamento Alcalar E, o sepulcro Alcalar 7 está em curso de reescavação para conservação e restauro da estrutura arquitectónica, trabalho que, entre 1988 e 1990, contou com a colaboração de Carlos Beloto, do Museu de Conimbriga. O monumento é composto por um 'cairn' que envolve um *tholos*, integrando um átrio com menir; selado por uma «estrutura de condenação» que cobria a boca exterior do corredor, o sepulcro foi espoliado e «restaurado» em época antiga, presumivelmente ainda no Calcolítico. A estrutura da cripta sepulcral revelou-se como um maciço de lajes de xisto — imbricadas, colocadas em fiadas na horizontal e ligadas por barro amassado —, ao contrário da parede de 1,5m de espessura

que se pensara existir perante os desenhos de Estácio da Veiga e os dados da decapagem inicial; esse maciço foi levantado sobre uma escavação artificial na rocha de base e o fundo da câmara que ele define foi então revestido por um lajeado de calcários; na estrutura do maciço se inserem as soleiras e os lintéis dos nichos laterais e do corredor, que possuem jambas de alvenaria de xisto; na área até agora investigada em profundidade (cerca de 17m<sup>2</sup>) esse maciço apresenta-se pelo exterior em degraus que correspondem às diferentes fiadas de lajes, alargando portanto em tronco de cone para a base da construção. Esta estrutura é recoberta por um estrato de pedras calcárias, de dimensões irregulares e colocadas sem terra de embalagem; é este estrato que forma a mamoa propriamente dita, um 'cairn'; este é travado por uma estrutura intermédia de reforço que apresenta a forma de um anel de pequenos blocos calcários, observável apenas na parte superior do 'cairn', a cerca de 1m de distância do degrau conservado a maior altura na estrutura de xisto da câmara sepulcral e a uma cota idêntica à deste. No limite oeste da sanja ocidental e à entrada do corredor, observou-se o anel exterior de travamento da mamoa sob a forma de uma fiada dupla de grandes blocos calcários, preenchida por pedra calcária mais miúda. Para reconstruir o nicho lateral norte, levando o lintel de cobertura à posição original e compensando o desnível criado pela destruição parcial da soleira, foi necessário aprofundar a escavação na própria estrutura da câmara sepulcral, desmontando as lajes de xisto que o sobrepõem; esta escavação permitiu pôr à vista e observar por cima o lintel de cobertura do nicho — trata-se de um bloco achatado, talhado em arenito. Na sanja ocidental alcançou-se o topo conservado da estrutura da câmara e aprofundou-se numa área de cerca de 1m de largura, correspondente a uma antiga violação do monumento, no sentido oeste-este, que é cortada pelo perfil colocado em y=80,1; esta anomalia fora já suspeitada por Estácio da Veiga e pôde agora confirmar-se, descobrindo-se também que o monumento tinha sido restaurado de antigo, seguramente em época pré-histórica, repondo a aparência original da face interior do muro da câmara mas empregando uma técnica de construção mais expedita, com um murete substancialmente mais estreito, reforçado pelo exterior por uma mistura amassada de barro e pedras calcárias subroladas.

O sepulcro Alcalar 9, explorado por Pereira Jardim, conserva ainda a mamoa — de que efectuámos já o levantamento topográfico — mas a enorme cratera aberta ao centro não oferece à vista quaisquer vestígios da estrutura da cripta que, segundo Rocha (1904: 45-50), era integralmente construída em falsa cúpula. A depressão virada a leste corresponde a um corredor curto, ainda com algumas lajes deslocadas que deverão ter pertencido à estrutura.

## ARQUITECTURA E RITUALIZAÇÃO DA PAISAGEM

Contíguo a um vasto povoado e mostrando uma notável concentração de monumentos com arquitecturas distintas numa mesma necrópole, o conjunto funerário de Alcalar sobressai também pela riqueza e diversidade dos espólios e pela segmentação do espaço interior dos sepulcros.

Julgamos poder confirmar o faseamento da necrópole que diversos autores têm assinalado. Uma anta e uma gruta artificial correspondem ao período mais antigo, do Neolítico final, atribuível em termos cronométricos à segunda metade do IV milénio a.C. Os *tholoi* — que Santos Rocha (1904: 39-40), baseado em Veiga (1889: 243-244), sistematizou em três categorias morfológicas — correspondem ao período mais recente, do Calcolítico pleno, atribuível em termos cronométricos ao III milénio a.C. E no entanto, estas escalas temporais — que muitas vezes procuramos aplicar para classificar e dividir cronologicamente necrópoles de uso dilatado — reflectem uma incapacidade para nos libertarmos de uma visão «abstracta» do tempo, muito diferente da visão «substancial» das comunidades pré-históricas, que se submetiam a si próprias à passagem de um tempo marcado pela experiência humana, em que as pessoas vivem em relação com o passado e compreendem o seu mundo com referência à tradição (Bradley 1991: 210). É justamente porque são rituais, que as práticas megalíticas de integração dos mortos nas sociedade dos vivos (Jorge 1990: 211-240) não estão sujeitas à escala cronométrica dos actos quotidianos. A construção sucessiva de monumentos em necrópoles integradas numa paisagem cultural, tal como a monumentalização noutros conjuntos megalíticos (v. Jorge 1986; Mohen 1989: 94-126), reflecte exactamente esse contraste entre um tempo quotidiano e um tempo que adquiriu uma dimensão ritual e simbólica.

Propendemos assim a considerar a necrópole de Alcalar, com os seus núcleos tomados em conjunto, como um lugar antropológico (na definição de Augé 1994: 49-80, espec. 58; v. Hodder 1988: 14), prescindindo de uma cronologia fina — o que nos parece legitimado pela evidência de uma longa duração da necrópole, reflectindo o uso simultâneo de todos os monumentos num sistema coerente de ritualização da paisagem.

Tal não significa, porém, que tenha necessariamente existido uma prolongada continuidade no uso de cada um dos monumentos: ela não era sequer condição indispensável para que os monumentos continuassem a «funcionar» no conjunto da necrópole, uma vez que a existência deles e o seu papel ritual na paisagem não podiam passar despercebidos aos frequentadores da necrópole. Como fez notar p. ex. Vaquero Lastres (1990: 157) «um túmulo é sempre visível na medida em que é uma *modificação cultural da natureza*, uma alteração levada a cabo com a intenção de ser reconhecida enquanto tal, independentemente do facto de, com o

passar do tempo, ser susceptível de diversas interpretações e de ser vista por um número maior ou menor de olhos».

Nesta medida, porém, o ritual obedecia a esquemas fixos, mantidos numa longa duração, com uma vertente não revelada, ocultada nas trevas das criptas de modo a proteger o respectivo conteúdo de qualquer avaliação ou mudança (Bradley 1991). As crenças básicas da comunidade estavam além da escala temporal quotidiana e por isso não podiam nem deviam ser facilmente mudadas. Neste sentido, o ritual manteve a ordem social, fazendo-a parecer uma parte da ordem natural, i.e., intemporal. E, no entanto, o ritual podia ser manipulado pelos anciãos, depositários dos saberes tradicionais. De tal modo que as mudanças nas práticas rituais seriam tanto mais efectivas quanto mantivessem a aparência de uma estabilidade na longa duração (Bradley 1991: 211). É neste contexto simbólico específico que alguns rituais da fase mais evolucionada da necrópole de Alcalar evocam a emergência de lideranças personalizadas (v. Jorge 1990: 174). A existência de espaços funerários diferenciados dentro de criptas concebidas para uso colectivo, o uso de artefactos de excepção — instrumentos e insígnias de marfim, de cobre e de metais preciosos — fizeram parte de uma estratégia de construção do prestígio pessoal e são conotados com o exercício e a exibição do poder por parte de alguns indivíduos. Seguramente elites locais, cuja qualidade das condições de vida deveria ser superior à da restante população (Gonçalves 1989: 62).

## ALCALAR NO NEOLÍTICO EVOLUCIONADO E CALCOLÍTICO DO BARLAVENTO ALGARVIO

Num âmbito regional, a compreensão adequada de Alcalar passa por uma reavaliação de um conjunto de lugares do Barlavento algarvio atribuíveis ao Neolítico evolucionado (no sentido de Gonçalves 1989: 38) e ao Calcolítico, problemática que tem sido abordada em ensaios recentes (Gonçalves 1989: 73ss.; Gomes e Silva 1987: 17-20). A uma escassez de sepulcros — para além dos repertoriados por Veiga (1886; 1887; 1889) e do conjunto de Monchique (v. p. ex. Gonçalves 1989: 62-68, 73-77) refiram-se ainda um 'dolmen' na Pedra Escorregadia (Vila do Bispo) e um hipogeu em Enxerim (Silves) (localizados e parcialmente explorados por M. Varela Gomes, a quem agradecemos a informação) — corresponde uma relativa profusão de menires e um quase total desconhecimento dos povoados. Ainda assim, fica a imagem de uma diversidade de contextos que tem seguramente mais a ver com tradições diferenciadas do que com etapas cronológicas (neste sentido v. Gonçalves 1989: 77). E assim, enquanto a pesquisa não incidir sistematicamente em regiões circunscritas (no sentido de

uma *middle range research* — Binford 1964), muito se poderá especular acerca do significado das diferenças.

## ALCALAR E AS COMUNIDADES COEVAS DO SUL E OESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

A evidência arqueológica mostra que, entre o IV e o II milénio a. C., a Serra algarvia e os campos xistosos do Sul do Baixo Alentejo foram regiões frequentadas por grupos de pastores e agricultores, familiarizados com a prática de mineração dos chapéus-de-ferro e conhecedores dos processos da metalurgia primitiva (para uma abordagem histórica na longa duração v. Torres 1992). A exploração dos recursos metálicos da Serra terá sido seguramente sazonal, em regra, como actividade de complemento económico de comunidades essencialmente pastoris e agrícolas, que habitavam aquilo que Gonçalves (1989) chamou de «quintas fortificadas»: nessa altura, os mercados não podem suportar, ainda, povoados mineiros permanentes (Pérez Macías e Rego 1994).

Os lugares para onde se canalizava o produto minerado, porém, detinham uma posição privilegiada de acesso ao mar e dominavam os corredores de acesso ao *hinterland* — assumindo, por isso, um carácter mais «comercial» e «urbano» e neles se detectando um processo de intensificação económica que desenvolveria, a prazo, mecanismos de poder, relacionados com o estabelecimento de verdadeiras «rotas» do metal e com o progresso de sistemas de troca entre élites locais, que incluíam a manipulação de artefactos de prestígio. Em nossa opinião, Alcalar corresponde a este modelo de lugar habitado, desempenhando funções «centrais» na região em que se insere.

Em contacto com o mundo mediterrânico através destes «lugares centrais», todas essas comunidades onde a metalurgia surge integrada no quotidiano usaram uma arquitectura funerária de inspiração mediterrânica, com criptas subterrâneas de planta tendencialmente circular, servidas por uma estreita galeria alongada. Se questionarmos a influência dessas comunidades, na maneira como os seus modelos do espaço funerário se podem ter incorporado nos rituais «megalíticos» dos pastores e agricultores coevos do Alentejo Central, do Norte Alentejano e da Beira (v. p. ex. Savory 1968; 1977) só poderemos obter uma resposta especulativa. Mas que um «arquétipo» do espaço funerário colectivo — a cripta mais ou menos circular, servida por uma galeria de acesso dificultado — possa ter antecedentes na arquitectura doméstica mediterrânica e relacionar-se com a mais antiga arquitectura funerária atlântica, não é contraditório com as datas  $^{14}\text{C}$  e TL com que actualmente podemos trabalhar: como dizia Snodgrass (1976: 60), «*radiocarbon dates are, after all, extremely imprecise things (as would be more apparent if we*



*stated them in terms of two standard deviations instead of one); and calibration, besides its other effects, serves to widen their margin of uncertainty».*

Nos seus escritos, os Leisner privilegiaram uma «interpretação étnica» — confrontando-a com o «evolucionismo» ou os «círculos culturais» — e colocaram quase sempre os mineiros e metalurgistas em contraste com os pastores-agricultores. Hoje, no registo arqueológico do Sudoeste peninsular, parece nítida uma diferença entre aquelas comunidades para quem a Etnoarqueologia imagina uma organização social mais complexa, com os seus povoados de acentuado sabor mediterrânico e as suas necrópoles concentradas, e as outras comunidades, mais atlânticas, que usaram recintos de fosso e paliçada e necrópoles megalíticas dispersas. Na abordagem desse «caldo de culturas» que foram o IV e o III milénios a.C., e ao utilizarmos aparelhos conceptuais que os Leisner não tinham evidentemente ao dispor, convém não esquecer como toda a zona mineira do Sul funcionou, durante milhares de anos, como *hinterland* possuidor de uma forte personalidade cultural, em contraste com os grupos mais aculturados do litoral e dos portos fluviais — e como as diferentes bases económicas podem ter determinado estratégias diferentes na construção do prestígio pessoal das élites locais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, A. C. et al. [SANTOS, A.I.; CAUWE, N.], (1993) Gruta do Escoural — A necrópole neolítica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (3-4), p. 51-90.
- ARNAUD, J. M. & GAMITO, T. J., (1978) Povoado calcolítico de Alcalar: Notícia da sua identificação, *Anais do Município de Faro*, Faro, VIII, p. 275-284.
- BARRETT, J.C. et al. [BRADLEY, R.; GREEN, M.], (1991) *Landscape, monuments and society: The prehistory of Cranborne Chase*. Cambridge: University Press.
- BELIZ, J. Malato, (1986) *O Barrocal Algarvio: Flora e vegetação da Amendoeira (Loulé)* [= Parques Naturais, 17]. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- BERDICHEWSKY SCHER, B., (1964) *Los enterramientos en cuevas artificiales del Bronce I Hispanico* [= Biblioteca Praehistorica Hispana, 6].
- BINFORD, L., (1964) A consideration of archaeological research design. *American Antiquity*, 29, p. 425-441.
- BRADLEY, R. (1991) Ritual, time and history. *World Archaeology*, London, 23/2, p. 209-219.
- CARDOSO, J. L. (1992) A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 9-10, p. 89-225.
- CHAMPION, T. et al. [GAMBLE, C.; SHENNAN, S.; WHITTLE, A.], (1988) *Prehistoria de Europa*. Barcelona: Ed. Crítica.
- CRUZ, P. Belchior da, (1901) Explorações da Sociedade Archeologica da Figueira, *O Archeologo Português*, Lisboa, VI, p. 99-103.
- FERREIRA, O. da Veiga, (1983) Arqueologia. *Carta Geológica de Portugal, Notícia Explicativa da Folha 52-A, Portimão*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.

- GONÇALVES, V. S. (1989) *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental: Uma aproximação integrada*. Lisboa, Uniarq (Centro de Arqueologia e História/INIC) [= Estudos e Memórias, 2].
- GONÇALVES, V.S., (1993) As práticas funerárias nas sociedades do 4º e do 3º milénios. O Megalitismo. In *História de Portugal* (Medina, J., org.), 1. Lisboa, Ediclube.
- (1993) Alcalar. In *História de Portugal* (Medina, J., org.), 1. Lisboa, Ediclube.
- (1992-94) Sítios, horizontes e artefactos. 3. A questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal. *Arquivo de Cascais*, Cascais, 11, p. 31-94.
- GUIART, J., org., (1979) *Les Hommes et la Mort: Rituels funéraires a travers le Monde* [= Objets et Mondes, 19]. Paris, le Sycomore/Museum National d'Histoire Naturelle
- HODDER, I. (1988) From space to place: current trends in spatial archaeology. *Arqueologia Espacial*, Teruel, 12, p. 9-15.
- JORGE, V.O. (1986) "Monumentalização" e «necropolização» no Megalitismo europeu. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 26, 233-237. 1990 *Arqueologia em Construção — Ensaio* [= Biblioteca de Textos Universitários, 118]. Lisboa, Presença.
- KUNST, M. (1990) Sizandro and Guadiana Rivers: A comparison as example of the interdependence between the development of settlement and the natural environment, in *Arqueologia Hoje*, I, Etno-Arqueologia (Gamito, T.J., org.), Faro, Universidade do Algarve.
- LEISNER, G. & V. (1943) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Süden*, 1 [= Römisch-Germanische Forschungen, 17]. Berlin: de Gruyter.
- (1959) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*, 2 [= Madrider Forschungen, 1/2]. Berlin: de Gruyter.
- LEITÃO, M. et al. [NORTH, C.T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. da Veiga; ZBYSZEWSKI, G.] (1987) A fruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 5, p. 37-65.
- LEROI-GOURHAN, A. et al. [BAILLOUD, G.; BREZILLON, M.] (1962) L'hypogée II des Mournouards (Mesnil-sur-Oger, Marne). *Gallia Préhistoire*, 5, 23-133.
- MOHEN, J.-P. (1989) *Le Monde des Mégalithes* [= Coll. Archives du Temps]. Tournai: Casterman.
- OOSTERBEEK, L. (1988) *Neolitização da Região de Tomar*. Tomar, ESTT.
- PÉREZ MACÍAS, J.A. & REGO, M.L.V. (1994) Um povoado calcolítico perto de Mértola. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, p. 149-164.
- RIVERO GALÁN, E. (1988) *Análisis de las Cuevas Artificiales en Andalucía y Portugal*. Sevilla, Colegio Universitario de La Rábida.
- ROCHA, A. dos Santos (1904) Dolmens de Alcalar, *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Figueira da Foz, 2, p. 39-50.
- SÁ, B. de (1904) *O Archeologo Português*, 173 ss.
- SAVORY, H.N. (1968) *Spain and Portugal, the Prehistory of the Iberian Peninsula*, Londres, Thames and Hudson.
- (1977) The role of Iberian communal tombs in Mediterranean and Atlantic Prehistory. In *Ancient Europe and the Mediterranean* [= Festschrift Hugh Hencken] (Markotic, V., org.). Warminster: Aris & Phillips, p. 161-180.
- SCHÜLE, W. (1967) Feldbewässerung in Alt-Europa. *Madrider Mitteilungen*, Heidelberg, 8, p. 79-99.
- (1980) *Orce und Galera, I: Zwei Siedlungen aus dem 3. bis 1. Jahrtausend v. Chr. im Südosten der Iberischen Halbinsel. Übersicht über die Ausgrabungen 1962-1970*,

Mainz: Philipp von Zabern.

- SERRÃO, E.C. e MARQUES, G. (1971) Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra, JNE.
- SILVA, C. Tavares da (1993) Calcolítico. In *Pré-História de Portugal* (Silva, A.C. da, org.), Lisboa: Universidade Aberta, p. 195-233.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1976-77) Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve, *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 2-3, p. 179-272.
- SNODGRASS, A.M. (1976) Conserving societies and independent development. In *To illustrate the monuments: Essays on archaeology presented to Stuart Piggott on the occasion of his sixty-fifth birthday* (Megaw, J.V.S., org.) [= Festschrift Piggott]. London: Thames & Hudson, p. 57-62.
- SOARES, A.M. e CABRAL, J.M.P. (1993) Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (3--4), p. 217-235
- TORRES, C. (1992) Povoamento antigo no Baixo Alentejo: Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*, Mértola, 1, 189-202.
- VAQUERO LASTRES, J. L. (1990) Rios y Tumbas: Sobre el emplazamiento de túmulos en el NW peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 30, p. 151--175.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886) *Antiguidades Monumentais do Algarve*, I. Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1887) *Antiguidades Monumentais do Algarve*, II. Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1889) *Antiguidades Monumentais do Algarve*, III. Lisboa, Imprensa Nacional.
- VILAÇA, R. (1990) Sondagem arqueológica no Covão d'Almeida (Eira Pedrinha, Condeixa-a-Nova). *Antropologia Portuguesa*, Coimbra, 8, p. 101-131
- ZILHÃO, J. (1984) *A Gruta da Feteira (Lourinhã): Escavação de salvamento de uma necrópole neolítica* [= *Trabalhos de Arqueologia*, 1]. Lisboa, IPPC.

Est. I

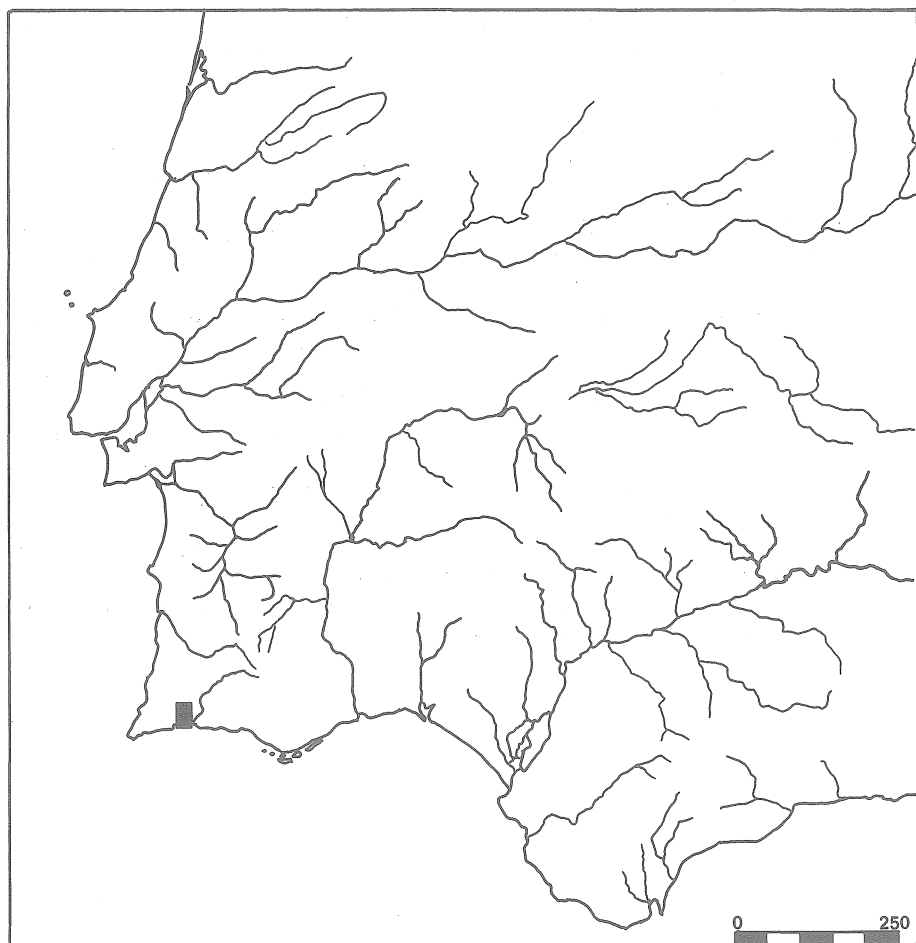


Fig. 1 — Localização da área em estudo no Sudoeste da Península Ibérica.

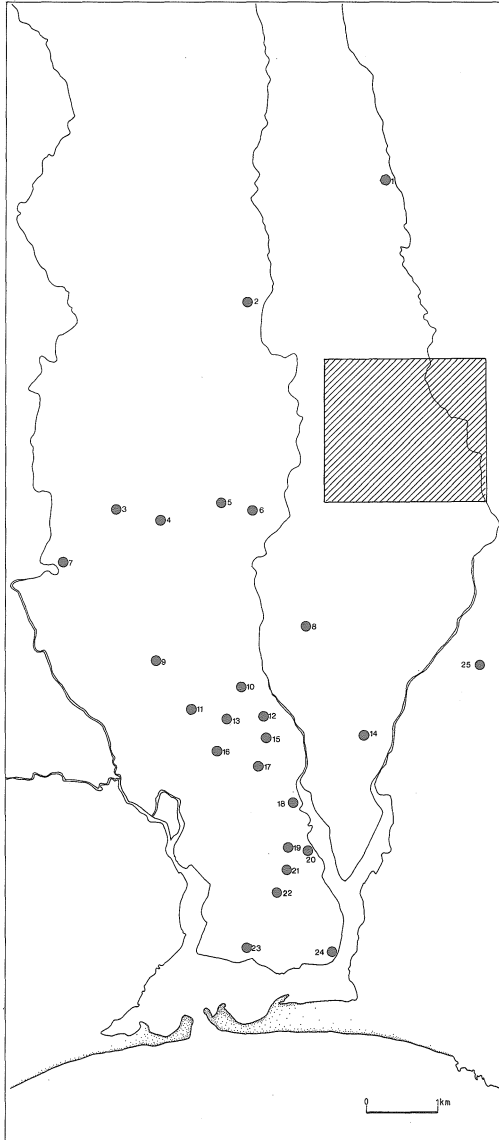


Fig. 2 — Sítios do Neolítico e Calcolítico entre a Ribeira de Airão e a Ribeira da Torre: 1. Moinho da Rocha (necrópole); 2. Descampadinho (povoado); 3. Olhitos 1 (povoado); 4. Olhitos 2 (povoado); 5. Algueirão da Mulher Morta (Serro do Algarve, gruta-necrópole); 6. Mulher Morta (achado ocasional); 7. Pedra Ruivas (menir); 8. Barradinha (povoado); 9. Serro Canelas (povoado); 10. Corta Ventos (povoado); 11. Saragoçal (povoado); 12. Branquinho (povoado); 13. Figueiral Velho (povoado); 14. Por-detrás-das-Vinhas (Horta de S. Francisco, povoado); 15. Areias (povoado); 16. Palmeirinha (povoado); 17. S. Pedro (povoado); 18. Gasga (povoado); 19. Poço Vezeiro 1 (estela-menir); 20. Poço Vezeiro 2 (menir); 21. Lameira (estela-menir); 22. Monte da Rocha (Quinta da Lameira, *tholos?*); 23. Vila Isabel (achado ocasional); 24. Quinta da Rocha (povoado); 25. Quinta do Morgado da Torre (hipogeus). Na cartela, o complexo habitacional e funerário de Alcalar, cartografado na fig. 3. Base cartográfica: CMP 1:25000, aqui reduzida (desenho: IPPAR-E/L. Guerreiro).

Est. III

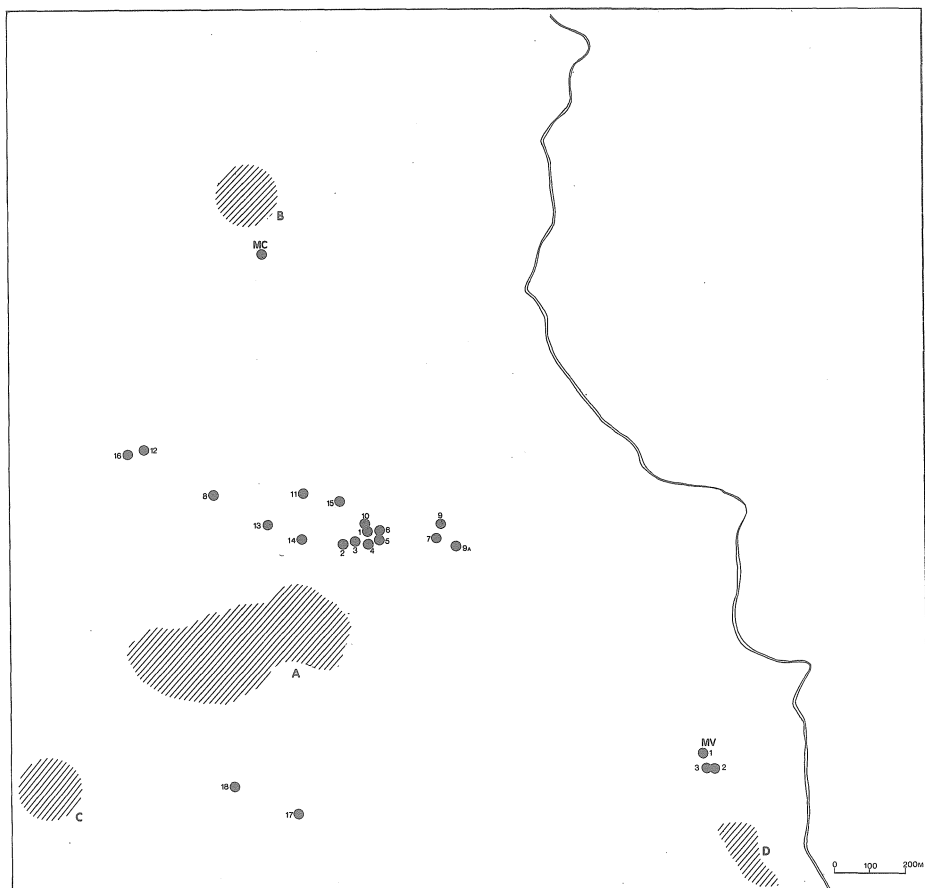


Fig. 3 — O complexo habitacional (trama) e funerário (pontos) de Alcalar, com o povoado central (A), os habitats periféricos de Monte Canelas (B), Poio (C) e Monte Velho (D) e os núcleos supulcrais; a numeração dos monumentos funerários segue a dos Leisner (1943 e 1959), com acrescimo das mamoas localizadas posteriormente; MC = Monte Canelas (hipogeu); MV = Monte Velho 1 a 3. Base cartográfica: levantamento cadastral na esc. 1:5000, aqui reduzida (desenho: IPPAR-E/L. Guerreiro).



Fig. 4 — Monte Canelas. Perfil no talude do caminho, mostrando a sedimentação no interior e sobre as duas criptas do hipogeu (desenho: IPPAR-E/L. Guerreiro, sobre original de campo de R. Parreira/M. Gordilho).



Fig. 5 — Monte Canelas. Decapagem no nível de base do hipogeu (desenho: IPPAR-E/  
L. Guerreiro, sobre original de campo de R. Parreira).



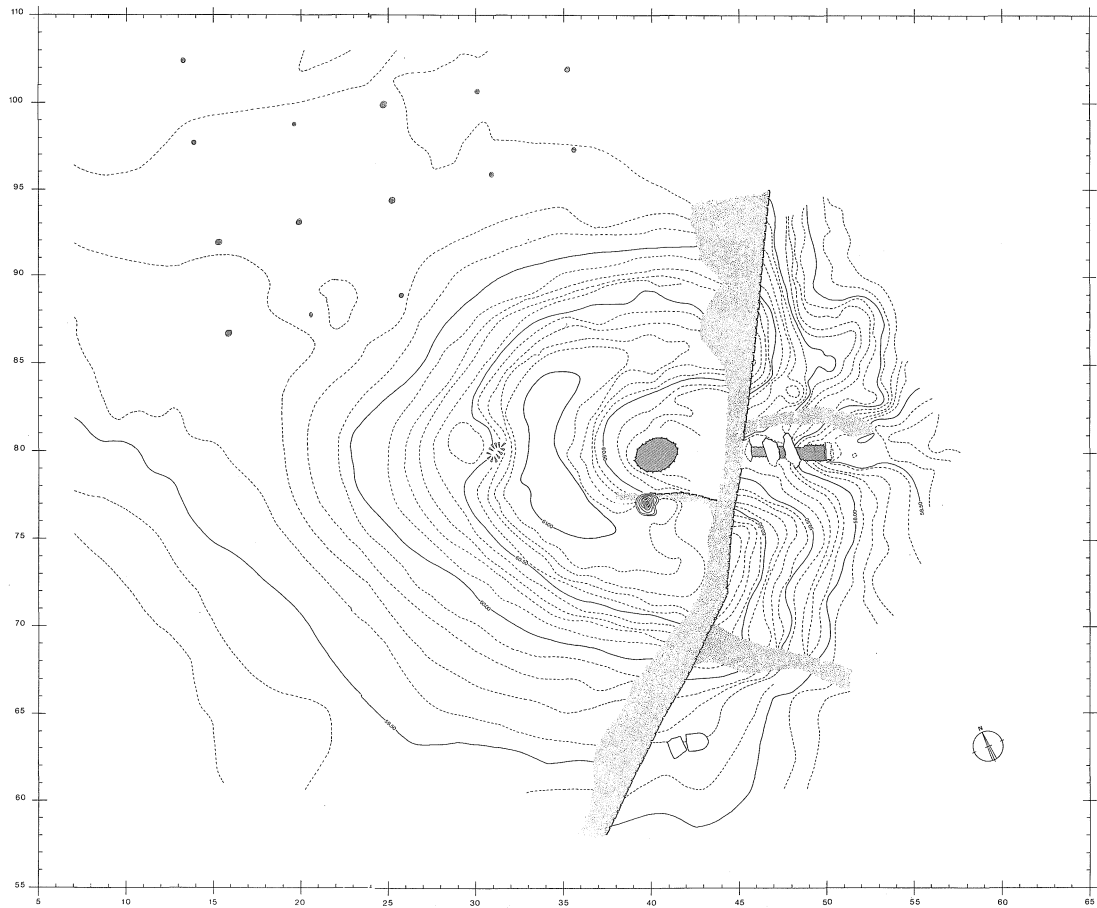


Fig. 6 — Alcar 7. Planta altimétrica da mamoa e do terreno envolvente (desenho: IPPAR-E/C. Páscoa, sobre original de campo de M. Ribeiro).

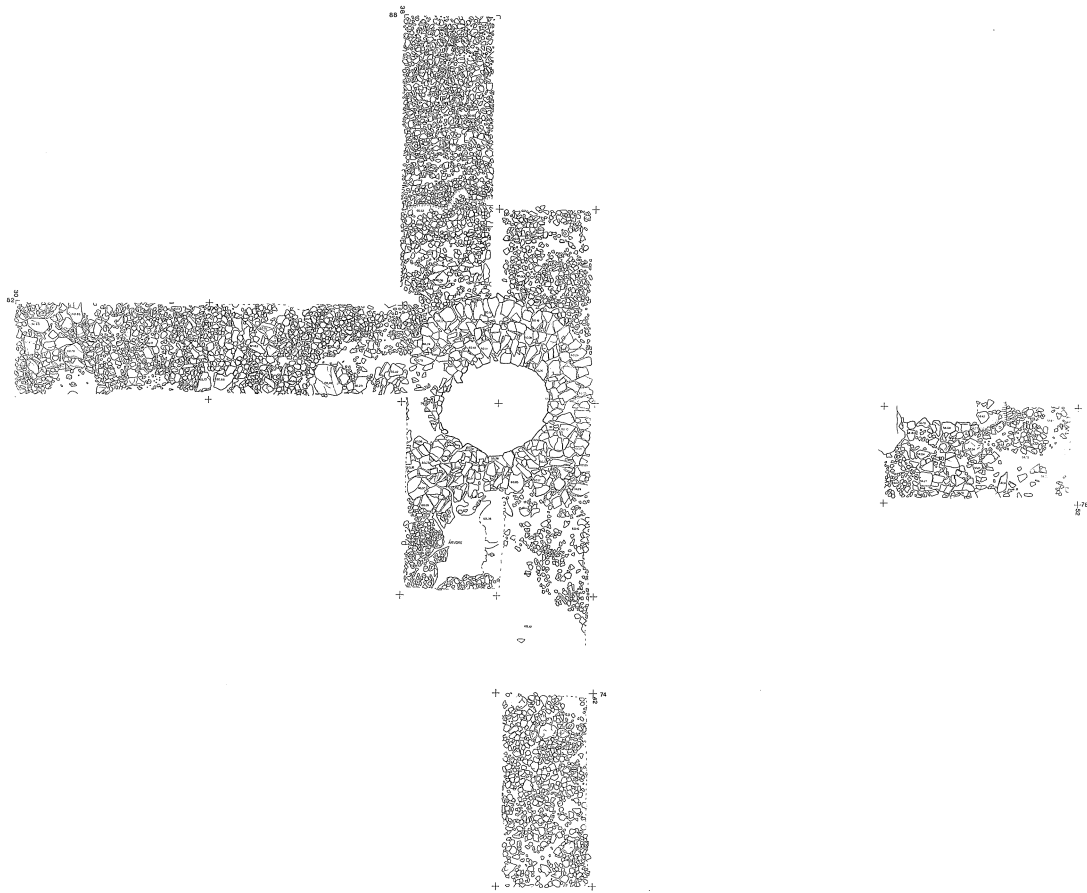


Fig. 7 — Alcázar 7. Planimetria da estrutura arquitectónica após decapagem do estrato superficial (desenho: IPPAR-E/L. Guerreiro, sobre original de campo de R. Parreira/V. Correia/U. Seidel/C. Calais).

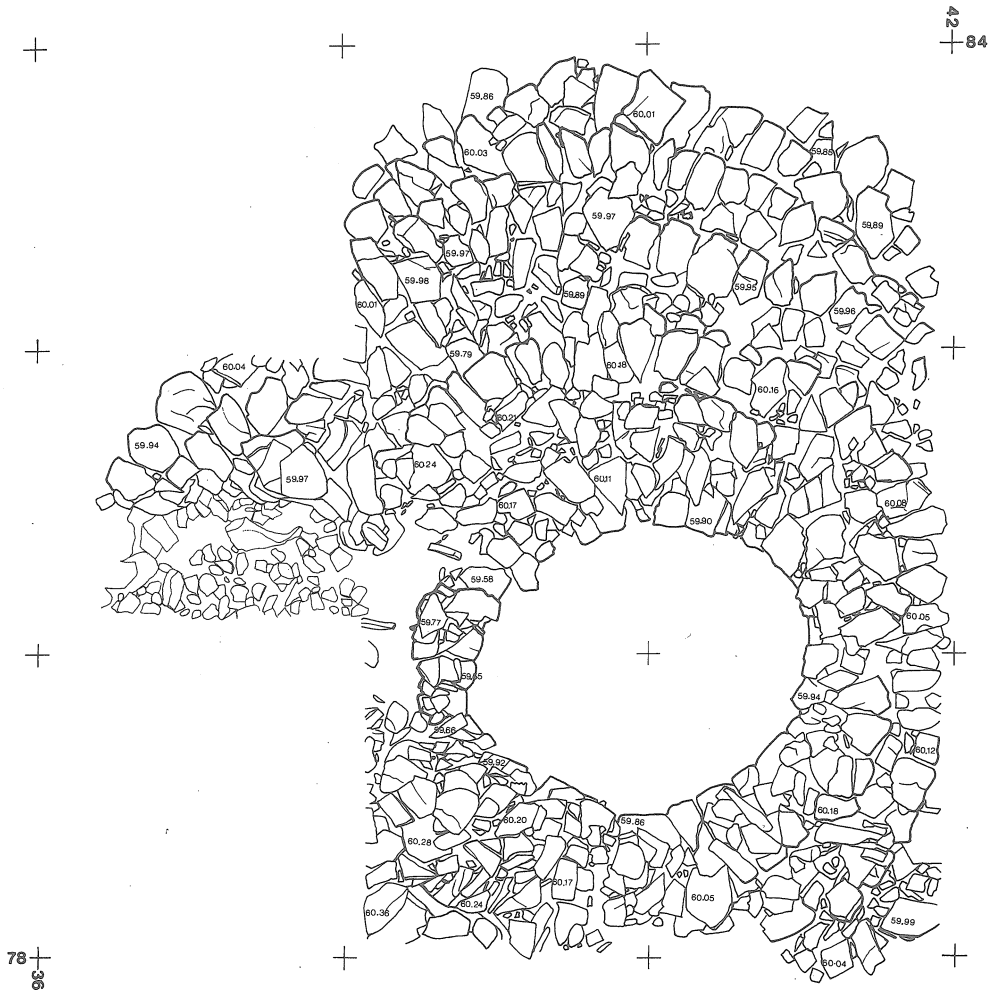


Fig. 8 — Alcalar 7. Planimetria da estrutura arquitectónica após remoção do *cairn* de pedras calcárias (desenho: IPPAR-E/L. Guerreiro, sobre original de campo de R. Parreira).

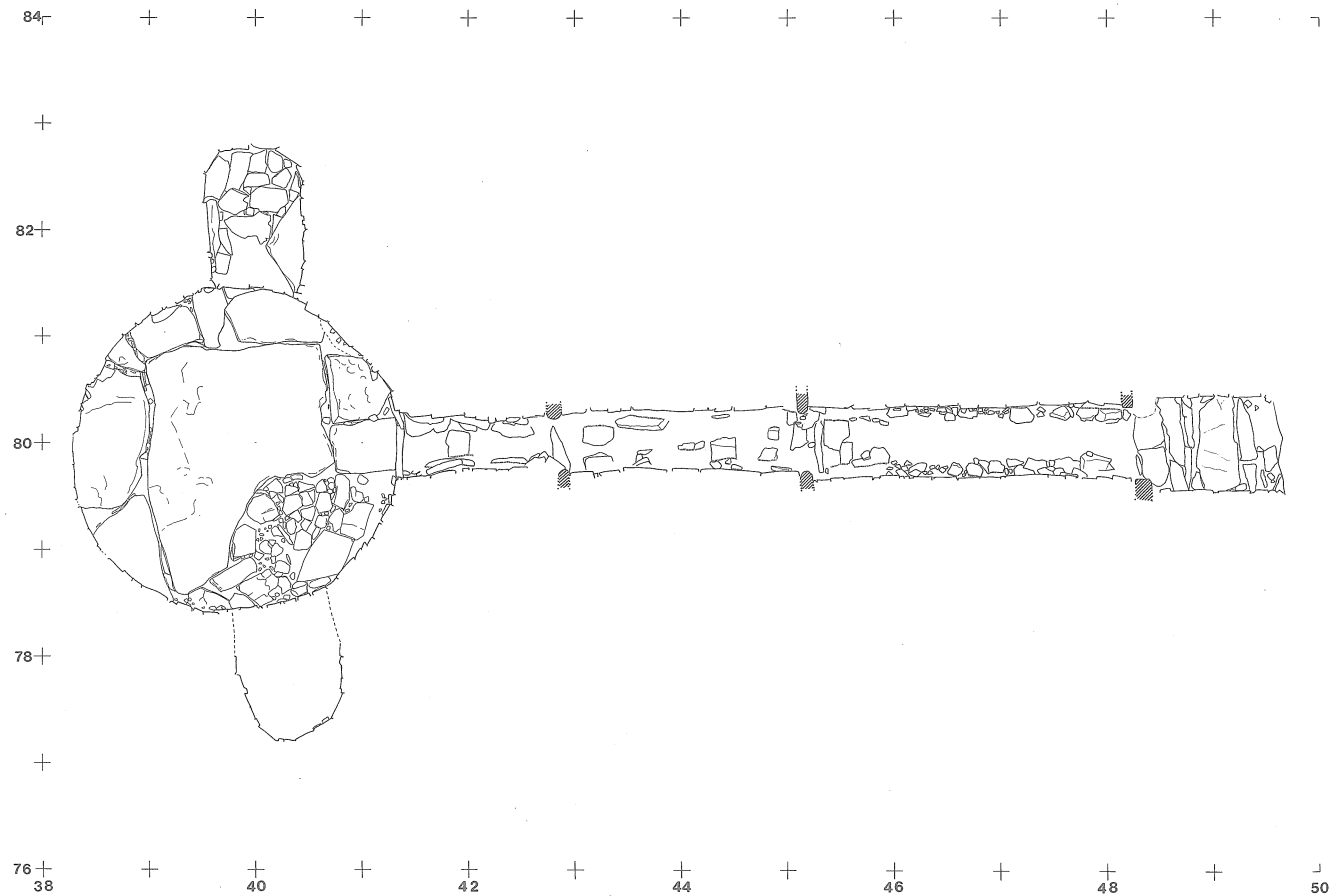


Fig. 9 — Alcazar 7. Planimetria da estrutura arquitectónica pela base da cripta, nichos laterais e corredor (desenho: IPPAR-E/L. Guerreiro, sobre original de campo de R. Parreira).

# A CERÂMICA DE CASTELO VELHO (FREIXO DE NUMÃO, V.ª N.ª DE FOZ CÔA)\*

por

Maria das Dores Cruz\*\*

**Resumo:** Pretende-se com este trabalho analisar a variabilidade espacio-temporal dos recipientes cerâmicos no interior do povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão) (escavações dirigidas pela Prof.ª Susana O. Jorge). O objectivo principal é definir o papel desempenhado por estes artefactos nas relações sociais das populações do povoado e até que ponto a variabilidade/continuidade dos seus atributos pode funcionar como indicador da variabilidade/continuidade dessas mesmas relações sociais.

**Palavras-chave:** Cerâmica. Análise social. Calcolítico.

## SUMÁRIO

Os finais do III milénio—início do II milénio a.C. representam um período de grandes transformações na Pré-História Recente, conduzindo, em última instância, ao desenvolvimento da diferenciação social na Península Ibérica.

O estudo aqui apresentado enquadra-se num projecto mais alargado de análise, a pequena escala, da variabilidade artefactual no interior de um único povoado — Castelo Velho (Freixo de Numão — Vila Nova de Foz Côa<sup>1</sup>), com o principal objectivo teórico de investigar a existência (ou ausência) de variabilidade social nos finais do III milénio—início do II milénio a.C. Utilizou-se como base metodológica a análise da variabilidade morfológica e tecnológica da cerâmica doméstica nas diferentes fases de ocupação do povoado e, durante um mesmo período cronológico, nas suas duas principais áreas, definidas pela existência de muralhas —

---

\* Tendo expirado o prazo para a recepção de originais, o texto que aqui se publica é o que a autora apresentou como “poster” ao Congresso, e nele fez circular sob forma fotocopiada [N.R.-Jan. 1995].

\*\* Department of Anthropology. Binghamton University, P.O. Box 6000 Binghamton, NY 13902-6000 — USA.

<sup>1</sup> V. Susana O. Jorge, O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do Norte de Portugal, «Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular», vol. I, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 33 (1-2), 1993, pp. 179-216.

interior da muralha 1 (IM) e exterior da muralha 1 (EM) (Fig.1). Compararam-se amostras provenientes das duas áreas do povoado com o intuito de aceder não só à variabilidade de frequências das várias formas e organizações decorativas, como também à maior ou menor concentração de certas formas e/ou organizações decorativas nas referidas áreas.

Partiu-se de uma classificação tipológica das cerâmicas, tendo sido igualmente utilizada a correlação com outros vestígios arqueológicos numa tentativa de identificação de factores de desigualdade no seio de um único grupo. Teve-se, igualmente, em atenção factores deposicionais e post-deposicionais que poderiam falsear os resultados (cf. nossa comunicação a este mesmo congresso).

Por outro lado, as informações de carácter tipológico foram complementadas com dados arquitectónicos do povoado e dados relativos a outros tipos de artefactos.

## CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

As variáveis tidas em atenção são principalmente de carácter morfológico e técnico. Apesar de neste poster serem apresentados somente os atributos *forma e organização decorativa*, outros dados foram analisados: acabamento de superfície, cor de superfície, cor do núcleo, técnicas decorativas, desengordurante, abertura de boca e espessura de paredes. Tentou identificar-se *possíveis funções gerais para os recipientes com forma*, para, através da análise de frequências e de distribuição espacial dos recipientes, se poderem tirar conclusões que ultrapassassem a simples classificação descritiva.

O estudo teve como modelo tipologias já existentes para outros povoados do Norte de Portugal, principalmente as de Castelo de Aguiar<sup>2</sup>, utilizando, sempre que possível, as mesmas designações e atributos. Por vezes foi necessário proceder-se a mudanças pertinentes para o estudo em causa e/ou a uma definição mais rigorosa dos critérios utilizados anteriormente. As tipologias foram construídas *a priori*, tendo subjacente um problema específico, pelo que são tipologias ideais, de acordo com as quais se procedeu posteriormente a identificação dos fragmentos cerâmicos provenientes de Castelo Velho.

### 1. FORMA

Os atributos da variável forma baseiam-se em princípios geométricos, sendo aplicados principalmente a bordos e à parte superior do corpo, já que só muito

---

<sup>2</sup>V. Susana O. Jorge, *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, Porto, IAFLUP, 1986.

raramente os recipientes estão completos. Um atributo importante na definição dos vários grupos formais é a abertura de boca; para a definição de subgrupos dentro de cada tipo utilizou-se a existência ou não de estrangulamento do colo, sendo o sub-atributo A caracterizado pela inexistência de colo marcado, B, colo ligeiramente marcado e C com estrangulamento de colo bem marcado.

### TIPOS DE FORMAS<sup>3</sup>

F1 – Esférico de boca muito fechada.

F2 – Esférico alto de boca fechada. Sub-atributos A, B e C.

F3 – Esférico bastante aberto.

F4 – Taças hemisféricas e em calote de esfera. Sub-atributos A, B, C e D. Neste caso os sub-atributos não correspondem à marcação do colo, mas a características das paredes.

F5 – Recipientes geralmente de forma provavelmente ovoide e grandes dimensões. Sub-atributos A, B e C.

F6 – Recipientes de paredes rectas, geralmente com tendência para o tronco-cónico.

F7 – Elipsoide horizontal de boca fechada.

F8 – Recipientes com forma globular, boca fechada e colo alto (estrangulado) e esvasado.

F9 – Recipientes abertos, geralmente de grandes dimensões e paredes rectas. Sub-grupos A e B.

F10 – A forma geral dos recipientes é genericamente semelhante à F5, todavia é mais arredondada e a pasta é muito diferente.

F11 – Esféricos de boca levemente fechada, paredes quase rectas, mas notando-se externamente uma pequena diminuição do diâmetro na zona da boca.

F12 – Formas compósitas carenadas, tendo a parte superior geralmente cilíndrica ou tronco-cónica.

## 2. ORGANIZAÇÃO DECORATIVA<sup>4</sup>

O estado muito fragmentário de toda a amostra dificultou a identificação das organizações decorativas, todavia procedeu-se sempre a uma classificação ainda que parcial. O princípio fundamental organizador das classes constituintes da or-

<sup>3</sup> Estes tipos foram definidos para todas as amostras presentes em Castelo Velho. Contudo, os gráficos aqui apresentados são relativos unicamente as camadas 2, 3 e 4, pelo que nem todas as formas aparecem representadas.

<sup>4</sup> Tal como para as formas, as organizações decorativas têm sub-grupos que não são aqui definidos.

ganização decorativa baseia-se essencialmente no posicionamento dos motivos no corpo do recipiente, na relação entre os vários motivos e na sua orientação horizontal/vertical. Tentou-se, sempre que possível, combinar o uso das técnicas decorativas e a organização dos motivos para a definição das classes de organização decorativa.

Tipo I – Organização em métopas. Em Castelo Velho só foi identificado o grupo I<sub>2</sub>.

Tipo III – Organização em bandas horizontais formadas por incisão e/ou impressão.

Tipo V – Este tipo tem como estrutura base a decoração em bandas horizontais, utilizando geralmente a técnica impressa penteada.

Tipo VII – Incisões irregulares.

Tipo VIII – Caneluras paralelas.

Tipo XV – Organização em quadriculado, podendo utilizar várias técnicas decorativas.

Tipo XXII – Engloba praticamente toda a decoração em relevo, isto é, plástica e medalhões.

## CONCLUSÃO

1. Os recipientes cerâmicos integram formas muito simples, essencialmente esféricos, semi-esféricos, calotes de esfera e ovóides, concentrando-se grande maioria dos bordos analisados nos tipos 1 a 5, tendo todos os outros frequências bastante variáveis, mas geralmente baixas.

2. A frequência das formas varia substancialmente de uma camada para outra: as taças em calote predominam na primeira fase de ocupação (IM4), F2 destaca-se em IM2. Em IM3 os grandes vasos (F5) dominam maioritariamente, o que nos leva a sugerir a hipótese de acumulação diferencial de bens de produção nesta área e fase de ocupação.

3. Os recipientes lisos e decorados têm frequências bastante equilibradas em todos os níveis estratigráficos, por oposição ao que se passa em outros povoados do Norte, onde os fragmentos decorados predominam.

4. A organização decorativa V predomina maioritariamente, resultando numa extrema homogeneidade de toda a amostra. Esta standartização decorativa levamos a por a hipótese de especialização da produção cerâmica.

5. Observa-se uma certa variabilidade de formas e decoração entre as camadas 4 e 3 e a camada 2. Na camada 2 verificam-se novas formas e novos tipos decorativos, mas há igualmente a registar-se uma certa continuidade de tipos existentes nos períodos de ocupação anteriores. É notável o aparecimento de tipos



de pasta mais friáveis, com desengordurante de maiores dimensões e por vezes acabamentos de superfícies mais grosseiros.

6. A homogeneidade formal e decorativa parece indiciar pouca diferenciação social. Todavia, a frequência e concentração de grandes vasos em IM3, possivelmente destinados a armazenamento, leva-nos a propor uma diferenciação social baseada na acumulação de bens de produção. A cerâmica não parece ter subjacente um valor social, de prestígio, mas as suas possíveis características funcionais parecem indicar a existência de um grupo (ou grupos) com possibilidade de acumulação de bens.

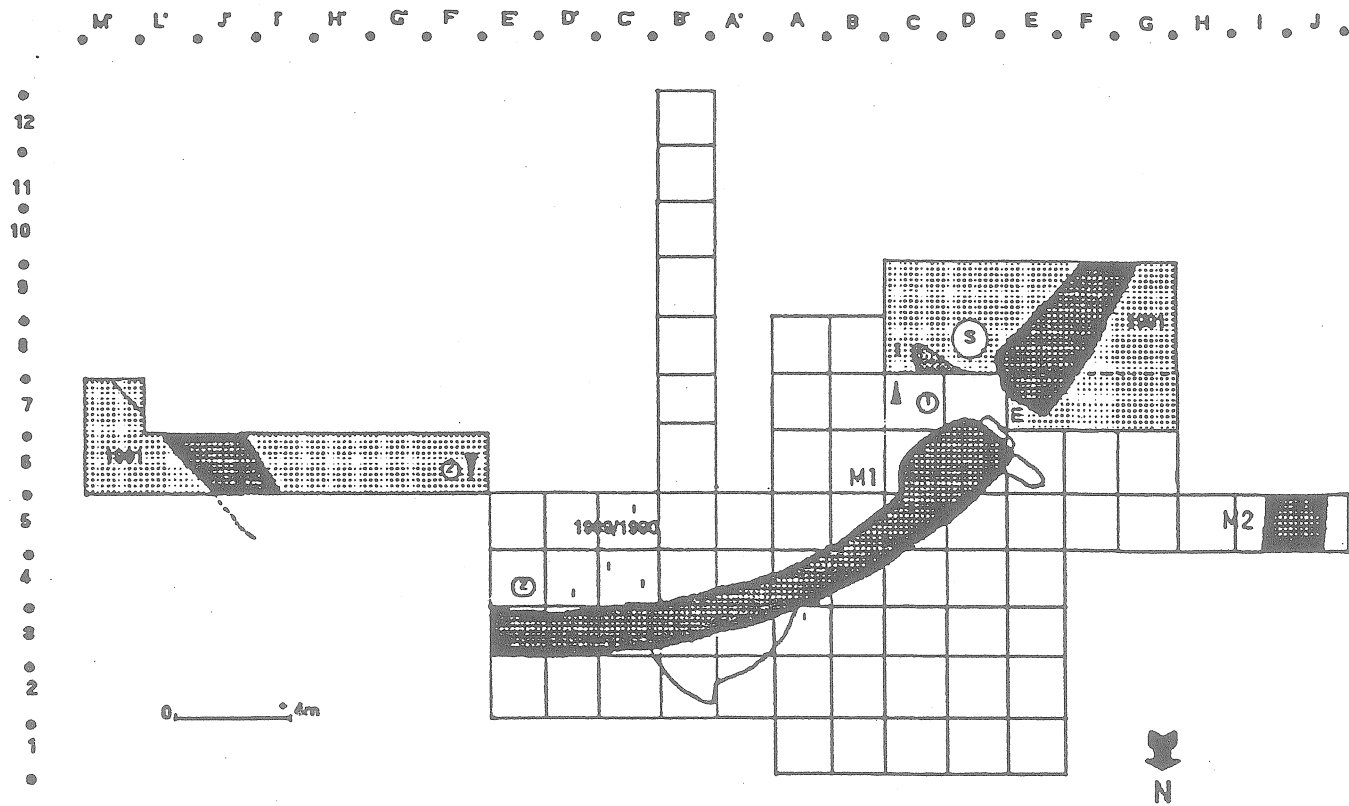
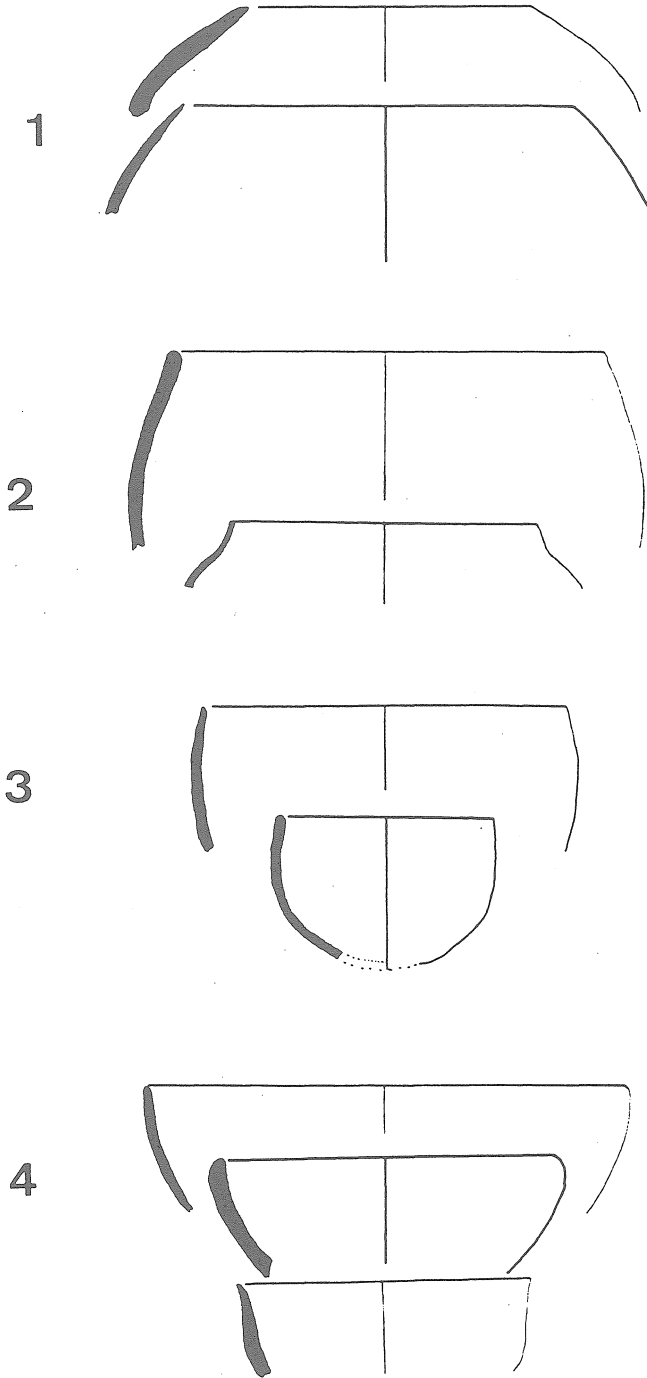


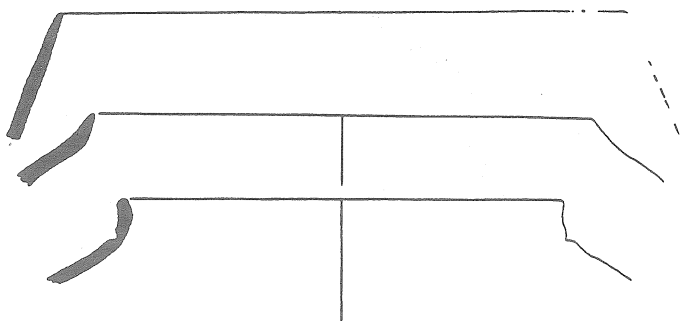
Fig. 1 — Planta esquemática da área escavada entre 1989 e 1991  
(seg. S. O. Jorge, rel. inédito apresentado ao IPPAR).



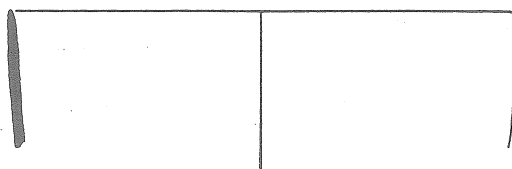
Tipos cerâmicos: 1 a 4.

Est. III

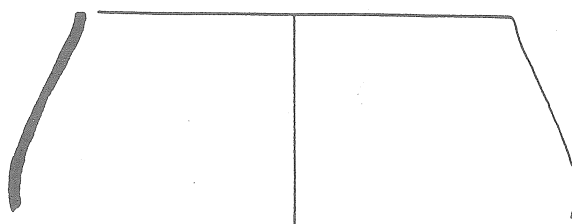
5



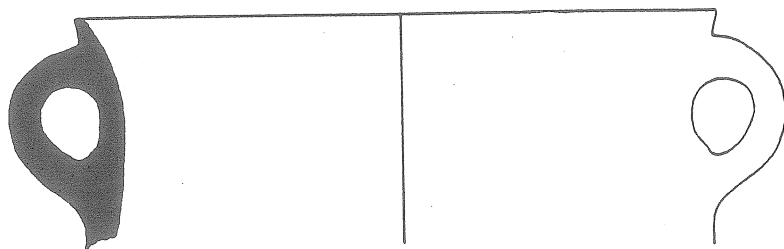
6



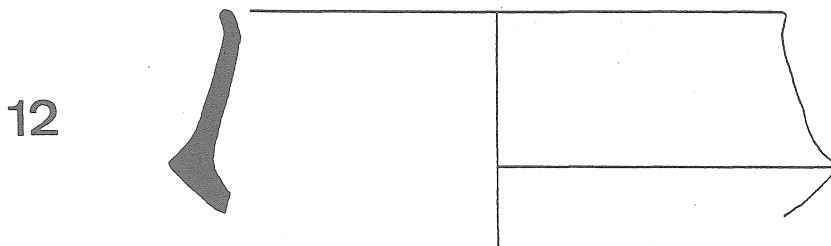
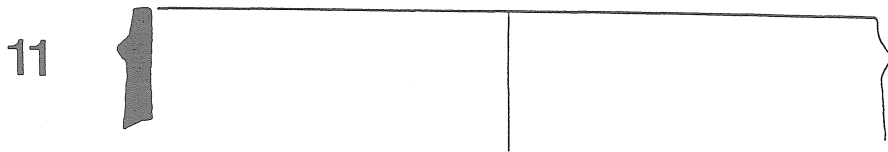
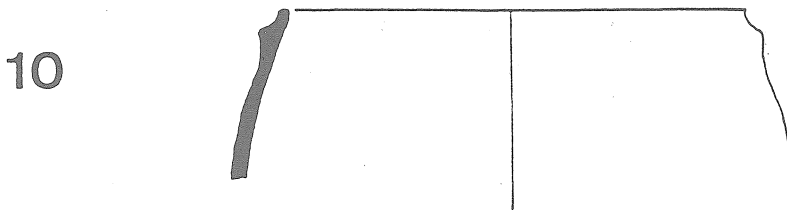
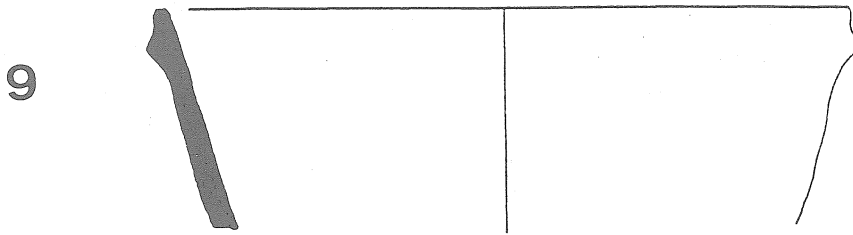
7



8



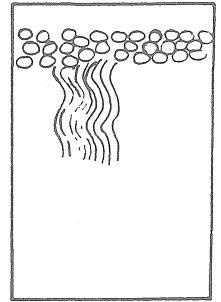
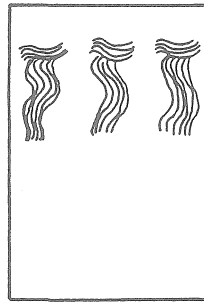
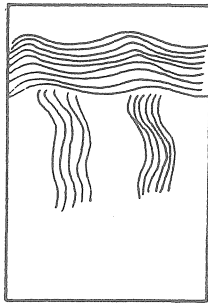
Tipos cerâmicos: 5 a 8.



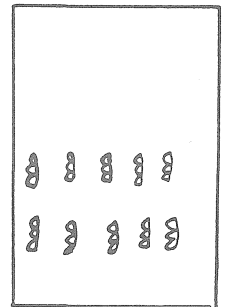
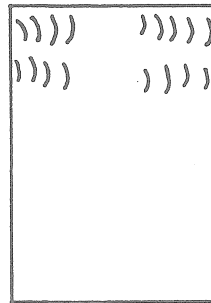
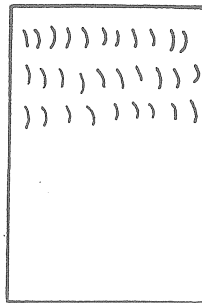
Tipos cerâmicos: 9 a 12.

Est. V

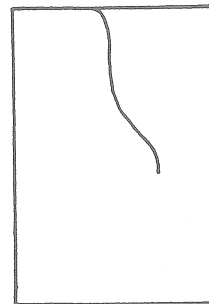
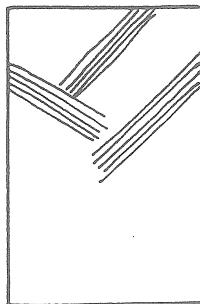
I<sub>2</sub>



III

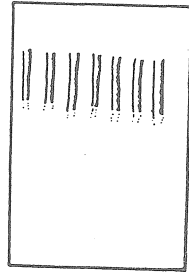
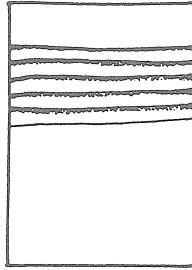
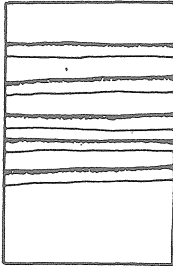


VII

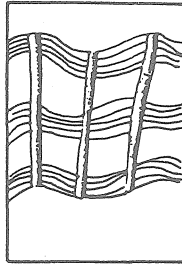
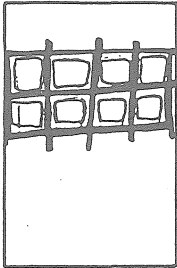


Tipos de organizações decorativas: I<sub>2</sub>, III e VII.

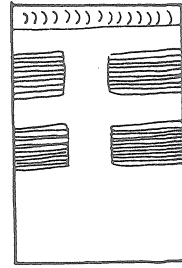
VIII



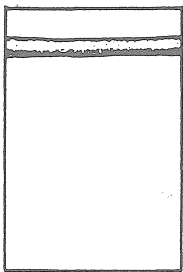
XV<sub>1</sub>



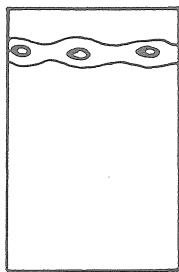
XV<sub>2</sub>



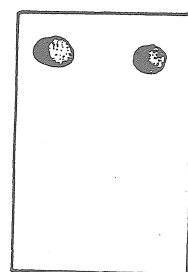
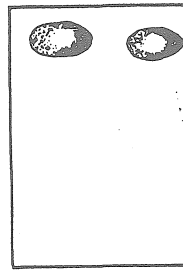
XXII<sub>1</sub>



XXII<sub>2</sub>

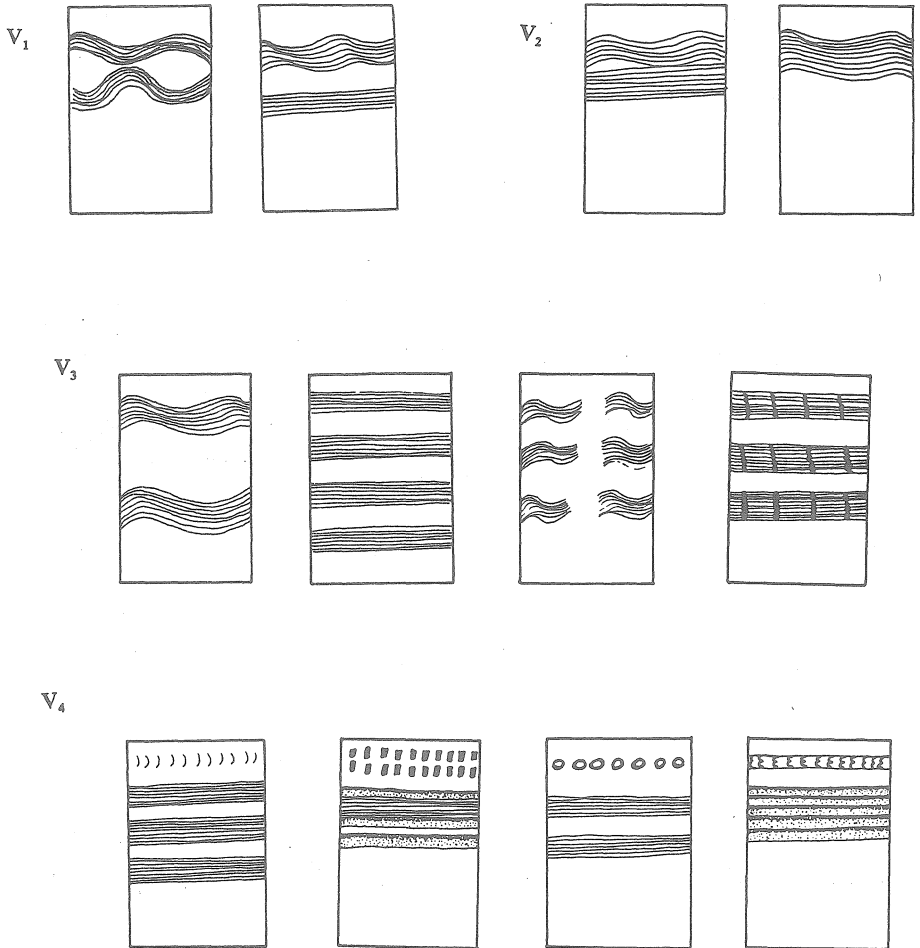


XXII<sub>3</sub>



Tipos de organizações decorativas: VIII, XV<sub>1</sub>, XV<sub>2</sub>, XXII<sub>1</sub>, XXII<sub>2</sub> e XXII<sub>3</sub>.

Est. VII



Tipos de organizações decorativas: V<sub>1</sub>, V<sub>2</sub>, V<sub>3</sub> e V<sub>4</sub>.



# PETROGLIFOS: APROXIMACIÓN A LA INTERPRETACIÓN. EL MODELO RISCAL

por

José María Chacón Cano, Luis Iglesias García y  
Gonzalo Queipo de Llano Martínez

**Resumen:** El objetivo es la presentación de un conjunto de petroglifos inéditos localizados en la provincia de Sevilla datados en el Bronce Médio de la región. Lo que abre una nueva perspectiva de investigación en este área de la provincia ante la ausencia de prospecciones sistematicas. La exposición irá acompañada de un soporte visual.

**Palabras-clave:** Petroglifos. Edad del Bronce. Sevilla.

## SITUACION Y DESCRIPCION DE LA ZONA

El Madroño es una pequeña localidad de la Provincia de Sevilla, situada a unos 80 Kms. al N-NO de la capital. Su término Municipal es colindante con la Provincia de Huelva, en concreto con la región del Andévalo Oriental, a cuyo ámbito geográfico pertenece, sin duda, esta parte de la Provincia de Sevilla; el paisaje presenta suaves colinas y valles poco profundos cortados por arroyos estacionales.

El Andévalo es la comarca más extensa y uniforme de la Provincia de Huelva, su topografía, ligeramente inclinada N-S, va prácticamente desde el nivel del mar (cercañas de Ayamonte), hasta casi los 600 mts. de altitud, en los puntos más altos, en la zona limítrofe con la Sierra de Aracena.

Geológicamente, está constituida por rocas muy antiguas, de carácter mayoritariamente ácido; se trata de pizarras del Devónico Superior y del Carbonífero, que determinan la existencia de suelos arcillosos pobres y poco desarrollados. Siguen en importancia los afloramientos de rocas volcánicas, unas veces de carácter ácido (riolitas) y otras básico (dioritas)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> I.G.M.E. 1972.

Climáticamente todo el área se engloba, en general, en el tipo mediterráneo, sometida a sequía estival por el aumento de las temperaturas y el descenso de las precipitaciones, cuya media anual oscila entre los 400-600 mm. en las zonas más bajas (50-75 mm. en verano), limítrofes con el litoral y la campiña, y los 800-100 mm. (75-100 mm. en verano), en la zona de contacto con la Sierra de Aracena. La temperatura media anual presenta un gradiente similar: 16,5-18,4° C. cerca del litoral y 14,5-16,4° C. en la zona próxima a Aracena. De ello cabe deducirse un clima progresivamente templado y húmedo a medida que se asciende en altitud y latitud, al aumentar la influencia atlántica.

Allí donde el bosque no ha sido humanizado la variedad de especies es enorme; las de porte arbóreo viene representadas por encinas (*Quercus ilex*), alcornoques (*Quercus suber*) y acebuches (*Olea europaea* var. *silvestris*). El sotobosque presenta dos pisos, uno de porte arbustivo; compuesto por madroños (*Arbutus unedo*), lentiscos (*Pistacea lentiscus*), jaras y jaraguazos (fam. *Cistus*), brezos (fam. *Ericaceas*) y retamas y, otro, de porte herbáceo (Romero, tomillo, lavanda, lengua de ciervo,...).

La curva de floración del conjunto taxones presenta un único máximo en primavera (Mayo 82,8%) y un mínimo en invierno (Diciembre 8%). El porte de los taxones es otro rasgo de la flora del Andévalo que nos recuerda su carácter mediterráneo. "Sin embargo es una de las comarcas que presenta menor número de taxones exclusivamente circunscritos a ella, debido al predominio de hábitats abiertos y degradados en los que son más frecuentes especies adaptadas a ellos que, generalmente, presentan distribuciones geográficas amplias<sup>2</sup>."

Desde muchos puntos de vista el Andévalo puede ser considerado como una zona de transición entre el litoral y la sierra de Huelva. La altitud, en su límite inferior, o la sequía estival, determinada por el sustrato y el escaso desarrollo de la vegetación, la acercan más al litoral. En el límite superior las altitudes son mayores y la influencia atlántica más notoria. (Mapa 1).

El hombre ha degradado esta bosque mediterráneo en tres sentidos:

1. Formando grandes superficies adhesionadas para labores extensivas de pastoreo y secano. La culminación de este proceso lleva a pastizales con poco o nulo arbolado, apareciendo especies como el palmito (*Chamaerops humilis*), espinos y espárragos.

2. Degradando en maquis y garrigas de matorral muy apretado, casi impenetrable.

---

<sup>2</sup> ARROYO, J.; "Análisis fitogeográfico de la Cuenca del Andévalo (Huelva)". *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Ríotinto. Desde la Historia hacia el Futuro*. Memoria. Nerva, 1988.

### 3. Repoblación forestal de pino piñonero y eucalipto<sup>3</sup>.

## SITUACION Y DESCRIPCION DEL YACIMIENTO

El paisaje presenta, en la cima de los cerros, unos característicos afloramientos esquistosos, con bloques de gran tamaño y de apariencia ruiforme, debido a la fractura de la roca y a la erosión a que se han visto sometidas. El cerro de El Riscal posee en su cumbre uno de estos afloramientos, especialmente extenso y prominente en el paisaje, donde se grabaron los motivos que analizaremos a continuación. El Riscal se encuentra a 1,5 Kms. al E-SE de El Madroño, tiene una altitud de 368 mts., señalada por un vértice geodésico de 3er orden, que fue colocado en su cima. En la ladera más escarpada del cerro se ha formado un abrigo conocido como La Cueva del Pobre, lugar donde se localiza el conjunto rupestre, a unos 20 mts. al S-SE de punto geodésico y a una altitud de 340-347 mts. Las coordenadas del yacimiento son:

X = 720.484,4.

Y = 4.168.971,0.

En el mapa 1:50.000 del Servicio Geográfico del Ejército, número 961, cuadro 11-39.

El abrigo, presenta tres accesos, en dos de los cuáles (Norte y Sur) se ha formado un registro de entrada que queda, parcialmente, fuera de la zona de derrumbes.

Hemos decido efectuar un reestructuración de los grabados con respecto a la presentación que hicimos del yacimiento<sup>4</sup>, ya que la que sigue nos parece más lógica:

1 – GRUPO 1; Grabado aislado en un bloque con tres motivos circulares encadenados.

2 – GRUPO 2; En el abrigo, compuesto por varios paneles o conjuntos:

2 a) Gran escutiforme.

2 b) Conjunto de círculos y espirales.

2 c) Pequeño escutiforme.

2 d) Grabado compuesto por dos círculos.

2 e) Conjunto muy erosionado, con motivos pseudocirculares y cuadrangulares.

<sup>3</sup> Para un mejor conocimientos del Andévalo remitimos a:

NUÑEZ ROLDAN, F. *En los Confines del Reino. Huelva y su Tierra en el Siglo XVIII*. Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1987.

*Primeras Jornadas sobre el Patrimonio Histórico-Artístico de la Sierra de Huelva*. 1986.

<sup>4</sup> IGLESIAS GARCIA, L., CHACON CANO, J.M. Y QUEIPO DE LLANO MARTINEZ, G.; "Grabados Rupestres inéditos en el Cerro de El Riscal. El Madroño, Sevilla" *SPAL* nº 1. Sevilla 1992.

3 – GRUPO 3; Grabado aislado en un gran bloque, apariencia arrifionada y profunda cazoleta en el centro.

Dos son las técnicas empleadas en el grabado de la piedra: la incisión o abrasión, que genera motivos de perfil en "V" (Grabados litotrípticos) y el repiqueteado, que produce secciones en "U" (Grabados litostíficos)<sup>5</sup>. La primera técnica se ha utilizado en los escutiformes mientras que la segunda en los círculos, espirales y puntos, apreciándose, en algunas zonas, claras huellas de burilado en espiga o espina de pez.

Para la reproducción de los grabados se emplearon técnicas no destructivas; en primer lugar se procedió a su división en cuadrículas, según las necesidades de cada elemento del conjunto. En cada una de las cuadrículas se colocó un papel de celofán, calcándose el contorno de los motivos con indelebles y señalizándose las conexiones según procediera.

Este "patriz" de celofán se trasladó a un soporte rígido (cartulina, transparencia,...); cada una de estas "matrices", en soporte rígido, se redujo al tamaño pertinente para realizar una reproducción a menor escala, con el fin de obtener una mejor visión de conjunto.

Con látex se sacaron los moldes de la técnica de grabado, para observar los restos de burilado o abrasión. Por último se realizaron fotografías y fotolitos.

Consideramos innecesaria una labor de limpieza, además de peligrosa, ya que, por la litología de la roca, esta se puede disgregar y borrar los motivos grabados. Por otra parte, éstos se encuentran cubiertos por comunidades de musgos y líquenes, ya que se hallan situados en una zona muy húmeda, que están erosionando los grabados; aún así, consideramos más destructiva la eliminación de estas comunidades, ya que dejarían al descubierto la roca y los cráteres, formados por los musgos y líquenes, no tardarían a ser colonizados, acelerándose aún más su destrucción.

## ADSCRIPCION CRONOLOGICA Y SOCIO-ECONOMICA

Creemos prematuro ofrecer una cronología para este tipo de manifestaciones. Se vienen situando desde el Neolítico<sup>6</sup>, pasando por el Calcolítico<sup>7</sup>, (bien porque

<sup>5</sup> DOS SANTOS JUNIOR, J.R.: "As Gravuras Litotrípticas de Ridevides". Porto. 1963. p.p. 118.

<sup>6</sup> BRADLEY, R., CRIADO BOADO, F. y FABREGAS VALCARCE, R.: *Petroglifos en el Paisaje: Nuevas perspectivas sobre el Arte Rupestre Gallego*. En prensa.

<sup>7</sup> SOBRINO LORENZO-RUZA: "Datos para el Estudio de los Petroglifos de tipo Atlántico". III Congreso Nacional de Arqueología. Galicia, 1953. p.p. 247.

BELEN DEAMOS, M.: "El Petroglifo de Las Tierras (Villanueva de los Castillejos. Huelva)". *Trabajos de Prehistoria*, 31. Madrid, 1974. p.p. 337-348.

PEREZ MACIAS, J.A.: "Los Esquematismos de los Azulejos (Santa Ana la Real, Huelva), nuevos

se ha relacionado con megalitos, bien con la pintura rupestre esquemática), en Bronce<sup>8</sup>, el Hierro<sup>9</sup> e, incluso, el Medieval.

Pensamos que los argumentos esgrimidos para la datación de este tipo de manifestaciones no son muy sólidos, ya que se ha utilizado la comparación tipológica con la pintura rupestre esquemática<sup>10</sup>, la paralelización de las armas que aparecen en algunos grabados con las que estaban circulando<sup>11</sup>, superposición de motivos y pátinas de éstos<sup>12</sup>, relación con monumentos megalíticos<sup>13</sup>... pero no se ha conseguido una datación verdaderamente fiable, ya sea esta relativa o absoluta. El caso el El Riscal es muy particular, ya que posee un registro estratigráfico que, además, parece estar intacto (grandes bloques de derrumbe lo sellan) y cubre parcialmente algunos motivos. Sugerimos que la excavación de éste abrigó debe llevarse a cabo a corto o medio plazo<sup>14</sup>.

Si tenemos una cronología tan amplia como débil, es difícil pensar en una formación socio-económica determinada que se vea plasmada en estas manifestaciones. Tradicionalmente se ha venido pensando en las comunidades del SO andaluz como gentes basadas fundamentalmente en lo ganadero, tanto en el Megalitismo<sup>15</sup>

grabados Rupestres en Huelva". *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Riotinto*. Nerva, 1988.

DEL AMO y DE LA HERA, M.: "Los Grabados Rupestres del Los Aulagares (Zalamea La Real, Huelva)". *Miscelánea Arqueológica*. Barcelona, 1974.

<sup>8</sup> OBERMAIER, H. "Die Bronzezeitlichen Felchgravierungen von Nordwestpanien (Galicien)". *I.P.E.K.* 1825.

Idem. "Impresiones de un Viaje Prehistórico por Galicia". *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. Vol. VII. 1923.

SOBRINO BUHIGAS.: *Corpus Petroglyphorum Gallaeciae*. Santiago de Compostela, 1935.

MAC WHITE, E.: *Estudios sobre las Relaciones Atlánticas de la Península Ibérica en el Edad del Bronce*. Madrid, 1951.

<sup>9</sup> SOBRINO BUHIGAS. *op. cit.* nota 8 p.p. 28 y 29.

<sup>10</sup> BREUIL, H.: *Les Peintures Rupestres Schematique de la Peninsule Iberique*. Vol. IV. 1935

OBERMAIER. *op. cit.* nota 8. De aquí es desde donde arranca el problema, creemos que no se pueden paralelizar ambas manifestaciones artísticas, ya que las técnicas son diferentes.

<sup>11</sup> SOBRINO LORENZO-RUZA. *op. cit.* nota 7.

ANATI, E. *Civiltà Preistorica della Valcamonica*. Ed.II. Saggiatore. Milán, 1964.

<sup>12</sup> ANATI, E. *op.cit.* nota 11.

Idem. *L'arte Rupestre Galiego-Portuguese. Evoluzione e Cronología. Arquivo de Beja*. Vol. XXIII-XXIV. Beja, 1966-67.

<sup>13</sup> PEREZ MACIAS, J.A. *op. cit.* nota 7.

BELEN DEAMOS, M. *op. cit.* nota 7.

DEL AMO Y DE LA HERA, M. *op. cit.* nota 7.

<sup>14</sup> IGLESIAS, CHACON Y QUEIPO DE LLANO. *op. cit.* nota 4.

<sup>15</sup> La idea de la ganadería como base económica de los constructores de megalitos se inició con Cerdán y los Leisner (1952), y ha sido aceptada sin discusión debido a que "los argumentos en que se basaban se sobreentendían como algo claro e indudable".

CERDAN MARQUEZ, C. LEISNER, G. y V. *Los Sepulcros Megalíticos de Huelva*. "Informes y Memorias". Madrid, 1952.

Más información sobre el Megalitismo en Huelva en:

RIVERO GALAN, E., CRUZ AUÑON, R. y GARCIA GONZALEZ, F.M.: "Nuevos datos sobre el Megalitismo Onubense. La Necrópolis de Berrocal". *Huelva en su Historia* 2. Huelva, 1988.

como en el Bronce preorientalizante<sup>16</sup>. Afortunadamente ya se han empezado a abrir nuevas líneas de investigación y nuevos enfoques que están poniendo en tela de juicio cuestiones como la fuerte inclinación de estas comunidades hacia la ganadería o la inestabilidad de la población en el territorio<sup>17</sup>, observándose que no se trata de poblaciones tan nómadas como se pensaba, ya que ahora comienzan a aparecer poblados<sup>18</sup>, ni tan inclinadas al pastoreo, pues aparecen dientes de hoz en los alrededores de los megalitos, en su interior y en los fondos de valle<sup>19</sup>.

Esto nos lleva a una nueva problemática que aún no hemos discutido; la utilidad de las hoces es específica (segar), pero abarca un amplio espectro de elementos (malas hierbas, ramón para el ganado, cereales, leguminosas, productos silvestres,...) y, a no ser que se efectúe un estudio de microdesgastes de todos y cada uno de los dientes de hoz localizados en la zona y sea posible especificar qué productos ha cortado, es imposible saber si cumplió una función o varias de su vida útil y qué duración aproximada tuvo ésta.

De todas formas creemos que la especialización a la que "sometemos" a las poblaciones del SO (ya en el sentido agrícola o ganadero) puede ser una transposición de valores. Lo más lógico sería pensar en una economía mixta que aprovechara todos o gran parte de los recursos que ofreciera el medio como parecen indicar los análisis de fauna que se han efectuado en varios yacimientos

p.p. 11-23.

PÉREZ MACÍAS, J.A., PEDRO, LORENZO, J., PÉREZ FERNÁNDEZ, R.: "Dólmenes de la Cabecera del Tinto en Huelva y Sevilla". *Huelva en su Historia* 2. Huelva, 1988, p.p. 23 a 55.

CANO MARTÍN, J.J. y VERA DE ORUETA, A.: "La Necrópolis de El Pozuelo, Zalamea La Real. Huelva: Análisis Espacial". *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Ríotinto*. Nerva, 1988.

CERDAN MARQUEZ, C. "Los Sepulcros Megalíticos de Huelva". *Actas del II C.N.A.* (Madrid, 1951). Zaragoza, p.p. 161-170.

Idem. "Grupo Dolménico nº 21. Informe". *N.A.H.* 5. Madrid, 1956-62. p.p. 69-72.

CERDAN MARQUEZ, LEISNER, G. y V.: "Los Sepulcros Megalíticos de Huelva". *Huelva Prehistoria y Antigüedad*. Madrid, 1975.

<sup>16</sup> AUBET SEMMLER, M.E. "Algunas consideraciones en torno al período orientalizante Tartésico". *Pirenae* 13-14, 1977-78.

GONZÁLEZ WAGNER, C. "Aproximación al proceso Histórico de Tartessos". *AEspA*. 1983.

Idem. "Notas en torno a la aculturación en Tartessos". *Gerión* 4, 1986.

RUIZ MATA, D.: Tartessos. *Historia de España*. Ed. Planeta. Tomo I, Cap. V. Barcelona, 1991.

<sup>17</sup> CANO MARTÍN, J.J. y VERA DE ORUETA, A. *op. cit.* nota 15.

NOCETE, ORIHUELA, PEÑA y PERAMO. "Odiel". *Investigaciones Arqueológicas en Andalucía*. 1985-1992. Huelva, 1993. p.p. 401.

<sup>18</sup> NOCETE, ORIHUELA, PEÑA y PERAMO. *op. cit.* nota 17.

Donde se traza una panorámica crítica de "El Caso Huelva" y se comunica el hallazgo de poblados fortificados en Puebla de Guzmán, Alosno, Cerro de Andévalo, Calañas y Pozuelo (todos inéditos).

PÉREZ MACÍAS, J.A. y MARTÍNEZ, F. Quienes localizaron y excavaron un poblado en Tres Aguilas ( El Campillo, Huelva), que permanece inédito.

<sup>19</sup> NOCETE, ORIHUELA, PEÑA y PERAMO. *op. cit.* nota 17.

CANO y VERA DE ORUETA. *op. cit.* nota 17.

de la zona<sup>20</sup>, ya que, y salvando la distancia espacio-temporal, la ganadería es muy variada y la caza presenta un porcentaje significativo; por otra parte, en los yacimientos costeros se aprecia, además de otros, un aprovechamiento de los recursos del litoral. Aparte, el Andévalo presenta terrenos potencialmente aptos para el cultivo, como los del tipo lavas básicas (espirititas y diabasas espiritizadas) y tobas básicas esquistosas, pizarras grises, a veces con niveles "cheerts" y tobas básicas esquistosas "tobas verde-violetas". Estos tipos, en general, forman depresiones ocupadas por suelos arcillosos rojizos aptos para cultivos<sup>21</sup>.

Para el análisis social remitimos a la cita 17, así como para la evolución del poblamiento en la zona del Odiel en el III y II milenios. Carecemos de prospecciones en nuestra zona de estudios, por lo que no hay localizados yacimientos que se puedan poner en relación con los grabados (aparte de uno medieval aún inédito<sup>22</sup>). No hay tampoco excavaciones, excepto la de Tres Aguilas<sup>23</sup>, también inédita, a 5 Kms. en línea recta desde El Riscal y en dirección N-NO; por todo esto no tenemos análisis de ningún tipo.

## INTERPRETACION DE LOS GRABADOS

Todos conocemos lo arriesgado que es interpretar este tipo de registro arqueológico ya que "no es posible presentar una interpretación con cierto rigor científico que supere la simple intuición sin bases en la que apoyarse<sup>24</sup>", sin embargo consideramos oportuno efectuar una enumeración de las interpretaciones que hasta ahora se han realizado sobre petroglifos.

<sup>20</sup> BELEN DEAMOS, FERNANDEZ-MIRANDA y PEDRO GARRIDO. "Los Orígenes de Huelva. Excavaciones en los cabezos de San Pedro y La Esperanza". *Huelva Arqueológica* III. Huelva, 1977.

FERNANDEZ GOMEZ y OLIVA ALONSO. Excavaciones en el yacimiento calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla). El Corte C. (La Perra). *N.A.H.* 25. Madrid, 1985.

CEREJO PECHARROMAN y PASTOR DOMINGUEZ. Informes sobre la fauna recuperada en Puerto 29 (Huelva), En FERNANDEZ JURADO, RUFETE TOMICO y GARCIA SANZ. Excavaciones Arqueológicas en el Solar nº 29 de la calle Puerto de Huelva. *Huelva Arqueológica* XII. 1990.

ALVAREZ y CHAVES.: "Informe Faunístico...". En AUBET SEMMLER, REMEDIOS SERNA, ESCACENA CARRASCO y RUIZ DELGADO. *La Mesa de Setefilla, Lora del Río (Sevilla). Campaña de 1979.* E.A.E. 149. Madrid, 1983.

FRITZ HERMAN HEIN. "Kupferzeitliche Tierknochenfunde aus Valencina de la Concepción. Sevilla". *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel.* nº 8. München, 1982.

GISELA AMBERGER. "Tierknochenfunde von Cerro Macareno, Sevilla." En la misma serie que el anterior nº 9. München, 1985 p.p. 76-104.

<sup>21</sup> CANO y VERA. *op. cit.* nota 15.

<sup>22</sup> QUEIPO DE LLANO, IGLESIAS y CHACON. En preparación.

<sup>23</sup> PEREZ MACIAS, A y MARTINEZ, F. *op.cit.* nota 18.

<sup>24</sup> DE LA PEÑA SANTOS y VAZQUEZ VARELA. "Los Petroglifos Gallegos". *Cuaderno de Seminario de Estudios Cerámicos de Sargadelos.* La Coruña, 1979 p.p. 95.

Para Obermaier los grabados representarían planos de cabafias y poblados, incluídos caminos, campos,... mientras que para el lugar donde se encuentran los petroglifos ofrece una función de culto<sup>25</sup>.

Sobrino Buhigas revisó las interpretaciones dadas hasta el momento y enumeró algunas como danzas funerarias, signos sexuales, descripciones del cielo, descripciones de caminos y campos,...<sup>26</sup>.

Jerónimo Oliva García piensa que son un medio gráfico de expresión de ideas religiosas u otras manifestaciones del espíritu; para el autor el agua de lluvia que queda recogida en las cazoletas se utilizaría con fines mágico-religiosos; las paletas grabadas las paraleliza con espejos rituales y navajas de afeitar y unos motivos en "rosa de los vientos" como candilejas para ritos nocturnos<sup>27</sup>.

Breuil se inclina a creer que, tanto los círculos con cazoleta central como los círculos concéntricos, son representaciones de rostros humanos, aunque también, en algunos casos, tendrían un significado topográfico que él encuentra, sobre todo, en los signos laberínticos. Acepta, además, los círculos como representaciones de carros<sup>28</sup>.

Para Pérez Macías el grabado de los Azulejos presentaría la contraposición entre lo nocturno y lo diurno<sup>29</sup>.

Melida los relaciona con mapas de construcciones, poblados o casas<sup>30</sup>, mientras que, Mergelina piensa en topográficos, poblaciones y caminos entre ellos<sup>31</sup>. Para J. Carballo los círculos representan "sin ningún tipo de dudas, plantas de túmulos, mientras que las cruces y puntos dispersos que aparecen alrededor de estos motivos serían los asistentes a los ritos fúnebres<sup>32</sup>".

Sobrino Lorenzo-Ruza interpreta los motivos circulares como representaciones de símbolos solares<sup>33</sup> y Sverre piensa en parcelarios de propiedad<sup>34</sup>.

Anati, para el conjunto alpino italiano y los petroglifos del NO de la Península Ibérica, acepta un significado religioso, pero reconoce descripciones de la vida diaria, acciones bélicas, elementos de culto, representaciones de divinidades,...<sup>35</sup>.

<sup>25</sup> OBERMAIER, H. *op. cit.* nota 8.

<sup>26</sup> SOBRINO BUHIGAS. *op. cit.* nota 8.

<sup>27</sup> MOLINA GARCIA. "Campo de Petroglifos en Tobarrilla. Yacla (Murcia)". *N.A.H.* nº 25. Madrid, 1985. p.p. 133-163.

<sup>28</sup> BREUIL, H. *op. cit.* nota 10.

<sup>29</sup> PEREZ MACIAS, J.A. *op. cit.* nota 7.

<sup>30</sup> MELIDA, J.R. *Arqueología Española*. Ed. Labor, 1942.

<sup>31</sup> MERGELINA y LUNA: Comunicación verbal tomada de Oliva García. (nota 25).

<sup>32</sup> CARBALLO, J. "La Glíptica Prehistórica de Galicia. El Enigma de los Petroglifos. Su interpretación". *Revista Metalúrgica y Electricidad*. Madrid, 1949.

<sup>33</sup> SOBRINO LORENZO-RUZA. "Ensayo sobre los motivos de Discos Solares en los Petroglifos Gallego-atlánticos". *Zephyrus*, Vol. II, 1956

<sup>34</sup> MARSTRANDER SVERRE. *Valcamónica Symposium*. Capo di Ponte, 1970. p.p. 261-268.

<sup>35</sup> ANATI. *op. cit.* nota 11.



Las últimas tendencias de interpretación de petroglifos las encontramos en Galicia, dentro de la estrategia de investigación de la Arqueología del Paisaje<sup>36</sup>, utilizada ya en las Islas Británicas<sup>37</sup>; los grabados se ponen en relación con vías de comunicación y pastos naturales<sup>38</sup> (lo que curiosamente coincide con una de las líneas de investigación que pensamos abrir para el cerro de El Riscal). Esta idea viene apoyada por otros autores que utilizan técnicas como el de arcos de visibilidad de los petroglifos y su superposición en relación con vías de paso<sup>39</sup>.

### APROXIMACION A LA INTERPRETACIÓN: LA GEOGRAFIA Y EL POTENCIAL ECONÓMICO

El cerro de El Riscal se encuentra en un altiplano que, para nosotros, es un nudo de comunicaciones en el Andévalo Oriental (Mapa 2). Las vías meridionales occidentales vienen vertebradas por el río Tinto, cuyo papel como vía de comunicación ya ha sido apuntado en otro lugar<sup>40</sup>, una vía secundaria parte del Tinto y abre camino hacia el altiplano de El Madroño por el sur; se trata del Arroyo del Gallego.

La vías meridionales orientales vienen representadas por el Arroyo Cañaveroso y el de las Cañadas (la toponimia resulta bastante explícita en éste caso), que arrancan desde El Alamo y llevan hasta el Valle del Guadalquivir. Por otro lado, y dentro de las meridionales orientales, tenemos el Crispinejo, que nace en la zona de La Aulaga, pasa al E de nuestra zona y lleva, también, hacia el Valle del Guadalquivir.

Por el E la vía de comunicación principal es el propio altiplano, con accesos que traza la topografía entre Sierras Blancas y otras formaciones montañosas de menor entidad que se encuentra más al sur. Por el N es el Jarrama el que actúa como cuñas de penetración en la zona de El Madroño, además de conectarlo con el altiplano de La Granada de Ríotinto, complementándolo el arroyo de "Juan García".

Desde el cerro de El Riscal se controlan todos los accesos, ya que posee una visibilidad total de 5 Kms. de radio; sin embargo utilizando el sistema de arcos de visibilidad, antes mencionado, desde los grabados, resulta que ésta se reduce

<sup>36</sup> BRADLEY, CRIADO y FABREGAS. *op. cit.* nota 34.

<sup>37</sup> BRADLEY, R. "Rock Art and the Perception of Landscape". *Cambridge Archaeological Journal*. p.p.: 77-101. Cambridge, 1991.

<sup>38</sup> BRADLEY, CRIADO y FABREGAS. *op. cit.* nota 6.

<sup>39</sup> SANTOS ESTEVEZ, M. En preparación.

<sup>40</sup> GARCIA RINCON, J.M. "Aproximación al Estudio Espacial del Area de Tejada la Vieja". En FERNADEZ JURADO: Tejada La Vieja: Una Ciudad Protohistórica. *Huelva Arqueológica IX*. Huelva, 1987.

al control de la vía del altiplano. El Riscal es visible desde todas las zonas, pero sobre todo desde el E. apreciándose toda la mole rocosa que corona su cumbre; sería necesario plantear una prospección intensiva de la zona para localizar todo tipo de yacimientos en el área de visibilidad desde El Riscal y así poder establecer relaciones entre éstos y los grabados. Además, El Riscal, en su arco de visibilidad, controla un abrevadero en el que convergen casi todas las vías pecuarias de la zona, pero no sabemos que antigüedad pueden tener éstas, aunque están trazadas sobre la vía natural del altiplano.

Por otra parte, y en un área de recursos tan limitados como el Andévalo, el altiplano de El Madroño presenta muchas potencialidades económicas:

Por un lado, es una zona propicia para la existencia de pastos espontáneos (posee hondonadas, vallejitos, colinas y laderas en umbría; aparte de ser, el mismo, una nava o llanura entre montañas). Se puede establecer un sistema de transterminación (en la que el ganado encuentra parte del año el alimento en su región y el resto en otras no lejanas), entre ésta zona (pastoreo desde primavera hasta otoño) y el Valle del Guadalquivir o La Campiña de Huelva (pastos en primavera, otoño e invierno)<sup>41</sup>.

Por otra parte las tierras son potencialmente cultivables, medianamente pesadas, y los recursos de agua abundantes. Existen minas de cobre, bosques para la caza mayor y menor, productos silvestres recolectables (madroños, setas,...) y almacenables (bellotas...). Es una zona, pues, susceptible de mantener un poblamiento continuado y estable, línea ésta de investigación que ocupa al equipo firmante del presente artículo.

## COLABORADORES

Diseño Gráfico: Emilio Barberi Rodríguez.

Trabajo de Campo: Inmaculada Alvarez.

Trabajo de Laboratorio: Manuel Santos Estévez.

## AGRADECIMIENTOS

Agradecemos la colaboración de Matilde González Mendez que nos animó a presentar este artículo, a la Escuela de Artes Gráficas A.E.C.I.P.A., que amablemente nos cedió su laboratorio, a María Belén Deamos, José Luis Escacena Carrasco y Francisco Nocete Calvo por sus críticas y orientaciones, a Felipe Criado Boado por cedernos material inédito y a Antonio Miguel García Díaz por su inestimable colaboración.

---

<sup>41</sup> GONZALEZ VAZQUEZ, E. *Alimentación de la Ganadería y los Pastizales Españoles*. Ed. Técnicas, S.A. Madrid-Barcelona, 1944.

## BIBLIOGRAFÍA

- A.M.A. *Catálogo de suelos de Andalucía*. Sevilla, Junta de Andalucía, 1984.
- ANATI, E. *Civiltà Preistorica della Valcamònica*. Ed. II. Saggiatore. Milán, 1964
- Idem. "L'arte Rupestre Galiego-Portuguese. Evoluzione e Cronología". *Arquivo de Beja*, Vol. XXIII-XXIV. Beja, 1966-67.
- Idem. *Arte Rupestre nelle Regioni Occidentalli della Península Ibérica*. Ed. del Centro. Brecia, 1968.
- ALVAREZ, M.T. y CHAVEZ, P. "Informe Faunística del Yacimiento de Aljaraque (Huelva): Cortes A-72 y A-10.4 del Sector A." En Martín de la Cruz: *Papa Uvas II. Aljaraque. Huelva. Campañas 1981 a 1983*. E.A.E. 149. Madrid, 1986. p.p. 321-344.
- ARROYO, J. "Análisis Fitogeográfico de la Cuenca del Andévalo. (Huelva)". *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Ríotinto. Desde la Historia hacia el Futuro*. Memoria. Nerva, 1988.
- AUBET SEMMLER, M.E. "Algunas consideraciones en torno al Período Orientalizante Tartésico". *Pirenae* 13-14. 1977-78.
- BELEN DEAMOS, M. "El Petroglifo de las Tierras (Villanueva de los Castillejos. Huelva)" *T.P.* 31. Madrid, 1974. p.p. 337-348.
- BELEN DEAMOS, FERNANDEZ-MIRANDA Y PEDRO GARRIDO. "Los Orígenes de Huelva. Excavaciones en los Cabezos de San Pedro y La Esperanza". *Huelva Arqueológica* III. Huelva, 1977.
- BELEN DEAMOS, M. y ESCACENA CARRASCO, J.L. "Las Comunidades Prerromanas de la Baja Andalucía". *I Congreso de Paleontología de la Península Ibérica*. Madrid, 1989.
- BLANCO FREJEIRO, A. y ROTHENBERG, B. *Exploración Arqueometalúrgica de Huelva*. (E.A.H.). Ed. Labor 1981.
- BRADLEY, R. "Rock Art and the Perception of Landscape". *Cambridge Archaeological Journal*, 1991. p.p. 77-101.
- BRADLEY, R., CRIADO BOADO, F. Y FABREGAS VALCARCE, R. *Petroglifos en el Paisaje: Nuevas Perspectivas sobre el Arte Rupestre Gallego*. En prensa.
- BREUIL, H. *Les Peintures Rupestres Schematiques de la Peninsule Iberique*. Vol. IV, 1935.
- CANAU Y PIZARRO, F. *Prehistoria de la Provincia de Sevilla*. Sevilla 1894.
- CANO MARTIN Y VERA DE ORUETA, "La Necrópolis de El Pozuelo, Zalamea La Real. Huelva: Análisis Espacial". *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Ríotinto. Desde la Historia hacia el Futuro*. Memoria. Nerva, 1988.
- CANO, R. *Antigüedades y Principado de la Ilustrisima Ciudad de Sevilla y Chorographia de su Convento Iuridico o Antigua Chacilleria*. Sevilla, 1634.
- CAÑAL, C. *Sevilla Prehistórica*. Sevilla, 1894
- CARBALLO, J. "La Glíptica Prehistórica en Galicia. El Enigma de los Petroglifos. Su Interpretación". *Revista Metalúrgica y Electricidad*. Madrid, 1949.
- CERDAN MARQUEZ, C. LEISNER, G. y V. *Los Sepulcros Megalíticos de Huelva*. Informes y Memorias. Madrid, 1952.
- CERDAN MARQUEZ, C. "Grupo Dolménico, 21. Informe". *N.A.H.* 5, Madrid, 1956-62.
- CERDAN MARQUEZ, C. LEISNER, G. y V. "Los Sepulcros Megalíticos de Huelva" *Huelva Prehistória y Antigüedad*. Madrid, 1975.
- CEREIJO PECHARROMAN Y PASTOR DOMINGUEZ. "Informes sobre la Fauna recuperada en Puerto 29 (Huelva)". En Fernandez Jurado, Rufete Tomico y Garcia Sanz.

- Excavaciones Arqueológicas en el solar nº 29 de la calle Puerto de Huelva. *Huelva Arqueológica* XII, 1990.
- COSTA, J. *Estudios Ibéricos*. Madrid, 1891-95
- COSTA MARTINEZ, T. *Formas típicas de Ganadería Rural*. Madrid, 1913
- Idem. *Apuntes para la Historia Jurídica de la Ganadería en España*. Madrid, 1918
- DANTIN CERECEDA, J. Cañadas Ganaderas Españolas. *Congresso do Mundo Português. Publicações*. Lisboa, 1940. p.p. 682-696.
- DE CARTILLA, I. *Código y Manual de Conservación y Construcción de Caminos Vecinales*. Madrid, 1848.
- DEL AMO Y DE LA HERA, M. "Nuevas aportaciones para el Estudio de la Edad del Bronce en el Sudoeste Peninsular: Los Enterramientos en Cistas de la Provincia de Huelva". *XII C.N.A.* Huelva, 1973, Zaragoza, 1975.
- Idem. "Los Grabados Rupestres de los Aulagares (Zalamea La Real. Huelva)". *Miscelánea Arqueológica*. Barcelona, 1974.
- DE LA ROSA, A. *Memoria sobre la manera de Transhumancia*. Madrid, 1871.
- DEL CAZAL. *Memoria sobre la Administración Provincial de Sevilla. Año 1878-79*. Sevilla, 1878.
- DEL RIO, M. *Vida Pastoril*. Madrid, 1828.
- DIEZ NAVARRO, A. *Quaderno o Código de la Mesta*. Madrid, 1731.
- DOS SANTOS JUNIOR, J. R. "Arte Rupestre". *I Congresso do Mundo Português*. Vol. I. Lisboa, 1940
- Idem. "As gravuras litotrípticas de Ridevides (Vilaríça)", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XIX, 1963, fasc. 2, pp. 111-144.
- ESPINOSA DE LOS MONTEROS, P. *Historia, Antigüedades y Grandeza de la Ciudad de Sevilla*. Sevilla, 1627.
- ESTEVEZ ESCALERA, J. "Estudio de la Fauna del Corte 3: Aproximación a la Fauna del Yacimiento de Setefilla". En Aubet Semmler, Remedios Serna, Escacena Carrasco y Ruiz Delgado. *La Mesa de Setefilla. Lora del Río (Sevilla). Campaña, 1979*. E.A.E. 122. Madrid, 1983.
- FERNADEZ GOMEZ Y OLIVA ALONSO. Excavaciones en el Yacimiento Calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla). El Corte C. (La Perra). *N.A.H.* 25. Madrid, 1985.
- FRITZ HERMAN HEIN. *Kupferzeitliche Tierknochenfunde aus Valencina de la Concepción. Sevilla*. Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel. nº 8. München, 1982.
- GARCIA RINCON, J.M. "Aproximación al Estudio Espacial del Area de Tejada La Vieja". En Fernandez Jurado. *Tejada La Vieja: Una Ciudad Protohistórica. Huelva Arqueológica* IX. Huelva, 1987.
- GISELA AMBERGER "Tierknochenfunde von Cerro Macareno, Sevilla". *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*. nº 9. München, 1985. p.p. 46-104.
- GERTOSO Y PEREZ, J. *Curiosidades Antiguas Sevillanas*. Sevilla, 1885.
- GONZALEZ VAZQUEZ, E. *Alimentación de la Ganadería y los Pastos Españoles*. Ed. Técnicas, S.A. Madrid-Barcelona, 1944.
- GONZALEZ WAGNER, C. "Aproximación al proceso Histórico de Tartessos". *AEspA*, 1983.
- Idem. "Notas en torno a la Aculturación en Tartessos". *Gerión* 4. 1986.
- GOMEZ VALVERDE, M. *El Consultor del Ganadero*. Madrid, 1898.

- GUICHOT, J. *Historia de Andalucía hasta 1870*. Sevilla, 1869.
- Idem, *Historia de la Ciudad de Sevilla y Pueblos Importantes*. 1875-1886. Sevilla.
- IGLESIAS GARCIA, CHACON CANO Y QUEIPO DE LLANO MARTINEZ. "Grabados Rupestres Inéditos en El Cerro de El Riscal (El Madroño, Sevilla)". *SPAL*, nº 1. Sevilla, 1992.
- JORNADA Y MORERA, J. *Apuntes Bibliográficos Forestales*. Madrid, 1875
- Jornadas sobre el Patrimonio Histórico de la Sierra de Huelva*. Almonaster La Real, 1986.
- KLEIN JULIUS. *La Mesta, Estudio de la Historia Económica Española*. 1273-1836. Madrid, 1936.
- Idem. *La Mesta*. Madrid, 1979.
- LADERO QUESADA, M.A. *Andalucía en el Siglo XV*. Madrid, 1973.
- LOPEZ MARTINEZ HIDALGO FALLADA Y PRIETO. *Diccionario Práctico de Ganadería*. Madrid, 1886-90.
- MAC WHITE, E. *Estudios sobre las relaciones Atlánticas de la Península Ibérica en la Edad del Bronce*. Madrid, 1951.
- MADOZ, P. *Diccionario Geográfico-Estadístico de España y sus Posesiones de Ultramar*. Varios Tomos. Varias Ediciones.
- MARTINEZ ALCUBILLA, M. *Códigos Antiguos de España*. Madrid, 1865.
- MARSTRANDER, SVERRE. *Valcamónica Symposium*. Capo di Ponte, 1970. p.p. 261-268.
- MELIDA, J. R. *Arqueología Española*. Ed. Labor. 1942.
- MOLINA GARCIA. "Campo de Petroglifos en Tobarriilla. Yecla (Murcia)". *N.A.H.* nº 25. Madrid, 1985. p.p. 133-163.
- MORGADO ALONSO. *Historia de Sevilla en la cual se contiene sus Antigüedades*. Sevilla, 1587.
- NOCETE, ORIHUELA, PEÑA Y PERAMO. "Odiel". *Investigaciones Arqueológicas en Andalucía, 1985-1992*. Huelva, 1993. p.p. 383-401
- NUÑEZ ROLDAN, F. *En los Confines del Reino. Huelva y su Tierra en el Siglo XVIII*. Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1987.
- OBERMAIER, H. "Die Bronzezeitlichen Felsgravierungen von Nordwestpanien (Galicien)". *IPEK*, 1925.
- Idem. "Impresiones de un Viaje Prehistórico por Galicia". *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Histórico-Artísticos de Orense*, Vol. VII, 1923.
- PAREDES GUILLEN, A. *Historia de los Framontanos Celtíberos*. Placencia, 1888.
- PEREZ MACIAS, J.A. "Los Esquematismos de los Azulejos (Santa Ana La Real, Huelva)". *I Congreso Nacional Cuenca Minera de Riotinto. Desde la Historia hacia el Futuro*. Memoria. Nerva, 1988.
- PEREZ MACIAS, PEDRO LORENZO y PEREZ FERNANDEZ. "Dólmenes en la Cabecera del Tinto en Huelva y Sevilla". *Huelva en su Historia* 2. Huelva, 1988. p.p. 23-55.
- PEREZ PAREDES, C. y SANTOS ESTEVEZ, M. "Grabados Rupestres no Concello de Arbo". *Revista do Museo Municipal Quiñones de León*. Vigo, 1988-89.
- PONZ, A. *Viage de España*. Madrid, 1784.
- REINA, y PASTOR, P. "La Lana en Castilla y León antes de la Organización de la Mesta". *Revista y Moneda y Crédito*, nº 112. 1970.
- Idem. *Conflictos Sociales y Estancamiento Económico en la España Medieval*. Barcelona, 1973.
- RIVERO GALAN, CRUZ AUÑON y GARCIA GONZALEZ. "Nuevos datos sobre el Megalitismo Onubense: La Necrópolis de Berrocal". *Huelva en su Historia*, 2. Huelva,

1988.

RUIZ-GALVEZ PRIEGO Y GALAN DOMINGO. "La Estelas del Suroeste como Hitos de vías Ganaderas y Rutas Comerciales". *T. P.* 48. Madrid, 1991. p.p. 257-273.

RUIZ MATA, D. "Tartessos". *Historia de España*. Ed. Planeta, Tomo I, Cap. V. Barcelona 1991.

SANCHEZ GAVITO, L. *Vías Pecuarias a través del Tiempo*. Madrid, 1955.

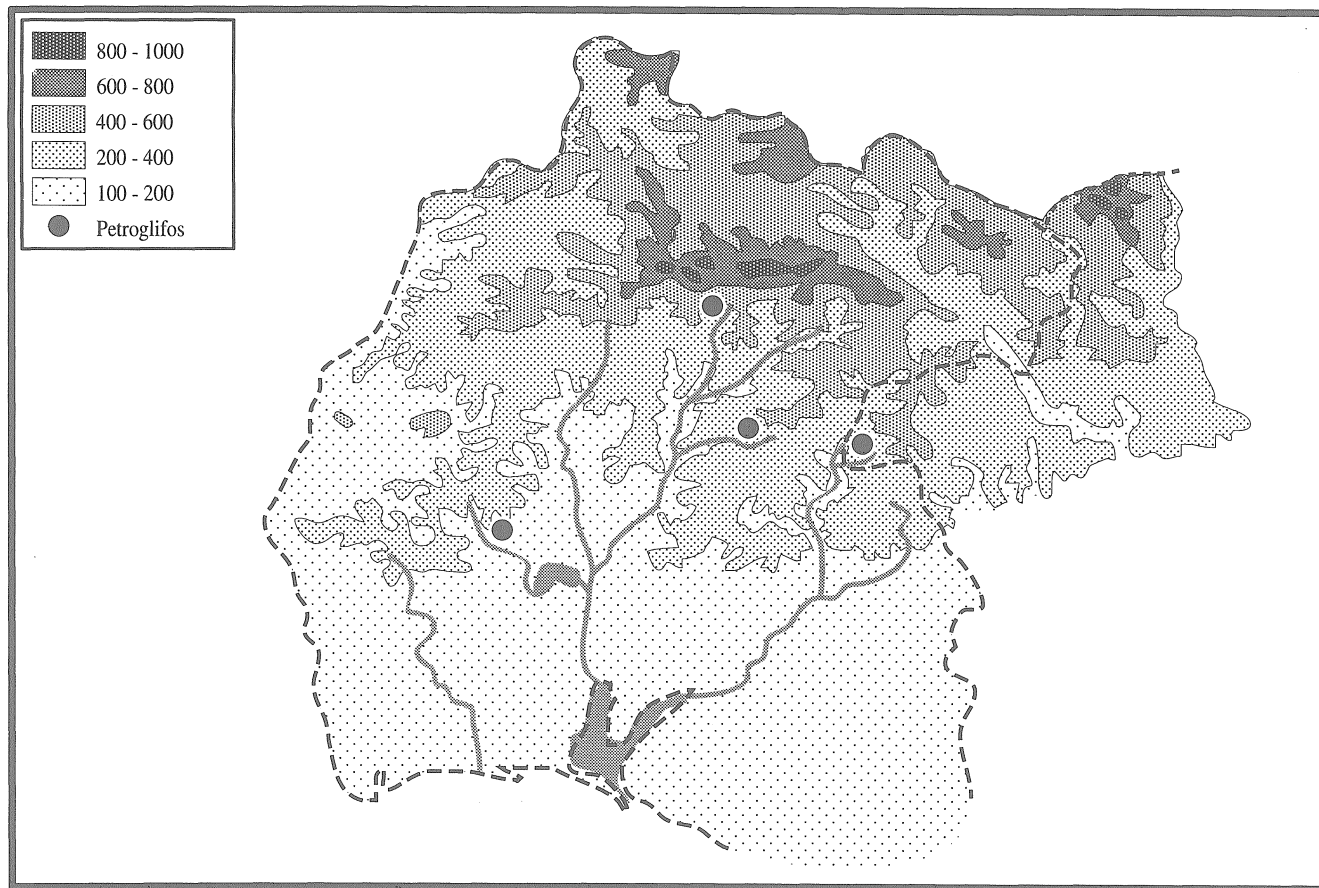
SANTOS ARAN. *Ganado Vacuno*. Zaragoza, 1910.

SOBRINO LORENZO-RUZA. "Datos para el Estudio de los Petroglifos de tipo Atlántico". *III Congreso Nacional de Arqueología*. Galicia, 1953.

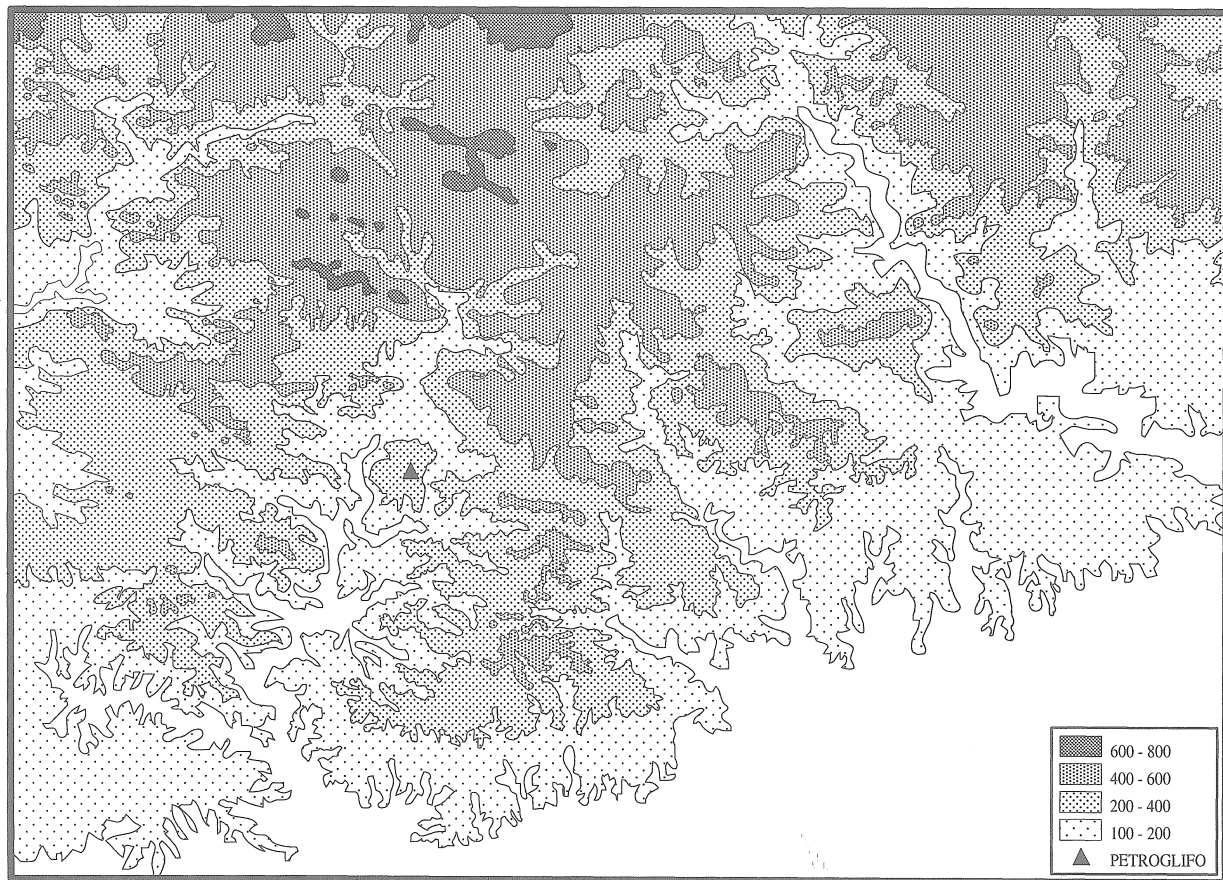
Idem. "Ensayo sobre los Motivos de Dicos Solares en los Petroglifos Gallego-Atlánticos". *Zephyrus*, Vol. II, 1956

VELAZQUEZ. *Cañadas Pastoriles en sus Vecindades*. Sevilla, 1859.

VILLUGA, P.J. *Repertorio de todos los Caminos de España*. 1546.

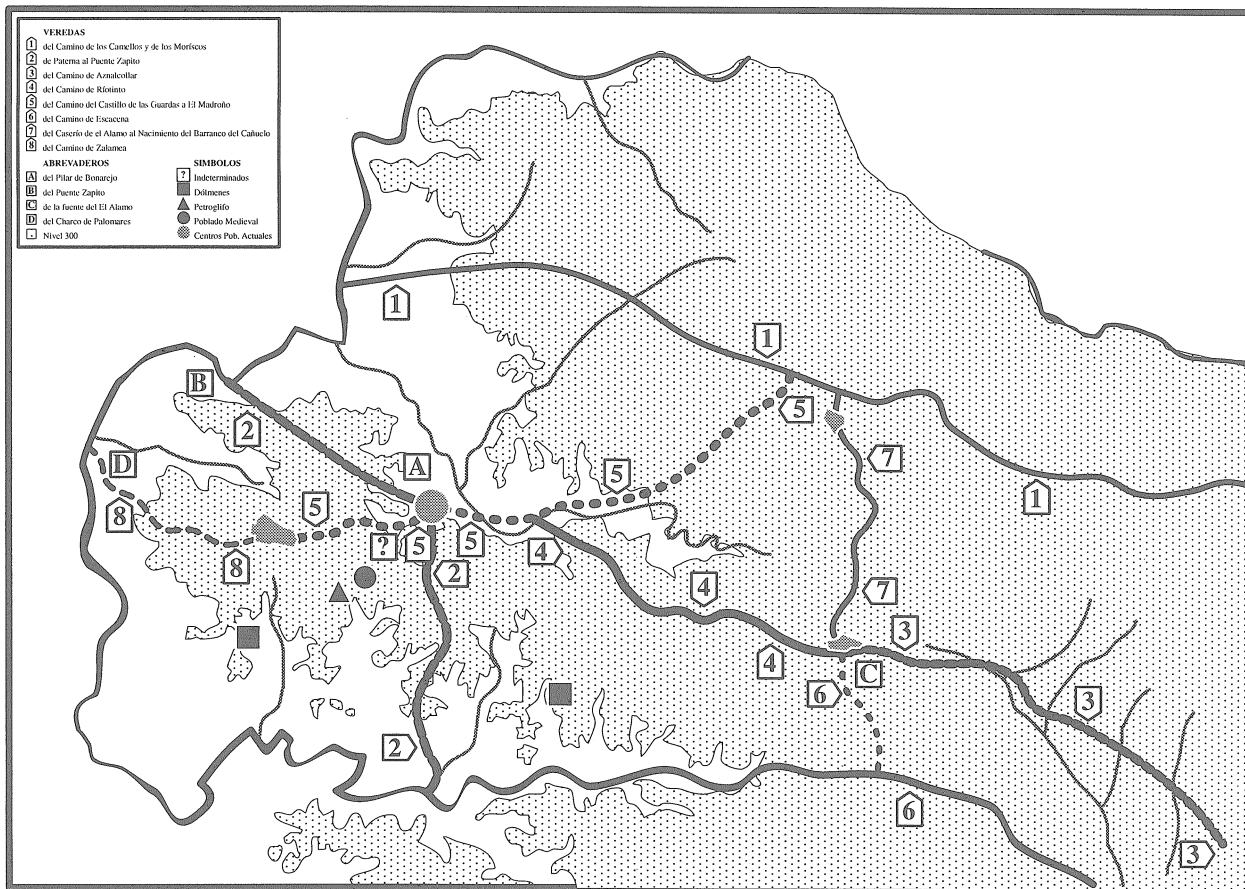


Mapa 1 — Mapa parcial de la Provincia de Huelva donde se señala la situación de los conjuntos rupestres hallados hasta ahora.  
Escala 1:800.000 (aqui reduzida: o mapa original tinha 25,8 cm de largura na moldura externa-N.R.).



Mapa 2 — Región de El Andévalo Oriental con las cuencas del Tinto y Ribera de Huelva y la situación de El Cerro de El Riscal.  
Escala 1:162.000 (aquí reducida: o mapa original tinha 23,9 cm de largura na moldura externa-N.R.).





Mapa 3 — Término Municipal de El Madroño. Vías pecuarias. Escala 1:43.000 (aqui reduzida: o mapa original tinha 25,9 cm de largura na moldura externa-N.R.).

# IMAGEN Y SOCIEDAD EN LA EDAD DEL BRONCE DE GALICIA

por

J. M. Vázquez Varela\*

**Resumén:** Se analiza el simbolismo de los petroglifos de armas de la Edad del Bronce de Galicia, situandolos en el contexto de la guerra en esta época.

**Palabras-clave:** Grabados de armas. Calcolítico/Bronce. Galicia.

Los grabados de armas en las rocas al aire libre de Galicia han sido estudiados desde el punto de vista arqueológico, estilístico y de su función y significado. En este trabajo se pretende completar este último tipo de análisis, partiendo de la idea de que las armas están relacionadas con la guerra, y que por tanto su mayor conocimiento permitirá entender mejor la función y el significado de aquellos.

La actividad bélica en la Prehistoria del Noroeste no ha sido estudiada de un modo detallado, por lo que se necesita hacer una breve descripción de los datos y su interpretación.

Las representaciones de armas pertenecen en su mayor parte, al comienzo de la Edad del Bronce. Algunos puñales de espigo pueden ser calcolíticos mientras que otros, más largos, quizás espadas, son susceptibles de ser encuadrados en el Bronce Medio. La gran espada de Auga da Laxe I en Gondomar (Pontevedra) pudiera datar del final de la Edad del Bronce.

De acuerdo con estos datos, se estudia la guerra en Galicia desde el Calcolítico hasta el Bronce final, a fin de colocar los petroglifos de armas en su contexto.

---

\* Dpto. Historia 1, F. Xeografía e Historia, Universidade de Santiago, 15703 Santiago de Compostela.

## EL CALCOLÍTICO

### Los grabados

Algunas representaciones de puñales de espigo que se encuentran aisladas, o bien formando grupos, pero disociadas de las alabardas, pueden pertenecer a este momento.

### Hábitat

La escasa información publicada sobre los hábitats no aporta ningún testimonio claro sobre la guerra, pues si bien alguno de ellos están en lugares de buena visibilidad y otros por su posición elevada dificultan su acceso rápido, en ninguno han aparecido restos de fortificación. Casi todos, por hallarse en laderas (PEÑA & REY, 1993), son fácilmente vulnerables, por al menos uno de sus lados.

Algunos materiales líticos, como las puntas de flechas idénticas a las que aparecen en la última fase de construcción, o de uso, de algunos monumentos megalíticos, han podido servir tanto para la caza como para la guerra. El hecho de que en varios yacimientos de la misma época, de fuera de Galicia, hayan sido indudablemente utilizadas en ella, como lo testimonia el que aparezcan clavadas en esqueletos humanos, - el testimonio más riguroso y que hubiese requerido el arqueólogo más exigente como señal inequívoca de lo bélico -, permite pensar que algunas de ellas hayan tenido aquí el mismo uso (ETXEBERRIA & VEGAS, 1992).

### Las tumbas

En los ajuares se encuentran una serie de materiales líticos tales como puntas de flecha, a menudo semejantes a las de los hábitats, que como aquellas han podido ser utilizadas tanto en la caza como en la guerra. Las hachas han podido ser usadas en esta última, o en actividades cotidianas relacionadas con la madera, al igual que las gubias y las azuelas, y el trabajo de los campos. Un conjunto de útiles pulimentados, las mazas parecen haber sido instrumentos de combate, quizás por una minoría que los empleaba como arma y símbolo de poder. Algunas hachas o azuelas dobles con perforación central pudieron tener idéntico uso (VAZQUEZ, 1992).

El mayor desarrollo de los útiles susceptibles de ser empleados como armas, y la concentración de aquellos que pudieron haber tenido este carácter en exclu-

siva, se realiza en las fases más avanzadas del Megalitismo. Esto favorece la idea de que en esta época fue más intensa la actividad bélica. De hecho a este momento corresponde en Galicia el mayor desarrollo de la fuerzas productivas y la mayor complejidad económica y social (VAZQUEZ, 1991, 1992). En el resto de la Península Ibérica (ANDRES, 1990) y de Europa el desarrollo del Calcolítico coincide igualmente con la multiplicación clara de testimonios inequívocos del desarrollo de la guerra, hasta ahora nunca alcanzado, como lo testimonian, las armas, el proceso de fortificación y los restos antropológicos, que a veces son testimonios de auténticas masacres.

### **Armas metálicas**

La cronología de algunos puñales de espigo y puntas Palmela hallados en túmulos, con estructuras megalíticas o sin ellas, ha sido objeto de discusión. Algunos investigadores los atribuyen a esta etapa, y otros, a la siguiente.

### **Interpretación**

Las analogías y el contexto favorecen la idea de que durante el Calcolítico en Galicia se asiste, como en el resto de Europa, a una intensificación de la actividad bélica que legitima ciertas formas de poder. Esta práctica se da en unas culturas en las que aumenta la población, la explotación del medio, que a veces lo deteriora de un modo notable, los intercambios a larga distancia, sobre todo de objetos simbólicos indicativos de estatus, y la jerarquización social.

Posiblemente, estuviesen relacionados con la guerra la posesión de los derechos de explotación del territorio y su control, al lado de la difusión de nuevas ideas sobre las relaciones inter e intracomunitarias.

Los combates han debido realizarse en grupos reducidos representativos de las pequeñas unidades sociales, con un carácter quizás a veces marcadamente ritual, que conlleva mucha ostentación y pocas bajas, pues la reducida densidad de población, calculada en uno con cuatro habitantes por kilómetro cuadrado, (POMBO & VAZQUEZ, 1992) no permite demasiadas florituras en este sentido. En ellos se habrían usado flechas, y en el combate cuerpo a cuerpo las mazas y hachas, dentro de los utensilios líticos. Posiblemente en la fase final de este período los portadores de las mazas tuviesen alguna responsabilidad en la dirección de los combates. Si bien este modelo es el más plausible por el momento teniendo en cuenta la información disponible y las características del Noroeste, conviene señalar que en zonas no muy lejanas en el espacio como el País Vasco

(ETXEBERRIA & VEGAS, 1992), y el Midi francés, se documentan auténticas masacres usando armas muy parecidas, aunque aquí las condiciones de la sociedad parecen haber sido distintas, al menos en cuanto a la articulación de la población.

## LA EDAD DEL BRONCE

Para su análisis empleamos la división tripartita clásica (MEIJIDE, 1991) tomándola como un esquema de trabajo provisional, que ha de ser revisado en cuanto lo permitan nuevos datos, más ricos y rigurosos (VAZQUEZ, 1992).

## EL BRONCE INICIAL

Su comienzo y separación del Calcolítico no es fácilmente detectable en todos los aspectos del registro arqueológico, y se mantiene una duda razonable sobre la adscripción, a este período, o al anterior de los puñales de espigo y las puntas Palmela. La cronología tradicional lo sitúa en 1800 - 1500.

## Los hábitats

La escasa información publicada sobre los hábitats, muy breve y vaga por lo común (CRIADO et alii, 1992), (PEÑA y REY, 1993), indica que no se ha detectado estructuras arquitectónicas de tipo defensivo. Parte de ellos se encuentran en lugares que por su emplazamiento permiten una buena visibilidad de un sector del territorio y dificultan un ataque rápido, al menos por una de sus vertientes. Estas dos últimas características no indican en sí la práctica de la actividad bélica, pues aunque son relativamente frecuentes en comunidades guerreras también se dan a menudo en culturas pacíficas.

## Las armas

A pesar de la escasez de datos se puede suponer, casi con certeza absoluta, que al lado de los nuevos útiles metálicos continuaron y tuvieron gran importancia cuantitativa los de piedra del mundo anterior. Así se puede afirmar que los tipos, como algunas puntas de flecha y las hachas, que en aquel período estaban relacionados con la guerra continuaron su función. La presencia de brazales de arquero en dos cistas permiten conocer la existencia del tiro con arco y dado que sólo se

conoce una punta de flecha metálica, la atribuida al depósito de Roufeiro (Ourense), hay que suponer que la mayoría de ellas eran de piedra.

## Las armas de metal

Los objetos que con mayor seguridad se pueden considerar armas son los puñales, tanto en sus variantes de espigo, como la de clavos en la base para la sujeción de la hoja, la alabarda de Leiro, la dudosa de Roufeiro, y las puntas Palmela, de las que una cierta cantidad tal vez pertenezca a esta etapa. Las numerosas hachas tienen un carácter más ambiguo pues lo mismo pudieron servir sólo en la guerra, en ella y en las actividades cotidianas, o sólo en éstas. Hacia la primera de las posibilidades apunta el elevado valor económico y social de un bien escaso y el hecho de que en la vida cotidiana los ejemplares más abundantes debían de ser los de piedra. Argumento en contra, pero de peso relativo, es su ausencia en los grabados de armas donde sólo hay puñales y alabardas. La falta de representaciones de puntas Palmela, que se pueden considerar objetos ofensivos claros, indica que no se han representado todos los tipos de armas por lo cual las hachas a pesar de su exclusión han podido tener este carácter.

Las armas aparecen en diferentes tipos de hallazgos:

### 1. Depósitos

Son de gran interés a pesar de que en su mayoría no proceden de excavaciones científicas, lo que no permite disponer de datos importantes sobre su naturaleza y sobre el contexto del hallazgo. Dentro de los mejor conocidos se encuentra el de Roufeiro (Ourense), del que se conservan dos hachas planas, un puñal de lengüeta, ocho de remaches, de los cuales uno, según algunos autores, puede ser una alabarda, y una pieza que ha sido interpretada como gubia o lezna, aunque pudiese tener otra función. La atribución de una punta de flecha metálica a este depósito no es segura. Según F. López Cuevillas el hallazgo original contenía también cinco o seis espadas y varios brazaletes. El hallazgo del monte Loeirias en Leiro, Rianxo (A Coruña), considerado un depósito por parte de los investigadores, contiene una alabarda de tipo Carrapatas y cinco puñales de lengüeta (MEIJIDE, 1991).

El análisis de la composición de los depósitos indica la abundancia de los útiles que podemos considerar armas con seguridad. En un total de doce objetos conservados en el caso de Roufeiro son nueve, proporción que se hace mucho mayor de considerar la naturaleza de los objetos perdidos. Si realmente el hallazgo de Leiro fuese un depósito, lo sería de tipo especializado compuesto sólo por armas, cinco puñales y una alabarda.

Si se considera que las hachas son armas, los depósitos estarían compuestos casi exclusivamente por instrumentos bélicos.

## 2. Hallazgos descontextualizados

Varias piezas aparecieron ocasionalmente sin un contexto arqueológico claro que ayude a valorar su función y significado en la sociedad de la época. Algunos pueden proceder de pérdidas, ocultaciones que por la erosión perdieron tal carácter, o de actividades rituales, como las piezas citadas por F. López Cuevillas (1980): dos puntas Palmela halladas al pie de una roca oscilante en Samarugo, Vilalba (Lugo).

## 3. Funerarios

En varias cistas aparecen armas, aisladas, o acompañadas de vasos cerámicos como en Taraio, (A Coruña), o de joyas como la de Atios, (Pontevedra), donde dos puñales de espigo, de desiguales dimensiones, están acompañados de dos cilindros de oro y dos espirales de plata. Ha aparecido una probable punta Palmela con perforación en Gandón I en la península de O Morrazo, Pontevedra. Dentro de la parafernalia de tipo bélico se pueden incluir dos brazales de arquero. Uno se encontraba asociado a un puñal de espigo en una cista de la necrópolis de Carnota, (A Coruña) y otro, aislado, en una tumba del mismo tipo en Gandón (VAZQUEZ, 1994).

En un túmulo no megalítico de Vilavella en As Pontes de García Rodríguez, (A Coruña), aparecieron cuatro puntas Palmela, un puñal de espigo y una lámina de oro, quizás diadema. En otros túmulos, con un contexto menos definido, han aparecido puñales y puntas Palmela. Estas también se han hallado en la cámara de un monumento megalítico, y a poca profundidad en el túmulo de otro, en la necrópolis de Parxubeira, Mazaricos, (A Coruña).

## Los grabados

El grueso de las representaciones de armas pertenecen a este momento, de un modo especial aquellos conjuntos donde aparecen asociados puñales y alabardas, como ocurre en 7 de los 28 yacimientos principales, y en los cinco donde sólo aparecen alabardas.

Aparecen representadas en las 28 estaciones más importantes de petroglifos con armas, 70 puñales, 39 alabardas y 21 figuras, que si bien en algún caso son escudos, en la mayoría ha de suponerseles esta condición, por lo que se mantiene para ellos la tradicional denominación de escutiformes (COSTAS & NOVOA, 1993). El número de hachas seguras es mínimo, y ninguna parece metálica. Como

yacimiento típico puede citarse Auga da Laxe I, en Gondomar, (Pontevedra), donde hay 10 puñales, 6 alabardas, 8 escutiformes y una gran espada que posiblemente pertenece al Bronce final (VAZQUEZ, 1993).

Los grabados de armas de esta época se han interpretado como un reflejo de la importancia de lo bélico, de su dimensión religiosa, y de la celebración de rituales de agregación de guerreros, quizás parecidos a los de las sociedades indoeuropeas (VAZQUEZ, 1993, 1994).

## Interpretación

Del análisis de los datos anteriores se desprende el alto valor económico de las armas y su caracter de elemento indicativo de estatus social elevado, como lo prueban los ajuares de la cista de Budiño y del túmulo de Vilavella en As Pontes de García Rodríguez. La presencia de joyas y armas en ellos avala la idea de que la jerarquía social se expresa y se legitima por la posesión de ambas. Quizás, las últimas sean indicativas, de un modo real, o simbólico, de que la coerción bélica legitima ciertos aspectos del poder y el orden social.

Los datos e interpretaciones citadas apuntan a una sociedad en la que el varón guerrero, o el que usa armas metálicas, ocupa un lugar importante en la escala social, en la que hay unos jefes que muestran su poder, legitimado, directa o indirectamente por la coerción bélica, mediante la posesión de armas y joyas. Estas características están ampliamente representadas en la Europa de la época (VAZQUEZ, 1994).

De acuerdo con el modelo interpretativo tradicional, se puede que esta sociedad es más belicosa, individualista y jerarquizada que el mundo anterior. Si bien esto pudo ser así, también es posible que no hubiese demasiadas diferencias cuantitativas y cualitativas y que la aparente distancia entre estas sociedades no sea real, sino debida a la imprecisión de los métodos analíticos. En este sentido se ha señalado que el Megalitismo avanzado de Galicia presenta mayor desarrollo de las fuerzas productivas, jerarquización social y tensión bélica que en la etapa anterior (VAZQUEZ & GARCIA, 1991), (VAZQUEZ, 1992). Si se acepta esta propuesta la novedad principal de la Edad del Bronce sería el uso del metal para marcar el estatus reemplazando a otros objetos que tenían este fin.

## Conclusión

De acuerdo con los datos disponibles se puede afirmar la existencia de tensiones bélicas entre comunidades, aparentemente pequeñas y muy segmenta-



das. En sus luchas cuerpo a cuerpo se empleaban como armas metálicas puñales, tanto de espigo como de agujeros en la base, y alabardas; en la lucha a distancia se usarían armas arrojadas, algunas de las cuales llevaban en el extremo las puntas Palmela, y quizás hachas de varios tipos. Es muy probable que estos objetos fuesen usados solamente por los combatientes de alto estatus, mientras que el resto emplearía armas de piedra y de materia orgánica. También es probable que los jefes usaran joyas para marcar su estatus, rol y nivel.

La guerra probablemente ha sido fuente de prestigio y un modo coercitivo de legitimación del poder y del orden social.

Parecen haberse celebrado ritos de agregación de guerreros, en torno a rocas de buen tamaño, desde las que se divisa un amplio territorio, en las que se grabaron armas como conmemoración de aquellos, y quizás se celebraron actos religiosos vinculados con lo bélico.

La presencia de armas y joyas en túmulos y cistas plantea la posibilidad de que de algún modo se reflejase la actividad bélica en el mundo de lo imaginario. Esto junto con algunos hallazgos en contextos pocos definidos y con petroglifos que representan el armamento permite sospechar que la guerra estaba relacionada con la esfera de la religión.

Quizás entre sus causas se encuentre la necesidad de afirmar los derechos, sobre el uso de los territorios productivos de productos agrícolas y mineros, en un mundo donde la población crece y la alteración del medio por las labores humanas, es mayor que en las etapas anteriores como se desprende de la lectura de los diagramas polínicos en los que hace patente un claro aumento de la acción humana sobre la cubierta vegetal en este momento (RAMIL, 1993). El desarrollo de la actividad bélica en esta etapa se explica por estos factores demográficos y ambientales, unidos a la difusión de nuevas ideologías que ponen de moda entre otras cosas la necesidad de objetos de metal, cobre, plata y oro, para indicar y mantener el estatus, y la guerra como medio de conseguir botín y prestigio, y de sostenimiento del nuevo orden social.

## EL BRONCE MEDIO

Este período, 1500-1200, está muy mal documentado por lo que en el futuro, cuando aumente el conocimiento de la Edad del Bronce en general, quizás pueda cuestionarse su validez conceptual.

### Los grabados

Es posible que algunas representaciones de puñales muy largos o quizás

espadas, que aparecen disociados de las alabardas y los escutiformes, pertenezcan a este momento.

### **Las armas**

Los hallazgos que con seguridad se pueden atribuir a esta época son auténticas espadas, por su forma, dimensiones y sistema de empuñadura. Los ejemplares presentan en su base una serie de perforaciones por las que pasar los roblones y sujetar de un modo firme la empuñadura. Son de un bronce de buena calidad, con cerca de un diez por ciento de estaño en su composición, que les da las propiedades requeridas para su uso como espadas. Representan un progreso en el arte de la guerra por sus buenas características como armas en las que se usa un filo rectilíneo. Los ejemplares conocidos son productos de alto nivel por su calidad técnica que muy posiblemente sólo estaban al alcance de pocos individuos: los guerreros de élite o los jefes de estas comunidades. Las espadas tienen paralelos en la Península y en la Europa Atlántica.

Dentro de este grupo se incluyen dos estoques que pertenecen al último momento de esta fase, aunque quizás uno sea de la primera de la etapa siguiente.

Los prototipos de alguna de estas armas pueden tener su origen en las Islas Británicas. Su presencia en el NO. hispánico plantea la existencia de jerarquías que tienen su poder relacionado con la guerra.

Pese al notable desconocimiento del registro arqueológico de esta época, los análisis polínicos indican el desarrollo de la agricultura en la región (RAMIL, 1993) por lo que se puede considerar que algunos de los factores relacionados con la guerra, como la presión sobre el medio con fines productivos, que lleva a su revalorización, siguen operando.

## **BRONCE FINAL**

### **Los grabados**

Es probable que la gran espada de más de dos metros de longitud de Auga da Laxe I, que parece representar un modelo de lengua de carpa pertenezca a este momento. Quizás, también algún puñal de espigo, de los que aparecen aislados, pudiese ser contemporáneo.

### **Las armas**

En el registro arqueológico de esta época, 1200 - 700, abundan los testi-

monios de la guerra, especialmente armas, de las que existen varios tipos, entre ellos, espadas, puñales y hojas de lanza. Por primera vez se detectan hábitats fortificados, los primeros castros, que aparecen en el último momento de este período y que se van a desarrollar espectacularmente a lo largo de la Edad del Hierro.

### Los hábitats

A una etapa antigua, quizás al Bronce Final I, corresponde el hábitat de ladera de Portecelo, en el ayuntamiento de O Rosal, en el suroeste de la provincia de Pontevedra (CANO & VAZQUEZ, 1988). Se encuentra en lugar estratégico, desde donde se contempla la costa y un tramo del camino que la recorre, y está muy próximo a la vía que une aquella y el interior. Su posición en una pendiente lo hace vulnerable, desde varios puntos. En las excavaciones no se ha detectado ningún tipo de estructura defensiva, pese a que parece haber tenido una ocupación más duradera que los hábitats del Calcolítico y del comienzo de la Edad del Bronce.

### Las armas

A lo largo de las diferentes fases en las que se divide el Bronce Final de Galicia, según la periodización de G. Meijide (1991), aparecen diferentes tipos de armas.

A la primera parte de la etapa Bronce Final I (1200-1000), corresponden los hallazgos de espadas pistiliformes arcaicas, quizás algunos de los estoques citados en el apartado anterior, puntas de lanza de grandes dimensiones, y las hachas de talón sin anillas y algún tipo de una anilla.

A la etapa II (1000-850) pertenecen las espadas pistiliformes de tipo clásico, algunas puntas de lanza y hachas de talón de una anilla.

En la III (850-750) se hallan las espadas de lengua de carpa, puntas de lanza y hachas de dos anillas.

Por último a la fase IV (800-700) corresponde el inicio de la cultura castreña. En los yacimientos se encuentran puntas de lanza, puñales que recuerdan el tipo Porto de Mós, y hachas de cubo, y de talón de dos anillas (PEÑA, 1992).

El aumento de los tipos de armas, su variedad, la rapidez de sus cambios y su perfección técnica, coincidente en gran medida con lo que ocurre en la Europa Atlántica, es buena muestra del desarrollo de la actividad bélica y de los cambios en el modo de combatir. Ahora las espadas largas de filos vivos para el corte se

complementan con las lanzas, a menudo de grandes hojas y con los puñales. Hasta ahora no se han documentado con seguridad en el Noroeste de la Península las armas defensivas, como los escudos o los cascos, bien representados en las estelas del sur de España y en depósitos de varias zonas. En ellas se aprecia como el equipo básico del guerrero está compuesto por espada, lanza, escudo y casco, sin olvidar la existencia de otras armas como puñales, estoques, arcos y flechas menos representados. Panoplias semejantes se encuentran en ese momento a lo largo de la Europa Atlántica.

La función de escudos y cascos es detener los golpes de tajo de las espadas y los lanzazos. En ocasiones se alude al carácter simbólico de algunas de estas armas, y aunque esto pueda ser cierto en algunos casos, en la mayor parte se trata de objetos funcionales como lo demuestra su buena calidad técnica, tanto en la forma como en la aleación, que es un bronce de buena calidad.

### **El comienzo de los castros**

En la etapa IV comienzan los primeros castros, que andando el tiempo van a adquirir gran desarrollo durante la plena Edad del Hierro. Son los primeros hábitats indudablemente fortificados, con una ocupación más intensa y prolongada que en las etapas anteriores.

Se trata de pequeñas aldeas de campesinos, quienes eligen lugares que por su posición, topografía y dimensiones, tales como pequeñas colinas, espolones y penínsulas marinas, permiten con poca arquitectura, protección militar frente a golpes de mano de otras pequeñas unidades sociales.

Esta fortificación se realiza en una sociedad donde el territorio concreto alrededor de los yacimientos adquiere una nueva valoración, posiblemente por tratarse de comunidades plenamente sedentarias. Su base económica es el cultivo de cereales de invierno, cebada y trigo, y de primavera, mijo, junto con la recolección de las bellotas de roble. Muy probablemente la cabaña ganadera estaba compuesta por oveja, cabra, vaca, cerdo y caballo.

Además en la costa se practica el marisqueo y pesca de las especies existentes en las inmediaciones de los poblados (VAZQUEZ, 1992).

La metalurgia está omnipresente mediante la fórmula de un bronce ternario compuesto por cobre, estaño y plomo. En cada poblado aparecen crisoles y moldes de función, útiles, entre ellos un puñal del tipo porto de Mós y objetos metálicos fragmentados, aptos para el reciclaje (PEÑA, 1992). En algunos de ellos se han localizado útiles de hierro.

Existía por la región una red de intercambios de materiales metálicos, que debía de prolongarse más allá de sus límites, integrándose en el complejo mundo

de las relaciones atlánticas.

La presencia de una placa móvil de cinturón de bronce con damasquinado de plata en el castro de Torroso, Mos, Pontevedra (PEÑA, 1992), y de joyas de oro hace pensar en la existencia de gentes que marcaban su estatus elevado mediante la exhibición de objetos exóticos.

De acuerdo con estos datos, se puede interpretar la aparición de los castros como una señal de la intensificación de la guerra en una sociedad en expansión demográfica, con una base agrícola más desarrollada que en las etapas anteriores y en la que la circulación de riquezas mineras y metálicas era importante. Los castros, a pesar de que son una reacción defensiva a la guerra, la proclaman en el paisaje de un modo monumental con su arquitectura, que sí es perfectamente visible a causa de sus emplazamientos, aunque de momento no ocupe grandes superficies. Desde este momento se pone en marcha la "castrización" del territorio, marcando ante todos los espectadores la señal inequívoca de lo bélico (VAZQUEZ, 1992, 1993).

Al mismo tiempo que los castros, o ligeramente antes, hay poblados abiertos donde aparecen los mismos tipos cerámicos y metálicos. Varios ellos son de ladera por lo que resultan vulnerables. Con el desarrollo de la Cultura Castreña plena desaparecen este tipo de asentamientos (PEÑA, 1992).

## Interpretación

Se puede considerar que el Bronce Final es el momento mayor de la actividad bélica de todo el período prehistórico estudiado.

El empleo de armas de buena calidad técnica y su valor, posiblemente alto, hacen pensar en la elevada posición social que debían de tener los guerreros que disponían de estas piezas. Si el cuenco de Leiro fue en algún momento casco de parada, sería también indicativo de la existencia de jerarquías sociales relacionadas de algún modo con la guerra, que al igual que en las etapas anteriores de la Edad del Bronce, era un factor de prestigio. Es posible que la actividad bélica legitimase la elevada posición de algunos miembros de las élites.

## La dimensión religiosa

La aparición de gran parte de las espadas en ríos, tales como el Ulla, Miño, Sil y el Mero, ha dado pie a numerosas interpretaciones, gran parte de ellas de tipo ritual. Una de las más plausibles es la de que se trata de ofrendas a una divinidad guerrera que se manifiesta, entre otros lugares, en las aguas. Los cursos

fluviales serían un lugar privilegiado de la manifestación de lo sagrado en relación con la guerra y servirían para conectar el mundo de lo real con el de lo imaginario. Esta lectura basada en paralelos con la religión celta permite pensar que el don, la espada, o en ocasiones la lanza o el puñal, a la divinidad de la guerra, es del tipo que se haría entre las élites humanas de la época, para obtener como contradón por parte del destinatario el favor solicitado. De acuerdo con este conjunto de hipótesis se plantearía un mecanismo de relación en este caso entre las personas y los dioses como habría entre los inferiores y los superiores o entre las élites humanas (VAZQUEZ, 1994).

El cuenco/casco de Leiro, que apareció oculto en una olla de barro, podría tratarse de una ofrenda de un objeto militar. En el mismo sentido quizás podría plantearse la interpretación de algún depósito como el de Hio, donde abundan los objetos de tipo militar, aunque el mal estado de la mayoría de las piezas cuestiona la hipótesis.

Un nuevo testimonio sobre la muy probable vinculación de la guerra con la religión es el ya citado grabado de gran tamaño de una espada, quizás de lengua de carpa, en Auga da Laxe I. Pudiera tratarse de una ofrenda simbólica, o un testimonio de los ritos, quizás religiosos, celebrados en relación con la guerra.

## BALANCE

Desde unos indicios, limitados y de difícil interpretación, en el inicio del Megalitismo, se van incrementando los testimonios de la actividad bélica y su grado creciente de desarrollo e implicación con el resto de los segmentos de la cultura, hasta llegar al final de la Edad del Bronce, donde el nacimiento de los castros marca una nueva etapa en la importancia del fenómeno. En el resto de Europa Occidental asistimos a una evolución muy semejante (MILISAUSKAS, 1978), (EIROA, 1982), (CHAMPION et alli, 1988). Esta coincidencia es importante por cuanto marca un ritmo evolutivo semejante entre Galicia y la fachada atlántica que cuestiona viejas teorías que señalaban que, a causa de la marginalidad geográfica, el Noroeste de la Península tenía un cierto desfase y tendencia al arcaísmo y profunda diferenciación cultural. Frente a esto los datos avalan la comunidad de manifestaciones y un tempo evolutivo común.

El desarrollo de la guerra en Galicia coincide, al igual que en Europa y en otras culturas prehistóricas e históricas, con el incremento de las fuerzas productivas, y ello implica mejoras técnicas, crecimiento demográfico, incremento de la actividad productiva y de la circulación de los bienes (HAAS, 1990). También va asociada con una mayor agresión al medio ambiente y con el endurecimiento de la jerarquización social, que se manifiesta en el acceso desi-

igual a unos recursos escasos, considerados valiosos, y cuya posesión marca las diferencias sociales en la vida e incluso ante la muerte.

Los grabados de armas han de valorarse en este contexto como símbolo de la importancia de lo bélico en estas sociedades. Todos ellos expresan, metafóricamente, más allá de la función y significado que puedan tener en cada yacimiento puntual, el conjunto de implicaciones que conlleva la guerra en los diferentes segmentos de la cultura, que hemos considerado anteriormente.

La mayor concentración de armas en el comienzo de la Edad del Bronce es relacionable con la ruptura, que en muchos aspectos de la cultura, especialmente en el grado creciente de tensión social inter e intracomunitaria, se desarrolla en el Calcolítico / Bronce Inicial con relación a las sociedades anteriores. Este fenómeno se aprecia en otras áreas de la Península Ibérica y del resto de Europa.

La presencia de grabados en rocas situadas en lugares de buena visibilidad, cerca de las vías de comunicación, en algunos casos posiblemente en límites de territorios, representa la proclamación de la ideología relacionada con la guerra, y una nueva concepción del valor de la tierra fácil de trabajar, debido a la creciente demanda de la misma, por la generalización de su uso en prácticas productivas de alimentos.

Los petroglifos de armas expresan el sistema coercitivo que estructura el nuevo orden social, que supone rupturas importantes con el pasado, y lo legitiman mediante la propaganda, que supone colocarlos en lugares concretos. Valorados en el contexto de la actividad bélica, se entienden como una forma de expresar plásticamente la ideología de estas sociedades, a fin de proclamarla para reforzarla, independientemente de cual fuese la función concreta y el conjunto de valores, ideas y creencias vinculados con los yacimientos concretos. Desde esta perspectiva, cada uno de ellos representa combinaciones y variaciones concretas de un mensaje más profundo y vertebrador, la guerra como elemento coercitivo de una nueva sociedad, que rompe con las, aparentemente menos desiguales, culturas anteriores al Calcolítico.

De acuerdo con este enfoque, es necesario proseguir el estudio de la guerra para la comprensión de estas sociedades, y de sus expresiones plásticas.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRES, T. (1990) "Sepulturas calcolíticas de inhumación múltiple simultánea en la cuenca Media del Ebro", *Cesaraugusta*, 66-67. Zaragoza.
- CANO PAN, J. y VAZQUEZ VARELA, J. M. (1988) "Portecelo un yacimiento de la Edad del Bronce", Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, *Trabalhos de Antropología e Etnología*, 28. Porto.
- COSTAS GOBERNAF, J. & NOVOA ALVAREZ, P. (1993) *Los grabados rupestres de*

- Galicia. Museu Arqueolóxico e Histórico de A Coruña, Monografías, 6. Coruña.
- CRIADO BOADO, F. y otros. (1992) *Arqueología del paisaje. El área Bocelo-Furelos entre los tiempos Paleolíticos y Medievales*. Arqueoloxía/investigación 6. Xunta de Galicia.
- CHAMPION, T & GAMBLE, C & SHENNAN, S & WHITTLE, A. (1988) *Prehistoria de Europa*. Barcelona.
- EIROA GARCIA, J. J. (1982) "Armamento y estrategia en la prehistoria europea", *Boletín del Museo de Zaragoza*. Zaragoza.
- ETXEVERRIA, F. y VEGAS, J. I. (1992) "Heridas por flecha durante la Prehistoria de la Península Ibérica", en *Enfermedad y Muerte en el pasado*, Munibe, suplemento 8. Donostia.
- HAAS, J. (1990) Ed. *The anthropology of war*. Cambridge.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1980). *Historia da Galiza, 3. Prehistoria*. Madrid.
- PEÑA SANTOS, A. de la. (1992 a) *Castro de Torroso (Mos, Pontevedra)*. Arqueoloxía/Memorias 11. Xunta de Galicia.
- (1992 b) "El último milenio a. C. en el área gallega. Génesis y evolución del mundo castreño galaico a la luz de la Arqueología", en M. Almagro y G. Ruíz (eds): *Paleoetnología de la Península Ibérica*, Complutum, 2-3. Madrid.
- PEÑA SANTOS, A. de la. y REY GARCIA, M. (1993) "El espacio de la representación. El arte rupestre galaico desde una perspectiva territorial", *Pontevedra*, 10. Pontevedra.
- RAMIL REGO, P. (1993) "Evolución climática e historia de la vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las regiones montañosas del Noroeste Ibérico", en PEREZ, A., GUITIAN, L. & RAMIL, P. (Eds.) *La evolución del paisaje en las montañas del entorno de los caminos jacobeos*. Xunta de Galicia. Santiago.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1990) *Os Petroglifos de Galicia*. Servicio de Publicacions da Universidade de Santiago. Santiago de Compostela.
- (1992) *Las más viejas raíces de Galicia*. Santiago de Compostela.
- (1993) "Arte Prehistórico", *Galicia Arte, IX, Arte Prehistórico y Romano*. Hércules de Ediciones. Coruña.
- (1994) *Ritos y creencias de la Prehistoria de Galicia*. Xuntanza Editorial. Coruña.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. y GARCIA MARTINEZ, M. C. (1991) "La Sociedad en la Cultura Megalítica", *Galicia Historia, I, Prehistoria e Historia Antigua*. Hércules de Ediciones. Coruña.



# EL POBLAMIENTO DURANTE LA EDAD DEL BRONCE EN LA MANCHA ORIENTAL (PROV. ALBACETE). HIPOTESIS DE ESTUDIO Y PRIMEROS RESULTADOS

por

Manuel Fernández Miranda\*, M<sup>a</sup> Dolores Fernández Posse\*\*,  
Antonio Gilman\*\*\* y Concepción Martín\*\*

**Resumen:** Exposición de resultados de un programa de investigación relacionado con los problemas de los tipos de implantación territorial, estrategias alimentarios y ordenación jerárquica de la población a partir de la prospección sistemática de la mitad septentrional de la provincia de Albacete.

**Palabras-clave:** Bronce. Jerarquización. Complejidad social.

Las masivas construcciones prehistóricas de piedra que existen en La Mancha fueron interpretadas por distintos autores como grandes túmulos funerarios. (Zuazo y Palacios 1915; Sánchez Jiménez 1947 y 1948; Schüle y Pellicer 1965). Tal explicación apenas experimentó modificaciones hasta que excavaciones recientes identificaron un característico poblamiento de la edad del Bronce en la región (Martín *et al.* 1993). T. Nájera y F. Molina fueron los primeros investigadores que plantearon la existencia de un complejo cultural para esa época en La Mancha que denominaron "Cultura de las Motillas" (Molina y Nájera 1978; Nájera *et al.* 1977, 1979, 1981 y Nájera 1984). Las excavaciones de estos últimos veinte años han puesto de manifiesto una variada tipología de poblados, lo que llevó a algunos investigadores a plantear hipótesis sobre una supuesta diversidad cultural (Nájera 1984) o sobre la existencia de "facies culturales" distintas (Nieto y Meseguer 1988). Tales hipótesis, según ha visto Martínez Navarrete (1988 y 1989), fueron consecuencia de la adopción de criterios normativistas frente a la valoración de los aspectos funcionales de esas construcciones.

---

\* Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Prehistoria.

\*\* Ministerio de Cultura, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales.

\*\*\* California State University, Northridge. Departamento de Antropología.

En lo que atañe a la zona oriental de La Mancha, se distinguen al menos tres tipos de yacimientos:

– Poblados fortificados asentados sobre elevaciones naturales, en la cima, a media ladera o en el borde de un espacio amesetado colgado sobre un farallón que domina el valle inmediato. Vistos a lo lejos semejan leves montículos añadidos a la estructura natural del terreno. Popularmente son conocidos como *morras*.

– Poblados fortificados situados en tierras llanas, abiertas o en medio de un valle, cerca de puntos de agua y en ocasiones dentro de zonas pantanosas. Estos yacimientos, que en La Mancha occidental son conocidos como *motillas*, en Albacete son denominados también *morras*.

– Poblados situados en cerros de difícil acceso, o al menos de fácil defensa, con o sin fortificaciones aparentes, de características arquitectónicas variadas y que no presentan el aspecto de los anteriores<sup>1</sup>.

El estudio en conjunto de todos esos yacimientos que, como señalamos en otro lugar (Fernández-Miranda, Fernández-Posse y Martín 1988:302), parecen ser “la expresión de diferentes procesos de adaptación a un medio por parte de distintos grupos sociales que posiblemente constituyen un área cultural común”, nos llevó a plantear el programa de investigación *Poblamiento de la edad del Bronce en la zona oriental de La Mancha*. Dentro de él hemos realizado varias campañas de excavación en los yacimientos de El Quintanar, (Martín Morales 1983) y en El Acequión, (Fernández-Miranda, Fernández-Posse y Martín 1988 y 1990). A partir de 1988 iniciamos el estudio territorial, incorporándose al programa Antonio Gilman<sup>2</sup>.

Este incremento de las investigaciones de campo, ha permitido comprobar, asimismo, que la densidad del poblamiento en la zona oriental de La Mancha es superior al de otros territorios hasta ahora mejor conocidos. Su situación geográfica añade un mayor interés al estudio, ya que permite investigar los contactos y relaciones con otras áreas culturales próximas del País Valenciano y del Sureste peninsular. En esta comunicación resumimos el estado global de nuestra investigación, así como las hipótesis que actualmente estamos desarrollando.

## 1. HIPÓTESIS Y METODOLOGÍA PARA EL ESTUDIO DEL TERRITORIO

Una parte del programa se basa en la localización y descripción sistemática de los yacimientos de la edad del Bronce en la mitad septentrional de la provincia

<sup>1</sup>En nuestras prospecciones hemos localizado, además de este tipo de yacimientos, numerosos cerros o pequeños promontorios donde se encuentran algunas cerámicas, pero donde no existe un depósito arqueológico estable. Denominamos a tales sitios instalaciones.

<sup>2</sup>Este programa de investigación ha sido patrocinado por The National Geographic Society, Diputación Provincial de Albacete, Ayuntamiento de Albacete, Ministerio de Cultura, Programa de Cooperación Hispano-Norteamericano y California State University, Northridge.

de Albacete, así como en la valoración de la productividad potencial de sus territorios de captación. Su finalidad es comprobar si existe jerarquización en los asentamientos, y si ello constituye una característica de la aparición de la complejidad social en esos territorios.

El registro arqueológico de las edades del Cobre y Bronce de la Península Ibérica revela una evolución hacia una mayor complejidad social. La aparición de desigualdades sociales en varias zonas de la Península se refleja en los numerosos asentamientos fortificados, en los distintos y cambiantes rituales de enterramiento con diferenciación creciente en los ajuares funerarios, en la presencia de objetos fabricados con materiales exóticos de lejana procedencia y en el desarrollo de la metalurgia. En la pasada década, distintos investigadores elaboraron explicaciones procesuales contrastando ese desarrollo. Una de las interpretaciones propone que las desigualdades sociales aparecen porque fenómenos como el comercio a larga distancia o la producción agrícola intensiva requieren una gestión eficaz. El desarrollo de esos sistemas se habría producido bien por presión demográfica (Ramos Millán 1981) bien por la necesidad de compensar los riesgos del medio en un clima mediterráneo semiárido (Chapman 1978, 1984 y 1990; Mathers 1984). Otros autores opinan que las desigualdades sociales heredadas no son el resultado de una gestión por parte de la élite, sino consecuencia de la explotación que esa élite puede imponer bajo circunstancias varias. Una podría ser el intercambio de mercancías entre comunidades diferenciadas en términos funcionales por el desarrollo de la metalurgia (Lull 1983); otra la intensificación de los sistemas de cultivo, que permitiría la recaudación de tributos (Gilman 1976 y 1981; Gilman y Thornes 1985). Nuestra investigación en Albacete tiende a buscar pruebas que puedan sustentar tales teorías. Sea cual fuere el apoyo que tenga cada uno de esos planteamientos en el registro arqueológico, lo que sí parece claro es que todos ellos presuponen diferencias sensibles en los modelos de asentamiento.

Mientras que la jerarquización de los asentamientos ha sido generalmente aceptada como una característica de las sociedades complejas, los esfuerzos para demostrar su existencia en los primeros momentos en que se producen desigualdades sociales tropiezan con diversos problemas, difíciles de resolver desde los datos arqueológicos. En primer lugar, no es habitual disponer de una muestra representativa de esos asentamientos en un territorio que ha sido explotado durante milenios: resulta difícil estimar la desaparición de yacimientos, ya sea por la mano del hombre o por agentes naturales. En segundo lugar, las comparaciones que se puedan llevar a cabo son siempre dudosas: los yacimientos son mayores o menores no sólo por el número de habitantes que albergaron, sino porque hayan sido ocupados con diferente grado de densidad durante períodos de tiempo distintos. En tercer lugar, las dificultades para la comparación vienen dadas también por la imprecisión de las cronologías. Por último, la productividad del entorno,

cuya relación con el tamaño del asentamiento constituye la clave para establecer esa jerarquización, puede ser difícil de evaluar de manera fiable y en términos comparativos para períodos tan remotos. Este último problema es aún mayor a causa de la degradación del paisaje.

La edad del Bronce de Albacete representa una excelente oportunidad para estudiar la aparición de la complejidad social, ya que muchas de las dificultades mencionadas pueden ser obviadas e incluso quizá resueltas. La considerable envergadura de las estructuras de sus yacimientos ha asegurado su conservación. Cabe pensar en la desaparición de algunos sitios de pequeñas dimensiones o establecimientos en el llano, no fortificados, tipo "fondos de cabaña". Sin embargo por encima de 0,01 Ha se puede tener una relativa garantía de que la prospección sistemática recupera prácticamente en su totalidad el poblamiento de la época con tamaño superior a 0,1 Ha. Por otro lado, las dimensiones de las construcciones son fácilmente cuantificables, convirtiéndose en una variable aceptable a la hora de estudiar la posible jerarquía en los asentamientos. Además, la ocupación prolongada de los yacimientos reduce la dificultad de evaluar su significado como "palimpseptos cronológicos" ya que, pese a su evidente diacronía, la mayoría de ellos debieron funcionar simultáneamente en torno a mediados del segundo milenio a.C., como demuestran las fechas C-14 en los que han sido excavados. Por último la relativa uniformidad del medio físico en la zona hace factible una estimación comparativa de la productividad en las áreas de captación de los yacimientos. Los esfuerzos para calibrar los efectos diferenciales del impacto humano en el paisaje y medir el potencial de los diferentes recursos en términos de técnicas de producción arcaicas encuentran menos problemas que en otros lugares.

Llegados a tal punto nos planteamos dos problemas fundamentales. Comprobar, por un lado, si existe jerarquización en los asentamientos a lo largo de la edad del Bronce en Albacete; por otro, establecer si los yacimientos están funcionalmente diferenciados en relación a los recursos. Para responder a esos interrogantes necesitábamos un método sistemático de localización de asentamientos que garantizase que su ausencia en el presente corresponde a su inexistencia en el pasado. De igual forma era necesaria una estimación lo más ajustada posible de los recursos productivos relevantes.

Para la localización de los yacimientos hemos utilizado la fotografía aérea, con verificación directa mediante trabajo de campo<sup>3</sup>. Una posterior prospección intensiva en zonas seleccionadas permite suponer que hemos identificado la práctica totalidad de los asentamientos. Para determinar la distribución de los recursos más relevantes, utilizamos los procedimientos elaborados en detalle por

---

<sup>3</sup> Vuelo escala 1:20.000 del Ministerio de Agricultura, 1987.

uno de nosotros en su investigación anterior en el sureste (Gilman y Thornes 1985). Debe entenderse que no se pretende obtener una reconstrucción real del potencial de los recursos de la zona en estudio. De acuerdo con los objetivos de nuestro análisis, es más que suficiente estimar la productividad relativa de los espacios, dado que nuestra intención es compararlos.

En definitiva, el objeto del trabajo de campo fue elaborar una cartografía con la situación y tamaño de los asentamientos y su relación con los recursos agrícolas o de otra especie en su entorno. La existencia de sitios preeminentes en una jerarquía de asentamientos se puede probar a través de la comparación entre el tamaño de los poblados y la productividad de sus respectivos territorios. El planteamiento básico fue desarrollado por Steponaitis (1981) en el valle de México, si bien nosotros partimos de una mejor situación. Por un lado, contamos con medidas más sensibles de la productividad agrícola que la simple extensión de la tierra cultivable. Por otro el tamaño de los asentamientos fortificados constituye una medida directa del montante de los trabajos, dado que su volumen refleja la disponibilidad de mano de obra.

## 2. DOS YACIMIENTOS EXCAVADOS: EL ACEQUIÓN (ALBACETE) Y EL QUINTANAR (MUNERA)

El programa de investigación se completa con la excavación en extensión de dos yacimientos, que se corresponden con los tipos de asentamiento más representativos de la zona. Esta clase de actuación ayuda a calibrar algunas de las dificultades que se plantean en relación al tamaño, envergadura de las fortificaciones, cronología, duración de las ocupaciones, etc. Sus resultados actúan como un modelo susceptible de ser extrapolado, en algunos de sus datos más dimensionables, a otros yacimientos localizados en el curso de la prospección. Subsanan, asimismo, algunos vacíos en el registro arqueológico sobre cuestiones que están en la base de las explicaciones del desarrollo de la complejidad social, como la metalurgia o el intercambio de productos de lujo. El análisis espacial interno permite avanzar en aspectos que se refieren tanto a la diferenciación funcional de los asentamientos como a su orientación hacia determinados recursos, pasando por los datos más directos de la posible existencia de una estratificación social o sus modos de producción. Para contrastar algunas de esas informaciones, tenemos previsto realizar, asimismo, algunos sondeos en yacimientos significativos por su tipología o su situación topográfica.

El Acequión es una de las frecuentes lagunas endorreicas de la zona, en medio de un paisaje abierto y llano, a una altitud media de setecientos metros. Cerca de su orilla meridional se construyó un poblado sobre una pequeña isla. Su

superficie se sitúa en torno a los 3.800 m<sup>2</sup>, lo que le convierte en uno de los mayores conocido, aunque su tamaño no fue siempre el mismo, pues el espacio habitado varió a lo largo del tiempo. La secuencia se acumula en un depósito arqueológico que supera los 5 m. de potencia, formado a expensas de fuertes estructuras de fortificación y cabañas de distinta tipología.

Tal y como puede verse en la actualidad, presenta dos murallas de tendencia circular y pseudoconcéntrica, situada la más exterior a pocos metros de distancia del nivel máximo de inundación de la laguna. Sus estructuras defensivas obedecen al esquema habitual en este tipo de poblados, aunque carece, al menos en su momento final, de la torre central que existe en algunas motillas de Ciudad Real. Con los datos disponibles hemos definido tres fases de ocupación. Como ocurre en todos los yacimientos en donde se produce una prolongada actividad constructiva, la fase más antigua es la peor conocida, al documentarse sobre una muy reducida extensión. En ese primer momento existía solamente la muralla interior, pero el aumento de la población obligó a ocupar espacios a extramuros, donde se instalaron cabañas circulares con altos zócalos de piedra de buena factura. Esta expansión del poblado se detecta también en los análisis polínicos<sup>4</sup>, que reflejan un proceso de deforestación del bosque autóctono de pinos, encinas y alcornoques, así como la puesta en cultivo de espacios próximos.

La fase intermedia está definida igualmente por cabañas de zócalos de piedra situadas al interior y exterior del recinto superior. Algunas son circulares y de considerable tamaño, mientras que otras presentan muros rectos. Al final de ese momento se detecta una recesión de la población. Parte de la fortificación se arruina y los datos polínicos reflejan una ligera recuperación del bosque, con un descenso considerable de los efectos de la acción antrópica sobre el entorno. El C-14 fija este episodio hacia 3695±50 B.P. (CSIC-832).

La fase más moderna, que es además la mejor conocida, representa la mayor actividad constructiva y el momento de máxima población. Se levanta el anillo perimetral externo, se refuerzan tramos conservados de la muralla interior y se edifican otros nuevos sobre los derrumbes anteriores. El polen arbóreo vuelve a disminuir y junto a las gramíneas aparecen leguminosas. En el interior del recinto superior y en la corona definida por los dos muros de fortificación se superponen varios niveles de cabañas construidas con postes de madera y manteados de barro. La piedra sólo se utiliza en los poco consistentes muros radiales a las estructuras arquitectónicas primarias. Pero este descenso en la calidad de las habitaciones no impide que el espacio esté racionalmente ordenado. Estos niveles, tanto por la extensión excavada como porque en ellos quedan fijadas las ocupaciones selladas bajo unos derrumbes rápidos, han permitido llevar a cabo un análisis espacial

---

<sup>4</sup>Estos análisis han sido realizados por B. Mariscal, Museo de Ciencias Naturales, CSIC.

funcional, (Fernández-Miranda *et al.* 1990). La fase concluye con un abandono relativamente lento, que provoca un progresivo retroceso en la extensión ocupada y se fecha en su último momento hacia mediados del segundo milenio.

La morra de El Quintanar se sitúa sobre una pequeña elevación natural formada por un espolón que controla el vallejo y riachuelo homónimos. Sobre su extremo noroeste se levanta un poblado de 2.400 m<sup>2</sup>. Una potente muralla, que sobrepasa los dos metros de altura, lo cierra por la zona de más fácil acceso; está construida con bloques de gran tamaño cortados de forma regular y dispuestos en hiladas a plomo sobre un ancho zócalo. En la zona norte, sin embargo el zócalo desaparece y la cara exterior presenta un fuerte talud, a partir de hiladas construidas con piedras más pequeñas, que se adapta a la inclinación de la ladera natural del terreno. Este sistema constructivo aparece en distintos yacimientos coetáneos, como El Azuer o El Acequión. En el interior de la fortificación se localiza una segunda muralla con una puerta de acceso de poco más de 1 metro de vano; en sus paredes laterales se conservan los huecos donde debían encajarse unos postes de madera. Al interior de este muro existe todavía una tercera estructura.

Fuera de la fortificación, en la parte más elevada de la meseta que en suave pendiente se extiende al SE y próxima al escarpe calizo, se documenta una construcción muy arrasada y niveles de derrumbe de cabañas con hogares y ajuares domésticos, construidas con muros de adobe y tapial y entramados vegetales, así como silos abiertos en la roca. Cabe pensar, por los restos cerámicos localizados en superficie, que la zona ocupada extramuros llegue a alcanzar los 1500 m<sup>2</sup>, lo que significaría casi 0,4 Ha de extensión total.

En El Quintanar se han documentado tres fases, con una perduración mayor que en El Acequión. En la más antigua se construye un recinto y se ocupa el sector exterior de la fortificación; el final está marcado por el abandono de la entrada al interior de la fortificación hacia 3.610 B.P. (UGRA 101), y por la destrucción de las cabañas del sector exterior hacia 3.630 B.P./ 3.610 B.P. (UGRA 79, CSIC 663 y CSIC 666).

En la fase intermedia adquieren mayor importancia los muros de la estructura interna de la fortificación y se construye la muralla externa. A este momento corresponde un enterramiento individual con un brazaete de marfil decorado con pintura roja y un brazal de arquero de piedra con dos remaches de plata, colocados respectivamente en el brazo izquierdo, por encima del codo, y en la muñeca. Su final se fecha entre 3.490 B.P. y 3.410 B.P. (UGRA 100 y CSIC 664). En la última fase las estructuras de habitación, sin determinar su planta, se construyen con alzados de tapial, adobes, y entramados vegetales y se concentran dentro de la fortificación, cuyos muros interiores se reconstruyen, a la vez que se refuerza la muralla exterior. Los últimos momentos del yacimiento se datan por C-14 entre 3.330 B.P. y 3.290 B.P. (CSIC 492 y 491).

No disponemos todavía del resultado de los análisis polínicos, pero las asociaciones faunísticas prueban una mayor cobertura forestal que la actual, aunque con una incipiente alteración del biótomo, posiblemente consecuencia de actividades antrópicas. En lo que respecta a la dieta alimenticia de origen animal (Morales, 1990), la cabaña doméstica se basa en los ovicaprinos, con el 44%. El caballo significa un 2% en el interior de la fortificación, mientras que en la zona exterior aumenta hasta el 5%. Los restos de animales procedentes de la caza son variados, con 12 especies de mamíferos salvajes; la más abundante es el conejo pero su interpretación, como es habitual, resulta complicada.

### **3. AVANCE DE LOS RESULTADOS OBTENIDOS SOBRE EL MODELO DE POBLAMIENTO**

Realizado el estudio del territorio, tras prospectar algo más de 10.000 km<sup>2</sup>, hemos documentado cerca de 300 yacimientos de la edad del Bronce. Excepto algunos pocos localizados en tierras llanas y húmedas, incluso pantanosas, la mayoría se asientan en sitios destacados y por lo general fácilmente defendibles. El 35 % son morras, cuya fortificación más o menos concéntrica está claramente identificada, el 41 % son poblados, aunque no siempre presentan una apreciable estructura defensiva, y el 23 % son pequeñas instalaciones.

En una primera aproximación, se observa una ocupación del territorio que sigue los valles de los ríos y las cañadas de cultivo. Así, en 90 kms del valle del río Júcar se disponen 34 yacimientos, lo que supone una media de 1 yacimiento cada menos de 3 kms, y en 20 kms de las cañadas Cardeal y Abengibre se localizan 10 yacimientos, es decir, una media de 1 yacimiento cada 2 kms. Así mismo los asentamientos a lo largo de un mismo curso de agua pueden ser de muy diferente tamaño. La morra de El Quintanar, por ejemplo, con 0,24 Ha fortificadas y 0,15 Ha de poblado, es bastante mayor que otros yacimientos situados aproximadamente a intervalos de un kilómetro a lo largo del río Quintanar y diferencias similares se aprecian en el valle del Júcar.

Más de un tercio de los yacimientos localizados no alcanza o se sitúa en torno a los 100 m<sup>2</sup> de superficie. Otro tercio mide entre 0,03 Ha y 0,05 Ha y casi una cuarta parte se sitúa entre 0,07 Ha y 0,1 Ha. Entre 0,1 Ha y 0,2 Ha hay tan sólo un 8% de yacimientos. Muy pocos tienen dimensiones superiores: morras cuya estructura fortificada supera 0,3 Ha, como La Encomienda (Balazote), El Acequión y Ojos de San Jorge (Albacete), o algún poblado como Cabezo Gonzalo (Povedilla) que sobrepasa las 0,5 Ha. El yacimiento de mayor tamaño es Cola de Caballo en Chinchilla, un conjunto formado por una morra y un asentamiento extramuros que mide en torno a 1 Ha.



La dificultad para interpretar tal diversidad de tamaños como prueba de una jerarquía tributaria de pequeña escala, reside en la mínima escala global de la diferenciación. Hay que tener en cuenta que “seis” de los supuestos “centros” tendrían del orden de 0,1 Ha a 1, 0 Ha, mientras que sus “dependencias” pueden medir menos de 0,03 Ha. Ante la falta de pruebas sobre diferencias cualitativas en las funciones de los asentamientos mayores y menores, tal disparidad de tamaños podría atribuirse a factores no jerárquicos. Así, la escisión ocasional de pequeños grupos sociales de otros mayores se reflejaría en el registro arqueológico como una “jerarquía” de asentamiento, que, sin embargo, de ninguna manera podría explicarse en términos de poder diferencial.

El problema reside en que la escala de tamaños de los asentamientos no alcanza nunca el nivel de “ciudad”. Cuando los poblados coexisten con casas aisladas o pequeñas aldeas, la ordenación de asentamientos no tiene por qué reflejar jerarquía social. Solamente en el caso de que los poblados estén próximos a asentamientos mucho mayores se pueden deducir diferenciaciones sociales. No parece en consecuencia, que nuestros resultados apoyen de momento las hipótesis “dirigistas” sobre la estratificación incipiente, habituales entre los estudiosos de la edad del Bronce.

La teoría del intercambio metalúrgico tampoco parece viable. Apenas hay indicios para sugerir que la producción y circulación de metales proporcionasen algún tipo de control. Hay pequeños yacimientos de cobre, actualmente sin explotar, en el sureste de la zona estudiada, pero no se corresponden con una especial concentración de asentamientos; existen, asimismo, pruebas de fundición y manufactura de cobre en algunos poblados, independientemente de su situación respecto a los yacimientos de minerales metálicos. El hecho de que minerales sin reducir se transportasen a largas distancias indica la infinitésima escala de la producción metalúrgica, circunstancia confirmada por la relativa escasez de metal en el registro arqueológico. Así de El Quintanar proceden 13 piezas, todas en ambiente doméstico, entre puntas de flecha, puñales y un hacha, además de los habituales punzones biapuntados. En El Acequión se encontraron 10 de esos punzones, 3 puntas tipo Palmela y otra de aletas, 3 hachas, 4 puñales, uno de ellos de grandes dimensiones y nervatura en su hoja, un cincel y una sierra. A estas manufacturas podemos añadir las procedentes de excavaciones antiguas en otros yacimientos, y algunos hallazgos casuales depositados en el Museo de Albacete. Son una treintena de piezas y obedecen a formas similares. El análisis espectrográfico de todos esos objetos presenta una media de contenido de Cu que supera el 97%, lo que indica una metalurgia que funde en ese metal y desconoce la aleación Cu/Sn, (Fernández-Miranda *et al.*, 1988:293-310). Se puede concluir que la escala y simplicidad de la tecnología metalúrgica en La Mancha oriental durante la edad del Bronce responde a un sistema de producción no mercantil,

integrado en la economía doméstica, y similar al de otras culturas coetáneas del sureste peninsular (Montero, 1992 y 1993).

Sin embargo, existen otras pruebas que demuestran la existencia de relaciones de intercambio a larga distancia. La más clara es la presencia de objetos de marfil. En El Quintanar, además de varios botones de perforación en V y una barrita preparada para su fabricación, contamos con un brazaletes en el enterramiento del interior de la fortificación, donde significativamente se localiza también algo de plata. En El Acequión el marfil aparece siempre en habitaciones, con una abundancia sugerente: en torno a los 400 gramos. En su mayoría son botones de perforación en V, de variada tipología y tamaño, entre los que destaca uno cónico de grandes dimensiones (107 grs.). También son frecuentes los brazaletes, desde los sencillos de sección cuadrangular a otros más anchos, que en ocasiones presentan decoración. Es interesante destacar que, junto a estas piezas, aparece la materia prima en diversos momentos de su proceso de elaboración. Estos productos de lujo permiten plantear la existencia de alguna diferenciación social.

Entre los restantes conjuntos del registro arqueológico, acaso menos significativos para las cuestiones que estamos examinando, destaca por su volumen la cerámica, una industria claramente doméstica y bastante homogénea tanto en su técnica de fabricación como por sus tipos escasos y repetitivos. Se trata, en general, de formas lisas que ocasionalmente llevan decorado el borde con incisiones o impresiones. Algunas paredes con motivos incisos o impresos aparecen en las fases más antiguas de El Quintanar y a lo largo de la secuencia de El Acequión, pero siempre en escaso número.

Otras actividades, que no se reflejan por el momento con claridad en el registro arqueológico, quizá puedan servir también para ilustrar dependencias a partir de factores económicos y, por tanto, una posible diferenciación funcional de los asentamientos. Una de ellas podría ser la extracción de sal, que explicaría la concentración de yacimientos en torno a algunas lagunas saladas de La Mancha oriental, como ocurre en Pétrola (Chinchilla), donde en un radio de 5 Km se documentan 15 asentamientos distintos, algunas pequeñas instalaciones y el gran poblado de Cola de Caballo.

#### 4. CRONOLOGÍA

Está claro que nuestro trabajo sugiere todavía más preguntas que respuestas. Así, los problemas cronológicos que presentan asentamientos más pequeños con ocupaciones aparentemente más breves, o las posibles distinciones funcionales entre los diversos tipos de yacimientos, son sin duda algunas de las cuestiones que

se deben afrontar con el apoyo de excavaciones.

El proceso evolutivo de la edad del Bronce en la zona oriental de La Mancha y su cronología es otro de los problemas a resolver, así como su origen. Son realmente escasos los testimonios conocidos de época calcolítica en la zona. En el territorio estudiado no hemos encontrado yacimientos claramente asignables a esa época, excepto algunos materiales, como las cerámicas decoradas tipo Dornajos o ciertos fragmentos de filiación campaniforme, que tal vez indiquen la existencia de una ocupación anterior a la edad del Bronce, pero que aparecen también en yacimientos de esta época.

La serie de dataciones radiométricas obtenidas en El Acequión fechan el final de su fase II y la fase III. La calibración conjunta (2 *sigma*) de tres muestras (CSIC-829, UGRA-304 Y CSIC-832) proporcionó una datación 2192-1969 para el final de la fase II, momento en que se arruina parte de los muros de fortificación y desciende la población. Para la fase más moderna, que corresponde a la etapa de mayor expansión del poblado con gran actividad constructiva, disponemos de varias fechas. Una de ellas ha sido medida por los laboratorios UGRA (265, 266, 271), CSIC (736), UBAR (A, B, C) e ICEN (50)<sup>5</sup>. La calibración conjunta (2 *sigma*) de estas mediciones es la siguiente: UGRA: CAL BC 2280-1967; CSIC: CAL BC 2123-1775; UBAR: CAL BC 2133-1790; ICEN: CAL BC 2456-2147. Los intervalos más próximos corresponden a las dataciones realizadas por los laboratorios CSIC y UBAR. El momento final del poblado se fecha en CAL BC 1974-1696 (CSIC-827).

Para la morra de El Quintanar disponemos de varias dataciones de la etapa final de su fase más antigua, marcada por la destrucción de las cabañas del sector extramuros y el abandono del acceso al interior de la fortificación. La calibración conjunta (2 *sigma*) de estas muestras proporcionó una datación CAL BC 2114-1884. El final de la fase intermedia, caracterizada por una reestructuración de la fortificación con la construcción de la muralla exterior, se fecha en CAL BC 1868-1629 (calibración conjunta, 2 *sigma*, de las muestras UGRA-100, CSIC-664, CSIC-494 Y UGRA-103). En la fase más moderna de El Quintanar se produce una concentración de la población y se refuerzan los muros internos de la fortificación. Su final se fecha en CAL BC 1680-1519 (calibración conjunta, 2 *sigma*, de la muestras UGRA-167, CSIC-493, CSIC-491 Y CSIC-492).

Si comparamos estas fechas con las de otros yacimientos de La Mancha oriental (Martin *et al.* 1993), se observa como tanto los poblados en altura como

---

<sup>5</sup>Queremos expresar nuestro agradecimiento a la Doctora Gemma Rauret del Laboratorio de C-14 de la Universidad de Barcelona, al Doctor Cecilio González del Laboratorio de C-14 de la Universidad de Granada, al Doctor Fernán Alonso del Laboratorio de C-14 del Instituto Rocasolano del CSIC y a los Doctores J.M. Peixoto Cabral y A. Monge Soares del Laboratorio de C-14 del L.N.E.T.I. de Sacavém.

las morras y motillas coexisten en un espacio temporal situado entre 2600 y 1500 CAL BC. La evolución de estas poblaciones que parecen constituir una unidad económico-social fuerte, capaz de competir con otras formaciones contemporáneas del sureste peninsular, podría hipotéticamente estructurarse, a la luz de las fechas absolutas actualmente disponibles, en tres grandes etapas: Inicial (aproximadamente entre el 2600-2100/2000 CAL BC), Apogeo (2000-1700 CAL BC) y Final (1700-1500 CAL BC).

La edad del Bronce presenta en la región un final tan oscuro como su inicio. Las dataciones parecen avalar la hipótesis de un ocaso sincrónico. Tal vez sea todavía un problema de información, pero no deja de ser tentador preguntarse si tal suceso no será consecuencia de una transformación en los sistemas sociales de producción desarrollados durante varios siglos en estos característicos asentamientos de La Mancha.

#### EL ACEQUION (Albacete)

N.INV.	LABORAT.	EDAD BP	EDAD BC	CAL BC (2 sigma)*	FASE
AC585.30	CSIC829	3690±55	1.740	2270(2112/2089/2038)1905	II
AC286.71	UGRA304	3790±120	1.840	2563(2197)1884	II
AC286.71	CSIC832	3695±50	1.745	2199(2116/2087/2040)1929	II
AC786.24	UGRA265	3770±80	1.820	2457(2190/2160/2145)1942	III
AC786.24	UGRA266	3680±80	1.730	2286(2035)1784	III
AC786.24	UGRA271	3730±100	1.780	2457(2135/2071/2063)1789	III
AC786.24	CSIC736	3600±50	1.650	2123(1936)1775	III
AC786.24	UBAR.A	3610±80	1.660	2190(1944)1742	III
AC786.24	UBAR.B	3600±80	1.650	2180(1936)1739	III
AC786.24	UBAR.C	3670±80	1.720	2282(2031/1991/1989)1780	III
AC786.24	ICEN.50	3850±35	1.900	2456(2289)2147	III
AC285.50	CSIC831	3610±65	1.660	2138(1944)1754	III
AC285.40	CSIC830	3565±55	1.615	2034(1889)1743	III
AC785.8	CSIC828	3590±55	1.640	2194(1926)1683	III
AC185.5	CSIC827	3530±50	1.580	1974(1878/1833/1825/1791/ 1790)1696	III

\* La calibración ha sido determinada utilizando el programa de la Universidad de Washington: Stuiver, Minze, & Paula J. Reimer. 1993. Extended <sup>14</sup>C data base and revised CALIB 3.0 <sup>14</sup>C age calibration program. *Radiocarbon* 35(1): 215-230.

La muestra N<sup>o</sup> INV. AC786.24, que fecha un nivel de habitación de la FASE III, ha sido objeto de varias dataciones por los laboratorios: UGRA (265, 266, 271), CSIC (736), UBAR (A, B, C), ICEN (50).

Las muestras UGRA 302, UGRA 307 Y UGRA 309 proporcionan resultados anómalos:

N.INV.	LABORAT.	EDAD BP	EDAD BC	CAL BC (2 sigma)*
AC285.40	UGRA302	5010±150	3.060	4218(3787)3385
AC285.4	UGRA307	3020±90	1.070	1444(1262)933
AC785.81	UGRA309	2990±90	1.040	1425(1254/1243/1213)926

\* La calibración ha sido determinada utilizando el programa de la Universidad de Washington: Stuiver, Minze, & Paula J. Reimer. 1993. Extended <sup>14</sup>C data base and revised CALIB 3.0 <sup>14</sup>C age calibration program. *Radiocarbon* 35(1): 215-230.

– UGRA 302 (AC285.40): también datada por CSIC.830, proporcionó una fecha demasiado antigua, fuera del cuadro cronológico del yacimiento.

– UGRA 307 (AC285.4) Y UGRA 309 (AC785.8) corresponden al último momento de ocupación de la FASE III. Sus dataciones modernas contrastan con el resultado obtenido en CSIC.828 para la misma muestra UGRA 309.

#### EL QUINTANAR (Albacete)

N.INV.	LABORAT.	EDAD BP	EDAD BC	CAL BC (2 sigma)*	FASE
Q10A8648	UGRA310	3920±80	1970	2587(2455/2412/2409)2142	I
Q10T85.5	UGRA312	3830±100	1880	2563(2281)1972	I
Q1813.80	UGRA166	3780±110	1830	2489(2193/2155/2148)1887	I
Q1085.39	UGRA315	3770±90	1820	2462(2190/2160/2145)1923	I
Q1455.80	UGRA104	3770±140	1820	2573(2190/2160/2145)1771	I
Q1445.80	UGRA165	3720±110	1770	2460(2132/2076/2048)1776	I
Q649.80	UGRA78	3670±120	1720	2453(2031/1991/1989)1698	I
Q1639.80	UGRA79	3630±130	1680	2397(1973)1674	F I
Q642.80	UGRA101	3610±130	1660	2329(1944)1625	F I
Q1632	CSIC663	3630±50	1680	2136(1973)1788	F I
Q36834	CSIC666	3610±50	1660	2130(1944)1780	F I
Q108524	CSIC752	3580±50	1630	2036(1911)1752	C II
Q108432	CSIC753	3570±50	1620	2032(1892)1747	C II
Q10T858	CSIC751	3560±50	1610	2028(1887)1745	C II
Q635	CSIC665	3550±50	1600	2021(1884)1742	II
Q108415	CSIC750	3550±50	1600	2021(1884)1742	II
Q386.80	UGRA102	3500±130	1550	2179(1868/1843/1776)1513	II
Q455a80	UGRA100	3490±150	1540	2197(1859/1847/1772)1435	F II
Q455b	CSIC664	3410±50	1460	1873(1731/1728/1686)1529	F II
Q706.79	CSIC494	3430±50	1480	1879(1737/1714/1701)1549	II-III
Q419.80	UGRA103	3470±120	1520	2129(1748)1511	III
Q221.79	UGRA167	3350±150	1400	2019(1625)1270	III
Q411.79	CSIC493	3360±50	1410	1746(1671/1664/1636)1517	III
Q227.79	CSIC492	3330±50	1380	1737(1613)1510	III
Q207.79	CSIC491	3290±50	1340	1681(1525)1434	III

\* La calibración ha sido determinada utilizando el programa de la Universidad de Washington: Stuiver, Minze, & Paula J. Reimer. 1993. Extended <sup>14</sup>C data base and revised CALIB 3.0 <sup>14</sup>C age calibration program. *Radiocarbon* 35(1): 215-230.

La muestra CSIC.492 ha sido también medida por UGRA.47: su datación 3610±140 BP es anómala, ya que resulta mucho más antigua que CSIC.492 y UGRA.167, que procede de la misma zona y fase.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- CHAPMAN, R.W.(1978): The evidence for prehistoric water control in south-east Spain. *Journal of Arid Environments*, 1:261-274.
- (1984): Early metallurgy in Iberia and the west Mediterranean: innovation, adoption and production. En W.H. Waldren *et al.* eds. *The Deya Conference of Prehistory: Early Settlement in the Western Mediterranean Islands and their Peripheral Areas*. B.A.R. Int. Series 229: 139-165. Oxford.
- (1990): *Emerging complexity. The later Prehistory of south-east Spain, Iberia and the west mediterranean*. Cambridge.
- FERNANDEZ-MIRANDA, M., FERNANDEZ-POSSE, M.D. y MARTIN, C. (1988): Caracterización de la Edad del Bronce en La Mancha: algunas proposiciones para su estudio. "Homenaje al Prof. Eduardo Ripoll Perelló". *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie I, 1:293-310.
- (1990): Un área doméstica de la Edad del Bronce en el poblado de El Acequión (Albacete). *Archivo de Prehistoria Levantina* 20: 351-362.
- GILMAN, A. (1976): Bronze Age dynamics in southeast Spain. *Dialectical Anthropology*, 1: 307-319.
- (1981): The development of social stratification in Bronze Age Europe. *Current Anthropology*, 22:1-23.
- GILMAN, A. y THORNES, J.B. (1985): *Land Use and Prehistory in South-East Spain*. London.
- LULL, V. (1983): *La Cultura del Argar*. Madrid.
- MARTIN, C. (1983): Las fechas del Quintanar (Munera, Albacete) y la cronología absoluta de la Meseta Sur. *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*, 2:23-35 Madrid.
- MARTIN, C., FERNANDEZ-MIRANDA, M., FERNANDEZ-POSSE, M.D. y GILMAN, A. (1993): The Bronze Age of La Mancha. *Antiquity*, 67:23-45.
- MARTINEZ NAVARRETE, M.I. (1988): Morras, motillas y castillejos: ¿unidad o pluralidad cultural durante la Edad del Bronce en La Mancha? *Homenaje a Samuel de los Santos*: 81-92. Albacete.
- (1989): *Una revisión crítica de la Prehistoria Española: La Edad del Bronce como paradigma*. Madrid.
- MATHERS, C. (1984): "Linear regression", inflation and prestige competition: second millennium transformations in southeast Spain. En W.H. Waldren *et al.* eds. *The Deya Conference of Prehistory: Early Settlement in the Western Mediterranean Islands and their Peripheral Areas*. B.A.R. Int. Series 229: 1167-1196. Oxford.
- MOLINA, F. Y NAJERA, T. (1978): Die Motillas von Azuer und Los Palacios (prov. Ciudad Real): ein Beitrag zur Bronzezeit der Mancha. *Madridrer Mitteilungen*, 19:52-74.
- MONTERO, I. (1992): La actividad metalúrgica en la Edad del Bronce del Sudeste de la Península Ibérica: Tecnología e interpretación cultural. *Trabajos de Prehistoria*, 49:189-215.

- (1993): Bronze Age metallurgy in southeast Spain. *Antiquity*, 67: 46-57.
- MORALES, A. (1991): Una fauna albacetense de la Edad del Bronce: La Morra del Quintanar (Munera) *Jornadas sobre el medio natural albacetense*. Albacete: 145-153.
- NAJERA, T. (1984): *La Edad del Bronce en La Mancha occidental*. Granada.
- NAJERA, T. y MOLINA, F. (1977): La Edad del Bronce en La Mancha: excavaciones en las motillas del Azuer y Los Palacios (campaña de 1974). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 2: 251-282.
- NAJERA, T., MOLINA, F., TORRE, F. de la, AGUAYO, P. Y SAEZ, L. (1979): La motilla del Azuer (Daimiel, Ciudad Real): campaña de 1976. *Noticiario arqueológico Hispánico*, 6: 21-48.
- NAJERA, T., MOLINA, F., AGUAYO, P. Y MARTINEZ, G. (1981): La motilla del Azuer (Daimiel, Ciudad Real): campaña de 1981. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 6: 293-306.
- NIETO GALLO, G. Y SANCHEZ MESEGUER, J. (1988): Bases para la sistematización del estudio de la edad del Bronce en La Mancha. *I Congreso de Historia de Castilla- La Mancha*, II: 221-227.
- RAMOS MILLAN, A. (1981): Interpretaciones secuenciales y culturales de la Edad del Cobre en la zona meridional de la Península Ibérica. La alternativa del materialismo cultural. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 6: 203-256.
- SANCHEZ JIMENEZ, J. (1947): La cultura del Argar en la provincia de Albacete. *III Congreso Arqueológico del Sureste Español*: 73-79.
- (1948): La cultura argárica en la provincia de Albacete: notas para su estudio. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, 23: 96-110.
- SCHÜLE, W. y PELLICER, M. (1965): Prospección de Manzanares. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 7:75-76.
- SIMON GARCIA, J.L. (1987): *La Edad del Bronce en Almansa*. Albacete.
- STEPONAITIS, V.P. (1981): Settlement hierarchies and political complexity in nonmarket societies: the formative period of the Valley of Mexico. *American Anthropologist*, 83: 320-363.
- ZUAZO Y PALACIOS, J. (1915): *La villa de Montealegre y su cerro de los Santos*. Madrid.





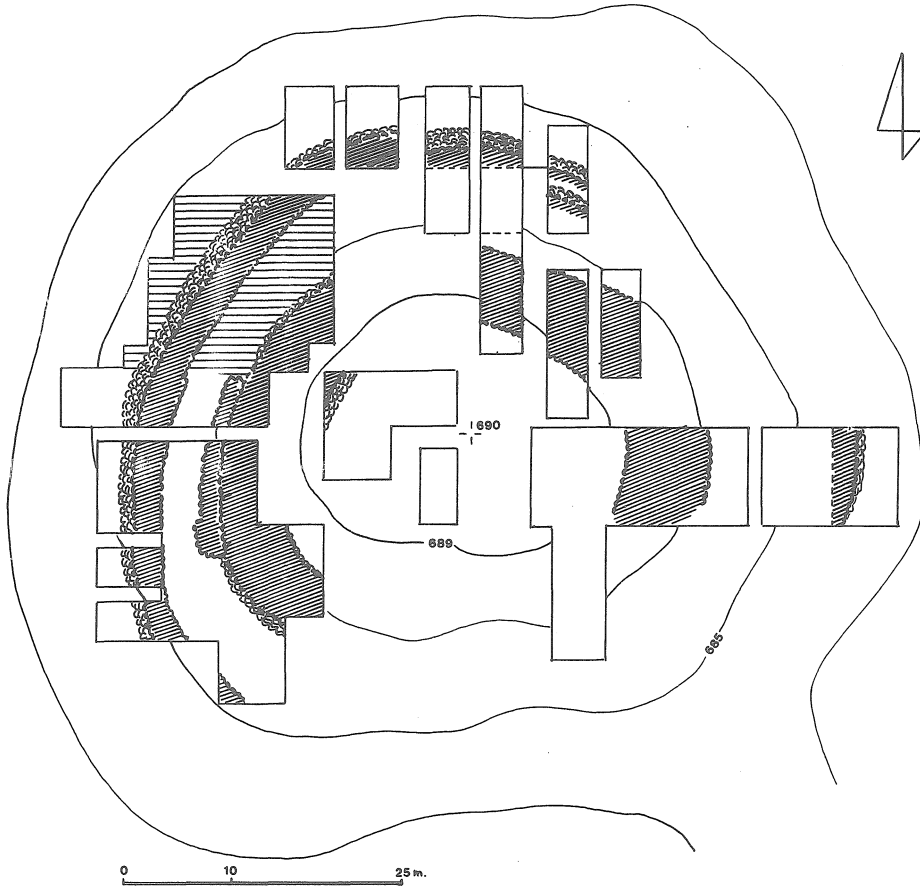
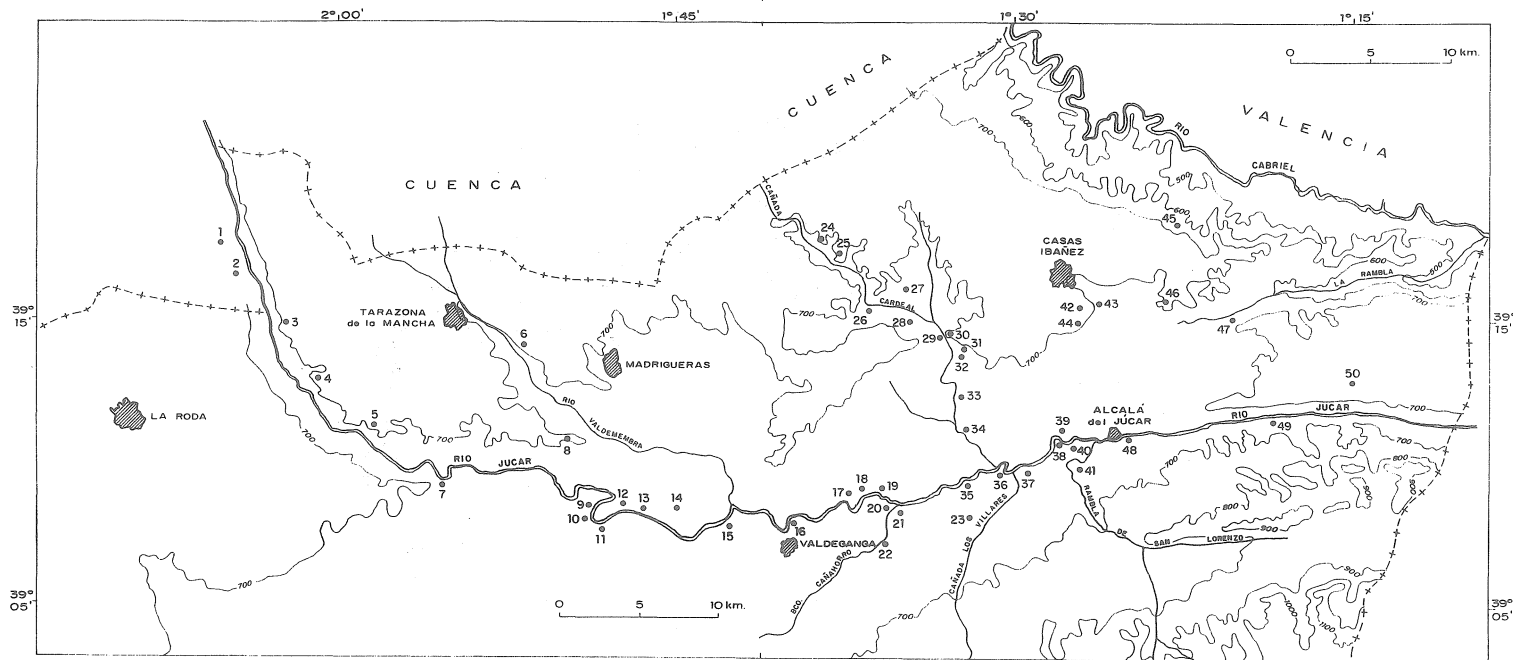


Fig. 2 — Plano general de El Acequión.



Dibujo: L. CABREIRA

Fig. 3 — Valle del río Júcar (Albacete). Yacimientos de la Edad del Bronce: 1 – Villalgordo; 2 – Puente de D. Juan; 3 – La Hurona; 4 – El Carrasco; 5 – Atraca; 6 – Berli; 7 – La Encantada; 8 – Vallejo del Gallo; 9 – Cuevas del Salto; 10 – El Torcido; 11 – Fuentes de Mendoza; 12 – Barranco del Ciervo; 13 – El Mochuelo; 14 – Mahora; 15 – Bolinches; 16 – Valdeganga; 17 – Cumbres del Río; 18 – Barranco del Tollo; 19 – Malecones; 20 – Cañahorro; 21 – Cerro del Pollo; 22 – Los Bujes; 23 – Tomero; 24 – Cenizate; 25 – Cerro Pelao; 26 – Derramadores; 27 – La Simona; 28 – Cerro Niño; 29 – Los Galayos Oeste; 30 – Los Galayos Este; 31 – Los Carboneros Norte; 32 – Los Carboneros Sur; 33 – Fuensanta; 34 – Abengibre; 35 – Calzada de Vergara; 36 – Frente Jorquera; 37 – La Recueja; 38 – El Arenal; 39 – La Central; 40 – San Lorenzo; 41 – Frasquito; 42 – Hoya Gualí; 43 – Cabezo del Judío; 44 – Cerro del Aguililla; 45 – Loma del Castillejo; 46 – Cerro Bermejo; 47 – Pesadilla; 48 – El Mirador; 49 – Tranco del Lobo; 50 – Castillo de Ves.

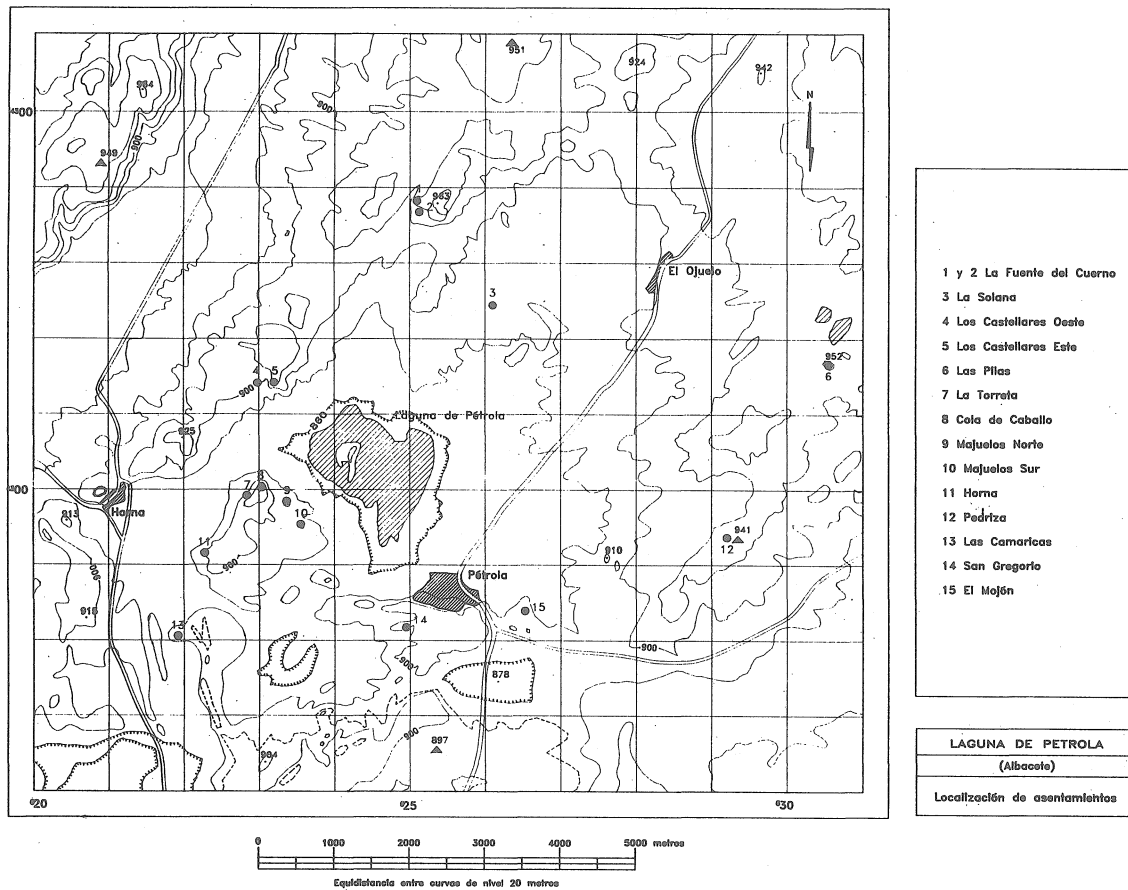


Fig. 4 — Laguna de Pétrola. Yacimientos de la Edad del Bronce.

FECHAS CALIBRADAS BC  
(INTERVALO 2σ)

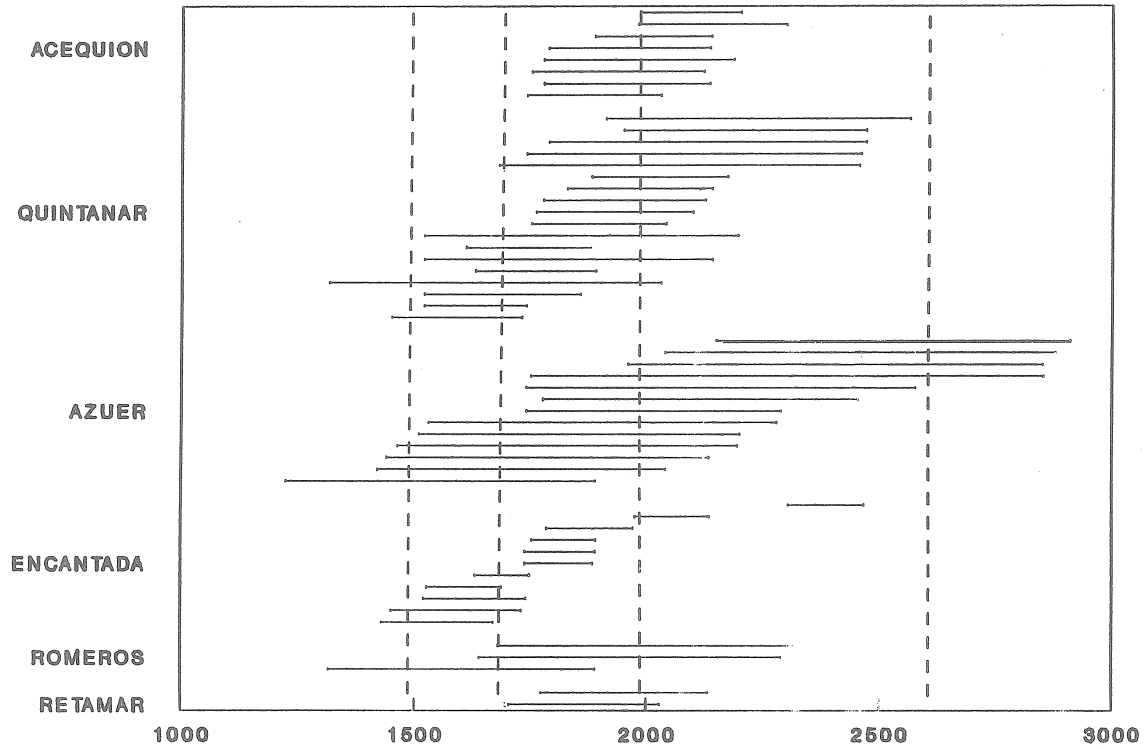


Fig. 5 — Cuadro cronológico.

Est. V

## SOBRE LAS COORDENADAS CULTURALES DEL HORIZONTE "TARTESSICO"

por

Juan Pedro Garrido Roiz\*

**Resumen:** Se hace necesario una definición del contenido histórico cultural de lo "tartessico" cuya expresión mas significativa es el de la asimilación de formas de vida urbana y el desarrollo de sistemas de escritura. El vocablo Tartessos transmitido por las fuentes de origen griego se refiere a un territorio, no a un pueblo. Es necesario aplicar criterios de espacialización y temporalización en base a los documentos arqueológicos disponibles. La polarización territorial en torno a las riquezas mineras del cinturón ibérico de piratas del SW tiene una dimension temporal donde han de ser valorados el papel de aportaciones diversas egeo-anatolicas, presencia griega y fenicia, minorasiaticas y suditalicas y su papel en la eclosión orientalizante documentada basicamente en el foco de Huelva y la subsiguiente disolución en el transcurso del siglo V.

**Palabras-clave:** Tartessos. Territorio. Aportaciones exteriores.

El nombre de TARTESSOS, cuyo origen pudiéramos ver en el vocablo semita TRST con la adición del sufijo de probable origen minorasiático SSOS, para formar así el homófono TARTESSOS, nos ha sido trasmitido, junto con otras noticias, por las fuentes escritas de origen griego. Dicho vocablo aparece acuñado en el siglo VII a.C. y su expresión coincide con el desarrollo demográfico de las colonias griegas de Sicilia y Magna Grecia y con la intensificación de las actividades griegas en el Mediterráneo Occidental, entre las que cabe destacar la presencia focense.

El vocablo, en el concepto griego, no se refiere inicialmente ni a una ciudad ni a un pueblo o etnia, sino a un espacio geográfico ubicable en el Lejano Hésperos, junto a/o en el Océano. El término Tartessos es inicialmente una designación para identificar a un territorio. Sólo en fechas posteriores surge la ecuación territorio=grupo étnico, y de modo no muy preciso. Así tenemos la conocida referencia de Heródoros de Herakleia englobando bajo la designación de pueblo ibérico a distintos y diferenciados grupos sitios en el área atlántica del sur penin-

---

\* Departamento de Prehistoria. Universidad Complutense de Madrid.

sular. El territorio al que las fuentes escritas se refieren con el nombre de Tartesos, es identificable, según opinión generalmente admitida, con la fachada atlántica del Suroeste peninsular, en conexión con las riquezas metalíferas del cinturón ibérico de piritas, constituido por una franja de unos treinta kilómetros de anchura por unos doscientos kilómetros de largo que se extienden desde las estribaciones montañosas del occidente de la actual provincia de Sevilla, la comarca de El Andévalo en la provincia de Huelva y el Algarve y sur alentejano en Portugal, hasta alcanzar el área del río Mira, hacia el Oeste.

Algunos autores han elaborado la idea de que sobre dicho territorio ha existido una *étnia* indígena que ha originado y desarrollado una específica morfología cultural a través de un dilatado y continuo lapso de tiempo, a la que han aplicado el nombre de “tartésica”, abarcando periodos cronológicos de muy distinto significado desde el punto de vista de la morfología cultural. Los orígenes del mundo “tartésico” se sitúan así en el impreciso marco cronológico y cultural del Bronce Pleno y Final del suroeste peninsular desarrollándose durante la Edad del Hierro hasta alcanzar la romanización. No faltan incluso intentos de periorización de las “etapas tartésicas” basadas, más que en una documentación arqueológica, hoy por hoy insuficiente y confusa en apriorismo y concepciones originadas por el “horror vacui”. Con los datos disponibles, creemos muy problemático el intento de precisar y caracterizar un ciclo cultural con un *filum* continuo tan dilatado. Antes al contrario pueden formularse serias objeciones al esquema propuesto.

Si con respecto a la localización geográfica de lo que las fuentes escritas de origen griego van a llamar Tartesos existe una aceptación generalizada, no parece adecuado, en el estado actual de la investigación, proponer la caracterización de una cultura identificable con una *étnia* a la que se le da el nombre de un territorio, cuya designación por otra parte ha surgido posteriormente y en un contexto cronológico y cultural muy diferente de las aludidas etapas del Bronce Pleno y Final. Debemos tener en cuenta que en la Antigüedad son los pueblos o *étnias* los que dan el nombre al territorio y no al contrario. Llamar “tartésica” a toda manifestación cultural desarrollada en un territorio encubre un error metodológico que esconde un prejuicio conceptual enraizado, no en un criterio científico, sino en consideraciones extracadémicas. Es lo mismo que hablar de los magdalenienses de Altamira como los primeros artistas españoles, considerar a Viriato como caudillo de la independencia española o portuguesa, o ver en la dispersión del vaso campaniforme una expresión de la expansión del Imperio Hispánico en el siglo XVI a.C.

En las fuentes escritas de origen griego, como hemos indicado, el vocablo se refiere a un territorio y no a un *ethnos*. Parece que no es adecuado llamar Tartesos a lo que los griegos no llamaron Tartesos. Y las fuentes griegas dan este

nombre a un territorio. El contenido étnico y cultural conocido en este territorio, en esa época, difícilmente puede ser extrapolable al periodo del Bronce Final del suroeste peninsular, y mucho menos a la cultura megalítica desarrollada en el período Calcolítico. Se trata de secuencias culturales bien diferenciadas en sus elementos y caracterización que constituyen ciclos culturales con contenidos y caracteres propios. Con ello no pretendemos negar la herencia cultural, pero si negamos la continuidad evolutiva de una cultura considerada como un filum temporal sobre un territorio. El territorio es una constante y la población una variable. Pero el mismo territorio ofrece un significado diferente según la morfología cultural del pueblo asentado en el mismo.

La fachada atlántica del suroeste peninsular presenta unas características fisiográficas propias que la diferencian marcadamente del litoral mediterráneo. El régimen peculiar de mareas oceánicas y vientos, el relieve, la topografía, la hidrología y las potencialidades mineras y pesqueras configuran una suerte de región natural definida al Sur por la línea de costa de trescientos cuarenta kilómetros entre Trafalgar y el Cabo de San Vicente y por las costas algarvías y alentejanas al Oeste. El litoral presenta buenos puertos naturales en los estuarios que facilitan las comunicaciones con el interior y la accesibilidad a importantes yacimientos mineros. Al norte podría trazarse una línea más imprecisa cuyo eje lo constituyen ambas vertientes de las estribaciones occidentales de Sierra Morena, Sierras de Aroche y Aracena, y la Sierra de Monchique. Pero resulta que este marco espacial es culturalmente poco definido y discontinuo. Durante el Bronce Final la cronología es imprecisa y espacialmente encontramos una división en áreas cuya expresión cultural significativa viene dada por algunos de los elementos más característicos de dicha etapa. Basta con examinar algunos de éstos. Así encontramos que las estelas decoradas se encuentran profusamente dispersas al Norte de la citada área y en la margen derecha del Guadiana. Si bien existen algunas excepciones en el Valle del Gadalquivir, no se encuentran al Sur de las citadas Sierras de Arocha y Aracena ni en el espacio comprendido entre los ríos Guadalete y Guadiana. El mapa de dispersión de los sistemas de escritura en los siglos VIII-VI suponen también una divisoria cronológica y espacial. Las estelas algarvías con inscripciones llamadas tartésicas se encuentran básicamente al Oeste del Guadiana y su dispersión cartográfica es aún más reducida que la de las estelas decoradas. Cronológicamente coinciden con la etapa definida como “tartésica orientalizante”, pero al igual que acontece con las estelas decoradas, no aparecen entre el Estrecho de Gibraltar y el Guadiana. Esta vez sin excepción alguna. Ciertamente que en esta última área encontramos grafitos de este tipo de escritura grabado sobre cerámicas. Ello plantea el problema adicional sobre el posible desarrollo de sistemas de escritura sobre materia perecedera y que lógicamente han desaparecido. Pero ello no hace sino acentuar la diferenciación

y nos indica la divisoria marcada por este río. Otro criterio de espacialización nos lo ofrece la dispersión de hallazgos de las cerámicas de retícula o decoración bruñida. Se ha considerado que en el Suroeste peninsular aparecen a partir del siglo IX a.C. y que su origen es fenicio, por tanto, adscribible al horizonte precolonial del Bronce Final. Su mapa de dispersión nos muestra una notable densidad en torno a los estuarios de los ríos atlánticos, desde el Guadalquivir al Tajo. Schubart en base a la tipología de formas y decoraciones señaló la presencia de dos zonas focales diferentes y localizables en las cuencas del Tajo y Sado y en la del Guadalquivir y región de Huelva, respectivamente. En todo caso, su dispersión parece indicar unas asociaciones marítimas no coincidentes con el área de extensión de las estelas.

Vemos pues, que esta desigual distribución de algunas de las más significativas manifestaciones del Bronce Final o período precolonial impiden considerar como unitario el proceso de desarrollo cultural. Por otra parte, el análisis de otros aspectos, como el análisis de las necrópolis y el ritual funerario (cuya ausencia ha sido considerada rasgo cultural), y el carácter, significado y cronología de los hábitats son de todo punto imprescindibles para definir una cultura o período. El análisis de otros elementos como la toponimia e hidronimia pueden ser sumamente ilustrativos. Creemos que en el momento actual de la investigación los datos materiales para caracterizar culturalmente este período son insuficientes.

El proceso de transformación de las sociedades rurales del Bronce Final, que, como hemos visto, se presentan insuficientemente definidas tanto en sus aspectos materiales como en sus coordenadas espaciales y temporales, se debe a la presencia y actividades tradicionalmente atribuidos en la bibliografía científica a los fenicios. La presencia fenicia se documenta fehacientemente a partir del siglo VIII a.C., tanto en el litoral mediterráneo peninsular, como, aunque con menos precisión, en la parte atlántica. Pero creemos que junto al papel que han podido desempeñar los fenicios debemos tener en cuenta la presencia de otros grupos a ellos vinculados. Dentro de la documentada cultura material orientalizante del Suroeste peninsular encontramos algunos elementos, singularmente en los objetos de bronce, que se vinculan técnica y estilísticamente al mundo minorasiático, neohitita y urartiano, que apuntan a una componente no fenicia, al menos con lo que se ha considerado característicamente fenicio de Tiro. Las fuentes escritas reflejan el papel representado por Tiro en su proyección mediterránea, pero ello no debe hacernos olvidar que existen actividades de otros centros que no han sido reflejadas en las fuentes literarias. La cantidad y calidad de algunos de los objetos metálicos del período orientalizante, entre los que no podemos dejar de citar los hallados en la necrópolis de Huelva, no son paralelizables, de momento, en ningún otro asentamiento de los que acusan este influjo. Hay algo aquí que no es específicamente fenicio, pero en modo alguno «indígena». Todos los elementos materiales tienen su modelo o



paralelo en el Oriente mediterráneo y la posible componente enraizada en el mundo indígena anterior a la presencia fenicia y oriental aparece diluido en un complejo cultural que desde el punto de vista material se nos aparece como un reflejo y trasplante de las civilizaciones urbanas del Mediterráneo oriental.

Y es precisamente en este momento, en pleno apogeo del impacto orientalizante, hacia el siglo VII a.C., cuando el mundo griego entra en contacto continuo y probablemente directo con el área atlántica de la Península Ibérica, según documentan tanto los testimonios escritos como los vestigios arqueológicos. Es ahora cuando aparece la denominación de Tartesos cuyo contenido cultural es precisamente el mundo surgido a consecuencia de los contactos y actividades relacionadas con la presencia de naves fenicias. Este mundo supone la existencia de vida urbana, que es lo que ya existe en pleno desarrollo en el área atlántica cuando los griegos inician con una cierta continuidad contactos y relaciones con el territorio que denominaron Tartessos. Por lo tanto, no podemos llamar Tartessos, mas que por extensión del vocablo, a lo que los griegos no llamaron Tartessos. Los testimonios escritos y la documentación arqueológica no nos muestran una presencia o influencia griega significativa en el Lejano Occidente con anterioridad al siglo VII de nuestra era. Dicha presencia está simbolizada por el viaje de Kolaos de Samos y materializada con la fundación de la colonia focense de Masalia a finales del siglo VII a.C. ¿Qué contenido material corresponde a esa referencia territorial que llamaron Tartesos? En definitiva, ¿qué es lo que vieron o tuvieron noticias los griegos para justificar la aureola literaria con la que fue envuelta el mítico Tartesos? Opinamos que este debe ser el punto de partida previo para un estudio sistemático que permita dar contenido al nombre que quedó plasmado en las referidas fuentes escritas. En conclusión, la presencia fenicia al Occidente del Estrecho de Gibraltar tiene carácter permanente (Cádiz y Lixus) desde fechas antiguas y alcanza una proyección extensa. Es opinión generalmente admitida que el interés fenicio por el espacio atlántico del Suroeste peninsular fue motivada por la adquisición y comercialización de las riquezas metalíferas del cinturón piritico ibérico. Pero junto a estas riquezas mineras se deben tener en cuenta las actividades pesqueras y las industrias con ellas vinculadas. En el hábitat de Huelva hemos documentado la presencia de túnidos de gran tamaño y en cantidad apreciable junto con otras especies marinas. Esta captura de fauna marina sólo es posible con el desarrollo de técnicas de almadraba y el complemento de las industrias de salazones. Ello supone complejidad social, desarrollo de industrias complementarias y existencia de vías de comercialización hasta los mercados consumidores.

De los rasgos que configuran la cultura o forma de vida anterior a la presencia o influencia de origen oriental vinculada a la navegación fenicia únicamente la ganadería puede ser preexistente en el área territorial. Arqueológicamente está

ya bien documentada en el período Calcolítico, singularmente el hábitat de Papauvas (Algaraque, Huelva). Claro está que ello no quiere decir que exista un filum que nos conduzca a etapas posteriores. Pero es obvio que se trata de un precedente que demuestra que la forma de vida basada en la gran ganadería no era algo que no se haya dado con anterioridad a estos influjos intensos de origen oriental en los comienzos de la Edad del Hierro. En cambio, el arado, base del desarrollo agrícola, las técnicas e industrias de pesca y salazones, la explotación intensiva de los recursos mineros, las relaciones mercantiles a gran distancia, la navegación de altura y la introducción de técnicas como la cerámica a torno, son innovaciones que sólo a partir de la Edad del Hierro y por estímulo de origen oriental se dan en este área. Estos influjos produjeron la revolución urbana en este área del Occidente, como queda evidenciado por la proyección y asimilación de los sistemas de escritura, que es uno de los rasgos inequívocos de la civilización urbana. Todo ello supone la transformación de las sociedades y una ruptura radical con las tradiciones culturales de las sociedades rurales preexistentes. La cuestión de la continuidad física de la población es accesorio. Cualquiera que fuese la aportación numérica originada por la presencia oriental, es lo cierto que desde el punto de vista del desarrollo cultural, la forma de vida urbana supone un nuevo ciclo donde la morfología cultural, las estructuras sociales e ideológicas son distintas con independencia del grado e intensidad de la composición del sustratum étnico “autóctono” integrado en la sociedad urbana. El carácter pastoril es, quizás, la única componente de carácter “indígena”, como refleja la figura de Argantonio, que si es por una parte la figura patriarcal del pastor tan conocida por la Antropología, es también, como expresa la etimología del vocablo “el de la Plata”. Ambos factores se conjugan en esa vertiente protocapitalista inherente a las estructuras sociales de la morfología cultural pastoril. La riqueza se expresa como medida de valor y también como instrumento de cambio en la ganadería, pero también en la minería como la etimología del nombre Argantonio parece indicar. Y la figura de Argantonio es también algo que nos han transmitido las fuentes griegas. Este rasgo junto con otros elementos materiales sirven para caracterizar y diferenciar Tartesos. Las sociedades del Bronce Final representan un mundo quizás con continuidad física, pero con discontinuidad cultural desde un punto de vista cíclico, aunque ello no suponga la inexistencia de herencia cultural, que en este caso podría estar representada por la estructura social jerárquica propia de los pastores enfrentada a la gentilicia de la que nos hablan las fuentes escritas, pues estas se refieren a gens, y no a tribus. De esta manera vemos la integración de esta componente de origen pastoril en el complejo de vida urbana industrial y comercial, que es lo que le da sentido y explica la aureola de Tartesos.

La cultura material del período orientalizante es, desde el punto de vista material, una cultura no producida ni originada por las bases preceptibles durante

el Bronce Final. La componente de origen “autóctono” del período precolonial aparece diluida en el complejo de vida urbana que, como se ha dicho, supone la asimilación e incorporación de innovaciones técnicas introducidas por influjos externos. Ello supone la incorporación de la población local a formas de vida específicas de una alta cultura donde se han desarrollado sistemas de escritura.

Este mundo urbano se disuelve durante el último tercio del siglo VI a.C., posiblemente por convergencia de factores muy diversos de índole económica y política a los que nos hemos referido en otras ocasiones y que no podemos analizar aquí. Existe una interrupción de las actividades comerciales a gran distancia, desaparecen los sistemas de escritura y parece que se documenta una contracción en los hábitats. Se da paso ahora a un nuevo ciclo cuyo centro parece bascular hacia la parte oriental de la Península Ibérica donde emergerá la cultura propiamente ibérica. El panorama étnico y cultural se aproximará al que nos va a trasmitir Estrabón y en esta reorganización de las nuevas áreas culturales el área atlántica parece quedar marginada. Aquí no se verá resurgir los sistemas de escritura ni existirán manifestaciones de escultura zoomorfa, lo que parece indicarnos que el área sita a grosso modo al oeste y norte del Guadalquivir se estructurará bajo otros parámetros diferentes. Tartesos pasa así al mundo del mito y la leyenda.

# ÂNFORAS DO VALE DO TEJO. AS OLARIAS DA QUINTA DO ROUXINOL (SEIXAL) E DO PORTO DOS CACOS (ALCOCHETE)

por

Jorge Manuel Cordeiro Raposo,  
Armando José Gonçalves Sabrosa  
e Ana Luísa Castanheira Duarte \*

**Resumo:** Apresentação das olarias romanas do vale do Tejo, analisando os aspectos estruturais, cronológicos e as produções anfóricas de um dos grandes centros produtores da Lusitânia, à luz dos resultados da investigação desenvolvida desde 1985 no âmbito do projecto "Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo".

**Palavras-chave:** Fornos. Ânforas. Lusitânia.

## 1. O VALE DO TEJO

A intensa actividade conserveira desenvolvida em época romana, tal como hoje a podemos vislumbrar pelos vestígios detectados nas duas margens do estuário do Tejo, implicou certamente um forte esforço de produção de ânforas.

De facto, vamos encontrar olarias que as fabricavam na Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal) e Porto dos Cacos (Herdade de Rio Frio/Alcochete), "*exemplares excepcionais [...] de uma forma de arqueologia industrial que falta nos roteiros turístico-culturais de qualquer dos países que outrora fizeram parte do império romano*" (ALARCÃO/MAYET, 1990: 7), como tal devendo ser estudados, protegidos e valorizados.

Foi exactamente isso que se pretendeu ao inseri-los num projecto de investigação arqueológica com vertentes de formação, animação cultural e revitalização

---

\* Desenhos e quadros: Jorge Raposo e Armando Sabrosa.

patrimonial.

Assim, correspondendo ao interesse manifestado por diversas entidades públicas e privadas, uma equipa<sup>1</sup> vem procurando desde 1985 compreender a *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*, com assinaláveis resultados entretanto divulgados em algumas revistas portuguesas, espanholas e italianas, bem como em reuniões científicas realizadas em Lisboa e Almada (1987)<sup>2</sup>, Setúbal e Conímbriga (1988)<sup>3</sup> ou Seixal (1991)<sup>4</sup>. O enquadramento técnico/científico do Centro de Arqueologia de Almada possibilitou o levantamento e sistematização de todo um conjunto de dados de carácter regional e a realização de campanhas de escavação na fábrica de salga de Cacilhas (Almada, 1987) e nas olarias da Quinta da Garrocheira (Benavente, 1987), Quinta do Rouxinol (Seixal, anualmente de 1986 a 1991) e Porto dos Cacos (Alcochete, anualmente de 1985 a 1990), acções que contaram com o suporte técnico, logístico e financeiro das respectivas câmaras municipais.

Com esta comunicação pretende-se divulgar a actual fase de desenvolvimento do projecto, onde, depois de intensa fase de trabalho de campo ter conduzido à recolha de impressionante e significativa colecção de espólio anfórico, se procura agora desenvolver uma metodologia que permita a sua caracterização formal e a definição clara de limites cronológicos.

Em traços gerais, começaremos no entanto por apresentar as olarias da Quinta do Rouxinol e do Porto dos Cacos, onde os trabalhos atingiram maior intensidade e os resultados interesse particular.

## 2. O PORTO DOS CACOS

Com três fornos já identificados (dos quais apenas dois escavados), o Porto dos Cacos (fig. 2) parece ser a única olaria do estuário do Tejo a ultrapassar as grandes transformações ocorridas na passagem dos séculos II para o III, laborando continuamente entre os séculos I e V e apresentando vestígios de ocupação humana que persistem até inícios do séc. VIII.

---

<sup>1</sup>Coordenada pelos signatários e por Clementino José Gonçalves Amaro. Numa primeira fase, colaboração ainda de Luís Barros.

<sup>2</sup>*1.º Congresso do Tejo* (Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2 e 3 de Outubro) e *1.ª Jornadas de Arqueologia Regional* (Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 21 e 22 de Novembro).

<sup>3</sup>*1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal* (Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 25 a 27 de Novembro) e *1.ª Jornadas de Estudo sobre as Ânforas da Lusitânia* (Museu Monográfico de Conímbriga, Conímbriga, 13 e 14 de Outubro).

<sup>4</sup>*1.ª Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado* (Câmara Municipal do Seixal e Centro de Arqueologia de Almada, Seixal, 13 a 15 de Dezembro).

O forno 1, bastante destruído, conserva 70 cm de altura máxima de parede da fornalha (base à cota de 4,35 m), piriforme e com três *suspensurae*. Parte da construção foi escavada no solo natural e só em algumas zonas reforçada depois com tijolo e tijoleira. A fornalha não possuía qualquer pavimento, mas, no corredor que lhe dava acesso (pouco diferenciado e orientado a Sudeste), pequenos blocos de arenito e fragmentos de cerâmica formavam um revestimento com alguma solidez. O espólio aqui recolhido é muito reduzido, limitando-se a material de construção resultante do abatimento da estrutura e a raros fragmentos de cerâmica comum e de ânforas das formas Almagro 50 e 51c. A corroborar a ocupação tardia desta zona, recolhemos alguns fragmentos de *sigillata* clara (formas 45a, 50a/b e 61a de Hayes) com cronologia compreendida entre o segundo quartel do séc. III e o primeiro do séc. V.

O forno 2 surge a uma cota superior (fundo a 5,50 m), tem planta circular de 3,20 m de diâmetro interior, quatro *suspensurae*, e conserva-se numa altura máxima de 2,30 m. Observa-se parte da câmara de cozedura, abobadada, escavada no solo natural e revestida pelo interior com argamassa e fragmentos de cerâmica (entre os quais, por exemplo, um fundo de ânfora Almagro 51c). Abaixo do nível a que se detectam vestígios da grelha, a parede é formada por tijolos sem qualquer revestimento. O perímetro do fundo do forno é marcado por blocos de arenito, aparelhados, que servem de base ao assentamento da parede, enquanto que a área central, ligeiramente rebaixada, inclui blocos do mesmo tipo embora mais pequenos e irregulares, intercalados com fragmentos de tijoleira. Por escavar, devido à existência de um caminho que ainda não foi possível remover, percebe-se a existência de um corredor de acesso à fornalha (largura de 1,50 m e altura de cerca de 1,30 m), orientado a Sudeste.

A camada de enchimento pode ser caracterizada como um terreno argiloso, avermelhado e muito compacto, contendo bastante cerâmica de construção resultante do abatimento da estrutura, fragmentos de cerâmica comum, tampas, trempes e de ânforas Almagro 50, 51c (predominando a última) e Lusitana 9 (raramente)<sup>5</sup>, associados a *sigillata* clara das formas 61a (325-400/420), 67 (400-500) e 73b (420-475) de Hayes.

Sob esta, surge uma outra camada, arenosa, de cor branco-cinza, com espólio semelhante ao descrito para a camada superior, salvo um ligeiro aumento do peso relativo da cerâmica comum. Destaca-se um conjunto de peças, completas ou quase, uniformemente distribuído por todo o forno, onde se incluem ânforas das três formas acima referidas, a par de alguidares e outros contentores de grande dimensão, potes, púcaros, pratos, tigelas, jarros, etc. Espalhados encontravam-se

---

<sup>5</sup>Todas as referências a formas identificadas como "Lusitanas" dizem respeito à tabela classificativa de espólio anfórico proposta pelo Dr. Dias Diogo (DIOGO, 1987).

também vários fragmentos de um mesmo prato de *sigillata* clara D, forma 61a de Hayes. Segue-se sobre o fundo, com espessura máxima de 10 cm, uma camada de cinzas negras e pequenos carvões, com raro espólio, todo ele com vestígios de acção do fogo. Aqui se incluem mais alguns pedaços do prato de *sigillata* acima referido, que fica assim quase completo.

No Porto dos Cacos identificaram-se ainda complexas estruturas envolventes dos fornos e uma necrópole. Um dos mais espectaculares achados é sem dúvida o de um conjunto de 46 ânforas Dressel 14, verticalmente posicionadas e dispostas rigorosamente lado a lado. Travadas entre si por fragmentos de panças e nódulos de argila, definem um alinhamento para o qual tem sido difícil encontrar paralelos. Sondagens realizadas em extremos opostos permitiram observar que as ânforas estão assentes em solo virgem, apresentando-se partidas de igual modo pela zona de ligação da pança ao fundo. Depois de definida a planta da estrutura, a escavação foi interrompida, aguardando que estejam criados os meios para a sua preservação *in situ*, dependendo o retomar dos trabalhos arqueológicos desta condição.

Cerca de 100 m a Este da zona dos fornos, uma necrópole com 37 enterramentos já identificados indicia a existência de um povoamento constante. Considerando os aspectos construtivos, nos 24 enterramentos escavados encontramos maioritariamente caixas rectangulares construídas com tijoleiras ou *tegulae*, de cronologia compreendida entre os séc. III e IV (uma única excepção, datável de finais do séc. I). Casos particulares são os de cobertura com ânforas colocadas na horizontal (identificando-se as formas Almagro 51c e uma provável variante de Almagro 50) e o de uma caixa rectangular com aparelho misto de tijoleira e blocos de arenito, com cobertura em falsa cúpula (a inclusão de vários fragmentos de ânfora Dressel 14 na construção, à falta de outros elementos, sugere uma cronologia próxima do séc. II). Apenas em dois casos se conservaram vestígios ósseos, sendo o espólio rico e diversificado, com cerâmica comum (taças, malgas, pratos, jarros, púcaros, etc), lucernas, *sigillata* clara, moedas e outros objectos metálicos ou em vidro.

A falta de meios, não tanto para a realização das campanhas de escavação, mas principalmente para garantir o tratamento e estudo da esmagadora quantidade de informação produzida, levaram à interrupção dos trabalhos de campo neste local. Procurámos no entanto avançar no reconhecimento de estruturas soterradas através de um plano de prospecção geofísica da responsabilidade de uma equipa do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro. Assim, em Março de 1992 o mapeamento magnético permitiu identificar com boa margem de segurança um novo forno (MATIAS, 1992) e, meses mais tarde, o prolongamento da área prospectada revelou três outros dipolos magnéticos com interesse arqueológico<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Esta iniciativa estendeu-se também a um outro local inserido no mesmo projecto de investigação, a Qt<sup>a</sup> de S. João (Arrentela/Seixal), onde se supõe existir uma *villa*. A equipa dirigida pelo Eng<sup>o</sup>.

### 3. A QUINTA DO ROUXINOL

A Quinta do Rouxinol (fig. 3), onde se detectaram e escavaram dois fornos e vestígios de um eventual terceiro, uma outra pequena estrutura de combustão e uma grande fossa de despejo de materiais rejeitados durante o processo de fabrico, terá funcionado entre a segunda metade do séc. II e a primeira do séc. IV.

O forno 1, com a base das paredes à cota de 2,85 m, apresenta planta piriforme, um pequeno corredor de acesso à fornalha sensivelmente orientado a Este e o arranque de três *suspensurae* em arco. Conservam-se, no máximo, 80 cm de altura de parede, construída com pequenos tijolos paralelepípedicos (ligados por argila) e adoçada ao solo de base (areia), aberto para sua implantação. A base da fornalha e do corredor de acesso não apresentam qualquer revestimento. A sua escavação revelou um enchimento constituído por um terreno argiloso, de cor avermelhada, sobreposto sucessivamente a uma camada de cinzas negras e outra de cinzas brancas e pulverulentas. Para além de grande quantidade de material de construção, o espólio é maioritariamente constituído por cerâmica comum datável dos séculos III/IV, associada a fragmentos de bordos ou fundos de ânfora das formas Almagro 50 e 51c, com predomínio desta última.

O forno 2 apresenta-se, em termos construtivos, algo semelhante ao forno 1 - adoçado à areia de base, piriforme, com arranque de três *suspensurae* em arco e um corredor de acesso à fornalha também orientado a Este. A diferença é marcada pela inclusão de alguns blocos de calcário entre os pequenos tijolos das paredes do corredor, pela pavimentação deste e de uma pequena zona no seu exterior com placas cerâmicas e pela existência de um pilar central, talvez resultante de um posterior reforço estrutural da arcada mais afastada da entrada. A parede, com base à cota de 3,55 m, conserva-se numa altura máxima de 1,40 m, com toda a zona SE mais baixa devido à implantação de um muro moderno que em parte a destruiu. O fundo da fornalha parece ter sido revestido por uma argamassa amarelada que, com zonas compactas ou, junto às paredes, mais pulverulentas, tem incorporados alguns (poucos) fragmentos de cerâmica comum e de ânforas das formas Almagro 50 e 51c. A escavação do interior revelou um enchimento que, para além de pequenas intromissões da areia envolvente, era constituído por um terreno argiloso, castanho-avermelhado, com grande quantidade de materiais de construção, alguma cerâmica comum, fragmentos de trempes e de ânforas das formas acima referidas (com a última em maior quantidade), associados a bordo de prato em *sigillata* clara C, forma 50a de Hayes (230/240-325).

---

Senos Matias procedeu ao mapeamento da condutividade eléctrica do terreno a pouca profundidade, usando indução electromagnética. Alguns alinhamentos detectados permitem agora uma melhor planificação de futura intervenção arqueológica.



Junto ao fundo, uma fina camada de cinzas negras possuía ainda algum espólio do mesmo tipo.

Para além de loiça doméstica de tipologia muito variada (pratos, malgas, jarros, almofarizes e outros contentores de maiores dimensões), na Quinta do Rouxinol existem também indicações quanto ao fabrico de lucernas, recolhendo-se dois moldes em argila, ambos limitados à parte superior (zona do disco) de peças oblongas, sem decoração.

#### 4. AS PRODUÇÕES ANFÓRICAS

Os trabalhos realizados nas olarias do Porto dos Cacos e da Quinta do Rouxinol permitiram ligar a estes locais um conjunto de formas anfóricas muito diversificado.

Assim, o Porto dos Cacos forneceu já inúmeros exemplares da forma Dressel 14, alguns completos ou quase (nº 1 e nº 2 da fig. 4). Ao nível do bordo distinguem-se secções sub-triangulares e arredondadas, com espessamento externo e, por vezes, interno. A boca é normalmente larga, o colo sub-cilíndrico e pouco extrovertido, o corpo sub-cilíndrico e o pé cónico terminando em bico maciço, de forma variada. As asas são de fita, com secção ovóide e canelura exterior longitudinal feita a dedo. Nesta forma foram identificadas mais de duas centenas de grafitos, muito diversificados e aplicados no pé (normalmente junto ao bico mas também na base da pança) antes da cozedura. Também as asas apresentam por vezes alguns sulcos longitudinais e transversais, muito ténues, parecendo ser feitos a dedo. A pasta contém elementos não plásticos de quartzo e feldspato, variando entre tons amarelos e acastanhados, com a superfície alaranjada.

A forma Almagro 51c está também muito bem representada em ambas as olarias (nº 4 a nº 6 da fig. 4), podendo distinguir-se, em termos gerais, dois tipos principais: um de corpo bojudo, piriforme, com pé tronco-cónico, e outro, mais estreito, fusiforme e de pé pequeno e pouco diferenciado. Ao nível do bordo encontramos secções sub-rectangulares, triangulares ou arredondadas, o colo é ligeiramente cónico e as asas de fita (com um ou mais sulcos longitudinais no exterior), pegando imediatamente abaixo do bordo ou da metade inferior deste. As pastas são muito semelhantes ao descrito para a forma Dressel 14, à excepção de alguns fragmentos recolhidos no interior dos fornos, onde a superfície se torna acastanhada e o interior cinzento ou negro.

A forma Almagro 50 (nº 8 e nº 9 da fig. 4) terá sido produzida em menor quantidade no Porto dos Cacos, surgindo em valores percentualmente muito baixos nas zonas escavadas. A pasta apresenta as mesmas características, o bordo tem secção sub-triangular exteriormente espessada, o colo é curto e cónico, as asas de

secção ovóide, o pé tronco-cónico terminado em bico geralmente maciço e ogival. Na Quinta do Rouxinol encontramos em grande quantidade duas variantes desta forma: uma de colo quase inexistente e marcado por um estrangulamento muito acentuado entre o bocal e o corpo; outra em que o estrangulamento se atenua, dando lugar a um colo curto, cilíndrico, que abre suavemente para o corpo. Nos dois grupos encontramos lábios com espessamento externo triangular ou arredondado, por vezes pendente, e asas de secção oval, elíptica ou circular que arrancam do bordo. Os fundos são em geral curtos, com bicos cónicos eocos, terminando em ponta ogival.

Peças recolhidas na necrópole do Porto dos Cacos e no contexto tardio do seu forno 2 (nº 7 da fig. 4), em associação com as formas Almagro 51c e Almagro 50, poderão ilustrar uma variação desta última ou representar uma nova realidade, questão a esclarecer com o aprofundamento do estudo formal e tecnológico.

Os trabalhos realizados no vale do Tejo permitiram ainda, pela primeira vez, obter dados objectivos de ligação de duas outras formas a este centro produtor.

Uma delas é a designada por Lusitana 9 (nº 10 a nº 12 da fig. 4). O depósito detectado no fundo do forno 2 do Porto dos Cacos incluía três destas peças (uma das quais completa), enquanto na Quinta do Rouxinol é grande a quantidade de fragmentos recolhidos em associação directa com as formas Almagro 50 e 51c. O colo é praticamente inexistente, o bordo pouco diferenciado e exteriormente espessado, as asas de fita (achatadas e normalmente sem sulcos) arrancando do bordo, o fundo muito baixo, largo e anelar. Ao nível do corpo, encontram-se no mesmo contexto um perfil “barrilóide” e outro mais esguio, piriforme. Objectivamente nada se sabe quanto ao que transportaria, embora seja curioso notar que uma das peças recolhida no Porto dos Cacos apresenta, esgrafitados na pança, sensivelmente sob as asas, o que parecem ser dois peixes muito estilizados.

A produção do Porto dos Cacos engloba ainda uma forma de fundo plano, a Lusitana 3, que pode enquadrar-se na grande “família” das Dressel 30, Gauloise 4 ou Pélichet 47 (nº 3 da fig. 4). Ao nível da pasta e de aspectos como o bordo, colo e asas, é muito idêntica à forma Almagro 51c, embora predominem bordos de secção sub-rectangular, por vezes com um sulco horizontal no exterior, e as asas peguem imediatamente abaixo do bordo. O fundo é, no entanto, bastante diverso, pouco diferenciado e anelar. Nesta forma se identificaram mais de centena e meia de marcas de oleiro, aplicadas no bordo, na asa ou no seu arranque, normalmente em cartela rectangular dupla<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>O Dr. Amílcar Guerra, a quem solicitámos colaboração, apresentou recentemente (GUERRA, no prelo) uma primeira abordagem aos resultados obtidos com o seu estudo, temática em que o panorama da investigação produzida em Portugal é muito pobre e onde o Porto dos Cacos assume papel de relevo, com o mais numeroso conjunto conhecido.

Resta referir, embora em percentagem reduzidíssima se comparadas com as outras formas, a presença de Dressel 14 e Beltran 72 na Quinta do Rouxinol, enquanto no Porto dos Cacos se identificam fragmentos de ânforas Dressel 2-4 e Beltran IIa. Em ambas as olarias existem bordos semelhantes à forma Dressel 28, bem como outros sem paralelos conhecidos.

## 5. A CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAS ANFÓRICAS

A dimensão dos dois sítios em estudo (em particular do Porto dos Cacos) e a esmagadora quantidade e diversidade do seu espólio implicaram a definição de prioridades, numa selecção de contextos que clarificassem gradualmente algumas questões formais e cronológicas.

Partimos da definição de um modelo de análise que não difere muito do já utilizado por outros autores<sup>8</sup>, com o estabelecimento de um conjunto de 17 descritores que, para cada peça, define as dimensões do seu bordo, colo, asas, pança e fundo (figs. 6 e 9). São eles a altura total (HT) e o diâmetro máximo da pança (DP); o diâmetro (DB), espessura (EB) e altura do bordo (HB); os diâmetros externo (DC), interno (DIC) e da base do colo (DBC); a largura (LA) e espessura das asas (EA); as distâncias de asa a asa (AAA) e entre o bordo e o topo das asas (BTA) ou o bordo e a base do colo (BBC); o diâmetro do fundo (DF) e do topo do fundo (DTF), a sua altura (HF) e a da extremidade (HBF).

Numa primeira fase, seguimos um critério também não original<sup>9</sup>, que consiste em seleccionar apenas os fragmentos de bordo ou fundo em que se conserve pelo menos metade do seu diâmetro. Os restantes diâmetros obedecem a esse mesmo critério, sendo todas as variáveis medidas em igual ponto das diferentes peças.

Ressalvamos de novo não ser nosso objectivo a exaustiva quantificação de resultados, que não estaria no âmbito deste Congresso nem de acordo com o estado actual do estudo. Move-nos apenas o desejo de divulgar a actividade desenvolvida no âmbito de um projecto onde, embora com abrandamento dos trabalhos de arqueologia de campo, vimos persistindo na análise de um espólio com enormes potencialidades de investigação, aperfeiçoando gradualmente uma metodologia que permite desde já tecer algumas considerações preliminares.

---

<sup>8</sup>Veja-se, por exemplo, Antónia Coelho-Soares e Carlos Tavares da Silva, "Ânforas romanas da área urbana de Setúbal", in *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV, 1978, pp. 171-201.

<sup>9</sup>Ver Fanette Laubenheimer, "La Production des Amphores en Gaule Narbonnaise", *Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, vol. 66, Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, Paris, 1985.

### 5.1. Dressel 14

No Porto dos Cacos optámos pela análise de uma zona que abrange parte dos quadrados K33 e K34, um rectângulo de 5 por 2,5 m (designado por K33/34s) onde se detectou em 1990 uma fossa com enorme densidade de espólio e uma sucessão estratigráfica potente (cerca de 2,5 m) que poderia esclarecer aspectos relativos à forma Dressel 14.

Da observação da fig. 5 constata-se a existência de uma primeira camada (A) arenosa, solta, de cor castanho-acinzentada, que apresenta à superfície pequenas raízes e alguma cerâmica em fragmentos pequenos. O espólio aumenta de quantidade e dimensão para a base da camada (representada a tracejado mais aberto), reconhecendo-se alguma cerâmica de construção e de uso doméstico, a par de bordos, fundos e asas de ânforas das formas Dressel 14 e afim a Dressel 30 (com ligeiro predomínio desta). As formas Almagro 50 e 51c ocorrem apenas vestigialmente.

Segue-se-lhe, de cima para baixo, um terreno arenoso (B), solto, cinza-claro, com zonas de areia esbranquiçada e mais compactada. Num aglomerado com impressionante concentração de espólio em fragmentos de média e grande dimensão, com espaços ociosos entre si ou preenchidos por fragmentos de menor dimensão, predomina fortemente a forma Dressel 14, com alguns exemplares quase completos e identificação de 44 grafitos. É diminuta a presença de cerâmica comum e de construção, surgindo ainda bem representada a forma afim a Dressel 30, a par de raros exemplares de Almagro 50 e 51c, Beltran IIa e Dressel 2-4.

O terreno torna-se depois argiloso (C), compacto, castanho-avermelhado, com alguns laivos de areia esbranquiçada consolidada e manchas pontuais de carvão. O espólio continua abundante, em fragmentos de média e grande dimensão, agora com a forma Dressel 14 em proporção esmagadora (destacando-se alguns exemplares deformados por acção do calor, 26 grafitos e uma boca onde as duas asas apresentam os já referidos ténues sulcos longitudinais). São relativamente raros os fragmentos de Almagro 51c e da forma afim a Dressel 30, enquanto a cerâmica comum surge de novo em quantidade significativa. De ressaltar também a recolha de mais de duas dezenas de fragmentos de opérculos (um completo), alguns fundos de grande dimensão, por vezes esgrafitados, dos quais já havíamos tido a oportunidade de apresentar um nas Jornadas de Conímbriga (RAPOSO, 1990: 151, nº 94), e um fragmento de pança de *terra sigillata* hispânica, forma 29 de Dragendorff.

A camada D, sem espólio, marca uma nítida distinção entre o contexto que vimos descrevendo e a camada E, argilosa, com laivos de areia esbranquiçada, areão e pequeníssimos seixos rolados, onde reaparecem fragmentos de cerâmica comum, opérculos (um completo) e um peso de rede. Quanto a ânforas, para além

de uma asa de rolo da forma Dressel 20, surge-nos exclusivamente a forma Dressel 14, com mais de 200 fragmentos de média e grande dimensão, entre os quais 11 fundos esgrafitados, três bocas com sulcos longitudinais nas duas asas e cinco em que eles apenas surgem numa delas.

Por fim, a camada de base (F) é argilosa, compacta e alaranjada, deixando de apresentar qualquer espólio.

A escavação deste contexto propiciou a recolha de mais de 4 mil fragmentos de cerâmica, numa sucessão estratigráfica onde pode, com boa probabilidade, afirmar-se que a camada B não deverá ultrapassar os finais do séc. II (formas Dressel 14 e afim a Dressel 30 associadas à quase ausência de Almagro 50 e 51c e à presença de Beltran Iia e Dressel 2-4, ambas com limite de produção geralmente aceite para a segunda metade desse século). A camada C, com a forma Dressel 14 em larga maioria, tem como excelente elemento de enquadramento cronológico o fragmento de *terra sigillata* hispânica (datável de 50 a 70). Desenvolvendo o raciocínio, destacamos ainda a distinção de um momento anterior, bem individualizado do primeiro e com presença quase exclusiva da forma Dressel 14, no que nos parece uma evidência da sua produção no Porto dos Cacos ainda na primeira metade do séc. I.

Importava agora verificar se seriam detectáveis algumas variações nessa mesma forma. Assim, a aplicação da metodologia acima descrita colocou-nos perante um conjunto de 51 bocas e 265 fundos que nos permite elaborar um quadro geral com o total de medidas registadas para cada um dos descritores, o seu valor médio, variância e desvio padrão (fig. 6).

Observando com mais pormenor o espólio proveniente de K33/34s, apresentam-se quadros e gráficos relativos ao diâmetro e espessura do bordo (fig. 7) e ao diâmetro do fundo (fig. 8)<sup>10</sup>. No primeiro caso, se para a camada B duas únicas ocorrências pouco permitem concluir, já se revela significativa a grande homogeneidade verificada para os 28 registos na camada E, com pequena dispersão de resultados se comparados com os 21 bordos exumados em C. A média das leituras, sejam do diâmetro ou da espessura do bordo, apresenta também valores diferentes nas duas camadas, sendo em ambos os casos superior em E. Também os 47 fundos desta camada apresentam igual concentração, reforçando uma coerência do conjunto que adquire aqui maior significado, uma vez que estamos perante quantidades significativas de espólio (110 fundos em B e 107 em C).

---

<sup>10</sup> Para facilitar a sua leitura, esclarece-se que cada gráfico é composto de barras mais largas correspondentes aos valores totais registados para cada classe, sobrepostas por outras, mais estreitas, que ilustram a forma como esses totais se distribuem pela estratigrafia descrita (camadas B, C e E).

## 5.2. Almagro 51c

Um pouco a Sul dos fornos da Quinta do Rouxinol (em zona designada por B10), detectou-se uma fossa de despejo de materiais rejeitados, aberta na areia de base e com a sua maior profundidade a rondar os zero metros de cota absoluta. Numa estratigrafia com cerca de 3,5 m de potência, pudemos observar que, sob as camadas superficiais de terreno arável, com materiais modernos, nos surge uma outra já com algum espólio romano em fragmentos pequenos - cerâmica de construção e uso doméstico, ânforas Almagro 50 e 51c e uma moeda de Constantino ou Constâncio (primeira metade do séc. IV). A zona mais profunda da fossa apresenta uma densidade impressionante de espólio, com destaque para uma outra moeda de Constantino I e fragmentos de ânforas Almagro 51c. A forma Almagro 50 está também muito bem representada, encontrando-se duas peças assentes no fundo da fossa, fragmentadas mas completas, cobertas parcialmente com troncos (cortados a machado) e pequenos ramos de pinheiro.

Para além de raros fragmentos de bordo de Lusitana 9, a cerâmica comum é também abundante, surgindo ainda dois pequenos fragmentos de lucerna, uma gárgula quase completa, pesos de rede, trempes, tampas, etc, associados a pratos e taças em *sigillata* clara das formas 45a (230/40-320), 50a (230/40-325) e 52b (280-300) de Hayes, esta última com duas peças decoradas, de perfil completo.

Foi este contexto que seleccionámos para estudo da forma Almagro 51c. Em quadro anexo (fig. 9) encontram-se os valores registadas para 95 bordos e 183 fundos e as respectivas médias, variância e desvio padrão, resultados que necessitam de aprofundamento, principalmente em relação aos fundos, onde encontramos, genericamente, três grupos: tronco-cónicos,ocos, de base plana; cilíndricos ou tronco-cónicos, de menor diâmetro,ocos, de base plana ou com *omphalus* central; muito baixos, pouco diferenciados do corpo, também com uma depressão central.

## 6. NOTA FINAL

Este trabalho evidencia a necessidade de alargar a metodologia utilizada a outros contextos do Porto dos Cacos e Quinta do Rouxinol, sendo também urgente um salto qualitativo que permita a passagem para uma análise multivariada dos atributos considerados, estabelecendo uma classificação hierárquica de grupos e testando a sua significância.

Por outro lado, reconhecemos as limitações dum estudo deste tipo, havendo que complementar a apreciação das variações físicas de cada peça com a análise das suas características tecnológicas e, particularmente, da composição das suas

pastas. Nesse sentido se desenvolve desde há alguns anos um projecto de caracterização química das pastas de ânforas por activação com neutrões térmicos, incidindo numa amostra de materiais recolhidos no Porto dos Cacos e Quinta do Rouxinol. Com uma primeira fase de resultados, extremamente sugestiva, já apresentada pelo Prof. Peixoto Cabral (CABRAL, no prelo), a continuação dos trabalhos de uma equipa sob sua coordenação motivou uma outra comunicação no âmbito deste mesmo Congresso<sup>11</sup>.

Espera-se assim que, com os contributos da Arqueologia e da Arqueometria, seja possível num futuro próximo constituir um corpo coerente, fiável e eficaz, que nos permita caracterizar as produções anfóricas do Vale do Tejo e contribuir para a reconstituição da complexa rede de relações comerciais da época.

Dezembro de 1994.

## 7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALARCÃO, Adília e MAYET, Françoise (1990). *Ânforas lusitanas: tipologia, produção, comércio*, "Actas das I<sup>as</sup> Jornadas de Estudo sobre as Ânforas Lusitanas", Adília Alarcão e Françoise Mayet (eds.), Museu Monográfico de Conímbriga/Diffusion E. de Boccard.
- AMARO, Clementino José Gonçalves (1990). "Ocupação romana na margem esquerda do estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias", in ALARCÃO/MAYET (eds.), pp.71-85.
- CABRAL, João M. Peixoto (no prelo). "Caracterização química das pastas de ânforas do Porto dos Cacos mediante activação com neutrões", *Actas das I<sup>as</sup> Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal.
- COELHO, A. V. Pinto e CARDOSO, João L. (1990). "Estudos sobre pastas de ânforas do vale do Tejo e do vale do Sado: análises macro e microscópicas", in ALARCÃO/MAYET (eds.), pp.267-271.
- DIOGO, António M. Dias (1987). "Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano", in *O Arqueólogo Português*, série IV, vol.5, MNAE, Lisboa, pp.179-191.
- DUARTE, Ana Luísa Castanheira (1990). "Quinta do Rouxinol: a produção de ânforas no vale do Tejo", in ALARCÃO/MAYET (eds.), pp.96-115.
- DUARTE, Ana Luísa Castanheira (no prelo). "Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol", *Actas das I<sup>as</sup> Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal.
- GUERRA, Amílcar Ribeiro (no prelo). "As marcas de ânfora do Porto dos Cacos", *Actas*

<sup>11</sup> "Caracterização química das produções de oficinas de ânforas no Vale do Tejo", comunicação apresentada a este Congresso por João M. Peixoto Cabral, Maria Ângela Gouveia e Isabel Morgado na secção dedicada à *Contribuição das Ciências Naturais e "Exactas" à Arqueologia*.

*das I<sup>as</sup> Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal.

- MATIAS, Manuel Senos (1992). "Prospecção magnética em Porto dos Cacos", in *Almadan*, nº 1 (II<sup>a</sup> série), CAA, Almada, pp.13-14.
- RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro (1990). "Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo", in ALARCÃO/MAYET (eds.), pp.117-151.
- RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro (no prelo). "O forno 2 do Porto dos Cacos", *Actas das I<sup>as</sup> Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal.
- RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro e DUARTE, Ana Luísa Castanheira (1992). "Anforas lusitanas: los alfares del Tajo", in *Revista de Arqueologia*, Ano XII, nº 134 (Junho), Zugarto Ediciones, Madrid, pp. 36-45.
- RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro e DUARTE, Ana Luisa Castanheira (1992). "Anforas lusitanas: los alfares del Tajo", in *Rivista di Archeologia*, Ano XVI, Giorgio Bretschneider Editore, Roma, pp. 97-107.
- SABROSA, Armando José Gonçalves (no prelo). "A necrópole romana do Porto dos Cacos", *Actas das I<sup>as</sup> Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal.



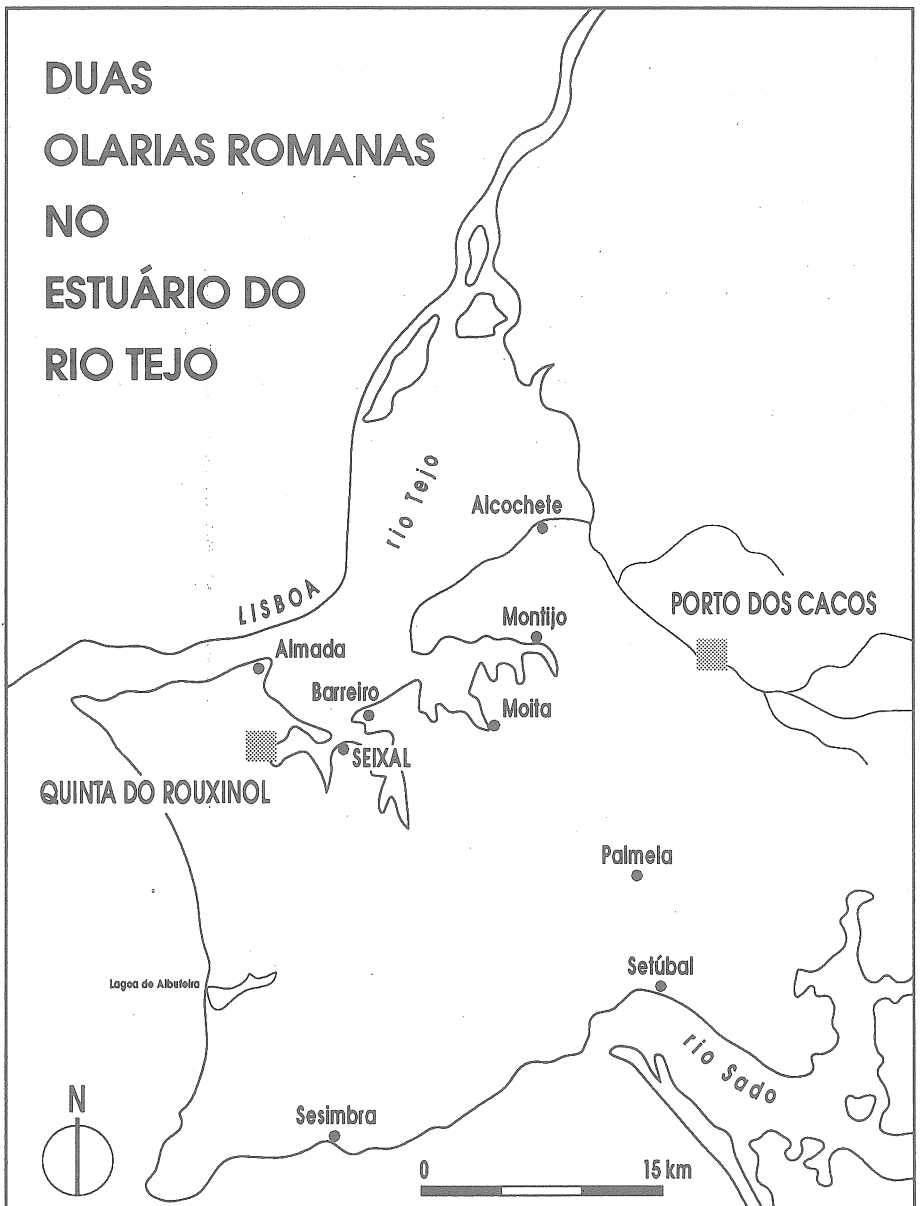


Fig. 1 — Localização das olarias romanas do Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal) no estuário do rio Tejo.

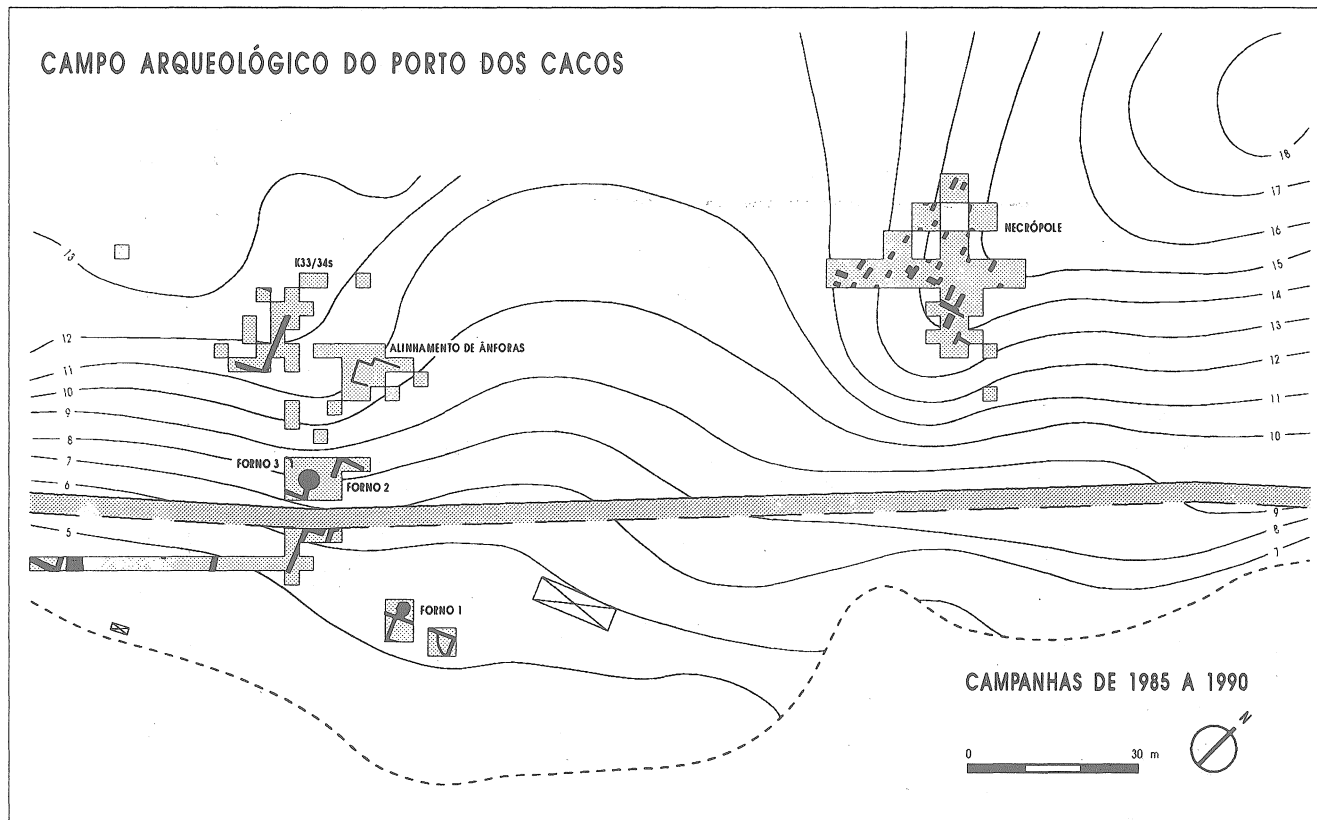


Fig. 2 — Planta geral da área escavada no Porto dos Cacos (Alcochete), de 1985 a 1990.

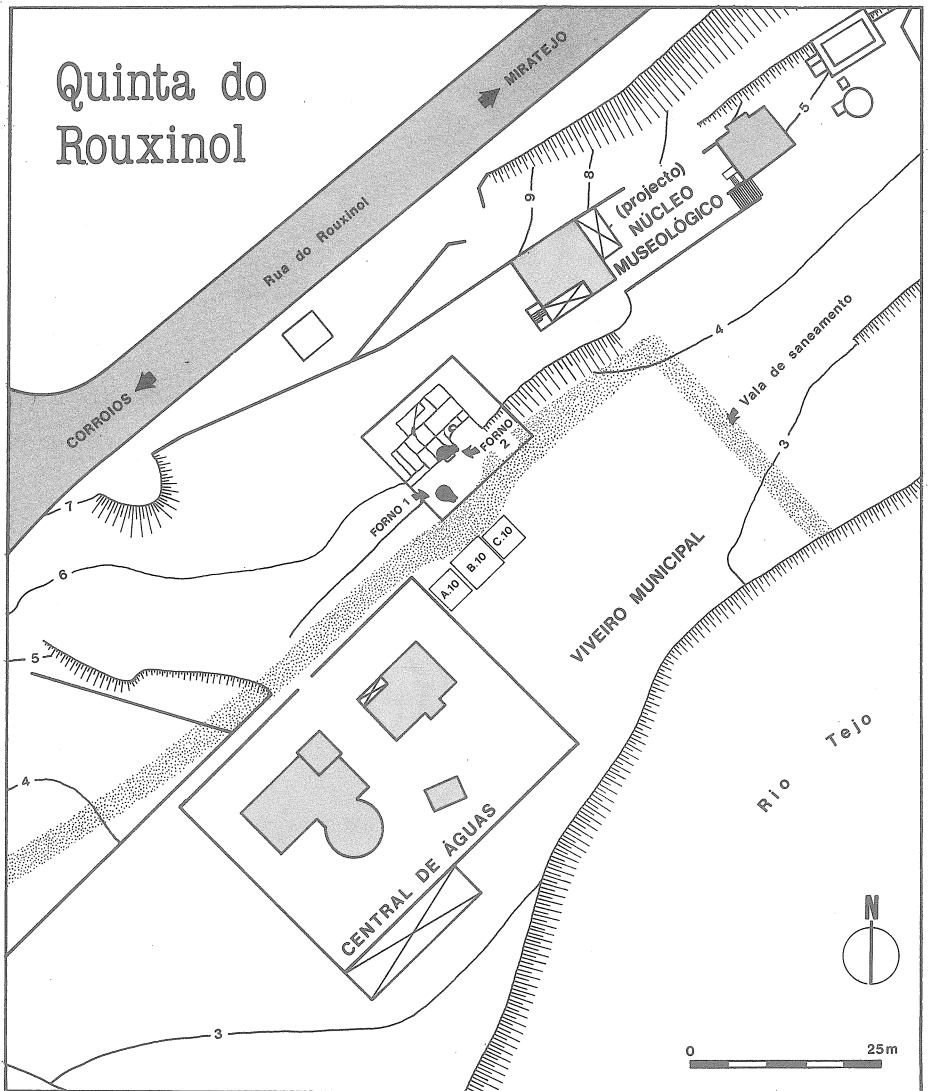


Fig. 3 — Planta geral da área escavada na Quinta do Rouxinol (Seixal), de 1986 a 1991.

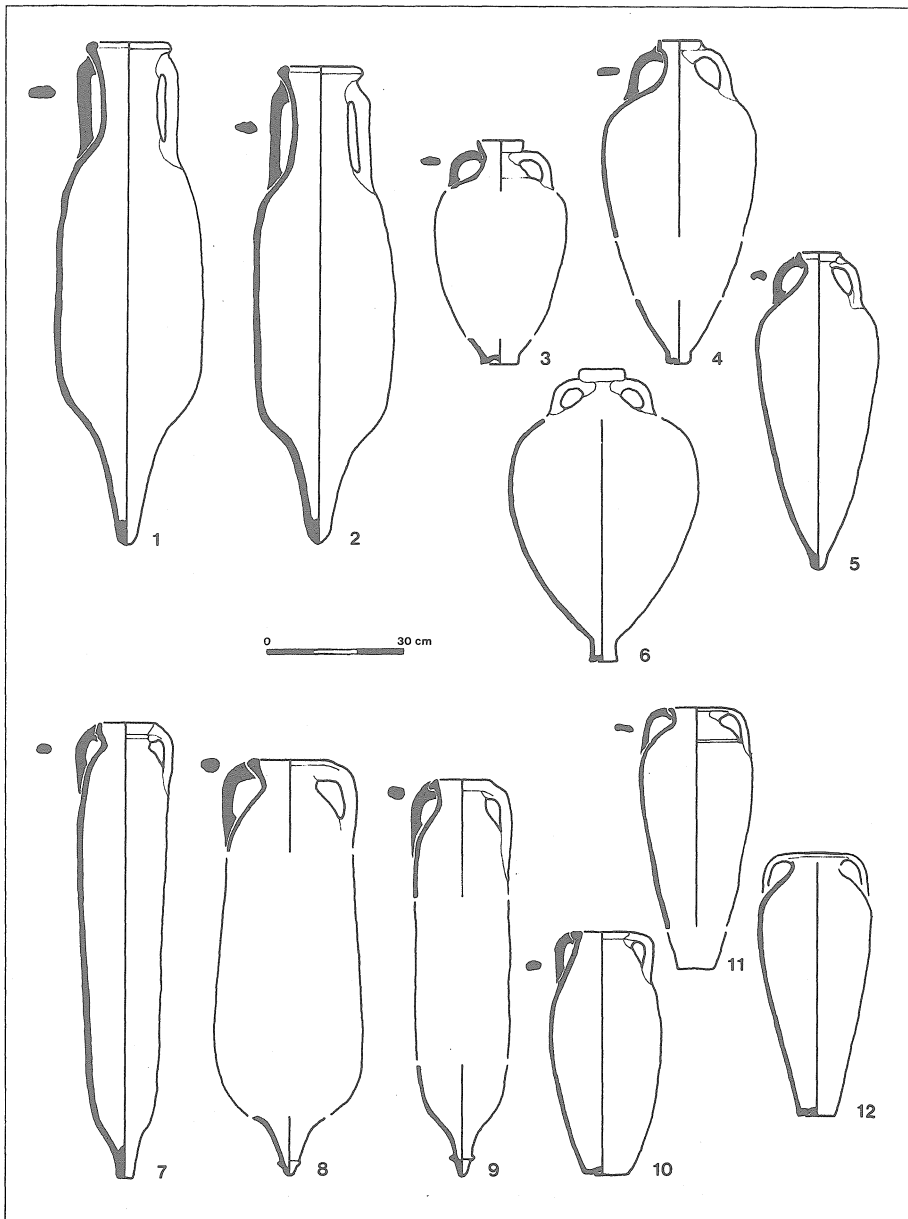


Fig. 4 — Formas anfóricas produzidas nas olarias do vale do Tejo: Dressel 14 (1 e 2); afim a Dressel 30 (3); Almagro 51c (4 a 6); variante de Almagro 50 ? (7); Almagro 50 (8 e 9); Lusitana 9 (10 a 12). As peças com os números 4, 8, 9 e 11 são provenientes da Quinta do Rouxinol, tendo as restantes sido exumadas no Porto dos Cacos.

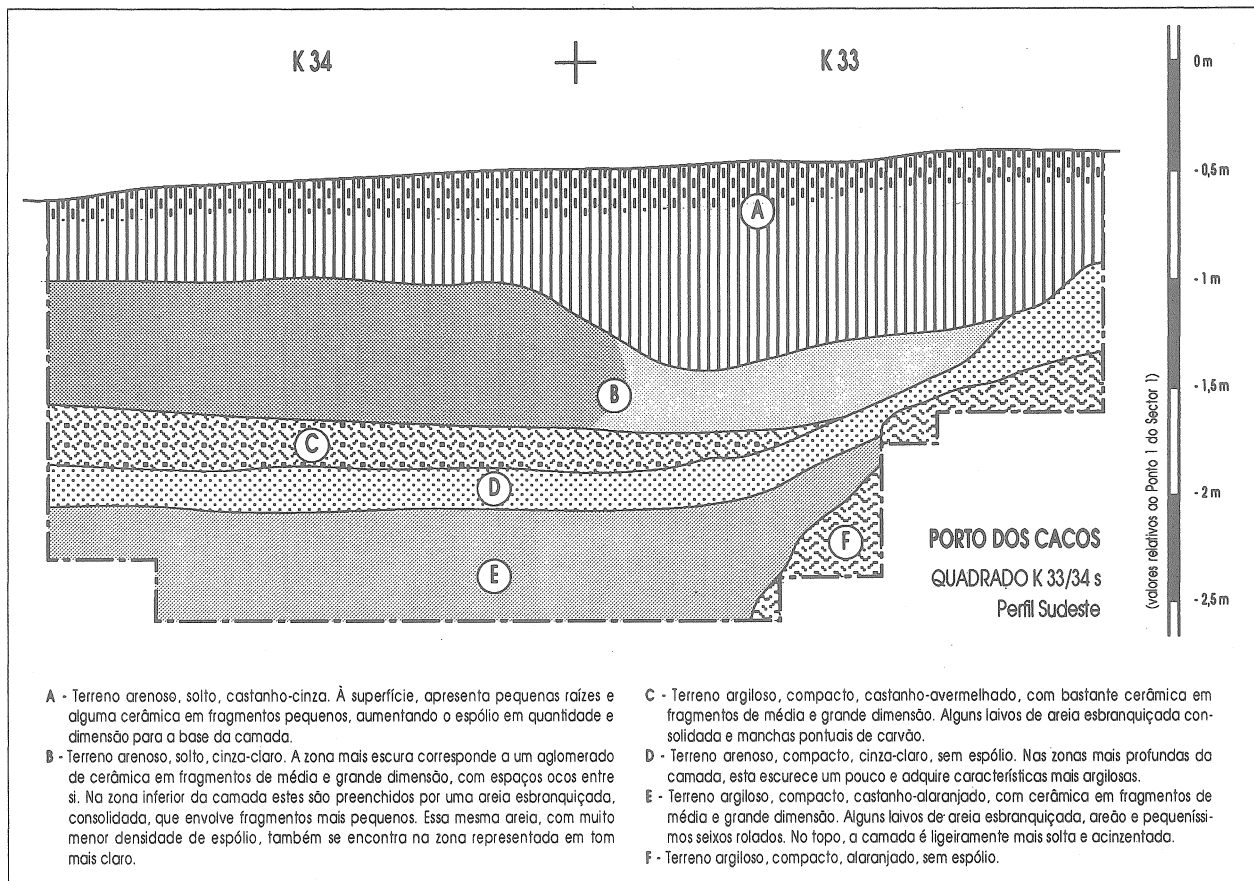
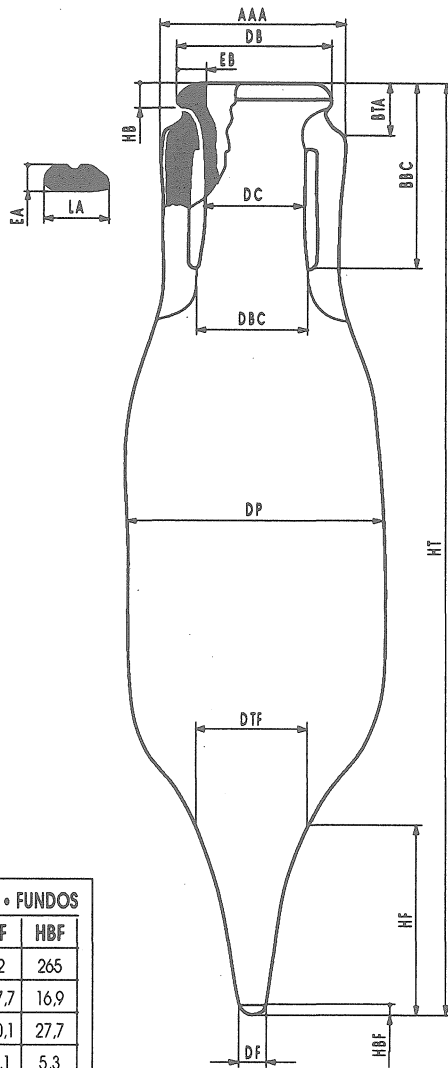


Fig. 5 — Perfil Sudeste do quadrado K33/34s, escavado no Porto dos Cacós (Alcochete). A sua localização está assinalada na planta geral do sítio (fig. 2).

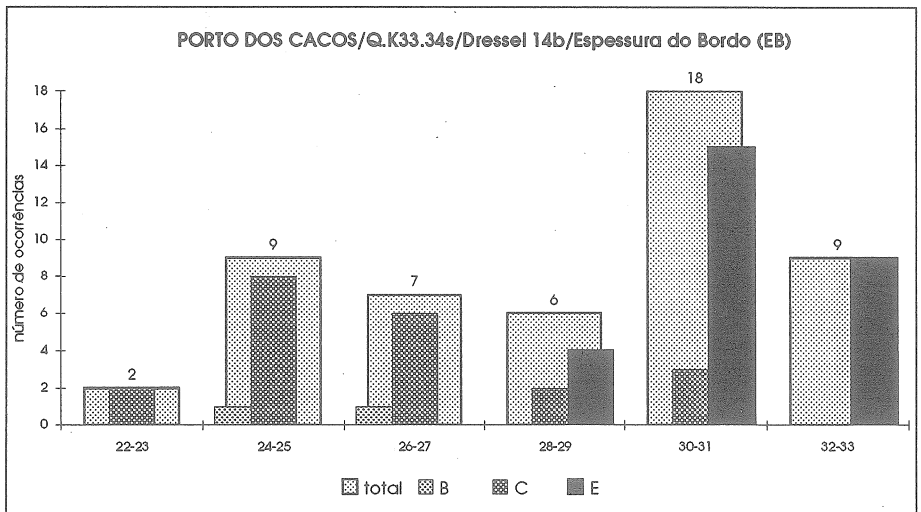
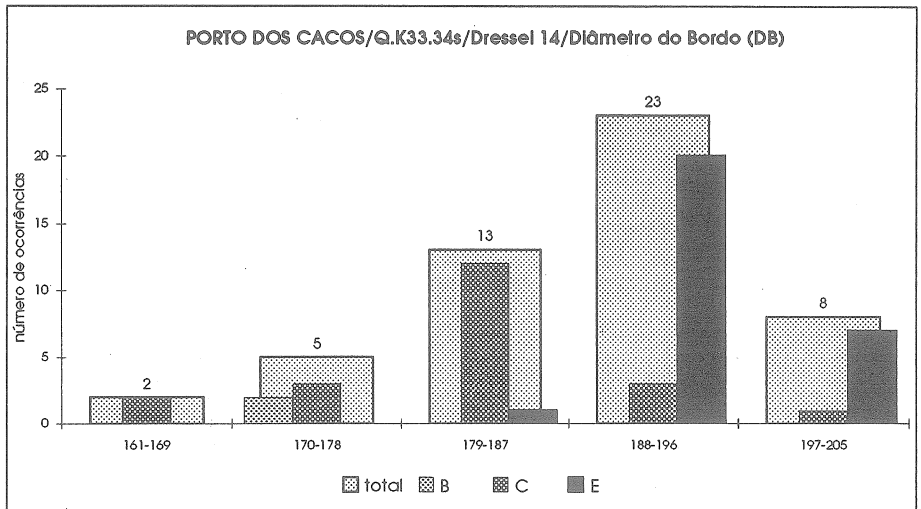
AAA .....	Asa a Asa
BBC .....	Bordo à Base do Colo
BTA .....	Bordo ao Topo da Asa
DB .....	Diâmetro do Bordo
DBC .....	Diâmetro da Base do Colo
DC .....	Diâmetro do Colo
DF .....	Diâmetro do Fundo
DIC .....	Diâmetro Interno do Colo
DP .....	Diâmetro da Pança
DTF .....	Diâmetro do Topo do Fundo
EA .....	Espessura da Asa
EB .....	Espessura do Bordo
LA .....	Largura da Asa
HB .....	Altura do Bordo
HBF .....	Altura da Base do Fundo
HF .....	Altura do Fundo
HT .....	Altura Total



PORTO DOS CACOS (Q.K33/34s) • FORMA DRESSSEL 14 • FUNDOS				
RESUMO	DF	DTF	HF	HBF
Total de Registos	265	6	22	265
Valor Médio	47,5	141,5	207,7	16,9
Variância	42,1	425,9	580,1	27,7
Desvio Padrão	6,5	20,6	24,1	5,3

PORTO DOS CACOS (Q.K33/34s) • FORMA DRESSSEL 14 • BORDOS												
RESUMO	DB	HB	EB	DC	DIC	BTA	EA	LA	AAA	BBC	DBC	DP
Total de Registos	51	51	51	23	23	71	46	46	17	16	7	2
Valor Médio	187,8	19,3	28,6	113,1	88,6	38,6	25,6	58,5	220,8	210,8	142,0	314,5
Variância	88,7	7,3	8,6	20,0	32,4	14,2	3,8	8,9	52,1	207,1	36,7	144,5
Desvio Padrão	9,4	2,7	2,9	4,5	5,7	3,8	2,0	3,0	7,2	14,4	6,1	12,0

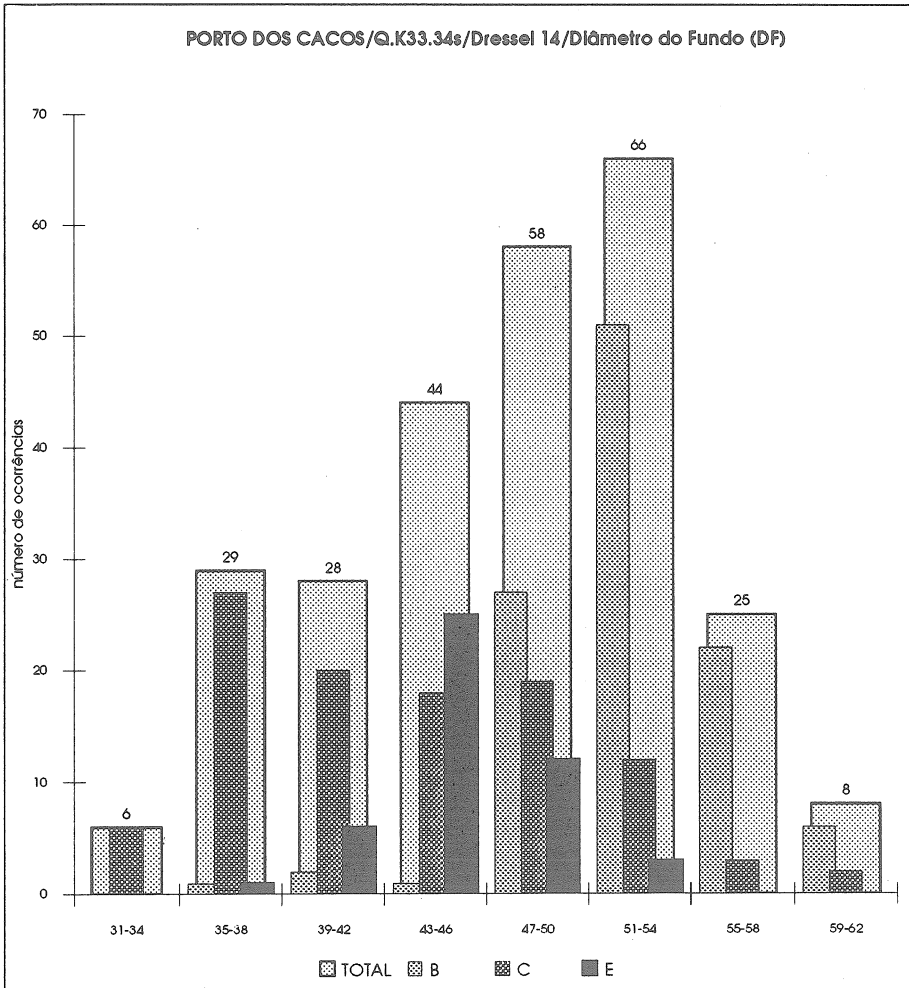
Fig. 6 — Porto dos Cacos (Alcochete). Modelo e quadros resumo dos valores (em milímetros) obtidos para a forma Dressel 14, no contexto do quadrado K33/34s.



DIÂMETRO DO BORDO (DB)	CAMADAS			
	B	C	E	TOTAL
161 - 169	0	2	0	2
170 - 178	2	3	0	5
179 - 187	0	12	1	13
188 - 196	0	3	20	23
197 - 205	0	1	7	8
<b>Total de Registos</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>51</b>
Valor Médio		172,5	181,3	187,8
Variância		79,5	18,3	88,7
Desvio Padrão		8,9	4,3	9,4

ESPESSURA DO BORDO (EB)	CAMADAS			
	B	C	E	TOTAL
22 - 23	0	2	0	2
24 - 25	1	8	0	9
26 - 27	1	6	0	7
28 - 29	0	2	4	6
30 - 31	0	3	15	18
32 - 33	0	0	9	9
<b>Total de Registos</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>51</b>
Valor Médio		26,2	30,7	28,6
Variância		4,8	2,4	8,6
Desvio Padrão		2,2	1,5	2,9

Fig. 7 — Porto dos Cacos (Alcochete). Quadros resumo (em milímetros) e gráficos dos valores obtidos para as variáveis *DB* e *EB* da forma Dressel 14, no contexto do quadrado K33/34s.



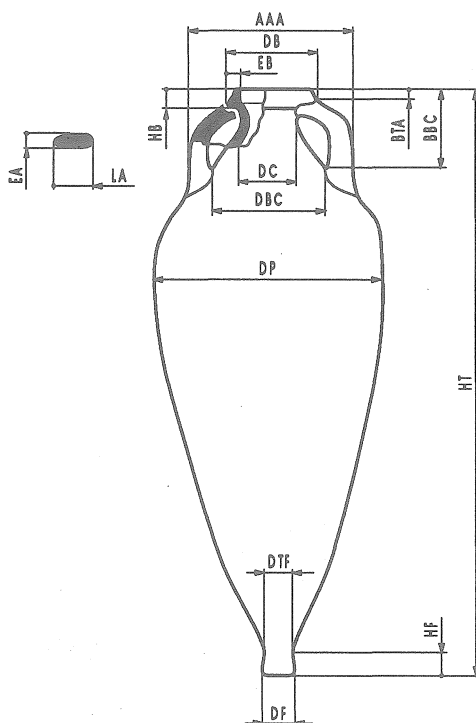
DIÂMETRO DO FUNDO (DF)	CAMADAS				TOTAL
	A	B	C	E	
31 - 34	0	0	6	0	6
35 - 38	0	1	27	1	29
39 - 42	0	2	20	6	28
43 - 46	0	1	18	25	44
47 - 50	0	27	19	12	58
51 - 54	1	51	12	3	67
55 - 58	0	22	3	0	25
59 - 62	0	6	2	0	8
<b>Total de Registos</b>	<b>1</b>	<b>110</b>	<b>107</b>	<b>47</b>	<b>265</b>
Valor Médio		52,3	43,4	45,4	47,5
Variância		14,1	43,1	9,8	42,1
Desvio Padrão		3,8	6,6	3,1	6,5

Fig. 8 — Porto dos Cacos (Alcochete). Quadro resumo (em milímetros) e gráfico dos valores obtidos para a variável DF da forma Dressel 14, no contexto do quadrado K33/34s. Para facilitar a compreensão do gráfico, não é representada a camada A, apenas com uma ocorrência na classe dos 51 a 54 mm.



Est. IX

AAA	Asa a Asa
BBC	Bordo à Base do Colo
BTA	Bordo ao Topo da Asa
DB	Diâmetro do Bordo
DBC	Diâmetro da Base do Colo
DC	Diâmetro do Colo
DIC	Diâmetro Interno do Colo
DF	Diâmetro do Fundo
DP	Diâmetro da Pança
DTF	Diâmetro do Topo do Fundo
EA	Espessura da Asa
EB	Espessura do Bordo
LA	Largura da Asa
HB	Altura do Bordo
HF	Altura do Fundo
HT	Altura Total



Q1º. DO ROUXINOL (Q.B10) • FORMA ALMAGRO 51c • FUNDOS			
RESUMO	DF	DTF	HF
Total de Registos	183	124	166
Valor Médio	45,4	47,2	35,8
Variância	44,7	23,3	55,0
Desvio Padrão	6,7	4,8	7,4

Q1º. DO ROUXINOL (Q.B10) • FORMA ALMAGRO 51c • BORDOS									
RESUMO	DB	HB	DC	BTA	EA	LA	AAA	BBC	DBC
Total de Registos	94	95	58	78	60	57	6	20	5
Valor Médio	102,5	21,2	58,4	15,9	18,0	45,7	218,2	115,0	169,2
Variância	46,1	8,2	23,1	24,2	4,2	14,1	760,2	59,7	28,7
Desvio Padrão	6,8	2,9	4,8	4,9	2,1	3,7	27,6	7,7	5,4

Fig. 9 — Quinta do Rouxinol (Seixal). Modelo e quadros resumo dos valores (em milímetros) obtidos para a forma Almagro 51c, no contexto do quadrado B10.

# CONTEXTO, PROCEDENCIA Y CONTENIDO A PARTIR DE NUEVAS TÉCNICAS DE ANÁLISIS: UN CONJUNTO DE ÁNFORAS DE PUENTE TABLAS (JAÉN)

por

C. Rísquez\*, A. Sánchez\* y M. L. Cañabate\*

**Resumen:** El trabajo que vamos a desarrollar en las siguientes páginas se ha centrado en el estudio de cuatro ánforas pertenecientes a tres de las unidades habitacionales (casas) excavadas en el yacimiento arqueológico del Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas (Jaén). Sobre ellas hemos trabajado a dos niveles. **PRIMER NIVEL:** Caracterización de esas cerámicas, a partir de Difracción de Rayos X, Fluorescencia de Rayos X y Absorción Atómica, contrastándolas posteriormente con análisis realizados en otros trabajos sobre arcillas próximas al yacimiento y un conjunto de cerámicas estratificadas del mismo analizadas en otro estudio. **SEGUNDO NIVEL:** Análisis de contenidos de esas ánforas a partir de Cromatografía de Gases, Cromatografía de Gases-Espectrometría de Masas y Espectrofotometría UV-V, que han sido aplicadas no sólo sobre los recipientes sino también, y en el caso concreto de una de las ánforas, sobre el pavimento en que se depositó y sobre la unidad sedimentaria que la cubría.

**Palabras-clave:** Ánforas. Jaén. Análisis laboratorial.

**Abstract:** This paper is a two-level research on four amphoras belonging to three different dwellings excavated in the site Cerro de Plaza de Armas de Puente Tablas in Jaén.

First, the vessels are analysed using X-Ray Diffraction, X-Ray Fluorescence and Atomic Absorption; the results are later compared with those obtained from nearby clays and from another set of stratified pottery.

The contents of the vessels are then studied using Gas Chromatography, Gas Chromatography-Mass Spectrometry and Spectrophotometry UV-V. These techniques are also applied to the sedimentary units lying under and over one of the vessels.

## INTRODUCCIÓN

El yacimiento del Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas (Jaén) (Fig. 1A) se encuentra dentro del Proyecto de Investigación "Poblamiento Ibérico en la Campiña de Jaén" dirigido por los Drs. A. Ruiz y M. Molinos (aprobado y subvencionado por la Junta de Andalucía desde 1985). Las primeras campañas de

---

\* Dpto. Territorio y Patrimonio Histórico; Área de Prehistoria. Universidad de Jaén. Paraje Las Lagunillas s/n, 23071 Jaén, España.

excavación estratigráfica (Ruiz y Molinos, 1985, 1986) pusieron de manifiesto una amplia secuencia de ocupación (s. IX a. n. e. - Final III/inicios I a. n. e.), y es a partir del año 1988 cuando se inicia la excavación en extensión del yacimiento. Ante la evidencia de que todas las etapas no pueden ser excavadas paralelamente de forma extensiva, se seleccionó para la primera fase la etapa definida como Puente Tablas VI-VII que abarca desde mitad-final del siglo V a. n. e. hasta la segunda mitad del IV (Ibérico Pleno) (Ruiz y Molinos, 1988, 1989, 1990), momento al que pertenecen las casas de las que hemos seleccionado la ánforas objeto de este estudio.

Estas excavaciones en extensión, cuyos objetivos fueron empezar a estudiar el urbanismo del asentamiento y la definición de los modelos de casa del siglo V-IV, se han centrado hasta el momento en el sector D-I del yacimiento (Fig. 1B) y han mostrado la existencia de un muro medianero que podría alcanzar hasta casi 53 metros en dirección NE. Este muro cierra lo que podemos denominar una manzana, que contiene una serie de casas, con habitaciones y compartimentos, y otras estructuras de habitación que podrían identificarse más con un almacén que con una vivienda por las características estructurales que presenta. En total han sido excavadas 6 unidades habitacionales, tres de las cuales van a ser las que tratemos aquí (casa 1, casa 2 y casa 5), por haberse realizado un estudio completo de las mismas.

La excavación extensiva aclaró también algunos aspectos referentes a una calle, ya excavada secuencialmente en las primeras campañas, con un ancho que oscila entre 3 y 3.5 metros y que da acceso a las casas en distintos niveles. Esto quiere decir que en algunas casas la entrada queda a nivel de la calle, mientras que en otras se accede a las mismas bajando unos escalones al estar ésta a un nivel inferior (Fig. 2A).

No nos vamos a extender en el urbanismo estudiado hasta el momento en este asentamiento, ya que ha sido objeto de diversos trabajos (Ruiz y Molinos, 1988, 1989, 1990; Molinos et al., 1993), sino que nos vamos a centrar en las tres casas de las que se han seleccionado las muestras, y en los espacios en los que éstas aparecieron. De partida tenemos que decir que, como se ha podido apreciar en la figura 2A, los módulos que presentan estas casas son iguales en sus dimensiones de fondo (14 metros). En cuanto al ancho, las casas 1 y 5 son similares mientras que la casa 2, con una estructura similar a las anteriores, ve ampliado su módulo en un lateral con una serie de habitaciones que la convierten en la más compleja de las tres que estamos tratando.

Por lo que respecta a la división de espacios, las casas 1 y 2 presentan un gran espacio semicubierto (patio) que da acceso a el resto de habitaciones, mientras que en la casa 5 la disposición es la contraria. Esta estructuración, como ya se ha explicado en otros trabajos, iría dirigida a solucionar un problema de iluminación.

En cuanto a las divisiones interiores, acabados (suelos de tierra apisonada y enlosados) y funcionalidad también se han podido constatar algunos aspectos interesantes (Rísquez et al., 1991; Ruiz y Molinos 1988, 1989, 1990), destacando el que nos ha llevado a realizar este trabajo, es decir, la presencia de ánforas, en la mayoría de los casos completas, en todos los patios (Fig. 2B), lo que unido a los resultados de algunos estudios sobre materiales realizados en los distintos espacios de las casas (Rísquez et al., 1991) nos hace pensar que parte de estos patios funcionaban como áreas de almacén de las casas.

La presencia de este tipo de cerámicas en estos contextos nos llevó a seleccionarlas para realizar una doble investigación:

a) Estudio de caracterización cerámica para poder valorar su procedencia y contrastarlo con los trabajos realizados sobre otros tipos cerámicos analizados para el mismo yacimiento (Rísquez, 1993).

b) Análisis sobre los posibles contenidos de las mismas, principalmente sobre la presencia o ausencia de ácidos grasos.

## TRATAMIENTO PRELIMINAR DE LAS MUESTRAS

Se seleccionaron como ya hemos indicado anteriormente cuatro ánforas pertenecientes a las casas 1, 2 (espacios B y C) y 5. Cada una de ellas fue seccionada en tres partes (salvo la del espacio C de la casa 2 que lo fue en dos), pared interior, núcleo o parte central y la pared exterior con una máquina cortadora y pulidora para la preparación de láminas delgadas, para así poder efectuar en cada una de ellas los distintos análisis. La función que se le puede dar a un recipiente y el recubrimiento interno del mismo pueden producir distorsiones ópticas, mineralógicas y químicas no detectables cuando se analiza el recipiente como una sola unidad y que podrían hacer aconsejable su análisis por separado en las tres partes propuestas.

## ESTUDIO DE CARACTERIZACIÓN

### 1. Análisis mineralógico

*Estudio Óptico.* Tras la selección de las muestras, realizamos un estudio óptico de las mismas que nos permitiera, a partir de la observación de la matriz cerámica en distintos puntos, determinar el carácter homogéneo o no de la misma, medir el tamaño y la cantidad del desgrasante en cada una de las piezas, al mismo tiempo que hacer un estudio de las superficies y de los acabados (Tabla 1). Para

este estudio se ha utilizado una lupa binocular modelo Euromex Mains AC con 20 y 40 aumentos.

ÁNFORA CASA 5 PARED INTERIOR	Parte externa. Desgrasantes y vacuolas orientadas horizontalmente. Gran cantidad de desgrasantes de tamaño fino/medio, alguno grueso. Se observa cuarzo, feldespato y hematites. Matriz homogénea.
	Parte interna. Presenta una capa (tiene la apariencia de arcilla blanca que lo impregna todo) que impide ver la mayor parte del desgrasante. Sí se observa la presencia de mica.
ÁNFORA CASA 5 CENTRO	Presenta una gran cantidad de desgrasantes, que en algunas zonas aparecen concentrados, de tamaño fino y medio con una cierta orientación en sentido horizontal. Cuarzo, calcita y feldespato y se observa la presencia de algunos óxidos.
ÁNFORA CASA 5 PARED EXTERIOR	Parte interna. Presenta gran cantidad de desgrasantes de tamaño fino y medio que aparecen concentrados en algunas zonas. Se observan fragmentos de cerámica triturada utilizada como desgrasante. Presenta cuarzo, calcita, feldespato y mica (dorada) en poca cantidad.
	Parte externa. Aunque se aprecia el desgrasante, una fina película de arcilla recubre toda la superficie exterior enmascarándolos.
ÁNFORA CASA 2B	Parte interna. Presenta un engobe recubriendo el fragmento, es de aspecto cenizoso, calcinado como si hubiera estado sobre un incendio.
	Parte externa. Recubrimiento de engobe que no deja ver claramente los desgrasantes.
	Centro. Gran cantidad de desgrasantes predominando los medios y finos aunque presenta algunos gruesos. Calcita, cuarzo, feldespato, hematites, mica blanca y aparecen fragmentos de cerámica reductora triturada usada como desgrasante. Presenta algunas vacuolas orientadas. Matriz homogénea.
ÁNFORA CASA 2C	Parte externa. Presenta un engobe y decoración a bandas de tonalidad muy clara poco visible. Se puede notar la pincelada irregular. Los desgrasantes muy poco visibles.
	Parte interna. Engobe anaranjado con una gran cantidad de sales producidas probablemente durante el proceso de abandono (se procede a su raspado y limpieza para que no influyan en la muestra). Desgrasantes poco visibles.
ÁNFORA CASA 1	Parte externa. Presenta un fino engobe de color anaranjado muy intenso y gran cantidad de mica blanca.
	Parte interna. Presenta una fina película recubriéndolo, no llega a ser engobe, se observa la presencia de desgrasante muy fino, abundancia de mica.
	Centro. Desgrasante mayoritariamente muy fino, con gran cantidad de mica, (la abundante presencia de este mineral en este fragmento hace a esta ánfora diferente del resto de las estudiadas). Presenta cuarzo y feldespato en menor proporción que las que se han examinado con anterioridad. Vacuolas orientadas horizontalmente. La arcilla utilizada en la elaboración de esta ánfora es de una tonalidad más rojiza que las anteriores, lo que también la hace distinta.

Tabla 1 — Resultados estudio óptico.

Los resultados que podemos obtener de este primer estudio nos llevarían a diferenciar claramente el ánfora de la casa 1 del resto. Por su parte el ánfora de la casa 2C presenta características propias como es la existencia poco visible de decoración. Finalmente tendríamos las muestras de la casa 5 y la casa 2B con características similares.

*Difracción Rayos X.* El análisis mineralógico se ha realizado con un Difractómetro Philips PW 1710 adaptado al programa de ordenador POLVO del Departamento de Mineralogía de la Universidad de Granada con el que hemos leído los difractogramas resultantes. La muestra fue previamente molida y el estudio se ha efectuado en portamuestras plano, obteniendo diagramas desde 2 a 80°. Sobre estos diagramas hemos realizado un análisis semicuantitativo de las

fases minerales presentes en las muestras (Tabla 2), para ello se han medido las áreas de los picos diagnóstico de los minerales, corrigiéndose a partir de los factores reflectantes correspondientes y calculando los porcentajes relativos de los mismos (Navarrete et al., 1991).

Muestra	Filosilicatos	Cuarzo	Calcita	Dolomita	Plagioclasas	Hematites	Diópsido	Otros
Casa 5 int.	+	+++	+++	+	++++			
Casa 5 cent.	++	++++	++++	+	+++	+		
Casa 5 ext.		+++	++++	+	+++	+		
Casa 2B		++++			+++	+	+++	
Casa 2C	+	+++	++++	++	++	+		Yeso +
Casa 1	++++	+++	+++	+	+			

0 - 10 % Presentes +                      10 - 20 % Medio ++  
20 - 35 % Abundante +++                >35 % Muy Abundante ++++

Tabla 2 — Fases minerales.

Como podemos ver en la tabla anterior, los minerales presentes son bastante comunes, aunque se pueden observar algunas diferencias entre las muestras:

Por lo que respecta a las tres secciones del ánfora de la casa 5, se aprecian diferencias entre la pared interior, zona centro y pared exterior. Llama la atención la ausencia de filosilicatos en la parte exterior del ánfora y, si los hay, su presencia debe ser bastante menor que en el resto ya que el difractograma no ha dado ningún pico mínimamente significativo. Las proporciones de cuarzo y calcita experimentan algunas variaciones, siendo menor en la pared interior la presencia de calcita, mientras aumenta la proporción en plagioclasas y no presenta hematites, el cual sí lo está en el centro y en el exterior del ánfora. Uno de los problemas que podemos encontrarnos en estas tres muestras es que la excesiva presencia de carbonatos está encubriendo la presencia de otros minerales, por ello creemos conveniente la descarbonatación previa de las muestras, proceso que abordaremos en otra fase del trabajo (Fig. 3).

La muestra de la casa 2B es la única que presentan claramente un alto contenido en diópsido, por lo que podemos apuntar que la temperatura a la que ha sido sometida ha sido algo mayor a la del resto de las ánforas que tratamos aquí.

El ánfora de la casa 2C es algo distinta ya que presenta yeso, no existente en el resto de las muestras, ha disminuido bastante el porcentaje de plagioclasas, y continúa siendo muy importante la presencia de carbonatos.

Por último, la muestra de la casa 1 es distinta del resto ya que presenta unos altos porcentajes de filosilicatos, ya detectados en el estudio óptico, una clara disminución en los porcentajes de plagioclasas y no presenta hematites (Fig. 4).

Atendiendo a estos resultados, podríamos decir que mineralógicamente cada una de las ánforas presenta unas características distintas, aunque para la casa 5 y 2B esa diferenciación mineralógica podría obedecer a una mayor temperatura de cocción de la segunda.

Este trabajo mineralógico no lo damos por concluido, ya que los resultados hasta aquí obtenidos hacen oportuno retomarlos en una siguiente fase, completándolo con el análisis mineralógico de las muestras previamente descarboxatadas y el estudio de láminas delgadas.

## 2. Análisis Químico

*Fluorescencia de Rayos X y Absorción Atómica.* Empleando la Fluorescencia de Rayos X se han determinado los elementos mayores (Fe, Ti, Ca, K, P, Si, Al, Mg, y Na) utilizando un Espectómetro secuencial (Philips 1404). Los elementos menores (Zr, ZrK $\alpha$ , Nb, Y, Sr, Rb, Ba, Sc, V, Co, Ni, Cu, Zn, Pb, y Ga) se determinaron por Absorción Atómica con un Instrumentation Laboratory modelo 357. Estos análisis han sido realizados en los Servicios Técnicos de la Universidad de Granada y aportan los siguientes datos (Tabla 3).

CONCENTRACIÓN DE ELEMENTOS MAYORES XRF (%)						
ELEMENTO	CASA 5 INT.	CASA 5 CENTRO	CASA 5 EXT.	CASA 2B	CASA 2C	CASA 1
MnO	0.21	0.23	0.24	0.24	0.21	0.16
Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	7.37	7.41	7.53	8.11	7.54	6.13
TiO <sub>2</sub>	0.85	0.79	0.79	0.88	0.78	0.71
CaO	10.74	18.21	18.37	12.39	19.85	18.43
K <sub>2</sub> O	3.98	3.33	3.11	4.12	3.08	2.64
P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	0.96	0.15	0.17	0.28	0.30	0.23
SiO <sub>2</sub>	51.74	44.38	44.29	51.14	42.12	46.58
Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	14.71	12.59	12.38	13.91	11.18	11.88
MgO	4.18	4.65	5.04	4.71	5.93	1.96
Na <sub>2</sub> O	0.52	0.46	0.47	0.56	0.15	0.22

Tabla 3

Como ya hemos indicado anteriormente, la división en tres partes del ánfora de la casa 5 está encaminada a obtener resultados que nos permitan valorar diferencias apreciables según tomemos la muestra en la parte interior, centro y exterior. Así mismo, también nos interesa tratar este ánfora como una sola unidad, tomando para ello los valores medios de los elementos de las tres secciones (Tabla 4) y compararlos globalmente con los resultados obtenidos en las demás ánforas.

VALOR MEDIO CONCENTRACIÓN ELEMENTOS MAYORES XRF (%)			
Ánfora casa 5			
MnO	0.22	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	0.42
Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	7.43	SiO <sub>2</sub>	46.80
TiO <sub>2</sub>	0.81	Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	13.22
CaO	15.77	MgO	4.62
K <sub>2</sub> O	3.47	Na <sub>2</sub> O	0.48

Tabla 4

La determinación de elementos menores por Absorción Atómica ha aportado los datos que presentamos a continuación expresados en partes por millón (ppm). Al igual que en el caso de los elementos mayores se han tratado por separado las partes interna, central y exterior del ánfora de la casa 5 junto con las demás ánforas (Tabla 5), y los valores medios de cada uno de los elementos de las tres secciones del ánfora (Tabla 6).

CONCENTRACIÓN DE ELEMENTOS MENORES AA (ppm)						
ELEMENTO	CASA 5 INT.	CASA 5 CENTRO	CASA 5 EXT.	CASA 2B	CASA 2C	CASA 1
Zr	155	136	142	151	113	172
ZrK $\alpha$	190	158	163	171	262	187
Ga	18	16	17	18	15	12
Nb	16	14	13	15	12	12
Y	24	22	23	24	15	20
Sr	1289	891	941	956	4557	923
Rb	124	113	106	121	93	92
Ba	1147	1062	1349	952	443	248
Sc	14	13	14	15	12	12
V	111	95	94	102	94	86
Co	20	22	20	22	15	7
Ni	64	62	64	65	48	36
Cu	56	60	67	62	47	24
Zn	86	79	86	87	69	69
Pb	22	14	22	19	8	21

Tabla 5



VALOR MEDIO CONCENTRACIÓN ELEMENTOS MENORES AA (ppm) Ánfora Casa 5			
Zr	144	Sc	13
ZrK $\alpha$	170	V	100
Ga	17	Co	20
Nb	14	Ni	63
Y	23	Cu	61
Sr	1040	Zn	83
Rb	114	Pb	19
Ba	1186		

Tabla 6

Los resultados que se desprenden de estos datos son interesantes en los dos aspectos que hemos marcado anteriormente, es decir, el tratamiento por separado de las muestras del ánfora de la casa 5 (interior, centro, exterior), y el estudio conjunto de las cuatro ánforas, poniéndose de manifiesto algunas diferencias importantes en cuanto a la concentración de los distintos elementos.

Respecto al primer punto, encontramos un gradiente de concentración de los elementos desde el interior al exterior o viceversa. En algunos de ellos (Tabla 3), esta progresión resulta interesante porque puede estar indicando no sólo la caracterización de las arcillas utilizadas sino también la posibilidad de la determinación de algún contenido. Nos estamos refiriendo a los porcentajes de  $P_2O_5$ , donde, si bien su representatividad en el conjunto de los elementos es baja, la diferencia entre las distintas muestras es muy acusada, siendo muy alta en la pared interior (0.96%) y descendiendo la concentración en la parte central (0.15%) y externa (0.17%). Aunque en otros elementos también se puede seguir este patrón, las variaciones son menos notables. Un comportamiento contrario en la variación sería el del CaO que presenta los mayores contenidos en la pared exterior y los menores en el interior. (Fig. 5A).

El citado modelo de variación se hace también notar en los resultados obtenidos para los elementos menores. En el caso del estroncio, los valores que presenta la pared interior son bastante más altos que los correspondientes al interior y al centro (1289 ppm), mientras que para el bario el contenido es bastante mayor en la pared exterior que en la interior o centro (Fig. 5B).

En el segundo punto y comparando los resultados de los elementos mayores en las cuatro ánforas, destacamos de nuevo el caso del  $P_2O_5$  cuyo valor medio en el ánfora de la casa 5 (0.42%) es superior al resto de las ánforas. Ahora bien, si

consideramos en lugar de ese valor medio cada una de las concentraciones de  $P_2O_5$  correspondientes a las partes interna, central y externa, se manifiesta la importancia de trabajar sobre las distintas partes de una misma muestra. La alta concentración de  $P_2O_5$  en la parte interna, comparada con las partes central y externa, podría actuar como un indicador químico de algún contenido, observación que no podría plantearse con total seguridad si se tomara el valor medio.

Continuando con el análisis de los elementos mayores se establecen otra serie de variaciones entre las ánforas atendiendo a las concentraciones. En el ánfora de la casa 2C el elemento diferenciador es la baja concentración de  $Na_2O$ , mientras que la concentración del resto de los elementos se mantiene sin variaciones destacables. Los valores del ánfora de la casa 1 son, en general, inferiores a los obtenidos en el resto de las ánforas, destacando sobre todo el  $Na_2O$  y  $MgO$  y, en menor medida,  $MnO$ ,  $Fe_2O_3$  y  $K_2O$ . Estos resultados, como ya hemos visto en anteriores análisis, permiten establecer tres grupos. El primero estaría compuesto por las ánforas de la casa 5 (considerando sus valores medios) y de la casa 2B, y las otras dos ánforas (2C y 1) formarían cada una un grupo.

En los resultados obtenidos para los elementos menores podemos destacar de igual manera cómo las muestras de las ánforas de las casas 2C y 1 tienen un comportamiento distinto del resto. En el primer caso (casa 2C), esto es debido a los bajos valores que alcanzan algunos elementos (Rb, Ba, Co, Ni, Cu, Zn, Pb), sobresaliendo, por ejemplo, el bajo contenido en Pb, y a la alta presencia de Sr (4557 ppm) que supera con creces al resto de las ánforas. Finalmente, para el ánfora de la casa 1 habría que resaltar los bajos contenidos en Ba, Co, Ni y Cu.

### **3. Tratamiento estadístico**

Se ha tratado mediante el Análisis Cluster y el Análisis Factorial para fijar tendencias, y el Análisis Discriminante, los resultados obtenidos para los elementos mayores y los elementos menores de las cuatro ánforas y se han comparado con los que se obtuvieron para las arcillas del yacimiento así como con los tipos resultantes de un estudio anterior sobre cerámicas del mismo yacimiento (Rísquez, 1993) empleando la misma metodología. Para el tratamiento de los datos hemos utilizado el paquete estadístico BMDP (1991).

Si comparamos los valores obtenidos para estas ánforas con las arcillas del yacimiento, estas arcillas aparecen claramente diferenciadas de las ánforas (Fig. 6). Así mismo, al contrastar los resultados de las ánforas con las cerámicas del yacimiento se pone de manifiesto que son claramente distintas entre sí. Como puede apreciarse en el cluster (Fig. 7) las cuatro ánforas tienden a agruparse y se diferencian al mismo tiempo del resto de las cerámicas.

Por todo lo estudiado hasta ahora llegaríamos a la conclusión de que las ánforas no parecen haber sido hechas con arcillas del yacimiento, siendo por tanto su origen alóctono y su procedencia de puntos distintos.

## ANÁLISIS DE CONTENIDOS

### 1. Análisis de ácidos grasos por Cromatografía de Gases

De una manera simple la Cromatografía de Gases consiste en la inyección de una muestra previamente derivatizada en un Cromatógrafo. Este proceso de derivatización es necesario para conseguir que los compuestos a analizar (en nuestro caso, ácidos grasos que poseen alta polaridad y elevado peso molecular) se transformen en unos derivados con menor polaridad (ésteres metílicos) y así se pueda conseguir una mejor determinación de los mismos. También antes de inyectar la muestra es necesaria la confección de un programa de temperatura adecuado al tipo de sustancias que se desean analizar.

La representación gráfica de un cromatograma consiste en una secuencia de picos que aparecen a unos tiempos determinados (tiempos de retención) y que se corresponden cada uno de ellos con un compuesto diferente. La identificación de cada uno de estos picos puede hacerse principalmente de dos formas:

- 1 – Mediante un espectrómetro de masas acoplado al cromatógrafo de gases.
- 2 – Por inyección previa de una disolución patrón de los compuestos que se esperan obtener. Los tiempos de retención de esta disolución se mantienen invariables siempre y cuando no se modifiquen las condiciones del análisis. Contrastando los tiempos de retención obtenidos en las muestras con los de la disolución patrón es posible identificar cada uno de los picos.

En este trabajo se han empleado las dos modalidades. A la muestra perteneciente al ánfora de la casa 5 se han asignado los picos correspondientes a los ácidos grasos tras el estudio detallado de los espectros de masas de cada uno de los picos mayoritarios, mientras que para el resto de las ánforas se han identificado los picos mediante la inyección previa y en las mismas condiciones de los ácidos grasos más comunes.

#### *Metodología de análisis*

El procedimiento previo a la inyección de la muestra en el cromatógrafo fue el siguiente.

### **a – Extracción**

Se pesan 2 gramos de muestra y se extraen dos veces con una mezcla de cloroformo: metanol (2:1) durante 30 minutos con ultrasonidos. A continuación se centrifugan las muestras a 3500 rpm., el líquido sobrenadante se decanta en un matraz de fondo redondo y se evapora a presión reducida en un rotavapor.

### **b – Derivatización**

Como se ha mencionado anteriormente la muestra se ha de derivatizar, es decir, se ha de transformar cada uno de los potenciales ácidos grasos en sus correspondientes ésteres metílicos.

La transformación en ésteres metílicos se realiza de la siguiente forma (Evershed, 1990): el extracto se trata durante 1 hora a una temperatura de 70°C con 1.5 ml. de una mezcla al 5% (v/v) de ácido sulfúrico concentrado/metanol. A continuación se diluye con 5 ml. de agua destilada y se extrae 3 veces con 2 ml. de éter etílico en cada extracción, obteniéndose los ésteres metílicos de los ácidos grasos y los lípidos neutros. Después de la evaporación del éter etílico bajo una corriente de nitrógeno, la muestra se disuelve en 0.5 ml de hexano y ya queda lista para la inyección de 1 µl en el cromatógrafo.

### ***Condiciones experimentales***

Los análisis por Cromatografía de Gases se han realizado en los Servicios Técnicos de la Universidad de Jaén con un cromatógrafo Hewlett-Packard 5890A. La inyección de la muestra se llevó a cabo con un inyector split en una columna capilar de sílice fundida de 25m x 0.32mm d. i. con metil silicona como fase estacionaria y empleando un detector de llama.

Por su parte la muestra correspondiente al interior de la casa 5 se analizó en los Servicios Técnicos de la Universidad de Granada para complementar su análisis con la espectrometría de masas. El modelo de cromatógrafo fue el mismo pero acoplado mediante una interfase con un espectrómetro de masas. El inyector split-splitless empleado permite la inyección de la muestra en una columna capilar de sílice fundida igual a la anterior pero con unas medidas de 30m x 0.2mm d.i.

En ambos casos se empleó helio como gas portador y el programa de temperatura comenzó a 80°C con un gradiente de 10°C/min. hasta 320°C manteniendo esta temperatura 10 minutos.

### Resultados

Lo primero que habría que señalar como punto de partida es que las investigaciones sobre ácidos grasos a través del análisis como ésteres metílicos en recipientes arqueológicos han determinado que los ácidos grasos encontrados en mayor proporción han sido principalmente los de cadena saturada, como el ácido palmítico (C16:0) y ácido esteárico (C18:0), y los de cadena insaturada como el ácido oleico (C18:1) (Condamin y Formenti, 1978; Patrick et al., 1985).

Del conjunto de muestras analizadas por Cromatografía de Gases sólo en dos casos se han obtenido resultados susceptibles de ser comentados con mayor detenimiento. Se trataría de la muestra interior del ánfora perteneciente a la casa 5, así como las muestras del espacio C de la casa 2. El resto de las muestras de las ánforas de las casas 1 y 2B han sido descartadas por la ausencia de picos significativos.

La interpretación del análisis por Cromatografía de Gases-Espectrometría de Masas del ánfora de la casa 5 nos estaría indicando en un principio que dicha ánfora contuvo un aceite de origen vegetal debido a la presencia de cantidades apreciables de ácido oleico (C18:1), constituyente principal de este tipo de aceites (Fig. 8). Para reforzar y complementar estos resultados se procedió a analizar muestras de tierra de la unidad sedimentaria que rodeaba el ánfora y del pavimento sobre el que se encontró depositada (Heron et al., 1991). Los cromatogramas obtenidos, con una cantidad de los ácidos grasos en cuestión muy baja, estarían indicando que la posibilidad de contaminación del recipiente por acción de su entorno de enterramiento es muy baja y que por tanto debería mantenerse la propuesta de un contenido de aceite de origen vegetal en el ánfora de la casa 5.

En el caso del ánfora del espacio C de la casa 2 el cromatograma obtenido presenta mayores dificultades de interpretación (Fig. 9). Su selección viene motivada por las elevadas cantidades de ácidos grasos saturados (palmítico C16:0 y esteárico C18:0) que presenta y la ausencia de ácido oleico (C18:1, ácido graso insaturado). Con independencia de factores de alteración bioquímica, que serán comentados a continuación, podría establecerse la relación de los ácidos saturados palmítico y esteárico con la presencia de una grasa de origen animal (Skibo, 1992), no obstante, el análisis de colesterol efectuado también por cromatografía ha resultado negativo.

Como ya se ha indicado, el ácido graso más característico de los aceites de origen vegetal es el ácido oleico y por tanto debería esperarse su presencia cuando el contenido del recipiente fuese de este tipo, sobre todo si tenemos en cuenta que la arcilla de los recipientes cerámicos absorbe y retiene en su matriz dichos compuestos sobre todo si las condiciones de conservación son poco cambiantes. No obstante, existen una serie de procesos bioquímicos de alteración que pueden

propiciar que principalmente la cantidad de ácido oleico se vea disminuida. De tales procesos habría que destacar la oxidación, la hidrólisis y la acción enzimática (Evershed et al., 1992), cuya mayor o menor incidencia está en función de las condiciones del entorno del enterramiento, es decir, de la humedad, del carácter aeróbico o anaeróbico del medio, del grado de alcalinidad o acidez de la tierra y de la acción bacteriológica.

## **2. Análisis de fósforo por espectrofotometría ultravioleta-visible**

Los resultados de  $P_2O_5$  obtenidos por Fluorescencia de Rayos X en la muestra correspondiente al interior del ánfora de la casa 5, ofrecen interés considerable tanto en relación a la propia ánfora como con respecto a las otras. Así mismo nos colocan de nuevo frente al debate mantenido durante los últimos años en relación a la posibilidad de considerar el fósforo como indicador de contenidos o al menos como un primer paso sobre el cual se debe ir concretando más mediante técnicas de análisis más precisas.

El origen de la anterior discusión parte de los años 70 y ha sido retomada en los 80. Frente a la defensa del fósforo como indicador de contenido (Duma, 1972 y Cackette et al., 1987) se han colocado investigaciones en las que se defiende que la presencia anormal de fósforo en cerámicas arqueológicas no puede ser debida únicamente a un posible contenido sino que debe tenerse en cuenta el contenido de fósforo que presenta la tierra que está en contacto con la cerámica y que daría lugar a un patrón de contaminación reconocible en aumentos de la cantidad de fósforo localizados en el interior y exterior de la cerámica, es decir en las partes en contacto con la tierra (Freestone et al., 1985; Dennell and Hunt, 1990).

### ***Metodología de análisis***

Partiendo de estas consideraciones decidimos analizar de nuevo los recipientes, tanto en el interior como en el centro y exterior, utilizando el análisis de fósforo total mediante su determinación colorimétrica por el método de Murphy-Riley (1962) empleando un Espectrofotómetro Ultravioleta-Visible (Perkin-Elmer Lambda 19). Además, para el ánfora de la casa 5 contábamos con muestras de tierra pertenecientes al pavimento sobre el cual apareció, de la unidad sedimentaria que la cubría y de la tierra aparecida en su interior que también fueron analizadas de similar manera.

### **Resultados**

Los resultados obtenidos determinan que la muestra perteneciente al interior del ánfora de la casa 5 se diferencia claramente de los resultados de las muestras del centro y exterior. Por su parte los valores de fósforo de las muestras de tierra antes comentadas distan mucho de tener algún parecido con el ánfora en su parte interna. El resto de las ánforas, salvo la 2C donde aparece un patrón similar al de la casa 5 aunque de manera poco clara, no presentan esta variación, manteniendo unos contenidos de fósforo homogéneos tanto en el interior como en el centro y exterior (Fig. 10).

Si el factor del entorno de enterramiento no parece el causante del valor extremadamente alto de la parte interna del ánfora de la casa 5, habría que pensar entonces en algún tipo de contenido que en nuestro caso tendría que estar en conexión con los ácidos grasos detectados en el mismo recipiente. Sin embargo, y como veremos a continuación, esta hipótesis no está exenta de problemas, si bien su intento de solución nos ha conducido a la realización de otro tipo de análisis y a la constatación de otras realidades.

Los ácidos grasos de origen vegetal como son los detectados por nosotros no se caracterizan por su contenido en fósforo, más bien, al contrario, éste suele ser muy pequeño. El análisis de un recipiente actual sobre el que habíamos vertido aceite hace un año refrendó la observación anterior. Sin embargo, en las grasas animales el fósforo si está presente formando parte de los fosfolípidos y por tanto existía la posibilidad de pensar que en realidad el contenido del ánfora de la casa 5 estaba en relación más con grasas de origen animal que vegetal. La solución a este problema vino a través de la realización de un análisis de colesterol (esterol característico de la grasa animal) por medio de Cromatografía de Gases cuyo resultado negativo si bien por una parte mantenía el enigma sobre la elevada cantidad de fósforo en el interior de la casa 5, por otra aportaba los datos suficientes para mantener con firmeza un contenido de aceite vegetal en el ánfora de la casa 5.

Finalmente, habría que decir que aunque no se ha podido establecer la relación del fósforo con un determinado contenido si podemos concluir que su presencia en una cantidad extremadamente alta no puede ser atribuida a la acción del entorno de enterramiento, sino más bien con algún tipo de contenido que al no ser un aceite de origen vegetal estaría indicando, en caso de detectarlo en el futuro, un uso no exclusivo para aceite del ánfora sometida a estudio.

## CONCLUSIONES

Tenemos que resaltar en primer lugar que los resultados obtenidos en el análisis por separado de las distintas partes de un mismo fragmento del ánfora de la casa 5 (pared interior, centro y exterior), aunque con carácter de estudio preliminar, han permitido hacer apreciaciones principalmente en lo que respecta a la presencia de engobes, recubrimientos interiores y exteriores, así como la posibilidad de establecer la presencia de indicadores químicos susceptibles de ser relacionados con contenidos.

En cuanto al tratamiento global podemos concluir que, según el estudio de caracterización cerámica, pueden establecerse tres grupos distintos: las ánforas de la casa 5 y casa 2B, el ánfora de la casa 2C y el ánfora de la casa 1. De los resultados obtenidos debe destacarse la alta concentración de estroncio que, si bien podría estar en relación con el alto contenido de carbonatos (Walter et Besnus, 1989), en el caso de el ánfora de la casa 2C su concentración extremadamente elevada nos induce a pensar que el estroncio podría actuar como indicador químico de algún contenido.

Enlazando con el tema de contenidos, sólo se han detectado ácidos grasos en dos de las cuatro ánforas, aunque debido a la diferente concentración en la que éstos están presentes podríamos atribuir en principio distintos contenidos para esas dos ánforas, sin poder llegar a precisar en el caso del ánfora de la casa 2C su contenido, mientras que en el caso del ánfora de la casa 5 podríamos atribuirle un uso de almacenaje de un aceite de origen vegetal.

## AGRADECIMIENTOS

Agradecemos la colaboración prestada a Daniel Martín del Dpto. de Mineralogía de la Universidad de Granada, a Juan Jiménez y a José Miguel Molina del Dpto. de Estratigrafía y Paleontología de la Universidad de Jaén. Así mismo damos las gracias a los Servicios Técnicos de la Universidad de Jaén y a Antonio Heredia por su cooperación.

## BIBLIOGRAFÍA

- BMDP: Data manager manual to accompany the 1990 software release. Los Angeles, BMDP statistical software, 1991.
- CAKETTTE, M., D'AURIA, J. M. and SNOW, B. E. (1987): "Examining earthenware vessel function by elemental phosphorus content". *Current Anthropology*, 28, (1): 121-127.
- CONDAMIN, J. and FORMENTI, F. (1978): "Determination of the ancient content of amphorae". *Revue d'Archéometre*, 2: 43-57.
- DUMA, G. (1972): "Phosphate content of ancients pots as indication of use". *Current Anthropology*, 13. 127-130.



- DUNNELL, R. C. and HUNT, T. H. (1990): "Elemental composition and inference of ceramic vessel function". *Current Anthropology*, 31, (3): 330-336.
- EVERSHED, R. P. (1990): "Lipids from samples of skin from seven dutch bog bodies: Preliminary report". *Archaeometry*, 32: 139-153.
- EVERSHED, R. P., HERON, C., CHARTERS, S. and GOAD, L. J. (1992): "The survival of food residues: new methods of analysis, interpretation and application". *Proceedings of the British Academy*, 77: 187-208.
- FREESTONE, J. C., MEEKS, N. O. y MIDDLETON, A. P. (1985): "Retention of phosphate in buried ceramics: an electron microbeam approach." *Archaeometry*, 27, (2): 161-177.
- HERON, A., EVERSHED, P. and GOAD, J. (1991): "Effects of migration of soil lipids on organic residues associated with buried potsherds". *Journal of Archaeological Science*, 18: 641-659.
- MOLINOS, M., RÍSQUEZ, C., SÁNCHEZ, A. y MARFIL, A. (1993): "Hechos deposicionales y postdeposicionales: aspectos metodológicos para la definición de la "cojuntura cero". *Arqueología Espacial*, 16-17, 279-295.
- MURPHY, J. and RILEY, J. P. (1962): "A modified single solution method for determination of phosphorus in natural waters". *Analytica Chimica Acta*, 27: 21-26.
- NAVARRETE, M<sup>a</sup>. S., CAPEL, J., LINARES, J., HUERTAS, F. y REYES, E. (1991), Cerámicas neolíticas de la provincia de Granada. Materias primas y técnicas de manufacturación. Universidad de Granada, Monografía Arte y Arqueología, 9.
- PATRICK, M., DE KONING, A. J. and SMITH, A. B. (1985): "Gas liquid chromatographic analysis of fatty acids in food residues from ceramics found in the southwestern Cape, South Africa". *Archaeometry*, 27, (2): 321-326.
- RÍSQUEZ, C. (1993). Las cerámicas de cocción reductora en el Alto Guadalquivir durante época ibérica: hacia una tipología contextual. Tesis Doctoral. Microfichas. Universidad de Granada.
- RÍSQUEZ, C., HORNOS, F., RUIZ, A. y MOLINOS, M. (1991): "Aplicación del análisis multivariante: propuesta de una tipología contextualizada". *Complutum*, 1, 83-98.
- RUIZ, A. y MOLINOS, M. (1985): "Informe preliminar de la campaña de excavación sistemática de 1985 en el Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas, Jaén". *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Vol II, 345-352.
- RUIZ, A. y MOLINOS, M. (1986): "Informe preliminar de la campaña de excavación sistemática de 1986 en el Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas, Jaén". *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Vol. II, 401-407.
- RUIZ, A. y MOLINOS, M. (1988): "Informe de la campaña de 1988 en el Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas, Jaén". *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Vol. II, 179-184.
- RUIZ, A. y MOLINOS, M. (1989): "Informe de la campaña de 1989 en el Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas (Jaén). Estudio de materiales". *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Vol. II, 402-408.
- RUIZ, A. y MOLINOS, M. (1990): "Informe de la campaña de 1990 en el Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas, Jaén". *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Vol. II, 216-224.
- SKIBO, J. M. (1992): Pottery function. A use-alteration perspective. Plenum Press. New York and London.
- WALTER, V. et BESNUS, Y. (1989): "Un exemple de pollution en phosphore et manganèse de ceramiques anciennes". *Revue d'Archéométrie*, 13, 55-64.

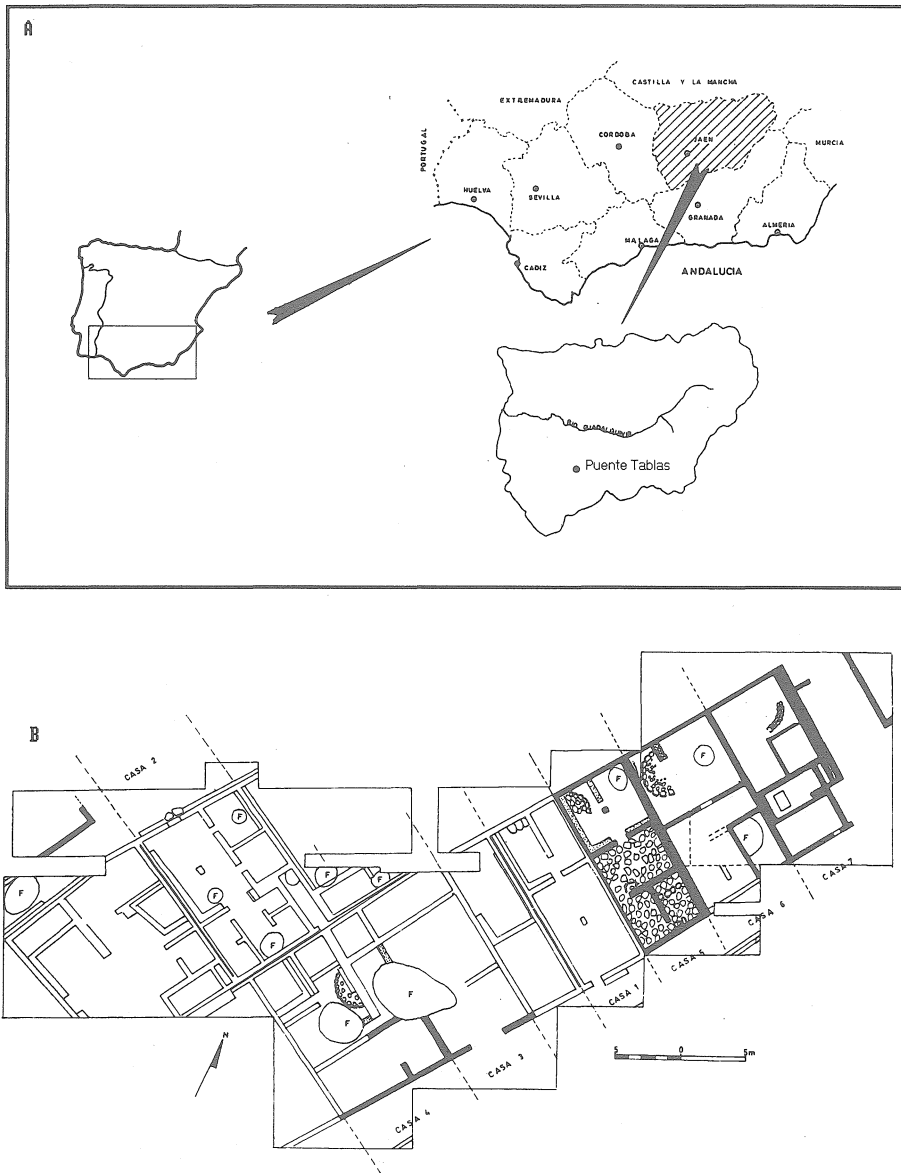


Fig. 1 — A: Localización del Yacimiento Plaza Cerro de Armas.  
B: Área excavada (Sector D-I).

Est. II

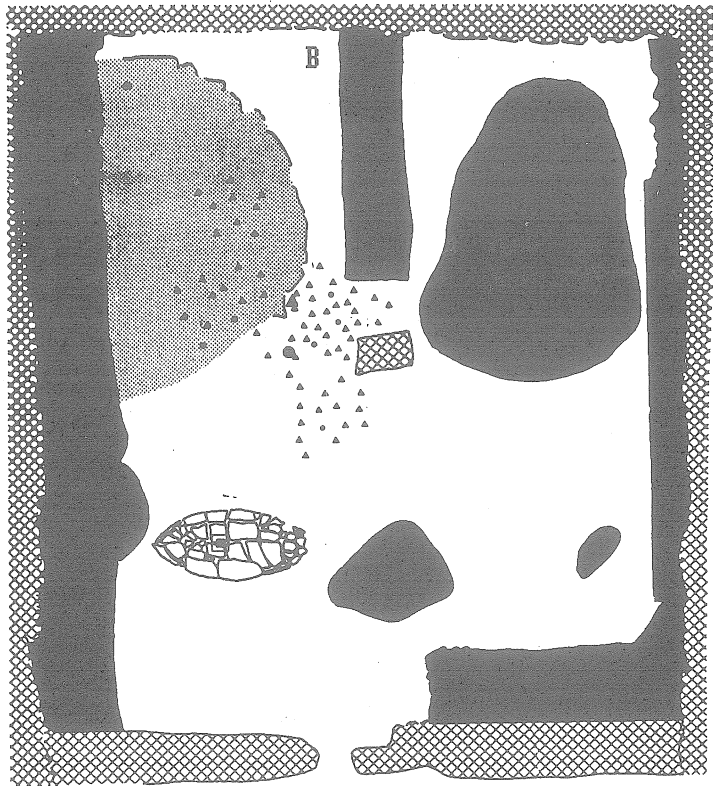
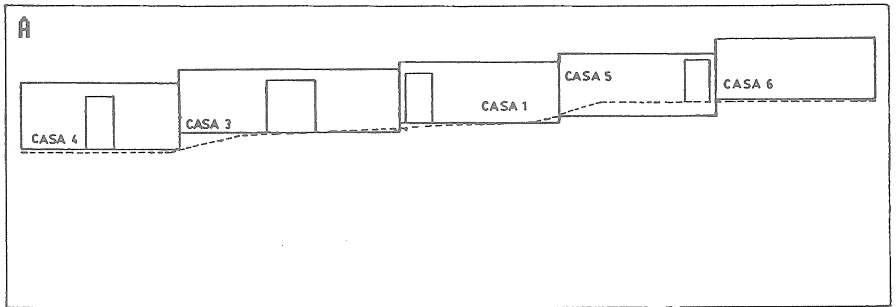


Fig. 2 — A: Croquis Perfil Calle 1. B: Situación del ánfora, croquis espacio A, casa 5.

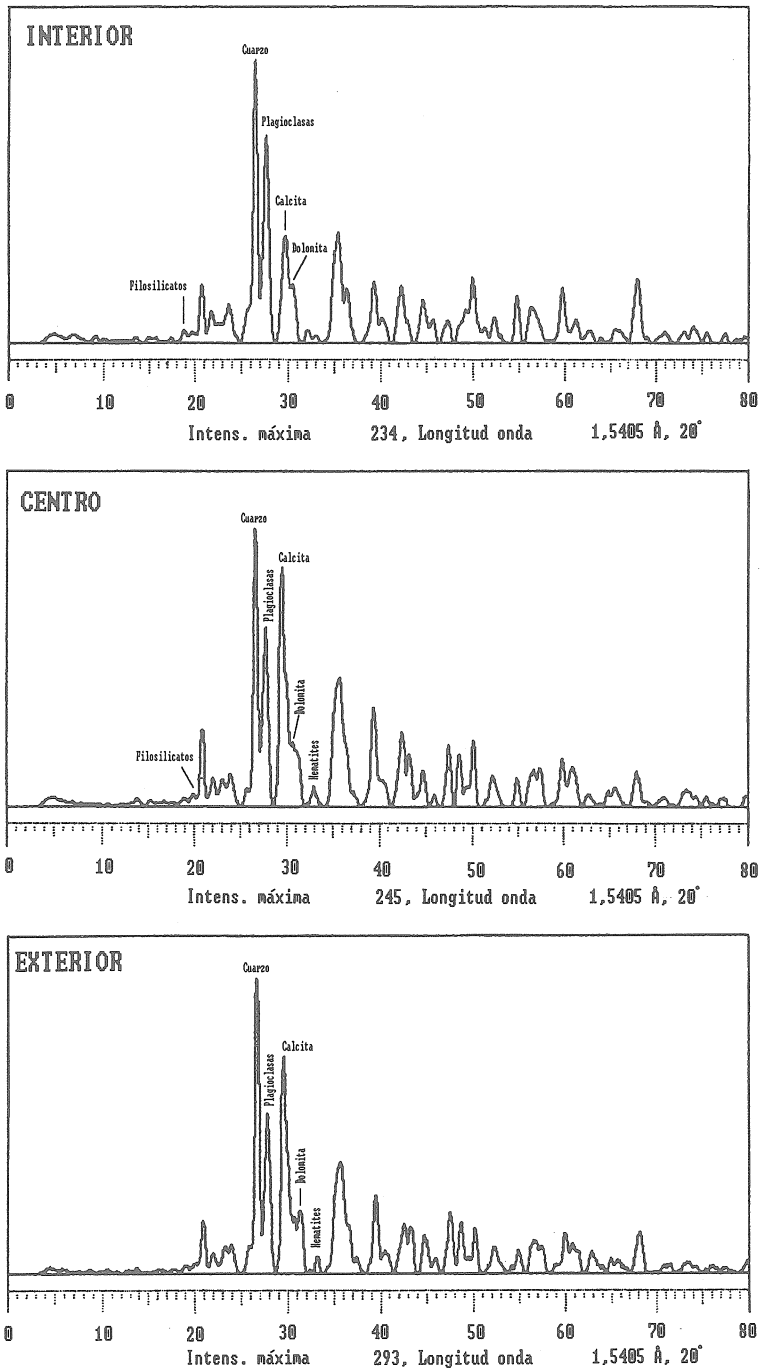


Fig. 3 — Difractogramas de las secciones del ánfora de la casa 5.

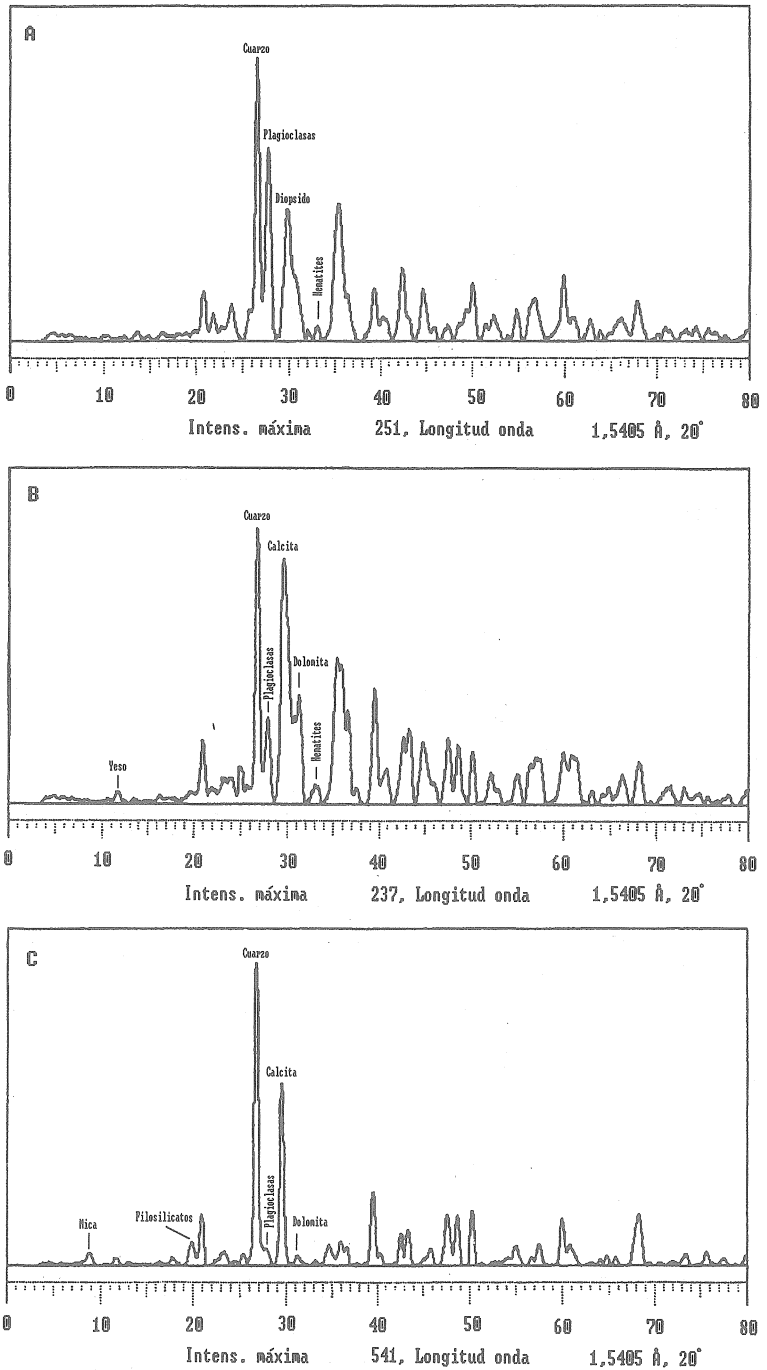


Fig. 4 — Difractogramas de las ánforas de las casas 2B, 2C y 1.

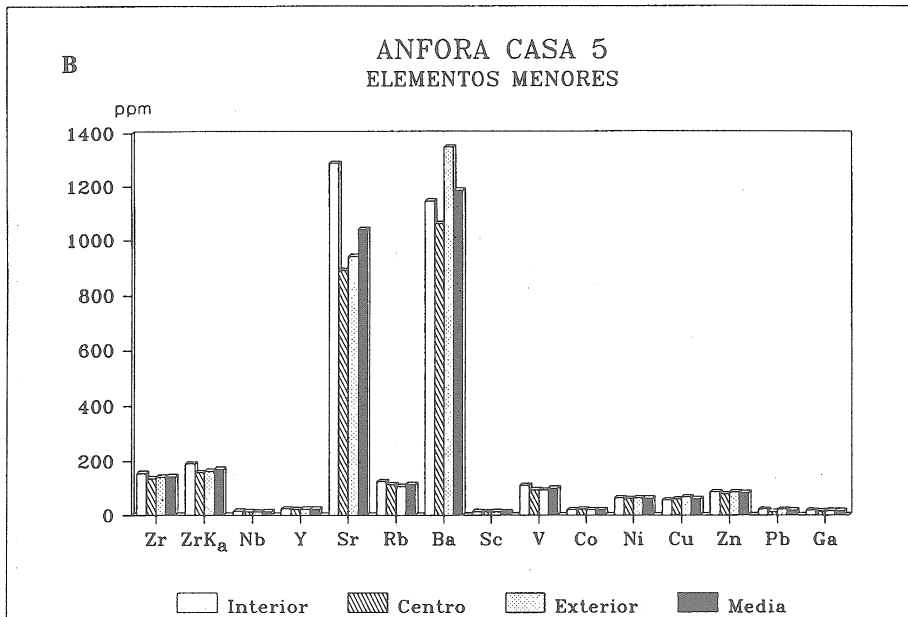
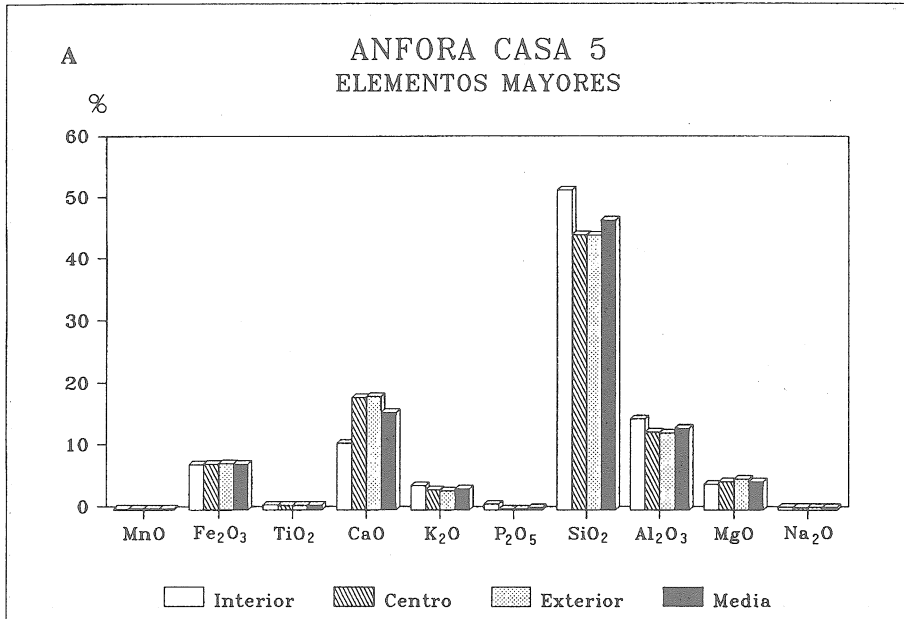


Fig. 5 — A: Ánfora casa 5. Elementos mayores. B: Elementos menores.

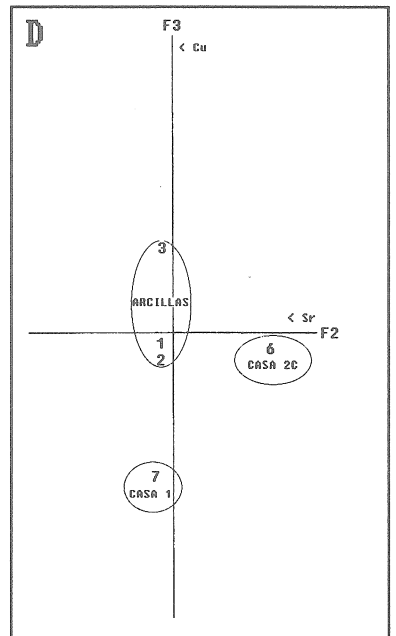
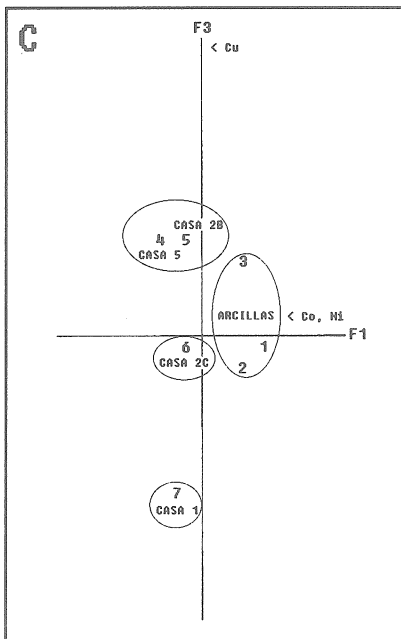
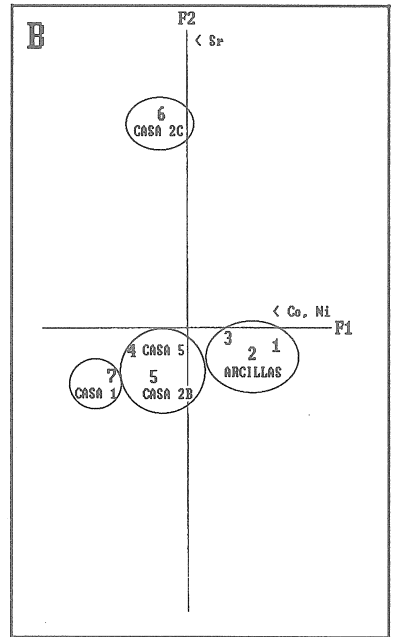
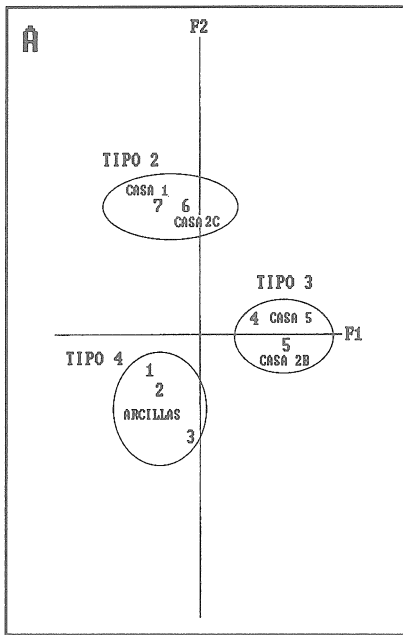


Fig. 6 — Análisis Factorial. A: Arcillas/elementos mayores ánforas.  
 B,C,D: Arcillas/elementos menores ánforas.

AMALG.		1	1		1	1	1							
DISTANCE	1	2	3	4	1	0	6	9	4	8	3	7	5	2
	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
1.183	-+-	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
1.522	-+--	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
1.861	-+---	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
2.280	I	I	I	-+-	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
2.150	I	I	I	-+--	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
2.395	I	I	I	I	I	I	-+-	I	I	I	I	I	I	I
2.818	I	I	I	I	I	I	--+	I	I	I	I	I	I	I
2.875	I	I	I	-+---	I	I								
2.932	I	I	I				---+---							I
3.829	I	I					-----+							I
3.901	I						-----+							I
4.024							-----+							I
4.547														-+-----

TIPO

Fig. 7 — Análisis Cluster.



Est. VIII

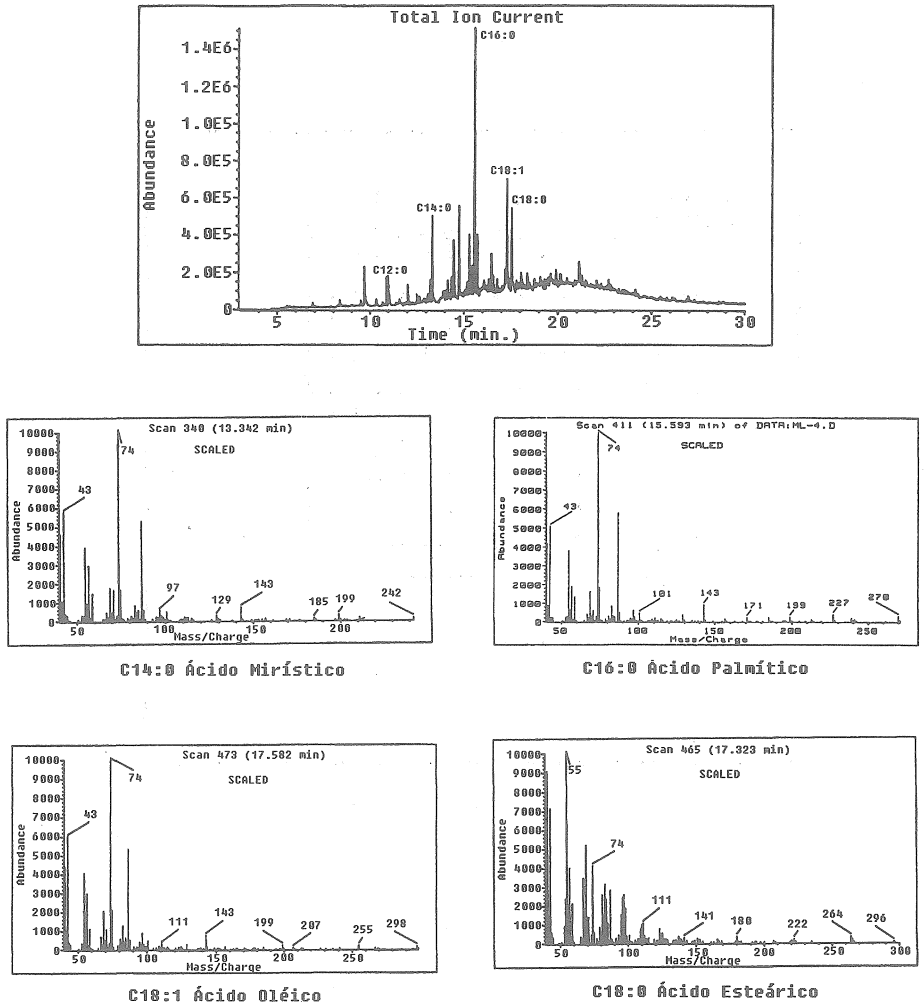


Fig. 8 — Cromatograma de gases y espectro de masas del ánfora de la casa 5.

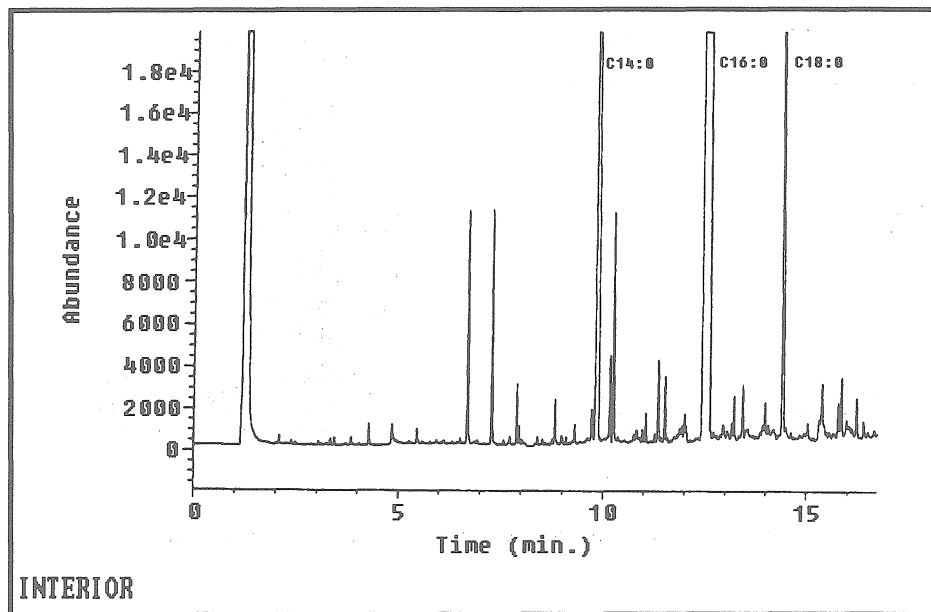
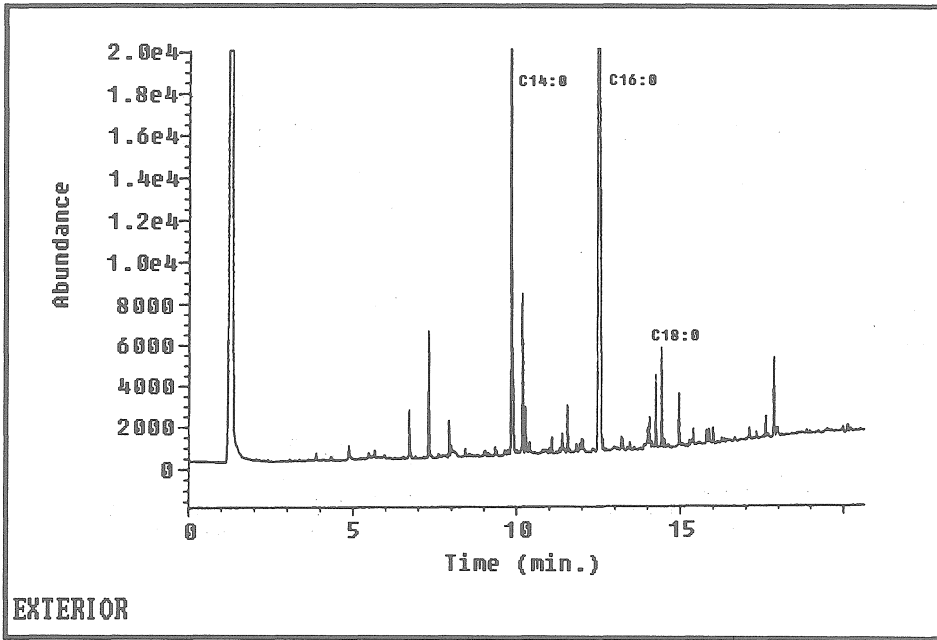


Fig. 9 — Cromatogramas de gases del ánfora de la casa 2C.

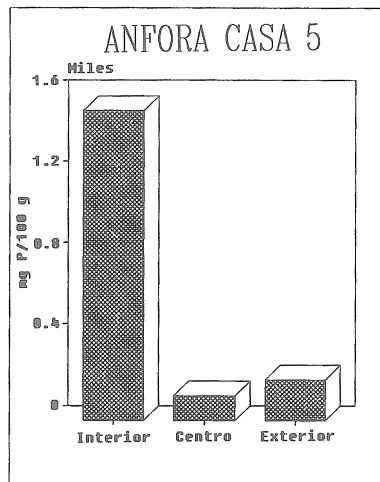
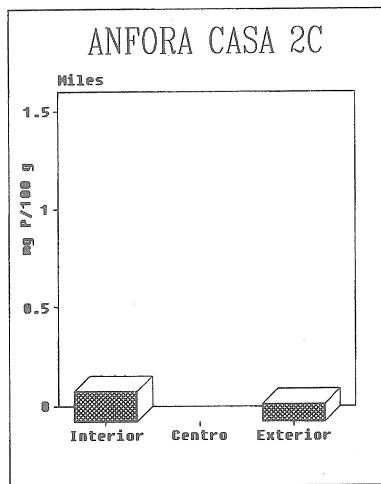
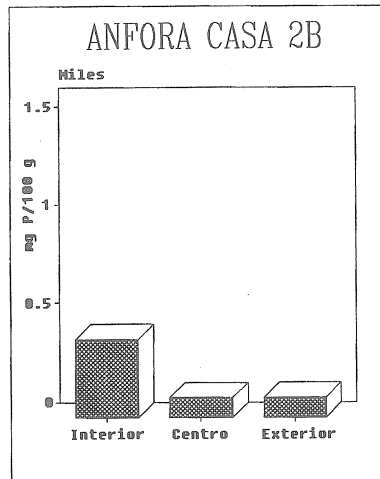
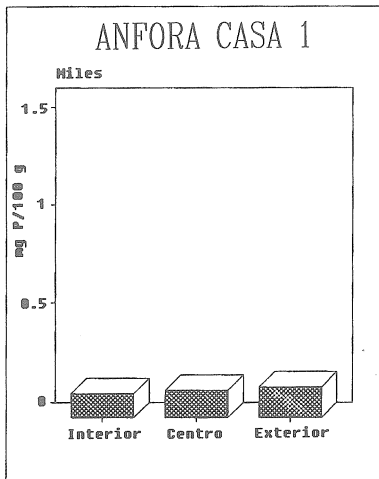


Fig. 10 — Concentraciones de fósforo de las distintas ánforas.

## BCP – UMA UNIDADE DE SALGA DE PEIXE NA RUA AUGUSTA, LISBOA

por

Jacinta Bugalhão e Armando Sabrosa

**Resumo:** O antigo braço de rio que ia até ao actual Rossio delimitava uma vasta área industrial romana (com vestígios de ocupação púnica) constituída por vários núcleos de fábricas de salga de peixe já detectadas na Rua dos Fanqueiros (1991), Casa dos Bicos (1981-82) e na Rua Augusta (1991). Nesta última escavou-se uma fábrica - tanques, pátios, poço e instalações anexas - tendo-se ainda detectado loiça comum, completa, recolhida num tanque.

**Palavras-chave:** Indústria. Exportação. Musealização.

Na zona baixa da cidade, na restinga formada pelo Tejo e pelo braço de rio que nele desembocava, estendia-se a área industrial da cidade, formada por múltiplas unidades fabris de salga e conserva de peixe e preparação de molhos, que se prolongava por uma área ainda não totalmente determinada, mas, decerto, extensa.

A fábrica ou fábricas aqui apresentadas estiveram em laboração até meados do século V d.C. e eram constituídas por tanques — cetárias — de dimensões diversas, troços de pátios onde se distribuía o peixe, poço e edifícios de apoio à unidade fabril, onde eventualmente se processavam as primeiras transacções comerciais dos produtos finais desta indústria.

Elemento essencial correlacionado com a actividade conserveira do peixe era o fabrico do vasilhame para as conservas destinadas, em grande parte, no caso do estuário do Tejo, à exportação para os mais diversos pontos do Império. O estudo deste vasilhame — as ânforas — fornece dados importantes sobre a cronologia de laboração das fábricas, tipo de produção, vias comerciais do Império nos seus momentos de crise e expansão e focos de produção oleira local relacionados com esta actividade industrial.

Este trabalho refere-se às estruturas e materiais identificados durante a primeira campanha nesta estação, que se realizou entre Junho e Outubro de 1991. Já a esta data constituiu a escavação mais extensa em área de uma estrutura indus-

trial romana, em Lisboa e a segunda maior do país (a seguir a Troia) (Planta I). Entre Dezembro de 1993 e Março de 1994, decorreu a segunda campanha de escavação em que, não só se alargou consideravelmente a área já intervencionada, como se desmontaram, na área inicial várias estruturas de períodos posteriores ao romano, libertando assim mais espaços da estrutura fabril. Esta campanha marca também a opção deliberada da valorização das estruturas romanas como realidade a musealizar, pela razão de ser este o único contexto com legibilidade e qualidade suficientes para desempenhar um papel pedagógico, junto do observador comum. De facto, as estruturas romanas encontram-se em razoável estado de conservação, cobrindo a quase totalidade da área escavada. Por outro lado, o facto de se tratar de uma estação escavada na actualidade e segundo os métodos e técnicas de registo mais recentes permitiu o acesso da comunidade científica a dados importantes para a investigação que poderão e deverão ser explorados no máximo das suas potencialidades. Devido à grande quantidade de informação a processar, os responsáveis científicos da estação (Dr. Clementino Amaro, coadjuvado pelos autores) optaram por avançar parcelarmente no estudo dos diversos tipos de materiais (pessoalmente ou entregando-os a outros investigadores), que serão apresentados à medida que forem sendo concluídos, sem excluir a possibilidade da publicação de uma monografia final que os integre a todos. No que diz respeito ao contexto romano, apresentamos aqui um estudo global do material anfórico recolhido durante a 1ª campanha, fundamental na âmbito da indústria de salga e conserva de peixe e rico dados cronológicos e funcionais.

Esta(s) fábrica(s) insere-se num conjunto mais vasto que seria a área industrial de Olisipo, de que já se conhecem várias parcelas e que ocuparia toda a zona baixa junto ao rio e esteiro (ver Planta II). O reconhecimento destes locais tem contribuído para a definição da extensão real da área ocupadas pelas unidades de salga, fornecendo também elementos sobre a topografia da cidade romana na sua zona ribeirinha. Por outro lado, a própria compreensão de outras estruturas conhecidas do urbanismo romano poderão vir a beneficiar com estes novos dados. Por exemplo, as chamadas “termas da Rua da Prata”, conjunto cuja função e significado se tem revelado de interpretação polémica, poderão ser analisadas em função da sua posição relativa com a zona industrial, que a “envolve” por completo.

O conjunto de estruturas aqui apresentadas caracteriza-se pela simetria da disposição e orientação dos tanques, dos grupos de diferentes dimensões, do posicionamento dos pátios e das áreas de acesso, etc. Toda a área industrial se vira para a margem, via por onde chegam as matérias primas — peixe, sal, ânforas e outra loiça (provavelmente na sua maioria, provenientes das grandes olarias da margem sul do estuário (Planta II)), e por onde saem os produtos finais. Assim, as fábricas prolongam-se perpendicular e paralelamente ao esteiro, com uma orientação NO-SE. A descrição da estruturas postas a descoberto durante a primeira

campanha foi já exposta na primeira publicação de apresentação da estação<sup>1</sup>. Na segunda campanha, para além do prolongamento das estruturas fabris, surgiram novos elementos qualitativamente falando, que contribuíram principalmente para uma melhor compreensão da articulação da área industrial na cidade de Olisipo. Referi-los-emos de uma forma rápida uma vez que tal se afasta do propósito primeiro desta publicação, publicando, no entanto, ineditamente, a planta geral dos novos achados (ver Planta I). Do ponto de vista estrutural, salientam-se:

– parte de um estabelecimento de banhos, com três tanques de água fria, a que se tem acesso por uma sala parcialmente posta a descoberto, pavimentado com um mosaico policromático (o primeiro, *in situ*, da cidade).

– um troço de via, pavimentada a lages calcárias de forma geométrica (quadrada ou rectangular) e ladeada, de um dos lados, por um muro. Esta via seria uma das saídas da cidade (para Oeste) e integra-se com extraordinário rigor no esquema urbanístico proposto por Vasco Mantas para Olisipo<sup>2</sup>.

Considerações acerca da cronologia destes elementos são, para já prematuros e conjecturais, uma vez, que os materiais exumados ainda não foram alvo de um estudo, ainda que preliminar. Outra novidade interessante, do ponto de vista estratigráfico, foi a identificação de um estrato, de ocupação romana, anterior à ocupação do espaço para fins industriais. O significado desta ocupação ainda não se encontra totalmente esclarecido devido às características irregulares e pouco homogêneas da camada estratigráfica (umas vezes quase estéril, outras vezes abundante em material), mas foi possível detectar a sua utilização como necrópole (mista, de inumação e incineração) e a presença de umas enigmáticas estruturas de combustão que integram elementos de ânforas vinárias Haltern 70, cortadas deliberadamente, no sentido longitudinal.

A fábrica em estudo destinava-se maioritariamente à produção de conserva de peixe salgado. A esta conclusão conduzem a dimensão dos tanques, a presença, em quantidade, de tipos anfóricos normalmente associados ao transporte deste produto e finalmente a frequente identificação de camadas de restos de salga (espinhas, escamas vértebras, etc) a revestir o fundo dos tanques escavados. No entanto os dados de que dispomos, permitem-nos também concluir que aqui se produziam molhos: garum, liquem, muria, etc. A esta produção se destinariam os tanques mais pequenos. Por outro lado, foi exumado do tanque 12 um vasto e em bom estado de conservação conjunto de cerâmica comum de várias formas e dimensões, frequentemente com marcas de fogo, material este utilizado na confecção dos molhos<sup>3</sup>. Contudo, não foram ainda identificadas nesta estação

<sup>1</sup> AMARO et ali, no prelo.

<sup>2</sup> MANTAS, 1990.

<sup>3</sup> PONSICH, 1988.

quaisquer estruturas de aquecimento (fornalhas, hipocausto, etc), de que as unidades de produção de molhos normalmente são dotadas.

A generalidade das estruturas identificadas encontram-se revestidas com *opus signinum* sem fragmentos cerâmicos, composto por brita calcária, cal e areia, de coloração muito clara. Aparentam ser estruturas implantadas no subsolo arenoso, em que o topo dos tanques e os lances de pátio ficariam sensivelmente ao nível da superfície. Daí que as diferentes fábricas e/ou tanques identificados em Lisboa tenham cotas mais baixas, quanto maior era a sua proximidade do esteiro e do rio, organizando-se os conjuntos numa espécie de socalcos que vencem o desnível. A zona hoje ocupada pela Baixa Pombalina e que tem um aspecto sensivelmente plano, teria em época romana o aspecto de uma encosta em direcção à praia e as cotas das estruturas podem ilustrar-nos o “corte” da cidade na sua zona baixa.

Podemos agora, após uma observação mais atenta da estratigrafia, confirmar que as fábricas aqui apresentadas eram fábricas cobertas com telhado. Todos os tanques escavados tem, a selar o momento de abandono, camadas de derrube de telhado com tegulas e ímbrices. No entanto, e apesar de terem sido identificados alguns muros exteriores (ou de limite) da fábrica, não se encontrou (pelo menos claramente) nenhum pilar de suspensão do telhado (o que acontece em fábricas estruturalmente mais bem conservadas).

A necessidade de água doce, indispensável em todas as unidades fabris deste género, era aqui colmatada por um poço, não se tendo reconhecido para já algum tipo de estrutura de armazenamento de água. Os paralelos conhecidos noutras fábricas são cisternas, tanques e reservatórios.

Quanto ao período de laboração destas unidades, impõe-se uma abordagem de conjunto com outras unidades fabris e com as olarias produtoras de ânforas para transporte de salga e molhos de peixe. Os dados disponíveis até ao momento para os estuários do Tejo e Sado são relativamente lineares e permitem uma abordagem necessariamente esquemática, não absolutizante em termos cronológicos. Assim, em linhas muito gerais, existem dois grandes períodos de laboração nas duas indústrias: do séc. I ao final do séc. II e do séc. III ao início do V. Algures no séc. III, uma crise mais geral na economia do império motiva um generalizado momento de declínio na produção anfórica e na produção de conservas de peixe e uma alteração dos tipos anfóricos produzidos. Olarias e unidades de conserva cessam actividades em definitivo (por exemplo, o fornos da Garrocheira — no Tejo —, Barrosinha, Alcácer do Sal, Batalha, Morgada — no Sado — e algumas unidades de salga em Setúbal). No entanto, as mais vitais e produtivas destas indústrias ultrapassam a crise e entram num novo período de laboração e florescimento entre o séc III e finais do séc IV (será o caso de Tróia, e algumas unidades de Lisboa e Setúbal; nas olarias do Tejo, a Quinta do Rouxinol e Porto dos Cacos; no Sado, Quinta da Alegria, Herdade do Pinheiro, Abúl

e Enchurrasqueira). Nas fábricas de salga verificam-se alargamentos e remodelações, eventualmente motivados por novos procedimentos produtivos e novos produtos; nas olarias surgem novos fornos e diferentes tipos anfóricos. Um segundo momento de crise, desta vez definitivo e ligado a factores não só económico-sociais, mas também políticos, leva ao abandono destas actividades em meados do séc. V. Não queremos com este esquema significar qualquer alteração de estrutura nas fábricas e olarias, estivessem obrigatoriamente relacionadas com eventos de natureza económica. Existem outros factores a ter em conta, como sejam alterações nos gostos e hábitos de consumo, alterações da funcionalidade dos espaços internos dentro de cada unidade fabril, alterações nas dimensões das fábricas, reconstruções e arranjos cíclicos, etc. Relacionada com estas alterações surge a substituição, bem documentada, da ânfora tipo Dressel 14, pelas ânforas Almagro 50 e Almagro 51c, no transporte de salga de peixe.

Olisipo, como grande zona produtora e exportadora de conserva de peixe e molhos laborou, decerto, durante todo o período do séc. I ao V. No entanto, aparenta-se seguro, que por volta do séc. III, algumas unidades tenham sido abandonadas provisoriamente ou em definitivo, não sendo de excluir que algumas destas unidades não tenham de todo deixado de laborar, verificando-se apenas uma diminuição do volume de produção. Após este momento de recessão, fábricas terão sido reactivadas com alterações e talvez até, algumas construídas de raiz.

Como é que o conjunto fabril escavado na Rua Augusta se integra neste contexto?

Quanto ao momento de construção e de início de laboração, continua ainda em aberto. Uma melhor definição da cronologia e extensão na camada romana anterior às indústrias será um elemento decisivo. Provisoriamente, essa camada pareceu-nos integrar elementos de um horizonte cronológico entre o séc. I a.C. e o séc. I d.C., o que apontaria, a confirmar-se para a construção das fábricas se situar algures entre o séc. I e II d.C., o que, aliás, fazia sentido no quadro geral, já delineado.

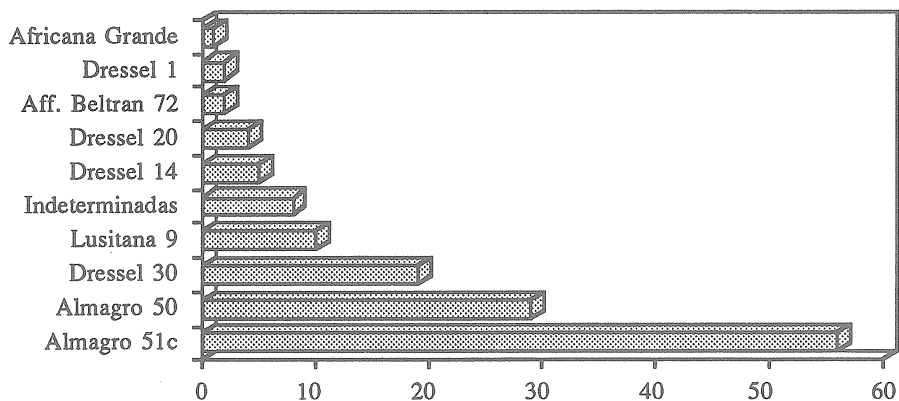
O momento de abandono pode ser determinado pela análise da estratigrafia de enchimento dos tanques. Os tanques que foram objecto de escavação, durante a 1ª campanha, foram: t. 2, t. 8, t. 12, t. 13, t. 16 e t. 17. Pela análise do material estritamente anfórico foi possível estabelecer cronologias para o abandono dos tanques 8, 12 e 17. Quanto aos restantes será eventualmente possível recolher alguns dados a partir de fragmentos de sigilatas, paredes finas e lucernas aí recolhidos, quando estes forem alvo de um estudo aprofundado, uma vez que se tratam de fragmentos muito pequenos. Até ao momento não é possível avançar-se neste campo. No entanto, para os três tanques referidos e de forma a confirmar e dar mais solidez aos dados recolhidos a partir do material anfórico, foram observados os materiais a este associados.



Pode-se verificar a presença de duas situações diversas. Os tanques 12 e 8 foram claramente abandonados no início do séc. V. O tanque 17 parece ter sido desactivado no início do séc. III. Esta conclusão parece algo bizarra devido à proximidade dos três tanques e às suas semelhanças aparentes (numa primeira análise meramente baseada nas estruturas estes tanques foram incluídos na mesma unidade fabril<sup>4</sup>). No entanto, a explicação possível será a de que este tanque teria sido desactivado no período de recessão da indústria conserveira, não tendo sido recuperado no período seguinte de grande laboração da mesma.

### MATERIAL ANFÓRICO

Apresentam-se aqui todas as ânforas ou fragmentos anfóricos passíveis de classificação tipológica com segurança, ou seja, exemplares que integrem bocas ou fundos.



As peças em estudo não serão aqui apresentadas em forma de catálogo convencional, optando-se por uma descrição mais esquemática em quadro, que julgamos conter todos os elementos necessários à caracterização das mesmas, com o devido grau de pormenor. São apresentados quatro quadros: tanque 12, camada 20; tanque 12, restantes camadas; tanque 17; restante área. Foram as características qualitativas e quantitativas das próprias peças que definiram a configuração destes conjuntos. Foram definidos grupos de fabrico, com base na análise macroscópica das pastas (textura, côr, elementos, etc). A maioria dos exemplares foram desenhados (desenhos de Armando Sabrosa), não figurando nas pranchas

<sup>4</sup> AMARO et ali, no prelo.

apenas os fragmentos pequenos e/ou repetitivos. Quanto aos exemplares duvidosos ou excepcionais são descritos individualmente, no âmbito dos contextos em que foram encontrados, embora figurem, de igual modo, no quadro descritivo. Os atributos das peças são descritos com base num código previamente estabelecido e que contempla todas as variações do conjunto. Os atributos mesuráveis apresentam-se em milímetros. Utilizou-se a tabela de cores Munsell, aparecendo no quadro apenas os códigos (a presença de um asterisco antes do código indica que este se refere a um engobe).

### Tanque 12 (Camada 20)

Para a análise dos fragmentos anfóricos do tanque 12, optou-se pela individualização da camada 20, por esta se encontrar bem selada com uma espessa camada de argila, oferecendo-nos um vasto conjunto cerâmico, constituído por objectos utilizados nas diversas fases de preparação do pescado.

Em termos estatísticos a camada 20 representa 41% do universo anfórico estudado, assim como forneceu os exemplares mais completos. O peso quantitativo, desta camada, é tal que enforma todo o conjunto. Devemos pois ter cuidado, pois tratam-se de condições de deposição excepcionais que, eventualmente, poderão ter significados a nível de análise diferentes, dos restantes contextos estratigráficos.

Foram identificados 5 tipos de ânforas diferentes:

#### *Almagro 51c* (fig. 1 a 32)

A forma Almagro 51c predomina neste contexto e caracteriza-se em termos gerais, por apresentar um lábio de secção triangular, colo cónico, curto e estreito, as asas são em fita e quase sempre de secção sub-rectangular, arrancando da metade inferior do lábio, colando logo abaixo da base do colo, apresenta ombros descaídos, o bojo é fusiforme terminando num pé pequeno e cilíndrico pouco diferenciado do bojo.

#### *Almagro 50* (fig.33 a 38)

A classificação deste tipo anfórico, levantou (e levanta) sérias dúvidas quanto ao seu enquadramento tipológico, dentro da forma Almagro 50. O seu aspecto formal caracteriza-se pelo bojo cilíndrico com um diâmetro relativamente pequeno, lábio de secção sub-triangular, colo inexistente ou quando presente, cilíndrico e curto, as asas de secção ovóide arrancam do bordo fazendo corpo com este. O fundo é constituído por um pé diferenciado, cónico e oco de base plana.

Exemplares anfóricos semelhantes, foram identificados no interior do forno 2 da olaria do Porto dos Cacos assim como na necrópole adjacente a esta.

*Lusitana 9* (fig. 39 e 42)

Esta forma apresentada pela primeira vez em Conímbriga, por Dias Diogo, foi posteriormente identificada nas olarias do Porto dos Cacos e Qt<sup>a</sup> do Rouxinol, onde se observou a existência de duas variantes do mesmo tipo. A primeira, a Lusitana 9 de Dias Diogo, apresenta um bojo barrilóide, enquanto a segunda, apresenta um bojo fusiforme.

Os exemplares recolhidos nesta estação, enquadram-se no segundo tipo, apresentando um bordo indiferenciado de lábio arredondado, colo inexistente, asas de fita de secção sub-rectangular arrancando do bordo, fazendo corpo com este, os ombros são descaídos, o bojo piriforme termina numa base em anel.

*Aff. Beltran 72* (fig. 40)

As duvidas que surgiram quanto à classificação da Almagro 50, aumentam quanto ao enquadramento tipológico do exemplar da fig. 40. Provavelmente estamos em presença de mais uma variante da forma Beltran 72, ânfora ainda pouco estudada que agrupa no seu seio um lote diversificado de exemplares mais ou menos heterogéneos entre si. Formalmente, esta ânfora de reduzidas dimensões caracteriza-se pelo bordo indiferenciado de lábio arredondado com espessamento, ausência de colo, asas de secção sub-triangular arrancando do bordo, o bojo cónico alargando no sentido do fundo. Quanto à pasta ela tem uma tonalidade ocre, com o núcleo mais escuro, branda e porosa, com elementos não plásticos de pequena e média dimensão entre os quais se incluem os quartzos rolados, as micas brancas, os feldspatos e em menor número, as partículas de cerâmica moída e os elementos vegetais.

*Dressel 1* (fig. 41)

Desenquadrada cronologicamente do contexto, surge um fundo cónico e maciço que atribuímos a um bico fundeiro de uma ânfora republicana da forma Dressel 1. Quanto à pasta ela tem uma pasta dura e compacta, muito depurada e com elementos não plásticos de muito pequena dimensão (quartzos rolados e feldspatos). Superfície interna alisada e externa rugosa.

Cronologicamente todo o conjunto parece-nos homogéneo se excluirmos o exemplar da fig. 41.

Se se atender ao facto de nesta camada ter surgido duas taças quase completas de Sigillata Clara D, das formas Hayes 53b (370-430) e Hayes 73 (420-475), e dois exemplares recolhidos no forno 2 do Porto dos Cacos se encontrarem inseridos num contexto de finais do século IV/início do século V, poder-se-á enquadrar o conjunto anfórico da camada 20 do Tanque 12, no início do século V.

## Tanque 12

Os dados recolhidos nas camadas que sobrepoem a 20, vêm confirmar os dados obtidos nesta última.

As ânforas do forma Almagro 50 (fig. 47), mantêm as características descritas anteriormente, assim como as proporções entre tipos, destacando-se novamente a Almagro 51c (fig. 48 e 49).

Observa-se neste conjunto a ausência da forma *affim* à Beltran 72, e a identificação de um bordo da forma Dressel 14 (não ilustrado), foi exumado igualmente um bordo de ânfora republicana da forma Dressel 1 (pasta dura, e compacta com partículas de calcário de grande dimensão, quartzos muito rolados de pequena dimensão, juntamente com feldspatos de dimensão idêntica; superfície interna alisada e externa engobada) (fig. 48).

Nos fragmentos indeterminados (fig. 45 e 51), surgem dois fundos cônicos, que nos parecem pertencer a exemplares anfóricos produzidos na Bética.

O fragmento da figura 44, incluído nas peças indeterminadas, poderá pertencer a uma ânfora da forma Haltern 70.

A recolha de uma taça de Sigillata Clara D, Hayes 91 B (1ª metade do século V), vem aferir a cronologia apontada para o conjunto cerâmico da camada 20.

## Tanque 17

As características do espólio recolhido nas camadas de enchimento do tanque 17, diferem em termos de quantidade e qualidade das observadas no tanque 12.

Neste contexto, o espólio surge muito fragmentado, sem probabilidades de reconstituir por completo ou parcialmente formas anfóricas. Foi no entanto possível, identificar 5 tipos diferentes, onde predominam as formas Dressel 30 e Almagro 50, esta última em menor quantidade.

### *Dressel 30* (fig. 60 a 63)

A forma Dressel 30 só se encontra representada, nos entulhos de enchimento do tanque 17, caracterizando-se este tipo pelo lábio em fita de secção sub-triangular, por vezes apresentando um ou mais sulcos no exterior (fig.60), colo curto e cónico, asas em geral de secção sub-rectangular, arrancando imediatamente abaixo do lábio, o bojo piriforme terminado numa base em anel (fig.62,63).

### *Almagro 50* (fig. 54, 55 e 65)

Com presença igualmente significativa, encontramos a Almagro 50. Ao contrário do que sucede no tanque 12 estes exemplares apresentam as caracterís-

ticas típicas desta forma: o lábio de secção triangular, espesso, a ausência de colo, asas de secção ovóide arrancando do bordo e fazendo corpo com este, bojo largo em forma de saco, terminando num pé cónico, diferenciado de forma ogival.

Os restantes tipos anfóricos identificados não têm grande expressão no contexto, no entanto ficam as referências: Dressel 14 (Fig.57 e 58), Dressel 20 (fig.58), e Almagro 51c, esta última com algumas reservas.

Neste conjunto foram identificados dois exemplares que não se inbtegraram em nenhum grupo de fabrico e por isso os descrevemos individualmente. A ânfora nº 753, fig. 57 tem uma pasta aproximada ao fabrico 4, embora pareça ser uma versão melhorada do mesmo. Tem tonalidade castanha escura, é dura de textura arenosa e depurada. Os elementos não plásticos são de muito pequena dimensão e incluem sobretudo os quartzos hialinos rolados, palhetas de mica branca, alguns feldspatos e, mais raramente, partículas calcárias e cerâmica moída.

A ânfora nº 902, não ilustrada, tem uma pasta muito dura, pouco depurada com abundantes elementos não plásticos de grande e média dimensão onde se destacam os quartzos rolados, as partículas calcárias, os feldspatos negros e as escassas partículas de cerâmica moída. Superfícies alisadas.

Cronologicamente este conjunto enquadra-se no início do século III, cronologia esta que é baseada não só nos tipos anfóricos estudados mas também, na presença de grande quantidade de Sigillata Clara A (Formas: Hayes 6; Lamboglia 19; Hayes 14; Hayes 23A; Hayes 16; Hayes 9).

## RESTANTE ÁREA

Os restantes fragmentos anfóricos foram todos agrupados num mesmo quadro, já que o seu peso “documental” é quase nulo se exceptuarmos o espólio do tanque 8 de onde foi exumado, num contexto de claro derrube do telhado da fábrica um exemplar anfórico da forma Aff. à Beltran 72 (fig.69), associado a um prato de Sigillata Clara D, Hayes 61B (325-400/420). Estes dados permitem aproximar o momento de abandono deste tanque com o tanque 12.

## CONCLUSÃO

Por fim podemos especular um pouco acerca do local de proveniência do vasilhame anfórico. Assim, estamos em crer que as olarias da Quinta do Rouxinol e Porto dos Cacos (principalmente esta última) detinham quase a exclusividade do abastecimento de contentores cerâmicos à importante industria conserveira de Olisipo.

Numa análise muito superficial, é possível encontrar paralelos formais entre os nossos exemplares e os exemplares exumados nas duas olarias situadas na margem esquerda do Tejo, com excepção feita a algumas formas anfóricas provenientes da Península Itálica — Dressel I —, da província romana da Bética — Dressel 20, Almagro 50 (alguns exemplares do Tanque 17) — e do norte de Africa — Africana Grande — (quase todas usadas no transporte de produtos não relacionados com a industria conserveira).

Quanto à análise das pastas por nós efectuada (com a colaboração de Maria José Sequeira), foram identificados 5 fabricos. Nos melhor representados — 1, 2A e 2B — encontramos exemplares anfóricos produzidos durante as duas fases que foram caracterizadas, o que em princípio significará, que provêm de um local próximo e com papel relevante no abastecimento à industria conserveira.

No que diz respeito ao fabrico 3, ele caracteriza os exemplares provenientes da Bética.

Finalmente, os fabricos 4 e 5, têm uma dispersão tipológica-cronológica semelhante aos fabricos 1 e 2, com a particularidade de se encontrarem escassamente representados. Provirão eventualmente de um local mais longinquo sem preponderância no fornecimento anfórico a Olisipo.

Aguardamos a execução de análises laboratoriais (caracterização química por activação de neutrões térmicos das pastas a fim de as comparar com as já existentes para o Porto dos Cacos e Quinta do Roxinol.

Finalmente, gostaríamos de referir que a maioria dos tanques tem um entulhamento bastante pobre, no que diz respeito a camadas de abandono bem caracterizadas e selados com derrube de telhado, à excepção do Tanque 12 em que este momento está documentado ricamente. Esta situação pode provocar alguma perturbação na análise dos dados, pois apenas um dos contextos representa quase metade do universo estudado. Não podemos pois, esquecer o carácter excepcional desta camada 20 do tanque 12, que merece uma atenção especial, bem como a sua integração no conjunto da estação.

## NOTA FINAL

Como já referimos, no início deste trabalho, a área arqueológica denominada BCP/Lx, foi alvo de uma segunda campanha arqueológica no início do ano de 1994. Actualmente e até o Verão de 1995, estão previstas intervenções arqueológicas constantes que avançarão paralelamente ao decurso da obra nos edifícios dentro dos quais se escavou e que vão ser transformados na nova sede do Banco Comercial Português, em Lisboa. Como se depreende pela observação da planta que agora publicamos, muitas áreas não tinham ainda sido escavadas devido às

condicionantes estruturais dos edifícios: caixas de escadas, paredes e divisórias várias, esgotos ainda activos etc. Neste momento, todas essas áreas vão sendo progressivamente libertadas para a intervenção arqueológica, uma vez que do projecto consta a demolição total de interiores. Destes trabalhos, esperamos, resultarão novos dados que ajudarão a compôr a imagem desta janela sobre a área industrial romana.

Na sequência da escavação integral da área, realizar-se-á um projecto de Musealização que contemplará especialmente os contextos romanos, mas que não olvidará totalmente a perspectiva diacrónica da estação, expondo e divulgando as numerosas estruturas e contextos das variadas épocas que marcam presença neste sítio arqueológico. Paralelamente à concretização deste projecto espera-se poder apresentar uma publicação que reúna todos os estudos já efectuados sobre a estação, publicados ou inéditos, num primeiro esforço para a Monografia final da estação. Espera-se também que o surgimento deste núcleo museológico desempenhe funções um pouco para lá do que um simples local de visita à arqueologia da cidade.

Das novas intervenções arqueológicas neste espaço, resultarão sem dúvida novos elementos anfóricos que completarão este estudo, a seu tempo. Por outro lado, também todos os outros materiais romanos, que não os anfóricos, deverão merecer um estudo igualmente sistemático, a fim de que da soma das partes possa resultar um todo que se espera venha a ser revelador para o conhecimento de Olisipo.

Apesar do estágio de estudo intermédio em que a estação se encontra, já podemos afirmar (cruzando estas informações, com os conhecimentos de outras estações antigas ou recentemente escavadas, na cidade e no estuário), neste momento, que contribuiu para alterar um pouco a imagem que os estudiosos faziam do papel desempenhado por Olisipo, na produção de produtos piscícolas. Hoje, o estuário do Tejo apresenta-se com um papel, pelo menos equivalente, ao do Sado, que até há pouco julgava-se ter larga primazia no sector.

Quanto a dados de carácter cronológico, pode-se afirmar hoje, com uma boa margem de segurança que a produção de Olisipo se aproxima das já conhecidas para o resto das zonas da costa atlântica: as fábricas terão laborado entre o sec. I e V da nossa era, passando por diversas fases de crescimento e crise. Têm sido aventadas hipóteses de existirem indícios de produção de produtos piscícolas em período de influência púnica, com base na presença de estratos de ocupação desta época, nesta mesma estação arqueológica<sup>5</sup>. No entanto, o que as evidências arqueológicas nos dizem é que uma e outra realidade não têm nenhum ponto de contacto, tendo aliás, entre elas um lapso cronológico considerável (e, como se referiu, uma

---

<sup>5</sup> AMARO, 1994 e MATOS, 1994.

outra ocupação diferente). Não excluindo a possibilidade teórica de que esses vestígios venham um dia, a surgir, podemos afirmar que neste local eles não se verificam, à semelhança do que foi observado em muitas estações do mesmo tipo da costa espanhola e do Norte de Africa.

Neste momento, um interessante e decerto frutuoso caminho está ainda por iniciar. É o da reconstituição dos circuitos que esta actividade envolvia. Estabelecer, com segurança, através da comparação directa de materiais, a relação entre os locais de produção anfórica e as fábricas que estes abasteciam. Em segundo lugar, quais os locais para onde se destinavam as produções de salga e molhos de Olisipo, quer a nível regional, quer a nível imperial, pois parece bastante claro que uma área industrial com esta amplitude, destinar-se-ia a mercados de âmbito largo. À prossecução destes objectivos tão desejáveis, obstam a falha na publicação de alguns trabalhos arqueológicos que têm sido executados, assim como de um ambiente onde os diversos investigadores que trabalham nesta área pudessem trocar e confrontar os dados recolhidos, como poderia ser um projecto de investigação sobre a industria de produtos piscícolas e actividades envolventes, para o estuário do Tejo.

Finalmente, os agradecimentos: ao BCP, que como entidade privada tem demonstrado um sentido do património para além da simples entidade patrocinadora das campanhas; à equipa de arqueologia que ao longo das diversas fases, trabalhou no BCP, com destaque para José Luis Monteiro, Ana Paula Nunes, Ângela Carneiro, Natalina Guerreiro; aos restantes elementos que como colaboradores, pouco assumidos, do IPPAR, trabalham na arqueologia de Lisboa, sendo os seus verdadeiros protagonistas e que deram sempre à equipa o maior apoio e ajuda; à equipa de restauro, Antónia Tinturé e Moisés Lurdito; a Maria José Sequeira, que estabeleceu e caracterizou os grupos de fabrico das ânforas apresentadas; a Guilherme Cardoso pelos conselhos que tão solícitamente nos cedeu. Finalmente, a todos os colegas, arqueólogos que nos têm visitado e brindado com as suas opiniões.

*Lisboa, Dezembro de 1994.*

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de, 1988, *Roman Portugal* Inventário, fasc. 2: Coimbra e Lisboa, Aris e Phillips, LTD, Warminster.
- AMARO, Clementino, BUGALHÃO Jacinta e SABROSA, Armando, Complexo Fabril Romano na Rua Augusta, Notícia Preliminar, in *Actas das I Jornadas de Romanização dos Vales do Tejo e Sado, Seixal, 1991* (no prelo).
- AMARO, Clementino, 1994, A Industria Conserveira na Lisboa Romana, in *Lisboa Subterrânea*, MNA, Lisboa



- BELTRÁN LLORIS, M., *Ceramica Romana, Tipologia y Clasificacion*, Libros Pórtico, Zaragoza.
- CARDOSO, Guilherme, 1986. "Fornos de ânforas romanos, na bacia do Sado: Pinheiro, Abul e Bugio", in *Conimbriga*, XXV, pp. 153-173, Universidade de Coimbra.
- Idem, 1978, "Ânforas romanas no Museu do Mar (Cascais)", Separata de *Conimbriga*, Vol XVII, p. 63-78.
- COELHO-SOARES, Antónia, SILVA, Carlos Tavares da, "Ânforas Romanas na Área Urbana de Setúbal", in *Setúbal Arqueológica*, vol. IV, 1978, pp. 171-190.
- Idem, "Ânforas Romanas da Quinta da Alegria (Setúbal)", in *Setúbal Arqueológica*, V, 1979, p. 205-216.
- DELGADO, M., MAYET, F., ALARCÃO, A. M., *Fouilles de Conimbriga IV - Les Sigillés*, Paris 1975.
- DIOGO, A. M. Dias, "Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal", in *O Arqueólogo Português*, série IV, 6/7, 1988/1989, p. 227-240.
- Idem, "Fornos de Ânforas de Alcácer do Sal", in *Conimbriga*, Vol XXVI, 1987, Universidade de Coimbra, p. 77-111.
- Idem, "Fornos de Ânforas do Monte da Enchurrasqueira e do Vale da Cepa. Notícia Preliminar" in *Conimbriga*, vol. XXII, 1983, Universidade de Coimbra.
- Idem, A. M. Dias, "Quadro Tipológico das Ânforas de Fabrico Lusitano", in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, 1987, pp. 179-191.
- DIOGO, A. M. Dias, FARIA, João C., "Fornos de cerâmica romana no vale do Sado. Alguns elementos", in *Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção e Comércio*, 1990 (Actas das Jornadas de Estudo de Conimbriga, 1988), Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion de Bocard.
- Idem, "Trabalho e Produção no Sado durante a época romana", in *Movimento Cultural*, Ano IV, nº 6, Setembro, 1989, pp. 81-92.
- DUARTE, Ana Luisa C., "Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas na Vale do Tejo", in *Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção e Comércio*, 1990 (Actas das Jornadas de Estudo de Conimbriga, 1988), Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion de Bocard.
- EDMONSON, J.C., *Two Industries in Roman Lusitania: mining and garum production*, Oxford, B.A.R., 1987.
- Enciclopedia dell Arte Antica*, AAVV, Instituto della Enciclopedia Italiana, Roma, 1981.
- ETIENNE, R., MAKAROUN, Y., MAYET, F., 1994, *Un Grand Complexe Industriel a Troia, Portugal*, Diffusion E. de Bocard, Paris.
- FABIÃO, Carlos, CARVALHO, A., "Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva", in *Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção e Comércio*, 1990 (Actas das Jornadas de Estudo de Conimbriga, 1988), Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion de Bocard.
- Idem, "O estudo das ânforas", in *A Arqueologia em Portugal, anos 90*, V. S. Gonçalves (dir), (no prelo).
- FABIÃO, Carlos, *Sobre as ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 1989, Cader-nos UNIARQ,1.
- FABIÃO, Carlos, 1992, "O Passado Proto-Histórico e Romano", in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Vol. I, P. 266, Lisboa, Círculo de Leitores.
- GUASH, R. P. I., "Les Amfores, de la necropolis paleocristiana de Terragona", in *Boletín*

- HAYES, J.W., *Late Roman Pottery*, Londres, 1972.
- MANTAS, Vasco Gil, 1990, As cidades marítimas da Lusitânia, in *Les Villes de Lusitanie Romaine*, CNRS, Paris.
- MATOS, José Luís, 1994, Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na Sé de Lisboa, in *V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 223.
- MAYET, F., “Typologie e Chronologie des amphores lusitaniennes”, in *Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção e Comércio*, 1990 (Actas das Jornadas de Estudo de Conimbriga, 1988), Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion de Bocard.
- PEACOCK, D.P.S., WILLIAMS, D.F., *Amphorae and the Roman Economy*, London & New York, Longman, 1986.
- PEACOCK, D. P. S., WILLIAMS, D. F., *Amphorae and the Roman Economy: an introductory guide*, Londres, Ed. Longman, 1986
- PONSICH, Michel, *Aceite de Oliva y Salazones de Pescado*, Madrid, Universidad Complutense, 1988.
- RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro, “Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no Vale do Tejo”, in *Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção e Comércio*, 1990 (Actas das Jornadas de Estudo de Conimbriga, 1988), Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion de Bocard.
- RAPOSO, J. M. Cordeiro, DUARTE, A. L. Castanheira, “Anforas Lusitanas: los alfares del Tajo”, in *Revista de Arqueologia*, Ano XII, nº134, Junho, 1992.
- SCIALLANO, Martine, SIBELLA, Patricia, *Amphores, Coment les Identifier*, Edisud, 1991.
- SILVA, Carlos Tavares da, COELHO-SOARES, Antónia, “A Praça do Bocage (Setúbal) na Época romana. Escavações arqueológicas de 1980”, in *Setúbal Arqueológica*, VI-VII, 1980-81, pp. 249-278.
- SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, *Arqueologia da Arrábida*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1986.
- SILVA, Carlos Tavares da, COELHO-SOARES, Antónia, “Escavações Arqueológicas no Creiro (Arrábida) Campanha de 1987”, in *Setúbal Arqueológica*, VIII, 1987, pp. 221-237.
- SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, António Coelho, SOARES, Joaquina, “Fábrica de Salga da Época Romana da Travessa do Frei Gaspar (Setúbal)” in *I Encontro Nacional da Arqueologia Urbana*, Trabalhos de Arqueologia, 3, Setúbal, 1985.
- SILVA, C. Tavares, SOARES, Joaquina, 1993, *Ilha do Pessegueiro, Porto Romano na Costa Alentejana*, Instituto de Conservação da Natureza, Lisboa.
- SOARES, Joaquina, *Estação Romana de Troia*, Câmara Municipal de Grândola, Setúbal, 1980.

## APÊNDICE

### DESCRIÇÃO DOS GRUPOS DE FABRICO

#### Fabrico 1

Pasta de tonalidade acastanhada que em alguns exemplares se aproxima dos ocre. Pasta branda, pouco compacta e pouco depurada, com abundantes elementos não plásticos de pequena e média dimensão, entre os quais se destacam as micas brancas, os quartzos leitosos e hialinos os fedespatos e, em menor quantidade, partículas de cerâmica moída.

As superfícies internas apresentam-se normalmente alisadas enquanto que algumas das superfícies externas dos exemplares identificados nestes fabricos apresentam um engobe pouco aderente e da mesma tonalidade da pasta.

#### Fabrico 2 A

Pasta de tom alaranjado, dura, muito compacta e com elementos não plásticos de pequenas dimensões, sobretudo palhetas de mica branca. Existem igualmente quartzos rolados e feldespatos. Superfícies alisadas.

#### Fabrico 2 B

Este fabrico é idêntico ao anterior, na variedade dos elementos não plásticos presentes na argila utilizada para a produção dos exemplares anfóricos. No entanto, estes apresentam uma pasta cujos elementos não plásticos são de maior dimensão e aos quais se junta a presença de partículas de cerâmica moída em quantidades variáveis. Este fabrico apresenta igualmente uma pasta mais porosa e menos depurada que a descrita para o fabrico anterior. Algumas pastas podem apresentar um aspecto tipo *sandwich*. As superfícies internas são alisadas enquanto que as externas são normalmente engobadas com uma tonalidade avermelhada, ou cinzenta escura e, mais raramente, esbranquiçada. Na ausência deste engobe que, quando é avermelhado, se revela pouco aderente as superfícies apresentam um aspecto rugoso.

#### Fabrico 3

Este fabrico engloba os exemplares cujas pastas se identificam com aquelas conhecidas para as âforas produzidas na Bética. Como tal, optámos por fazer uma descrição muito geral quer da morfologia das pastas quer ao tratamento das superfícies. As pastas são compactas, depuradas e com textura arenosa. As tonalidades oscilam entre o castanho claro rosado e o *beije* acastanhado. Os elementos não plásticos são normalmente de pequena dimensão e incluem as micas brancas, os quartzos leitosos rolados, os feldespatos, partículas calcárias e alguma cerâmica moída. As superfícies apresentam-se quer alisadas, quer engobadas. Neste último caso, o engobe apresenta uma tonalidade idêntica à da pasta.

#### Fabrico 4

Pasta branda de cor castanha escura, porosa, pouco depurada e com abundantes elementos não

plásticos de dimensão média, entre os quais se incluem sobretudo os quartzos hialinos pouco rolados, alguns quartzos leitosos, partículas calcárias, fedespatos e palhetas de mica branca. A superfície interna é alisada enquanto que a superfície externa é rugosa, excepto quando se apresenta coberta por um engobe pouco aderente e da mesma tonalidade da pasta.

#### Fabricao 5

Pasta de tonalidade *beije* alaranjado. Alguns exemplares, no entanto podem apresentar uma pasta com aspecto tipo *sandwich*. Pasta dura e compacta com numerosos elementos não plásticos de pequena dimensão entre os quais se destacam sobretudo os quartzos hialinos muito rolados e, em menor número, as partículas calcárias e os feldspatos, todavia, a característica mais marcante desta pasta é a presença de partículas de cerâmica de um tom laranja vivo de pequena e média dimensão. As superfícies internas são alisadas enquanto que as superfícies externas são engobadas e de tom castanho claro.

## CÓDIGO DESCRITIVO DOS ATRIBUTOS

### Lábios

1 – *Secção triangular* — 1.1 – Triangular vertical interiormente; 1.2 – Triangular arredondado interiormente; 1.3 – Triangular vertical exteriormente; 1.4 – Sub-triangular; 1.5 – Triangular; 1.6 – Triangular espessado exteriormente; 1.7 – Triangular de aresta

2 – *Secção rectangular* — 2.1 – Sub-rectangular pendente

3 – *Secção arredondada* — 3.1 – Arredondado

4 – *Secção simples* — 4.1 – Simples

### Colos

1 – Cónicos; 2- Cilíndricos.

### Fundos

1 – Pouco diferenciados, cilíndricos e pequenos; 2 – Cilíndricos e pequenos; 3 – Cónicos e ocos; 4 – Cónico, diferenciado de forma ogival; 5 – Cónico e maciço; 6 – Indiferenciado em anel; 7 – Cónico, maciço com ligeiro rebordo e mamilo central.

### Asas

1 – Secção sub-rectangular; 2 – Secção ovóide; 3 – Secção sub-triangular; 4 – Secção ovóide em fita.

### Bojo

1 – Fusiforme; 2 – Cónico (alargando no sentido do fundo); 3 – Cilíndrico; 4 – Cónico (estreitando no sentido do fundo).

### Medidas

DB – Diâmetro do bordo; DC – Diâmetro do colo; BC – Altura do bordo à base do colo; DP – Diâmetro da pança;

DF – Diâmetro do fundo; HF – Altura do fundo; HB – Altura do bordo; AA – Asa a asa.

Est. I

NºInv	Forma	Láb.	Col.	Asa	Bojo	Pa.	DB	Dc	PC	DP	DF	FF	HB	AA	Cor/Ext.	Cor/Int.	Cor/Núcleo	Fabrico.	%g
271	Alm. 51c				1	1					46	22			2,5 YR 5/8	2,5 YR 5/8	2,5 YR 5/8	4	26
272	Dre. 1					5					48	87			5 Y 8/2	5 Y 4/1	2,5 YR 6/8	DESCRITO	41
354	Alm. 50	1.4		2			127						18		5 YR 7/4	10 YR 7/6	5 YR 5/6	1	36
355	Alm. 51c				1					273					5 YR 7/6	5 YR 7/6	5 YR 7/6	5	2
356	Lus. 9	3.1		1	1		118	94		225				211	2,5 YR 4/6	2,5 YR 5/8	5 YR 3/1	2B	39
357	Alm. 51c	1.1	1	1			109	73	103				22	228	2,5 YR 6/6	2,5 YR 6/6	2,5 YR 6/6	1	21
358	Alm. 51c	1.1	1	1	1		104	67	105				21		7,5 YR 6/6	5 YR 6/6	5 YR 6/6	1	31
359	Alm. 51c	1.2	1	1	1		89	58	100				19	196	5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4	1	3
360	Alm. 51c	1.1	1	1	1		117	79	125				25		7,5 YR 7/4	7,5 YR 7/4	7,5 YR 7/4	1	15
361	Alm. 50	1.1	2	2			136	105	62				20	201	10 YR 6/3	10 YR 6/3	10 YR 6/3	1	35
362	Alm. 51c	1.1	1	1			100	61	96				20	177	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2A	4
363	Alm. 51c	1.1	1	1			107	64	98				22		2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	20
364	Alm. 51c	1.3	1	1	1		110	69	107				27		5 YR 7/6	5 YR 7/6	5 YR 7/6	1	19
366	Bel. 72			3	2		127								10 YR 7/3	2,5 YR 5/6	2,5 YR 5/6	DESCRITO	40
367	Lus. 9				4	6					66	15			5 YR 6/6	5 YR 6/6	5 YR 6/6	1	42
368	Alm. 51c				1	1					48	30			5 YR 5/4	5 YR 5/4	5 YR 5/4	1	24
369	Alm. 51c					1					39	22			2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2A	25
370	Alm. 51c	1.3	1	1	1		101	73	95	351			30		2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	5A	14
373	Alm. 51c	1.3	1	1			97	61	95				25		2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	18
374	Alm. 51c	1.1	1	1	1		99	58	93				19		*2,5 YR 5/2	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2A	5
375	Alm. 51c	1.2	1	1			92	57	92				19		5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4	1	6
376	Alm. 51c	1.2	1				106	70					23		7,5 YR 7/4	7,5 YR 7/4	7,5 YR 7/4	1	16
377	Alm. 51c	1.4	1				99	60					21		7,5 YR 7/2	7,5 YR 7/2	7,5 YR 7/2	1	17
378	Alm. 51c	1.2	1	1			105	62					24		2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	8
379	Lus. 9	3.1	1												2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2A	1
382	Indet.					5					27	68			5 YR 5/4	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2A	43
384	Alm. 51c				1	1					37	27			5 YR 7/6	5 YR 7/6	5 YR 7/6	2A	10
385	Alm. 51c				1	1					45	25			5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4	1	29
386	Alm. 51c				1	1					44	17			2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	28
387	Alm. 51c				1	1					40	25			2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	22
389	Alm. 51c				1	1					38	22			2,5 YR 5/8	2,5 YR 5/8	2,5 YR 6/8	2A	30
390	Alm. 51c				2						44	46			5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4	1	27
391	Alm. 51c										34	20			2,5 YR 6/8	5 YR 6/1	2,5 YR 6/8	2A	13
392	Alm. 51c				1	1					31	26			* 2,5 YR 5/2	2,5 YR 5/0	2,5 YR 5/0	2A	12
393	Alm. 50					4					30	36			5 YR 7/6	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	1	38
394	Alm. 51c				1	4					31	28			2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	11
395	Alm. 51c	1.5	1			1	104						25		2,5 YR 6/6	2,5 YR 6/6	2,5 YR 6/6	4	37
396	Alm. 50	1.5	2						63				21		5 YR 6/6	5 YR 6/6	5 YR 6/6	1	1
397	Alm. 50	1.2											21		2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	
398	Alm. 50	1	2	2									21		2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2B	
399	Alm. 51c	1.2					120						22		5 YR 7/4	5 YR 7/4	5 YR 7/4	1	9
400	Alm. 51c	1.5	1										21		5 YR 7/4	5 YR 7/4	5 YR 7/4	2B	
401	Alm. 51c	1.2	1	1			100	68	79				16		5 YR 8/4	5 YR 7/6	5 YR 7/6	2B	7
402	Lus. 9	1.8	1										5		7,5 YR 7/6	7,5 YR 7/6	7,5 YR 7/6	1	
403	Lus. 9	3.1	1												7,5 YR 6/4	7,5 YR 6/4	7,5 YR 6/4	1	
413	Alm. 51c	1.5	2										24		10 YR 6/4	10 YR 6/4	10 YR 5/1	1	
414	Lus. 9	1.8	1										8		5 YR 7/6	5 YR 7/6	5 YR 7/6	1	
417	Alm. 51c	1.5	2										23		5 YR 6/6	5 YR 6/6	5 YR 6/6	1	
418	Lus. 9	3.1	1												7,5 YR 6/4	7,5 YR 6/4	7,5 YR 6/4	1	
419	Lus. 9	1.8	1												2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/8	2A	
420	Alm. 51c	1.2	1	1	1		100	57	102	271			20	177	2,5 YR 6/8	5 YR 6/3	5 YR 6/3	2B	1
421	Alm. 51c				1	1					37	20			5 YR 7/4	5 YR 7/4	2,5 YR 5/0	2A	32
422	Alm. 50	1.4		2	3		132	106		216			24	219	2,5 YR 5/8	7,5 YR 8/6	10 YR 5/2	2B	33
423	Alm. 51c				1	1					49	24			5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4	1	23
2017	Alm. 50				3	3					32	72			* 5 YR 5/1	2,5 YR 6/8	2,5 YR 6/0	2A	34
2018	Alm. 50	1.5		2									20		5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4	1	

Quadro 1 – Tanque 12/Camada 20.

NºInv.	Forma	Láb.	Cól.	Asa	Bojo	Pé	DB	DC	EC	DP	DF	HF	HB	AA	Cór/Ext.	Cór/Int.	Cór/Núcleo	Fabrico	Fig.
2010	Alm. 50	1.6		2									19		5 YR 7/4	5 YR 7/4	5 YR 7/4	3	
2011	Lus. 9	3.1		1											5 YR 7/4	5 YR 7/4	5 YR 7/4	1	
2012	Indet.	2.1											40		* 5 Y 8/3	5 YR 7/6	5 YR 7/6	3	44
2013	Alm. 51c	1.5											24		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2B	
2014	Indet.					5									7.5 YR 8/4	7.5 YR 8/4	7.5 YR 8/4	3	45
537	Alm. 51c					1					28	28			2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2B	52
1199	Alm. 51c	1.2											19		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2B	
2000	Dre. 14	3.1		4									18		* 2.5 Y 8/2	10 R 6/8	10 R 6/8	2B	
2007	Alm. 51c					1					38	40			* 2.5YR 5/0	2.5 YR 4/2	2.5 YR 4/2	2A	
2008	Alm. 51c	1.1		1									19		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2B	
2009	Dre. 1	2.1					150						38		* 5 Y 8/2	10 R 6/8	10 R 6/8	DESCRITO	46
1195	Alm. 51c	1.5		1					70				20		2.5 YR 5/6	2.5 YR 5/6	2.5 YR 5/6	2B	
1197	Alm. 51c				4	6					58				7.5 YR 6/4	5 YR 3/3	10 YR 4/2	4	53
102	Alm. 50	1.4	2				135	102	69				22		5 YR 6/6	2.5 YR 5/4	2.5 YR 5/4	1	50
103	Alm. 51c	1.5	1	1			107	70	99				23		5 YR 5/6	5 YR 5/6	5 YR 5/6	4	47
173	Alm. 51c	1.5	1	1			119	65	121				25		5 YR 6/6	5 YR 6/6	7.5 YR 6/0	2B	49
92	Alm. 51c	1.4	1	1			105	68	109	206			27		2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2A	48
2001	Lus. 9	3.1		1											2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2B	
2002	Indet.					5					34	77			* 2.5 Y 8/2	10 R 6/8	10 R 6/8	2B	51
2004	Alm. 51c	1.5		1									24		5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4	1	
2006	Alm. 50	1.5	2						61				19		10 YR 7/4	10 YR 7/4	10 YR 7/4	1	
1188	Alm. 51c	1.2	1	1									19		2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2B	

Quadro 2 – Tanque 12/Restantes camadas.

Est. III

Nº Inv.	Forma	Láb.	Col.	Asa	Bojo	Pa.	DB	DC	EC	DP	DF	FF	HB	AA	Cór/Int.	Cór/Ext.	Cór/Núcleo	Fabrics	Fig.
947	Alm. 50	1.6											31		7.5 YR 6/2	7.5 YR 6/2	7.5 YR 6/2		3
948	Alm. 50	1.6											20		5 Y 8/1	5 Y 8/1	5 Y 8/1		3
949	Dre. 30					6						949			*7.5 YR 4/0	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
950	Alm. 50	1.6													5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4		3
951	Alm. 50	1.6											16		7.5 YR 6/4	7.5 YR 6/4	7.5 YR 6/4		3
952	Dre. 30	1.3											31		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2B
953	Dre. 30	1.3											32		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
1186	Indet.	3.1	1				123						20		7.5 YR 6/2	7.5 YR 6/2	7.5 YR 6/2		3 59
815	Alm. 50	1.6		2									14		* 2.5 Y 8/2	5 YR 7/4	5 YR 7/4		3
816	Alm. 50	1.7		2									10		2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6		2A
803	Dre. 30					6							17		2.5 YR 5/0	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
804	Alm. 50	1.6		2									11		7.5 YR 7/4	7.5 YR 7/4	7.5 YR 7/4		3
806	Dre. 14					7					44				2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
807	Dre. 14					7					48				2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A 64
808	Dre. 30	1.3											26		* 2.5 YR 5/0	* 2.5 YR 5/0	2.5 YR 6/6		2A
809	Dre. 30					6							18		* 2.5 YR 5/0	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
810	Dre. 30					6						14			* 7.5 YR 4/0	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
811	Alm. 50	1.6					157						15		* 10 YR 8/2	* 10 YR 8/2	2.5 YR 6/8		2B 55
812	Dre. 20	1.7											18		5 YR 7/4	5 YR 7/4	5 YR 7/4		2A
813	Alm. 50	1.6											19		* 10 YR 8/2	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6		2B
814	Alm. 50	1.6		2			153	107					44		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		3 54
1189	Alm. 50	1.6											23		5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4		3
1190	Dre. 30	1.3											27		7.5 YR 6/4	7.5 YR 6/4	7.5 YR 6/4		3
1192	Alm. 51c					3							20		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2B 66
1193	Indet.	3.1											21		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		3
1194	Dre. 30	1.4											26		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
902	Dre. 20	1.7											19		5 YR 6/4	5 YR 6/4	7.5 YR 5/0		DESCRITO
903	Dre. 30	1.3											24		2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6		2B
1187	Alm. 50	1.6											15		5 Y 8/1	5 Y 8/1	5 Y 8/1		3
753	Dre. 14	1.6					160						15		2.5 YR 5/4	2.5 YR 5/4	2.5 YR 5/4		DESCRITO 57
755	Dre. 30					6						86	18		* 2.5 Y 5/0	2.5 Y 6/8	2.5 Y 6/8		2B 62
756	Dre. 14	3.1											20		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
758	Dre. 30					6						75			2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A
761	Dre. 30					6							19		2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6		2A
762	Dre. 30	1.3					111						24		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A 61
958	Dre. 30					6							11		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2B
960	Dre. 20	1.7					142						25		* 2.5 Y 8/2	* 2.5 Y 8/2	2.5 YR 6/8		3 58
961	Alm. 50	1.6											29		5 YR 7/4	5 YR 7/4	5 YR 7/4		3
817	Dre. 30	1.4	1				116	70					17		5 YR 6/6	5 YR 6/6	5 YR 6/6		2A 56
935	Alm. 50	1.6		2									14		* 2.5 Y 8/2	5 YR 7/4	5 YR 7/4		3
937	Alm. 50			2											5 YR 6/4	5 YR 6/4	5 YR 6/4		3
938	Dre. 30	1.3		1									30		5 YR 6/6	5 YR 6/6	5 YR 6/6		2A
942	Alm. 50					4						40			5 YR 7/6	5 YR 7/6	5 YR 7/6		3 65
943	Dre. 30	1.4					103	64					30		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A 60
945	Dre. 30					6						72	15		5 YR 7/4	5 YR 7/4	5 YR 7/4		3
959	Dre. 30					6						83	16		* 2.5 YR 5/0	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8		2A 63

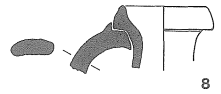
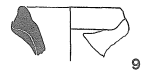
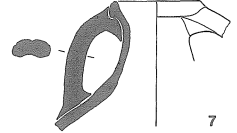
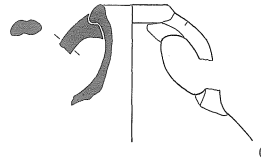
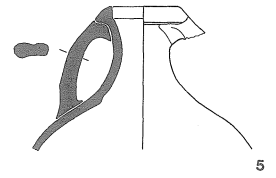
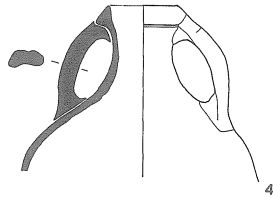
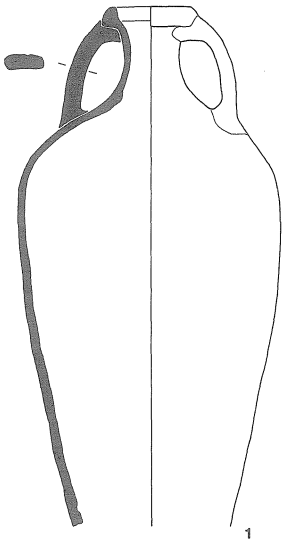
Quadro 3 – Tanque 17.

Nºinv.	Forma	Láb.	Col.	Asa	Bojo	Pe	DB	DC	BC	DP	DF	HF	HB	AA	Côr/Int.	Côr/Ext.	Côr/Núcleo	Fabrico	Fig.
227	Alm. 51c					1						32			2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	1	
68	Alm. 51c					1					46				5 YR 5/4	5 YR 5/4	5 YR 5/4	1	
2015	Alm. 51c					5					47				2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2A	67
43	Alm. 51c					3					16	35			7.5 YR 6/4	7.5 YR 6/4	7.5 YR 5/4	1	69
670	Indet.					3					23	36			2.5 Y 8/4	2.5 Y 8/4	2.5 Y 8/4	3	
584	Indet.					5					19				2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/6	2A	
2016	Dre. 20												12		5 YR 7/3	5 YR 7/3	5 YR 7/3	3	
587	Alm. 51c	1.2		1			104						18		5 YR 7/6	5 YR 7/6	5 YR 7/6	2B	
588	Afr. Gra.					5					47						10 R 6/8	2A	
589	Alm. 50	1.1											19		2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/8	2B	68
590	Alm. 51c				1	1					45	18			7.5 YR 5/4	7.5 YR 5/4	7.5 YR 5/4	5	

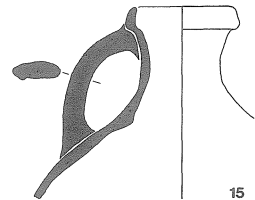
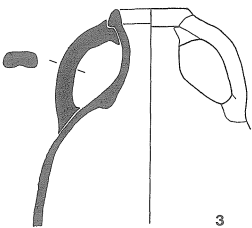
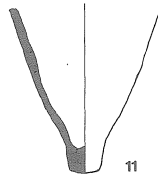
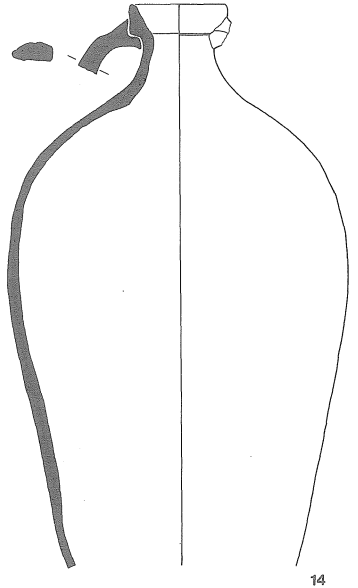
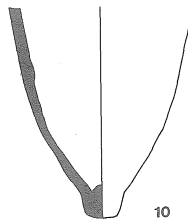
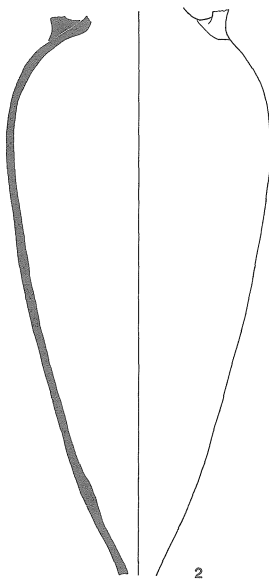
Quadro 4 – Restante área.

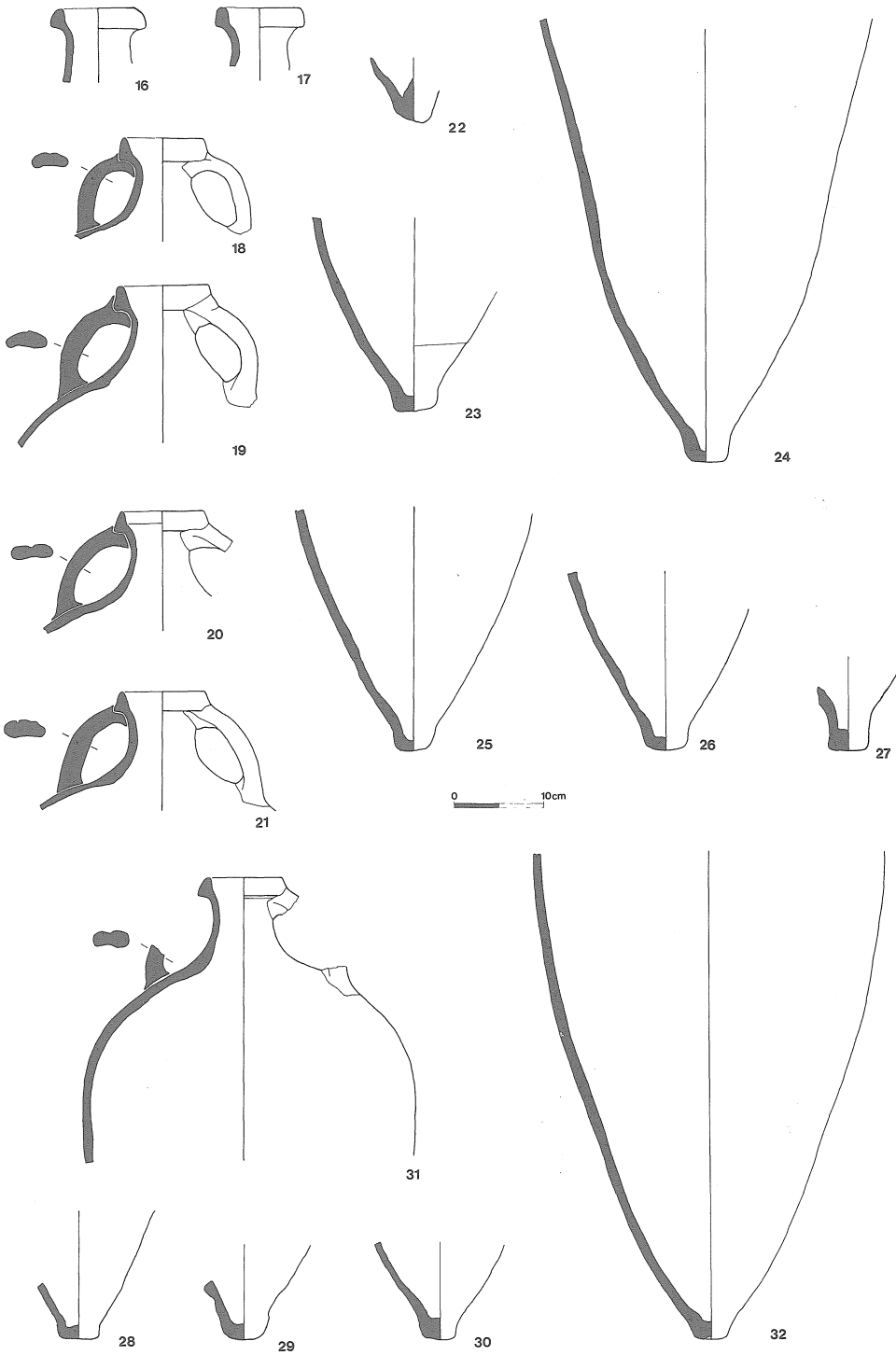


Est. V

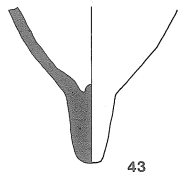
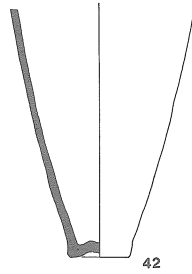
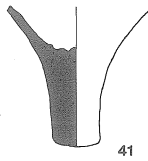
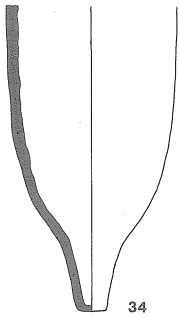
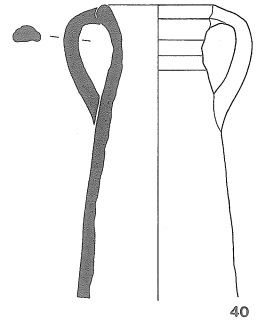
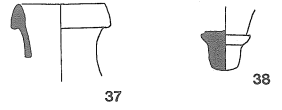
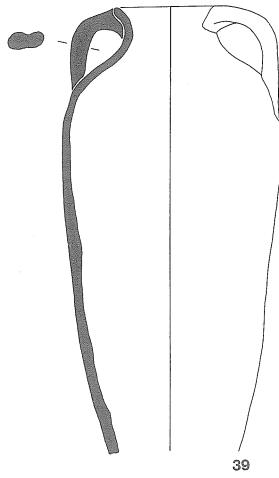
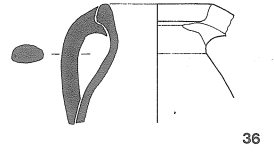
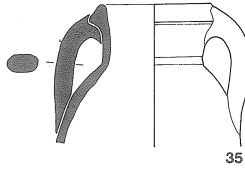
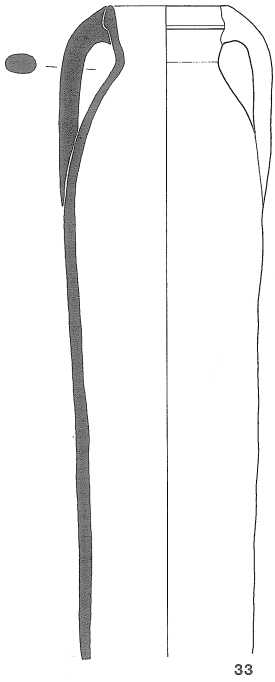


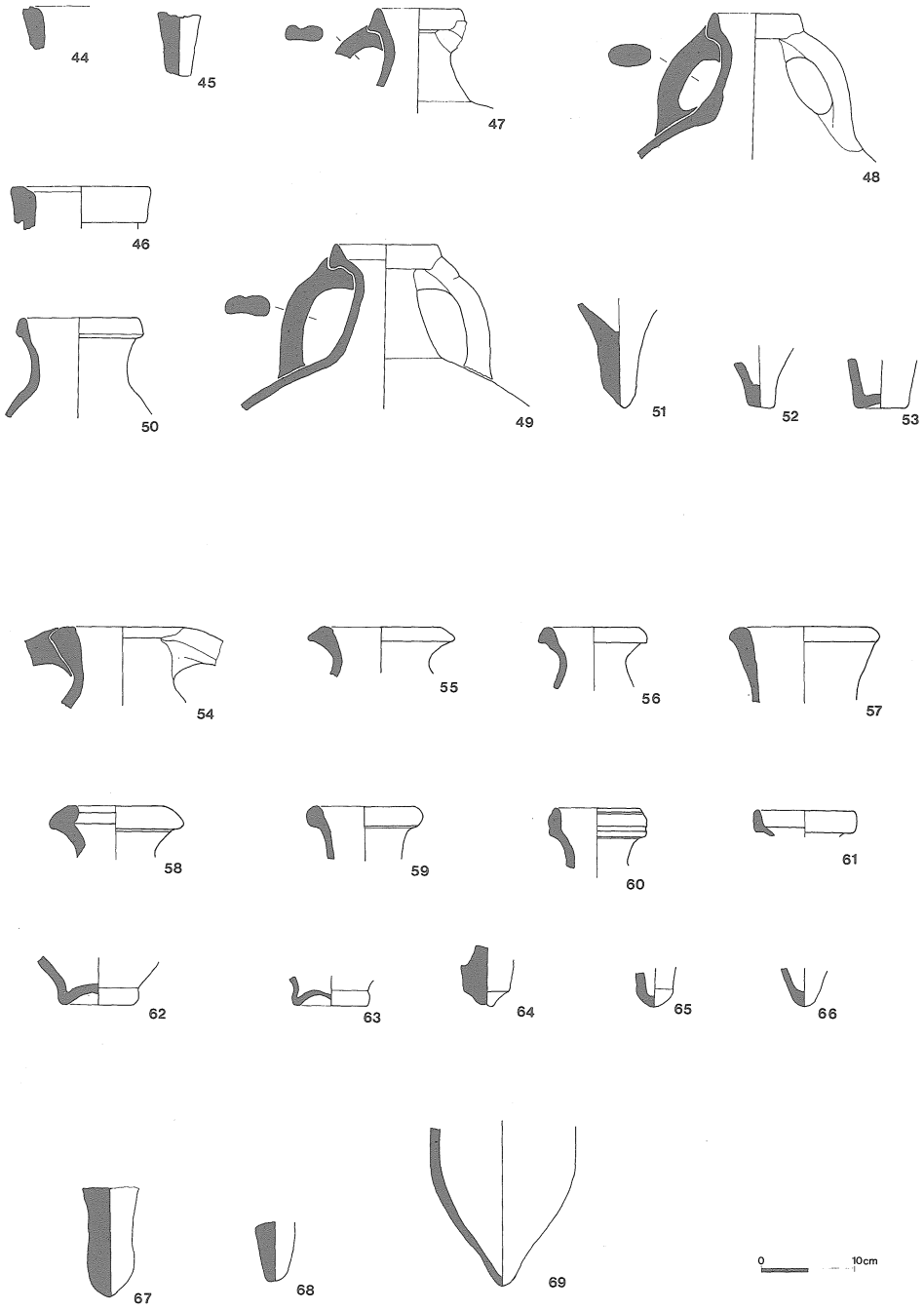
0 10cm

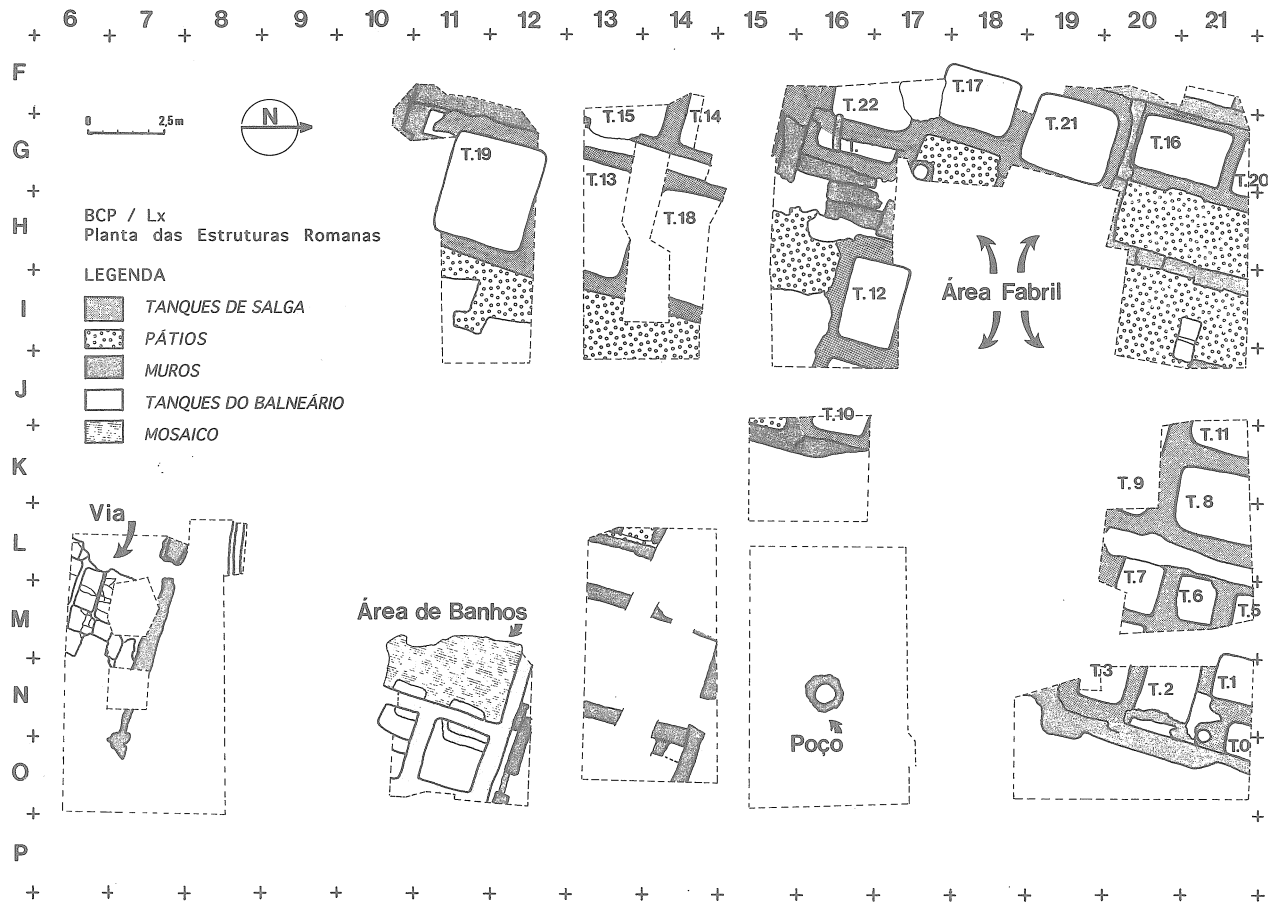




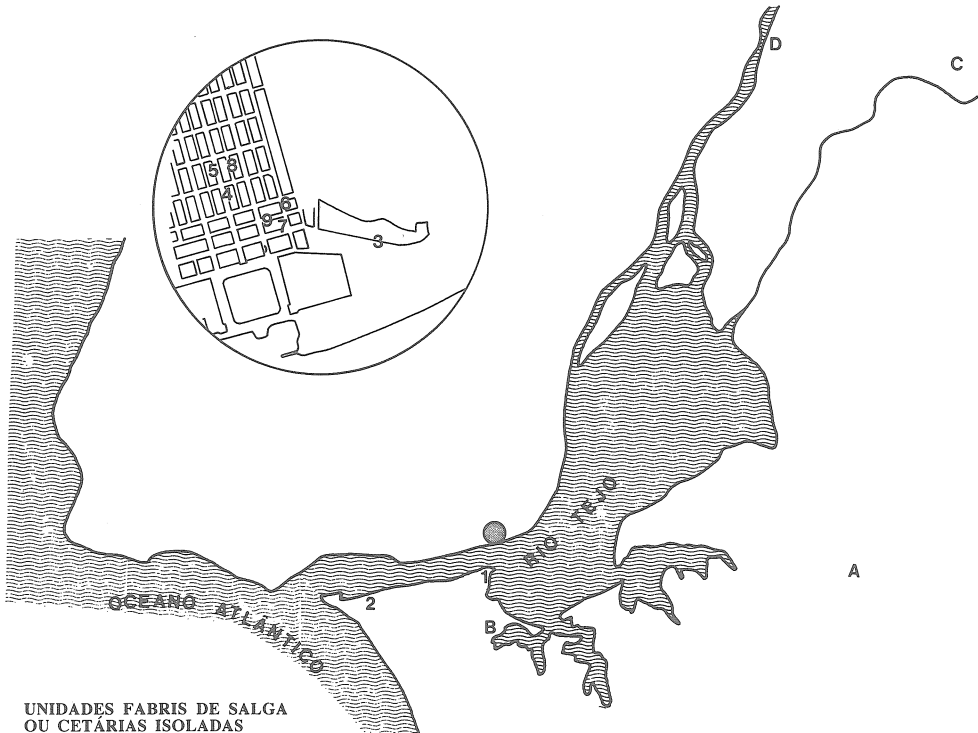
Est. VII







Planta I.



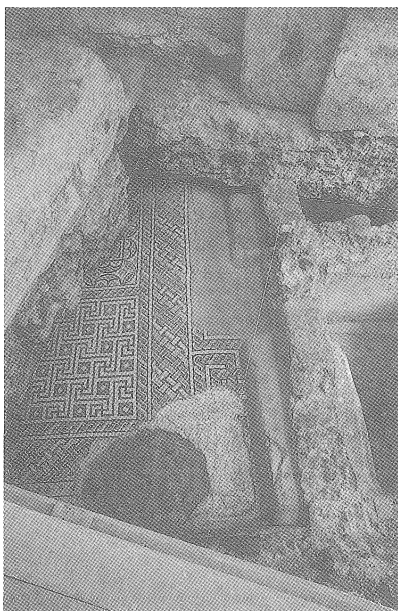
**UNIDADES FABRIS DE SALGA  
OU CETÁRIAS ISOLADAS**

- 1- Unidade Fabril, Cacilhas (escavada).
- 2- Cetária, Porto Brandão (reconhecida).
- 3- Unidade Fabril, Casa dos Bicos (escavada).
- 4- Unidades Fabris, BCP (escavada).
- 5- Cetária, Mandarin Chinês (reconhecida).
- 6- Cetária, Rua dos Fanqueiros (acompanhamento de obra).
- 7- Cetária, Rua dos Fanqueiros (escavada).
- 8- Cetária, Rua dos Correiros (escavada).
- 9- Cetária, Rua de S.Julião (em fase de acompanhamento de obra).

**FORNOS**

- A- Porto dos Cacos, Herdade de Rio Frio.
- B- Quinta do Rouxinol, Corroios.
- C- Garrocheira, Benavente.
- D- Porto Sabugueiro, Muge.

**Planta II.**



Dois aspectos do mosaico policromático encontrado na cave da futura sede do BCP, Rua dos Correiros, Lisboa. O mosaico encontra-se integrado numa estrutura de banhos, ainda não totalmente escavada e que se situa na área anexa à zona fabril.

# DURATÓN, MUNICIPIO ROMANO. A PROPÓSITO DE UN FRAGMENTO INÉDITO DE LEY MUNICIPAL

por

Javier del Hoyo\*

**Resumen:** El artículo estudia el hallazgo de un pequeño bronce en la provincia de Segovia, perteneciente a un capítulo de la Ley flavia municipal no conocido aún. Al interés intrínseco de la pieza se añade que se trata del primer testimonio de ley municipal flavia encontrado fuera de la Bética, y puede servir para completar los estudios de la romanización de la submeseta norte de la Península Ibérica.

**Palabras clave:** Romanización. Epigrafía jurídica. Época flavia.

Con motivo de un paseo por la finca de Los Mercados, que dista aproximadamente 1 km de Duratón (Segovia), fue hallado en agosto de 1990 por un campesino<sup>1</sup> un fragmento de placa de bronce perteneciente a una tabla con texto jurídico, que parece corresponder a una ley municipal relativa al enclave romano de Duratón, que desde estos momentos puede considerarse ya documentalmente municipio romano<sup>2</sup>.

La pieza presenta una forma trapezoidal, casi triangular, y tiene una altura máxima de 5.5 cm, una anchura máxima de 4 cm y un grosor medio<sup>3</sup> de 0.16 cm. Vista de lado, muestra algunas ondulaciones que afortunadamente no entorpecen

---

\* Universidad Autónoma de Madrid.

<sup>1</sup> Agradecemos vivamente su amabilidad en todo momento al permitirnos fotografiar y estudiar la pieza, así como muy especialmente a D. Á. D'Ors quien, al conocer la pieza y hacer autopsia de la misma, nos ha ofrecido sugerencias de gran valor para la interpretación definitiva del texto.

<sup>2</sup> La situación de Duratón como municipio romano había sido ya señalada a propósito de *CIL* II 5095, y también en Alföldy, *ZPE* 27, 1977, 222 ss. y 100, 1994, 451 ss. Igualmente se conserva un posible testimonio de tribu Quirina en una inscripción empotrada en el ábside de la ermita de S. Frutos, distante unos seis km de Duratón, según reciente lectura de R.C. Knapp, *Latin Inscriptions from Central Spain* (Berkeley-Los Ángeles 1992) n. 313, 288-289.

<sup>3</sup> Nótese la extrema delgadez de la pieza en comparación con documentos análogos. La *Lex malacitana* (*CIL* II 1964) tiene 2,5 cm; la *Lex salpensana* (*CIL* II 1963) 0,7 cm; el senadoconsulto de *Italica* (*CIL* II 5523) 2,3 cm. Incluso los documentos con menos grosor como la ley municipal de Ampurias (Á. D'Ors, "Una nueva inscripción ampuritana" en *Ampurias* 29, 1967, 293 ss), la tésera de hospitalidad de Mulva (F. Collantes, y C. Chicarro, "Epigrafía de Munigua (Mulva, Sevilla)" en



la lectura del texto<sup>4</sup>. En el ángulo superior izquierdo presenta algunas deformaciones, que no parecen haber afectado a ninguna letra. Por el lado derecho ha sido seccionada verticalmente por un duro objeto cortante, de forma intencionada. Entre las líneas 3 y 4 muestra una grieta de 1.7 cm que se extiende horizontalmente de izquierda a derecha, pero que no afecta al texto ni a la pieza.

La cara epígrafa aparece en buen estado de conservación. El envés contiene algunas concreciones grumosas. En su estado actual pesa 22.87 gramos y se halla en propiedad del autor del hallazgo. Las letras son de buena factura, especialmente la M de la línea 2, y parecen corresponder a época flavia. Miden 0,8 cm, salvo la segunda I de la línea 5, que es un poco más alta (0,9 cm), y podría tratarse de la indicación de una I longa en una palabra como (*municipi*)ii (observación de Á. D'Ors). Tienen una caja, por lo tanto, un poco más alta que las letras de la mayoría de las copias de la ley flavia municipal halladas en la Bética, que suelen medir 5-6 mm<sup>5</sup>. Esto podría indicar, si el tamaño de las letras fue uniforme (pensemos en las variaciones sufridas en la tabla X de la *Lex irnitana* y en una de las tablas de la *Lex ursonensis*), que la *Lex municipalis* de Duratón ocupó más espacio global que las leyes de los municipios de los que tenemos noticia. Los espacios interlineales oscilan entre 0,2 y 0,3 cm, menores pues que los de otras tablas béticas<sup>6</sup>. Por no conservar letras de más de dos palabras en una misma línea, no presenta signos de interpunción.

Por tratarse de un hallazgo fortuito, y no dentro de una campaña sistemática de excavaciones, no es posible hablar de localización exacta ni de otras piezas dentro del mismo corte estratigráfico. Es de esperar que esta finca, que en su día proporcionó dos importantes epígrafes (*CIL* II 2764 y 2764a) y toda una serie de piezas de época romana<sup>7</sup>, sea objeto de una campaña sistemática de excavaciones que continúe las que A. Molinero realizó en los años '40 y '50 de este siglo y permita sacar a la luz nuevos fragmentos que completen la presente tabla<sup>8</sup>.

AEA 45-47, 1972-1974, 360-363), o la carta de Tito a los muniguenses (Á. D'Ors, "Epigrafía jurídica griega y romana VI (1957-1959)" en *Studia et Documenta Historia et Iuris* 26, 1960, 485 ss) tienen 0,4 cm. Tan sólo los *diplomata militaria* tienen tan poco grosor, entre 0,1 y 0,2 cm (cf. M. Roxan, *Roman Military Diplomas*, Londres 1985), algo lógico dado su carácter portátil. En el caso que nos ocupa puede deberse simplemente, en opinión de Á. D'Ors, a una situación económica más apurada del municipio de Duratón.

<sup>4</sup> La pieza apareció a flor de tierra en un campo de labrantío que es arado todos los años. Ha debido ser removida y golpeada en sucesivas ocasiones al ritmo de las distintas labores agrícolas.

<sup>5</sup> F. Fernández Gómez, "Nuevos fragmentos de leyes municipales y otros bronce epigráficos de la Bética en el Museo Arqueológico de Sevilla" en *ZPE* 86, 1991, 121-136 y taf. IV-IX. Así, por ejemplo, el modelo del municipio villonense (p. 122) y el fragmento que pudo servir de modelo de ley para copistas (p. 126).

<sup>6</sup> Cf. como ejemplo las tablas citadas en nota anterior.

<sup>7</sup> Véase A. Molinero, *Aportaciones de las excavaciones y hallazgos casuales (1941-1959)* al Museo Arqueológico de Segovia en *EAE* 72, 1971, 25 ss.

<sup>8</sup> Ya en el siglo XVI A. de Morales visitó la finca de Los Mercados e hizo notar que había ruinas de una ciudad romana, que debió de albergar a una población considerable a juzgar por las inscripciones

El texto presenta letras correspondientes a tan sólo 5 líneas, sin que podamos especificar a qué altura de la tabla corresponde el presente fragmento. A la izquierda de las letras conservadas no se perciben rasgos que indiquen la existencia de otras letras, por lo que el fragmento debe ser comienzo de tabla o de columna. La transcripción del texto es la siguiente:

.....  
Aug[  
Dom[  
3 [R] Aput[  
[II] vir[  
ii[

La secuencia *Aug / Dom* recuerda la titulación imperial de Domiciano con la que suelen cerrarse algunos capítulos en la *Lex flavia irnitana*. Por otra parte, en el margen izquierdo de la línea 3 conservada puede observarse una pequeña incisión oblicua que podría corresponder al trazo oblicuo de la *R* de *Rubrica* (R), con lo cual estaríamos ante un final de capítulo y comienzo de otro. La línea 4 presenta dos letras bien visibles: VI. A su derecha pueden observarse dos trazos horizontales que podrían corresponder al arranque superior curvo y al remate inferior del trazo vertical de una R, rasgos similares a los de la R del fragmento conservado de la ley municipal de *Ostippo*<sup>9</sup>. En esta misma línea, a la izquierda de la V se observa igualmente en la parte superior un pequeño trazo horizontal que podría corresponder muy bien al trazo superior de una I, o incluso -por la altura a la que se encuentra- al trazo horizontal que se graba sobre las dos II para indicar la palabra *duoviri*. La fragmentación de la placa ha debido coincidir con el 2º trazo vertical de II, a juzgar por el espacio del que se dispone. En la línea 5 la parte inferior de la segunda I presenta un corte que coincide con su trazo vertical, aunque no impide su lectura. La segunda I, como dijimos, parece una I longa. A la izquierda de la primera I hay espacio aproximadamente para dos letras.

A tenor de ello y, puesto que se menciona a los duóviro en la línea 4, el capítulo que comienza debía hacer referencia a ellos, aunque no sería el primero en relación con los duóviro, pues en ese caso estaría encabezado con la *Rubrica*

---

y estatuas aparecidas (cf. Morales, *Antigüedades de las ciudades de España que van nombradas en la crónica, con la averiguación de sus sitios y nombres antiguos. Con un discurso general, donde se enseña todo lo que a estas averiguaciones pertenece para bien hazerlas y entender las antigüedades*. Alcalá de Henares 1575 (cit. en *CIL* II 2764a) f. 58.

<sup>9</sup> Véase foto en el catálogo de *Los bronceos romanos de España* (M<sup>o</sup> de Cultura. Madrid 1990) 6, p. 166. Para un estudio de la pieza, A. Marcos Pous, "Ley municipal de *Ostippo*" en *Corduba Archaeologica* 12, 1982-1983, 41 ss. Nueva lectura de J. González recogida en *HEp* 4, 1994, 319.

*De iure et potestate duovirorum*<sup>10</sup>, siguiendo un paralelismo con los capítulos XIX y XX, [*De iure et potestate aedilium*] y *De iure et potestate quaestorum* respectivamente. Es lógico que dada la importancia del cargo, se dedicara más de un capítulo a hablar de esta magistratura. Podemos conjeturar, pues, que estos dos capítulos, no conservados en las tablas que hoy conocemos de la *Lex flavia irnitana* son probablemente los XVI y XVII, o bien XVII y XVIII. Sólo el hallazgo de las dos primeras tablas de la *Lex flavia irnitana* podría confirmarnos con exactitud su colocación.

La reconstrucción del fragmento, por tanto, podría ser:

[*divi Aug(usti), Ti(beri) Iuli Caesaris Aug(usti), imp(eratoris) Galbae Caesaris Aug(usti), Ti(beri) Claudii Caesaris Aug(usti), imp(eratoris) Vespasiani Caesaris*]

*Aug(usti), imp(eratoris) Titi Caes(aris) Vespasiani Aug(usti), imp(eratoris) Caes(aris)*]

*Dom(itiani) Aug(usti), pont(ificis) max(imi), p(atris) p(atriciae), fiat, iis ius potestasque esto*]

3 [*R(ubrica)*] *Aput [II viros - - -]*

[*III vir[i—]*]

[*cip?*] *II [—*

Esta reconstrucción nos da un número de 33 y 40 letras<sup>11</sup> para las dos primeras líneas respectivamente, que son las únicas que podemos recomponer completamente siguiendo la redacción del documento irnitano, lo que indica que la anchura de columna era menor que en la ley correspondiente a este municipio, donde un texto similar se distribuye en torno a los 55 caracteres por línea, algo normal si tenemos en cuenta que en el fragmento que estamos considerando las letras son más grandes.

El hallazgo de la presente pieza reviste gran importancia por reconocer que Duratón, que ya ha dado un importante conjunto epigráfico con más de veinte piezas<sup>12</sup>, fue municipio romano, como lo atestigua la posesión de un estatuto

<sup>10</sup> Á. D'Ors ya había hablado a propósito de la *Lex irnitana*, que entre los 18 primeros capítulos perdidos, habría varios que se referirían a los duóviro, sin poder especificar cuántos ni cuáles, aunque serían los inmediatamente anteriores al XIX, que habla de los ediles (v. Á. D'Ors y Javier D'Ors, *Lex irnitana (texto bilingüe)*, Stgo. de Compostela 1988).

<sup>11</sup> Esta pequeña variación entre líneas no es anormal; puede deberse a los mayores o menores espacios interliterales, a las posibles abreviaturas de los distintos elementos del sistema onomástico de la familia imperial, *Caesaris* / *Caes(aris)* por ejemplo, al número de signos de interpunción en relación con la cantidad de palabras existente, y a la mayor o menor presencia de letras estrechas (I) o anchas (M) dentro de una misma línea.

<sup>12</sup> *CIL* II 2763-2771 y 4967; *EE* IX 431; A. Molinero Pérez, *Aportaciones de las excavaciones y hallazgos casuales (1941-1949) al Museo Arqueológico de Segovia* en *EAE* 72, 1971, 25, 29, 35, 49, 71 y 91; G. Alföldy, "Eine römische Inschrift aus Duratón in der Hispania Citerior" *ZPE* 27, 1977, 222-228; S. Crespo, "Segovia y la sociedad de época romana: las fuentes epigráficas" en *Durius* 6,

municipal. Sería probablemente uno de los muchos municipios que se vio beneficiado con el *ius latii* otorgado por Vespasiano en el año 73/74, que hasta ahora no había mostrado claras señas de identidad como municipio flavio, y que debe añadirse a la lista de los conocidos en Hispania<sup>13</sup>. Como bien expusiera Knox MacElderry a comienzos de siglo<sup>14</sup>, “muchos más municipios de los conocidos como flavios debieron de serlo”. En efecto, el hallazgo de distintos fragmentos de bronce con textos correspondientes a una ley flavia municipal está sacando a la luz municipios que eran hasta ahora totalmente desconocidos<sup>15</sup>.

La epigrafía de Durátón, municipio que ya había dado muestras de tratarse de una población con un cierto grado de urbanización, como lo demuestra la presencia de unas termas (dedicación *Fortunae Balneari* llevada a cabo por un soldado de la *Legio II adiutrix*<sup>16</sup>), y cierta organización municipal, como lo atestigua la presencia de un *sevir*<sup>17</sup> en el 191 d.C.<sup>18</sup>, queda ahora enriquecida por este fragmento de ley municipal, en el que se habla de la máxima magistratura municipal. Por Durátón debió de pasar una importante calzada romana, aunque no aparezca en los *Itineraria Antoniniana*, según intenta demostrar R.C. Knapp<sup>19</sup>. Seguimos, sin embargo, sin conocer el antiguo nombre del municipio, aunque parece claro que no debe identificarse con *Nova Augusta*, como recientemente ha querido probar el propio R.C. Knapp<sup>20</sup>, ya que ésta podría situarse más al norte,

---

1978, 179-219; F. Marco Simón, *Caesaraugusta* 43-44, 1978, 173; M.E. Arribas, *Fuentes de Segovia antigua* (Mem. de Licenciatura. UCM. Madrid 1983) nn. 4, 5, 7, 50, 51, 52, 53, y 61 a 71; J. Santos Yangüas y A. Hoces de la Guardia, “Inscripciones romanas de Segovia. I: Inscripciones inéditas” *Veleia* 6, 1989, 231-233; la reciente monografía de R.C. Knapp, (v. citado en nota 2) 268-311, que recopila y estudia 22 epígrafes, 2 de ellos inéditos hasta ese momento (v. la interesante reseña del libro hecha por J. Gómez-Pantoja, “La epigrafía de Hispania Central (Madrid, Ávila, Segovia)” en *JRA* 1994, en prensa, a quien agradecemos su amabilidad al adelantarnos el original).

<sup>13</sup> Sobre la posible adscripción a la tribu *Quir(ina)* de un ciudadano, a partir de una inscripción empotrada en la ermita de S. Frutos, ya hablamos en nota 2. Cf. R. Wiegels, *Die Tribusinschriften der römischen Hispanien. Ein Katalog*. Berlín 1985.

<sup>14</sup> “Vespasian’s reconstruction of Spain” en *JRS* 8, 1918, 76.

<sup>15</sup> No sólo *Irni* y un posible *Villo* del que habla J. González a propósito del *fragmentum villonensis* (*Bronces jurídicos romanos de Andalucía*, Sevilla 1990, p. 129), sino el que más recientemente A. Caballos ha identificado en El Cortijo de los Cosmes, cercano a la antigua colonia romana de *Astigi* (“Un nuevo municipio flavio en el conventus Astigitanus” en *Chiron* 23, 1993, 157-169, donde el pequeño fragmento ha sido identificado con un pasaje del cap. LXXIX de la *Lex irnitana*).

<sup>16</sup> *CIL* II 2763.

<sup>17</sup> No *sevir augustalis* como interpreta Knapp, *op. cit.* en nota 2, p. 262 y 274. Estimamos que existían ciertas diferencias entre uno y otro cargo (Véase R. Etienne, *Le culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d’Auguste au Dioclétien*, París 1958, 251-281; R. Duthoy, “Les Augustales” en *ANRW* II, 16.2, 1254 ss), si bien J.M. Serrano los identifica (*Status y promoción social de los libertos en Hispania romana*, Sevilla 1988, 97-186) e incluye el de Durátón en el mapa de *Augustales* (170-171).

<sup>18</sup> Alföldy 1977, 222-228.

<sup>19</sup> *Op. cit.* en nota 2, 263.

<sup>20</sup> *Ib.*

en concreto en Lara de los Infantes<sup>21</sup>.

Por otra parte, este fragmento resulta importante para el estudio de la romanización de la submeseta norte hispana, puesto que es la primera vez que aparece un testimonio de ley flavia municipal fuera de la Bética<sup>22</sup>. Lo cierto es que dado por Domiciano un modelo de ley para los municipios flavios de Hispania<sup>23</sup>, muchas ciudades debieron de hacerse con una copia adaptada a su número de habitantes, necesidades, etc.

Sirva esta breve presentación de la pieza para posteriores estudios más completos.

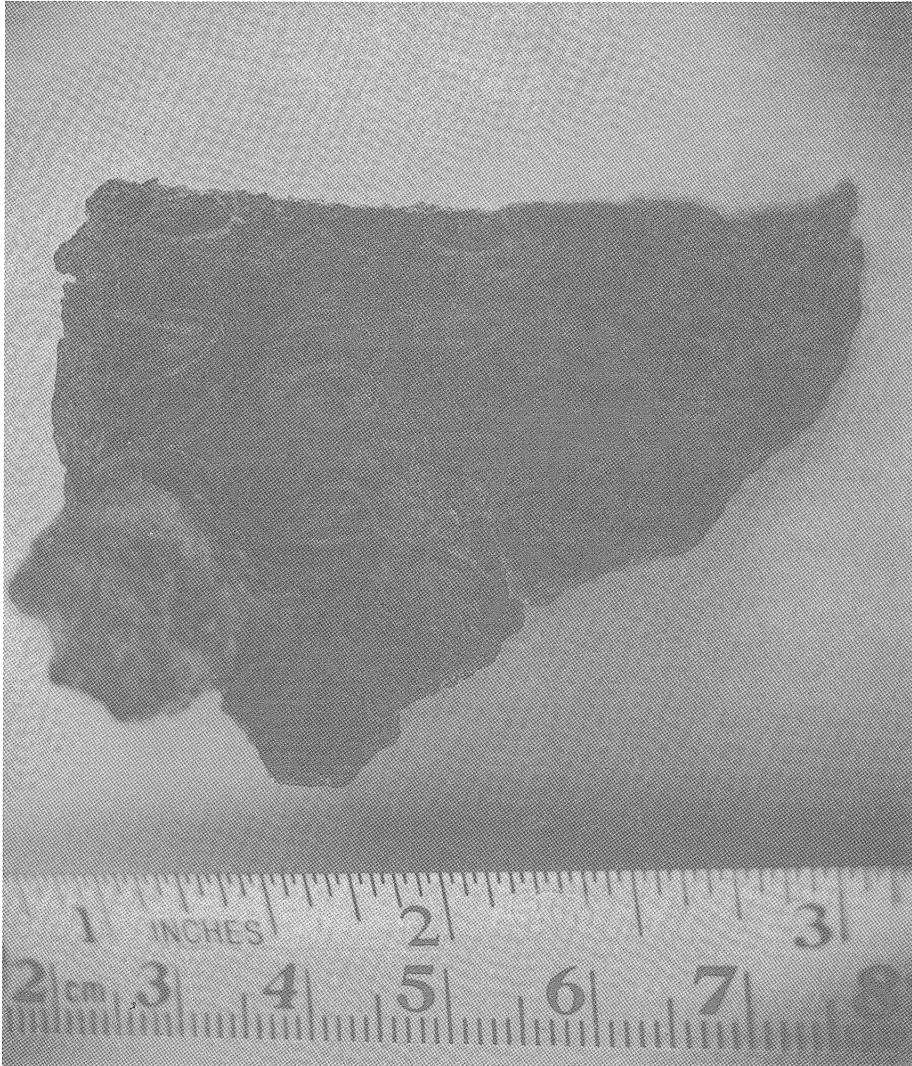
---

<sup>21</sup> H. Gimeno y M. Mayer, "Una propuesta de identificación epigráfica: Lara de los Infantes/Nova Augusta" en *Chiron* 23, 1993, 313-321.

<sup>22</sup> El fragmento de ley municipal de Ampurias correspondería a una época augustea, aunque sea copia de época flavia (Á. D'Ors, *op. cit.* en nota 3). Por otra parte, en esta zona de la submeseta norte sí han aparecido documentos de carácter jurídico escritos en bronce, pero no se trata en ningún caso de leyes municipales, sino *tabulae patronatus*, téseras de hospitalidad y otros tipos de documentos. Así en Clunia, P. de Palol y J.A. Arias Bonet, "Tres fragmentos de bronce con textos jurídicos hallados en Clunia" *BSAA* 34-35, 1969, 313-319; *CIL* II 5792 y *Clunia II: La epigrafía de Clunia* en *EAE* 150, Madrid 1987, nn. 114-118; *CIL* II 5763 hallada en Palencia; Vives, *ILER* 5763 y 5764 de Herrera de Pisuerga (Palencia); *CIL* II 2663 en Astorga; G. Bravo, "Inscripción jurídica hallada en Monteverde de Campos (Valladolid)" *Gerión* 3, 1985, 309-315.

<sup>23</sup> Esta idea ha sido negada recientemente de forma total en una monografía sobre el tema (F. Lamberti, "*Tabulae irnitanae*". *Municipalitè e "ius Romanorum"*, Napoli 1993) donde desde el título (se intenta evitar ya la palabra *lex*) se niega la existencia de una *Lex Iulia municipalis* dada por Augusto y una *Lex Flavia municipalis* acomodada por Domiciano para los municipios hispanos (v. al respecto la interesante reseña de Á. D'Ors en *Labeo. Rassegna di diritto romano* 40.1, 1994, 89-102). La teoría de Lamberti parece demasiado arriesgada, pues -de aceptarse- quedarían muchos puntos sin resolver, como el posible modelo de ley municipal publicado por F. Fernández en *ZPE* 86, 1991, 126.

Est. I



# LA CIUDAD TARDÍA EN HISPANIA: PROBLEMAS METODOLÓGICOS\*

por

Adela Cepas Palanca

**Resumen:** La decadencia urbana en época tardía es una hipótesis generalmente admitida por la bibliografía. Sin embargo, el análisis del material y la complejidad del tema muestran que todavía existen grandes vacíos en la investigación arqueológica que impiden, por el momento, apoyar esta hipótesis.

**Palabras clave:** Siglo III. Ciudad romano-tardía. Arqueología Urbana.

## 1. INTRODUCCIÓN: LA CRISIS DE LA CIUDAD VISTA POR LOS HISTORIADORES MODERNOS

Hasta hace poco tiempo, la crisis y decadencia de la ciudad en el Bajo Imperio era una hipótesis indiscutible y aceptada tanto por historiadores como por arqueólogos. Hay tres aspectos de esta hipótesis en los que merece la pena detenerse: ciudad, decadencia y Bajo Imperio.

Empecemos por el concepto de ciudad. No es este el momento de disertar sobre qué es la ciudad romana o en qué medida es diferente de la medieval o de la moderna. Tan sólo me interesa destacar aquellos aspectos sobre los que existe un consenso generalizado entre los investigadores.

En primer lugar, la *civitas* constituye el núcleo esencial o estructura celular, base de la administración que, como tal continuó funcionando durante todo el período imperial. Esta unidad básica está formada por dos elementos: el núcleo

---

\* Este trabajo forma parte de mi Tesis Doctoral: "*Crisis y continuidad en la Hispania del siglo III*" en donde se recoge material, bibliografía y problemática sobre este tema.

urbano propiamente dicho y el territorio circundante que depende jurídicamente del centro urbano. El núcleo urbano de la *civitas* actúa como centro de cohesión social, aglutinante de una élite social y lugar en donde se desarrolla el gobierno local, el culto público y las actividades y comerciales. El territorio acoge a una población rural dispersa y estructurada en asentamientos de diversa categoría dependientes del núcleo urbano. Sin embargo, lo que es teoría en cualquier manual de historia de Roma contrasta considerablemente con los datos que aparecen tanto en las memorias de excavaciones, como en las síntesis históricas. En su mayor parte, estos estudios centran su punto de interés en la planificación e infraestructura de las ciudades del Imperio. Pero, el estudio de la ciudad se polariza en el núcleo urbano propiamente dicho, que se llega a identificar con la totalidad de la *civitas*<sup>1</sup>.

En segundo lugar, los conceptos de Decadencia y de Bajo Imperio. La especialización de historiadores y arqueólogos ha contribuido en gran medida a separar Alto y Bajo Imperio. La expansión territorial y auge económico propios de los siglos I y II se contraponen con la crisis y decadencia del Bajo Imperio. Según estos presupuestos, en el período tardío, la ciudad junto con el resto de las instituciones alto-imperiales, entra en un proceso de declive y decadencia. Tradicionalmente, este proceso tiene sus comienzos en la llamada "crisis" del siglo III, momento a partir del cual se inicia la Romanidad Tardía.

La bibliografía contemporánea de la Península Ibérica, especialmente española, mantiene que durante este siglo, la historia peninsular, de la misma forma que la del resto del Imperio, está caracterizada por una profunda decadencia. Diversos enfoques desde presupuestos y metodologías distintas, que abarcan desde el tradicional análisis de las fuentes literarias, hasta interpretaciones teóricas marxistas y antropológicas coinciden en que una de las principales consecuencias de esta crisis es el declive de lo que hasta ese momento había sido el eje político y social: la ciudad, como centro alrededor del cual se organiza la vida política, económica, religiosa, cultural y social de sus habitantes.

La primera interpretación histórica de este período se desarrolla en las décadas de los años cincuenta y sesenta, momento en el que surge lo que se podría denominar "escuela tradicional", representada por Taracena<sup>2</sup>, Tarradell<sup>3</sup>, Balil<sup>4</sup> y

<sup>1</sup> E.J.Owens, *The city in the Greek and Roman World*. Londres, 1991, p. 121 y ss.

<sup>2</sup> B.Taracena, "Las invasiones germánicas en España durante la segunda mitad del s.III d.C.", *I Congreso Español de Estudios Pirenaicos* (San Sebastián, 1950). Zaragoza, 1952, vol.6, sec.5, p. 37-45.

<sup>3</sup> M.Tarradell, "Sobre las invasiones germánicas del siglo III después de J.C. en la Península Ibérica", *Estudios Clásicos* 3, nº15 (1955) p. 95-110; Id. "Problemas cronológicos de las invasiones germánicas del siglo III después de J.C.", *IV Congreso Nacional de Arqueología* (Burgos, 1955). Zaragoza (1955-56) p. 231-239; Id. La crisis del siglo III d.C. en Hispania: algunos aspectos fundamentales", *I Congreso Español de Estudios Clásicos* (Madrid, 1956). Madrid, 1958, p. 263-75.

<sup>4</sup> A. Balil Illana, "Las invasiones germánicas en Hispania durante la segunda mitad del siglo III



Blázquez<sup>5</sup> para quienes los textos escritos constituyen la principal fuente documental. Según esta corriente de investigación, son motivos políticos los causantes de la decadencia de la ciudad: invasiones de pueblos germanos y el consiguiente desmoronamiento del poder central. Esta supuesta crisis es en principio pasajera ya que, según estos mismos autores, se produjo una cierta recuperación en el siglo IV gracias al fortalecimiento del poder imperial a partir de Diocleciano.

Frente a los planteamientos de esta escuela surgen en los años setenta y principios de los ochenta, nuevas metodologías basadas fundamentalmente en la aplicación de teorías procedentes de la escuela antropológica anglosajona y de la escuela marxista. Ambas metodologías mantienen en común el mismo concepto de crisis como algo característico del período tardío, pero difieren sustancialmente en sus argumentaciones.

La escuela antropológica no centra su objeto de estudio en el análisis de la crisis, proceso histórico que no cuestiona, sino en el alcance que tuvo en las distintas provincias del Imperio. El principal argumento utilizado en la exposición del problema es el grado de Romanización, de tal forma que la crisis es mayor o menor según sea mayor o menor el grado de Romanización de cada zona<sup>6</sup>.

Por el contrario, la escuela marxista postula la existencia de una crisis generalizada, que en último término es de carácter económico y nace de las transformaciones del sistema de propiedad y de producción característicos de la antigüedad: la esclavitud. La verdadera causa de la decadencia, no radica tanto en conflictos políticos internos o externos, que pasarían a ser consecuencias, sino en la transformación de la producción y circulación de productos, actividad que se desarrolla en la ciudad, entendida ésta como centro económico y social, aglutinante del modo de producción esclavista<sup>7</sup>.

Hacia la mitad de los años ochenta y en la década actual se empieza a poner en duda que la brecha entre ambos períodos sea tan grande como se ha querido ver hasta ahora y, a dudar también de que la Edad Media esté tan cercana a la

---

d.C.", *Cuadernos de Trabajo de la Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma*, 9 (1957) p. 97-143; Id. *Hispania en los años 270 a 300 d.C.*, *Emerita* 27.2 (1959) p. 269-95; Id. "Las invasiones germánicas en Hispania durante la segunda mitad del siglo III d C.", *Anales de Historia Antigua y Medieval* (1959) p. 49-91.

<sup>5</sup> J.M<sup>o</sup> Blázquez, *Estructura económica y social de España durante la anarquía militar y el Bajo Imperio*. Madrid, 1964; Id. J.M., "La crisis del siglo III en Hispania y Mauritania Tingitana", *Hispania* 28 (1968), p. 5-37.

<sup>6</sup> Ju.B. Tsirkin, *The crisis of antique society in Spain in the third century*, *Gerion* 5 (1987) p. 253-70; J. Urruela, *Romanidad e indigenismo en el norte peninsular a finales del Alto Imperio. Un punto de vista crítico*. Madrid, 1981.

<sup>7</sup> J. Fernández Ubiña, (1978), *Del Esclavismo al colonato en la Bética del siglo III*, *Memorias de Historia Antigua* 2 (1978) p. 171-9; Id. *La crisis del siglo III en la Bética*. Granada, 1981; F. López Serrano, (1988), *Crisis urbana y dinámica social en la Bética del siglo III y Bajo Imperio*, I Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986). S. de Compostela, 1988, p. 265-76.

Antigüedad Tardía porque, aunque es a partir de este momento cuando se empiezan a fraguar cambios importantes, gran parte de las instituciones del Alto Imperio sobreviven en el Bajo<sup>8</sup>.

Frente a la concepción estática tradicional de la Antigüedad Tardía como un período de decadencia de la *civitas*, nuevas perspectivas tienden a hacer una lectura más dinámica e interpretan este período como un momento de transformación de estructuras anteriores y de nacimiento y desarrollo de una nueva organización política y social que con el tiempo termina por reemplazar a la anterior. En los planteamientos teóricos que configuran estas nuevas líneas de investigación, el análisis arqueológico tiene un papel predominante, aunque en absoluto exclusivo. Antes de aceptar que la *civitas* entra en un período de crisis y decadencia es necesario, en primer lugar, poseer un conocimiento lo más exacto posible de lo que conocemos de la parte urbana de la ciudad antigua y, en segundo lugar, entender cómo funcionaba el conjunto ciudad-territorio.

## 2. CIUDADES CONOCIDAS Y SU PROBLEMÁTICA ARQUEOLÓGICA

La información que en la actualidad se posee sobre la ciudad romana en la Península Ibérica, carece del grado de precisión necesario para poder esbozar una evolución urbana que llegue a tener un cierto grado de verosimilitud. Esta falta de precisión está originada tanto por las características de cada yacimiento como por la datación del material arqueológico, en concreto del cerámico.

Los datos actuales se refieren a dos tipos distintos de ciudades. En primer lugar, hay un grupo bastante numeroso de núcleos urbanos que no ha tenido continuidad de ocupación en un período posterior a la etapa tardía. En la *Provincia Citerior* es el caso de *Emporiae*, *Lesera* y *Pollentia*, ciudades situadas en la costa mediterránea; de *Contrebia*, *Libia*, *Bilbilis* y *Beleia* en el valle del Ebro; *Numantia*, *Uxama*, *Clunia*, *Termes*, *Ercavica*, *Segobriga*, *Valeria* y *Castulo* en el centro peninsular; de *Conimbriga*, *Capera* y *Mirobriga* en Lusitania; y de *Mirobriga*, *Regina*, *Munigua*, *Italica*, *Baelo* y *Singilia Barba* en la Bética.

El grupo más numeroso está formado por ciudades que se encuentran bajo núcleos urbanos actuales. La mayor parte de las ciudades romanas de la costa mediterránea han seguido habitadas hasta la actualidad: *Baetulo*, *Barcino*, *Gerunda*, *Iluro*, *Tarraco*, *Dertosa*, *Saguntum*, *Valentia*, *Saetabis*, *Dianium*, *Ebussus*,

---

<sup>8</sup>J. Rich, ed., *The city in Late Antiquity*. Londres, 1992; J. Rich y A. Wallace-Hadrill, eds., *City and Country in the Ancient World*. Londres, 1992; A. Giardina ed., *Società Romana e Impero Tardoantico*. Laterza, 1986. Vol.1: *Istituzioni, Ceti, Economie*; Vol.3: *Le merci, gli Insediamenti*.

*Lucentum, Portus Illicitanus y Carthago Nova*; lo mismo se puede decir de las ciudades situadas al norte del Ebro y en zonas prepirenaicas como *Iesso, Ilerda, Osca, Iaca y Pompaelo*, así como las que jalonan el valle del Ebro: *Caesaraugusta, Calagurris y Gracurris*. De igual forma, en el norte y noroeste peninsular han continuado la mayor parte de los núcleos urbanos: *Flaviobriga, Legio VII, Asturica Augusta, Lucus Augusti, Bracara Augusta, Aqua Flavia* y Gijón. Por el contrario, de las ciudades romanas de la Meseta, sólo *Complutum y Toletum* han seguido siendo habitadas hasta la actualidad. En las provincias de Lusitania y Bética, se constata la continuidad de poblamiento en *Emerita, Ebora, Olisippo, Corduba, Hispalis y Gades*.

Los problemas inherentes a las excavaciones urbanas afectan a ambos tipos de yacimientos. Por lo que respecta a la primera tipología, las ciudades que no tuvieron una continuidad de poblamiento, se convirtieron tras su abandono en canteras de material constructivo con el consiguiente deterioro de los niveles arqueológicos.

La problemática arqueológica de la segunda es de todos bien conocida. Bien el casco antiguo coincide con el asentamiento romano, bien éste ha sido absorbido por la ciudad moderna como consecuencia de la expansión de urbana de muchas ciudades a partir de la década de los años cincuenta. Por otra parte, los rasgos propios de las ciudades romanas que han tenido una continuidad de ocupación hasta la actualidad condicionan en gran medida su estudio. Aunque el volumen de excavaciones sea grande, las características propias de la arqueología urbana abocan al hallazgo de fragmentos de la ciudad, a menudo inconexos entre sí y, que en la mayoría de los casos impiden obtener una apreciación global de las estructuras arquitectónicas, dificultando considerablemente su interpretación. A esta limitación hay que añadir el hecho de que los niveles tardíos han sido destruidos sistemáticamente por asentamientos posteriores. Dicho de otro modo, los estratos correspondientes a la ciudad medieval, moderna y contemporánea han penetrado en el subsuelo, rompiendo el registro arqueológico romano, lo que dificulta el hallazgo de materiales que atestigüen su utilización a lo largo de todo el Imperio. La desaparición de los estratos tardíos, ocasionada por movimientos de tierras realizados con posterioridad es un fenómeno habitual, constatado en varias ciudades como por ejemplo en *Osca, Baetulo, Dertosa, Saguntum, Hispalis, Corduba, Tarraco, Barcino, Carthago Nova, Emerita*, etc. Son muchos los edificios de los que sólo se puede documentar el período fundacional, por ejemplo el anfiteatro de *Ampurias*, los teatros de *Sagunto y Segobriga* o los circo de *Toledo y Mérida*, por lo que su pervivencia en época tardía hay que deducirla de una escasa presencia de materiales cerámicos y numismáticos, que aparecen en niveles superiores, generalmente revueltos. En consecuencia, esta aparente falta de materiales de los últimos siglos del Imperio contrasta con la abundancia y variedad

del material altoimperial, que se ha mantenido protegido por los estratos superiores.

Otra de las grandes limitaciones de la arqueología urbana es que las excavaciones se han centrado fundamentalmente en la parte urbana de la ciudad, prescindiendo completamente del territorio que la rodea. De esta forma, un sólo aspecto de la ciudad, el arquitectónico junto con el material cerámico asociado y el epigráfico, este último generalmente descontextualizado, se ha convertido en el principal criterio para el estudio del nacimiento y evolución de la ciudad.

Pero incluso dentro de la parte urbana la investigación se ha centrado en tres aspectos: en primer lugar, la parte monumental, es decir en el análisis del foro con sus edificios característicos: plaza, templos, basílica, tabernas y edificios públicos, como teatros, circos, anfiteatros o termas, que debido a sus dimensiones se han conservado mejor. En segundo lugar, y muy recientemente, se han tenido en cuenta otros aspectos como la delimitación del espacio urbano, trazado del recinto amurallado y localización de las necrópolis, llegando en algunos casos a esbozar el sistema viario, al menos las calles colindantes con el foro.

Por tanto, el objetivo principal de la mayor parte de la arqueología urbana ha sido la localización de grandes edificios, tanto de carácter público como privado (suntuosas *domus*), dejando totalmente de lado las áreas residenciales y artesanales situadas fuera del recinto foral. De tal forma que, si dejamos a un lado la parte monumental, es francamente difícil hacerse una somera idea de la estructura de cualquier ciudad romana y de su evolución. Habría que añadir que, por el momento, el territorio circundante a la ciudad es un campo de investigación nuevo, imprescindible para acometer cualquier estudio sobre la ciudad antigua.

### 3. INTERPRETACIÓN DEL MATERIAL ARQUEOLÓGICO

Partiendo de lo dicho anteriormente, una de las cuestiones que es necesario plantear es qué se puede deducir de la actual información arqueológica y qué limitaciones tiene la propia arqueología como fuente documental. Dicho con otras palabras, cuál es el nivel de sensibilidad que proporciona este tipo de documentación para llegar a un punto en el que las conclusiones resulten plausibles. Creo que es importante tener en cuenta estas limitaciones para evitar caer *a priori* en la fácil y manida explicación de decadencia y abandono de la ciudad tardía, a partir del siglo III. Me voy a detener en dos aspectos: uno material, la cerámica propia del momento y, otro arquitectónico, el trazado de los recintos amurallados.

El siglo III aparece como un hiato entre dos períodos relativamente bien documentados, ya sea por estructuras arquitectónicas o por el material cerámico

o numismático: por una parte, el Alto Imperio, especialmente el s.I, momento al que pertenece tanto el trazado de las ciudades como la construcción de los principales edificios públicos; y por otra parte, el Bajo Imperio, en concreto el siglo IV. Sin embargo, los elementos de datación a partir de los cuales los arqueólogos reconocen niveles propios del siglo III son problemáticos. Este período carece de una arquitectura monumental característica, por lo que la constatación del uso de un determinado edificio depende del material cerámico y numismático asociado a las estructuras arquitectónicas. En general, los períodos de florecimiento y decadencia se miden por la abundancia o escasez de materiales asociados a un determinado nivel. En la mayoría de las ciudades vistas, los niveles correspondientes al siglo III se caracterizan por una marcada falta de material cerámico atribuible con certeza a este período. Es un momento en el que todavía no han aparecido las cerámicas típicas del IV, tanto de fabricación hispana (*TSHT*), como de importación (*TSC D*); por otra, la cerámica típica del s.III, la *TSC C* de importación africana empieza a llegar a las costas mediterráneas a partir de la segunda mitad del siglo. La consecuencia es que durante los años 200-250/60 d.C., se siguen utilizando formas, de cerámica hispana (*TSH*) y, en especial cerámica común, que son propias del s.II. En la mayor parte de la Meseta y del Norte este proceso abarca todo el siglo. Es decir, nos encontramos ante un largo período de tiempo en el que la población urbana utiliza exclusivamente *TSH* y cerámica común, esta última de muy difícil datación. En muchos yacimientos, si no existe ningún otro elemento cronológico, como el numismático, la tendencia general es datarlos en el siglo II, ya que la escasez es acorde con el período de crisis.

La construcción de recintos amurallados en época tardía y la reducción del perímetro de los existentes con anterioridad, dejando extramuros parte del recinto urbano, es una de las características que desde un punto de vista arqueológico se han detectado como consecuencia directa de la nueva situación creada por las invasiones de pueblos germanos o por la crisis económica<sup>9</sup>.

Por otra parte, las murallas constituyen uno de los principales elementos urbanísticos de la ciudad tardía. Pero, por lo que sabemos en la actualidad sobre la ciudad antigua en Hispania, sería un error admitir que las murallas son un fenómeno urbanístico exclusivo del Bajo Imperio ya que la mayor parte de las ciudades hispanas tuvieron recintos amurallados desde su fundación y sólo algunas se remodelan posteriormente.

---

<sup>9</sup> Vid. Carmen Fernández Ochoa y Angel Morillo Cerdán, "Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica. (Primera parte)", *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, vol.18 (1991) p. 227-59; *Ibid.* vol.19 (1992) p. 319-60; los dos trabajos constituyen una reciente recopilación de las fortificaciones tardías.

No hay en la Península recintos amurallados que se puedan fechar con certeza dentro del siglo III y, tanto la construcción de nuevas murallas, como la reconstrucción y reparación de recintos fundacionales es posterior. A partir de un momento fechado de forma indeterminada entre la última década del siglo III y la primera mitad del IV se fortifican algunas ciudades de la Meseta y del norte peninsular: *Termes, Veleia, Asturica, Bracara, Lucus Legio VII* y Gijón. El resto de los recintos documentados son reparaciones o adaptaciones de las primitivas murallas fundacionales: *Gerunda, Barcino, Tarraco, Caesaraugusta, Emerita y Conimbriga*. Las murallas de *Baetulo, Emporiae, Bilbilis, Clunia, Belo, Italica* y *Munigua* son de época fundacional y no hay evidencia de que fueran reparadas o remodeladas posteriormente, lo que coincide con el hecho de que estas ciudades entran en decadencia ya desde el siglo II.

La interpretación que se ha hecho del material cerámico y de las fortificaciones tardías ha servido para construir un proceso histórico: la crisis del siglo III y de la Antigüedad Tardía en general. La falta de material cerámico se ha utilizado para mostrar una supuesta decadencia económica y la construcción de recintos amurallados ha servido a su vez para respaldar una supuesta inseguridad política. Nos parece que es necesario manejar más variables para poder empezar a entender el funcionamiento de la ciudad romana y poder llegar a tener una idea más precisa sobre su evolución.



# LISBOA MUÇULMANA. UM ESPAÇO URBANO E O SEU TERRITÓRIO\*

por

Cláudio Torres\*\*

**Resumo:** A cidade islâmica de Lisboa, pólo agregador de um vasto território de boas terras e águas mansas, atingiu no século XI um desenvolvimento urbano sem paralelo no Garbe al-Andalus. A sua localização, traçado e topografia, denunciando as suas origens mediterrânicas, fazem antever uma vocação atlântica em simbiose com os mares do Norte.

**Palavras-chave:** Lisboa islâmica. Continuidade mediterrânica. Al-Andalus.

A arqueologia do Al-Andalus tem sido fundamentalmente uma arqueologia da cidade. Da cidade, como marco definitivo das civilizações mediterrânicas. Nos últimos tempos, porém, e por virtude dos estudos pioneiros da equipa de Miquel Barceló, o camponês e o trabalho da terra, começam a afirmar-se como intervenientes e mesmo actores principais de uma relação económica e cultural que, finalmente define a forte dependência e interacção dos mundos rural e urbano na civilização andalusá.

Seria impensável a rápida afirmação e crescimento da cidade de Lisboa, a partir de finais do primeiro milénio, sem compreender a importância e riqueza do seu termo.

## I. UM TERRITÓRIO

O Cabo da Roca com as suas alcantiladas arribas batidas pelo vento, hoje apenas ponto simbólico do extremo ocidental da Europa, foi na antiguidade um limite para os navegadores mediterrânicos que arriscavam dobrar o cabo de São Vicente. Para norte, estendia-se um mar inseguro e uma costa agreste e brumosa

---

\* Texto publicado na sua primeira versão no catálogo da exposição "Lisboa Subterrânea", Lisboa, 1994, pp. 80-85.

\*\* Campo Arqueológico de Mértola.



onde os abrigos de Óbidos ou Alcobaça, já em processo de assoreamento na alta Idade Média, apenas acolhiam populações lagunares que pouco se aventuravam no mar aberto. Protegidos por este promontório que se alonga nas praias amenas do Estoril, abrem-se e penetram profundamente pela terra dentro os dois estuários do Tejo e do Sado, formando no seu conjunto um vasto e sinuoso mar interior. Desde os limites navegáveis do Tejo, para além de Abrantes, até ao alto Sado em Porto de Rei, incluindo as duas grandes enseadas de Cascais e de Sesimbra, este pequeno mediterrâneo espraiado por mais de cinco mil quilómetros quadrados de águas mansas formava a rede de artérias vitais do termo de Lisboa. Um dia curto de navegação a favor da maré bastava para perfazer os 80 quilómetros que separam Santarém ou Coruche do Mar da Palha. Uma rápida *canoas ou varinos*, sem ter de se fazer ao mar para contornar o perigoso cabo Espichel, levaria o mesmo tempo a atingir Alcácer do Sal, seguindo pelos esteiros do interior que por essa altura ainda ligavam os sapais da Moita - Montijo às praias do Sado. Uma extensa rede de vias fluviais com algumas incursões fora da barra, ligava estreitamente e nunca a mais de um dia de viagem, a cidade de Lisboa a uma série de outros centros urbanos dela dependentes económica e politicamente. Podemos citar, entre outras, Tomar, Torres Novas, Abrantes, Santarém, Coruche, Alenquer, Almada, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal e Sines - Santiago do Cacém. Excluindo a cidade de Santarém, que no século XI poderia alcançar os 4 mil habitantes, e Alcácer, com um pouco mais de 2.000, as outras povoações, embora atingindo raramente o milhar de cidadãos, administravam a região certamente mais densamente povoada de todo o Garb-al-Andalus.

Além deste complexo sistema fluvial, Lisboa era também a plataforma natural de encontro e redistribuição de uma série de grandes vias terrestres já utilizadas durante o Império Romano. A estrada do Norte partia da zona portuária do actual Rossio, atravessava os campos e hortas de Alvalade — cujo topónimo *albalat* significa em árabe *o caminho* — dirigindo-se a Santarém, com passagem por Arruda. Da antiga Scalabis, utilizando a calçada romana de Tomar, seguia para Coimbra, Gaia e Braga. Duas outras importantes estradas convergiam na margem esquerda do estuário do Tejo, provavelmente em Alcochete. Uma delas, vinda do extremo sul, com origem em Mértola e Beja divergia para Alcácer ou seguia directamente para Évora onde entroncava na calçada principal oriunda de Mérida e Badajoz. Esta grande estrada Leste-Oeste, por alturas do actual Montemor o Novo, bifurcava-se em dois ramais: um que prosseguia em direcção ao Mar da Palha, e um outro que se encaminhava aos portos fluviais de Coruche e Santarém. Além destas vias principais, desdobrava-se um denso reticulado de caminhos secundários convergentes em Lisboa com destaque para um outro eixo norte-sul que até há pouco mais de uma centúria, era ainda a grande artéria de escoamento

agrícola de Leiria, Alcobaça, Óbidos, e Torres Vedras. Num arco mais reduzido de 30 a 40 quilómetros e onde podemos incluir as terras férteis de Mafra, Malveira, Sintra e Colares, pequenas veredas eram percorridas por dezenas de muares que diariamente abasteciam com fruta e legumes frescos os mercados da capital.

O termo de Lisboa, devido a esta complexa e eficaz rede de comunicações terrestres e fluviais, parece ter sido bastante extenso em época islâmica. Em meados do século XII, quando da entrega da cidade e purificação da mesquita, o recém empossado bispo inglês Gislebert Hasthings passa a ter sob o seu domínio, além da cidade, todos os seus termos que vão do castelo de Alcácer ao de Leiria e do mar ocidental até à cidade de Évora. (Oliveira, 1936, p. 109).

Se a extensão territorial do termo de Lisboa era considerável, nos seus 15 mil quilómetros quadrados e com uma população peri-urbana a rondar os 40.000 habitantes, a sua riqueza não era menor. Por alturas do século XI, nenhuma outra cidade ou região do Garb-al-Andalus se lhe podia comparar em importância económica. Todos os autores árabes, desde al Razi do século X, até Edrisi do séc. XII, são unânimes em destacar as férteis terras de pão da *Balata* (Ribatejo), onde, desde Estrabão, as éguas emprenham com o vento; a frescura das hortas e jardins das terras saloias; o tamanho anormal dos melões de Almeirim ou das maçãs e pêras de Sintra.

A exploração do ouro retirado do Mar da Palha e das minas de Almada são também uma referência constante em todos os autores da época, assim como umas pedras semi-preciosas (a pedra judaica) e os açores da serra de Sintra.

Porém era das águas que vinha a maior riqueza. No seu relato da conquista de Lisboa, dizia Osberno - Ranulfo do rio Tejo: "*Há nele tanta abundância de peixe, que os habitantes acreditam que dois terços da sua corrente são de água e o outro terço de peixes*". (Oliveira, 1936, p. 58). De facto, os estuários do Tejo e do Sado, se excluirmos os últimos anos de poluição industrial, podem certamente comparar-se às maiores bolsas piscatórias da Europa.

Na Lisboa muçulmana, além do sempre citado âmbar, extraído do cachalote (em língua árabe este grande cetácio chamava-se precisamente *âmbar*), com utilização muito difundida na farmacopeia e cosmética da época, seria muito intensa a actividade pesqueira, dada a variedade de barcos, apetrechos e artes da pesca ajustadas a estas águas e que ficaram na nomenclatura naval e no vocabulário marítimo<sup>1</sup>. Aliás, seguindo uma velha tradição mediterrânica ainda vivaz em época islâmica, no estuário do Tejo várias embarcações conservaram antigos nomes de animais e mantinham em finais do século passado as mesmas formas e funções

<sup>1</sup> Entre os vocábulos ainda hoje geralmente utilizados, podemos citar entre tantos outros, o *arraís* e a *fateixa*. Para as artes da pesca, são bem conhecidas as *almadravas*, a *xávega* e a *tarrafa*.

de carga ou de pesca. Entre outros exemplos, destacam-se a *muleta* (pequena mula) com a sua forma e velame característicos, bem adaptada aos ventos instáveis do estuário e especializada nas artes da pesca por arrasto lateral, assim como a ágil *falua* (potra em árabe dialectal), que a sua enorme vela latina fazia chegar a todos os portos do interior.

Esta actividade pesqueira desenvolvera desde tempos antigos uma próspera indústria salineira representada em época romana pela própria designação de Salacia para a actual Alcácer do Sal. Dessa época e espalhadas pelas margens dos dois estuários, datam algumas dezenas de grandes salinas e várias centenas de tanques para o fabrico de salmoura. O peixe em pasta ou simplesmente salgado foi durante vários séculos, quase até aos nossos dias, uma importante mercadoria e apreciado alimento das zonas mais afastadas do interior. Descarregados em Coruche, Alenquer ou Tomar os potes e anforetas do peixe alimado, os cestos e seirões da sardinha salgada, as *catraias* e os *barcos de riba-Tejo* embarcavam, de regresso a Lisboa, além de rezes e gado miúdo para o abate diário nos açougues, cal, tijolo e telha para as obras da cidade, lenha e carvão para alimentar as forjas, ferrarias e fornos, armações de madeira, tabuado e breu para a construção naval.

Desde meados do século X, quando os califas omíadas reorganizam a sua marinha de guerra para responder aos ataques dos normandos, que há referência expressa a estaleiros navais no estuário do Sado. No entanto, não quer isso dizer que as tradições construtivas de barcos mercantes e de pesca não fossem anteriores a essa época. Devido à endémica escassez de boas madeiras no Mediterrâneo seriam certamente procuradas as matas de pinheiro manso que nessa altura rodeavam os dois estuários e, também, as boas madeiras de sobro e carvalho que desciam o Tejo. Aliás, na Lisboa muçulmana, ao fundo do esteiro que então chegava às imediações da Praça da Figueira, há notícia de estaleiros navais, as *Tercenas* (dâr-as-sinã), que no século XIV viriam a localizar-se à beira rio no local ainda hoje chamado de Arsenal.

## II. TOPOGRAFIA HISTÓRICA

Na história das cidades do Ocidente Mediterrânico e nomeadamente no Al-Andalus Ocidental, a viragem dos séculos IX e X é quase tão decisiva como a revolução urbana de finais do século III. Com um notável desenvolvimento comercial e maior segurança das grandes rotas marítimas com o Oriente, é sensível por todo o lado uma aproximação urbana das zonas portuárias. Como já sucedera anteriormente com o abandono de Itálica a favor de Sevilha, o mesmo acontece pelos finais do primeiro milénio com a escolha de Almeria em detrimento de

Pechina, ou de Coimbra às custas da moribunda Conímbriga.

Na bacia do Tejo o fenómeno é semelhante. Os caminhos da romanização destas terras do sol poente pouco arriscaram sobre as rotas oceânicas, optando quase sempre pelo interior, ao longo da pré-romana *Via da Prata*. Desta forma não admira que quase todas as grandes cidades romanas da Lusitânia tenham surgido viradas para o interior, onde se localizava Mérida, a sua capital. Assim sucedeu com Mértola, Beja, Évora, Moron e Scalabis-Santarém. Mérida, implantada neste eixo Norte-Sul, foi também o cruzamento de uma outra via que, bordejando o vale do Tejo ou navegando sobre as suas águas, vem desembocar nos grandes estuários do Ocidente. Em parte beneficiando da decadência do transporte terrestre dos minérios, que até ao século III, justificou as rotas do Norte, o interesse pelo eixo Leste-Oeste começa por manifestar-se no abandono da antiga e pré-romana Moron, (plausivelmente apertada na ilha de Almourol), com uma fixação em Scalabis, mais a jusante, ao encontro das grandes águas e marés do Tejo<sup>2</sup>. Durante muito tempo, foi Scalabis-Santarém a capital de todo o território dos estuários até que, no decurso dos séculos IX-X, Lisboa começa a afirmar-se como pólo regional.

Quando em meados do século IX os emires omeias de Córdova lançam as primeiras campanhas de centralização do poder, encontram no Garbe algumas cidades já consolidadas na sua autonomia, assim como vários e intermitentes movimentos regionalistas cujo paradigma é a família dos Ibn Marwan. Este poderoso clã familiar de *muladis* (convertos ao islamismo) certamente originário do povoado de Marvão<sup>3</sup> que durante quase cem anos impôs o seu movimento autonomista às zonas de Idanha, Évora e mesmo Alcácer do Sal, foi o fundador da cidade de Badajoz. Esta transferência para Oeste da futura capital Aftássida, confirma e acentua uma maior aproximação aos grandes estuários. A vizinha Mérida imperial, ao entrar nessa altura em decadência, acompanha o declínio das outras duas capitais de *conventus* do Ocidente, Pax Julia - Beja e Scalabis - Santarém. A partir do século XI todos os caminhos do interior convergem nos acessos ao mar, numa aproximação das grandes rotas de navegação marítima que, neste período da civilização islâmica ocidental, determinam o apogeu das cidades-

---

<sup>2</sup> Ao propôr a localização da mítica Moron na pequena ilha do Tejo, nas imediações de Tancos, baseio-me nas suas excepcionais condições defensivas, nas ressonâncias familiares do topónimo e principalmente nas evidências arqueológicas ainda perceptíveis apesar de uma intensa reutilização de materiais de construção nas obras templárias do século XII.

<sup>3</sup> Assim como o povoado de Marvão - de toponímia antiga - deve ter dado origem e nome a esta célebre família de senhores locais, também a antiga cidade de Ossónoba - Santa Maria - Faro, terá sido a terra de nascimento da família de conversos Ibn al Harun que, no século XI governa a região. Um caso semelhante terá ocorrido em Alcácer do Sal, cujo nome em época islâmica de Abidanis ou Budanis não deve, a meu vêr, ser relacionado com um antropónimo árabe, como tem sido afirmado e sim com a sua denominação pré-romana ainda hoje não esclarecida. Se nas regiões do Norte, de

-estado. É o tempo em que Lisboa começa a afirmar o seu poderio regional.

### III. A CIDADE

Se excluirmos os Maios ou Magos, como chamavam os andaluzes aos piratas normandos dos séculos IX e X e que, certamente, nunca escreveram as suas impressões de viagem, a memória dos primeiros olhares de um nórdico sobre Lisboa chegou-nos do suposto cruzado Osberno (provável clérigo Ranulfo de Granville) que acompanhou os vencedores durante as operações de cerco e conquista da cidade: *“Ao norte do rio está a cidade de Lisboa, no alto dum monte arredondado e cujas muralhas, descendo a lanços, chegam até à margem do Tejo, dela separado apenas pelo muro. Ao tempo que a ela chegámos, era o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa... tinha a cidade sessenta mil famílias que pagavam tributos, incluídos os dos subúrbios em volta, mas excluídos os homens que não estavam sujeitos à tributação de ninguém.”* (Oliveira, 1936, pp. 58 e 60)

Este normando chega certamente pela primeira vez a uma cidade do sul, a uma cidade mediterrânica e fica impressionado com a concentração arquitectónica e principalmente com o formigueiro de tantas e desvairadas gentes. Só desta forma é justificável o número exagerado de 60.000 famílias que pensava habitarem o aglomerado urbano.

Em meados do século XII, Lisboa não era, com certeza, uma cidade do tamanho e importância de Córdova, Sevilha ou Granada, porém, não há dúvida que desde inícios da anterior centúria, já era, claramente, o maior aglomerado populacional do Garb-al-Andalus. Apenas Coimbra e Badajoz com cerca de uma dezena de hectares muralhados e, talvez, Santarém com os seus arrabaldes da Ribeira e Alfange, atingissem os 4 ou 5 mil habitantes. As outras cidades principais do Garbe — Elvas, Alcácer, Évora, Beja, Aroche, Mértola, Silves e Faro — nunca ultrapassam os 7 hectares de perímetro urbano, com 2 a 3 mil habitantes. Em Lisboa, se juntarmos os 15 hectares de espaço intra-muros com os dois arrabaldes da Alfama e do Ocidente teremos um total aproximado de 30 hectares para a sua área urbana. Contando com um denso povoamento espalhado pelos subúr-

---

sedentarização urbana mais recente, a época feudal impôs a generalização de alguns fenómenos antroponímicos, nas zonas mediterrânicas, uma forte e tradicional implantação urbana, toma muito rara a mudança de nome das cidades. Quando tal ocorre, não há exemplo da adopção de um antropónimo. No Al-Andalus, quando da fundação de novas cidades - os dois únicos casos conhecidos são Almeria e Badajoz - e quando tudo permitia prevê-lo, os nomes escolhidos não se relacionam com os seus fundadores. Almeria vem da palavra árabe *al mariya* - a atalaia. Badajoz, adopta, aparentemente, um velho topónimo.

bios e beira-rio, não será descabido admitir uma concentração populacional a rondar as 20 ou 25. 000 pessoas. A Lisboa islâmica, no seu apogeu, aproxima-se dos grandes portos de Málaga e Almeria.

A estrutura urbana de Lisboa enquadra-se perfeitamente nas tradições mediterrânicas, tendo absorvido no seu emaranhado viário ou reutilizado para novas funções, os teatros, pórticos e plataformas artificiais da anterior cenografia imperial romana. Como nas outras cidades-porto semelhantes, são claramente perceptíveis os dois pólos geradores principais: no ponto mais elevado do cerro e sobre uma possível acrópole, refúgio dos antigos deuses e senhores, erguia-se uma alcáçova — palácio residência de uma elite de funcionários e militares. Na beira rio foi-se acumulando uma profusão de pescadores, artesãos e comerciantes, formando a cidade baixa. Se em povoados urbanos do mesmo tipo como Almeria, Alcácer ou Santarém, devido ao abrupto das encostas, os dois pólos geradores nunca chegam a unificar-se, nos casos de Coimbra e Lisboa a aproximação é facilitada pelo aproveitamento de uma plataforma central como pequeno *forum* — *suq* — mesquita e, finalmente, sé catedral. No caso de Lisboa, a fusão num único casco foi confirmada com os dois quilómetros de sólida muralha da chamada cerca moura.

A Alcáçova, com amuralhamento próprio, ocupava o topo da colina numa área de 4 hectares. Além dos paços do alcaide ou do senhor e dependências da sua corte, o resto do espaço, hoje bairro de Santa Cruz, seria ocupado pelas habitações de funcionários e militares.

A Medina do século XI, no seu apertado emaranhado urbano, seria, toda ela, bem povoada, embora certamente com maior densidade nas proximidades do rio. Diz Osberno - Ranulfo: "*Os seus edifícios estão aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre as dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura*" (Oliveira, 1936, pp. 60/61).

Da parte do Ocidente, nas imediações da grande mesquita saía-se da Medina pela monumental Porta Férrea e penetrava-se num outro labirinto urbano que descaía rapidamente pela encosta até ao esteiro que servia de porto de abrigo da cidade. Nos seus areais, carpinteiros e calafates construíam e reparavam embarcações. Ladeando os caminhos íngremes que davam acesso à Porta da Alfafa (do Postigo), sobre um possível templo funerário paleo-cristão, mais tarde substituído pela ermida de S. Mamede, deveria localizar-se um dos cemitérios cristãos-muçárabes da cidade.

Para os lados de nascente, a chamada Porta do Sol abria para o *almocavar* muçulmano que se estendia pelas encostas fronteiras de S. Vicente, certamente ladeando e sobrepondo-se a outras antigas necrópoles paleo-cristãs. Ainda da parte oriental, mas junto ao rio, uma grande torre albarrã protegia a porta da Alfama, onde se situavam as lojas dos prateiros e ourives, das sedas e brocados. Eram as *alcaçarias*, onde também eram cobradas as taxas alfandegárias. Aqui

começava um outro e populoso arrabalde.

A norte da cidade e fronteiro à Alcáçova, no actual cerro da Graça, então conhecido pelo topónimo de *Almofala* — do árabe *almahalla* que tanto pode significar acampamento como aldeamento ou bairro — não é improvável a existência de um outro arrabalde. A sua protecção estaria a cargo de uma torre atalaia erguida na colina da actual Penha de França e cujo topónimo medieval era *Alvorge*, ou seja torre ou pequeno forte — *bordj* em árabe. Nas vertentes das colinas de Almofala e de S. Gens — dada a sua persistência até finais do século XV — haveria, certamente, mais campos mortuários, um muçulmano e outro judaico.

Sobre estes bairros periféricos de Lisboa diz-nos o sempre atento clérigo normando: *“Ao sopé dos muros existem arrabaldes alcandorados nos rochedos cortados a pique, e são tantas as dificuldades que os defendem, que se podem ter em conta de castelos bem fortificados”*. (Oliveira, 1939, p. 60).

#### IV. CONCLUSÃO

A Lisboa muçulmana, em finais do século XI, era a mais importante cidade do Ocidente Ibérico e não era das mais pequenas de todo o al Andalus. No entanto, através das referências das crónicas árabes, nunca o seu papel político parece ter-se ajustado a essa imagem. Entre outros factores, creio que todo o Garbe — e de um modo particular a região de Lisboa — sempre beneficiou de uma certa autonomia em relação aos grandes centros de decisão política do al-Andalus. Desde as convulsões sociais e militares da primeira metade do século VIII, quando foi acelerado o processo de concentração de poderes sob o pendão muçulmano, que estas paragens do Ocidente, de Coimbra a Lisboa, parece terem acordado com os vencedores uma série de pactos de autonomia. Como sucedeu por essa altura na região de Múrcia (as antigas terras de Tudmir), os territórios do Garbe teriam mantido uma parte considerável dos seus poderes políticos e principalmente religiosos. Ainda em meados do século XII, quando o processo de islamização há muito fora concluído noutras cidades do Andalus, a população de Lisboa seria maioritariamente cristã. Supondo tratar-se de uma milagrosa conversão provocada pelo massacre em que foi vítima o próprio bispo da cidade, constatava Ranulfo - Osberno: *“...outros mouros, vivos, mas semelhantes a cadáveres, arrastavam-se por terra, e suplicantes abraçavam e beijavam o sinal da cruz e proclamavam boa a Santa Maria Mãe de Deus, de modo que em todos os seus actos e palavras, e até mesmo nos extremos da sua agonia, misturavam e proclamavam comovidamente: Maria boa, boa Maria!”* (Oliveira, 1936, p. 109). Para este observador privilegiado dos acontecimentos, este banho de sangue justificava-se pela demasiada liberalidade religiosa que era autorizada na cidade:

“A causa de tamanha aglomeração de homens era que não havia entre eles nenhuma religião obrigatória; e como cada qual tinha a religião que queria, por isso de todas as partes do mundo os homens mais depravados acorriam aqui como a uma sentina, viveiro de toda a licenciosidade e imundície”. (Oliveira, 1936, p. 61).

Até finais do primeiro milénio, Lisboa mantém uma evidente dependência dos caminhos do interior, onde ainda são dominantes as antigas cidades de Beja, Santarém e a recém-criada e já poderosa Badajoz. Porém as suas riquezas e prosperidade nunca deixam de ser alvo constante da cobiça dos povos do norte que, durante os séculos IX e X, saquearam várias vezes as suas hortas e aldeias, chegando mesmo, esporadicamente, a apoderar-se do casco urbano.

A partir do insucesso das pretensões centralizadoras do califato de Córdova e devido a um crescente intercâmbio marítimo entre o Mediterrâneo e o norte da Europa, Lisboa é uma das grandes beneficiárias das autonomias regionais do período das Taifas e atinge rapidamente as dimensões de uma grande cidade.

Desde sempre, terminus do mundo antigo e último porto de abrigo dos mares do sul, a cidade de Lisboa é também a primeira a abrir-se aos grandes oceanos de todas as tormentas. A partir do século XII, ao reverso de quase todas as outras cidades do al Andalus em que a “Reconquista” significou uma clara decadência urbana, Lisboa ganhou novo impulso com a pacificação das rotas marítimas de acesso ao Báltico. A Europa do norte, recém cristianizada, além do sal, necessita do vinho e do azeite para os seus rituais iniciáticos.

A partir dessa altura, a futura capital portuguesa, concentrando todas as vias fluviais e terrestres da sua região e em breve de todo o país, está apta a proceder à simbiose cultural e tecnológica entre o Norte e o Sul que permitiu e impulsionou a grande aventura da expansão quinhentista.

## BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

- Atti del Convegno Internazionale di Genova 1985*, Città Portuali del Mediterraneo, Sagep Editrice, Genova, 1989.
- Concejos y ciudades en la Edad Media Hispanica*, Fundacion Sanchez-Albornoz, Madrid, 1990.
- FERNANDES, Hermenegildo, Uma cidade no Imaginário Medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville, in *Estudos Medievais* N. 7, Porto, 1986.
- GARCIA, João Carlos, *O espaço medieval da reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1986.
- LOPES, David, *Páginas Orlisiponenses*, Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1968.



- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. 1, Das origens às revoluções liberais, Palas Editores, Lisboa, 1ª edição 1972.
- *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Ed. Presença, Lisboa, 1988.
- OLIVEIRA, José Augusto de, *Conquista de Lisboa aos mouros*, S. Industriais da C. M. L., Lisboa, 1936.
- PICARD, Christophe, *Les Mozarabes dans l'Occident ibérique (VIIIe-XIIIe siècles)*, in *Etudes Islamiques*, Tome LI, Paris, 1983.
- RIBEIRO, Orlando, *A Formação de Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1987.
- RITA, Abílio e Aristides Pinheiro, *Os Portugueses e o Mar nos Mais antigos Documentos*, Ed. do Banco Pinto & Sotto Mayor, Lisboa, 1990.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos, Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV, in *Revista Municipal*, N<sup>os</sup> 101 a 109, Lisboa, 1968.
- TORRES BALBAS, Leopoldo, *Ciudades Hispano-musulmanas*, 2ª Edición, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Madrid, 1985.
- TORRES, Cláudio, O Garb-al-Andalus, in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.
- VALLVÉ, Joaquin, *La división territorial de la España Musulmana*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1986.

# O POVOAMENTO DA ÁREA DE ALJUSTREL

por

Artur Martins, João Muralha, Alexandra Estorninho  
e Carlos Ramos

**Resumo:** Refere-se a evolução diacrónica do povoamento na vila de Aljustrel e sua área envolvente, quer através da análise das recolhas artefactuais, quer de sondagens efectuadas nos diversos sítios arqueológicos localizados na área em estudo. É dado um maior relevo à intervenção no Castelo, o que juntamente com a continuação das escavações e de um programa de investigação com forte componente de prospecção, nos irá obrigar à revisão de algumas problemáticas actuais.

**Palavras-chave:** Diacronia. Medieval-Islâmico. Castelo de Taipa.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. História dos trabalhos no Castelo de Aljustrel

Quando em 1988, a Junta de Freguesia de Aljustrel deu início às obras de arranjo paisagístico do morro de Nossa Sra. do Castelo, obras que incluíam novo sistema de iluminação do local, plantação de novas espécies arbustivas e arranque das existentes, criação de caminhos, ajardinamento e recuperação daquilo que se pensava serem as antigas muralhas do Castelo, foram postas a descoberto diversas estruturas enterradas, bem como inúmero espólio cerâmico e lítico, medieval e pré-histórico.

Tendo tomado conhecimento destes factos, a Unidade Arqueológica de Aljustrel, achou por bem efectuar a prospecção sistemática do local, aproveitando o remeximento de terras resultante da abertura de valas pelos trabalhadores da Junta de Freguesia, para instalação de cabos eléctricos. Para tal, fez deslocar ao local alguns dos seus membros.

Alertado o ex-SRAZS, na pessoa da Dra. Susana Correia, foi por esta indicado que as obras deveriam parar, até poder ser feita uma sondagem para determinar o potencial arqueológico do local.

Depois de efectuada a sondagem, verificou-se estarmos em presença de um sítio com ocupação calcolítica e reocupado no período medieval-islâmico.

Todos estes factos levaram a que fosse proposta a classificação do local como Imóvel de Interesse Público, o que veio a acontecer através do Decreto 26-A/92 de 92.06.01.

Posteriormente, é-nos comunicado pela CMA que é sua intenção instalar no morro do Castelo, dois depósitos de água para abastecimento da população, o que irá implicar movimentos de terras no local e a eventual destruição de vestígios arqueológicos.

Em face de tudo isto, decidi a UAAL elaborar um projecto, que fosse de encontro ao seu interesse científico de estudo do sítio, e ao interesse da CMA em preservar o seu património cultural, sem que esta deixe de efectuar os melhoramentos que julgue necessários para o bem estar da população.

O projecto, que engloba o estudo, musealização e recuperação paisagística do sítio, foi apresentado ao IPPAR (ex-IPPC), tendo obtido um parecer favorável do seu Conselho Consultivo em 92.04.13.

## 1.2. Enquadramento geográfico e ambiente arqueológico

A vila de Aljustrel situa-se no centro de um pequeno conjunto de morros com altitudes muito semelhantes que sobressaem nitidamente na paisagem da peneplanície alentejana, em terrenos do paleozóico.

Trata-se de uma pequena intrusão (5 Km de comprimento por 1 Km de largura) de Tufos ácidos riolíticos, quartzo-queratofíricos e felsitos, rodeada por uma estreita faixa de xistos siliciosos e tufitos, xistos negros e xistos borra de vinho. Esta intrusão está orientada de NO/SE, encontrando-se a NO, no seu início, a Falha da Messejana. Em volta da intrusão e para SE da Falha da Messejana encontramos os terrenos da Formação de Mértola (Grupo do Flysch do Baixo Alentejo).

O Castelo de Aljustrel, concretamente, situa-se sobre um horizonte com 40-50 m de espessura (Formação Siliciosa do Paraíso) constituída por xistos siliciosos a filitos sericíticos com pequenas ocorrências de tufos e manganês.

Aljustrel possui em seu redor, terrenos com boa aptidão agrícola, relativa quantidade de pequenos cursos de água e grande quantidade de recursos mineiros, nomeadamente de pirites (de onde se extrai cobre, prata e ouro) e manganês.

Estas características fizeram com que, desde muito cedo, se tenham aqui estabelecido comunidades, como o comprovam os diversos vestígios aqui recolhidos e que apontam para uma ocupação ininterrupta desde o Neolítico.

O morro onde se situa o Castelo encontra-se muito próximo do chapéu de ferro de Algares (em volta do qual se situava a cidade romana de “Vipasca” e a necrópole de Valdoça), cerca de 1 Km para Sul, onde se situava o maior filão de cobre e prata da região, intensamente explorado no período Romano.

Possui excelentes condições naturais de defesa, não só porque é o ponto mais elevado de uma extensa área de vários quilómetros em redor, mas também porque possui vertentes relativamente abruptas que dificultam o seu acesso. Do seu topo consegue-se facilmente avistar Ferreira do Alentejo, Ervidel ou Castro Verde e, em dias mais limpos, consegue-se mesmo avistar Beja. A sua encosta SE (a mais suave de todas) dá acesso a um pequeno vale encaixado entre três outras elevações mais baixas. Foi para este vale que se deu a incipiente expansão urbana no período medieval, talvez devido às condições de defesa que apresentava, já que apenas se torna visível na aproximação pelo Sul.

Um outro filão, menos importante mas igualmente explorado naquela época é o de S. João do Deserto, situado cerca de 500 metros a ONO, na base do morro da Mangancha, onde foram detectados vestígios de ocupação desde a Idade do Bronze até ao período Romano (Domergue, 1983).

Por outro lado, no próprio morro do Castelo e no da Mangancha situavam-se pequenas jazidas de manganês que foram exploradas até final do século passado.

O morro é aplanado no seu topo, apresentando uma planta ligeiramente oval com cerca de 100 metros de comprimento por 30 metros de largo orientada no sentido NO/SE. Tem umas vertentes relativamente inclinadas sem ser abruptas, sendo a mais suave a de SE. Entre este morro e o da Mangancha, situado a cerca de 400 metros na direcção NO, existe uma ligeira crista que forma uma ligação natural entre estas duas elevações.

Possui algumas Oliveiras (*Olivaria*) dispersas, estando as vertentes agricultadas com gramíneas e algumas leguminosas.

O Castelo de Aljustrel situa-se na freguesia e concelho de Aljustrel, Distrito de Beja e tem as coordenadas GAUSS 196965,32/101655,02 (ponto 0 da estação e F.F.33 da rede geodésica nacional) da Carta Militar de Portugal nº 529 (Aljustrel) na escala 1/25000. Tem uma altitude média de 243 m; encontrando-se um vértice geodésico de 1ª ordem na extremidade NW e a Ermida de Nossa Sra. do Castelo no extremo oposto. O acesso é feito através de uma estrada que sobe pela encosta SO até quase ao topo ou, em alternativa, por uma grande escadaria que sobe pela encosta SE. Integra-se na bacia hidrográfica da Ribeira do Roxo (afluente do Rio Sado), situando-se na sua margem esquerda.

### 1.3. Referências escritas

Actualmente, para a população da vila de Aljustrel, o Morro de Nossa Senhora do Castelo não é mais do que um local de lazer, tendo perdido uma boa parte das características sagradas que lhe eram atribuídas, mas que ainda hoje se podem testemunhar pelas procissões e ex-votos dedicados à Santa da Ermida de

### Nossa Senhora do Castelo.

No entanto, algumas pessoas associam o local a lendas “mouriscas”, identificando o topónimo Castelo com uma construção que ali teria existido no “tempo dos mouros”.

Na realidade, são vários os documentos que referem a existência de um castelo em Aljustrel. O mais antigo, data de Março de 1235 e refere-se à Carta de Doação que D. Sancho II fez a D. Paio Peres Correia, Comendador de Alcácer do Sal e Mestre da Ordem de Santiago da Espada, após este ter conquistado o castelo, o que presumivelmente terá acontecido no ano anterior. Juntamente com o castelo são concedidos aos Espatários vastos territórios, que constituem os domínios do baluarte.

Nos anos seguintes à conquista de Tavira e Silves, respectivamente, em 1239 e 1240, e mais tarde de Faro, em 1249, o Castelo de Aljustrel terá perdido o valor estratégico que até então detinha como fortaleza fronteiriça, iniciando-se então a sua decadência.

Tal facto origina que em 1510, 276 anos após a sua conquista, o castelo se encontre completamente abandonado e em avançado estado de degradação. Esta degradação é pela primeira vez referida no Censo de 1532 e posteriormente em dois Autos de Posse, respectivamente de 17 de Fevereiro de 1565 e 27 de Outubro de 1586. Estes documentos referem que, em 1510, grande parte das paredes que constituíam o Castelo de Aljustrel se encontravam caídas, sendo mencionado o facto de também já não existirem portas.

## 2. AS INTERVENÇÕES

Após três anos consecutivos de escavações no Cerro da Nossa Senhora do Castelo, estamos em condições de caracterizar provisoriamente o estado actual dos trabalhos.

### 2.1. Estruturas arqueológicas

O aparecimento de estruturas e a sua relação/conexão tem representado um dos desafios mais interessantes desta escavação. Podemos referir a existência de dezoito estruturas perfeitamente definidas, no espaço da área intervencionada (sondagem 1 e 2).

As estruturas arqueológicas detectadas são essencialmente estruturas de habitação (ver planta), à excepção da estrutura VI (forno), da estrutura XVI (la-reira) e da XVII (muralha de taipa). Todas elas estão cobertas por uma camada

de taipa resultante da queda das paredes das casas, que formou uma espécie de chão selando e mantendo a base das estruturas. No entanto, foram detectadas algumas perturbações pós-deposicionais, originadas por raízes de árvores e algumas tocas de pequenos roedores que deram origem à existência de bolsas de materiais e à destruição de partes de algumas estruturas.

Todas estas estruturas se encontram associadas a materiais islâmicos medievais, pelo que, até este momento, consideramos terem sido destruídos os vestígios de ocupação pré-histórica do local, para além da recolha destes materiais em camadas de remeximento.

## **2.2. Estratigrafia**

Os perfis obtidos no decorrer das diversas campanhas permitem-nos, de certa maneira, confirmar a diacronia já prevista para este local, tendo sido possível detectar quatro camadas distintas na sondagem 2 bem como uma sequência de pisos térreos na sondagem 1.

Assim, na sondagem 2 temos um primeiro estrato de remeximento, onde é possível encontrar materiais medievais e mais tardios, junto com materiais pré-históricos, neolíticos e calcolíticos.

Uma segunda camada onde, embora os materiais aí recolhidos se apresentem ainda misturados, é possível detectar um grande nível de incêndio que deverá corresponder à última fase de ocupação do castelo.

As outras camadas apresentam já materiais muito homogéneos, nitidamente islâmicos, e caracterizam diversas fases de ocupação, já que se encontram relacionadas com estruturas e pisos postos a descoberto.

Na sondagem 1, e visto que as estruturas postas a descoberto se encontravam muito à superfície, a estratigrafia é mais simples. No entanto, no interior das habitações entretanto escavadas foram detectadas algumas sequências de ocupação, com base nos diversos pisos sobrepostos que foi possível encontrar. Estes pisos eram construídos fundamentalmente em terra, argamassada com cal e fragmentos cerâmicos.

## **3. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO**

Um dos problemas levantados no decorrer da escavação deste sítio arqueológico, prende-se com o muito espólio arqueológico recolhido até ao momento, principalmente o cerâmico. No entanto, a sua fraca definição, enquanto “indicador cronológico”, pouco tem auxiliado o seu estudo e muito tem dificultado a atribui-

ção de cronologias rigorosas às diferentes camadas estratigráficas deste local.

É de referir que, a análise artefactual que se segue não é exaustiva e com ela não se pretende mais do que apresentar alguns materiais, indicadores de períodos em que o local em estudo foi ocupado por grupos ou populações humanas. Deste modo, o nosso objectivo não é a realização de um catálogo, que será elaborado posteriormente, mas tão somente dar a conhecer de uma forma sumária o material arqueológico, que aos poucos vai sendo recolhido e estudado pelos responsáveis da escavação.

Para facilitar a descrição dividiremos os materiais, cerâmicos, líticos, metálicos e osteológicos, por dois grandes períodos cronológicos — Pré-história e Idade Média.

Por fim, serão ainda tecidas algumas considerações relativamente à fauna.

### 3.1. Materiais Pré-Históricos

#### 3.1.1. Cerâmicas

Do espólio cerâmico referente a este período salientamos, um fragmento de recipiente com decoração de mamilo, os diversos fragmentos de crescentes, encontrando-se vários, perfurados nas extremidades. Um fragmento de bordo com decoração denteada, diversos fragmentos de pratos cerâmica manual, pertencentes a formas abertas — pratos e tigelas — sem qualquer decoração (alguns deles de bordo espessado e almendrado), recipientes com as superfícies brunidas e inúmeros fragmentos de cerâmica manual tipologicamente indefinidos. Destaca-se ainda um fragmento de uma colher em cerâmica, apresentando parte do cabo e metade da concha, um fragmento de placa, aparentemente rectilínea, com uma pequena perfuração circular num dos cantos. Importantes são os dois fragmentos de cerâmica campaniforme, com decorações incisas preenchidas com pasta branca, tipo Ciempozuelos, tendo um deles o bordo decorado externa e internamente.

#### 3.1.2. Líticos

Do espólio lítico destacamos uma lasca de quartzo com retoque marginal, um fragmento de lâmina retocado em ambos os gumes, apresentando ainda no seu lado esquerdo uma reentrância, um fragmento de lâmina de sílex retocada nos dois gumes, um machado de pedra polida de secção rectangular em anfibolite, um fragmento de machado de pedra polida de secção quadrangular em anfibolite, um fragmento de uma pequena enxada de pedra polida, um elemento de mó manual de

superfície plana, picotado vivo e base convexa, uma placa circular em xisto com um diâmetro de 6 cm, um polidor em grês, um afiador em anfíbolite e um fragmento mesial de uma lâmina denticulada, em sílex.

### 3.1.3. Materiais osteológicos

De entre estes salientamos um botão, com perfuração central e um furador, realizado a partir da ponta da haste de um cervídeo.

## 3.2. Os Materiais medievais

### 3.2.1. Cerâmicas

Podemos dividir as produções artefactuais cerâmicas, atribuíveis à Idade Média, em três grandes grupos. O primeiro caracteriza-se por a maior parte das cerâmicas pertencerem a recipientes que apresentam, predominantemente, uma pasta negra ou acastanhada, decorada com barbotina branca. Dentro deste tipo de cerâmicas destaca-se um fragmento de um recipiente de pasta cor de rosa, cujas superfícies possuem uma aguada de cor bege, com uma decoração de caneluras ténues, sendo a sua face exterior decorada com motivos pintados com uma barbotina negra e um fragmento de um alguidar, cuja pasta de cor bege apresenta uma decoração, no seu interior, feita através de uma aguada de cor negra, formando estrias horizontais irregulares. Salientamos ainda um fragmento de recipiente aberto, cujas superfícies são castanhas, nas duas faces, apresentando marcas de fogo na face interna. Possui decoração com canelura e impressão por “beliscão” no lábio, formando sulcos nos dois lados. O corpo apresenta caneluras bem vinçadas, feitas com auxílio de molde (pente). A pasta é de cor vermelha e preta.

O segundo grupo caracteriza-se por a maior parte das cerâmicas pertencerem a recipientes que apresentam o lábio plano ou triangular. É ainda de registar que a percentagem de peças decoradas, que integram este grupo, é mínima, verificando-se apenas dois casos em que, uma delas, foi efectuada uma com barbotina branca.

Por fim, o terceiro grupo, menos homogéneo que o anterior, apresenta variadas formas de recipientes, quer abertas, quer fechadas. Das várias centenas de fragmentos cerâmicos, por nós encontrados e que caracterizam este grupo, salientamos um fragmento de talha, com uma decoração geométrica complexa, um fragmento de uma vasilha cuja superfície exterior apresenta uma decoração incisa de linhas onduladas e irregulares, um fragmento de uma tampa de base plana e



pega em botão, um fragmento de uma grande taça, apresentando as superfícies um vidrado de cor castanha (vulgo melado), e um cordão vertical, que se inicia abaixo do bordo e uma pequena perfuração circular. Também interessante, tipologicamente, é o fragmento do eixo central de uma candeia de pé, cujo vidrado apresenta uma cor verde escura e o fragmento de um candil.

### **3.2.2. Materiais líticos**

Foram encontradas duas peças circulares, ambas em xisto, que julgamos serem peças de jogo e quatro fragmentos de mós manuais, com sinais de muito uso, três em grauvaque e uma em calcário, nitidamente alienígena.

### **3.2.3. Materiais metálicos**

Aqueles cuja forma é perceptível, são constituídos na sua maioria por pregos e cavilhas, registando-se apenas o aparecimento de uma mola de encaixe. Salientamos o conjunto de três pregos encontrados no interior do que parece ser um buraco de poste.

## **3.3. As Cronologias**

Os artefactos encontrados no decorrer das diversas campanhas efectuadas no Castelo de Aljustrel, permitiram apontar algumas cronologias ocupacionais do local, não nos sendo possível por enquanto (por ainda se encontrar a decorrer o estudo do sítio), apresentar cronologias finas para as produções artefactuais que recolhemos. Este aspecto também se deve ao facto de, na sua maior parte, os artefactos terem sido encontrados na camadas 1 e 2 que, como já vimos, correspondem aos níveis de remeximento.

Os conjuntos de artefactos pré-históricos, que agora apresentamos, podem ser comparados a outros encontrados no Sul de Portugal, sendo-nos assim possível definir um primeiro momento de ocupação humana do Morro de Nossa Senhora do Castelo, que deverá corresponder ao Neolítico Final e/ou Calcolítico.

Relativamente às cerâmicas medievais, a sua grande homogeneidade permite-nos integrá-las no período islâmico, sendo possível encontrar paralelos nas produções existentes em Mértola e Silves, para mencionar apenas estes locais. De facto, podemos dividi-las em três grandes grupos, a que correspondem dois períodos cronológicos. O primeiro período cronológico, que integra os primeiros

dois grupos cerâmicos, engloba os séculos IX, X, XI e o início do século XII. O segundo período, que integra o terceiro grupo cerâmico, abrange praticamente todo o século XII e a primeira metade do XIII.

Se o primeiro e segundo grupo cerâmico se podem integrar num período cronológico muito vasto, isso deve-se, mais uma vez e conforme já referido, ao facto de os materiais aparecerem em níveis de remeximento. No entanto, o terceiro grupo cerâmico já se encontra relativamente bem caracterizado, sendo as peças encontradas, apesar de na sua maioria também provirem de contextos de remeximento, tipologicamente iguais às apresentadas em vários catálogos de cerâmicas medievais peninsulares. Este facto permite-nos, através destes paralelos, datar este grupo cerâmico como pertencendo ao período Almoada.

#### 4. FAUNA

Os abundantes restos de fauna detectados, durante a escavação do castelo, nomeadamente junto a diversos locais de combustão, encontram-se ainda deficientemente caracterizados e estudados.

No entanto, o espólio osteológico é constituído por cerca de 1500 ossos, na sua grande maioria fragmentados, sendo, aproximadamente, 70% provenientes da camada 1 e 30% da camada 2.

Identificaram-se os seguintes géneros: *Bos*, *Equus*, *Sus*, *Ovis/Capra*, *Oryctolacus* e *Felis*, estando alguns deles em conexão anatómica. Surgem ainda vários ossos longos de carnívoro, de ave e hastes de cervídeo. Surgiram ainda algumas conchas de ostra, ameijoia e berbigão.

#### 5. OUTROS TRABALHOS REALIZADOS EM ALJUSTREL

Para além de diversos achados avulso que desde sempre ocorreram na área de Aljustrel, como, por exemplo, a descoberta das duas Tábuas de Bronze com legislação romana, foi efectuada, na década de 50, a escavação de uma grande necrópole romana por Rui Freire d'Andrade, na encosta onde hoje se localiza o Bairro de Valdoca.

Posteriormente, na década de 60, foram efectuadas por C. Domergue duas sondagens arqueológicas no chapéu de ferro de Algares e no morro da Mangancha, bem como diversas intervenções nos poços de mineração romanos, que se prolongaram intermitentemente até 1989.

No início da década de 80 foi efectuada uma escavação de emergência na área da cidade romana de Vipasca por técnicos do ex-IPPC, devido à construção

no local da Lavaria Piloto das Pirites Alentejanas, e que estaria associada à referida necrópole da Valdoca.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões a extrair destas intervenções, realizadas no Morro de Nossa Senhora do Castelo, assumem necessariamente um carácter provisório. De facto, não só os trabalhos arqueológicos se reportam ainda a uma pequena área, como os podemos considerar praticamente no seu início.

Apesar de tudo, em 1989, identificou-se um estrato (que poderá ser maior que o referido), pertencente à ocupação do local durante o período Calcolítico, mas que em 1992 não foi alcançado, apesar de terem sido detectados materiais deste período em contextos de remeximento e em níveis atribuídos ao período medieval islâmico.

No entanto, do material recolhido até ao momento, sobressaiem largamente as produções cerâmicas atribuíveis à época islâmica medieval.

Foram ainda detectados fragmentos cerâmicos que pertencem a períodos muito posteriores, como sejam os sécs. XVII e XVIII.

A par destas cerâmicas domésticas, foi recolhido um vasto espólio de fragmentos de telhas, de tradição islâmica. Um primeiro grupo formado por telhas espessas, com um arco de círculo relativamente largo e impressão de motivos decorativos feitos a dedo e um outro grupo de telhas com o mesmo formato (telha de canudo) com o mesmo tipo de decoração mas mais finas. Enquanto o primeiro grupo pode ser morfologicamente de tradição alto-medieval (reminiscências dos imbrice romanos), o segundo é nitidamente mais tardio, no entanto, a temática decorativa é semelhante nos dois grupos. As telhas do primeiro grupo podem, por isso, pertencer aos primeiros períodos da ocupação islâmica, enquanto as do segundo grupo são já de produção mais tardia.

Deste modo, a evidência arqueológica parece demonstrar que o Castelo de Aljustrel, teve uma primeira ocupação no Neolítico/Calcolítico que durou até ao Campaniforme, tendo sido então abandonado. Voltou a ser reocupado intensivamente, durante um largo período de tempo, o da ocupação islâmica, como uma pequena fortaleza, que serviria para a protecção das populações dispersas em seu redor, devendo ser inserida numa rede de fortificações em taipa, que se espalhava por todo o Alentejo e Algarve e novamente abandonado em época ainda por determinar, mas que terá sido anterior ao séc. XV.

Se a estas evidências arqueológicas juntarmos os resultados de diversas intervenções efectuadas na área de Aljustrel, podemos estabelecer um quadro diacrónico para o povoamento desta área.

Assim, temos uma primeira ocupação do morro do Castelo durante o Neolítico/Calcolítico. Segue-se o abandono deste local com passagem da ocupação para o morro da Mangancha durante a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. No período de ocupação romana, terá havido, inicialmente uma continuação de ocupação deste local, como o provam os diversos materiais romanos aí recolhidos, com progressivo abandono do local e passagem da ocupação para a área de planície, na cidade romana de Vipasca em volta do chapéu de ferro de Algares.

Após um período de possível abandono, sécs. V a IX/X, de que não foi ainda possível detectar vestígios concretos, embora nos recusemos a considerar como tendo havido uma desertificação do local, vamos encontrar, de novo, o povoamento no morro do Castelo, coincidindo com a chegada dos povos islamizados.

Com a reocupação do território por parte das tropas cristãs, e embora se saiba, pelas fontes escritas, que o castelo continuou as suas funções de defesa durante algum tempo, o povoamento começa progressivamente a estender-se pela encosta voltada a sudeste, tendo o castelo perdido então as suas funções defensivas e começado a deteriorar-se.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João de, 1945, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. III, edição do autor, Lisboa.
- ANDRADE, Ruy Freire d', VIANA, A. e FERREIRA, O. da Veiga, 1957, Necrópole céltico-romana de Aljustrel, in: *23º Congresso Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências - 7ª secção*, Ciências Históricas e Filológicas, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Coimbra, pp. 193-202.
- ANDRADE, Ruy Freire d' e FERREIRA, O. da Veiga, 1966, A necrópole de Valdoca (Aljustrel), in: *Conimbriga*, 5, Coimbra, pp. 1-6.
- ARNAUD, J. M., MURALHA, João, ESTORNINHO, A., 1991, Intervenção arqueológica num casal medieval (Reguengo Grande/Messejana/Aljustrel), in *Vipasca*, 1, Unidade Arqueológica de Aljustrel, Aljustrel, pp. 49-65.
- BAZZANA, A., 1979, *Céramiques Médiévales: Les Methodes de la Description Analytique Appliquées aux Productions de L'Espagne Orientale*, in: *Mélanges de la Casa de Velazquez*, Madrid.
- BAZZANA, A. e MONTMESSIN, Y., 1985, *La Céramique Islámique du Musée Archeologique Provincial de Jaen* (Espagne), Ed. Casa Velazquez, Madrid.
- BOONE, J.L., 1994, Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 527-544.
- BOUARED, Michel de, 1977, *Manuel d'Archeologie Medieval*, Ed. Teide, Barcelona.
- CAMPOS, Ezequiel, 1943, *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos*, 2ª edição, Lisboa.
- CATARINO, H., ARRUDA, A. M. e GONÇALVES, V., 1981, Vale do Boto: Escavações de 1981 no Complexo Árabe Medieval, in: *Clio*, 3, UNIARCH, Lisboa.

- CATARINO, H., 1994, Arqueologia medieval no Algarve Oriental. Os castelos de Alcoutim, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 657-672.
- CHAZELLES, Claire-Anne de, 1990-Les constructions en terre crue d'Empúries à l'époque romaine, in *Cypsela*, nº VII, Centre d'Investigations Arqueològiques de Girona, Girona, pp.101-118.
- CORREIA, Fernando Branco, 1991- O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação, in *Vipasca*, 1, Unidade Arqueológica de Aljustrel, Aljustrel, pp. 67-72.
- DOMERGUE, Claude e ANDRADE, Ruy Freire d', 1971, Sondages 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal). Note préliminaire, in: *Conimbriga*, 10, Coimbra, pp. 99-116.
- ESTORNINHO, Alexandra, MARTINS, Artur, RAMOS, Carlos e MURALHA, João, 1994, O povoamento na área de Aljustrel. Seu enquadramento na faixa piritosa alentejana, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 27-36.
- GOMES, Rosa Varela, 1988, Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, in: *Xelb*, Vol. 1, M.M.A./C.M.S., Silves.
- GONÇALVES, V., CATARINO, H., e ARRUDA, A. M., 1980, O Sítio Romano-Árabe do Vale do Boto - Notícia da sua Identificação, in: *Clio*, 2, UNIARCH, Lisboa.
- HERCULANO, Alexandre, 1980, *História de Portugal*, Tomo II, Livraria Bertrand, Lisboa.
- LOBATO, Pe. João Rodrigues, 1983, *Aljustrel Monografia*, C.M.A., Aljustrel.
- MACIAS, S., 1994, Escavações arqueológicas no castelo de Moura. Primeiros resultados, in *Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste*, GIAPS/CAM, Huelva, pp. 673-705.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1978, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Edições Cosmos, Lisboa.
- MATOS, L., 1983, Malgas Árabes do Cerro da Vila, in: *O Arqueólogo Português*, Série IV, Vol. 1, MNAE, Lisboa.
- PERES, Damião (dir.), 1929, *História de Portugal*, Vol. II, Portucalense Editora, Barcelos.
- ROSSELLÓ BORDOY, G, 1991, El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: Una Propuesta de terminología Cerámica, in: *Monografies D'Art i D'Arqueologia*, Vol. I, Palma de Mallorca.
- SANTOS, Victor P. dos (coord.), 1969, Visitações de Alvalade, Casével, Aljustrel e Setúbal (Ordem de Santiago), in: *Documentos para a história da arte em Portugal*, Vol. 7, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SARAIVA, José Hermano (dir.), 1983, *História de Portugal*, Vol. I, Edições Alfa, Lisboa.
- TORRES, Cláudio, 1982, A Alcáçova de Mértola, História de Arqueologia Urbana, in: *Arqueologia*, 8, GEAP, Porto.
- TORRES, Cláudio, (Coordenação de), 1987 - *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Catálogo, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.
- TORRES, Cláudio, 1992, Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica, in *Arqueologia Medieval*, 1, CAM/Afrontamento, Porto, pp. 189-202.
- VIANA, A., 1958, Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique), in *Arquivo de Beja*, Vol. XV, Beja.
- VIANA, A., 1959, Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo/ Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique), in *Arquivo de Beja*, Vol. XVI, Beja.

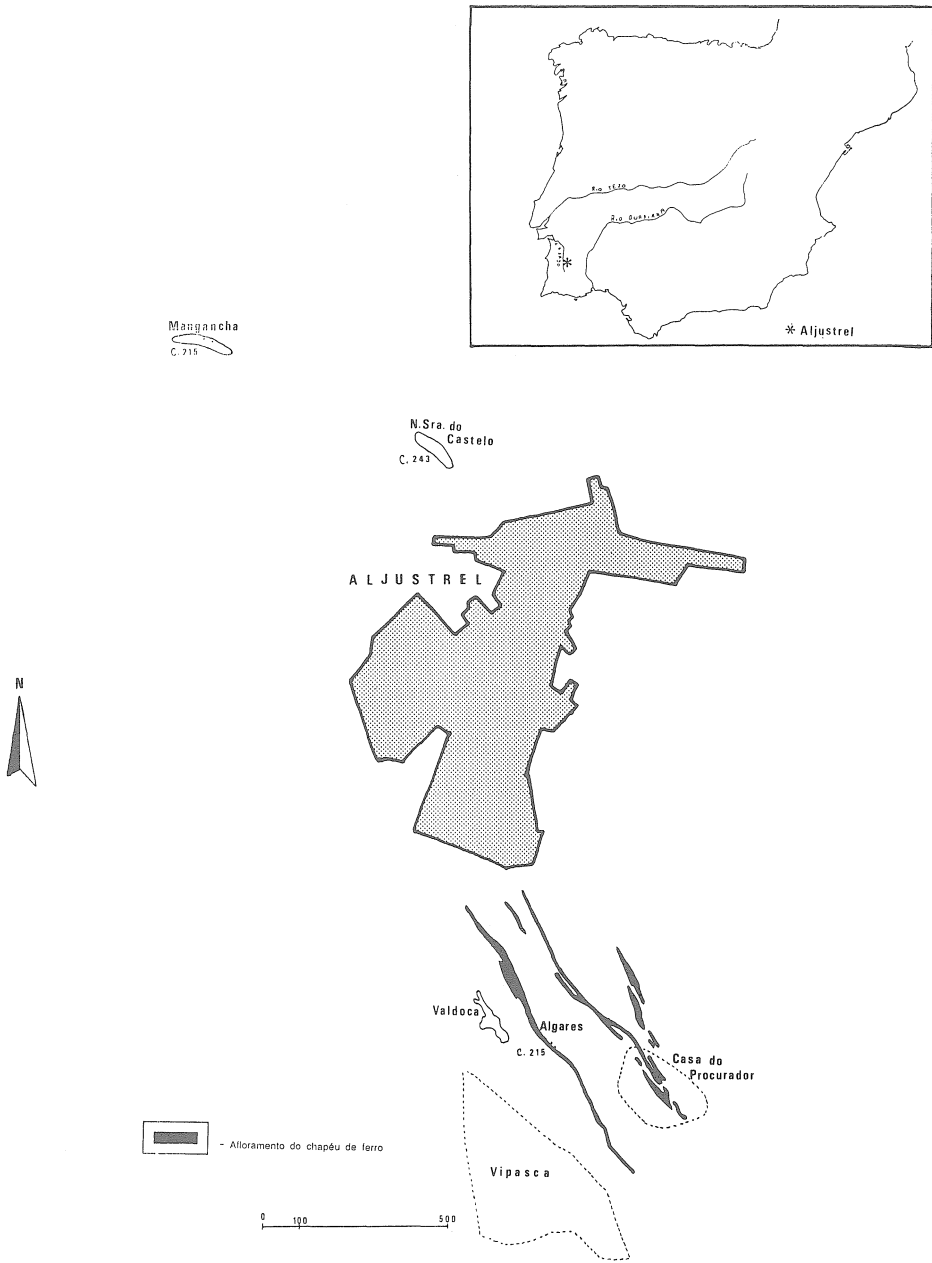


Fig. 1 — Morro de Nossa Senhora do Castelo com indicação da área intervencionada.

Adaptado de C. Domergue, 1971.

# Est. II

PLANTA FINAL DA SONDAGEM 2 (1993)

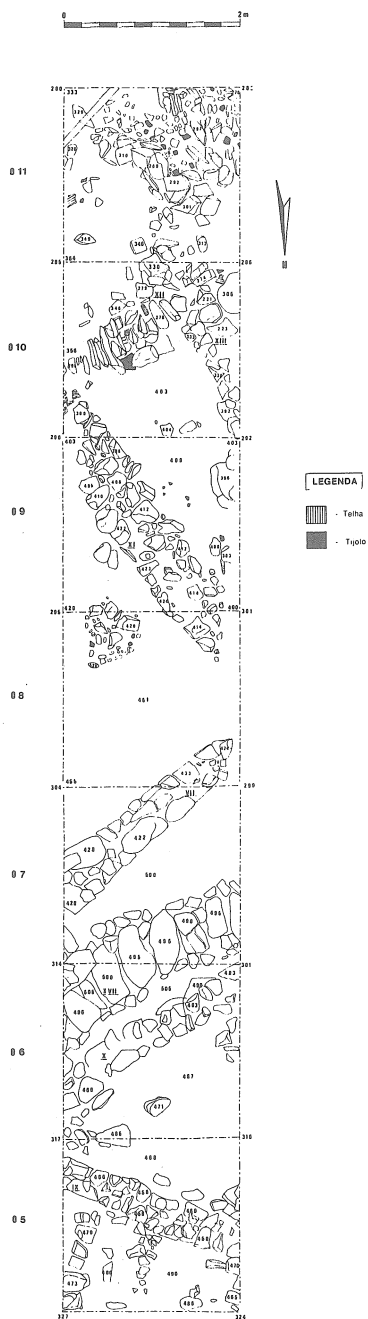
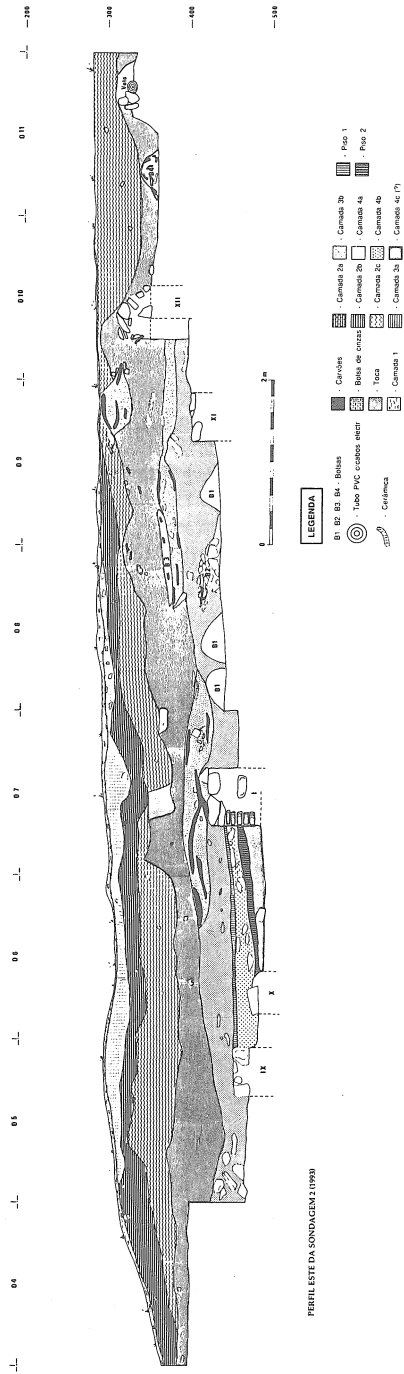


Fig. 2 — Planta da sondagem 2 em 1993.



Fig. 3 — Planta da sondagem 1.





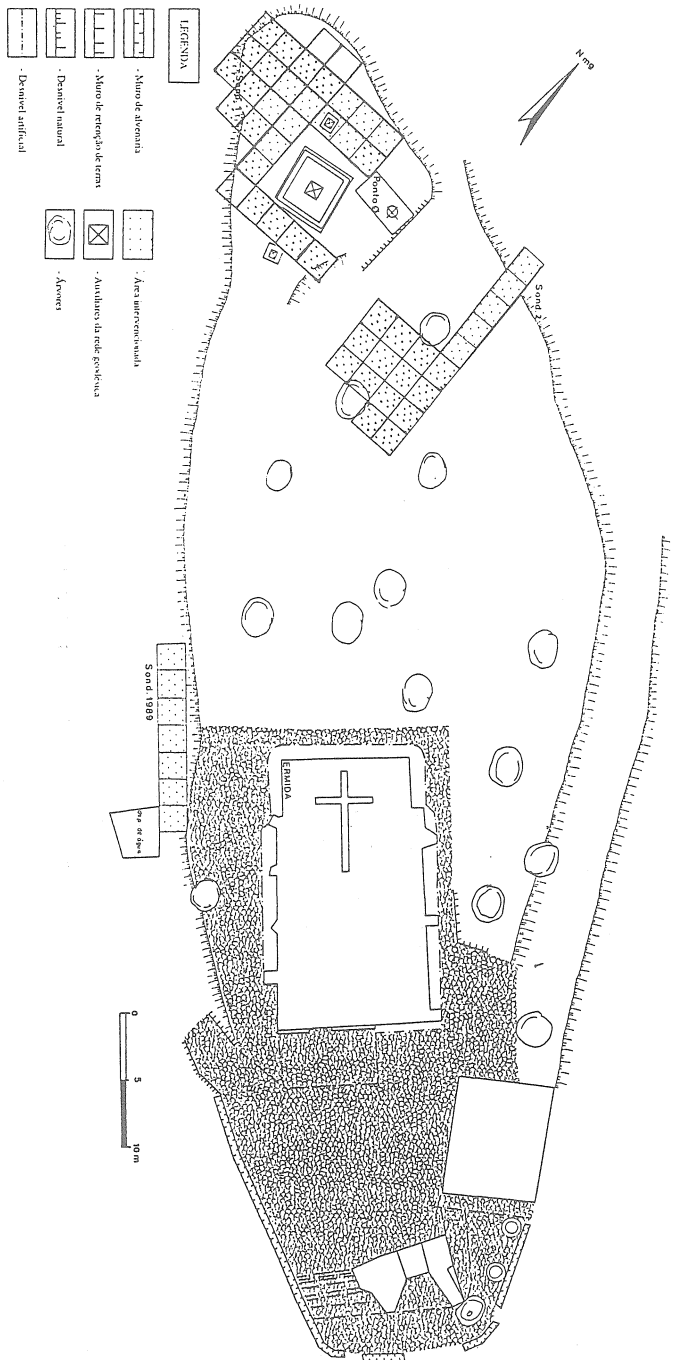


Fig. 5 — Implantação das várias estações arqueológicas na área de Aljustrel.

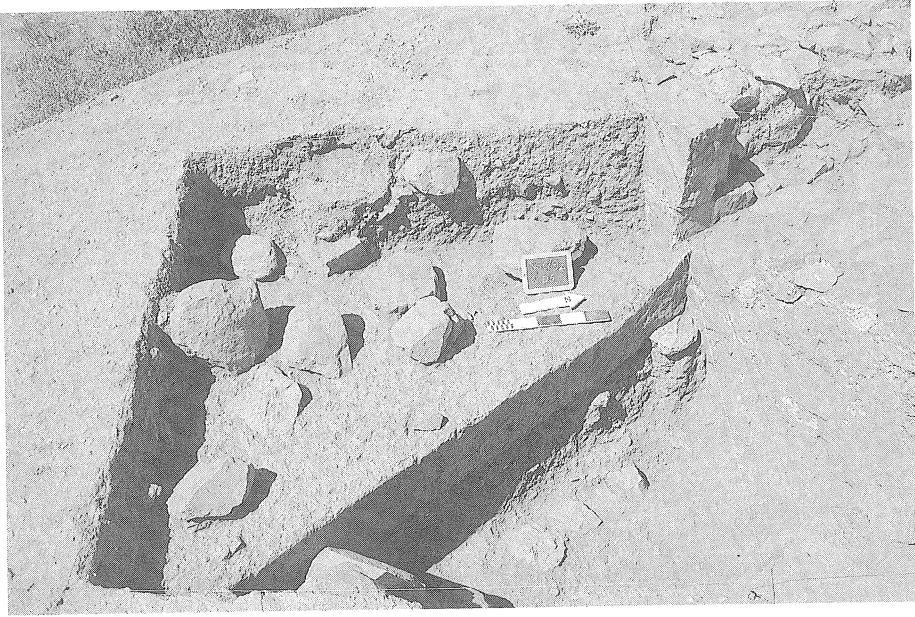


Foto 1 — Pormenor da muralha de taipa que adossa a um dos torreões da sondagem 1.



Foto 2 — Vestígios de pavimento de tijoleira junto a uma estrutura de construção em “espinha” na sondagem 2.

Est. VII



Foto 3 — Estrutura de combustão, possivelmente um forno, encontrada na sondagem 1 e sobreposta a uma estrutura mais antiga.

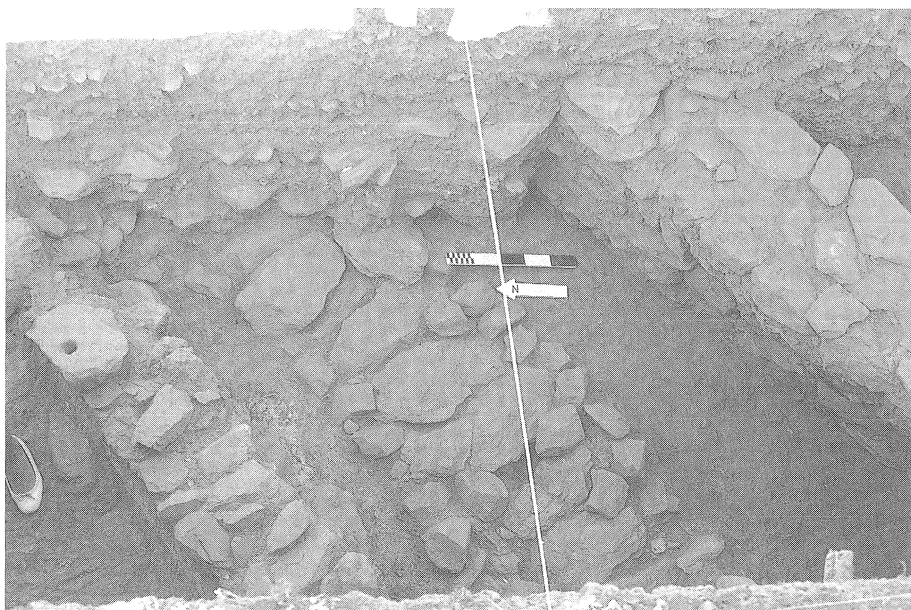


Foto 4 — Estrutura de esgoto de construção islâmica, situado na sondagem 2.

# ANÁLISIS DE UN ELEMENTO DEL VESTUÁRIO MILITAR ALTOMEDIEVAL PENINSULAR

por

Juan Antonio Millán Crespo

**Resumen:** Muestro en estas páginas una serie de tocados –gorros, sombreros, cascos– que fueron usados tanto por militares como por civiles, a excepción de los cascos y yelmos de exclusiva finalidad militar, lo que permite reconstruir parte del atuendo de la época y la filiación de influencias y modas en el vestir. El período de uso de dichos elementos del atavío masculino, en principio, es el mismo que el de los objetos sobre los que aparecen representados (manuscritos miniados, objetos de marfil, pinturas murales...); pero se remontan a tiempos más remotos y alcanzan fechas más tardías, como así indican diversos investigadores reseñados por mí.

**Palabras-clave:** Iconografía. Vestuario. Corrientes culturales.

A pesar de que el tema que tratan suele ser el mismo: el religioso, los manuscritos miniados altomedievales hispanos son una valiosa fuente de información, pocas veces bien analizada, sobre la sociedad peninsular de la época. Aunque se centren en las visiones apocalípticas del fin de los tiempos, en sucesos bíblicos, ilustren textos conciliares, objetos de tipo hagiográfico, etc.; en todas las ocasiones nos muestran imágenes reales del aspecto que presentaban los individuos que componían la sociedad de la época<sup>1</sup>. En las figuras seleccionadas distinguimos dos grupos de objetos, representados en las dos primeras láminas, cuya función era cubrir la cabeza de los personajes representados. La última lámina está ocupada por unos cuantos paralelos que presentan elementos comunes con los representados en las dos primeras.

---

<sup>1</sup> CARVER, 1986: pp. 117-145 opina que las ilustraciones de los códices no son fiables como fuente para la reconstrucción del ambiente de la Edad Media, pero mi experiencia personal me ha enseñado que a veces ilustran a la perfección y jamás podemos desdeñarlas como fuente de datos para ser usados con esa finalidad (MILLÁN CRESPO, 1986).

## I. TOCADOS (Est. I)

En los códices peninsulares de la temprana Edad Media abundan unos tocados, usados tanto por militares como por civiles. Considerando las dificultades de interpretación que presentan las miniaturas, se observa un rasgo común entre los ejemplos que doy: la mayoría permite ver los cabellos del que los viste, salvo en el caso de las fs. 6, 9, 18, 24, 25 y los turbantes de las fs. 13 y 14. Hay casos en los que aparecen con la cabeza descubierta mostrando el peinado (como en la f. 8).

Estarían hechos de tela o, a lo sumo, de cuero -hay un caso en el que la materia prima parece piel o pelo (f. 24)-; y no parece que entre ellos haya ninguna caperuza de malla de anillos, de alambre o de escamas de metal o cuero.

Respecto a sus formas, los hay que tienen aspecto liso, sin arrugas. En el tamaño mayor cuelgan casi hasta los hombros, encerrando los cabellos total o parcialmente (fs. 1, 3, 6, 9, 22, 23 y 26). Cuando su tamaño es menor, tienen el aspecto de gorras redondas, chatas; semejantes a boinas o monteras (fs. 7 y 19-21). En lo concerniente a los adornos o elementos de posible carácter simbólico, hay ejemplos que presentan líneas o galones (fs. 6, 9, y 20). Otros ostentan círculos que, probablemente, muestran el uso de algún tipo de joya para ornar (fs. 19 y 22); y, finalmente, por ambos motivos a la vez (fs. 1, 23 y 26). Aunque estos elementos simulen adornos de los trajes o de los uniformes de gala, en los casos de estricto carácter militar simbolizarían signos de rango interpretados sucintamente, marcas de reconocimiento o; incluso, en ocasiones, pueden estar representando, esquemáticamente, símbolos que servirían de protección mágico-simbólica. Esto siempre en aquellos casos que aparecen sobre individuos armados (fs. 6, 19-20 y 22-23). Trataré este tema con un poco más de extensión en el siguiente capítulo.

Hay tocados idénticos a los anteriores, pero que estarían hechos de un material más blando, pues su aspecto es ondulado (fs. 2, 4-5, 16 y 25). En estos casos la única decoración observada consiste en galones o simples líneas y puntos (f. 4) que acentúan la sensación de flexibilidad del material con el que están confeccionados. Puede que en algunos de los ejemplares representados, lo que pretendiese el artista al incluir en ellos estas líneas y puntos sería acentuar la sensación de que el material de que están hechos es blando. Como en la ocasión anterior, lo más probable es que estuvieran manufacturados de tela o de cuero. Tampoco parece que entre ellos haya alguna caperuza de malla de anillos, de alambre o de escamas de metal o cuero.

En ocasiones presentan una forma de bulbo que recuerdan al gorro frigio (fs. 10-12 y 18). Podría tratarse de cascos hechos de una pieza puesto que luego, al estudiar los tocados específicamente militares, los encontraremos de la misma forma, hechos de escamas o placas. No podemos saber si son de tela, cuero o

metal -lo más acertado será considerarlos de cuero, material muy frecuentemente usado como defensa por lo asequible para la mayoría de los soldados-. Lo que está claro es que son gorros de carácter militar, puesto que los usan jinetes armados, a excepción de la f. 18 que es un infante; y posiblemente han sido vistos sobre guerreros musulmanes, ya que están relacionados con los enemigos de la Cristiandad, con el Mal. Por el contexto en el que aparecen opino que, todos ellos, son ejemplos del "khud", mencionado por las fuentes persas del siglo X. Según dichas fuentes se hacía de cuero endurecido (GORELIK, 1979: p. 34; NICOLLE, 1986: p. 41). Los ejemplares de nuestras fuentes iconográficas del siglo X están decorados con series de tres líneas que se sitúan en el vértice, cuando es una serie única, o a los lados de éste cuando se trata de más de un grupo. Puede que aquí nos encontremos también frente a algún tipo de signo, tal vez de reconocimiento de grado o, simplemente, señales de fruncido.

En el caso de la f. 10 podría tratarse de una capucha, pero en el mismo manuscrito aparece una, perfectamente reconocible (f. 17), percibiéndose que se ha formado a partir de un manto que se sujeta sobre el hombro derecho, mediante una fíbula o broche circular, como una "clámide". Si se tratase del mismo tipo de prenda significaría que nos encontramos ante dos artistas diferentes, que ilustran el mismo manuscrito con distinta habilidad artística. Podría tratarse también de la representación esquemática de un casco.

La f. 18 nos pone frente a un guerrero que por la sencillez de su atavío no debe llevar un tocado valioso. Presenta numerosos detalles con un color diferente -mejillera que cubre los oídos, incipiente nasal sobre la frente- que podrían ser partes de un casco metálico, por lo que se confirmaría el uso de un gorro de material blando que impediría que el casco metálico se recalentase excesivamente. Resulta curioso constatar que entre los sajones había una forma muy corriente de casco, conocido como "gorro frigio" que consistía con toda probabilidad en un simple tocado de cuero, siendo quizá los diversos métodos de cosido de los bordes superiores los medios de crear un refuerzo extra a lo largo de la cresta. También pudo haber sido usado sobre un gorro de metal (WISE, 1981: p. 16). Sería interesante descubrir en nuestra miniatura mozárabe y más concretamente en un manuscrito leonés del año 975, cargado de influencias orientales e iránias, un elemento de origen tan occidental. Por ahora los paralelos más cercanos del casco de nuestra f. 18 los hemos encontrado en el ámbito iranio (Est. III fs. 5 y 6).

Hay turbantes perfectamente reconocibles que quizá se traten de los conocidos en las fuentes con el término de "Imama Bagdadiyya" (pequeño turbante con uno o dos "rafrafs" o remates ondeantes) (NICOLLE, 1976: p. 14). En todos los casos se trata de personajes de importancia del Antiguo Testamento. Tienen en común el consistir en turbantes que cubren la cabeza pasando una banda por debajo del mentón, banda que envuelve mejillas y oídos. Se diferencian

estos turbantes entre sí por estar dispuestos, los pliegues que cubren la cabeza, de diferente manera en cada uno de los ejemplares. Los colgantes o “rafrafs” pueden ser sencillos, pueden estar ornamentados con líneas longitudinales (f. 14), con líneas transversales o flecos (f. 13)... En todos los especímenes aquí mostrados, que pertenecen a un mismo manuscrito, parten de un nudo o un broche circular anexo a un pliegue que rodea la frente, pliegue que en la f. 13 está adornado con una línea ondulada y puntos. Los rafrafs y los nudos o broches podrían ser también indicativos de rango e incluso serían propios de los reyes orientales<sup>2</sup>. Es particularmente interesante a este respecto el ejemplar que muestra la f. 15, que representa a uno de los Reyes Magos ofreciendo su presente a Jesús recién nacido: Su tocado tiene forma de gorro o casco frigio, como los representados en las escenas de Epifanía que aparecen en el arte Paleocristiano, y está rematado por un largo colgante ondeante, como los rafrafs de las fs. 13-14.

La miniatura mozárabe -Beato de Fernando I (Madrid, Biblioteca Nacional, vit. 14, 2: f. 24- ofrece un caso que nos recuerda, por el aspecto que muestra de la superficie, unos ejemplares que las fuentes hispanomusulmanas, al describirlos sobre sus soldados, denominan “maqarif”, y que se caracterizaban por estar cubiertos de pelo. Los soldados musulmanes que los usan, cuando son mencionados por las fuentes escritas, son calificados de infantes arqueros (AL-RAZI, 1967: cap. 26, p. 68-69; y cap. 203, p. 238-239).

Hay casos, ya citados, en los que aparece con la cabeza descubierta el personaje armado (f. 8), por lo que resulta evidente el uso de diferentes tipos de tocados así como la posibilidad de no usarlos, reflejándose todo ello en las fuentes iconográficas observadas.

Antes de terminar este capítulo tengo que aventurar una hipótesis. Hay una fuente escrita hispanomusulmana que nos indica que ‘Abd al-Rahman Sanchol antes de partir en campaña contra León, en 1009, tuvo la idea de reemplazar los grandes “taylasan” o gorros de sus guerreros por turbantes. Puede que las fs. 2-4, 6 y 22-25 de la Est. I sean representaciones figuradas del “taylasan”, término genérico que designaría gorros grandes<sup>3</sup>, siempre y cuando los expertos en fuentes árabes no nos indiquen que esa designación se refiere a algo distinto en su forma, cosa que hoy por hoy no ha sucedido.

---

<sup>2</sup> Alguno de los cascos reales de las monedas visigodas tienen cintas semejantes como signo de dignidad real y son casi iguales a las ínfulas de la mitra de los obispos (BRUHN HOFFMEYER, 1972: p. 171).

<sup>3</sup> PÉRÈS, Henri (1983): “Esplendor de Al-Andalus”, Libros Hiperion, 61, p. 322 n. 132.



## II. CASCOS (Est. II)

Como en el apartado anterior, teniendo en cuenta las dificultades de interpretación que ofrecen las miniaturas, se observa como rasgo común que la mayoría permite ver los cabellos del que los usa, salvo en el ejemplo de las fs. 6, 7, 9-14, 19-22, 25-28, en varios casos de la f. 18 y en el del individuo representado con armadura de la f. 24.

Entre estos tocados, todos militares, observamos varios tipos de cascos, mayoritariamente metálicos, que suelen variar en su forma y en la manera en que están hechos: Los más antiguos en nuestra Península son cónicos<sup>4</sup>. Cascos cónicos, de una pieza, aparecen 4 en la Est. II f. 2 junto a un ejemplar hecho mediante segmentos o "spangenhelm" (todos en un manuscrito del año 960), y en la Est. II f. 14 (aquí con nasal). En la segunda mitad del XI, a consecuencia de influencias transpirenaicas y especialmente normandas, se torna frecuente el casco semiesférico reforzado en el borde inferior por un aro sobre el que se fijaba una pieza que protegía la nariz: el nasal. Un ejemplar de este tipo se puede observar en la arqueta de marfil de S. Millán, que está fechada hacia 1060-1080, en la cabeza de Leovigildo (f. 13) (MENÉNDEZ PIDAL, 1986: p. 82). Los cascos cónicos hechos con varias piezas, tipo "spangenhelm", eran aún la forma más corriente de yelmo entre los años 950 y 1000, aunque insisto en que aumenta por esas fechas el uso de cascos forjados de una sola pieza, de hierro (NICOLLE, 1984a: p. 32). Cascos de forma cónica con una barra protectora para la nariz o nasal los encontramos representados por primera vez en la miniatura en el folio 240v del códice de San Sever (libro hecho entre los años 1020 y 1072 en la abadía de ese nombre). Según Viollet-le-Duc estos cascos aparecen en Francia en el siglo X, para extenderse en el XI y generalizarse su uso en el XII. A finales del XI aparecen también en el folio 194 del códice hispano conocido como Beato de Silos (Est. II f. 14) (SOLER DEL CAMPO, s/f: p. 139).

En el siglo XII es característico de Europa occidental el uso de cascos cónicos con remates inclinados hacia adelante, lo que casi a buen seguro indicaba que las zonas frontal y superior del casco eran más gruesas que las laterales y la trasera

---

<sup>4</sup> JAMES, 1986: pp. 129: El verdadero "spangenhelm" o casco cónico compuesto por segmentos llegó al mundo romano a través de la frontera del Bajo Danubio, de manos de los sármatas y dacios, a finales del siglo I d. C. o antes, y tales cascos se usaron, al menos, por una pequeña parte de las tropas auxiliares después de eso. Hacia el 300 d. C. unidades de caballería romana usaban este mismo tipo ya con nasal. En cuanto a los prototipos del spangenhelm altomedieval, tipo Baldenheim, que se ha considerado el antecedente directo de los ejemplares medievales tempranos, es posible que éste último derive de la evolución continuada del casco radial entre los pueblos bárbaros de Europa oriental y Asia central. Los yelmos de Baldenheim son, probablemente, versiones hechas por artesanos romanos para satisfacer encargos hechos por señores ostrogodos. Los que presentan forma ovoide son de indudable filiación oriental preislámica (Persia sasánida), y llegaron a esta parte del Mediterráneo occidental de manos de los musulmanes.

(NICOLLE, 1983: p. 70) (Est. II fs. 10-12, 15-22, y dos ejemplares de la f. 24).

Cascos de varias piezas o de una sola con refuerzos los hay, dentro de la Est. II, en las fs. 1, en la 7 (caso que resulta dudoso puesto que, aunque aquí se trate de un peculiar jinete armado de lanza, en el mismo manuscrito aparecen tres tocados semejantes coronando las cabezas de los Tres Reyes Magos (ver Est. I f. 15), en las fs. 9-13 y 15-28. La f. 1 de la Est. II presenta unas interesantes particularidades: Su forma es ovoide, no cónica, con bandas en los bordes laterales que muestran los remaches; y otra, oscura, en el eje longitudinal, y que termina, rematando el casco, con un objeto en forma de trébol. A los lados de la faja que sirve de eje hay dos triángulos dirigidos en sentidos opuestos. Su forma ovalada, de huevo, me indica que nos encontramos ante el "baydah" (MAYER, 1943: p. 6; NICOLLE, 1976: p. 48-49; NICOLLE, 1986: p. 41). Incluso es dorado, como lo citan los Anales de al-Hakam II: "La formación se continuaba con los infantes de los fursan al-riyada y con una selección de los `abid del difunto hayib Ya`afar; tropas...de admirable aspecto y perfectamente equipadas, que se cubrían con cascos dorados y llevaban, en sus manos diestras, lanzas grandes y anchas... (AL-RAZI, 1967: cap. 26, p. 70)". El "baydah" probablemente se hacía con dos piezas de hierro sujetas mediante una banda del mismo metal, que discurría a lo largo del eje longitudinal. Estaba dotado con placas redondas o en forma de rombo a los lados de dicha banda y con una cubierta de fieltro que protegería contra el sol (GORELIK, 1979: p. 33). Cascos muy parecidos a éste aparecen en un fragmento de manuscrito, de Fustat, del siglo XII (ver Est. III f. 12). Estos también presentan unos vivos colores, unos motivos (dos) a cada lado de una banda central -aunque aquí no son triángulos- y algo que no se observa en nuestra Est. II f. 1 por estar de forma frontal -unas bandas de tela colgantes, tal vez *rafrafs*- (NICOLLE, 1976: p. 49-50; GORELIK, 1979: f. 24). En la Est. II fs. 18-19 y 21 aparecen, también, a ambos lados de una faja frontal, círculos; y, como en el caso de los triángulos de la f. 1, probablemente se trate de símbolos de pertenencia a una unidad militar determinada, de símbolos profilácticos o, más probablemente, de indicaciones de rango<sup>5</sup>. En el mundo persa sasánida se conocen casos de tocados militares que presentan en la frente discos de plata con puntos impresos (OVERLAET, 1982: p. 195; GORELIK, 1979: p. 34), lo que continúa en el mundo persa hasta el siglo XIII. En el ámbito romano, Constantino usaba el monograma cristiano o crismón en su casco (seguramente con la finalidad de

---

<sup>5</sup> Sobre el problema del uso sobre cascos de elementos mágicos protectores, de signos de reconocimiento de rango y de pertenencia a una unidad en ejércitos organizados, he averiguado que ya los asirios usaron cascos cónicos en el siglo IX a. C. con representaciones en sus frentes de dioses guerreros locales como señal de protección y de reconocimiento, y parejas de signos curvos, de número variable, rematados por cabecitas de animales, que servían para indicar el rango del que usaba el casco (OVERLAET, 1979: pp. 58-60; DEZSÖ, 1991: pp. 105-125).

servir de protección), que evolucionó a una cruz o asterisco entre sus soldados (ver Est. III f. 3 donde aparecen varias cruces y dos signos en forma de ojos). Entre los jefes germanos degenera este motivo en estrellas (ALFÖLDI, 1932: p. 16). En la parte frontal de los cascos vikingos generalmente había una “señal de guerra” (“herkumbi”), una insignia mediante la cual los hombres que seguían a un líder podrían reconocer a sus camaradas: Una especie de casco con distintivo regimental (OAKESHOTT, 1960: p. 153-154). En la Est. III f. 13 podemos ver ejemplos cristianos occidentales, de mediados del siglo XII, en la que ambos cascos presentan símbolos de este tipo en la parte frontal. En la Est. II fs. 10-12, 15-22 y 24 se representan unos tipos de cascos cuyos vértices se inclinan hacia adelante. Como ya vimos antes, son característicos de Europa occidental, en el siglo XII, el uso de cascos cónicos con remates inclinados hacia adelante. Por esas mismas fechas, es decir siglos XII y XIII, aparecen también sobre soldados bizantinos, sirios e iraquíes (NICOLLE, 1976: p. 36 f. 146). En el caso de los ejemplares de Oriente Medio, a menudo presentan cubrenucas, que, usualmente, incluían protección para los oídos y exhiben los ángulos inferiores redondeados. No obstante, hay ejemplares sin cubrenucas (GORELIK, 1979: p. 33).

Aparecen en la Est. II f. 15 elementos colgantes en la parte trasera de un yelmo. Aquí, por el tamaño, no se trata de rafrafs, sino de ínfulas. Al parecer los cruzados trajeron de Oriente, en el siglo XIII, estos elementos que añadieron a sus cascos cónicos de remate inclinado hacia adelante, llegando en su gusto por esos adornos a incluirlos en la heráldica<sup>6</sup>.

Las fs. 4-6 de la Est. II muestran cascos de escamas o placas, que en el caso de la f. 6 deja sólo el rostro al descubierto, y que en la f. 4 -un guardián del Santo Sepulcro- muestra el ápice del casco rematado por una cimera compuesta por tres plumas, adorno que resulta muy raro en la Alta Edad Media occidental. De los cascos de escamas o placas sabemos que del siglo V a. C. en adelante los escitas usaron masivamente unos gorros o caperuzas frigos, puntiagudos, de cuero, que cubrían con escamas metálicas solapadas (CERNENKO, 1983: p. 7). León VI, en su Táctica, recomienda que los jinetes usen yelmos de malla o escamas. En el Islam sabemos del uso de yelmos de escamas fabricadas con pequeñas piezas de material rígido, quizá sobre una base almohadillada o gorro reforzado. También tenemos conocimiento de objetos semejantes por el tratado sobre armas y armaduras que escribió al-Tartusí para Salah al-Din en el siglo XII, donde el autor trata de la manufactura de escamas o laminillas de cuero. Nos dice que los yelmos también podían ser hechos de cuero tratados previamente, tratamiento que consistía en un barnizado o un abrillantado. Esto puede indicar un yelmo de escamas endurecido.

---

<sup>6</sup> BRUHN HOFFMEYER, 1972: p. 171.

Todo nos lleva a pensar que estamos ante una manifestación de la presencia de fuertes tradiciones preislámicas sasánidas, imitadas tanto por bizantinos como por los árabes (NICOLLE, 1976: p. 33-36). Presento paralelos de estos ejemplares de escamas en la Est. III fs. 1 (un curioso ejemplar chino), 4 (ejemplar que ilustra un códice procedente de las Islas Británicas y que, curiosamente, parece presentar una máscara de escamas que deja sólo al descubierto los ojos). De origen persa son los de las fs. 8, 11 y 14 de la Est. III.

En el caso de la Est. II f. 8, muestro un ejemplar con un tosco cubrenucas, que procede del "Beato" de la Seo de Urgel, y que es de fines del siglo X. Puede que se trate de un casco, tal vez de cuero también.

En la Est. II fs. 13 (casco hemisférico), 14, 22 y 24 aparecen los yelmos dotados de nasales y protecciones de malla, que en el caso de la f. 13 deja al descubierto sólo los ojos<sup>7</sup>. La f. 14 lleva el velo de malla sujeto al casco y al borde de la armadura mediante unos dispositivos circulares. Este velo de malla enlaza al casco con la loriga y protege mejillas y parte trasera de la cabeza. Aunque cumpla la función de almófar no parece serlo, puesto que en nuestra ilustración los elementos defensivos están unidos al casco por unos remaches (las piezas circulares) y no ser una defensa de la cabeza independiente del casco (SOLER DEL CAMPO, sin fecha: pp. 139-140, fs. 56 y 60).

El casco con nasal de la Est. II f. 22 está dotado con una placa cubrenucas más tosca que la que aparece en la f. 19. Por cierto, ambas figuras pertenecen al mismo manuscrito<sup>8</sup>.

Defensas de malla como única defensa para la cabeza aparecen en uno de los individuos del grupo de la f. 18, concretamente el que presenta sobre la cabeza líneas semejantes a las que simulan la armadura corporal.

Caso particular es el de la Est. II f. 3 que es un caso curioso, puesto que es de una forma nunca vista. Su hechura es característica, de una sola pieza, con un cubrenucas que se extiende casi hasta cubrir los oídos y con un borroso adorno en forma de gota. Mientras que no se hallen otros paralelos recuerda vagamente a los cascos que usan las figuras de los jinetes persas de la Est. III fs. 9 y 10, aunque aquí sin el adorno de la cúspide.

En la Est. II fs. 26-28 muestro un detalle del mural del castillo de Alcañiz que representa al rey Jaime entrando en Valencia. Su séquito y él usan cascos hemisféricos con corta ala, y unas curiosas defensas faciales que parecen de cuero

---

<sup>7</sup> BRUHN DE HOFFMEYER 1972: p. 134 ha considerado que este ejemplar es relacionable con modelos orientales.

<sup>8</sup> Probablemente nos encontramos aquí frente a lo que se conoce por las fuentes como "zahiqa" y "migfar", denominaciones que las fuentes musulmanas dan a unos yelmos de forma diversa, peculiares de al-Andalus, y que se caracterizaban, fundamentalmente, por ocultar el rostro mediante un velo de malla de anillos (ver fs. 13 y 20 (NICOLLE, 1976: pp. 44-48).

o tela fuerte que, en el caso del monarca (f. 28), dichas defensas llegan casi hasta los hombros. Los de sus acompañantes no alcanzan tal longitud. El casco y todo el atavío del soberano aragonés se decoran con el emblema de su reino. Estos yelmos recuerdan modelos muy parecidos de Asia Menor y del Cáucaso, de entre los siglos X al XIII (NICOLLE, 1976: p. 49; GORELIK, 1979: p. 35:), y muy probablemente fueron traídos a Europa occidental por los cruzados.

Por lo que se refiere a la decoración externa, caso de los remates coronando el casco (Est. II, f. 1) u otros elementos decorativos, sabemos que eran populares en el Islam incluyendo al-Andalus (NICOLLE, 1976: p. 50). En la Est. III, f. 2 presento un ejemplar, éste dotado de máscara, muy antiguo -está representado sobre un monumento helenístico- cuyo perfil, curiosamente, es idéntico al de la Est. II f. 1. Otro paralelo de este ejemplar lo podemos hallar, como indiqué antes, en un fragmento de códice fatimí (Est. III, f. 12) que presenta incluso una banda vertical, en el eje del casco, a cada lado de la cual hay una especie de cuadrado o círculo toscamente ejecutados, que recuerdan los triángulos que hay en el baydah de nuestra f. 1 de la Est. II. Estas marcas, aunque de forma diferente y en cascos ejecutados con muchos años de intervalo, posiblemente responderían a la misma función: símbolo de grado o la de servir de signo de reconocimiento dentro de una misma unidad. Ambos cascos están representados con un rico colorido (recuérdese el dato ofrecido por nuestras fuentes escritas: "...tropas...de admirable aspecto y perfectamente equipadas, que se cubrían con cascos dorados".)

El ejemplar de la Est. II f. 23, cónico, alto, era una forma muy propia del Próximo Oriente, entre los sasánidas por ejemplo. Aquí está dotado de un elemento nuevo: el fuerte refuerzo frontal. En el ámbito persa-sasánida, por lo general, son cascos compuestos por dos valvas unidas entre sí mediante una banda continua que va de delante a atrás; y, como aquí, carecen de carrilleras y cubrenucas (JAMES, 1986: p. 117). Esta forma también fue característica de Bizancio (NICOLLE, 1976: p. 36) pero, antes, en el ámbito romano imperial tardío, entre los siglos IV y V, esta estructura imitada de los tocados sasánidas, originó modelos bivalvos, con cresta, hemisféricos. Posiblemente se generalizaron bajo Diocleciano. Este tipo fue el origen directo de los cascos usados en Europa septentrional entre los siglos VI y VIII: los hallazgos de Sutton Hoo, Valsgärde y Coppergate, en York, reflejan, todos, este tipo romano dominante en el siglo IV (JAMES, 1986: pp. 131-133 y 134). Aquí, en nuestra miniatura, aparecen rastros de esto, gracias a los normandos (Est. II fs. 9 y 25 (casco hemisférico de una pieza con máscara)). La última ilustración citada brinda un gran interés, puesto que ofrece semejanzas con los ejemplares hallados en Sutton Hoo y en Vendel, escalones evolutivos de los cascos tardorromanos y sasánidas con máscara. Del que presento se ha llegado a decir que es un tipo característico de al-Andalus (NICOLLE, 1976: p. 46). Más acertadamente ha habido quien considera que es

un elemento importado del Este, a pesar de los ejemplares tan parecidos ya citados, que fueron hallados en sepulturas anglosajonas y escandinavas previkingas (BRUHN HOFFMEYER, 1972: p. 133-134). Se ha aventurado la posibilidad de que este casco con máscara provocara con su evolución la aparición del gran yelmo con forma de tonel, proceso que culminó hacia el 1200 (NICOLLE, 1987: pp. 5-6).

Como conclusión, aparte de lo que claramente se deduce de la lectura de esta monografía, salta a la vista que a lo largo de la Alta Edad Media se mantiene viva la influencia de la civilización romana tardía, de su heredera directa, Bizancio, y de Oriente, particularmente Persia y Siria. Hay que constatar la pervivencia en las primeras etapas de la Edad Media de núcleos importantes de población que mantenían aún vivas las instituciones militares e incluso la uniformidad militar imperial romana tardía: bretones de la Galia, britanos de Gran Bretaña, e, incluso, hispanorromanos<sup>9</sup>. Ya en el siglo XI es curioso el reflujó cultural que suponen las oleadas normandas, que traían consigo elementos heredados de la Romanidad tardía. Posteriormente, cuando entablan contacto con el área mediterránea, sirven de puente entre el Islam y Europa occidental a través de Sicilia y de las Cruzadas. Por lo que respecta al ámbito estrictamente andalusí, nos encontramos con una serie de tocados a los que podemos dar nombre (khud, 'Imama Bagdadiyya, maqarif, taylasan...); conocer su origen e, incluso, características tales como textura, aspecto, tipo de tropa a la que servía como elemento de "uniformidad" (maqarif, baydah...). Hay ejemplos en los que podemos intuir hasta el rango del militar que los lucía, caso de las fs. 13 y 14 de la lámina I y 1 y 15 de la II, que debía ser elevado, mientras que en el de la f. 18 de la lámina I sería más bien bajo.

A partir de la segunda mitad del siglo XI se observa que las modas dejan de ser predominantemente orientales, dando paso a las puramente europeas, aunque abundan siempre rasgos decorativos orientales -como las ínfulas- que pueden haberse usado de nuevo por obra de los cruzados, quienes las traerían de Oriente Próximo.

Antes de terminar tengo que dejar claro, con toda la humildad propia de un curioso que se sabe desconocedor del árabe clásico, que en todo lo concerniente a la terminología que aventuro aquí como propia de los tocados de los que se

---

<sup>9</sup> Ibn al-Jatib nos da la noticia de un impuesto de Abd al-Rahman I a los cristianos del que formaban parte 1.000 cascos de hierro: "En el nombre de Dios, clemente, misericordioso. Carta de seguro (kitab aman), otorgada por el rey engrandecido `Abd al-Rahman a los patricios, monjes y príncipes y demás cristianos españoles de la gente de Castilla y a sus secuaces de las demás comarcas. Les concede seguro y paz, obligándose a no quebrantarles este pacto mientras ellos paguen anualmente 10.000 onzas de oro, 10.000 libras de plata, 10.000 cabezas de los mejores caballos y otros tantos mulos, con más 1.000 armaduras, 1.000 cascos de hierro y otras tantas lanzas, por espacio de un quinquenio. Se escribió esta carta en la ciudad de Córdoba a tres de Safar del año 142 (758)" (SÁNCHEZ ALBORNOZ, 1978).

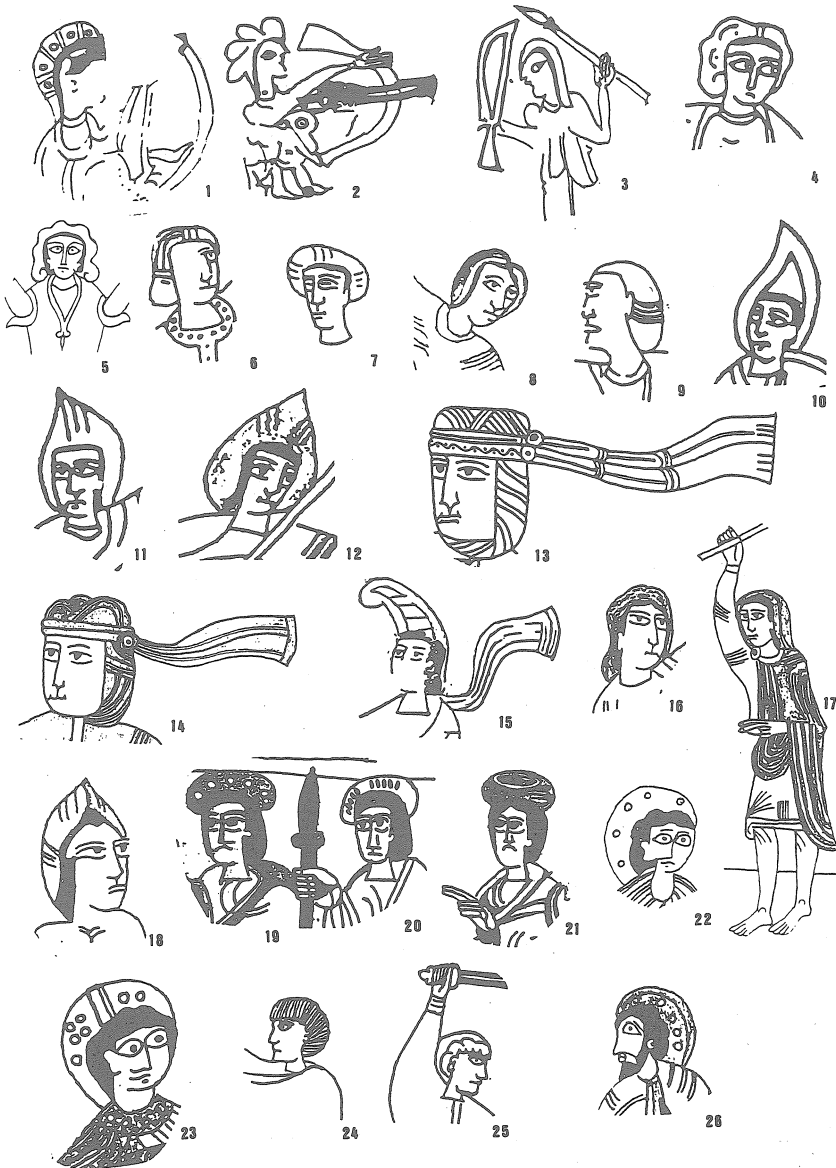
ocupa este trabajo, los arabistas tienen la última palabra, y cuando den a la luz la descripción o una fuente que describa un objeto de los por mí hoy presentados aquí, me sentiré satisfecho al conocer su nombre verdadero.

## BIBLIOGRAFIA

- ALFÖLDI, A. (1932): "The helmet of Constantine with the Christian monogram", *Journal of Roman Studies*, nº 22, p. 16.
- BRUHN HOFFMEYER, A. (1972): "Arms and Armour in Spain. A Short Survey. vol. 1: The Bronze Age to the End of High Middle Age", *Gladius*, Jaraiz de la Vera (Cáceres), tomo especial.
- CARVER, M. O. H. (1986): "Contemporary artefacts illustrated in late saxon manuscripts", *Archaeologia*, London, nº 108, pp. 117-145.
- CERNENKO, E. V. (1983): "The Scythians 700-300 B.C." *Osprey. Men-at-arms series*, London, nº 137, p. 7.
- DEZSÖ, T.; CURTIS, J. (1991): "Assyrian iron helmets from Nimrud now in the British Museum", *Iraq*, London, nº 53, pp. 105-125.
- ELISSEEFF, D. & V. (1985): *New discoveries in China*. Shen Zhen (China).
- ELGOOD, R. (1979): *Islamic arms and armour*. London.
- GORELIK, M. (1979): "Oriental Armour of the Near and Middle East from the eighth to the fifteenth centuries as shown in works of art", *Islamic arms and armour*. London, pp. 30-63.
- JAMES, S. (1986): "Evidence from Dura Europos for the origins of Late Roman helmets" *Doura-Europos. Études, Extrait de Syria*, París, nº 63.
- KLUMBACH, H. (1973): *Spätromische gardehelme*. Munich.
- MAYER, L. A. (1943): "Saracenic arms and armour", *Ars Islamica*, nº 10.
- MENÉNDEZ PIDAL, G. (1986): *La España del siglo XIII leída en imágenes*. Madrid.
- MILLÁN CRESPO, J. A. (1986): "Un horno de cerámica del siglo X", *II Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*, Madrid, pp. 107-111.
- NICOLLE, D. (1976): "Early medieval Islamic arms and armour", *Gladius*, Jarandilla (Cáceres), nº 12.
- NICOLLE, D. (1983): "The Cappella Palatina ceiling and the Muslim military inheritance of Norman Sicily", *Gladius*, Jarandilla (Cáceres), Nº 16.
- NICOLLE, D. (1984a): "The age of Charlemagne", *Osprey. Men-at-arms series*, London, nº 150, pp. 9-11, 18, 24-5 y 32
- NICOLLE, D. (1984b): "Arthur and the Anglo-Saxon wars", *Osprey. Men-at-arms series*, London, nº 154, p.p.: 8, 14, 15, 25 y 29.
- NICOLLE, D. (1986): "Saladin and the saracens", *Osprey. Men-at-arms series*, London, nº 171, pp. 9, 10, 13 y 41.
- NICOLLE, D. (1987): "The Normans", *Osprey. Elite series*, London, nº 9, p. 5-6, f. de la p. 18.
- OAKESHOTT, R. E. (1960), *The Archaeology of Weapons*. London. OVERLAET, B. J. (1979): "Pointed helmets of the Iron Age from Iran", *Iranica Antiqua*, nº 14, p.p. 58-60.
- OVERLAET, B. J. (1982): "Contribution to Sassanian Armament in Connection with a Decorated Helmet", *Iranica Antiqua*, nº 17, pp. 195.

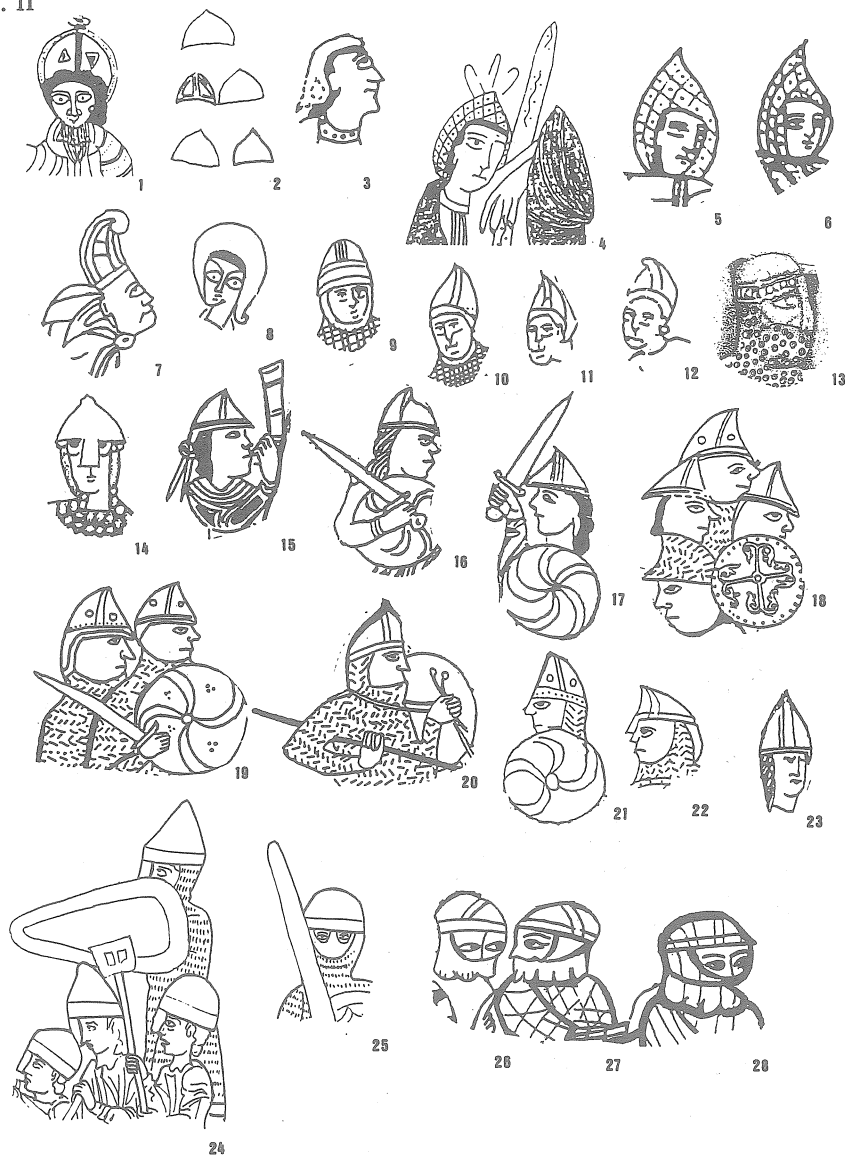
- PÉRÈS, H. (1983), *Esplendor de Al-Andalus*. Madrid, Libros Hiperion, 61.
- AL-RAZI, 'Isa Ibn Ahmad (1967): *Anales palatinos del Califa de Córdoba al-Hakam II*. Madrid, trad. por E. García Gómez, Soc. de Estudios y Publicaciones.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, CI. (1978): *La España musulmana según los autores islamitas y cristianos medievales*. Madrid, tomo I, p. 131.
- SOLER DEL CAMPO, A. (sin fecha): *El armamento altomedieval en la Península Ibérica: siglos X y XI*. Madrid, Memoria de licenciatura.
- VIOLLET-LE-DUC, M. (1974): *Dictionnaire Raisonné du mobilier française de l'époque carlovingienne a la Renaissance*, Madrid.
- WISE, T. (1981): "Saxon, Viking and Norman", *Osprey. Men-at-arms series*, London, nº 85, p. 16.



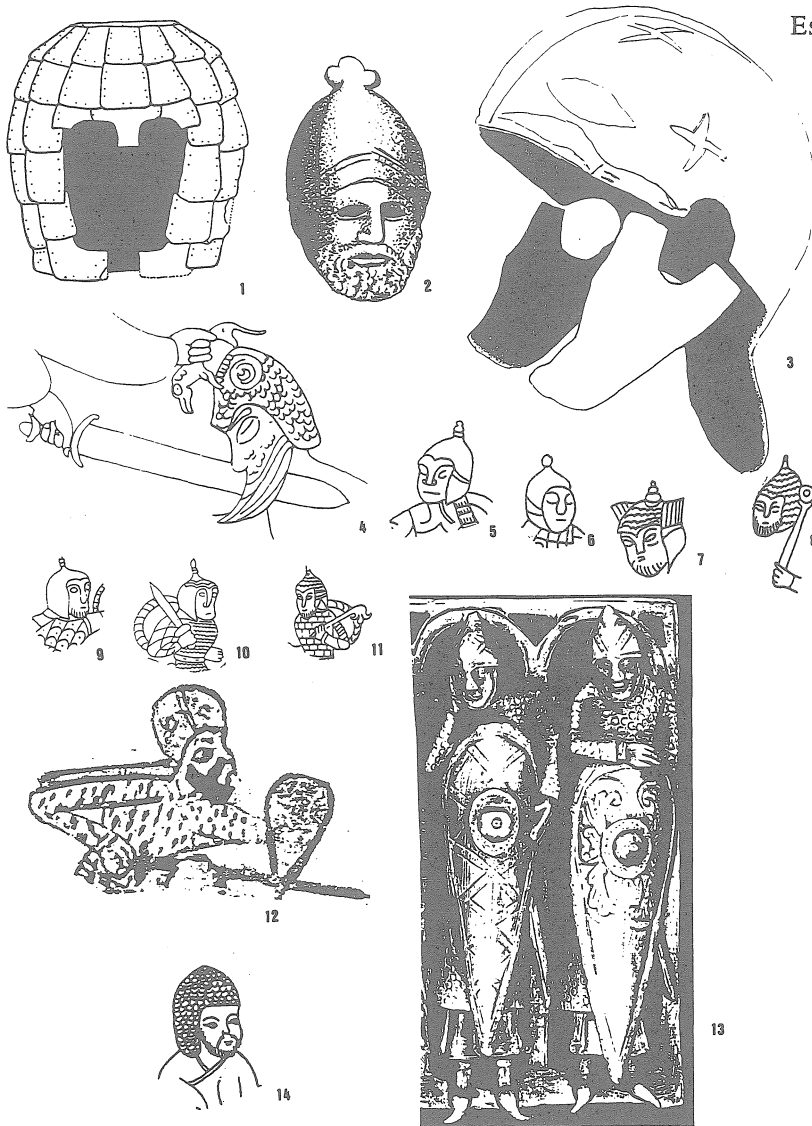


Est. I — 1. León. Museo de la Colegiata de la Catedral. Biblia de Juan y Vimara. Año 920; 2. Ver f. 1; 3. Ver f. 1; 4. New York. Pierpont Morgan Library, ms. 644. Años 926-952; 5. Ver f. 4; 6. Gerona. Catedral, Arch., 7 (Museo Diocesano, N<sup>o</sup> 100). Año 975; 7. Ver f. 6; 8. Ver f. 6; 9. Ver f. 6; 10. Ver f. 6; 11. Ver f. 6; 12. Ver f. 6; 13. Ver f. 6; 14. Ver f. 6; 15. Ver f. 6; 16. Ver f. 6; 17. Ver f. 6; 18. Ver f. 6; 19. El Escorial (Madrid). Códice Albeldense. Año 976; 20. Ver f. 19; 21. Ver f. 19; 22. El Escorial (Madrid). Biblioteca del Monasterio, códice 453. Códice Emilianense. Año 994; 23. Madrid. Real Academia de la Historia. Exposición de los Salmos. Siglo X; 24. Madrid. Biblioteca Nacional, Vit. 14, 2. Beato de Fernando I y Sancha. Año 1047; 25. Ver f. 24; 26. Madrid. Real Academia de la Historia. Liber Comitum. Procede de San Millán de la Cogolla. Año 1073.

Est. II



Est. II — 1. León. Colegiata de San Isidoro. Biblia San Isidoro. Año 960; 2. Ver f. 1; 3. Gerona. Catedral, Arch., 7 (Museo Diocesano, Nº 100). Año 975; 4. Ver f. 3; 5. Ver f. 3; 6. Ver f. 3; 7. Ver f. 3; 8. Seo de Urgel. Catedral, Archivo, ms. I. Finales del siglo X; 9. Madrid. Real Academia de la Historia, ms. 33. Siglo XI; 10. París. Biblioteca Nacional. Biblia de Roda o Noailles. Primera mitad del siglo XI; 11. Ver f. 10; 12. Ver f. 10; 13. Madrid. Museo Arqueológico Nacional. Detalle del arca de las reliquias de San Millán. Procede de San Millán de la Cogolla (La Rioja). Aproximadamente 1076; 14. Londres. British Museum, ms. Add. 11695. Procede del monasterio de Silos. Aproximadamente 1109; 15. León. Colegiata de San Isidoro. Biblia 2ª. Año 1162; 16. Ver f. 15; 17. Ver f. 15; 18. Ver f. 15; 19. Ver f. 10; 20. Ver f. 15; 21. Ver f. 15; 22. Ver f. 15; 23. Ver f. 15; 24. Madrid. Museo Arqueológico Nacional, Ms. 2. Procede del monasterio de San Pedro de Cardeña (Burgos). Aproximadamente 1180; 25. Ver f. 24; 26. Alcañiz (Teruel). Pintura mural del castillo que conmemora la toma de Valencia. Posterior al 1238; 27. Ver f. 26; 28. Ver f. 26.



Est. III — 1. Yelmo de escamas de hierro. Período “Estados Guerreros” (siglo IV al III a. C.). Fue hallado en el ajuar de la tumba 44 de Xiadu, Yixian (Hebei). (DANIELLE & VADIME ELISSEEFF, 1985: f. 18); 2. Yelmo con máscara del trofeo de Atalo I de Pérgamo, erigido entre el 197 y 159 a. C.. Berlín, Museo de Pérgamo; 3. Casco imperial tardorromano (siglo IV d. C.). Intercisa 2, costado izqdo. (KLUMBACH, 1973: lm. 49); 4. Detalle de una ilustración de un manuscrito inglés de los Poemas de Paulinus de Nola. Antigua Leningrado. Librería pública, Ms. Q. v. XIV. I. Siglo VIII. (NICOLLE, 1984b: f. de la p. 19); 5. Detalle de la decoración de una fuente de plata procedente de Persia. Antigua Leningrado. Museo Hermitage. Siglos IX al X. (NICOLLE, 1976: fs. 15, 16 y 18); 6. Ver f. 5; 7. Ver f. 5; 8. Ver f. 5; 9. Ver f. 5; 10. Ver f. 5; 11. Ver f. 5; 12. Londres. British Museum, Department of Oriental Antiquities. Detalle de ilustración de un fragmento de manuscrito procedente de Fustat que representa a un guerrero fatimí. Siglo XII. (NICOLLE, 1979: f. 186); 13. Glasgow. Burrell Collection. Detalle de una placa, hecha en Inglaterra, de aleación de cobre con representación de “Guardias del Santo Sepulcro”. Aproximadamente 1140-1150. (NICOLLE, 1987: f. de la p. 18); 14. Detalle de una ilustración del “Sahnama” representando a un guardia lahak o faris del ejército de Turán. (París, manuscrito procedente de Persia, Colección Pozzi). Año 1206. (NICOLLE, 1976: f. 100).

# PAUTAS DE POBLAMIENTO, DEFINICIÓN DEL ESPACIO Y ADAPTACIÓN AL MEDIO. LA CUENCA DEL ALAGÓN (SALAMANCA) HASTA EL SIGLO XIII

por

**Luis Serrano-Piedecabras Fernández\***

**Resumen:** Esta comunicación tiene como objetivo, ponderar el impacto de la antropización de un medio físico montañoso, allí donde la rigidez del paisaje y unas condiciones históricas son determinantes, configurando un preciso ecosistema, y las pautas de aprovechamiento y simbiosis con el medio. La comprensión de este marco espacial sirve para ayudar a explicar el peculiar proceso histórico, y las singularidades etnográficas. El marco físico estudiado abarca parte de la cuenca alta del río Alagón, afluente del Tajo en el sur de la provincia de Salamanca, en torno al Condado de Miranda del Castañar, que actúa de territorio fronterizo hasta el siglo XII frente a los territorios beréberes de los "nafza"; y se centra en el período de la repoblación de la llamada "Sierra de Francia".

**Palabras-clave:** Antropización. Repoblación. Fotointerpretación.

## CARACTERÍSTICAS GEO-HISTÓRICAS

La Sierra de Francia forma parte del Sistema Central peninsular, y se extiende aproximadamente entre los 2° 10' y los 2° 30' de longitud, y los 40° 20' y los 40° 37' de latitud. Administrativamente pertenece en su casi totalidad a la provincia de Salamanca, siendo tierras cacereñas solamente las vertientes sur que caen hacia las Hurdes. El factor orográfico más definitorio lo constituye la cuenca alta del río Alagón, que abarca la totalidad de dicha comarca, y aun sus afluentes por su margen izquierdo tocan tierras de la Sierra de Bejar, situada más al Este. Las cuerdas de la Sierra de Francia corren del SE hacia el NO, tónica que siguen casi todas ellas, así como la mayoría de los arroyos afluentes del río Alagón, siendo este mismo, quien corta las sierras en sentido normal a ellas, esto es NE-SO, convirtiéndose a priori en su mejor corredor entre la Meseta Norte y la Sur, que por estas tierras se tocan.

---

\* Universidad de Salamanca.

La Sierra de Francia, es un mesoambiente mediterráneo asociado climáticamente a la cuenca del Tajo, con una vegetación dominante de matorral, pero con importantes manchas arbóreas como la de castaños en su zona Norte y Este, madroños y brezales hacia el Sur, y también alcornoques, alisos y hayas, irregularmente repartidos hacia el Oeste. Debido a la alta insolación de sus vertientes meridionales y lo abrupto de su orografía, facilita la aparición de un clima térmicamente similar al extremeño, pero con una pluviometría media que supera los 1000 mm. Su fauna mayor debió contar con muchos lobos, y aun hoy los jabalíes abundan, habiéndolo sido considerada en el pasado como una reserva cinegética, de venados, corzos y capras, hoy casi extintos.

El núcleo serrano, permanece en la más estricta penumbra histórica hasta finales del siglo XII en que Alfonso IX inicia la llamada “re población” de la Sierra<sup>1</sup>; las fuentes textuales, solo mencionan acontecimientos que pudieron tener como escenario estos montes, o los territorios circundantes. Durante la segunda mitad del s. Vº se produce la destrucción de castros indígenas en el oeste de la provincia, coetáneo al saqueo godo de Astorga y de los suevos de Coimbra y Lisboa. En el año 572 el rey suevo Miro derrota al pueblo de los “ruccones”, que pudo estar instalado en estas tierras.

En el s. VIIIº, las tribus beréberes de los nafzies y los miknanies ocupan el territorio al norte de Mérida; paralelamente Alfonso I (739-757) favorece el vaciamiento de mozárabes de la Sierra y la Transierra, coincidiendo con la marcha de los elementos árabes instalados al norte del sistema central y el pleno dominio beréber hacia septentrión.

Entre 740 y 741, las revueltas de beréberes jariyies en la Meseta Norte, expulsan a los árabes hacia al sur, dejando estos territorios en sus manos, señaladamente a los de la tribu nafza. Las agitaciones en la zona se repiten en 759-60, en 768-77 y 784-85.

La primera incursión cristiana en la zona de la transierra corre a manos de Ordoño I, que asalta Coria (850-86). Mas tarde Alfonso III saquea esta ciudad, e incluso llega a Mérida (886-910), y repuebla Zamora en 893.

Durante el primer cuarto del siglo Xº, un movimiento pseudo religioso moviliza a los “barbar al-wast”, y mantiene un fuerte acoso a las plazas recién repobladas del valle del Duero, sobre todo Zamora; coetaneamente las tribus beréberes, fuertemente implantadas en el “Tagr al-Andalus”, y especialmente en su tramo inferior, en las ciudades de Coria y Toledo, comienzan a disolver su individualidad tribal entre las poblaciones indígenas.

---

<sup>1</sup> La puntillosa referencia al termino “re población”, deviene de una fogosa interpelación del Dr. Miquél Barceló, y naturalmente de mi propia desconfianza hacia ese término, calificador de una tesis histórica que no compartimos como historiador, y menos aún como arqueólogo.

La ocupación beréber del territorio de la transierra entre ambas ciudades tuvo como base la ocupación de pequeñas fortalezas, el dominio del campo y de las vías de comunicación<sup>2</sup>; coetánea a esta información, en el fuero de Sepulveda<sup>3</sup> de 1076 se recalca que toda la región al sur del Duero es lugar de refugio de asesinos, ladrones y malhechores.

En 1077<sup>4</sup> o en 1079<sup>5</sup>, Coria cae en manos del rey Alfonso VI, y poco más tarde en 1085 es Toledo quien sucumbe ante el mismo rey.

El lapso de la reconquista almorávide de estos territorios se alarga hasta el año 1142 en que Alfonso III provee la sede episcopal Cauriense, pero la inseguridad de estas tierras alcanza cuando menos hasta 1174 en que Ciudad Rodrigo se ve cercada por aquellos.

Durante la etapa andalusí el punto de referencia geográfico e histórico inmediato hacia el Sur es la ciudad de Coria, perteneciente a la Kura de Merida, habitada por los "masmuda", al igual que Laydaniya (Idanha Velha) y que a través del enclave de Granada (Granadilla) ampliaba su zona de control hasta la misma Equinea por el Este, y aun hasta Toledo con su línea de fortalezas o ciudades fuertes como Albalat y Vascos respectivamente. El enclave de Coria, no verá mermada su importancia con la definitiva conquista cristiana en el siglo XII, manteniendo una suerte de dominio sobre las poblaciones serranas y la transierra, siendo la villa de Granada (Granadilla) una avanzada de los intereses pastoriles caurienses sobre las poblaciones serranas de Valdelaguna (La Alberca), Soto-serrano y Ecclesiola, que hasta el primer cuarto del siglo XIII dependerán sorprendentemente de Granadilla.

Granada fué "fundada" por Fernando II entre 1157 y 1188, aunque todos los datos arqueológicos disponibles, apuntan a una simple "toma de posesión" de una fortaleza de los "barbar al-wast" abandonada hacía unos cien años por el grueso de sus pobladores; más al este la "refundación" de Plasencia en 1196 completa la repoblación de los grandes núcleos de población<sup>6</sup> de la Transierra.

---

<sup>2</sup> "Los beduinos (árabes) son, en efecto, gentes dadas al pillaje y al bandolerismo...Las tribus, como las berberiscas, que se atrincheran contra ellos en las rocas de las montañas están al abrigo de sus rapiñas y violencias, ya que ellos no escalan alturas ni se adentran por terrenos difíciles". De Ibn Jaldún: "*Al-Muqaddimah*", ed. de E. Trabulse, México 1987, capítulo XXV, pp. 311.

<sup>3</sup> Lacarra: "Les villes frontières dans l'Espagne des XIe et XIIe siècles", en *Moyen Age*, 69 (1963), pp. 207. Idrisi en su "Kitab Ruyyar" (Geografía de España), en el territorio que denomina "Las Sierras" que extiende desde Medinaceli hasta Coimbra, dice se alimentaban "gran cantidad de cameros y bueyes...No se encuentran jamás flacos; al contrario, todos son extremadamente gruesos, siendo un hecho proverbialmente reconocido en toda España". En ed. de A. Ubieto Arteta, col. Textos Medievales nº 37, Valencia 1974, pp. 179.

<sup>4</sup> Según los *Annales Portugalsenses Veteres*.

<sup>5</sup> Según Lévi-Provençal.

<sup>6</sup> Para la repoblación de la Transierra, veasé a Jose L. Martín: "LA REPOBLACION DE LA TRANSIERRA (SIGLOS XII Y XIII)", en *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*, Cáceres 1979.

## COMPRESION DE UN ESPACIO

La Sierra de Francia, está delimitada al Este por la Calzada de la Plata o Equinea, que cruza el Sistema Central por las cercanías de Bejar, siguiendo el cauce descendente del río Cuerpo de Hombre y luego cruzando por la parte más favorable de la montaña hacia los valles cercanos a Hervás. En su lado Occidental, de modo diagonal, queda alejada la vía Conimbrigense, que por Ciudad Rodrigo comunicaba Salamanca con Coimbra, y paralela a la Equinea por occidente la calzada Dalmacia que conducía desde la mencionada Ciudad Rodrigo hacia Coria y Alcántara por el Puerto del Perosín. Toda la zona serrana que nos ocupa, queda excluida de las grandes vías comunicadoras entre las mesetas, pero estrechamente circundada por estas dos principales, y otras más transversales de incierto origen y modesta traza.

El espacio denominado Sierra de Francia, posee unas delimitaciones físicas en cuanto a su orografía, que la aísla de la meseta norte mediante una serie de formaciones montañosas paralelas de difícil tránsito, que se encuentran erizadas por numerosos castros<sup>7</sup>.

Estos sistemas defensivos, situados en su mayoría por encima de los 1200 metros de altitud y uso ocasional, tuvieron una funcionalidad doble, guarecer a la

---

Respecto del poblamiento originario de Granadilla o Galisteo, consultese el atrasado inventario de J.R. Mélida: *Catalogo monumental de España. Provincia de Caceres*, Madrid 1924, pp. 241-42, t.I.

<sup>7</sup> Sintonizo plenamente con las tesis expuestas por M. Santoja et alii: "El Castillo Viejo de Valero (Salamanca): análisis de sus características y de su cronología", en las «Actas del Coloquio Internacional sobre la Edad del Hierro en la Meseta Norte», en *Zephyrus* XXXIX-XL (1986-87), pp. 365-374. La bibliografía castreña salmantina, tiene su referencia fundamental en el Padre Morán, quien desde su "Reseña Histórico-Artística de la Provincia de Salamanca", señala una serie de emplazamientos castreños en el sur de esta provincia, que salvo el caso del "Castillo Viejo de Valero", antes reseñado, no han sido estudiados. Alguno de los que hemos podido visitar, ni siquiera aparecen en los emplazamientos señalados, aunque dado lo intrincado del terreno y los errores de ubicación toponímica de los MTN (1: 50.000) no sería de extrañar, que existan los ya reseñados, como otros desconocidos, que solo una costosa prospección permitiría identificar, dada la pobreza y mimetización de los materiales sobre el terreno. Estos emplazamientos, tenidos como castros prerromanos, tienden a ser considerados como tardorromanos en su mayoría, pero un somero reconocimiento superficial, no permite visualizar materiales expresivos. Una valoración global en atención a la disposición de su ubicación, relaciones etc, me lleva a proponer una precisión no solo terminológica, creo que alguno de estos emplazamientos podrían asociarse a los "Dar albacar"(cercado de las vacas), recintos fortificados en que se recogía el ganado en caso de peligro, tal como sugiere Oliver Asín: "En torno a los orígenes de Castilla", en *Al-Andalus* XXXVIII (1973), pp. 373. Más recientemente, A. Bazzana: *Maisons d'al-Andalus*, Madrid 1992, pp. 348-353, T.II, extiende para la zona del Shark al-Andalus esta denominación. Abundando en esta tesis, hago notar la proximidad a la Alberca de unas "Majadas Viejas" (albacaras, que por asimilación pudo generar el alberca actual) en donde ha pervivido de un antiguo poblamiento, una ermita con una imagen románica del s. XIII, así como el castro llamado "peñas Albercanas" ya mencionado; en las inmediaciones de San Martín del Castañar, se encuentra asimismo el castro de la Legoriza, "equarizam" en el s. XIII, majadas de yeguas.

dispersa población de la zona con sus ganados, y guarnecer los pasos de montaña, más por su factor estratégico que táctico.

En la vertiente Norte de este sistema serrano, ya sobre la llanura cerealícola, una secuencia de estos emplazamientos defensivos cumplen tales misiones: así el de las “Peñas Albercanas o la Corona”, controlaría el “Collado del Hoyo de los Lobos” y más concretamente el “Puerto de la Calderilla”; el castro del “Gancho de las Zorreras”, vigilaría el llamado camino de “las Portillas” junto con el de “Los Molinos” y “El Codorro”; situándose entre ambos, el cruce de las “Cuatro Calzadas”, que une el citado camino de “las Portillas” con el que de Tamames conduce al “Castillo Viejo de Valero” en la resonante Sierra de Quilamas<sup>8</sup>. El “Castillo Viejo” parecería estar dispuesto en una posición más protegida, siendo el “Castillo..” por sus defensas y superficie cercada el que podría tener una función central en esta supuesta red de asentamientos castreños. “Las Pocilgas de la Novata”, el “Pico Cervero” y el “Teso Mirón”, son tres emplazamientos que cubren los pasos al Noreste de este sistema castral, que dispuesto sobre las cuerdas de estos sieros que corren de NO al SE, y que junto con los cinco anteriormente mencionados, cubren un horizonte visual que abarca desde el Oeste al Noreste, y se extiende desde estas cotas decenas de kilómetros en el horizonte, controlando además los escasos tres o cuatro pasos practicables, desde la meseta Septentrional.

Hacia el Sur la sierra abre asimismo escasos corredores, aun más definidos que en su vertiente norte, a saber: camino desde la Alberca hacia las Mestas (las Hurdes), camino hacia Caminomorisco desde Herguijuela y Rebollosa, camino hacia Granadilla desde Herguijuela y Rebollosa o desde la confluencia del río Francia con el Alagón y Cuerpo de Hombre, camino hacia Granadilla desde este río por el puerto de Cabrera; estos caminos hacia el sur no aparecen flanqueados por ninguna defensa castreña conocida.

Los corredores Este-Oeste, tienen una mayor apertura, siendo por el Este el río Sangusín, el río Cuerpo de Hombre y el corredor a través de Santibañez de la Sierra a San Esteban de la Sierra los dominantes, no excluyendo otros como el “Carril del Miratón” que discurre por Horcajo de Montemayor. La propia fragosidad de la sierra, excusa la existencia de recintos defensivos. Los caminos hacia el O. se confunden con los que provienen del NO, de Ciudad Rodrigo y Tamames, y que también aparecen flanqueados por una secuencia de castros, tales como el de “Las Coronas”, “Valle Redondo”, “Guadapero”, “Carazo” y “Cabeza Gorda”, que significan la primera línea de defensas en las antesierras al O-NO del sistema montañoso descrito, y atalayan el “Camino de los Arrieros” o “Camino de los Serranos”, que a través de el Saúgo y la plaza antaño cercada

---

<sup>8</sup> Sobre este castro, vid nota 7. El topónimo “Quilamas”, vinculado a una romántica leyenda de resistencia de una mujer principal frente a los musulmanes, podría derivar de “qal’a” o “qulàya”, término por el que se designa a las torres o castillos roqueros.



de Robleda, conecta con la vía Dalmacia hacia Coria por el “camino de los contrabandistas” hasta el Puerto del Perosín; es en este camino donde se ubica en término de Zamarra, el castro tardorromano y visigodo de “Lerilla”, situado en la línea NO-SE de los cinco castros antes enumerados y en el camino que acaba conduciendo a Morasverdes, nominado antiguamente Salvatierra de Francia en atención a la función de su emplazamiento y confluir en este pueblo el corredor más septentrional de esta sierra en dirección E-O desde Ciudad Rodrigo (Calzada Dalmacia) por Arroyomuerto hasta Calzada de Bejar (Calzada Equinea), corredor transversal que queda dominado en su tramo central, tal y como vimos, por los castros ya citados de “Peña Redonda”, “El Codorro” y el “Castillo Viejo”, y un poco más al O. por los inciertos castros del “Valle Redondo” y “las Coronas”. Paralelo a este camino descrito O-E, pero siguiendo un trazado más meridional a través del corredor entre el río Agadón y el Río Chico de Porteros por el mediodía de Monsagro y hasta la Alberca, una vez salvada la enorme Peña de Francia, corre una ulterior vía de comunicación, protegida asimismo por los castros de la “Peña del Frances” y “los Castillejos”. Desde esta localidad de la Alberca, sigue el camino hasta enlazar en Cereceda con el “Carril de los Serranos” que corre hacia el norte cerca de Tamames o hacia el “Puerto de Asperones” o el “Puerto de la Calderilla” antes mencionado, puerto que aparece defendido en su vertiente Norte en el despoblado llamado “Casas de Garriel” por una torre hoy desmochada y convertida en panera<sup>9</sup>.

Otros castros como el de “la Legoriza”, y los más inciertos del “Teso de las Tiendas”, “Peña Redonda” y la “Morisca”, cierran el acceso Oeste desde Salvatierra de Francia (Morasverdes) a esta malla castral, que obviamente protege el mesoambiente de la Sierra de Francia con sus feraces valles interiores, de las penetraciones por el sector que abarca desde el NE al O.

Este espacio, que tratamos de definir desde el punto de vista físico, parece ofrecer hacia el Norte y el Sur una notable dificultades de tránsito, algo menores hacia el Oeste, y más fluidas hacia el Este, la Sierra de Bejar. Parece marcarse orográficamente un aislamiento pronunciado respecto de la Meseta Norte, adjetivado por la red castreña, y dicho aislamiento también es sensible hacia el valle del Tajo, aunque hacia aquí los pasos están desprotegidos; incluso, los valles interiores de la Sierra de Francia no facilitan la comunicación E-O, si no es a través de contados corredores. Estos condicionantes físicos se acentúan al observar la distribución de los castros mencionados, que parecen querer controlar los pasos septentrionales y noroccidentales, dada la extraordinaria visibilidad N-NE

---

<sup>9</sup> El despoblado de “Garriel”, aparece ya reseñado en 1629, vid. García Martín, B.: *El proceso histórico de despoblamiento en la provincia de Salamanca*, Salamanca 1982, pp. 123-125.

de los cuatro primeros mencionados, al igual que los de "Guadapero" y "Carazo".

Sin atrevernos a ser categóricos dado que esta investigación está en curso, debemos poner en relación esta red castral con momentos de transición y de extrema inseguridad, de una economía casi de subsistencia y muy relacionada con la ganadería, pero tampoco ajena a prácticas agrícolas mínimas. Su disposición en relación con la Meseta Norte y las vías de comunicación, parece sugerir una utilización que podría oscilar entre los episodios de las invasiones del siglos V<sup>o</sup>-VI<sup>o</sup>, y más fundadamente de la islámica del siglo VIII<sup>o</sup> y de la primera "fitna" del siglo siguiente, ello sin descartar un posible umbral cronológico anterior.

## ESTABLECIMIENTO DE UNA MALLA DIACRONICA DE POBLAMIENTO

Las primeras pautas sobre el poblamiento tardoantiguo en las zonas aledañas al Sistema Central y cuenca alta del Tormes, la formularon Santonja [et al.]<sup>10</sup> en 1985, a propósito del estudio arqueológico sobre el poblado hispano-visigodo de "Pelayos", proponiendo que la pervivencia de población hasta el momento de la "rehabilitación" medieval es una evidencia arqueológica para esta zona sur de la Meseta.

Nuestra intención es aportar todos los vestigios arqueológicos que nos permitan detectar poblamiento prefeudal en la zona de estudio, para constituir una primera aproximación al poblamiento anterior a la "rehabilitación" del territorio.

El Inventario Arqueológico Provincial, minuciosamente elaborado desde la dirección del Museo Provincial de BB. AA., nos proporciona un mapa de dispersión de hallazgos (mapa nº 1). Conviene recordar, que los materiales que han permitido su inventarización son escasos en todos los casos, y en ninguno de ellos se ha procedido a excavación alguna ni a una prospección extensiva y sistemática. Casi todos ellos tienen un substrato romano o tardorromano, determinado por la aparición de materiales que tradicionalmente se han asimilado más a tradiciones constructivas clásicas; en casi la mitad de estos yacimientos, se han detectado pizarrillas incisas<sup>11</sup> con dibujos, signos numerales o textuales en cursiva,

---

<sup>10</sup> Fabian, J. F., Santonja, M., Fernández, A. y Benet, N.: "Los poblados hispano-visigodos de «Cañal», Pelayos (Salamanca)", *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Zaragoza 1986, pp. 187-201.

<sup>11</sup> Sobre la compleja y aun polémica cuestión, veasé el reciente trabajo de Velazquez Soriano, I: *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*, Murcia 1989, que ofrece desde la perspectiva filológica un cuadro muy interesante, lástima que no pueda hacerse el contraste arqueológico de sus tesis. Asimismo Arroyo Villa, A.: "Entorno a la visigotización de la provincia de Salamanca", *Revista Provincial de Estudios. Diputación de Salamanca*, nº 18-19, 1985-86, pp. 169-222 desde una perspec-

de cuyo análisis paleográfico se deduce un umbral cronológico que podría llevarnos desde finales del s. VI hasta finales del s. VII. Asimismo introduzco las localizaciones que de estas pizarras proporciona Isabel Velazquez, y la relación de vestigios visigodos en la zona que proporciona Angeles Arroyo Villa, ambas en las obras citadas.

### LISTADO DE YACIMIENTOS

- nº 1 – Cepeda, lugar: Pendón.
- nº 2 – Cepeda, lugar: Corona.
- nº 3 – Cepeda, lugar: casco urbano.
- nº 4 – Cepeda, lugar: confluencia Arroyo del Coso con Francia.
- nº 5 – Garcibuey, lugar: Cerro.
- nº 6 – Garcibuey, lugar: Mata.
- nº 7 – Arroyomuerto, lugar fte. la Cierva.
- nº 8 – S. Martín del Castañar, lugar: Legoriza.
- nº 9 – S. Martín del C., casco urbano.
- nº 10 – S. Miguel de Valero, lugar: Castil de Cabras (no figura).
- nº 11 – Villanueva del Conde, lugar arroyo S. Benito.
- nº 12 – Nava de Francia, lugar la Morisca (no figura en mapa).
- nº 13 – Mogarraz, lugar los Malvanes.
- nº 14 – Villanueva del C., lugar río Francia.
- nº 15 – Madroñal, lugar San Pedro
- nº 16 – Herguijuela de la Sierra, lugar del alto de la Mina.
- nº 17 – Herguijuela de la S., lugar de Pedro Martín.
- nº 18 – Sotoserrano, lugar del Servón (no figura).
- nº 19 – Sotoserrano, lugar de la Corona.
- nº 20 – Sotoserrano, lugar del Manto.
- nº 21 – Sotoserrano, lugar de la Dehesa.
- nº 22 – Sotoserrano, lugar de los Casaretones.
- nº 23 – Sotoserrano, lugar del Conejino.
- nº 24 – Sotoserrano, lugar de la Maya.
- nº 25 – Valero, lugar Majadallana (no figura en mapa).
- nº 26 – Valero, lugar Castillo Viejo (no figura).

---

tiva más arqueológica, tampoco recoge desgraciadamente todos los restos, que quedan mas completos con la somera relación que efectua Santonja et alii en el trabajo citado. Asimismo en la alta Extremadura, hay noticias de la localización de pizarras inscritas con signos numerales al menos en el "valle de las Granadillas", término de Segura de Toro; vid. Sayans Castaños: *Artes y pueblos primitivos de la alta Extremadura*, Plasencia 1957, pp. 202-207.

- nº 27 – Santibañez de la Sierra, lugar: Monte.
- nº 28 – Santibañez de la Sierra, lugar: ermita de S. Juan.
- nº 29 – Molinillo, lugar los Ruzillos.
- nº 30 – Molinillo, lugar la Corona.
- nº 31 – Pinedas, lugar el Vallejón-Valdecabras.
- nº 32 – Pinedas, lugar Valdecabras.
- nº 33 – Garcibuey, lugar cueva de los Letreros.
- nº 34 – Pinedas, lugar alto de los Palacios.
- nº 35 – Pinedas, lugar arroyo de Valdespino.
- nº 36 – Pinedas, lugar camino de Sotoserrano a Colmenar.
- nº 37 – San Esteban de la Sierra, lugar: ermita de Rando.
- nº 38 – Santibañez de la Sierra.
- nº 39 – Mogarraz, lugar ermita de Sta. Columba.
- nº 40 – Madroñal, lugar ermita de Sta. Columba.
- nº 41 – Cepeda, lugar ermita de Sta. Columba.

De todos estos lugares reseñados, y dentro de las dificultades de datación reseñadas, podemos distinguir en principio un listado de lugares, que tienen por sus restos en pizarra o tumbas excavadas en la roca, una datación amplia entre finales del s. Vº y mediados del s. VIII<sup>o</sup><sup>12</sup>, y más precisa sobre el s. VIIº, pudiendo en algún caso dilatarse esta datación más allá del IXº. Así tenemos: nº 2, 5, 7, 8, 9, 13, 14, 21, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37 y 38. A estos lugares de poblamiento de época visigoda cabría añadir tres lugares que a comienzos del siglo XVII aun conservaban ermitas bajo la advocación de Sta. Columba, santa que junto con S. Saturnino tenían en la iglesia visigoda un culto destacado y más precisamente en el siglo VIIº, siendo ambos santos unos de los poquísimos e inequívocos cultos que perduran de esta época en plena Edad Media; se trata de las ermitas que próximas a los cascos urbanos se hallaban en Cepeda, Madroñal y Mogarraz, localidades casi colindantes entre sí, lo que presupone que estos núcleos o en sus inmediaciones, serían detectables yacimientos que ven así dilatado su horizonte cronológico.

Con una adscripción en principio tardorromana tenemos los nº 1, 20, 23, y 32; teniendo los quince restantes yacimientos una filiación dudosa.

Ello nos lleva a establecer que los diez y nueve primeros yacimientos, tienen un umbral de ocupación que cuando menos se prolonga hasta el siglo VIIº u VIIIº, estando su origen probablemente en época tardorromana; y que para los restantes, convendría una prospección más detenida para poder precisar su cronología, pero parece evidente que buena parte de los mismos, sobre todo los que se agrupan en

---

<sup>12</sup> Vid. Velazquez Soriano *opus cit.*, que efectúa el más preciso trabajo entorno a ellas.

los municipios de Pinedas, Molinillo, Santibañez, Cepeda y Sotoserrano, obedecen todos ellos a unos patrones de poblamiento muy similares que nos conduciría a una banda cronológica similar.

Casi todos ellos, y en atención a su ubicación, obedecen aparentemente a una función eminentemente agrícola (veintinueve) y complementariamente ganadera, salvo unos pocos que sirven como recintos de defensa (ocho) o minera (uno); la mayoría de ellos están situados invariablemente en valles, junto a un curso de agua cuando menos, se ubican asimismo en una cota baja, entre los 400 y 700 m. de altitud (veintinueve), siendo solo unos pocos (cuatro) los que se sitúan a más de 700 m. Casi todos ellos se ubican en laderas de fuerte pendiente (entorno al 20%), lo que obliga a efectuar un cultivo en terrazas, generalmente asociado al regadío por aprovechamiento de pequeños cursos de agua. Esta vocación agrícola se refuerza si consideramos que de un total de cuarenta y un yacimientos, diez y nueve de ellos se concentran entre los municipios de Cepeda, Madroñal, Sotoserrano y sus inmediaciones, tierras las de estos pueblos, que ofrecen un aprovechamiento agrícola superior al entorno (margen derecha del río Francia y desembocadura de este en el Alagón).

Apoyando aún más la funcionalidad agrícola de estos emplazamientos, hemos detectado en la confluencia del río Alagón con el arroyo de Valdespino (40º 26' 30"/2º 18'), y sobre ambas orillas de este, donde se localizan los los enclaves del inventario nº 4, 19, 20, 22, 23, 24, 31 y 32, varias retículas no concordantes entre sí, ortogonales, o trazadas con una inercia ulterior de ortogonalidad, que parcelan campos de cultivo, algunos ya fósiles, en una distribución que recuerda la centuriación romana, si no fuera por su extensión demasiado reducida, ubicación en ladera y disposición en terraza (mapa nº 2). La regularidad en el trazado de las parcelas, contrasta vivamente con el trazado parcelario de estas zonas de montaña, donde se impone la rigidez de las curvas de nivel en el aterramiento subsiguiente, resultando las más caprichosas formas en los campos. El estudio fotogramétrico de esta parcelación, revela una malla continua de al menos 48 parcelas cuadradas de alrededor de 80 metros de lado, lo que viene a corresponderse con 96 varas castellanas de lado, que en superficie abarca una fanega de tierra (= 6439'5 m<sup>2</sup>). A esta malla se le superpone otra ordenación al menos, que no tiene regularidad ni medidas identificables. La datación de tal parcelación requiere un estudio de campo más detenido, pero las primeras menciones a la fanega se remontan al s. XII, horizonte temporal que coincide con la "reoblación" de los pueblos antes mencionados de Sotoserrano, Ecclesiola, Valdelaguna etc.<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Según el Tudense, Sotoserrano se ha repoblado antes de 1188, al igual que Ecclesiola; Sequeros entre 1188 y 1230, Miranda del Castañar ya es próspero en 1215, Valdelaguna posee documentación epigráfica de 1195 y San Martín del Castañar es donado al obispo de Salamanca en 1225, después de desgajarlo del dominio del Concejo anterior, pero aparece ya citado en la bula constitucional de la

La transición entre este hábitat disperso y el más concentrado resultado de la “re población” de finales del s. XII, ofrece una cierta continuidad, ya que varios núcleos de poblamiento feudal, no son sino hábitats anteriores: así el casco urbano de San Martín del Castañar ofrece un vestigio arqueológico que remonta su origen a época anterior; si incluimos en esta comparación todas las otras localidades serranas, no mencionadas en las fuentes como “re pobladas” en hora tan temprana, vemos que Santibañez de la Sierra, al igual que la antes citada poseen restos de la misma época, así también Cepeda posiblemente fuera un castro prerromano y visigodo<sup>14</sup>, y en el que además se veneraba a Sta. Columba, al igual que en Madroñal y Mogarraz, lo que avala la continuidad de poblamiento<sup>15</sup>.

Todo ello nos lleva a establecer un mapa de “re población” distinto del proporcionado por la bibliografía tradicional ya mencionada; a los poblamientos conocidos de finales del s. XII de Sequeros, Soto de Francia (Sotoserrano), Ecclesiola (Herguijuela de la Sierra), Miranda del Castañar, y Valdelaguna (Alberca), cabría añadir otras poblaciones que tienen un origen anterior, tales como San Martín del Castañar (mencionado documentalmente desde 1175), Santibañez de la Sierra, Cepeda, Madroñal (o inmediaciones), Mogarraz (o sus inmediaciones), y quizá Molinillo, en atención a los asentamientos arqueológicos señalados en ellos o sus alrededores. Tal hipótesis, nos lleva a cuestionar más fundadamente el significado tradicional otorgado al término “re población”, cuando habría que hablar de “infeudación”, en un mesoespacio donde percibimos continuidad de poblamiento en al menos seis asentamientos humanos devenidos en aldeas hasta la actualidad.

---

sede episcopal de Ciudad Rodrigo en 1175. La Alberca y Sotoserrano, pertenecían a la villa de Granadilla, al igual que las cacereñas de Caminomorisco, Abadía y Aldeanueva, en un intento real por asegurarse los pasos hacia la meseta Norte, que a través de la Alberca por Batuecas y Sotoserrano por el Alagón, se controlaban desde Granadilla. En este contexto de “delegación de dominio”, hay que entender la donación por parte de esta villa a la de la Alberca en 1289 de la dehesa de la “Jurde”.

<sup>14</sup> Para Cepeda ver en Maluquer de Motes Nicolau: *Carta arqueológica de España, Salamanca*, Salamanca 1956, pp. 58. San Martín de Castañar se eleva sobre un yacimiento tardorromano y visigodo y se relaciona con el yacimiento inmediato del cerro de San Benito y con el castro de la Legoriza, la “equarizam” de 1225 (Martín Martín, J.L. et alii: *Documentos de los archivos catedralicio y diocesano de Salamanca. ss. XII-XIII*, Salamanca..... pp. 253-254). Santibañez de la Sierra es el hagiotopónimo que conmemora la advocación al Evangelista de una desaparecida ermita datada en el 583 (Gómez Moreno: *Catálogo Monumental de España. Provincia de Salamanca*, Madrid 1967, pp. 67-71). Garcibuey, Molinillo, Madroñal y Mogarraz parecen tener asimismo su origen en los yacimientos inmediatos de “el Cerro”, “la Corona”, “San Pedro” y “los Malvanes” respectivamente, aunque esta asociación no está probada.

<sup>15</sup> Sobre el hábitat rural en la Antigüedad tardía, y para esta zona, veasé «El hábitat rural disperso en la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía (siglos V-VII)» en *Arte Sociedad, economía y religión durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía.*, Homenaje a J.M. Blázquez Martínez, Murcia 1991, pp. 269; sobre la llamada repoblación medieval de la zona veasé J. Gonzalez: “Repoblación de la Extremadura leonesa”, *Hispania* III (1943), pp. 195-272.

Otra hipótesis confirmada sería la referente a la concentración de la población en el tránsito hacia la plena Edad Media, y como efecto de la feudalización del territorio, complementada con una variación en la tipología de los asentamientos, que ahora se hacen más alejados de los ríos, asentados a más altura, ya que todos ellos, excepto Sotoserrano (522m.) lo están entre los 633m. de Cepeda y los 1048m. de la Alberca, y desarrollados con una morfología urbana peculiar.

## FUNCIONALIDAD Y DIACRONIA DE LA TRAMA VIAL

Cuando comenzamos a estudiar la red de comunicaciones de esta zona montañosa, partimos de una hipótesis que hemos podido confirmar: la pervivencia secular de estas vías, se debe al condicionante que significa la extrema rigidez del paisaje, vías en las que se puede apreciar una modificación por lento incremento o mejora del firme, nunca por sustitución.

La sistemática de restitución ha partido del establecimiento de un mapa básico de asentamientos arqueológicos devenidos en pueblos actuales, de introducir en primer lugar los caminos tenidos por romanos<sup>16</sup>, de estudiar la morfología urbano-vial de esos supuestos primeros poblamientos, y de establecer finalmente a través de los diccionarios geográficos, de la cartografía y la fotografía vertical las hipótesis cartográficas de sendas de comunicación básicas entre estos núcleos.

El resultado que se ofrece (mapa nº 1), expresa una red viaria, eminentemente de sendas, a través de la cual los siete núcleos de poblamiento más antiguos quedan enlazados, junto a los cinco que cita el Tudense. A esta relación de doce poblamientos anteriores al s. XIII, habría que añadir aquellos de los que no tenemos constancia de su origen, como son Arroyomuerto, las Casas del Conde, Aldea del Conde, Monforte, Aldehuela (despoblado nº 14), Cargamancos<sup>17</sup> (despoblado nº 7), Pelamojados, Valdágula (despoblado nº 6), San Esteban, Sta. María o

---

<sup>16</sup> Vid. Cesar Moran: *Reseña histórico artística de la provincia de Salamanca*, Salamanca 1946; quien menciona dos antiguos caminos: "...un viejo camino que, desprendiéndose de la Calzada de la Plata en Aldeanueva del Camino, cruzaba por la Abadía, Lagunilla, Valdelageve, Sotoserrano en que persevera un puente de siete ojos, Cepeda, Casas del Conde, Arroyomuerto..." (pp. 40). Mas adelante: "Su trazado era el siguiente, Ciudad Rodrigo, Tenebrón, Morasverdes (antes Salvatierra de Francia), El Maíllo, Cavaco, Cereceda, Arroyomuerto, Cargamancos y la Palla, que se hallan encima de Sequeros y Garcibuey; desde aquí bajaba a los puentes del Alagón, Santibañez, por las cuevas del Reventón a Valdefuentes, a Calzada donde atravesaba la Calzada de la Plata, y a Bejar." (pp. 43). Una descripción más prolija sobre vías de comunicación la tiene el mismo autor en: "Antiguas vías de comunicación en Salamanca", en *Rev. de Obras Públicas* (Dic.1950), pp. 602-615.

<sup>17</sup> Cargamancos se asocia al yacimiento de "la fuente de la Cierva" de datación tardorromana y visigoda, y a la vía romana transversal ya descrita (Ciudad Rodrigo a Bejar) sobre la que se halla. El lugar despoblado a mediados del s. XVII, siguió usándose como refugio de cabreros y ganado del género. Los materiales observables en superficie, denotan la misma cronología de inicio de ocupación.

Pinedas, que quedan asimismo comunicados.

En este mapa de asentamiento diacrónico, perfectamente integrado en esta red viaria, construida lógicamente en función suya, introducimos todos los emplazamientos recogidos en el Inventario Arqueológico citado, de tal manera que aunque gráficamente diferenciados, se mezclan pueblos actuales con despoblados de diversa antigüedad. El resultado que observamos no deja de sorprender, ya que salvo los yacimientos nº 8 y 14, todos los demás se hallan sobre o al borde de estos caminos "tradicionales", sin que exista disparidad entre los asentamientos anteriores a la feudalización del territorio (ss. XII-XIII), con los posteriores (en su caso siempre anteriores al s. XVI).

Si observamos los dos trazados descritos como más antiguos por Morán<sup>18</sup>, que discurren el uno de NO-SE y el otro N-S, apreciamos que aunque no hay una especial concentración de yacimientos entorno a ellos, sí que se aprecia que el camino citado Sotoserrano-Arroyomuerto, está más vertebrado por núcleos actuales de población y concentra en sus cercanías el mayor número de yacimientos antiguos, sobre todo en la zona en que cruza el Alagón, que aglutina como ya indicamos ocho yacimientos, y que la vía diagonal NO-SE de Arroyomuerto a Santibañez, articula en menor medida un eje de comunicación menos jalonado de yacimientos que el anterior, solo tres. Hay otro eje comunicador, también diagonal pero orientado SO-NE que discurre entre Herguijuela, Cepeda, Miranda, Valdaguila y Santibañez, que enlaza siete yacimientos y seis pueblos, cruza al igual que la vía NO-SE descrita por Morán, el río Alagón por un puente bajo-medieval<sup>19</sup> en el paraje denominado como "puentes del Alagón", de tal manera, que estos tres caminos principales forman un triángulo, teniendo como vértices los lugares de Arroyomuerto, Cepeda y Santibañez, ocupando Miranda del Castañar una posición dominante en esta malla vial.

Los términos que apuntan estas vías, marcan el eje NO-SE: Bejar (calzada Equinea)-Ciudad Rodrigo (calzada Dalmacia); el eje N-S: de Tamames (la Mese-ta, Salamanca)-Granadilla; y finalmente el eje SO-NE: Salamanca-Coria<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Vid. nota nº 16.

<sup>19</sup> Un elemento desaprovechado de estudio sobre vialidad, son los puentes que cruzan o sirvieron para franquear cursos de agua. Elemento complementario de los caminos nos ayudan a comprender sus trazados, dado que el puente es otro elemento que contribuye a incrementar la ya de por sí gran rigidez del paisaje serrano. Este puente de tres arcos de medio punto muy sobreelevados, recuerda por el aparejo del dovelaje de sus ojos y disposición de los tajamares tanto al de San Esteban de la Sierra de cuatro arcos, como con el supuestamente romano de Sotoserrano, que sí conserva reutilizados sillares que delatan esa procedencia. Aunque el de San Esteban conserva una fecha inscrita de 1588, parece lógico pensar una antigüedad mayor para estos tres puentes sobre el río Alagón, que como todos, han sido presa de varias ruinas parciales o totales, y de las subsiguientes reconstrucciones.

<sup>20</sup> Enlazaría con la calzada romana planteada desde Coria por Calzadilla de Coria, Heman Pérez, cruzaría en Pinofranqueado el arroyo de los Angeles por "el vado Morisco", el arroyo Hurdano por el "puente de Vegas de Coria", atravesaría el arroyo Batuecas (antes Riomalo) por el también "vado



Desde la cabecera del Condado se irradian caminos secundarios a los ya descritos, siendo los del cuadrante E-S los que comunican tierras eminentemente de pasto, y hacia el N y hasta el SO, se despliegan caminos que conducen a las mejores tierras de cultivo que se concentran básicamente en dos amplias zonas, la una, entre Aldea del Conde, Garcibuey y Miranda, sobre las vegas que abre el arroyo Umbría de San Benito, que además de estos pueblos, acogía a los despoblados de Aldehuela, Cargamancos, Pelamojados y Valdágula, la otra zona agrícola de feraces huertas abarca las localidades de Miranda, las Casas del Conde, Mogarraz, Monforte, Madroñal y Cepeda.

Esta malla vial, supone un nivel superior en cuanto a su función comunicadora, quedando por debajo de ella, otras tramas terciarias de sendas y caminitos que poseen una funcionalidad más "cotidiana", permitiendo el acceso a campos de cultivo o aprovechamientos hidráulicos que irradian lógicamente desde cada localidad; la aproximación a este nivel, requeriría métodos de prospección y restitución que actualmente no tenemos a nuestro alcance.

Estamos ante una marcada pervivencia de caminos (constituidos todos ellos antes del s. XVI) y ante una fijación lineal de los asentamientos humanos, que se desplazan en el tiempo a lo largo de los caminos, buscando emplazamientos más adecuados a las necesidades de cada época, pero en casi ningún caso los lugares despoblados quedan aislados en zonas olvidadas, ni los nuevos poblamientos medievales buscan lugares no comunicados hasta entonces si seguimos las trazas viarias que se marcan desde los yacimientos arqueológicos. Se recalca pues el papel rector que tienen los caminos en el proceso de antropización del territorio, máxime cuando se trata de un paisaje montañoso, y como tal de una extrema rigidez.

El triángulo vial descrito, encierra y comunica las zonas agrícolas más adecuadas al cultivo y de mejor calidad de este núcleo serrano del Condado de Miranda, que queda físicamente encerrado por las formaciones montañosas ya descritas, y dominado funcionalmente por la Villa de Miranda del Castañar. Estaríamos en condiciones de aseverar, que el triángulo vial principal está ya constituido esencialmente antes del proceso "repoblador" en la Sierra de Francia de los ss. XII-XIII, y que en el lapso de los ss. XIII-XV, en que se consolidan los vínculos feudales, queda cerrada la malla secundaria que afianza el papel eminen-

---

Morisco", donde se desvían dos caminos, uno que asciende entre la "Orconera" y la "sierra del Castillo", y otro que serpentea Alagón arriba hasta el puente de posible origen romano de Sotoserrano en el lugar ya mencionado de las "Juntas". El planteamiento parcial se hace en la siempre útil y refrescante.. *El Miliario Extravagante* (Noviembre 1992), nº 39/40/41, pp. 22-23 y mapa adjunto, donde se denomina como L(usitania)28. Una equivocada la ofrece J. L. Melena: «Salama, Jálama y la epigrafía latina del antiguo corregimiento». *Simbolae Ludovico Mitzelena septuagenario oblatae*. Vitoria 1985.

te de Miranda sobre las poblaciones de su entorno<sup>21</sup>; asimismo queda plasmada de una retícula vial que es la expresión espacial del dominio feudal, ejercido desde la villa condal de Miranda del Castañar.

## MORFOLOGIA URBANA Y ADAPTACION FUNCIONAL

Merced a un proceso no explicitado, pero en el que la coherción feudal debió ser determinante sobre todo en los siglos XIII y XIV, una malla de poblamiento disperso, deviene en otra en que la característica es la concentración del hábitat. Una serie de núcleos de poblamiento tardorromano y visigodo: San Martín del Castañar, Cepeda, Santibañez de la Sierra, Cargamancos, Mogarráz, Madroñal y Molinillo cuando menos, aseguran la continuidad del asentamiento, otros treinta y cuatro lugares no se mencionan en la Baja Edad Media cuando se recodifican las Ordenanzas de la Alberca y Miranda del Castañar<sup>22</sup>, ni en otra documentación anterior.

La trama vial, parece ser poco sensible a estas modificaciones en el poblamiento, en la medida que los grandes caminos permanecen en uso y siempre comunican todos los asentamientos humanos, no importa la época, pareciendo más bien que estos se pliegan a las zonas comunicadas en sus deslizamientos forzosos dentro de este mesoespacio.

El poblamiento actual, aparece constituido íntegramente en el siglo XVI, y con certeza no habría variado apenas desde el siglo anterior cuando menos. Solamente los procesos de despoblación del s. XV<sup>23</sup> y del siglo XVIII<sup>24</sup> merman

---

<sup>21</sup> La intervención señorial en el mantenimiento y construcción de caminos, como una muestra más del ejercicio de su dominio, queda reflejada por los Títulos CXV y CLVII de las Ordenanzas de la Alberca de 1515 (seguimos la transcripción hecha sobre copia de 1534 en su memoria de Licenciatura inédita Dña. M<sup>a</sup>. S. Pulido Rodríguez: *Las relaciones socio-económicas Alberca-Hurdes, a través de sus ordenanzas: año de 1515*. También G. Berrogain: "Ordenanzas de la Alberca y sus términos Las Hurdes y las Batuecas", en *Anuario de Historia del Derecho Español*, VII (1930), pp 381-441. Asimismo en Miranda del Castañar, se provee en el Título XIX de sus ordenanzas del cuidado y mantenimiento de sus caminos y puentes (Ordenanzas de la villa de Miranda del Castañar. 1561, B.U.S. Ms. 2765).

<sup>22</sup> Las Ordenanzas de la Alberca y de Miranda, confirmadas y reformadas a comienzos del s. XVI, derivan esencialmente, como es lógico, de otras copias más antiguas, según se deduce de estas más tardías.

<sup>23</sup> El señor de Miranda, Conde D. Pedro de Estuñiga, había usurpado al Concejo de la ciudad de Salamanca la jurisdicción de los lugares de Cilleros, Nogales y la Palla durante el segundo cuarto del s. XV; ciertamente en la redacción de 1561, se menciona en las Ordenanzas de la villa Condal a "Zilleros" como perteneciente a la Tierra de Miranda, mientras que Nogales y la Palla son despoblados, concentrando a sus habitantes en otros lugares (N. Cabrillana Ciezar: "Salamanca en el s. XV: nobles y campesinos.", en *Cuadernos de Historia*, III (1969), pp. 275-76.

<sup>24</sup> Para este siglo, en el "Vecindario de Ensenada"(1759) y en el "Censo de Floridablanca" (1787), se señalan los despoblados de la Aldehuela, Cargamancos y Valdágula, mientras que en el "Censo de la Corona de Castilla." (1587), aparecen reseñados con 16, 17 y 18 vecinos respectivamente, quedando

levemente el plantel medieval de poblaciones serranas. Si atendemos a las poblaciones documentalmente más antiguas, podemos observar en algunas de ellas ciertas características en su morfología urbana que manifiestan más las características del poblamiento y comunicaciones, antes expuestas, de la Tierra de Miranda.

La funcionalidad viaria, queda de manifiesto en poblaciones como Herguijuela (lámina 3), en la que todo el caserío se ha desarrollado a lo largo de la calle principal, del eje comunicador ya descrito antes, bifurcándose en la salida SO en tres ramales, siendo el central el eje viario ya descrito, y los otros dos los que dan servicio al camino de la Alberca y a sus propios cultivos; esta disposición de pueblo-vía, se acentúa al observar que en su entrada N, se desarrolla excentrico a la vía pero adosado a ella, un núcleo de edificaciones ovalado, denominado “el Castillo” y que es el núcleo inicial del pueblo, recinto castral cercado, y controlando el paso a Rebollosa y Caminomorisco. Los restos arquitectónicos semiocultos, la disposición del caserío y la secuencia continua de las aguas de los tejados, así lo confirman. Herguijuela de la Sierra, la vieja Ecclesiola, mantuvo un castillo, hasta ahora desconocido, en virtud de su situación en la red viaria, y de posesión adelantada de la Iglesia de Santiago de Compostela a la que pertenecía por donación Real desde 1188 en su mitad, y totalmente desde 1192, y de quedar encerrado entre los señoríos de Grandilla y Miranda. Castillo que por los restos arquitectónicos que se conservan, podría datarse como del s. XIII.

Una disposición formal de pueblo-vía, la posee Garcibuey, con una estructura urbana entorno a una calle principal, aunque aquí el elemento defensivo no aparezca.

Una estructura castral semejante a Ecclesiola, se encuentra en Molinillo (lámina 4), de parecidas dimensiones (110-120m.x75m. en sus abscisas), donde el caserío, siguiendo las curvas de nivel, cierra con sus tejados a dos aguas de orientación centrípeta el óvalo mencionado.

Aldea del Conde, la actual Villanueva (lámina 5), posee un caserío en el que la forma cuadrangular, se motiva por la intersección de tres caminos, quedando excentrica, en unos de sus vértices otra estructura de apariencia castral, englobando a la iglesia y encabalgada en lo alto de un cerrete.

La Alberca (lámina 6) fosiliza en su caserío otro castillo, del que sí conserva referencia la memoria popular, además de la denominación de dos calles. Una estructura casi rectangular (75x60 m.) con patio central, del que solo pueden intuirse, cortos lienzos del muro exterior, la potencia de su aparejo (“opus incertum poligonal” trabado con mortero), y el encabalgamiento sobre una gran peña que domina “la puente”. Vigía del caserío, del valle del río Francia y el camino que

---

mermados cuando se efectúa la visita pastoral que dá lugar al “Libro de los lugares del Obispado de Salamanca” (1604-29), a 10, 10 y 14 vecinos respectivamente.

conducía hacia el Sur, a los dominios concejiles de la dehesa de "la Jurde"<sup>25</sup>, todavía en el s.XVI, y a falta de otro campanario más señero, se tañía la campana eclesial en el más encumbrado castillejo albercano.

San Martín del Castañar (lámina 7) se desarrolla en forma angular, abriéndose a cinco caminos, y manteniendo en su ángulo, encabalgado sobre una loma pronunciada, su castillo, adscrito groseramente al siglo XV<sup>26</sup>, denota en su planta oblonga (80x60 m.), un origen próximo al de Ecclesiola, que bien podría ser anterior al s. XIII, y posteriormente modificado en el s. XV.

Finalmente Miranda del Castañar<sup>27</sup> (lámina 8), la villa cabeza del Condado, era ya prospera en 1215, datándose epigrafiicamente desde 1213; su caserío, abrazado por potente cerca de mampuesto, delinea asimismo una planta elipsoide (350x200 m.) de gran superficie si la comparamos con las anteriores, abriéndose cuatro puertas, la más antigua del s. XIV, siendo un poderoso castillo quien cierra su entrada Oeste. Esta fortaleza, datada epigrafiicamente en 1451, delata para Alvarez Villar, un origen anterior, basándose en su planta, y aun por el caracter de su torre del homenaje.

Todos estos pueblos, y los no mencionados aquí, mantienen una serie de acusados paralelismos. Sus recintos defensivos de traza castreña, serán alzados para dar fuerza a la presencia señorial en la zona (ss. XII-XIII), quizás reedificados sobre trazas castrales más antiguas. En su vialidad, los pueblos serranos, han conservado su trazado medieval, el crecimiento que se observa perceptiblemente en sus caseríos, no ha trastocado la malla urbana, ni apenas los perímetros urbanos, buscando su caserío un crecimiento en altura, crecimiento que queda urbanísticamente fosilizado en el siglo XVI<sup>28</sup>. En resumen, poblamiento concentrado, de fuerte impronta señorial, vinculado a vías de comunicación de fuerte implantación y gran rigidez, que acaba impregnando el desarrollo y ulterior fosilización urbana.

---

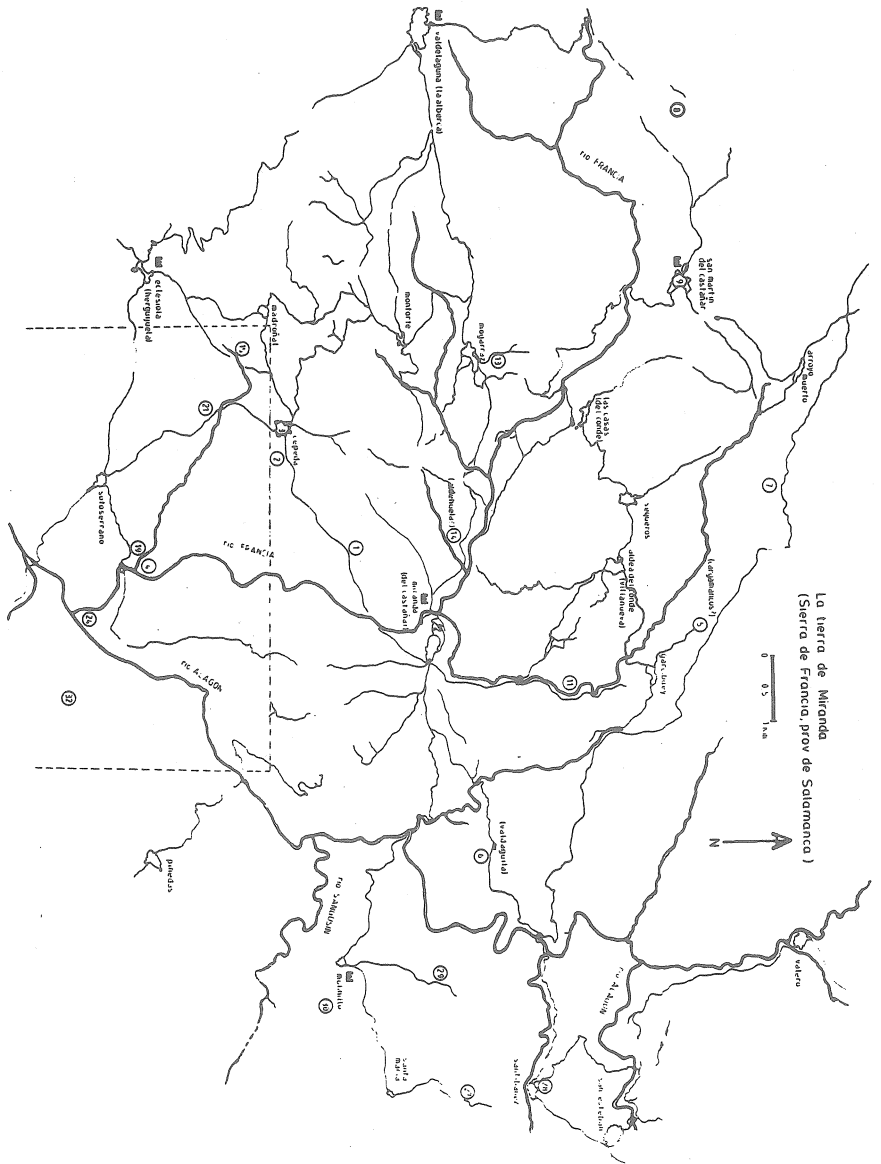
<sup>25</sup> Veasé la Tesis de Grado inédita de M<sup>a</sup> S. Pulido Rodríguez: *Las relaciones socio-económicas Alberca-Hurdes a través de sus ordenanzas: año 1515*, leída, bajo la dirección del Dr. D. J.L. Martín Martín en la Univ. de Cáceres, Septiembre 1986.

<sup>26</sup> J. Pinilla González: *Castillos de Zamora y Salamanca*, León 1989, pp. 80 es el único autor que en su guía-mínima, se aventura a ubicarlo en un lapso más razonable entre el s. XIII y el s.XV.

<sup>27</sup> J. Alvarez Villar: *La villa Condal de Miranda del Castañar*, Salamanca 1975.

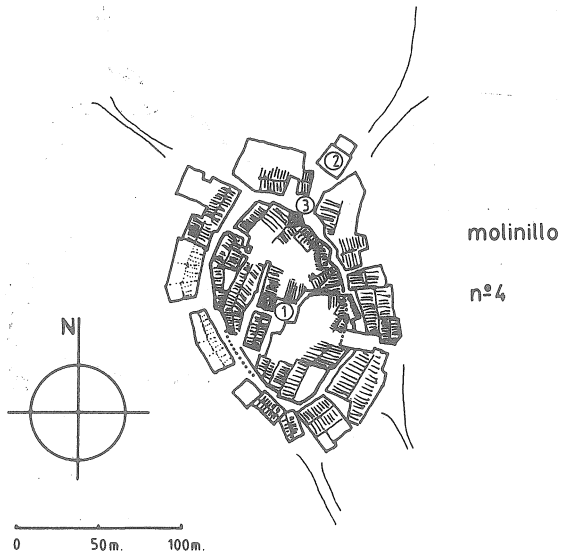
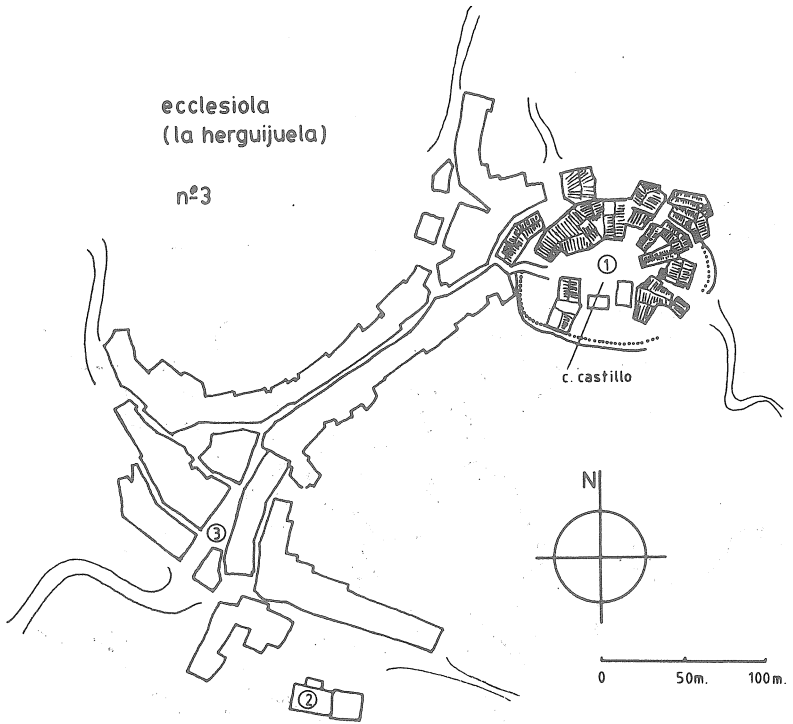
<sup>28</sup> J. I. Díez Elcuz: *La villa de San Martín del Castañar*, Salamanca 1989, pp. 42.

Mapa nº 1.

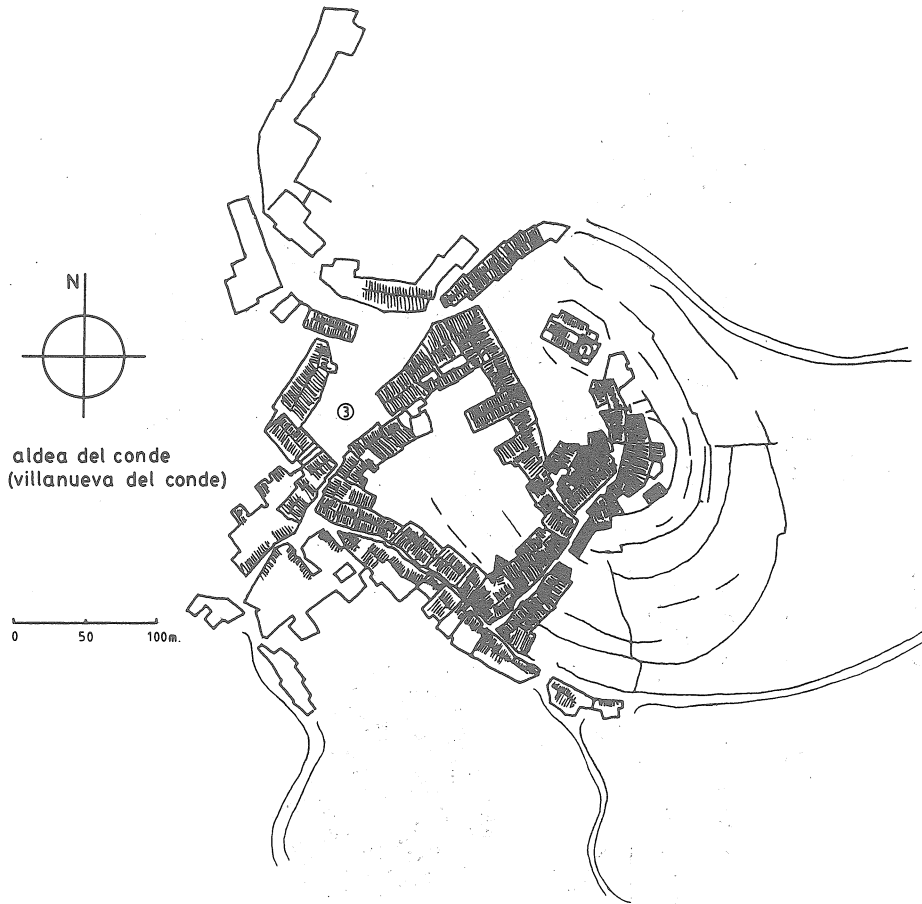




Est. III



Mapas n°s 3 y 4.



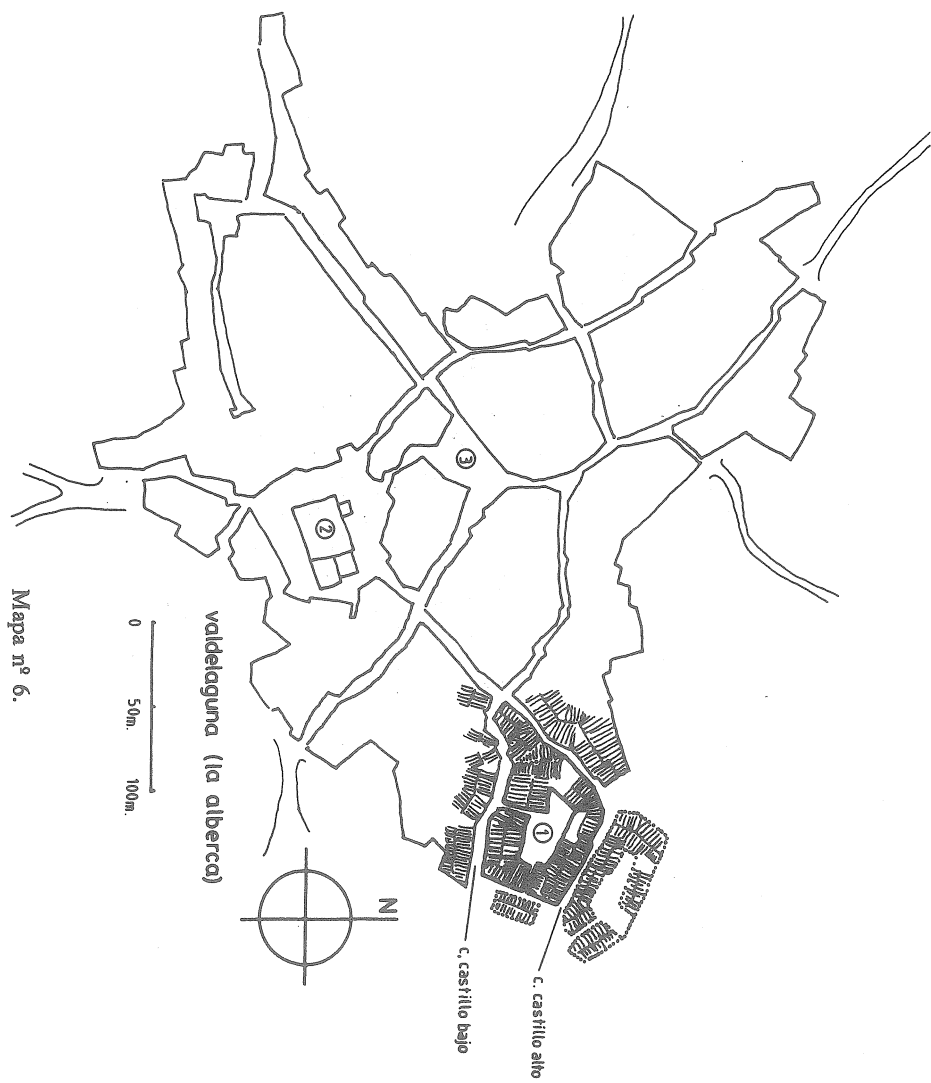
aldea del conde  
(villanueva del conde)

0 50 100m.

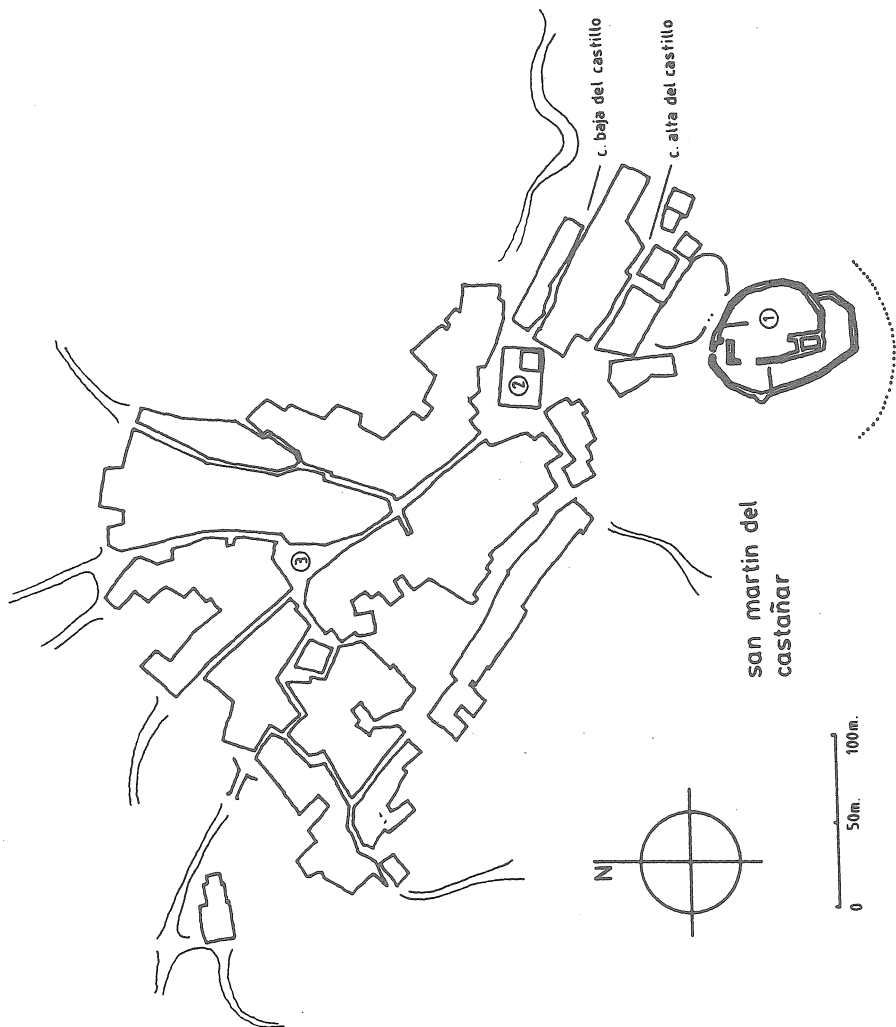
Mapa nº 5.



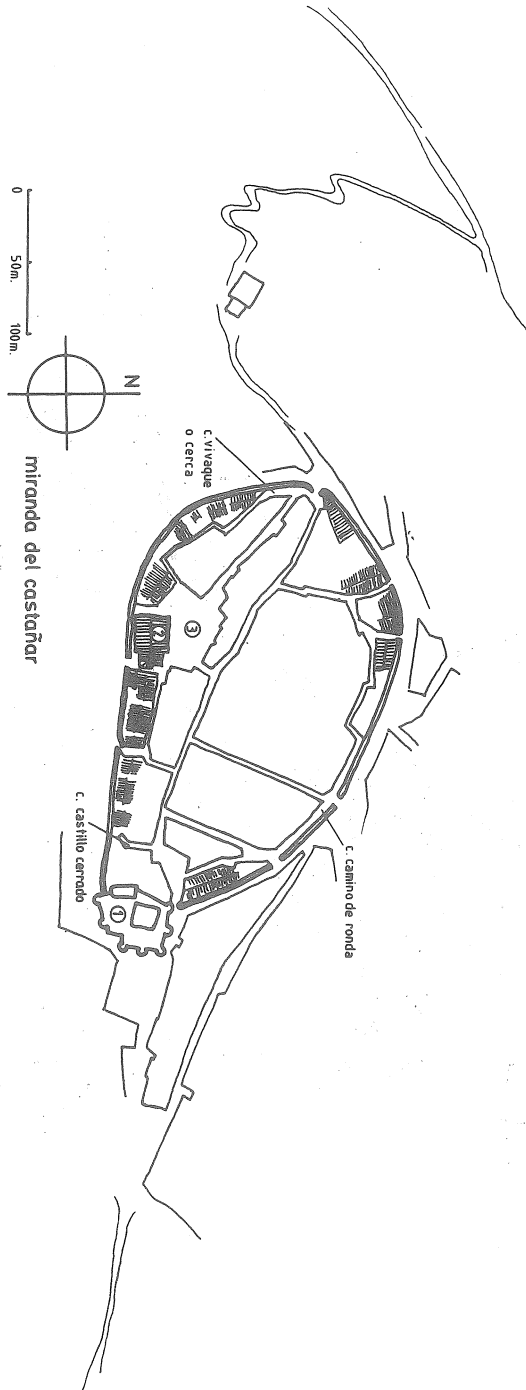
Est. V



Mapa n.º 6.



Mapa nº 7.



Mapa nº 8.

# ELEMENTOS PARA O ESTUDO DO POVOAMENTO MEDIEVAL DO CONCELHO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, DISTRITO DA GUARDA

por

Michael Mathias\*

**Resumo:** O concelho existe como unidade desde o séc. XIII. A ocupação romana possui um cariz marcadamente rural. Os períodos subsequentes demonstram continuidade, até acréscimo de importância, com a criação do bispado de Calábria. Os núcleos dispersos de sepulturas antropomórficas testemunham a disseminação do povoamento rural. O período árabe, até hoje sem evidência arqueológica incontestada, deixou marcas a nível da toponímia. O ordenamento pós-reconquista confirma os núcleos existentes, cria outros e afirma-se através do braço de ferro entre Portugal e Castela pela posse da região. Só o período pós-filipino provoca um corte nítido com consequente concentração de povoamento.

**Palavras-chave:** Continuidade. Unidade. Dispersão de povoamento.

## A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo está situado no extremo Nordeste da antiga província da Beira Alta.

A maior parte da área abrangida por este concelho ainda pertence à planície da Meseta de Castela-a-Velha, destacando-se dela claramente a Serra de Marofa com mais do que 900 m de altura. Os profundos vales do Rio Douro a Norte, do Rio Côa a Oeste, do Rio Agueda e da Ribeira de Torrões a Leste formam os limites actuais e naturais, constituindo os dois últimos cursos de água simultaneamente a fronteira com Espanha.

O complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico e os granitos hercínicos caracterizam geologicamente a zona.

O clima é continental com as estações do Verão e Inverno marcadas por grandes diferenças de temperatura.

---

\* Centro de Estudo e Protecção do Património da Universidade da Beira Interior, Covilhã.

## A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Os únicos trabalhos de investigação arqueológica com crédito, publicaram, em 1971, Manuel Maia uma tese de licenciatura compilando os conhecimentos até então, e, em data mais recente, Jorge de Alarcão e colaboradores apresentaram um “corpus” dos vestígios romanos, dividido por regiões. Decorrem ainda actualmente intervenções arqueológicas por Helena Frade, de Coimbra.

## O DOMÍNIO ROMANO

Embora os vestígios de épocas anteriores sejam diversificados e de qualidade, pretendemos referir-nos apenas às épocas históricas.

A presença romana é particularmente visível através das “*villae rusticae*”, do templo em Almofala e da estação fortificada de Caliábria, sendo de referir as actividades económicas ligadas à agricultura e provavelmente à exploração mineira de estanho.

## A ÉPOCA VISIGODA

Ressalvando o facto de ser pobre em matéria de vestígios arqueológicos, esta época sublinha a importância que a região veio adquirindo, através da criação do bispado de Caliábria.

A utilização de sepulturas abertas na rocha do tipo antropomórfico, sempre de difícil datação, poderá ter tido início nesta altura, prolongando-se o seu uso possivelmente até à Alta Idade Média. Destacam-se 14 pequenas necrópoles na zona granítica e um número indeterminado no xisto, que muito raramente ultrapassam as 15 sepulturas cada. É ainda de assinalar a existência de ruínas nas proximidades destes núcleos, que são descritas pelas gentes do lugar como pertencendo a capelas. A sobreposição deste tipo de enterramentos e das igrejas medievais é até ao momento desconhecida.

## A OCUPAÇÃO MUÇULMANA

Como no período anterior, os vestígios são esporádicos. Topónimos como Almendra, Almofala, Algodres, Almeida serão os sinais mais evidentes da aculturação ao árabe, embora ainda em fontes escritas do séc. XIII apareça a referência a mouros na região.

## A ÉPOCA MEDIEVAL

As terras entre o Rio Côa e Rio Agueda, chamadas de Riba-Côa, no séc. 12 ainda pertencentes ao novo reino de Portugal, passam pouco depois para Leão, que se ocupa então em reestruturar a região. Nos inícios do séc. XIII recebem as várias vilas foros do monarca leonês, destacando-se o de Castelo Rodrigo de 1209, da mesma família do de Coria.

A ordem militar de São Julião de Pereiro, mais tarde incorporada na Ordem de Calatrava, tem a sua origem perto de Cinco Vilas. Os Templários-Ordem de Cristo detêm uma comenda em Mata de Lobos e à Ordem de Cister pertence o Convento de Santa Maria de Aguiar. Todas elas tomam parte activa nessa reorganização.

Depois do acordo de Alcañices em 1297, as terras de Riba-Côa passam definitivamente para Portugal. Castelo Rodrigo ganha importância estratégica, patente na rápida reconstrução do castelo. A fortificação leonesa de Monforte caiu por seu lado em abandono.

Pontes de pedra sobre o Rio Côa, a Ribeira de Aguiar e o Rio Seco beneficiam a rede viária e o caminho de peregrinação para Santiago de Compostela. Os vários lugares estão também ligados por uma rede de caminhos.

Aparece uma estrutura de povoamento mais clara: a vila e o seu termo com lugares e quintas. As granjas dos conventos exploram de forma nova as potencialidades agrícolas. Moinhos, azenhas e pesqueiras nos vales dos rios e ribeiras completam a imagem de um certo bem-estar.

Em alguns lugares é manifesta a continuidade de povoamento desde a época romana até á moderna. O lugar dos Luzelos tem além da villa rustica, sepulturas antropomórficas e um horizonte medieval. A aldeia abandonada de Fontenares apresenta as mesmas características, tal como Santo André e a Torre de Almofala.

As guerras da Restauração provocam um abandono de vários lugares e uma concentração de povoamento.

### Abreviaturas dos topónimos:

(+ = povoação abandonada)

A – Almendra (Conc. Vila Nova de Foz Côa)

Alg – Algodres

Alm – Almofala

B – Bizarril

BA – Barca d'Alva

C – + Colmeal (Freg.)  
Cal – + Caliábria (Almendra)  
Col – + Colmeal (Almofala)  
CM – Castelo Melhor (Conc. Vila Nova de Foz Côa)  
CR – Castelo Rodrigo  
CV – Cinco Vilas

E – Escarigo  
Esc – Escalhão

F – + Fontenares  
FCR – Figueira de Castelo Rodrigo  
FR – Freixeda do Torrão

L – Luzellos

M – Milheiro  
MdL – Mata de Lobos  
Mo – + Monforte (Bizarril)  
MV – + Milheiro Velho

NR – Nave Redonda

PdA – Penha d'Águia

QPM – Quintã de Pero Martins  
QVT – Quintã de Vilar Tomé

R – Reigada

StA – + Santo André (Almofala)  
StM – Convento de Santa Maria de Aguiar

TF – + Torre dos Frades (Almofala)

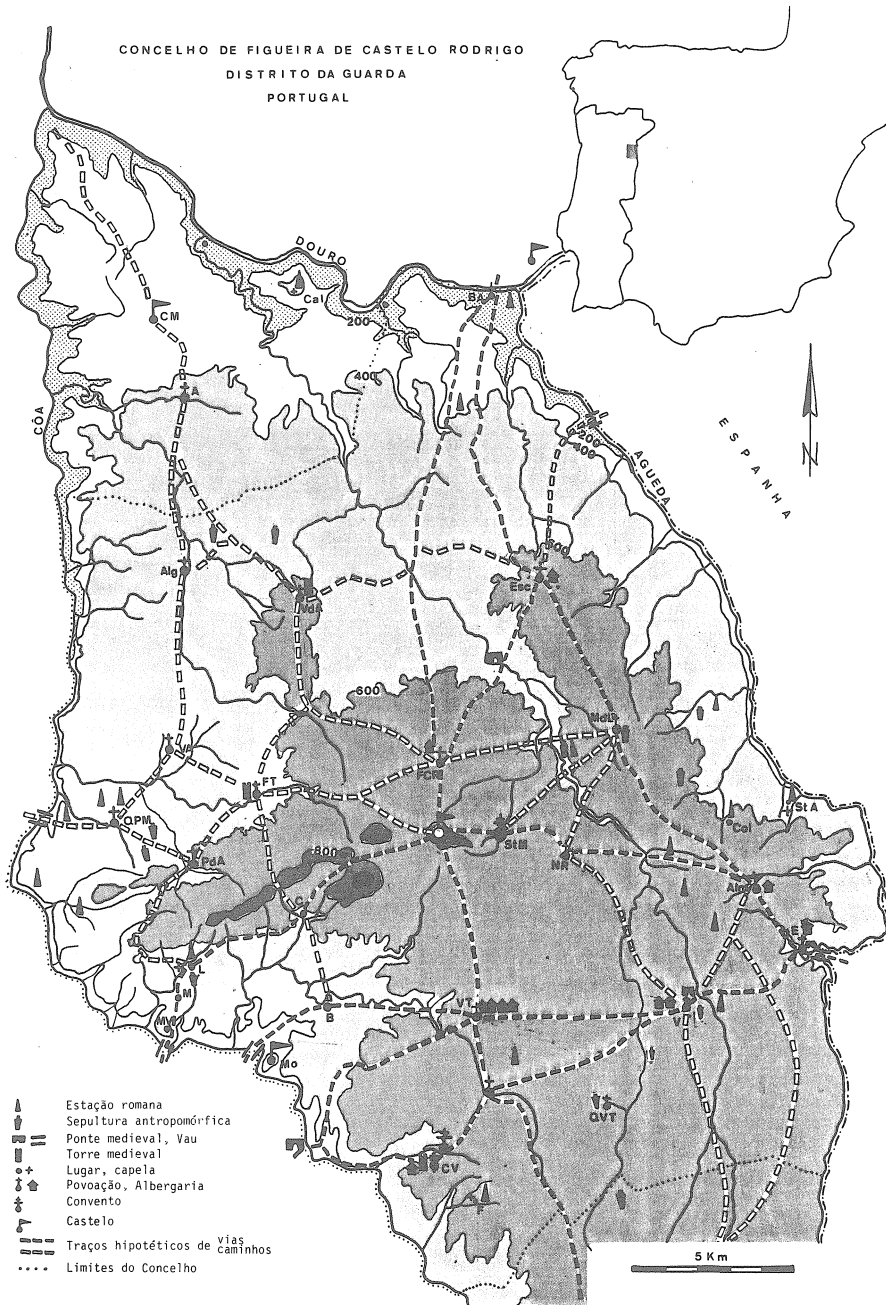
V – Vermiosa  
VA – Vale de Afonso  
VdA – Vilar de Amargo  
VT – Vilar Torpim

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de. *Roman Portugal. Vol. II, fasc. 1: Porto, Bragança & Viseu*. Warminster: Aris & Phillips, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de. *O domínio romano em Portugal*, Lisboa: Europa-America, 1988. (Forum da História, Vol. 1, 1988.)
- ALMEIDA, João de. *Monumentos Militares dos Concelhos do Distrito da Guarda*, 1943.
- ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA Fernando Bandeira, *Varia Epigraphica, Revista de Guimarães*, 76, (1966), pgs. 339-358.
- AZEVEDO, Pedro de, Documentos de Santa Maria de Aguiar (Castello Rodrigo). *Revista Lusitânia*, Vol. XIII, (1910), pgs. 1-17.
- AZEVEDO, Rui de, (1297). Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa, antes do tradado de Alcanices. *Biblos*, Vol. X, (1934). pgs. 454-466.
- BORGES, Júlio António, (1989). *Mata de Lobos. Monografia*. Vila do Conde: Escola Profissional de Santa Clara (impr.).
- CABRAL, A.A. Dinis. Castelo Rodrigo. Subsídios para a sua história, *Beira Alta* 20(4), 1961 pp. 717-745.
- CABRAL, A.A. Dinis. *História da Cidade de Calábria, em Almendra - Subsídios*. Edição da Casa da Beira Alta, Porto 1963.
- CABRAL, A.A. Dinis. "A Torre de Aguiar ou 'Turrus Aquilaris' ". *Beira Alta* 24(4), 1965 pgs. 425-432.
- CABRAL, A.A. Dinis "A ara votiva do Castro da Marofa". *Beira Alta* 28, 1969 pgs. 3-11.
- CARVALHO, José Vilhena de. *Almeida. Subsídios para a sua História*. Vol. 1. e 2, 2ª Edição. Viseu: Tipografia Guerra (impr.), 1988.
- CINTRA, Luis F. Lindley. *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Caceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Reprodução fac-similada da edição original de Publicações do Centro de Estudos Filológicos de 1959.
- COUTO, João. *O Convento de Santa Maria de Aguiar em Riba Côa (termo de Castelo Rodrigo)*. Porto: Tipografia Progresso (impr.), 1927. (Subsídios para a história da Ordem de Cister em Portugal, Vol. 1)
- CURADO, Fernando Patrício. "Epigrafia das Beiras (notas e correcções)". *Beira Alta*, 44(4), 1985, pgs. 641-655.
- DIEZ S. I., Gonzalo Martinez. Los Fueros de la Familia Coria - Cima Côa. *Revista Portuguesa de História* XIII, 1971, pgs. 343-373.
- FITA, Fidel. Calábria Romana. *Boletín de la Real Academia de la Historia* (Madrid), LXII, 1913, pgs. 173-182.
- FITA, Fidel. Calábria y Ciudad Rodrigo. *Boletín de la Real Academia de la Historia* (Madrid), LXII, 1913, pgs. 264-270.
- GARCIA, José Maria. "Torre das Aguias em Almofala - Riba Côa". *Beira Alta*, 24(2), 1965 pgs. 223-233.
- GOMES, J. Pinharanda. *História da Diocese da Guarda*, Braga: Editora Pax (distr.), 1981.
- HIPÓLITO, Mário de Castro. "Dos tesouros de moedas romanas em Portugal". *Conimbriga*, 2-3, 1960-1961 pgs. 1-166.
- HOECK, Martin. *Studien zur sogenannten Castro-Kultur in Nordportugal*. Inauguraldissertation zur Erlangung der Doktorwürde de Fachbereichs Altertumswissenschaften der Philipps-Universität Marburg/Lahn / vorgelegt von Martin HÖCK aus Marburg, 1986.



- Dissertação de doutoramento.
- LEISNER, Vera/KALB, Philine. *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen* 4. Lieferung (no prelo), 1990.
- MAIA, Manuel Maria da Fonseca Andrade. *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo*. Vol. 1, Lisboa: S. n., 1971. Dissertação de licenciatura em História. Dactilografado. Policopiado.
- MAIA, Manuel Maria da Fonseca Andrade. Vilas Romanas do Território Interanniense. *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 7-9, 1974-1977 pgs. 209-213.
- MAIA, Manuel Maria da Fonseca Andrade. Vias Romanas no Território dos «Interannienses». *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 7-8, 1974-1977 pgs. 215-226.
- MATHIAS, Michael. Frühmittelalterliche und Mittelalterliche Besiedlung im Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Distrito da Guarda, Portugal. "Medieval Europe 1992", *Rural Archaeology*, Pre-printed Papers Vol. 8, pgs. 63-67, York 1992.
- MARQUES, Carlos Alberto. A bacia hidrográfica do Côa. *Biblos*, Vol. XI, nº 9-12, 1935, pgs. 389-319. *Biblos*, Vol. XII, nº 4-6, 1936, pgs. 173-211.
- MARTINS, José Canário. *Roteiro Ilustrado de Castelo Rodrigo*, Guarda: Tipografia Veritas 10/983, 1983.
- RODRIGUES, Adriano Vasco. O templo romano de Almofala. Nova interpretação sobre o Casarão da Torre. *Beira Alta*, 24(4), 1965 pgs. 433-435.
- SANTOS JUNIOR, Joaquim Rodrigues dos. A Cultura dos berrões no noroeste de Portugal. 1975. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia.*, Vol. 22, fasc. 4, 1975.
- SANTOS ROCHA, António dos. *O Museu Municipal da Figueira de Foz. Catálogo Geral*, Figueira da Foz, 1905.
- SARAIVA, J. Mendes da Cunha. A região de Riba-Côa e um autógrafo de Brás Garcia Mascarenhas. *Biblos*, Vol. VI, nº 7-8, 1930, pgs. 439-463.
- VICENTE, António Maria Balção. *Santa Maria de Aguiar. Domínio e Senhorio (Século XII- 1325)*, Lisboa 1991, inédito.



# INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CASA DO INFANTE (PORTO). AVALIAÇÃO DO PROJECTO EM DEZEMBRO DE 1994

por

**Manuel Luís Real, Paulo Dordio Gomes, Ricardo Jorge Teixeira  
e Maria do Rosário Melo**

**Resumo:** A origem da Casa do Infante, assim conhecida devido à tradição de aí ter nascido o Infante D. Henrique, remonta ao século XIV, quando D. Afonso IV decidiu construir o “Almazem” régio ou Alfândega, na zona ribeirinha da cidade do Porto. A realização de escavações arqueológicas, iniciadas em Janeiro de 1991, integra-se num plano mais vasto que inclui a investigação documental e a análise urbanística e arquitectónica do conjunto edificado, e constitui uma fase preliminar do projecto de remodelação e ampliação do edifício onde se encontra instalado o Arquivo Histórico Municipal. Do ponto de vista estritamente arqueológico, os objectivos determinados visam o conhecimento dos antecedentes da ocupação régia, o estudo aprofundado da organização dos espaços da Alfândega Velha, a recolha de novos dados sobre a Casa da Moeda do Porto e a evolução arquitectónica de todo o conjunto edificado. A descoberta de importantes vestígios de época tardo-romana vem enriquecer a problemática das origens da cidade.

O presente texto organiza-se em três partes: na 1ª levantam-se alguns dos problemas que a gestão do projecto teve de enfrentar e as formas como aqueles foram resolvidos; na 2ª parte, procede-se a um balanço do trabalho já realizado e, por fim, na 3ª parte, apresenta-se a avaliação e planificação das actividades a desenvolver para a conclusão do projecto.

**Palavras-chave:** Arqueologia Urbana. Porto. Gestão de Projecto.

## 0. Introdução

### 1. Gestão do Projecto

- 1.1. Arranque do projecto e equipa inicial: fase de sondagens
- 1.2. Desenvolvimento do projecto e alargamento da equipa: fase de escavação em área
- 1.3. A Pré-empresitada e respectivo Caderno de Encargos
- 1.4. Planificação da 3ª fase da intervenção: análise e interpretação da informação, publicação e musealização

### 2. Balanço do trabalho realizado

#### 2.1. Escavação e tratamento do espólio

- 2.1.1. Escavação e registo arqueológico
- 2.1.2. Recolha, triagem e tratamento do espólio arqueológico
  - 2.1.2.1. Espólio cerâmico
  - 2.1.2.2. Espólio osteológico

- 2.1.2.3. Espólio metálico
- 2.1.2.4. Espólio numismático
- 2.2. Análise e interpretação
- 2.3. Programa de remodelação do Arquivo Histórico e musealização
- 2.4. Colaboração de estudantes e Acções de formação
- 2.5. Divulgação
  
- 3. Avaliação do trabalho a realizar
  - 3.1. Introdução
  - 3.2. Escavação e tratamento do espólio
    - 3.2.1. Escavação
    - 3.2.2. Tratamento do espólio
  - 3.3. Análise e interpretação
    - 3.3.1. Estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica
    - 3.3.2. Análise e interpretação das estruturas e da organização dos espaços
    - 3.3.3. Reconstituição, identificação e estudo do espólio arqueológico
  - 3.4. Acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado
  - 3.5. Divulgação

## **0. INTRODUÇÃO**

A Casa do Infante é um espaço histórica e arqueologicamente privilegiado, correspondendo aos antigos edifícios régios da Alfândega, da Moeda e, possivelmente da Contadoria da Fazenda na cidade do Porto. Tradicionalmente apontada como o local do nascimento do Infante D. Henrique, ocupa um lugar de destaque no imaginário da cidade, encontrando-se actualmente aqui instalado o Arquivo Histórico Municipal. O projecto de investigação promovido pela Câmara Municipal, como uma das componentes do processo de valorização e ampliação daquelas instalações, possibilitou o desenvolvimento de uma intervenção de arqueologia urbana que se destaca, pelas dimensões da área intervencionada, pelo volume de terras escavadas e pela quantidade e qualidade da informação e espólio recolhidos.

Após quase 4 anos de escavações arqueológicas intensivas e atingidos os objectivos propostos para a 1ª fase de prospecções e para a 2ª fase, de escavação em área, encontramos-nos no limiar da 3ª fase.

O presente texto organiza-se em três partes: na 1ª levantam-se alguns dos problemas que a gestão do projecto teve de enfrentar e as formas como aqueles foram resolvidos; na 2ª parte, procede-se a um balanço do trabalho já realizado e, por fim, na 3ª parte, apresenta-se a avaliação e planificação das actividades a desenvolver para a conclusão do projecto.

## 1. GESTÃO DO PROJECTO

### 1.1. Arranque do projecto e equipa inicial: fase de sondagens

Em 1990, o projecto de ampliação e transformação das actuais instalações do Arquivo Histórico Municipal, criou a necessidade de uma intervenção arqueológica que permitisse desenvolver a investigação já iniciada<sup>1</sup> por forma a acautelar e preservar o existente no subsolo, valorizando-o e integrando-o no projecto. A coordenação entre o projecto e a intervenção arqueológica ficou assegurada pelo director do Arquivo Histórico, a quem coube desenvolver:

- a ligação ao dono da obra, a Câmara Municipal do Porto, e sua representação;
- a gestão dos apoios externos;
- a articulação com os projectos de investigação documental e arquitectónica, também iniciados;
- a articulação com o programa e projecto de arquitectura.

Na impossibilidade do Gabinete de Arqueologia Urbana da C.M.P. realizar esta intervenção, por escassez de meios humanos e pela urgência em acorrer a outros locais da Cidade cientificamente menos apoiados, foi constituída uma equipa específica que iniciou a sua actividade em Janeiro de 1991, através de um contrato de investigação realizado com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. A disponibilização de dois operários pela Câmara Municipal permitiu completar a equipa permanente, que ficou constituída por 2 arqueólogos, 1 técnico adjunto para a área de conservação e restauro e 2 operários.

A continuidade desta equipa nos anos seguintes, 1992 e 1993, foi depois assegurada pela Câmara Municipal através de contratos de aquisição de serviços. A Fundação Calouste Gulbenkian colaborou ainda com a atribuição de dois subsídios em 1991 e em 1992, que permitiram a aquisição de diversos meios materiais e serviços externos de desenho e restauro.

Apesar dos escassos meios humanos disponíveis, a intervenção arqueológica procurou desenvolver a sua actividade em torno de 4 principais linhas de actuação:

**INVESTIGAÇÃO:** desenvolvendo o estudo dos vestígios da evolução da ocupação humana no espaço da Casa do Infante;

**APOIO AO PROJECTO DE ARQUITECTURA:** disponibilizando informação e acompanhando o desenvolvimento do projecto das novas instalações do

---

<sup>1</sup> Instalado na Casa do Infante, o Arquivo Histórico Municipal do Porto, promoveu o estudo documental e arquitectónico do edifício e da instituição alfandegária que aí esteve albergada, cujos resultados se divulgaram em 1990, na exposição "A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro".

Arquivo Histórico Municipal;

**TRATAMENTO E ESTUDO DO ESPÓLIO:** criando estruturas que permitissem conservar, estudar e valorizar o espólio arqueológico resultante da intervenção paralelamente ao desenvolvimento desta;

**EXTENSÃO CULTURAL:** desenvolvendo acções de animação, centradas na intervenção arqueológica, com o apoio dos serviços de extensão cultural do Arquivo.

A escassez dos meios humanos obrigou a recorrer a diversas soluções: procurou-se a colaboração voluntária de estudantes universitários da área de arqueologia e o enquadramento de jovens através de programas do Instituto de Juventude, aos quais foi ainda necessário fornecer formação específica. A colaboração com o Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro permitiu também desenvolver um programa de prospecção geofísica, cujos resultados constituíram o ponto de partida para o alargamento da área intervencionada.

## **1.2. Desenvolvimento do projecto e alargamento da equipa: fase de escavação em área**

A nova fase da investigação arqueológica, iniciada em Agosto de 1993, procurou, através da escavação em grandes áreas (Fig. 1 e 2), o entendimento das sucessivas organizações do espaço, nomeadamente a que se desenvolveu entre os séculos XIV e XVI, no interior dos limites da propriedade régia, onde se encontravam instaladas as Casas da Alfândega e da Moeda. Do mesmo modo, esta estratégia permitiu esclarecer a natureza da ocupação romana subjacente.

A grande dimensão do espaço a intervencionar e a existência de um prazo curto para a conclusão dos trabalhos arqueológicos, antes do lançamento da obra das novas instalações do Arquivo Histórico, obrigou ao reforço da equipa, através da celebração pela Câmara Municipal de 8 novos contratos para pessoal técnico (verificação e controle da escavação por sectores, trabalhos especializados de escavação e registo, trabalhos especializados de levantamento e conservação de espólio arqueológico, fotografia e desenho arqueológico) por um período inicial de 6 meses, renovados posteriormente por mais 12 meses<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Os encargos resultantes de 4 anos de actividade desenvolvida pela intervenção arqueológica (1991 a 1994) totalizaram 40 740 746\$00, correspondendo 39 751 800\$00 a contratos de prestação de serviços da equipa de arqueologia e 988 946\$00 a despesas com material de trabalho. Os encargos foram assumidos, na sua quase totalidade, pela Câmara Municipal do Porto. A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses realizou, em 1991, um contrato de investigação no valor total de 2 800 000\$00, o qual permitiu o arranque dos trabalhos, e a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu dois subsídios para a investigação, em 1991 e 1992, no valor total de 1 600 000\$00.

Por outro lado, o lançamento, ainda pela Câmara Municipal, de uma pré-empregada de obra, que apoiou os trabalhos de escavação, disponibilizou os meios necessários para levar a bom termo os objectivos propostos desta 2ª fase da intervenção arqueológica.

### **1.3. A pré-empregada de obra e o respectivo Caderno de Encargos**

Atendendo a que o Projecto de remodelação e ampliação do Arquivo Histórico se encontrava ainda em fase de “Estudo Prévio” e que a aquisição de novas parcelas de terrenos iria obrigar a adiamento suplementar, entendeu-se que seria oportuna a abertura de concurso para uma empregada específica que criasse os meios necessários ao desenvolvimento das escavações. No conjunto do processo isto significaria uma recuperação de tempo e permitiria preparar com maior rigor a intervenção de fundo, quando a obra definitiva viesse a ser adjudicada. Além de acelerar a escavação e possibilitar o reconhecimento antecipado da evolução arquitectónica, a empregada permitiu sondagens nas estruturas (picagem de rebocos, remoção de lajeados, libertação de áreas betonadas, etc.) e, quando necessário, o seu recalçamento ou protecção contra as águas pluviais. Nesta fase inclui-se também a recuperação de um prédio adjacente, para instalação provisória de alguns dos serviços do Arquivo, e cujo interesse histórico e arqueológico se veio também a confirmar.

Para o efeito, foi necessário preparar um caderno de encargos sobre *Trabalhos preliminares e sondagens*. Este documento foi estruturado pelo Gabinete do Arqto. Nuno Tasso de Sousa, com o apoio da equipa de arqueologia. Ele inclui três secções distintas relativas à arquitectura e escavação, à instalação eléctrica e à instalação hidráulica.

O documento abre com algumas considerações preliminares, onde se chama a atenção para a necessidade de salvaguardar o património e para as vantagens desta empregada, evitando variações profundas dos custos da empregada geral. Seguem-se vários itens sobre o objecto do concurso e que, em síntese, se referiam a: demolições e sondagens; crivagem dos produtos da escavação; recalçamento de fundações e consolidação de alvenaria; acondicionamento de instalações; e remoção de terras e entulhos.

As áreas de intervenção foram inscritas em peças desenhadas, distinguindo-se três tipos de metodologia de escavação, conforme a avaliação do potencial de informação a identificar e registar pelos trabalhos arqueológicos. A seguir, foram descritas as condições técnicas da empregada, gerais e especiais. Entre estas últimas avultam as que dizem respeito à escavação arqueológica propriamente dita,

onde são definidas as operações e as normas a cumprir.

É de referir que a empreitada decorreu com o enquadramento, no terreno, de uma equipa de onze pessoas com formação em arqueologia.

Fazendo um balanço desta empreitada preliminar, julgamos dever anotar o seguinte:

1 – O recurso a uma empreitada específica de escavação contribuiu largamente para a eficácia dos estudos arqueológicos. Além da maior celeridade dos trabalhos, foi possível garantir uma permanente vigilância por parte da equipa técnica da obra e a resolução imediata de todas as consolidações e drenagens necessárias para defender as estruturas.

2 – É importante que da parte dos arqueólogos haja grande objectividade e compreendam os interesses em jogo. Sem descuidar o registo e a aplicação de métodos científicos de escavação, houve necessidade de distinguir zonas de maior ou menor apuro da informação e um esquema de trabalho que mantivesse activos os homens do empreiteiro.

3 – Os arqueólogos devem estar preparados para reclamações do adjudicatário; no entanto essa pressão resulta, de algum modo, de uma estratégia natural da parte do empreiteiro para rentabilizar o seu trabalho. Na Casa do Infante deu-se esta situação, mas o entendimento foi sempre cordial e com resultados para ambas as partes.

4 – A fim de que os custos do trabalho sejam correctamente calculados pelo empreiteiro, e não se ocasionem futuras reclamações por parte deste, será conveniente referir expressamente que a escavação e retirada das terras se efectua por sectores, com a necessária permanência de banquetas e zonas para leituras de cortes estratigráficos, independentemente de se apresentar de forma global o total das áreas a serem objecto de determinado tipo de metodologia de escavação. A descrição das normas e processos de trabalho deve, assim, ser o mais rigorosa possível. Por exemplo, na Casa do Infante, o facto de não se ter mencionado no caderno de encargos a limpeza “com vassoura”, dos planos e cortes, antes de serem desenhados, ocasionou reclamações por parte do empreiteiro.

5 – Esta experiência demonstrou a conveniência do contrato dos arqueólogos ser feito com o dono da obra, para evitar a dependência hierárquica e a submissão a pressões por parte do adjudicatário.

6 – Pelo cálculo efectuado, o investimento em escavações arqueológicas poderá aproximar-se dos 10% do valor global da obra. Tal investimento é rentável, de algum modo, pelas despesas a mais que evitará na obra, caso se verifiquem achados inesperados. Poderá também ser rentável a prazo, nos casos em que as ruínas se venham a transformar num motivo de atracção turística.

O estabelecimento de uma empreitada preliminar pode representar, em muitas circunstâncias, um aproveitamento de tempo. Enquanto o projecto se conclui e a



obra é posta a concurso haverá boas condições de intervir arqueologicamente. Se existir planificação poderão alcançar-se resultados muito positivos e sem prejuízo dos interesses de cada sector.

Dos benefícios colhidos na Casa do Infante é legítimo esperar que a metodologia seguida possa vir a constituir uma boa sugestão para empreitadas em edifícios de grande responsabilidade e, mesmo, em obras de âmbito mais restrito.

#### **1.4. Planificação da 3ª fase da intervenção: análise e interpretação da informação, publicação e musealização**

Em Outubro de 1994, terminada a parte de pré-empregada de obra que apoiou as escavações, iniciou-se a planificação da terceira fase da intervenção arqueológica. Para além da conclusão das escavações em algumas áreas de reduzida dimensão, os objectivos desta terceira fase centram-se nos seguintes 4 grandes núcleos de tarefas:

- análise da massa de informação registada, que possibilite o estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica, bem como a interpretação das estruturas e organização dos espaços,
- triagem, limpeza, etiquetagem, conservação, análise e interpretação do enorme volume de espólio recolhido,
- acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado,
- divulgação e publicação dos resultados alcançados.

Actualmente, a equipa de arqueologia<sup>3</sup> apresenta a seguinte constituição: coordenação do projecto - 1; direcção da intervenção - 3; escavação e registo - 3; tratamento e estudo do espólio - 3; desenho e fotografia - 2. Mantendo-se estes meios humanos é possível apontar a conclusão do programa de investigação arqueológica, incluindo o estudo do espólio e a preparação da publicação final dos resultados, no prazo de dois anos (1995-96). A manutenção no ano seguinte (1997) de uma equipa mais reduzida será necessário para o acompanhamento da empreitada de obra de remodelação do Arquivo Histórico Municipal. Esta equipa seria ainda responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de musealização do espaço, da instalação definitiva do arquivo da escavação e do depósito do espólio. No

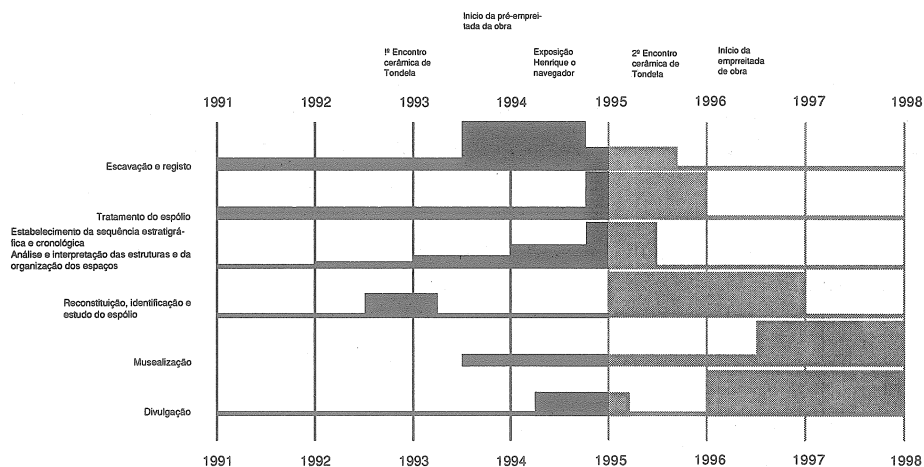
---

<sup>3</sup> Para além do coordenador e dos 3 elementos da direcção da intervenção arqueológica, fazem parte da equipa os seguintes elementos: António Luís Pereira, Heloísa Santos, Isabel Alexandra Lopes, Manuel Araújo, Nuno Miguel Soares, Paula Cristina Barreira, Pedro Baere de Faria e Susana Cosme.

decorrer desse ano seria também finalizado o trabalho monográfico conclusivo dos trabalhos arqueológicos e preparada a respectiva edição.

Prevê-se que para trabalhos mais especializados de desenho, restauro e tratamento informático seja necessário recorrer a algumas aquisições de serviços no exterior. Estas aquisições de serviços destinar-se-ão, expressamente, à publicação dos resultados e à musealização da Casa do Infante e do espólio recolhido.

### Diagrama do desenvolvimento das componentes do projecto de intervenção arqueológica



## 2. BALANÇO DO TRABALHO REALIZADO

### 2.1. Escavação e tratamento do espólio

#### 2.1.1. Escavação e registo arqueológico

Os trabalhos de escavação com metodologia arqueológica realizados entre Janeiro de 1991 e Novembro de 1994, incidiram sobre as seguintes áreas do edifício e abrangeram os seguintes volumes de sedimentos:

Pátio/Átrio	163,73m <sup>2</sup>	484,18 m <sup>3</sup>
Torre Norte	110 m <sup>2</sup>	121 m <sup>3</sup>
Torre Sul	100 m <sup>2</sup>	480 m <sup>3</sup>
Salão Norte	136 m <sup>2</sup>	218,2 m <sup>3</sup>

Salão Central	35 m <sup>2</sup>	80,5 m <sup>3</sup>
Salão Sul	126 m <sup>2</sup>	505,8 m <sup>3</sup>
Cave Sul	104 m <sup>2</sup>	492,8 m <sup>3</sup>
Vieira	157 m <sup>2</sup>	369,8 m <sup>3</sup>
Armazém	224 m <sup>2</sup>	410,2 m <sup>3</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>1156 m<sup>2</sup></b>	<b>3163 m<sup>3</sup></b>

A espessura média da estratificação arqueológica é de 2,74 m, atingindo em numerosas áreas cerca de 6,00 m. O volume total de sedimentos removidos arqueologicamente corresponde a um cubo com 14,7 m de lado (Fig. 3).

A metodologia arqueológica seguida implicou o registo minucioso das observações realizadas durante a escavação segundo o sistema de Unidades Estratigráficas, o que implicou o preenchimento das respectivas fichas com elementos de natureza descritiva e interpretativa. Foram atribuídas 1901 Unidades Estratigráficas, classificadas segundo um dos três tipos: Depósitos, Destruições e Estruturas. A sua distribuição por zonas intervencionadas é a seguinte:

Pátio	127
Torre Norte	296
Torre Sul	432
Salão Norte	188
Salão Central	61
Salão Sul	371
Cave Sul	180
Vieira	127
Armazém	99
Galeria	20
<b>TOTAL</b>	<b>1901 Unidades Estratigráficas</b>

O sistema de registo inclui ainda a realização de fotografia e de planos topográficos à escala 1: 20. Foram realizados 560 planos topográficos e 9150 diapositivos.

As estruturas descobertas, constituídas essencialmente por paredes e muros, totalizam uma extensão global de 153,4 m.

O registo de Cortes Estratigráficos, com uma área total de 3206 m<sup>2</sup>, envolveu a realização de 62 desenhos à escala 1:20 e de 912 diapositivos (Fig. 4).

**2.1.2. Recolha, triagem e tratamento do espólio  
arqueológico**

O espólio arqueológico é constituído por uma grande variedade de tipos de materiais, sobressaindo a cerâmica não só pelo volume recolhido, mas também pela qualidade e diversidade dos fragmentos e peças detectadas. Durante o processo de escavação, à medida que o espólio foi sendo identificado, logo na retirada dos depósitos ou na subsequente crivagem dos sedimentos, foi imediatamente separado em grandes tipos (cerâmica, vidro, metais, osteológico, de construção, argamassas, carvões, madeira, lítico, etc), acondicionado em conformidade com as condições necessárias à sua conservação, e etiquetado.

O espólio recolhido contabiliza-se da seguinte forma:

<b>Cerâmica</b>	
frags. de peças	c. de 300 000
<b>Vidro</b>	
frags. de objectos	c. de 27 000
<b>Metal</b>	
escórias de fundição, peças e outros objectos	c. de 236 000
<b>Numismático</b>	
moedas e chapas não cunhadas	997
<b>Osteológico</b>	
frags. de ossos e conchas	c. de 18 000
<b>Construção</b>	
frags. de tijoleira, tijolo e amostras de argamassas	c. de 13 830

O tratamento do espólio arqueológico tem ocorrido de uma forma tão sistemática quanto possível, no próprio local. O espaço disponível possibilitou a criação de um laboratório de campo (Fig. 5), que concilia as situações de emergência decorrentes da escavação com o necessário cuidado de organização, indispensável para o estudo e publicação dos dados recolhidos.

### 2.1.2.1. Espólio cerâmico

Em relação ao espólio cerâmico - que constitui um dos conjuntos mais significativos, pela quantidade e qualidade da informação que veícula - o processo de tratamento inicia-se pela limpeza e etiquetagem dos fragmentos. Se necessário, estes são depois consolidados ou partem logo para tratamentos mais profundos. Proceder-se em seguida à contagem do seu número por Unidade Estratigráfica, por forma a permitir, mais tarde, o cálculo de percentagens. O estudo procura, numa primeira fase, formar agrupamentos de características tecnológicas afins (porcelanas, faianças, vidrados de chumbo, não vidrados com cozeduras oxidantes ou com cozeduras redutoras, etc...), mas ainda distribuídos pelas Unidades Estratigráficas. Para o efeito, os materiais são dispostos de acordo com a Sequência Estratigráfica, permitindo assim a sua observação e acesso imediatos.

O conjunto que já foi objecto destas fases de tratamento totaliza 34 543 fragmentos cerâmicos, correspondendo a 431 porcelanas, 4 685 faianças, 2 934 vidrados de chumbo, 11 901 não vidrados vermelhos, 12 419 não vidrados pretos e 2 173 outros.

Procura-se, em seguida, classificar a cerâmica em grupos tecnológicos definidos pela natureza das pastas, texturas e durezas, acabamentos e decorações, seguindo de perto a metodologia definida por Jorge de Alarcão para o estudo da cerâmica local e regional de Conímbriga. Esta classificação conduz à identificação de diferentes Fabricos ou Louças, cujas cronologias e centros produtores se procura averiguar na etapa seguinte.

Assim, a análise da distribuição estratigráfica dos grupos de Fabrico através da construção de gráficos de distribuição percentual e da identificação dos ritmos de expansão, abandono e substituição, permite precisar o seu posicionamento cronológico. O recurso a análises laboratoriais possibilita ainda uma mais correcta distinção e caracterização das pastas, fornecendo informações que, conjugadas com a da documentação escrita, permitem determinar as proveniências dos diversos Fabricos ou Louças.

Por fim, o desenho é um instrumento imprescindível na reconstituição das formas próprias de cada fabrico, constituindo o restauro o tratamento final de alguns exemplares mais significativos. A construção de uma tipologia, a interpretação funcional de cada tipo e o estabelecimento de uma nomenclatura das formas são outros dos passos seguidos.

Uma primeira sistematização dos resultados deste estudo foi apresentada em comunicação às I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, 28-31 de Outubro de 1992, intitulada "Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV-XIX", tendo dado origem a um texto mais desenvolvido a publicar nas respectivas actas.

Nesse texto demonstra-se que a intervenção arqueológica, ao permitir o reconhecimento de uma estratigrafia longa e bem preservada - estendendo-se da época romana aos nossos dias - veio a revelar informação do maior interesse para o conhecimento da evolução do abastecimento de cerâmica à cidade do Porto. Assim, ao nível das cerâmicas medievais, foram pela primeira vez identificados em Portugal, nos depósitos contemporâneos da construção da Alfândega, grupos de cerâmicas vidradas correspondentes a peças importadas nos séculos XIII e XIV, muito provavelmente, das regiões de Saintonge (através de Bordéus e La Rochelle) e de Paris-Rouën. Nos níveis datados do século XIII e XIV foram também identificados outros grupos cerâmicos que sugerem um abastecimento externo à cidade. Um destes é constituído por uma produção fina da zona de Braga, cuja forma mais característica é o jarro ou “pichel braguês”, tal como é designado na documentação da época. Outro grupo provirá possivelmente do Sul do país, apresentando decorações pintadas a branco, ainda de tradição islâmica. Já para o século XVII, a informação documental é muito mais abundante e a sua utilização permitiu esclarecer muitas das questões colocadas para as cerâmicas detectadas em níveis desta época. Foi assim possível identificar os fabricos correspondentes aos três principais centros de produção regional que, segundo alguma documentação da primeira metade do século XVII, abasteciam a cidade: louça vidrada do Prado, louça negra do Douro e louça vermelha de Ovar.

#### 2.1.2.2. Espólio osteológico

O espólio osteológico (ossos e conchas) é constituído por cerca de 18 000 fragmentos de peças de origem animal, tendo praticamente todos eles sofrido transformações culinárias, o que agravou muito a sua fragilidade. A limpeza é cuidadosamente realizada por processo mecânico, utilizando-se escovas macias, pinceis e ferros dentários para retirar toda a terra acumulada, bem como todas as incrustações existentes. As peças em melhor estado são limpas com um pano humedecido em água destilada. A consolidação requer um banho numa solução de tricloroetano e Plexigum N 80. Após a secagem, procede-se à classificação das peças, identificando a espécie animal a que pertencem e eventuais marcas de transformação culinária. Trata-se de uma fonte essencial para, pela primeira vez, se efectuar o estudo rigoroso dos hábitos alimentares na Cidade do Porto, entre os séculos XIV e XVII.

#### 2.1.2.3. Espólio metálico

O espólio metálico é extremamente abundante, destacando-se, pela sua

importância, aquele que se relaciona com a laboração da antiga Casa da Moeda do Porto, cujas oficinas ficavam aqui localizadas. Foram recolhidos cerca de 236 000 elementos metálicos (escória de fundição, pregos e outros objectos). O tratamento deste espólio consiste, numa primeira fase, na limpeza de toda a terra, com escova e bisturi. No caso dos objectos, torna-se necessário travar ou inibir o processo de corrosão, efectuando-se a sua imersão numa solução de dicromato de potássio a 0.5 %, a qual é periodicamente aquecida para provocar uma maior penetração no metal. Após a neutralização do processo corrosivo, a limpeza mecânica irá retirar todas as concreções existentes para finalmente se poder reconstituir os objectos através da colagem dos diversos elementos, caso se apresentem fragmentados.

#### 2.1.2.4. Espólio numismático

As escavações arqueológicas têm proporcionado a descoberta de um significativo conjunto de peças numismáticas que expressam bem a diacronia dos vestígios encontrados. Tratando-se de exemplares recolhidos em escavação, o seu estado de conservação é geralmente precário, requerendo especiais cuidados de limpeza, consolidação e conservação. Numa primeira fase efectua-se a limpeza mecânica, realizada com bisturi e palha de vidro, controlada pelo uso da lupa binocular. O processo de conservação de alguns exemplares exige a sua imersão numa solução alcoólica de Benzoteriazol a 3 %, com a finalidade de inibir a corrosão existente. A consolidação é feita com Plexigum N80 diluído em 1.1.1. Tricloroetano a 5%, à medida que se efectua a limpeza mecânica. Retiradas todas as concreções produzidas pelo processo de corrosão, procede-se à identificação e classificação das moedas.

De um total de 997 peças numismáticas recolhidas, 165 foram já objecto de estudo e classificação. Para além do registo fotográfico individualizado de cada uma das peças, constituiu-se uma base de dados informatizada com toda a informação disponível para cada moeda. Deste conjunto de 165 peças, 24 exemplares são de época romana (séc. IV), sendo as restantes portuguesas: 27 da 1ª Dinastia, 53 da 2ª Dinastia e 1 da 4ª Dinastia. Para além das moedas, integram este conjunto, 2 Contos de Contar (peças usadas no cálculo mecânico, antes do método decimal ter substituído, no fim do séc. XVI, o método de contagem com numeração romana) dos reinados de D. João I e D. João III. Directamente relacionadas com o processo de amoedação realizado na Casa da Moeda do Porto, identificaram-se 40 flans (chapas metálicas já recortadas mas que não chegaram a ser cunhadas) e ainda as seguintes moedas aí cunhadas: 2 Pilartes de D. Fernando; 1 Meio Real e 1 Real Preto de D. João I. Embora possa não ser uma cunhagem do

Porto, é de destacar, pela sua raridade e elevado valor comercial, a descoberta de um Justo de ouro, de D. João II<sup>4</sup>.

## 2.2. Análise e interpretação

Para além das tarefas de análise e interpretação inerentes ao processo de escavação e registo arqueológicos, a enorme massa informativa produzida exige um vasto trabalho de sistematização e de síntese. Este trabalho implica a construção de diagramas da sequência estratigráfica, correlacionando as diversas zonas da escavação, o estudo do espólio e a sua inserção na sequência estabelecida. Envolve também a realização de desenhos de síntese de perfis estratigráficos, e de plantas finais com a organização dos espaços nas diversas fases de ocupação identificadas. Do entrecruzar destes elementos foram resultando, ao longo dos 4 anos da intervenção arqueológica, vários textos dando conta dos principais resultados da investigação. Esses resultados são já bastante significativos tanto para a história do edifício como da própria Cidade, pese embora o carácter ainda provisório de certas interpretações, que se justifica pelo facto da investigação ainda não estar concluída.

A intervenção arqueológica permitiu, desde logo, o reconhecimento de uma longa e rica sequência estratigráfica, escalonada desde a época romana até à intervenção de restauro realizada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no final da década de 50.

Em relação ao estudo do conjunto edificado que compõe a actual Casa do Infante, a possibilidade de fazer acompanhar as pesquisas arqueológicas com o levantamento das referências documentais e a análise detalhada dos elementos arquitectónicos, feita a partir de registos fotogramétricos, permitiu já um significativo avanço no conhecimento da organização e evolução dos espaços edificados das antigas casas régias da Alfândega e da Moeda.

Recuadas em relação à fachada actual, as primitivas *Casas da Alfândega*, construídas por iniciativa do rei D. Afonso IV, possuíam uma planta rectangular e eram formadas por duas altas torres, com alpendres virados a um pátio central. O estudo da sua estrutura e da organização interna dos espaços possibilitou uma reconstituição muito aproximada do edifício que compatibilizava, nos diferentes pisos das torres, as funções de armazenagem e serviço aduaneiro com as de habitação qualificada que a tradição lhe atribui (Fig. 6).

---

<sup>4</sup>De acordo com os valores atingidos por exemplares semelhantes em leilões recentes, possui um valor superior a 5 000 000\$00.



A investigação tem também permitido datar e caracterizar em pormenor as principais transformações ocorridas na organização e estrutura do edifício até à demolição parcial das torres no séc.XVII. A este nível, destaca-se a descoberta de uma inscrição datada de 1432, que havia servido para comemorar o acrescento dum pórtico frontal no edifício da Alfândega, sob direcção de Gabriel Gonçalves, mais tarde nomeado Almojarife do Porto, em 1461.

Para além de todos estes dados que têm fundamentado a reconstituição dos espaços e da arquitectura da alfândega medieval, as actuais investigações estão também a proporcionar a descoberta de um valioso espólio arqueológico que demonstra a ambivalência do edifício, como habitação qualificada e como área de serviços aduaneiros. Um importante conjunto de selos em chumbo e restos da fundição do mesmo metal remetem-nos para as operações de controle e selagem de mercadorias, muito provavelmente realizadas no local em que foram descobertos, na zona inferior da Torre Norte. Uma matriz sigilar do século XV, com a legenda SELLO DA ALFANDYGA, atesta, por outro lado, o funcionamento do respectivo sector administrativo.

As Casas da alfândega ocupavam apenas uma pequena parte da propriedade régia medieval. Esta abrangia também uma extensa área bem delimitada nas traseiras da Alfândega, onde funcionou a antiga Casa da Moeda do Porto. As escavações revelaram que este espaço edificado, totalmente demolido pela obra de 1677, se organizava então em duas compridas alas de construções, enquadrando um vasto recinto aberto.

As referências documentais e os vestígios arquitectónicos subsistentes apontavam para a localização daquela importante oficina monetária nas traseiras das casas da Rua Nova. Assim, na parede de silharia medieval que constituía o limite Norte da propriedade da coroa, reconheceram-se os apoios do travejamento de um primeiro andar e mais acima os modilhões do telhado e o respectivo lacrimal. Diversas sondagens, realizadas ao longo daquela parede, vieram confirmar esta localização, revelando a parede oposta, que fechava o espaço, e um piso interno pavimentado com tijoleiras. A subsequente ampliação da área intervencionada veio revelar novos espaços, também eles consignados à produção das moedas, na outra ala de edifícios entretanto descoberta. Estas casas, que se apoiavam em toda a extensão da parede Sul do recinto, abrangiam uma área contínua com cerca de 36 m de comprimento, sendo possível reconstituir com muito rigor a sua organização interna, ao nível do pavimento térreo, com sucessivos compartimentos definidos por muros transversais. Aí se encontrou uma sequência de pavimentos em tijoleira, alguns com restos de metal fundido, e os vestígios de uma provável banca de trabalho.

As investigações arqueológicas estão também a ampliar os conhecimentos relativos às várias fases do processo de amoedação aqui realizado, desde a fun-

dição e preparação do metal, até à cunhagem final das moedas. Para além destas, têm surgido restos de escória de fundição, cadinhos para o manuseamento do metal fundido, e grande quantidade de chapas metálicas já preparadas para a cunhagem.

Para além do estudo da evolução das Casas da alfândega e da Moeda, a pesquisa arqueológica tem permitido a descoberta de vestígios das anteriores ocupações humanas desta área ribeirinha, preservados sob as camadas depositadas no decurso da construção do edifício régio medieval, entre 1325 e 1354.

A descoberta nesta zona ribeirinha de níveis de época tardo-romana, ainda em escavação, com importantes alinhamentos de construções, de orientação distinta dos de época medieval, e um pavimento de mosaico polícromo, constitui um dos resultados mais significativos para o conhecimento da origem e evolução da cidade.

Entre os materiais associados destacam-se diversos fragmentos de *Terra Sigillata* Clara C (forma Hayes 45 A / var.), *Terra Sigillata* Clara D (forma Hayes 104 A), *Terra Sigillata* Foceana (forma Hayes 3 E) e Cerâmica cinzenta paleocristã que, no seu conjunto, apontam uma cronologia entre os séculos IV e VI. As moedas recolhidas foram cunhadas no século IV, confirmando o carácter tardio de todo o conjunto. Existem alguns materiais mais antigos, mas em percentagem relativamente reduzida. Será ainda necessário esclarecer com detalhe a natureza desta ocupação junto ao rio, assim como a forma e o tipo de relações existentes com a zona da Sé, onde se veio a desenvolver o primitivo núcleo da cidade, e a margem esquerda do Douro.

### **2.3. Programa de remodelação do Arquivo Histórico e musealização**

Para além do inegável valor científico dos resultados da intervenção arqueológica, esta tem constituído também um elemento fundamental de orientação para o projecto de arquitectura, que prevê a musealização do espaço e dos vestígios descobertos. O programa de remodelação do Arquivo Histórico Municipal vê-se assim valorizado e enriquecido pela densidade histórica e patrimonial dos vestígios revelados pela investigação arqueológica, que para tal tem disponibilizado toda a informação e documentação necessária.

### **2.4. Colaboração de Estudantes e Acções de Formação**

Ao longo dos 4 anos de actividade desenvolvida pela Intervenção Arqueológica, um numeroso conjunto de alunos universitários e do ensino secundário,

participou nos trabalhos de campo e de laboratório. Para além da participação voluntária de estudantes de arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, promoveram-se, em 1991 e em 1992, dois programas OTLs. do Instituto da Juventude, em colaboração com o Clube UNESCO da cidade do Porto. A colaboração com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto, possibilitou a organização de duas acções de formação, em 1992 e em 1993, vocacionadas para o tratamento e estudo de materiais osteológicos, que contaram por sua vez com a colaboração do Dr. José Carlos Oliveira, do Museu Distrital de Beja, e da Dra. Teresa Cunha Lopes da Universidade do Minho. O campo arqueológico tem também servido de apoio a algumas aulas práticas para os alunos do curso técnico-profissional de arqueologia urbana, organizado pelo Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. A colaboração com a Escola Superior de Educação do Porto, permitiu já em 1994, a realização de uma acção de formação em tratamento de materiais arqueológicos, no âmbito do Curso de Gestão do Património.

## 2.5. Divulgação

Relativamente aos trabalhos de extensão cultural desenvolvidos no âmbito das escavações, para além da realização de diversas visitas guiadas à intervenção arqueológica e da montagem de uma exposição permanente no próprio local, é de salientar a preparação de um circuito de visita, que funcionou entre Março e Julho de 1994, durante acções integradas no programa de Comemoração do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. Foram efectuadas ainda várias apresentações públicas do projecto em curso na Casa do Infante, dando conta dos principais resultados da investigação. Esta divulgação revestiu-se de variadas formas, dirigindo-se a públicos diversos, através de comunicações apresentadas em congressos, artigos em revistas, exposições e textos para os respectivos catálogos, entrevistas concedidas a jornais e canais de rádio ou televisão e, finalmente, a realização de um vídeo específico sobre as escavações arqueológicas:

- "A Casa do Infante e as escavações arqueológicas da Alfândega Velha", Ciclo de Conferências, 18-21 Dezembro de 1991, Casa do Infante, Porto;
- "Casa do Infante. Uma História a refazer.", *Oceanos*, 12, Lisboa, Novembro, 1992;
- "Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV-XIX", I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, 28-31 de Outubro de 1992;
- "Intervenção arqueológica na Casa do Infante - Centro Histórico do Por-

to.”, 1º Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, 6-8 de Novembro de 1992;

– “A Casa do Infante - Intervenção arqueológica”, Simpósio sobre Conservação, Recuperação e Valorização do Património Cultural e Natural, Porto, 19-23 de Janeiro de 1993;

– “Casa do Infante (Porto): um projecto de Intervenção arqueológica urbana”, V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 20-22 de Maio de 1993;

– “Intervenção arqueológica na Casa do Infante”, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 12 a 18 Outubro de 1993;

– “A cidade do Rei: o outro lado do Rio da Vila - A Casa do Infante” in *O Porto das Mil Idades: Arqueologia na Cidade*, Câmara Municipal do Porto, Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico, Porto, 1993;

– “A Casa do Infante (Porto): um projecto de intervenção arqueológica urbana”, 2º Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, Fevereiro de 1994;

– “Contributo da Arqueologia para o estudo da Casa do Infante”, Catálogo da exposição *Henrique, O Navegador*, Exposição comemorativa do 6º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1994;

– “As escavações arqueológicas na Casa do Infante (Porto)”, *Jornal de Notícias*, Suplemento de 4 de Maio de 1994;

– “Casa do Infante (Porto): um projecto de Intervenção arqueológica urbana”, Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 20-22 de Maio de 1993, Lisboa, 1994;

– “Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV-XIX”, Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, 28-31 de Outubro de 1992, Tondela, 1994.

Colaboração na montagem da exposição *O Porto das Mil Idades: Arqueologia na Cidade*, organizada pela Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico, em Outubro de 1993.

Colaboração na montagem da exposição *Henrique, O Navegador*, Exposição comemorativa do 6º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1994.

Guião do video “A Casa do Infante e a Arqueologia”, produzido pela Sinalvideo para a exposição *Henrique, O Navegador*, Exposição comemorativa do 6º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto, 1994.

### **3. AVALIAÇÃO DO TRABALHO A REALIZAR**

#### **3.1. Introdução**

Na 3ª fase do projecto, agora iniciada, os principais objectivos propostos visam a análise e interpretação do conjunto da informação acumulada; a triagem, limpeza, etiquetagem, conservação e estudo do enorme volume de espólio recolhido; o acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado e a divulgação e publicação dos resultados alcançados.

#### **3.2. Escavação e tratamento do espólio**

##### **3.2.1. Escavação**

Cinco zonas necessitam ainda de trabalhos de escavação, encontrando-se neste momento duas delas em fase de execução, enquanto as outras três aguardam a criação das condições necessárias. As duas primeiras apresentam situações delicadas. Uma pequena área na Viela, incide sobre estruturas enterradas que se relacionam com vestígios, anteriormente identificados numa parede, de uma forja das Casas da Moeda medieval. A área de maiores dimensões, no Salão Norte, apresenta uma sequência de pavimentos medievais e modernos, também relacionados com as Casas da Moeda, os quais se sobrepõem ao derrube de uma construção de época romana, depositado sobre um pavimento com mosaico policromo. A área na Cave Sul só pode ser escavada durante a nova empreitada de obra, por questões de segurança estrutural do edifício.

A avaliação das áreas e respectivos volumes de terras, que necessitam ainda de ser objecto de trabalhos de escavação arqueológica, é a seguinte:

Viela	área 4 m <sup>2</sup>	volume 1, 6 m <sup>3</sup> (em execução)
Salão Norte	área 60 m <sup>2</sup>	volume 48 m <sup>3</sup> (em execução)
Salão Sul	área 48 m <sup>2</sup>	volume 48 m <sup>3</sup>
Torre Norte	área 40 m <sup>2</sup>	volume 24 m <sup>3</sup>
Cave Sul	área 6 m <sup>2</sup>	volume 26 m <sup>3</sup>
TOTAIS	área 158 m <sup>2</sup>	volume 147,6 m <sup>3</sup>

##### **3.2.2. Tratamento do espólio**

Apesar do tratamento do espólio (lavagem, triagem, etiquetagem e acondicionamento) ter sido já iniciado, o ritmo que foi necessário imprimir aos trabalhos

de escavação, obrigou à concentração da equipa nessas tarefas e a uma subsequente acumulação de espólio não tratado. Na avaliação do trabalho a desenvolver, o tratamento do espólio surge assim como uma das tarefas que necessitam de um maior volume de horas de trabalho.

**Quadro de avaliação dos meios humanos necessários  
para o tratamento do espólio**

Tipo de material	Quantidade	Tarefas	Investimento de trabalho/h		Meios humanos
				Total	
cerâmica	300 000	lavagem	125 frag./h.	2400 h.	15,6 meses
		etiquetagem	100 frag./h.	3000 h.	19,5 meses
espólio metálico	236 000	limpeza	200 frag./h.	1180 h.	7,6 meses
espólio numismático	832	limpeza	1 peça/h.	832 h.	5,4 meses
		consolidação	2 peça/h.	116 h.	2,7 meses
espólio de vidro	27 000	limpeza	67 frag./h.	402 h.	2,6 meses
		etiquetagem	150 frag./h.	180 h.	1,1 meses
espólio osteológico	18 000	limpeza	50 frag./h.	360 h.	2,3 meses
material de construção	13 830	limpeza	60 frag./h.	230,5 h.	1,5 meses
		etiquetagem	60 frag./h.	231 h.	1,5 meses

total de meses necessários  $\longrightarrow$  59,8 meses

### 3.3. Análise e interpretação

Na actual fase da investigação, estando praticamente concluídos os trabalhos de escavação e configurando-se a possibilidade do estudo integral do espólio, a análise e interpretação da informação obrigará agora a um forte investimento de trabalho para realizar as tarefas que seguem.

### **3.3.1. Estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica global**

A análise da informação registada no campo (escrita, desenhada e fotográfica) permitirá concluir a Sequência Estratigráfica de cada sector da escavação e, posteriormente, permitirá a sua reunião numa única sequência para toda a área intervencionada, através da construção de um Diagrama. No decorrer deste processo, todas as estruturas ou elementos edificados que fazem parte do Sítio objecto de intervenção, mas que não foram objecto de escavação por se encontrarem acima do solo, são identificados e registados segundo o sistema das Unidades Estratigráficas, com ficha descritiva individualizada, desenho e fotografia. A informação resultante permite estabelecer a Sequência Estratigráfica do Edificado. A integração posterior das duas Sequências, isto é, a resultante da escavação e a da observação e análise do Edificado, permite a construção da Matriz Total do Sítio.

Esta Matriz Total do Sítio apoia-se graficamente em Cortes ou Perfis Estratigráficos de síntese, elaborados a partir dos desenhos de campo parcelares, à escala 1:20, e cuja rede permite cobrir todo o espaço intervencionado.

O cruzamento da Sequência Estratigráfica com informação de carácter arquivístico, ou resultante do estudo do espólio, permite a atribuição de cronologias absolutas. O Faseamento constitui a síntese interpretativa da sucessão dos acontecimentos identificados e caracterizados pelos processos descritos nos pontos anteriores.

A informação registada no campo, ou produzida nas operações subsequentes de análise e interpretação, é sempre referenciada a uma Unidade Estratigráfica e, com essa organização, armazenada numa Base de Dados informatizada.

### **3.3.2. Análise e interpretação das estruturas e da organização dos espaços**

Partindo do estabelecimento da sequência estratigráfica e cronológica serão analisadas as estruturas atribuídas a cada fase (muros, pavimentos, escadas, portas, janelas...) reconstituindo-se a respectiva organização dos espaços. Esta tarefa traduz-se na realização de plantas, alçados e reconstituições em desenho que colocam em evidência a articulação dos vários elementos - espaços abertos e espaços fechados, níveis de circulação com pavimentos interiores e exteriores, número de pisos, cêrceas das paredes e dos telhados.

A interpretação global da funcionalidade dos espaços será feita através da conjugação da análise dos seguintes elementos:

- documentação arquivística relativa ao funcionamento da instituição alfan-

degária e da Casa da Moeda, com vista ao conhecimento pormenorizado de todas as actividades e processos aí realizados;

– vestígios detectados e registados no decurso da escavação relativos a estruturas de oficina, zonas com vestígios da presença do fogo (fornalhas, fogueiras...) ou de água (condutas, tanques...);

– espólio relacionável com as actividades desenvolvidas em cada um dos espaços em que foi recolhido (selos e aparas de chumbo associados à selagem de mercadorias; escórias e chapas metálicas associadas ao processo de amoedação...).

### **3.3.3. Reconstituição, identificação e estudo do espólio arqueológico**

A concretização do tratamento - lavagem, triagem, etiquetagem e acondicionamento - do enorme volume de espólio arqueológico acumulado, que se prevê para esta fase da intervenção, tornará possível desenvolver o seu estudo integral através das tarefas de reconstituição, identificação e interpretação. Este estudo foi já iniciado, ainda que em relação a pequenos conjuntos do espólio cerâmico e numismático. Será necessário dar continuidade às abordagens já iniciadas, estendendo-as agora a conjuntos muito mais volumosos. As três principais linhas de investigação desenvolvidas são:

– em relação ao espólio cerâmico: pelo volume recolhido e pela sequência estratigráfica e cronológica reconhecida procura-se estudar a evolução do abastecimento da cidade em cerâmica, privilegiando uma perspectiva de longa duração, desde a época romana aos nossos dias;

– em relação ao espólio metálico e numismático: pela importância dos elementos que se relacionam com a laboração da antiga Casa da Moeda, procura-se estudar o processo de amoedação aí realizado;

– em relação ao espólio osteológico: pelo seu volume e distribuição cronológica, procura-se desenvolver o estudo da evolução dos hábitos alimentares das sucessivas populações desta zona da cidade.

### **3.4. Acompanhamento do projecto de musealização do espaço intervencionado**

A musealização dos vestígios descobertos na Casa do Infante constitui uma das componentes essenciais do programa de remodelação e ampliação do Arquivo Histórico Municipal, pressupondo desde logo a conclusão dos estudos interpretativos referidos nos pontos anteriores, nomeadamente o estabelecimento da



sequência estratigráfica e cronológica, a determinação da orgânica e funcionalidade dos espaços, a identificação e reconstituição do espólio arqueológico. A partir destes elementos será possível estudar um programa museológico, em conjunto com a Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto e o Gabinete do Arqto Tasso de Sousa, responsável pelo projecto de arquitectura. Esse programa, para além de contemplar a melhor forma de integração das estruturas descobertas (Fig. 7), exigirá a selecção de peças a expor, o restauro de estruturas (pavimentos de mosaico e de tijoleira), o restauro de peças (cerâmicas, metais e vidros) e a preparação de elementos informativos complementares. Estes trabalhos de restauro, pela sua especificidade e especialização, exigem o concurso de equipas e laboratórios externos.

### **3.5. Divulgação**

Torna-se necessário dar continuidade à divulgação dos resultados da intervenção arqueológica, junto da comunidade científica e do público em geral. Para além da participação em reuniões científicas especializadas, prevê-se a publicação dos resultados obtidos pela investigação histórico-arqueológica, bem como dos projectos de musealização e ampliação/transformação do Arquivo Histórico Municipal, dirigida aos dois tipos de público.

Ainda sem necessidade de esperar pelos resultados do estudo integral do espólio arqueológico, prevê-se a finalização de uma obra monográfica, de edição cuidada e dirigida a um público vasto.

A posterior conclusão do estudo integral do espólio permitirá a publicação de uma monografia arqueológica dirigida a um público mais especializado.

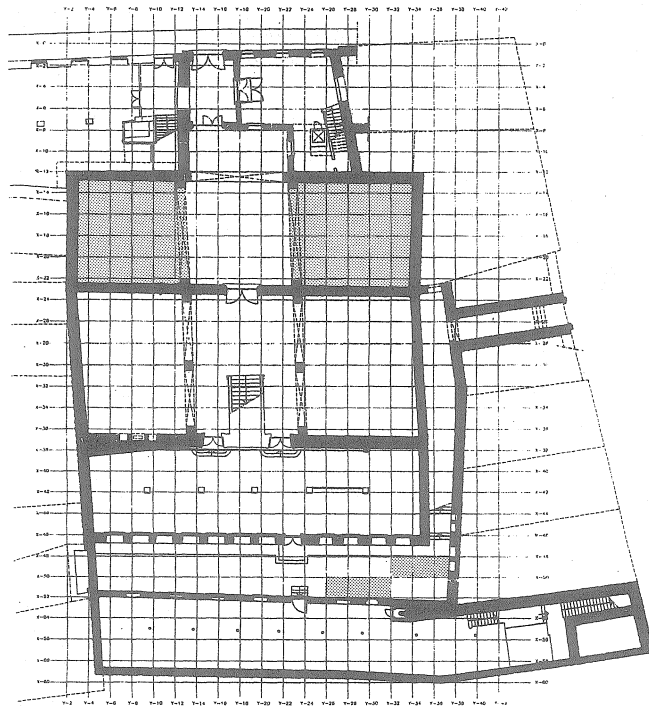


Fig. 1 — Áreas intervenionadas entre Janeiro de 1991 e Julho de 1993.

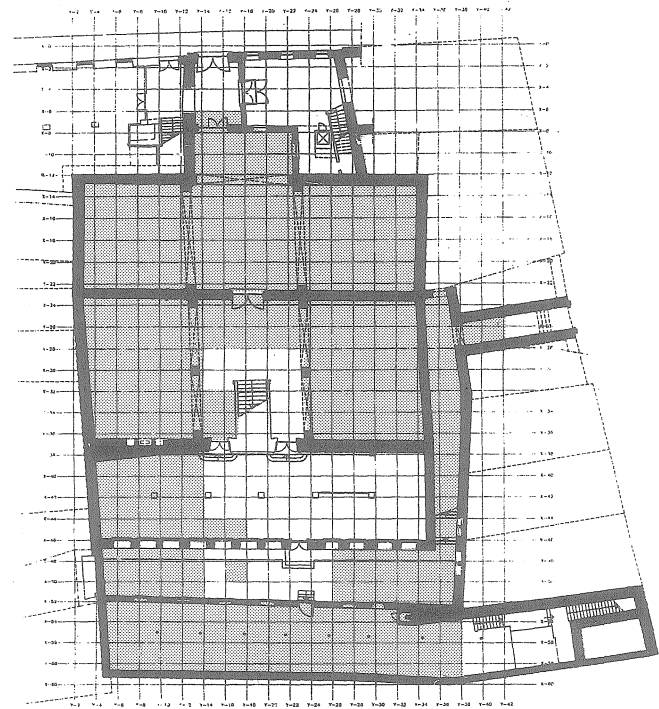
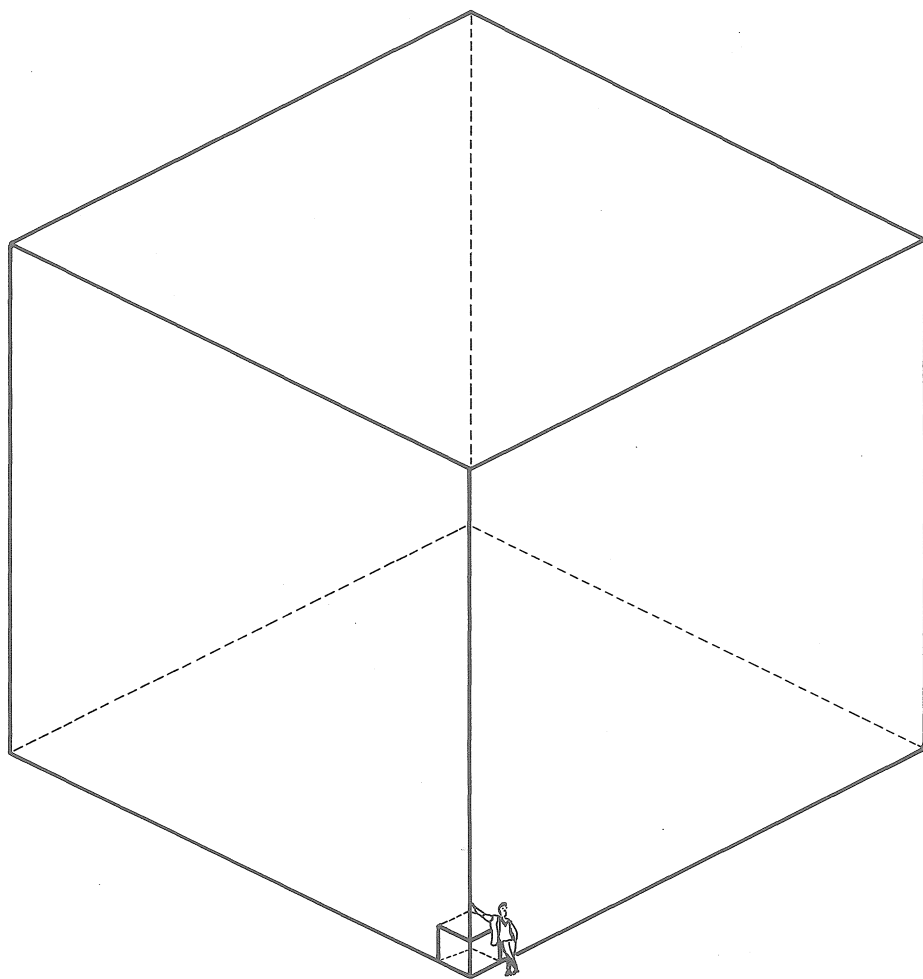


Fig. 2 — Áreas intervenionadas entre Agosto de 1993 e Dezembro de 1994.



esc.: 1/200

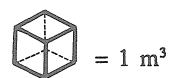


Fig. 3 — Representação do volume total de sedimentos removidos com metodologia arqueológica.



Fig. 4 — Vista dos trabalhos de escavação na zona da Torre Sul.



Fig. 5 — Vista dos trabalhos de tratamento e estudo do espólio cerâmico.

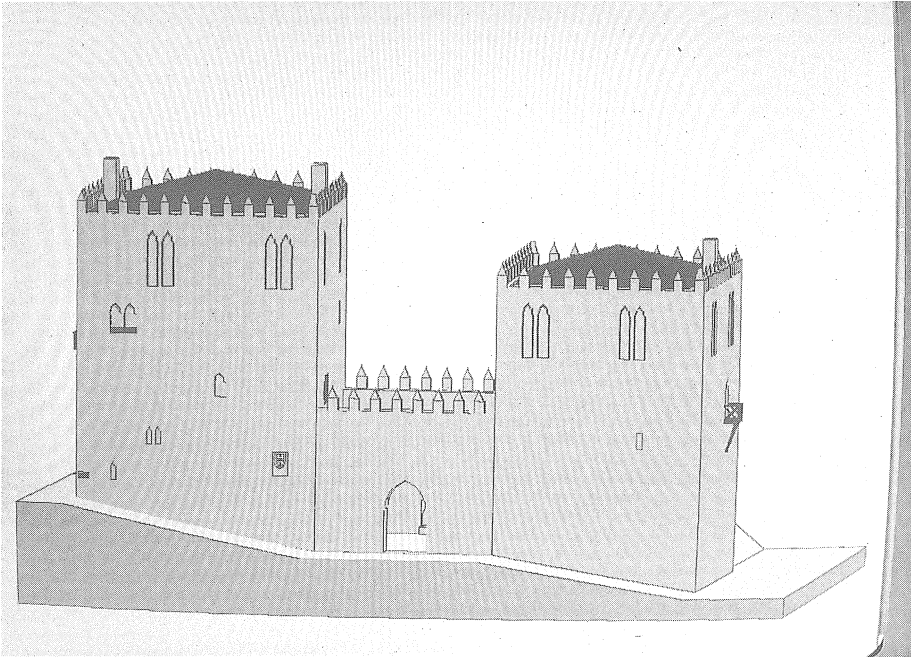


Fig. 6 — Reconstituição das primitivas *Casas da Alfândega*, construídas por iniciativa do rei D. Afonso IV (1ª metade do séc. XIV).

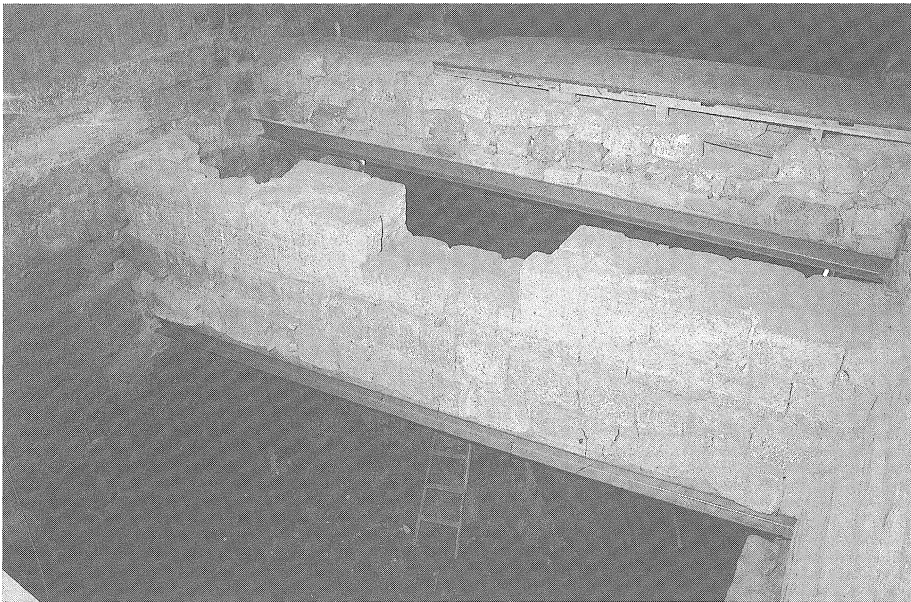


Fig. 7 — Trabalhos de consolidação das estruturas arqueológicas a integrar no circuito museológico na zona do Salão Sul.

# CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DE CERÂMICAS CALCOLÍTICAS DA ANTA 1 DE VAL DA LAGE E DO POVOADO DO MAXIAL (ALTO RIBATEJO)

por

João P. P. Freitas Coroado\* e João M. Peixoto Cabral\*\*

**Resumo:** Analisaram-se, por espectrometria de emissão atômica ICP-AES, 39 amostras de cerâmicas calcolíticas, 19 da Anta 1 de Val da Lage e 20 do Povoado do Maxial, assim como 58 amostras de argilas colhidas de três barreiros situados nas proximidades dos dois sítios arqueológicos. Fez-se também a análise petrológica da maior parte dessas amostras. Os resultados obtidos nas análises químicas foram tratados por métodos de análise estatística multivariada. Verificou-se que as amostras de argilas se aglomeram em três grupos, correspondendo aos barreiros donde foram colhidas. Verificou-se ainda, mas só através do método de análise em componentes principais, que as amostras de cerâmicas parecem distribuir-se por dois grupos, correspondendo aos referidos sítios arqueológicos. Verificou-se, além disso, apesar de não se ter conseguido provar que os barreiros amostrados forneceram a matéria-prima para produzir as referidas cerâmicas, que as argilas utilizadas nessa produção teriam sido extraídas de barreiros situados estratigraficamente na formação das *Argilas de Tomar*.

**Palavras-chave:** Calcolítico. Cerâmicas. Caracterização química e petrológica.

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo OOSTERBEEK *et alli* (1992), as escavações da Anta 1 de Val da Lage (no vale do Zêzere) puseram em evidência quatro camadas estratigráficas com indícios de diversas fases de construção e modificação do monumento. Uma delas a camada B deu um espólio que apresenta grandes semelhanças com o da Anta Grande da Comenda da Igreja, datado por termoluminescência (WHITTLE e ARNAUD, 1975) em 3235310 A.C. (OxTL-196f), sugerindo que corresponda ao período do Neolítico final/Calcolítico. Esse espólio inclui objectos líticos, cujo aparecimento se verificou também no Povoado do Maxial, com vestígios de possível fortificação, localizado a uma distância relativamente próxima daquela anta.

---

\* Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar, Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300 Tomar.

\*\* Instituto Tecnológico e Nuclear, Departamento de Química, Estrada Nacional 10, 2686 Sacavém.

Verificou-se, por outro lado (OOSTERBEEK, 1994), que os achados de superfície neste povoado incluem elementos com filiações distintas em termos extra-regionais (ídolos de cornos e pratos de bordo almendrado), sugerindo que o povoado possa ter desempenhado durante o Calcolítico um papel importante numa hipotética rede de intercâmbio a longa distância. Verificou-se, além disso, que nestes achados se encontram também materiais cerâmicos, cujas pastas aparentam uma certa semelhança com as pastas de materiais cerâmicos encontrados na camada B da Anta 1 de Val da Lage.

Assim, considerou-se que teria interesse averiguar se a proveniência de todas estas cerâmicas seria ou não a mesma, e procurar identificar o local da sua produção. O presente artigo constitui uma primeira contribuição neste sentido, em que se faz uso de métodos de análise química e de análise petrológica quer das pastas dos referidos materiais, quer de argilas recolhidas na vizinhança daqueles sítios arqueológicos.

## 2. MATERIAIS

As amostras de cerâmica do Povoado do Maxial foram colhidas à superfície. As de cerâmica da Anta 1 de Val da Lage foram seleccionadas a partir de um conjunto recolhido da camada B, em particular da zona correspondente aos quadros 25G, 26G e 27G, a qual fica situada junto à entrada do corredor. Por motivos que estão ligados, por um lado, à circunstância de também termos incluído no estudo amostras de três barreiros de argila, e, por outro lado, às limitações impostas pelo Laboratório de Plasma, da Universidade de Aveiro, onde foram realizadas as análises químicas, o número de amostras de cerâmica, consideradas por cada sítio arqueológico, foi muito pequeno 20 para o povoado e 19 para a anta.

De cada amostra de cerâmica retirou-se, por fragmentação, uma pequena porção com uma área de cerca de 2 cm<sup>2</sup> e a parte restante, ou uma fracção dela quando a amostra era grande, foi utilizada para fazer uma lâmina delgada.

Na escolha dos barreiros teve-se em conta sobretudo a distância que os separa dos dois citados sítios arqueológicos e os resultados de levantamentos etnográficos efectuados previamente.

Próximo do Povoado do Maxial seleccionaram-se dois o barreiro do Maxial e o barreiro do Vale da Bairrada (Fig. 1). O primeiro, situado a cerca de 15 minutos a pé do povoado, é um depósito alimentado provavelmente pelas *argilas de Tomar*, bem como por detritos provenientes da alteração de paragneisses e sedimentos arrastados do depósito de cobertura, o qual pertence sobretudo à formação dos *Conglomerados da Serra de Almeirim*. O segundo, apesar de se encontrar relativamente afastado do povoado a cerca de 60 minutos a pé, é ponto

de passagem entre ele e a anta. Situa-se estratigraficamente na formação das *argilas de Tomar* e foi escolhido por ter sido explorado durante muito tempo, até fins dos anos 60, para a produção de objectos cerâmicos grosseiros, como por exemplo telhas<sup>1</sup>, cujas pastas se assemelham às das cerâmicas arqueológicas.

Próximo da anta seleccionou-se o barreiro de Val da Lage (Fig. 1), por se situar a 15 minutos a pé do monumento e ter sido também explorado durante muito tempo, até fins dos anos 60. Estratigraficamente, está igualmente inserido nas *argilas de Tomar*. Neste caso, em virtude de o contacto com os granitos-gneisses ser pouco nítido, achou-se conveniente que algumas amostras do barreiro fossem recolhidas no limiar destas duas formações.

O número de amostras de argila consideradas por cada barreiro foi também muito pequeno 20 para o do Maxial, 19 para o do Vale da Bairrada e 19 para o de Val da Lage.

### 3. MÉTODOS

As porções retiradas das amostras de cerâmica foram, primeiramente, limpas à superfície com um escopro de carboneto de tungsténio<sup>2</sup>. Em seguida, secaram-se na estufa a 60°C e moeram-se num moinho de anéis de ágata até se alcançar uma granulometria de cerca de 80 mesh.

As amostras de argila, uma vez que nas pastas cerâmicas não foram encontrados elementos de granulometria superior a 0,5 cm, começaram por ser peneiradas para separar os materiais com essa granulometria. Foram então esquetejadas até se obterem fracções de cerca de 20 g, as quais foram depois secas e, finalmente, moidas no moinho de anéis de ágata.

A *caracterização química* das amostras foi realizada empregando o método de análise por espectrometria de emissão atómica, com recurso a um plasma, vulgarmente conhecido pela sigla ICP-AES<sup>3</sup>. De cada amostra moída pesou-se 1 g de material, e cada uma destas porções foi depois sujeita ao ataque de uma mistura de ácidos nítrico, perclórico e fluorídrico, nas proporções de 3:2:10 res-

---

<sup>1</sup> Segundo a informação fornecida pelo actual proprietário do barreiro do Vale da Bairrada, descendente de uma família que há quatro gerações o tem explorado, desde pelo menos o início do século que as telhas aí produzidas vêm sendo distribuídas por toda a região Este do Zêzere, entre a ribeira de Codes e Martinchel.

<sup>2</sup> A análise da ponta do escopro, efectuada por espectrometria de fluorescência de raios-X, mostrou que ela era constituída não só por tungsténio mas também por cobalto, na proporção aproximada de 70:30. Assim, atendendo a que estes elementos não foram usados como atributos na caracterização dos materiais, qualquer contaminação que possa ter sido introduzida na limpeza das amostras não tem a menor importância.

<sup>3</sup> Iniciais de *Inductively Coupled Plasma Atomic Emission Spectroscopy*.



pectivamente, à temperatura de 120°C, que se fez seguir de evaporação até se obter um resíduo praticamente seco. Este tratamento foi repetido três vezes, na última das quais se aumentou a temperatura até 200°C a fim de evaporar totalmente o ácido perclórico. Por fim, dissolveu-se o resíduo obtido em 25 ml de ácido nítrico 4 N. Há que notar que, após a retoma com este ácido, as soluções finais mostraram, em geral, a presença de uma pequena quantidade de precipitado, da ordem de grandeza de 0,1 mg, o qual foi separado por filtração<sup>4</sup>.

Em cada amostra de cerâmica e de argila determinaram-se as concentrações de doze elementos químicos, dois dos quais – alumínio e ferro – são constituintes principais desses materiais, dois outros magnésio e titânio são elementos menores, e os oito restantes são elementos vestigiais, designadamente os seguintes: cálcio, crómio, níquel, cobre, manganês, zinco, bário e chumbo.

A *análise matemática* dos resultados obtidos nestas determinações foi efectuada empregando métodos de análise estatística multivariada, nomeadamente de análise de grupos, em particular o método UPGMA<sup>5</sup>, e de análise em componentes principais (SNEATH e SOKAL, 1973). Ambos os métodos foram aplicados a matrizes de semelhanças, cujos valores se calcularam para cada par de amostras usando dois tipos de coeficientes de semelhança a distância euclidiana média e o coeficiente de correlação de Pearson (CABRAL, 1977). O cálculo desses coeficientes foi feito tomando por base a matriz de dados estandardizados.

Para a realização da análise matemática recorreu-se aos programas ANDAD (SOUSA e PEREIRA, 1991) e TAXONOMIA (CRUZ, 1990).

A *análise petrológica* foi efectuada usando, por um lado, o microscópio polarizante e, por outro, a difractometria de raios-X. Para esse efeito, prepararam-se lâminas delgadas das amostras de cerâmica e de três amostras compósitas de argilas, cada uma delas representando o respectivo barreiro. Esta análise cingiu-se à identificação e estimação da quantidade relativa dos minerais inclusos nos referidos materiais.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido a limitações de espaço disponível, os resultados das análises químicas não foram incluídos no artigo<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> A análise de um destes precipitados, por espectrometria de raios-X no microscópio electrónico de varrimento, mostrou que a sua composição, no que se refere aos elementos determinados, era aproximadamente a seguinte: 60% de alumínio, 10% de ferro, 5% de magnésio e vestígios de cálcio. Assim, e tendo em conta a quantidade de precipitado e a quantidade de material de partida, admite-se que os erros resultantes da presença dos referidos precipitados são desprezáveis.

<sup>5</sup> Iniciais de *Unweighted Pair-Group Method using Arithmetic averages*.

<sup>6</sup> Poderão, no entanto, ser fornecidos a pedido (COROADO, 1994).

Na Fig. 2 mostra-se o dendrograma representativo do agrupamento das 58 amostras de argilas, que se obtêm quando se aplica o método UPGMA à respectiva matriz de coeficientes de correlação. Examinando este dendrograma verifica-se que as amostras de argilas se distribuem por três grupos os quais, salvo no tocante a duas delas AMA20 do barreiro do Maxial e AVL12 do barreiro de Val da Lage, que se associam ao grupo do Vale da Bairrada, correspondem aos barreiros donde foram colhidas. Deve notar-se, todavia, que a aplicação do mesmo método à respectiva matriz de distâncias não conduz a um resultado em tão boa concordância com a realidade (Fig. 3). Por este motivo, no estudo do agrupamento do conjunto global de amostras argilas mais cerâmicas, de que nos ocuparemos adiante, passou-se a usar na análise de grupos apenas a matriz de coeficientes de correlação.

No Quadro 1 e na Fig. 4 apresentam-se os resultados da análise em componentes principais, relativa às 58 amostras de argilas. Examinando as projecções das amostras nos três primeiros vectores próprios (Fig. 4) verifica-se uma excelente concordância destes resultados com o dendrograma da Fig. 2. De facto, os três grupos de amostras de argilas são aqui igualmente muito bem discriminados, melhor até do que no caso anterior pois só uma única amostra AMA20 do barreiro do Maxial não fica inserida no grupo correspondente ao respectivo barreiro. É interessante notar que já se consegue obter uma boa discriminação desses três grupos considerando apenas os dois primeiros vectores próprios.

Os resultados do Quadro 1 mostram que quase todos os elementos utilizados na caracterização química dos materiais, com excepção do crómio, do zinco e do bário, contribuem significativamente para o primeiro vector próprio. Para o segundo contribui sobretudo o crómio, mas o titânio, o zinco e o chumbo exercem também uma influência razoável. Para o terceiro vector próprio é o cobre que contribui mais acentuadamente. Por outro lado, os resultados do mesmo quadro, em paralelo com as projecções da Fig. 4, permitem definir facilmente, do ponto de vista relativo, as características químicas das argilas dos referidos grupos. Assim, as amostras do barreiro do Maxial são caracterizadas, em média, por terem as mais baixas concentrações de alumínio, ferro e chumbo, e as mais altas concentrações de magnésio, cálcio, níquel, cobre e manganês. Pelo contrário, as amostras do barreiro do Vale da Bairrada são caracterizadas, em média, por apresentarem as mais altas concentrações dos três primeiros elementos, e as mais baixas concentrações dos cinco últimos. Por sua vez, as amostras do barreiro de Val da Lage são caracterizadas, em média, por possuírem concentrações dos referidos elementos em geral compreendidas entre os valores característicos das argilas do Maxial e do Vale da Bairrada.

Na Fig. 5 apresenta-se o dendrograma representativo do agrupamento do conjunto global de amostras 58 de argilas e 39 de cerâmicas, que se obtêm quando

se aplica o método UPGMA à respectiva matriz de coeficientes de correlação. Examinando este dendrograma verifica-se que as amostras de argilas continuam a distribuir-se por três grupos. Contudo, a correspondência observada anteriormente entre os grupos e os barreiros donde foram colhidas, apesar de se comprovar também aqui, não é tão perfeita. Na verdade, para além das amostras AMA20 do barreiro do Maxial e AVL12 do barreiro de Val da Lage que se associam ao grupo do Vale da Bairrada, duas outras amostras do barreiro de Val da Lage AVL19 e AVL20 agregam-se ao grupo do Maxial e uma do barreiro do Vale da Bairrada AVB15 junta-se ao grupo de Val da Lage. Verifica-se ainda que a todos estes grupos se aglomeram amostras de cerâmicas: ao grupo das argilas do barreiro do Vale da Bairrada, onze amostras da Anta de Val da Lage e sete do Povoado do Maxial; ao grupo das argilas do barreiro do Maxial, seis amostras de cerâmica do povoado e uma da anta; e ao grupo das argilas do barreiro de Val da Lage, cinco amostras do povoado. Verifica-se, além disso, que há nove amostras de cerâmica, na sua maior parte provenientes da Anta de Val da Lage, que formam um novo grupo, o qual, no entanto, aparenta uma menor dissemelhança com o grupo das argilas do barreiro de Val da Lage do que com os outros dois grupos.

Os resultados da análise em componentes principais, respeitantes ao conjunto de 97 amostras de argilas e cerâmicas, são apresentados no Quadro 2 e na Fig. 6. Examinando as projecções das amostras nos três primeiros vectores próprios (Fig. 6) verifica-se, no que se refere à separação das argilas em três grupos, que estes resultados concordam com o dendrograma da Fig. 5, pois esses grupos também aparecem parcialmente discriminados no plano do primeiro e do terceiro vectores próprios. Verifica-se ainda que as regiões de sobreposição dos grupos de amostras de argilas com amostras de cerâmicas são relativamente pequenas em comparação com o espaço global por onde se dispersam as amostras de cerâmicas. Verifica-se, por outro lado, no tocante ao agrupamento das cerâmicas, que a maior parte das amostras do Povoado do Maxial, com excepção de três, se separam nitidamente, no plano do primeiro e do terceiro vectores próprios, da maioria das amostras da Anta de Val da Lage. Estes resultados sugerem, portanto, que os materiais cerâmicos provenientes dos dois sítios arqueológicos, exceptuando porventura cerca de uma vintena de amostras, deverão possuir uma composição química apreciavelmente diferente da que caracteriza as argilas dos três barreiros amostrados. Sugerem, além disso, que as cerâmicas do Povoado do Maxial deverão ter em geral uma composição química que, no referente a certos elementos, deverá diferir significativamente da característica das cerâmicas da Anta de Val da Lage.

Os resultados do Quadro 2 mostram que, para o primeiro vector próprio, há sete elementos que contribuem significativamente, em particular o magnésio, o cálcio, o crómio, o manganês, o ferro, o níquel e o zinco. Para o segundo, con-

tribui sobretudo o titânio, o cobre, o bário e o chumbo. E para o terceiro, contribuem principalmente o alumínio e o cobre. Por outro lado, estes resultados, juntamente com as projecções da Fig. 5, permitem obter facilmente uma ideia sobre as características das amostras dos referidos grupos, do ponto de vista relativo. Assim, as amostras de argilas e a citada vintena de amostras de cerâmicas serão caracterizadas, em média, por terem as mais baixas concentrações dos referidos sete elementos. Pelo contrário, as restantes amostras de cerâmicas serão caracterizadas, em média, por apresentarem as mais altas concentrações desses mesmos elementos. Digna de realce é a diferença que efectivamente se observa para as concentrações de cálcio, concentrações estas que, nalgumas amostras de cerâmicas, chegam a ser duzentas vezes mais altas do que em certas amostras de argilas. Por sua vez, as amostras de cerâmicas do Povoado do Maxial serão caracterizadas, em média, por possuírem as mais altas concentrações de alumínio e cobre, e as de cerâmicas da Anta de Val da Lage por terem as mais baixas concentrações destes mesmos elementos.

Como se pode ver no Quadro 3, onde se incluíram os resultados da análise petrológica, as diferenças acentuadas que se observam para as concentrações de cálcio em amostras de cerâmicas parecem dever-se à presença nas pastas destas amostras, sobretudo nas das amostras da Anta de Val da Lage, de quantidades relativamente grandes de plagioclases (labradorite) e de anfíbolos (horneblenda), ao contrário do que se passa com as argilas, nas quais as quantidades destes minerais não vão além de vestígios e somente nas argilas do barreiro de Val da Lage. Note-se, por outro lado, que as pastas das amostras de cerâmicas do Povoado do Maxial revelaram a presença de quantidades apreciáveis de quartzito e de gneisse, e que este foi observado também nas argilas do barreiro do Maxial mas não nas cerâmicas da Anta de Val da Lage, excepto numa das amostras a VLG97.

Poderá pensar-se que as inclusões dos referidos minerais nas pastas cerâmicas resultem da adição de têmpera ou doutros materiais às argilas, durante a manufactura das cerâmicas. Dos exames efectuados às lâminas delgadas afigura-se, todavia, que essas inclusões sempre fizeram parte das argilas.

É interessante notar, em relação com a litologia da região, que as amostras de argilas em que se observaram vestígios de plagioclases e de anfíbolos provêm de um barreiro localizado na margem direita do rio Zêzere, margem esta onde ocorre a maioria dos afloramentos de anfíbolitos (Fig. 1), e que as restantes litologias, nomeadamente quartzito e gneisse, afloram nas duas margens em quantidades significativas. É provável, por isso, que tanto as cerâmicas da Anta 1 de Val da Lage como as do Povoado do Maxial estejam associadas preferencialmente às argilas de depósitos situados na margem direita.

Em conclusão, os resultados obtidos neste trabalho sugerem que as cerâmicas do Povoado do Maxial não deverão ter a mesma proveniência que as cerâmicas

da camada B da Anta 1 de Val da Lage. Mostram, no entanto, apesar de não se ter conseguido provar que os barreiros do Maxial, do Vale da Bairrada e de Val da Lage forneceram a matéria-prima para produzir as referidas cerâmicas, que as argilas utilizadas nessa produção teriam sido extraídas de barreiros situados estratigraficamente na formação das *Argilas de Tomar*.

#### AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Doutor Luiz Oosterbeek pela sugestão do tema, ao Prof. Doutor Edmundo da Fonseca por ter autorizado que as análises químicas pudessem ser efectuadas na Universidade de Aveiro e ao Dr. Eugénio Soares pela execução destas análises.

#### BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, J. M. P. (1977) "Caracterização de cerâmicas arqueológicas mediante análise por activação com neutrões térmicos. Classificação das cerâmicas por métodos de taxonomia numérica", *Conimbriga*, pp. 103-137.
- CONDE, L. N. (1984) "Excursão geológica na região de Ferreira do Zêzere - Abrantes", Roteiro, in. *VI Reunião G.O.M.*, Coimbra, 1984.
- COROADO, J. P. P. F. (1994) "*Contribuição para o estudo da correlação geoquímica entre cerâmicas calcolíticas do Vale do Zêzere e as argilas de Tomar*" Dissertação de Mestrado em Geoquímica, Universidade de Aveiro, Departamento de Geociências.
- CRUZ, A. J. C. (1990) "Taxonomia - um algoritmo simples para a classificação de resultados", *Bol. Soc. Port. Quim.*, 39, pp. 37-42.
- OOSTERBEEK, L.; CRUZ, A. R. & FÉLIX, P. (1992) "Anta 1 de Val da Laje: notícia de 3 anos de escavações (1989-91)" *Boletim Cultural* 16, Câmara Municipal de Tomar, pp. 33-49.
- OOSTERBEEK, L. (1994) "*Echoes from the East: the Western Network - North Ribatejo (Portugal): an insight to unequal and combined development, 7000 - 2000 B.C.*" PhD Dissertation, University College London - Institute of Archaeology.
- SNEATH, P. H. A. & SOKAL, R. R. (1973) "Numerical Taxonomy - The principles and Practice of Numerical Classification", *W. H. Freeman and Company*, San Francisco.
- SOUSA, J. & PEREIRA, H. G. (1991) "Manual do utilizador do sistema ANDAD", Centro de Valorização de Recursos Minerais, Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- WHITTLE, E. H. & ARNAUD, J. M. (1975) "Thermoluminescent dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in central Portugal", *Archaeometry* 17, pp. 5-24.

Quadro 1 — Correlação entre os atributos originais e os três primeiros vectores próprios (referente às 58 amostras de argilas)

Atributos	Vectores próprios		
	1	2	3
Mg (Magnésio)	-0,83	-0,29	0,23
Al (Alumínio)	0,72	-0,14	0,47
Ca (Cálcio)	-0,70	0,33	-0,35
Ti (Titânio)	-0,55	0,60	-0,46
Cr (Crómio)	-0,11	0,80	0,41
Mn (Manganês)	-0,70	-0,20	0,30
Fe (Ferro)	0,61	0,25	0,40
Ni (Níquel)	-0,89	0,16	0,31
Cu (Cobre)	-0,68	-0,17	0,51
Zn (Zinco)	-0,12	0,58	0,44
Ba (Bário)	0,03	-0,44	0,21
Pb (Chumbo)	0,57	0,55	0,06
<b>Valores próprios</b>	<b>4,50</b>	<b>2,19</b>	<b>1,63</b>
<b>Variância (%)</b>	<b>37,5</b>	<b>18,3</b>	<b>13,6</b>
<b>Variância cumulativa(%)</b>	<b>37,5</b>	<b>55,8</b>	<b>69,4</b>

Quadro 2 — Correlação entre os atributos originais e os três primeiros vectores próprios (referente às 97 amostras de argilas e cerâmicas)

Atributos	Vectores próprios		
	1	2	3
Mg (Magnésio)	0,83	0,29	-0,07
Al (Alumínio)	0,36	-0,36	-0,66
Ca (Cálcio)	0,80	0,38	-0,27
Ti (Titânio)	0,35	0,58	0,39
Cr (Crómio)	0,78	-0,14	0,24
Mn (Manganês)	0,80	0,37	-0,07
Fe (Ferro)	0,57	0,08	-0,40
Ni (Níquel)	0,68	-0,45	0,45
Cu (Cobre)	0,39	-0,56	0,58
Zn (Zinco)	0,75	-0,14	0,03
Ba (Bário)	0,20	-0,50	-0,27
Pb (Chumbo)	0,19	-0,63	-0,22
Valores próprios	4,43	2,04	1,56
Variância (%)	36,9	17,0	13,0
Variância cumulativa(%)	36,9	53,9	66,9

Quadro 3 — Estudo petrológico semiquantitativo de uma amostra compósita de cada barreiro e de 39 amostras de cerâmicas – 20 do Povoado do Maxial e 19 da Anta 1 de Val da Lage

Amostras	Quartzo	Feldsp. K	Plagioclase	Anfibola	Moscovite	Quartzito	Gneisse
AMA	+++				+		++
AVL	+++		v	v	+		
AVB	++	v					
MX1	++	+++	+				
MX2	+	+++	+		v	+++	
MX3	+++	++			+	v	
MX4	+++	+	+		+	v	+++
MX5	++	++	++	++	+		
MX6	+++	+	+		v	++	
MX7	+		v		+	++	+
MX12	+	+	++	++	+	++	+
MX14	+	+	+		+		
MX15	++	+	v		+	++	+
MX16	+	++	v		++	+++	
MX19	++	+	+	v	+	+	++
MX27	++	++	+	v	v	++	+
MX28	++	+	+	v	++	+	++
MX32	++	++					
MX36	++	++	++	v	+	+	+
MX30	+++	+			+	++	+
MX26	+++	+	v		+	++	+
MX43	++	+					
MX46	+++	+			v	+	
VLG89	++	+	v		++	+	
VLG30	++	v	++	++		v	
VLG51	++	++	v		+	+	
VLG71	++	+	+	+		+	
VLG74	+	+	++	+		+	
VLG84	+						
VLG97	+++	+++	+		v		+
VLG119	++	++	++		v		
VLG121	+		+++	++			
VLG144	+	+	+++	++			
VLG146	+	++		v			
VLG465	+	++		v		+	
VLG806	++	+	+	v		+	
VLG807	++	+	+	+		+	
VLG1	++					+	
VLG18	+++	+	v		+		
VLG25	+	+	+++	+	+	++	
VLG69	+	+	+	++			
VLG117	++	+	+		+		

+++ - muito abundante; ++ - abundante; + - pouco abundante; v - vestígios.



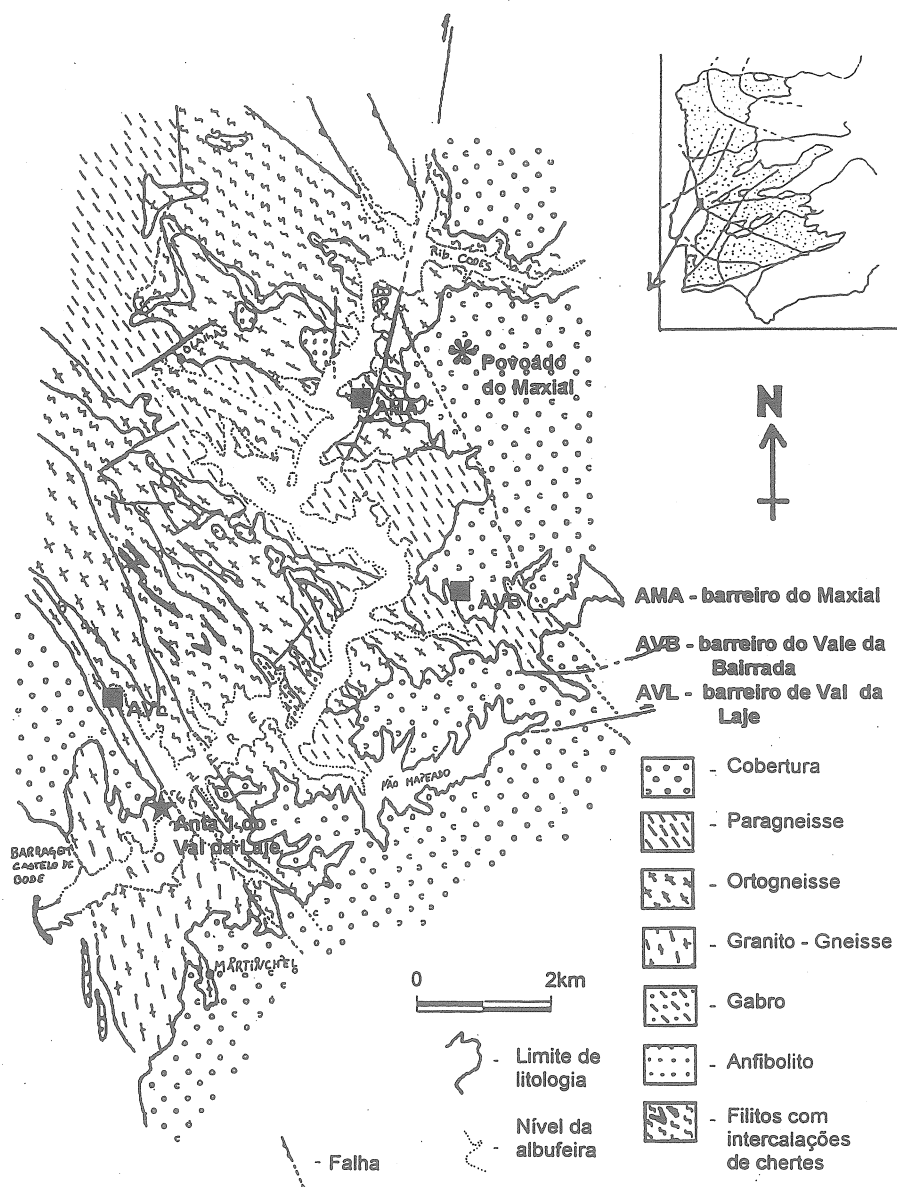


Fig. 1 — Carta geológica do “baixo Zêzere”, Alto Ribatejo (baseada em CONDE, 1984), com a localização dos barreiros de argilas e sítios arqueológicos considerados.

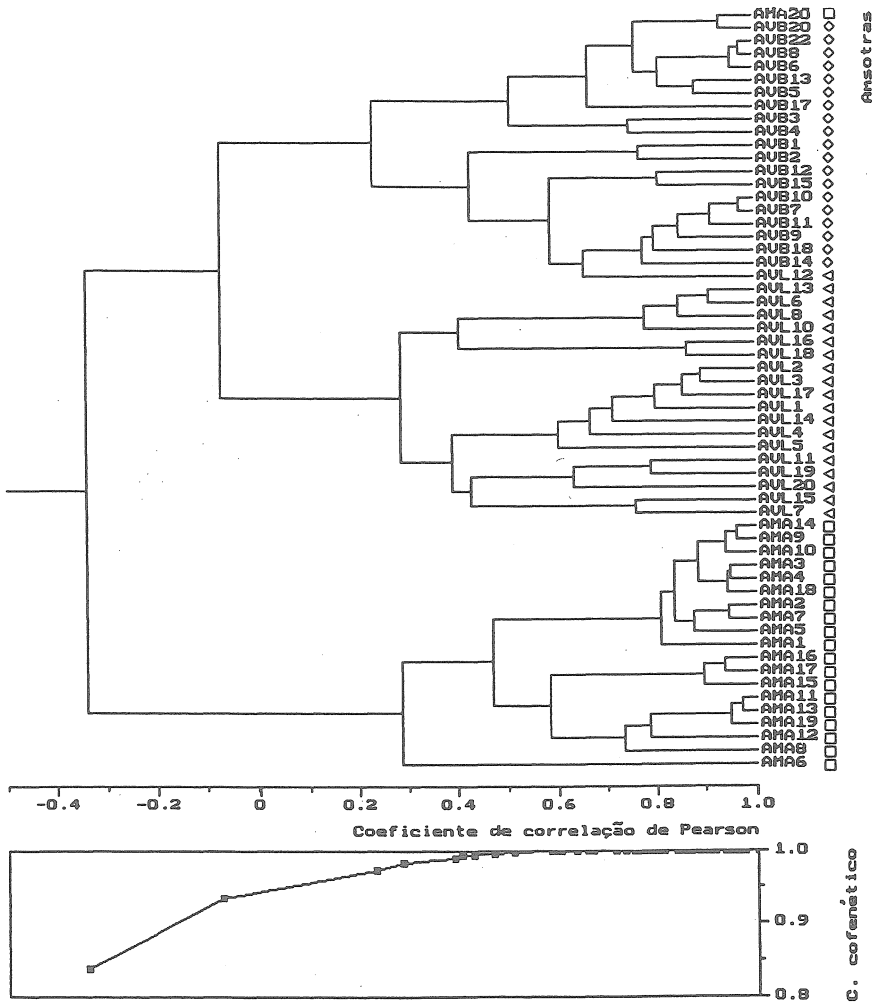


Fig. 2 — Dendrograma representativo do agrupamento das 58 amostras de argilas, obtido usando o método UPGMA aplicado à respectiva matriz de coeficientes de correlação.  
 □ - argila do barreiro do Maxial; ◇ - argila do barreiro do Vale da Bairrada; ◁ - argila do barreiro de Val da Lage.

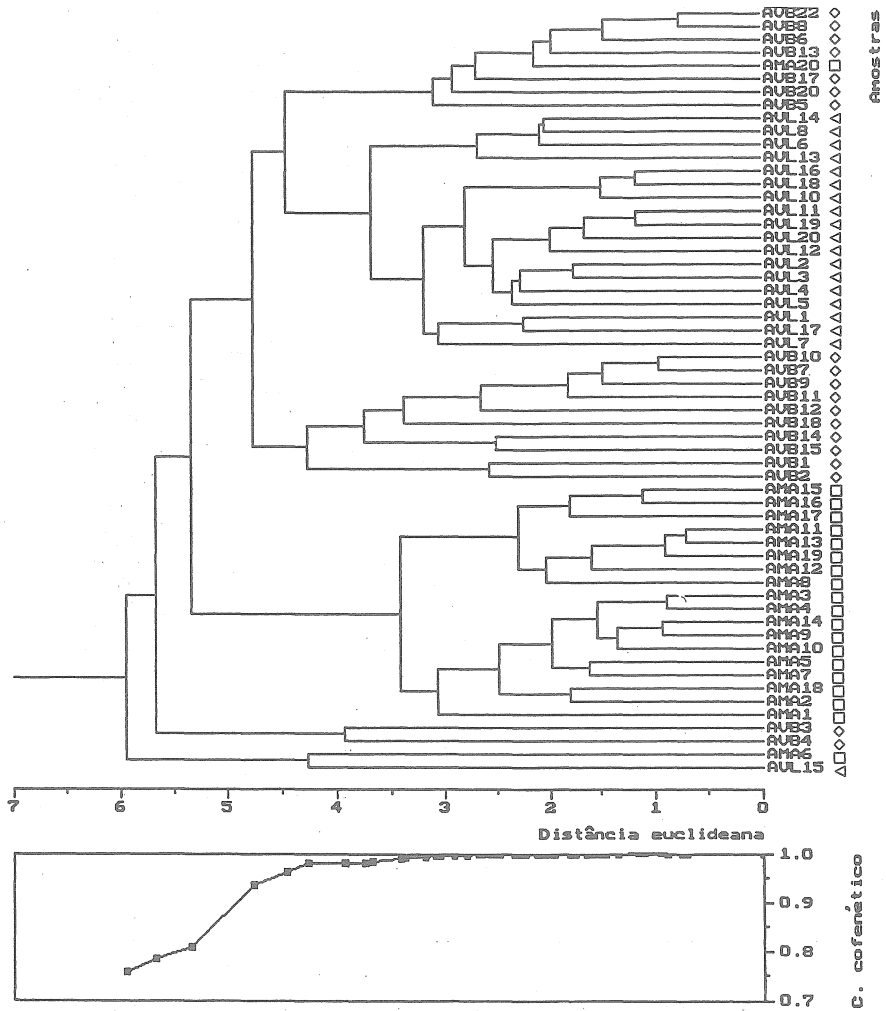


Fig. 3 — Dendrograma representativo do agrupamento das 58 amostras de argilas, obtido usando o método UPGMA aplicado à respectiva matriz de distâncias. □ - argila do barreiro do Maxial; ◇ - argila do barreiro do Vale da Bairrada; △ - argila do barreiro de Val da Lage.

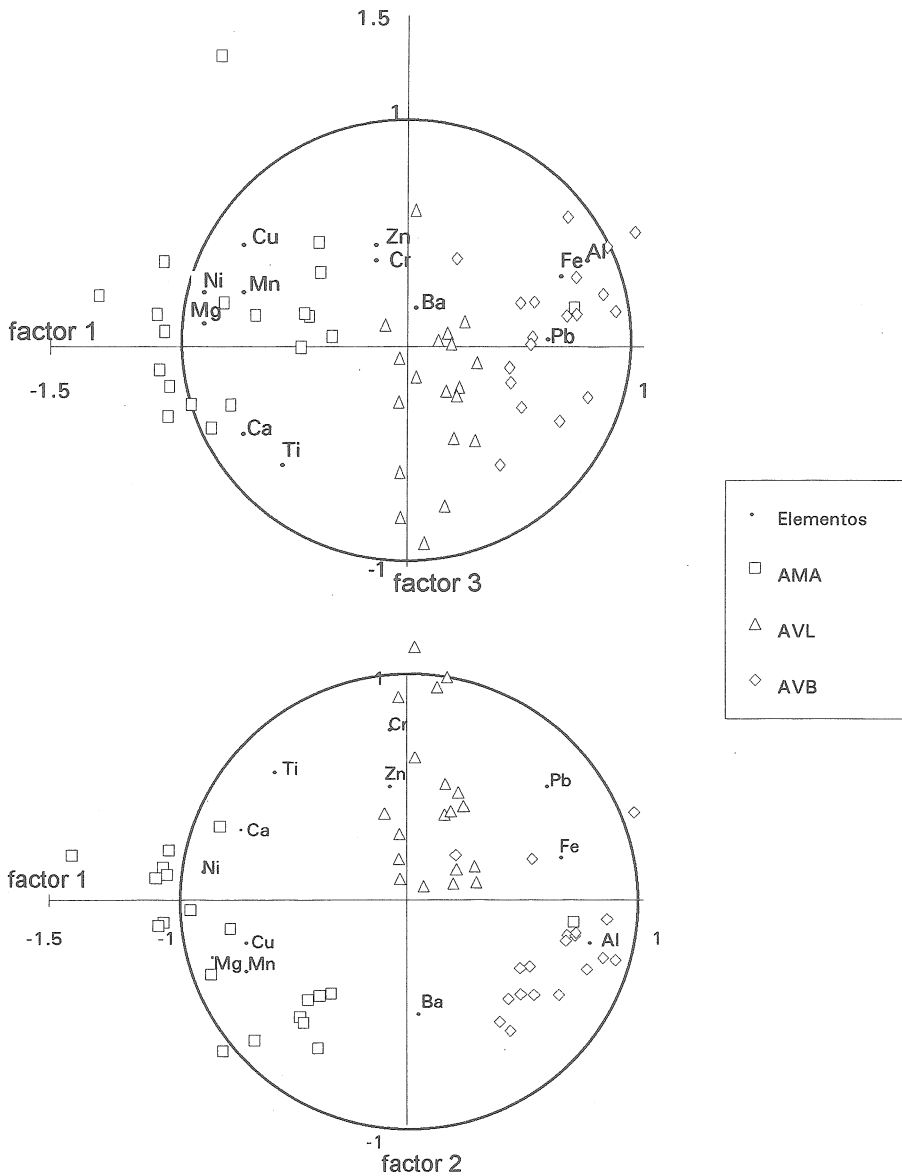


Fig. 4 — Projecção dos pontos representativos das 58 amostras de argilas no plano dos dois primeiros vectores próprios (parte inferior) e no plano do primeiro e do terceiro (parte superior), com a indicação da influência relativa dos atributos originais na ordenação das amostras.



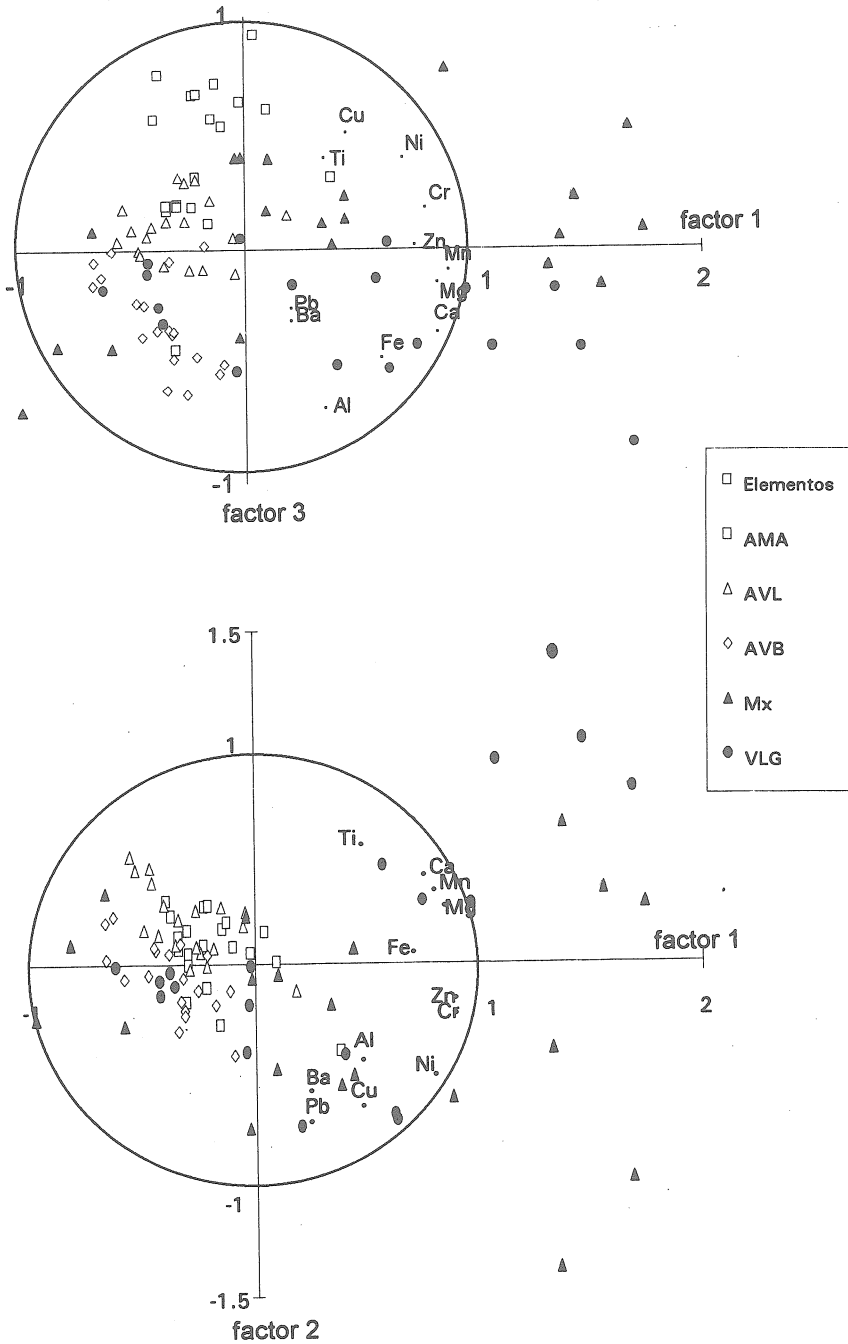


Fig. 6 — Projecção dos pontos representativos das 58 amostras de argilas e 39 amostras de cerâmicas no plano dos dois primeiros vectores próprios (parte inferior) e no plano do primeiro e do terceiro (parte superior), com a indicação da influência relativa dos atributos originais na ordenação das amostras.

***II JORNADAS DE CERÂMICA  
MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL***

*Métodos e resultados para o seu estudo*

**Tondela, Portugal, 22-25 de Março 1995**

**Informações/inscrições: Câmara Municipal de Tondela  
2460 TONDELA — Telf. 032-813018**

**Revisão de provas deste volume**

**Sandra Carla Barbosa, Vítor Oliveira Jorge e António Manuel Silva.**

## IIº CONGRESO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

Zamora, 26-30 de Septiembre de 1996

### 1º CIRCULAR

Hace ya tiempo nos propusimos establecer un sistema regular de contacto entre investigadores de la Arqueología peninsular, tanto portugueses como españoles, y de allí surgió el Primer Congreso de Arqueología Peninsular celebrado en Oporto en Octubre de 1993. Aquella convocatoria fué un éxito evidente, tanto bajo el punto de vista científico como de participación amplia y cualificada de profesionales interesados en los problemas arqueológicos de la Península Ibérica. No es fácil igualar las cotas marcadas entonces, pero nos proponemos hacerlo ahora aún mejor, en un afán de superación que es muestra de nuestro interés, intentando eliminar posibles problemas o errores, con la colaboración de todos los participantes en el Congreso. Uno de los éxitos evidentes de Oporto 93 fué la rápida y certera publicación de las actas, reto que ahora intentaremos emular.

Ahora nos corresponde a los españoles la organización del Congreso para el año 1996, que deberá realizarse a finales de Septiembre en la ciudad de Zamora. Allí deberemos continuar nuestros contactos e intercambios intelectuales y personales, con el espíritu cordial del primer Congreso y la ilusión de acercarnos progresivamente más, entendernos mejor y consolidar nuestras relaciones para el futuro.

Ha sido elegida la ciudad de Zamora para el Segundo Congreso de Arqueología Peninsular por una serie de motivos, que en síntesis son los que siguen. En primer lugar se trata de la capital de una región fronteriza, por lo que naturalmente comparte los problemas arqueológicos con el país vecino, se encuentra próximo de él, y presenta con éste intereses comunes, objeto de nuestros trabajos y reuniones. Además de ello se trata de una ciudad con una historia amplia magníficamente plasmada en las piedras de sus edificios, con un ambiente excepcionalmente apto para realizar este tipo de reuniones, y aledaños muy adecuados para la visita arqueológica o simplemente turística. Por último posee el Instituto Interuniversitario Rei Afonso Henriques, acogido a la cofinanciación de la Unión Europea, y que incluye entre sus fines este tipo de actividades además de contar con el especial entusiasmo organizativo de sus directivos, del que los arqueólogos bien podemos beneficiarnos.

Podrán inscribirse en este congreso todos los arqueólogos que lo deseen, presentando para ello el título de su comunicación y un pequeño resumen de 10 líneas



como máximo. Se entiende por arqueólogo toda aquella persona que haya dirigido trabajos arqueológicos de campo y disponga de datos de novedad e interés para presentar en público. Estos datos no deberán ser tratados en ningún caso de modo inmediato o descriptivo, sino planteando cuestiones y relaciones de carácter más amplio. Los escritos que se envíen para publicar deberán constar de un máximo de 20 folios din A4, en diskette preferiblemente Macintosh, y programa MS Word o Mc Write II, y deberán estar en manos de la Secretaría del Congreso al menos en el momento de comienzo del mismo. Los jóvenes investigadores que quieran comunicar su primer trabajo deberán enviar un curriculum abreviado de 1 folio din A4 como máximo.

Se elimina en esta ocasión el apartado específico de poster, aunque todo aquél seleccionado para la presentación en público de su comunicación, podrá, si lo desea, completar la información con la presentación de un poster.

Se pretende reunir a todos los arqueólogos que lo deseen, procedentes de todas las instituciones, escuelas y perspectivas, superando posibles diferencias entre personas o instituciones. Desde este momento, pues, nos gustaría que los colegas considerasen esta circular como invitación a participar, haciéndose al mismo tiempo eco de la convocatoria, hacia sus colaboradores o compañeros de trabajo más directos.

El Congreso funcionará con seis secciones, a lo largo de cinco días, de lunes a sábado, compatibilizando en lo posible aquellas menos próximas temáticamente, para permitir la asistencia de los interesados a las más próximas, que puedan ser objeto de su interés. A partir del sábado se realizarán excursiones post-Congreso. Esto significa que no habrá una primacía temporal para ninguna de las secciones, que comenzarán a funcionar desde el mismo comienzo de la reunión, salvo Primer Milenio y Arqueología Clásica que comenzarán a partir del Miércoles.

Las comunicaciones se presentarán mañana y tarde, en un número de diez, salvo miércoles y viernes, donde se reducirá el número, por la realización de excursiones inter-Congreso y clausura del mismo. Aquellas habrán sido seleccionadas por la Comisión Científica, sobre la base de su interés en el momento científico, sin menoscabo de la calidad de las demás, que serán publicadas si se envían a tiempo y cumplen las exigencias básicas de calidad científica y originalidad, pues no es desahle que aquí se presenten comunicaciones ya presentadas en otras reuniones o publicaciones. Se seleccionará un número determinado de intervenciones públicas, con una serie de suplentes por si alguna de las seleccionadas fallara. Tendrán preferencia, a la hora de su selección, todas aquellas comunicaciones que se refieran al tema de: Transición cultural, técnica o económica entre períodos y épocas.

Cada una de las secciones poseerá una serie de Coordinadores, miembros o no del Comité Científico, que se ocuparán de promocionar su parcela, moverla y buscar colaboraciones de interés, además de seleccionar las personas que actuarán como presidentes sobre el terreno en las diversas sesiones. Los secretarios serán nombrados entre universitarios o licenciados portugueses y españoles. Las sesiones

serán de 10 a 14, 05 h. y 16 a 19, 30 h., con media hora en cada caso para descanso. Habrá en consecuencia 6 comunicaciones por la mañana y 4 comunicaciones por la tarde. Se prevén 35 minutos por intervención y diez para discusión tras cada intervención. Si ocasionalmente no hubiera intervenciones suficientes, podría establecerse un tiempo final por la tarde para discusiones de mayor profundidad o duración. Con esta organización se pueden presentar en público las siguientes intervenciones:

- 1) Paleolítico y Epipaleolítico. 14 comunicaciones.
- 2) Neolítico. 35 comunicaciones.
- 3) Primer Milenio a. C. 23 comunicaciones.
- 4) Arqueología clásica. 23 comunicaciones.
- 5) Arqueología medieval. 35 comunicaciones.
- 6) Metodología. 16 comunicaciones.

El miércoles se hará una excursión vespertina a los yacimientos de la provincia de Zamora, y al terminar la reunión otras a lugares menos cercanos, pero siempre dentro de la zona, con interés fundamental en la arqueología de épocas diversas, para diferenciar al menos dos grupos temáticos que puedan ser de interés para la mayoría.

Los interesados en participar en este II Congreso de Arqueología Peninsular, deberán remitir a la Secretaría, en el Area de Prehistoria de la Universidad de Alcalá de Henares, sus fichas de pre-inscripción, antes del 30 de Noviembre de 1995. El 31 de Marzo de 1996, hecha ya la selección de comunicaciones e intervenciones finales, será elaborado un programa definitivo, que se enviará a todos los participantes en forma de segunda circular, momento en el que se deberá proceder al pago de las cuotas de inscripción.

Agradeciendo desde ahora tu interés por el Congreso, que es un proyecto común que vale la pena sacar adelante, y esperando que hagas la mayor divulgación del mismo, recibe los más cordiales saludos de:

Los Secretarios Generales

*Rodrigo de Balbín Behrmann   Primitiva Bueno Ramirez   Vitor Oliveira Jorge*

Remitir las fichas de preinscripción hasta el 30 de Noviembre de 1995 a:

*Secretaría del II Congreso de Arqueología Peninsular.  
Area de Prehistoria. Facultad de Filosofía y Letras.  
Universidad de Alcalá de Henares.  
Calle de los Colegios Nº 2. 28802 de Henares.  
Madrid - España.*

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
12 - 18 OUTUBRO  
1993

